Tempos de Capanema

Simon Schwartzman
Helena Maria Bousquet Bomeny
Vanda Maria Ribeiro Costa

Prefácio de Afonso Arinos, filho

Centenário de GUSTAVO CAPANEMA:
novos tempos de educação no Brasil?

Quinze anos após o lançamento de Tempos de Capanema, a Editora Paz e Terra comemora a data com uma nova edição revista pelos autores. Esta iniciativa pretende lançar luz sobre a memória de Gustavo Capanema, que se confunde com a própria história da nossa cultura na Era Vargas.

"Este livro, cuja pesquisa foi amplamente baseada nos arquivos pessoais de Capanema, é mais do que uma biografia e revela o interesse dos autores não apenas no período conhecido como Estado Novo mas também em toda a primeira administração de Vargas. (...) Os leitores, de maneira geral, podem considerar esta obra como uma das melhores fontes de estudo sobre a política educacional e a ideologia na Era Vargas."

Iván Jaksić - Comparative Education Review

"História é feita assim – do cotidiano sem grandeza, de disputas e mesquinharias, de erros e hesitações, de cartas para amigos de infância, para o pai, para a mãe. A nossa não foi diferente. Por isso, ao concluir seu trabalho com um livro bem escrito – uma raridade nessa área – com fascinantes meandros capazes de nos conduzir ao nosso próprio umbigo, Schwartzman, Helena e Vanda jamais cederam à tentação de criar heróis ou heroísmos."

Norma Couri - Folha de S.Paulo – 24/3/1985

"Trabalho sério, cuidadoso, resultando na reconstituição das coordenadas culturais de um período importantíssimo de nossa história recente: aquele no qual Capanema teve atuação decisiva como ministro da Educação e Saúde de Getúlio Vargas. (...) Talvez a importância maior do livro esteja exatamente naquilo que o torna oportuno: o delineamento, agora mais aclarado, do cenário pedagógico e cultural em que se formaram gerações adultas de hoje."

Revista Isto É – 20/3/1985

ISBN 85-219-0355-3

Simon Schwartzman
Helena Maria Bousquet Bomeny
Vanda Maria Ribeiro Costa

Tempos de Capanema

Tempos de Capanema

Simon Schwartzman
Helena Maria Bousquet Bomeny
Vanda Maria Ribeiro Costa

Prefácio de Afonso Arinos, filho

PAZ E TERRA

EDITORA FGV

O livro *Tempos de Capanema* de Simon Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomeny e Vanda Ribeiro Costa está sendo reeditado em boa hora. Já na primeira edição revelou-se trabalho importante por duas características: uma análise de período de ação administrativa, pouco examinado entre nós, e a utilização de vasto acervo documental existente em arquivos.

O livro retrata uma personalidade e uma época administrativa: a figura de Gustavo Capanema, bacharel em direito em Minas, que participara do grupo de intelectuais da Rua da Bahia, mas atraído para a política fez parte da administração pública mineira. Preterido após 1930 como candidato de uma das facções para a direção do Estado natal, foi recompensado com a chefia do Ministério da Educação e Saúde, que exerceu durante onze anos. Depois foi deputado federal e membro do Tribunal de Contas, sem outras funções de relevo.

A fase administrativa foi o exercício da pasta da educação (1934-1945) – o mais longo da história.

O trabalho não examina essa ação de forma completa, mas pinça alguns segmentos.

Destacando alguns aspectos principais, capítulo significativo é o da reação dos círculos conservadores, com o apoio de Capanema, contra o Movimento da Escola Nova. Os comentários sobre a ação "comunizante" de Anísio Teixeira causam hoje hilaridade, mas deles participaram a revista Ordem e líderes da Igreja como Alceu Amoroso Lima. Este fez mais tarde a palinódia, e escreveria após a morte do

SIMON SCHWARTZMAN
HELENA MARIA BOUSQUET BOMENY
VANDA MARIA RIBEIRO COSTA

TEMPOS DE CAPANEMA

PAZ E TERRA

EDITORA FGV

Revisão: Marco Antônio Corrêa
Sandra Pássaro
Capa: Isabel Carballo

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

T28t

Schwartzman, Simon, 1939-
Tempos de Capanema / Simon Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomeny, Vanda Maria Ribeiro Costa — São Paulo : Paz e Terra : Fundação Getúlio Vargas, 2000

Apêndice
Inclui bibliografia
ISBN 85-219-0355-3

1. Capanema, Gustavo, 1900-1985. 2. Educação e Estado — Brasil. 3. Brasil — Política e governo — 1930-1945. 4. Minas Gerais — Vida intelectual. I. Bomeny, Helena Maria Bousquet. II. Costa, Vanda Maria Ribeiro. III. Título.

00-0491 CDD-320.091
CDU 32(81)

EDITORA PAZ E TERRA S/A
Rua do Triunfo, 177
Santa Ifigênia, São Paulo, SP — CEP 01212-010
Tel.: (011) 223-6522
vendas@pazeterra.com.br
www.pazeterra.com.br

2000
Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*

SUMÁRIO

II. TEMPO DE AÇÃO

III. TEMPO DE REFORMA

IV. TEMPO DE TRANSIÇÃO

APÊNDICE CORRESPONDÊNCIA SELECIONADA

PREFÁCIO

No ano em que se comemora o centenário do grande estadista mineiro, os "Tempos de Capanema" merecem ser revisitados, através deste livro tão importante de Simon Schwartzman, Helena Bomeny e Vanda Ribeiro Costa. Ele desvenda, não por meio de opiniões e preconceitos, porém ao articular e avaliar uma documentação histórica inapreciável, o quanto somos devedores, para o bem e para o mal, das visões, ilusões e deformações de um passado só aparentemente distante. E, mais do que nunca, neste final de século e do milênio, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso afirma estar "fechando a era Vargas". Porque, se tal encerramento de um ciclo constitui progresso inegável sobre o Estado Novo, no sentido do respeito às instituições da democracia representativa, às liberdades de opção política, de opinião e de expressão, cumpre, por outro lado, recordar e analisar uma época em que o bem comum sobrepujava os interesses privados; a vida pública refletia, para segui-las ou negá-las, ideologias utópicas, mas sem orientar-se pela teologia do mercado; a nação falava mais alto que as multinacionais; e homens como Capanema passavam muitos anos no exercício do poder sem que se levantassem acusações, ou mesmo dúvidas, contra sua integridade pessoal. O ensino orientado pela pasta da Educação e Saúde enquanto ele a ocupou, de 1934 a 1945, visava conformar o cidadão político, dedicado a construir e fortalecer a nação, ao passo que, em nossos dias, dá preferência à formação do homem econômico, destinado a competir e enriquecer, indiferente à solidariedade comunitária. Assim mesmo, aquele fim de uma era, que Fernando Henrique anuncia talvez prematuramente, não demoliu as estruturas culturais construídas pelo admirável ministro da Educação que foi Gustavo Capanema.

Este deu início à vida pública como vereador em Pitangui, sua cidade natal, e a encerrou representando Minas Gerais no Senado, após haver passado duas vezes pela Câmara dos Deputados, e sido, por pouco tempo, ministro do Tribunal de Contas da União. Na Câmara — onde exerceu, com a maior competência, a liderança do governo —, teve participação capital em episódios dramáticos da história brasileira; entre eles, os que resultaram no suicídio do presidente Getúlio Vargas, nos impedimentos consecutivos dos presidentes Carlos Luz e Café Filho, na adoção do regime parlamentarista após a renúncia do presidente Jânio Quadros e a inconformidade de setores políticos e militares com a posse do vice-presidente João Goulart. Mas, aqui, devemos restringir-nos à influência benéfica e duradoura de Capanema sobre a educação e a cultura no Brasil.

Depois da vereança, ele seria chefe de gabinete do presidente do Estado e secretário do Interior de Minas Gerais. Interventor interino com a morte do presidente Olegário Maciel, quis muito a interventoria efetiva, que disputou palmo a palmo com Virgílio de Melo Franco (Capanema apoiado por Flores da Cunha, Virgílio por Osvaldo Aranha), o que ensejou ao presidente da República nomear um *tertius*, o obscuro deputado Benedito Valadares. Com isso, Vargas dividiu Minas para dominá-la, sem problemas, através de interposta pessoa; neutralizaria a poderosa tradição política mineira até o fim do Estado Novo; e, *last but not least*, retirava importante base regional de apoio a dois fortes aspirantes gaúchos à sua sucessão, Aranha e Flores. Aliás, Capanema tivera de Getúlio, quando o presidente visitava o Estado, ainda em 1930, "impressão penosa. Homem frio, inexpressivo; não achei nenhuma flama, nenhuma simpatia; sem ardor, sem luz; não inspirando confiança; homem impróprio para aquele momento criador; cheio de reticências, de silêncios, de ausência; olhando para cima, não olhando para a gente; um riso difícil, riso sem alegria, sem malícia, mas com maldade (...)". Porém, visceralmente apegado ao governo, a qualquer governo, serviria Vargas até o fim, com fidelidade inquebrantável. E, conforme carta de franqueza exemplar que escreveu a Getúlio, "agindo segundo aquela preciosa regra de Maquiavel, pela qual o ministro *non debbe pensare mai a sè, ma sempre al principe*".

Ele podia, entretanto, ser muito duro na luta pelo poder, como ao aliar-se a Francisco Campos no esquema para liqüidar Artur Bernardes: "Eu estimava o Bernardes. Achei (...) ingrato e injusto." Porém, "no fundo, vim do Rio disposto a auxiliar o Campos na trucidação do Bernardes." Acompanhou Campos, ainda, ao apoiar a Legião de Outubro, milícia uniformizada — como os camisas negras fascistas, os camisas pardas nazistas e os futuros camisas verdes integralistas — com "camisa cáqui e gorro do mesmo pano" (referência complementar a "calças à vontade" ocasionaria reações hílares em Belo Horizonte). Mas a Legião de Outubro não prosperou. Anos depois, Vargas neutralizaria a insurreição comunista em 1935, dissolveria a Ação Integralista em 1937, e revelaria claramente as tendências personalistas, caudilhistas, de duração indefinida, que orientaram sua ascensão e permanência no poder a partir de 1930. Tal objetivo era incompatível com a formação de milícias comprometidas com a mobilização nacional de um partido único, sobre bases ideológicas. Mesmo assim, surpreenderia Plínio Salgado: "De minha parte, como conheço as idéias fascistas do sr. Campos, eu me imaginava mais próximo do pensamento do presidente do que ele próprio."

Capanema, marginalizado por Valadares em Minas, seria recompensado em julho de 1934, para apaziguar Flores da Cunha, com o Ministério da Educação e Saúde. Esta pode ter sido a opção mais fecunda de Getúlio Vargas nas duas vezes em que chefiou o governo. Foi efetuada sob a influência de Alceu Amoroso Lima, então direitista convicto, e que já exercia clara liderança sobre o laicato católico nacional. A escolha se inseria no esquema de Francisco Campos, que buscava o apoio da Igreja em troca da hegemonia católica no terreno da educação. Em carta a Vargas, ainda de 1931, Campos, ao encaminhar à sanção presidencial decreto instituindo o ensino religioso facultativo, afirmava que "neste instante de tamanhas dificuldades, em que é absolutamente indispensável recorrer ao concurso de todas as forças materiais e morais, o decreto, se aprovado por V.Excia., determinará a mobilização de toda a Igreja Católica ao lado do governo, empenhando as forças católicas, de modo manifesto e declarado, toda a sua valiosa e incomparável influência no sentido de apoiar o governo, pondo ao serviço deste um movimento de opinião de caráter absolutamente nacional". A tentativa de aliança com que o ministro da Justiça quis valer-se da autoridade moral da Igreja para reforçar seu projeto de controle político da nação revela diferença importante entre essa postura e a de Amoroso Lima sobre as relações entre Igreja e Estado no Brasil. Alceu acreditava que "uma orientação fascista, como teve o movimento legionário em boa hora iniciado pelo Capanema, pelo Campos, (...) pelos novos mineiros, só pode ser útil a Minas e ao Brasil se mantiver o primado da inteligência como meio de defesa da supremacia da Fé". Queria que o Estado servisse a Igreja, ao passo que Campos aspirava ter a Igreja a reboque do Estado.

Essas idéias, Francisco Campos pretendeu, de fato, pô-las em prática, mas em benefício próprio. Tentou-o, em 1938, através da Organização Nacional da Juventude, que enquadraria os adolescentes em modalidades paramilitares, e onde, como ministro da Justiça, ele exerceria as funções de secretário-geral. Mas Capanema, já ministro da Educação, reagiria, o Ministério da Guerra e a família presidencial também, e a Juventude Brasileira, afinal criada em 1940, poucas atribuições teria além de agitar flâmulas no Dia da Bandeira, ou da Raça. O próprio Capanema, acompanhando o processo de redemocratização do após-guerra, trataria de dissolvê-la em 1945.

Outra expressão de tendência fascistizante quis valer-se, no âmbito da arquitetura, da idéia de Capanema de criar uma Universidade do Brasil. Esta, formada em 1937, fixaria "o padrão do ensino superior em todo o país", devendo ministrar "todas as modalidades de ensino superior previstas pela lei, de tal sorte que nenhum estabelecimento, isolado ou congregado em universidade, deixe de ter nela o seu correspondente". Para tudo isso, naturalmente, contaria com uma sede à altura de tão grandiosas intenções. A fim de executá-la, o ministro chamou o arquiteto italiano que planejara a Cidade Universitária de Roma. A maquete elaborada por Piacentini para o prédio da reitoria lembra o estilo megalômano com que Albert Speer levou Hitler a planejar uma nova Berlim. Por outro lado, Lúcio Costa pressionava Capanema, ao empenhar-se na aprovação de um extraordinário projeto, segundo o qual a Cidade Universitária se assentaria sobre as águas da lagoa Rodrigo de Freitas, apoiada em palafitas, com jardins suspensos, pontes, e atravessada por um grande viaduto partindo do Humaitá. Lúcio também endossaria projeto ulterior de Le Corbusier, mas a sede atual, na ilha do Fundão, aprovada em 1945 após previsões sucessivas de instalação na Praia Vermelha e em Vila Valqueire, nada tem a ver com os planos precedentes.

No Ministério, Capanema se apresentaria sempre como o intelectual no poder. Dentre outros que o cercavam, os três Andrade — Carlos Drummond (chefe do seu gabinete), Mário (autor do projeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e Rodrigo Melo Franco (organizador e diretor do SPHAN por trinta anos) — seriam, talvez, os mais próximos. A outro amigo, Afonso Arinos de Melo Franco, que vinha de publicar livro sobre o tema central das suas cogitações, escreveu no próprio mês da posse, desvendando a idéia-chave que lhe inspiraria a longa gestão: "(...) você conseguiu o que queria, a saber, você demonstrou que a verdade do presente é o nacionalismo. (...) Ou formamos a nação, contra os líricos da fraternidade universal e contra os loucos da hegemonia (...), ou desaparecemos (...)". Isso redundaria, por conseguinte, na vinculação necessária entre educação e segurança nacional. E, portanto, em nacionalização do ensino.

Nas décadas anteriores, minorias étnicas radicadas no sul do Brasil — sobretudo as de origem alemã, mas também italianas e japonesas, nacionalidades constitutivas do Eixo ideológico-militar contra o qual o Brasil seria levado a se declarar em estado de beligerância em 1942 — haviam formado verdadeiros quistos lingüísticos e culturais, que, com o advento da segunda guerra mundial, criavam claro problema para a segurança, e ameaçavam, mesmo, a integridade territorial brasileira. A doutrina nacional-socialista de Hitler considerava os espaços ocupados por núcleos populacionais de origem germânica como integrantes da grande pátria alemã. Em 1938, a absorção da zona dos Sudetos pela Alemanha acarretaria o desmembramento e a posterior dissolução da Tcheco-Eslováquia. E 1938 foi o ano em que chegou ao auge o programa de nacionalização do ensino, fazendo abortar a tentativa de monopólio educacional estrangeiro nas zonas de colonização.

A reforma da educação empreendida por Capanema visava um ensino público abrangente, padronizado e centralizador, controlado por vasta burocracia. Mas essa estrutura napoleônica, que até hoje delimita as grandes linhas do ensino no Brasil, se formava, ao contrário do que ocorrera na França, com apoio da Igreja Católica, e não contra esta. Ela teve início com o Plano Nacional de Educação, enviado ao Congresso em maio de 1937. Proposto para durar dez anos sem alterações, com pedido do ministro no sentido de que fosse votado "em globo", dificilmente poderia aprovar-se em regime democrático. O golpe de Estado de novembro do mesmo ano permitiu, entretanto, sua aplicação parcial, através da universidade padrão, da implantação do ensino industrial e, sobretudo, da reforma do ensino secundário, destinada a formar, nos estudantes, "consciência humanística e consciência patriótica", através de "um ensino patriótico por excelência", para incutir "a compreensão da continuidade da história da pátria". Ao formular diretrizes para os programas didáticos, o ministro escrevia: "Nas finalidades, deve-se apontar sempre o que a disciplina visa a dar ao aluno de um modo geral, e de modo especial o que ela deve fazer para educá-lo para a pátria. Frisar a nota patriótica em cada programa." O ensino da religião, por exemplo, abordaria: "I) A moral cristã: a lei, a consciência. Pecado. Perfeição cristã. II) Em face da autoridade: pais e filhos. A hierarquia e os fiéis. Governantes e governados.

Patrões e operários. III) Respeito à propriedade: o direito de propriedade. Pecados contra os bens do próximo. Restituição? Posição cristã em face do capitalismo e do comunismo."

A educação reformada por Capanema, que permanece até os nossos dias, pode sintetizar-se nos seguintes princípios: o sistema educacional do país deve ser unificado, e ministrado em língua portuguesa; o governo organiza e controla a educação em todos os níveis; a lei regula as profissões, estabelecendo monopólios ocupacionais para cada qual; aos diferentes ofícios correspondem tipos diversos de escolas profissionais; o Estado deve financiar a educação pública e subsidiar a privada; os defeitos do sistema são sanáveis por aperfeiçoamentos sucessivos da legislação e da fiscalização.

Quanto ao ensino industrial, o ministro achava que, "não estando o aprendiz vinculado ao empresário, para servi-lo, por tempo determinado, na sua indústria, mas sendo livre de, finda a aprendizagem, tomar o rumo que quiser, é lógico admitir que o ônus de sua educação não seja somente dos empregadores, parcialmente interessados nela, mas também do Estado, que é o interessado maior pela educação popular". Assim, se poderia "misturar a juventude do país em uma unidade moral e individual, fazendo com que toda a juventude seja uma só, e portanto, toda ela, pobres e ricos, no trabalho industrial ou no trabalho civil, todos possam atingir as mais altas posições que pelo ensino industrial levam à universidade, acessível a todos". Nobres propósitos, que a experiência prática não endossou, deixando a indústria pautar o ensino profissional pela medida das suas necessidades.

A consciência permanente e militante do papel primordial da educação no aperfeiçoamento moral e no desenvolvimento material da sociedade, para a integração e unidade nacionais, foi a glória do ministério Capanema, cujo titular escrevera a Vargas: "O Ministério da Educação e Saúde se destina a preparar, a compor, a afeiçoar o homem do Brasil. Ele é verdadeiramente o Ministério do Homem." Ministro da Educação e Saúde (à qual devotou atenção menor), mas também da Cultura, que, no seu tempo, não correspondia a pasta ministerial autônoma, esteve entre os maiores que já tivemos. Afonso Arinos avaliava que, "como ministro da Cultura, ele foi Malraux antes de Malraux. No Brasil, sua obra é comparável à de Rio Branco no Itamarati". Na última carta que escreveu, em 1990, para a Holanda, onde me encontrava em posto diplomático, Arinos aludia ao processo de demolição da infra-estrutura cultural do Estado brasileiro, empreendida pelo governo Collor, ao recordar a "bela edição do Barlæus, feita no tempo do Capanema (o nosso grande Capanema; agora estão acabando com a obra dele)".

O ministro narrou, uma vez, a Getúlio Vargas que chegara a aventar, como denominação para a sua pasta, "a palavra *cultura*, pois o objetivo desta é justamente a valorização do homem, de maneira integral". E sugeriu, complementando, *Cultura Nacional*: "Observa-se, hoje em dia, certa tendência para se dar ao aparelho de direção das atividades relativas ao preparo do homem este qualificativo de *nacional*, como que para significar que é para o serviço da nação que o homem deve ser preparado." Gustavo Capanema quis, através da formação da juventude, afirmar uma identidade nacional brasileira, e construir um Brasil humano à altura da sua dimensão geográfica. Não o conseguiu, mas valeu a intenção.

Afonso Arinos, Filho

Gustavo Capanema

Rio de Janeiro, 1º de julho de 1985.

Prezado senhor Simon Schwartzman e senhoras Helena Maria Bousquet Bomeny e Vanda Maria Ribeiro Costa

Recebi comovida o livro Tempos de Capanema que os senhores tiveram a gentileza de me enviar com fina dedicatória.

Só agora dou notícia desse recebimento e do quanto sou grata pelo interesse que a pessoa do meu saudoso esposo despertou nos senhores, ao lado, é claro, de toda uma visão da época em que ele esteve no Ministério da Educação e Saúde; esse especial senso de observação que os levou a escrever o livro é fruto, como pude verificar, de longas pesquisas, de cuidada ordenação dos fatos e de um espírito criterioso de análise.

Louvo o resultado do trabalho, e se demorei a lhes escrever foi porque queria ler com atenção a obra.

Com cordial cumprimento que transmito em nome dos meus familiares, envio meus sentimentos de amizade e respeito.

Maria Capanema

Fac-símile de carta de Maria Capanema aos autores.

INTRODUÇÃO À 2ª EDIÇÃO

Gustavo Capanema faria cem anos em agosto de 2000: tempo de virada do século, de quinhentos anos do Brasil. É um momento de reexame do passado e de indagação sobre o futuro, do qual a reedição deste livro faz parte: por que somos como somos? Como seremos daqui por diante? Quanto de nosso futuro está determinado ou contido no nosso passado?

Este reexame não decorre de uma simples efeméride, seja o centenário de Capanema, os cinco séculos do Brasil, ou a chegada do novo milênio. A imagem do fim do século XX foi a queda do muro de Berlim em 1989, que não só marcou o fim do mundo polarizado da guerra fria, como também simbolizou a implosão de todo um universo de concepções e interpretações a respeito do passado e do futuro de nossa vida em sociedade, sem que tenhamos ainda clareza sobre o que virá em seu lugar. Também no Brasil estamos entrando em um novo tempo, não só pela influência do que acontece além das fronteiras, mas também pelo esforço de deixar para trás um século de alternâncias entre experiências autoritárias que se frustram e aberturas democráticas que não atingem a plenitude, e que não têm permitido que o país atinja os padrões mínimos de educação, justiça social e produção de riqueza que compatíveis com o mundo moderno.

Publicado em 1984, como o primeiro resultado das pesquisas no arquivo Gustavo Capanema, depositado no CPDOC em 1980, este livro já antecipava um dos temas importantes deste reexame, o do relacionamento entre os intelectuais e o autoritarismo político.[1] Os anos Capanema ficariam na

1. Resenhas, artigos e comentários publicados em revistas acadêmicas como *The Hispanic American Historical Review*, v.66, n.2, May,1986, pp.423-424, *Comparative Educaction Review* 30, No.4

lembrança como um momento da história republicana brasileira em que política, educação e cultura estiveram associadas de forma singular e notável, e os arquivos revelaram um paradoxo que exigia um exercício cuidadoso de análise e interpretação. Aos decretos e procedimentos afinados com a política autoritária do Estado Novo, sobrepunham-se falas de uma correspondência privada e pessoal de uma intelectualidade de todos nós conhecida, identificada com as causas sociais e de modernização cultural, e admirada e cultivada como patrimônio cultural e afetivo do país. Entre esses intelectuais e artistas estavam Carlos Drummond de Andrade, Alceu Amoroso Lima, Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Heitor Villa Lobos, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Gilberto Freyre, Cândido Portinari, além dos educadores que marcariam a história brasileira como pioneiros e formuladores dos projetos políticos e institucionais que deram vida ao debate educacional no país desde os anos 1920, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e o próprio Francisco Campos, envolvido com as reformas educacionais em Minas Gerais desde os anos 1920 e primeiro ministro a ocupar a pasta da Educação em 1930.

Como entender que figuras tão ilustres, e de horizontes aparentemente tão abertos, convivessem com políticas de cunho autoritário e repressor, como o fechamento da Universidade do Distrito Federal em 1939, a criação do movimento Juventude Brasileira, de inspiração inequívoca no fascismo em voga na Europa dos anos 1930, e ainda a perseguição aos intelectuais de pensamento liberal, identificados pelas lideranças conservadoras do Estado com movimentos de esquerda? Por um lado, como os arquivos revelam, particularmente na correspondência de Carlos Drummond e Mário de Andrade, esta não era uma convivência tranqüila, mas, ao contrário, cheia de tensões e ansiedades. Mas, por outro, a idéia de que os regimes fortes de esquerda e de direita poderiam abrir caminho para um futuro melhor sempre atraiu intelectuais brilhantes em todo o mundo, de Leon Trotsky a Martin Heidegger, passando por André Malraux e Maurice Merleau-Ponty, sem falar em literatos como Pablo Neruda, Miguel Ángel Asturias e Jorge Amado, — e o Brasil não seria exceção. Essa proximidade não passaria sem deixar seqüelas importan-

(November 1986):617-618, nas revistas *Isto é* (20/3/1985, p.64), *Senhor* (27/3/85, p.102), *Ciência Hoje* Vol.3, n.17, Março/Abril 1985, p.82, além dos jornais *Jornal do Brasil* (1985), *O Globo* (14/4/85, p.6) e a *Folha de São Paulo* (24/3/1985, p.64) nos autorizam acreditar que o livro vinha preencher um espaço ainda não ocupado de avaliação de um período crucial na história republicana brasileira, e na história da educação, em particular.

tes, entre as quais as grandes dificuldades que tantos entre nossos intelectuais encontrariam para entender e defender, ao lado dos direitos sociais, os valores do pluralismo, dos direitos individuais e da ordem jurídica democrática.[2]

Faz parte também deste reexame um novo olhar para os temas da educação e da cultura.[3] É curioso como, hoje, esses temas parecem recuperar a importância que tinham nos anos 1920 e 1930, quando os debates sobre a educação e a cultura brasileiras mobilizavam os intelectuais, incendiavam as disputas entre leigos e católicos e ocupavam espaços nos jornais.

Naqueles anos, quando ainda não se falava de subdesenvolvimento e dependência, e sim de atraso e civilização, acreditava-se que, pela educação, se formariam o caráter moral e a competência profissional dos cidadãos, e que isto determinaria o futuro da Nação. Os movimentos e a disputa pela educação, e sobretudo seu controle pelo Estado ou pela Igreja, eram vividos como uma luta pela própria alma do país. Leigos e católicos concordavam que, sem educação, essa alma não existiria. Ela precisava ser construída, tirando-se o país da barbárie, do atraso e da indigência moral. O que se disputava era quem cuidaria da formação da criança que aprendia suas primeiras letras, o que fatalmente a destinaria para o Bem ou para o Mal, segundo a visão de mundo de cada um.

Como este livro revela, a educação pública, que até os anos 1930 praticamente não existia, começou a ganhar forma nos tempos de Capanema, e cresceu deste então de forma lenta e precária. A Constituição de 1946 previa a votação uma "Lei de Diretrizes e Bases da Educação" que deveria dar um novo sentido e formato à educação do país. O Brasil não conhecera, no entanto, outra maneira de lidar com a educação além da que fora criada no governo Vargas, e a presença de Gustavo Capanema no Congresso, depois de longa permanência no Ministério da Educação, inibiu as discussões que tomavam como ponto de partida o projeto elaborado sob sua gestão no período de 1934 a 1945. Em pauta desde 1948, por iniciativa de Clemente Mariani, ministro da Educação de Dutra, a lei só seria votada em 1961, em meio a um debate que reproduzia, até mesmo nos personagens, as disputas de

2. Veja, para um aprofundamento desta questão, Bolivar Lamounier, "Rui Barbosa e a Construção Institucional da Democracia Brasileira", (*em Rui Barbosa*, Rio d Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1999) que faz uma releitura da contribuição de Rui em contraposição a contemporâneos seus mais "realistas", como Oliveira Vianna.

3. Cf. Helena Bomeny, *Guardiães da razão.* Modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Edições Tempo Brasileiro, 1994.

30 anos antes. A principal diferença era que, nos anos 30, católicos e leigos disputavam o controle da educação pública; nos anos 1960, a disputa aparecia como um confronto entre a educação pública, que se pretendia universal e gratuita, a proporcionada pelo Estado, e a educação privada, defendida como um direito das famílias, às quais o setor público deveria apoiar. Anísio Teixeira e o grupo da Escola Nova de um lado; Carlos Lacerda e Dom Hélder Câmara de outro, com a Igreja Católica defendendo a primazia dos direitos da família e os interesses das escolas católicas, que respondiam por parcela significativa do ensino privado oferecido no país. No final dos anos 1950, precisamente em 1959, Fernando de Azevedo redige outro Manifesto à Nação, "Uma vez mais convocados", em alusão ao "Manifesto dos Pioneiros da Educação" lançado em 1932.

Poucos se lembram do resultado dessa disputa, que terminou, nominalmente pelo menos, com a vitória da corrente "privatista," liderada por Carlos Lacerda. Havia o temor de que a nova legislação, ao reconhecer a liberdade de escolha das famílias para matricular seus filhos em escolas privadas, abrisse caminho para a canalização dos recursos públicos para estas escolas, em detrimento da educação pública e leiga. Na prática, o Estado continuou com a responsabilidade da educação pública, que nunca chegou a desempenhar de forma plena. As famílias de classe média e alta assumiram, como sempre fizeram, a responsabilidade pela educação de seus filhos, preparando-os para as melhores escolas públicas secundárias ou superiores ou colocando-os em escolas particulares, a maioria dirigida por religiosos. A Igreja Católica, que nos anos 1930 havia tentado assumir o controle da educação pública do país, limitava-se agora à administração de um conjunto restrito de escolas que, quem sabe, ainda poderiam cuidar da alma das elites.

A partir dos anos 1960, os grandes temas nacionais passaram a ser outros. O que preocupava, agora, eram o desenvolvimento e a industrialização, a dependência e o nacionalismo, as ameaças do populismo e o autoritarismo que acabou se implantando novamente e polarizando o país por duas décadas, deixando como herança as grandes questões da distribuição da renda, da inflação, da dívida externa e da estagnação econômica. Se perguntados, todos concordariam que a educação era importante, assim como é importante o amor materno, e que sem eles nada se poderia fazer. Mas poucos tinham idéias próprias a respeito do que fazer, na prática, com a educação; era algo a ser visto quando os outros problemas tivessem sido resolvidos.

Enquanto isso, a educação continuava a se expandir, impulsionada pelo crescimento das cidades e pela expansão do setor público, dentro das linhas mestras desenhadas nos anos 1930. Para os políticos, em todos os níveis, os sistemas educacionais se tornaram moedas de troca importantes, que permitiam distribuir empregos, contratar serviços e intercambiar favores. Ao mesmo tempo, formou-se toda uma comunidade de professores e professoras, pedagogos, especialistas, funcionários e empresários da educação que faziam congressos, disputavam verbas, continuavam a discutir a importância, os direitos e os espaços da educação pública, privada e religiosa. Esses profissionais se preparavam para reproduzir, depois da Constituição de 1988, os mesmos debates dos anos 1930 e 1960, que deveriam marcar a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação, idealizada para um novo tempo que chegou a se chamar, por alguns anos, de Nova República. Foi uma batalha que não houve: a Lei de Diretrizes e Bases aprovada pelo Congresso Nacional em 1996 não foi o resultado de um grande debate nacional, e sim da adoção de um substitutivo de última hora apresentado pelo então senador Darcy Ribeiro, que havia estado nas trincheiras da escola pública nos anos 1950 e 1960, mas que buscava então olhar para a educação com outros olhos.

A razão deste anticlimax talvez tenha sido que, paradoxalmente, na medida em que a educação crescia, o tema da educação perdia sentido para grande parte dos próprios educadores. No passado, na tradição dos conceitos pedagógicos da Escola Nova, trazidos por Anísio Teixeira, e das pesquisas educacionais, iniciadas por Lourenço Filho, os educadores se preocupavam com coisas tais como com técnicas pedagógicas, conteúdos dos currículos, psicologia da aprendizagem dos alunos. Professores e professoras acreditavam que tinham uma missão importante a desempenhar e se frustravam quando percebiam que se estavam proletarizando, que não recebiam o reconhecimento social que esperavam, que as escolas contavam com muito poucos recursos e nenhuma autonomia de ação, e que as crianças chegavam a elas, cada vez mais, sem as condições mínimas para um aprendizado satisfatório. Os temas pedagógicos pareciam secundários e irrelevantes, e as questões que passaram a dominar os cursos, congressos, movimentos e publicações dos educadores não eram as da educação enquanto tal, mas questões de natureza sindical — salários, sobretudo — ou política e econômica. Assim, nos anos 1990, passou-se a tratar de temas como os direitos sociais, a globalização e o neoliberalismo, que se traduziam quase que diretamente em opções político-partidárias e eleitorais. Com isso, os educadores se transformaram, de guardiães da

alma nacional, e um grupo de pressão como tantos outros, e perderam a capacidade de galvanizar a atenção e o interesse do país.

E no entanto, é justamente neste momento que a educação volta a ser percebida como tendo um papel importante e central. Já não se discute tanto a alma do país — se cívica, leiga ou católica —, e sim o desempenho e sobrevivência do corpo. Como nos anos 1920, a educação deixa de ser tratada como conseqüência e começa a ser vista como causa. Não são mais os educadores, e sim os economistas, muito mais em evidência, que argumentam que a economia só cresce quando há investimento em recursos humanos, e que as desigualdades sociais se devem, sobretudo, às desigualdades de oportunidades educacionais. Internacionalmente, a bandeira da educação deixa de ser monopólio da UNESCO e passa a ser dividida com outras agências como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, UNICEF. Empresários que antes apoiavam a educação, no máximo, como caridade, e viviam na prática dos preços baixos dos produtos fabricados com mão de obra desqualificada, agora buscam treinar melhor seus empregados e concordam em contribuir para que as escolas formem melhor seus alunos, e lhes forneçam mão de obra mais qualificada. Esse interesse renovado pela educação chega também aos políticos, que falam de suas realizações e promessas na área da educação para ganhar votos e, quando eleitos, já começam a não usar os ministérios e secretarias de educação como moedas partidárias nas negociações de apoios e de votos.

A grande questão da educação brasileira, hoje, é como transformar o antigo sistema montado pelo Ministério da Educação nos anos 1930, e conservado sem mudanças fundamentais ao longo de quase 60 anos, em um sistema moderno, eficiente, abrangente e adaptado aos novos tempos. Este livro ajuda a entender parte do problema, que é o da origem de muitas práticas que hoje podem nos parecer óbvias e naturais, mas que foram opções de determinada época e momento, nunca mais revistas. Coisas como a centralização administrativa, que faz das secretarias de educação de estados como São Paulo e Minas Gerais, com centenas de milhares de funcionários, estruturas quase impossíveis de administrar; a prioridade dada aos títulos e diplomas sobre os conteúdos; a crença no poder dos currículos definidos no papel e controlados por sistemas burocráticos e cartoriais; a existência inquestionada de instituições vetustas como os antigos conselhos oficiais de educação; a predominância do formalismo e do ritualismo nos processos pedagógicos; e o isolamento que acabou ocorrendo entre o mundo da educação e o mundo real, esvaziando o sentido do primeiro e limitando seus recursos. As novas palavras de ordem são envolvimento da comunidade com as escolas, descentralização, autonomia, iniciativa local, avaliação, uso de novas tecnologias, ênfase nos conteúdos. Os temas da alma ressurgem com novas roupagens, como a preocupação com o meio ambiente, o vínculo das escolas com as comunidades, e os direitos e deveres da cidadania. É uma revolução em andamento, que vem ocorrendo tanto no nível federal como em muitos estados e municípios, e que já se reflete nos grandes números, com a explosão da educação média e o aumento nos anos de escolaridade das crianças, mas que ainda está longe de adquirir forma e se completar.

A cultura, nos tempos de Capanema, também era vista como campo de construção da alma nacional. Nos anos 1920, o modernismo havia vislumbrado a possibilidade de construção de um país mais autêntico, menos mimético, e essa busca do "Brasil Real" na literatura, na pintura e na música se mesclava com a busca de um "Brasil real" na política e na vida em sociedade, onde o formalismo da república oligárquica pudesse ser substituído pela construção de um Estado nacional forte e voltado para o progresso e para o futuro. Essa aproximação entre a busca da autenticidade e o autoritarismo político era dominante naqueles anos, em que as democracias pareciam condenadas ao fracasso, e os autoritarismos de esquerda e de direita se confundiam em nome dos valores, supostamente mais altos, da cultura e da nacionalidade. Capanema, inspirado por Francisco Campos, apoiado em Carlos Drummond e Alceu Amoroso Lima, procura construir seu projeto cultural em cima dessa ambigüidade. Por um lado, havia que valorizar os homens de letras, as artes, e criar para isto um mecenato estatal. Por outro, havia que produzir os símbolos culturais do Estado Novo, que substituíssem a iconografia da República, que mal conseguira desmontar a hagiologia do Império.[4] Os símbolos do novo Brasil buscariam suas raízes nos mitos da cultura indígena e nas epopéias dos bandeirantes; os monumentos do passado deveriam ser recuperados e preservados na memória nacional; e o novo país se consubstan-

4. Veja, para a construção da iconografia do Império, Lilia Moritz Schwarcz, *As Barbas do ImperadoR: D. Pedro II, Um Monarca nos Trópicos* (São Paulo, Companhia das Letras, 1998); e para a República, José Murilo de Carvalho, *A Formação das Almas — o imaginário da República no Brasil*), São Paulo, Companhia das Letras, 1990). Gustavo Capanema também se dedicou, pessoalmente à construção da imagem do Estado Novo, a partir de uma obra de síntese das realizações do governo Vargas que nunca chegou a ser publicada. Veja, a respeito, Simon Schwartzman, *Estado Novo — Um Auto-Retrato. (Arquivo Gustavo Capanema)* (Brasília, Editora da Universidade de Brasília, Coleção Temas Brasileiros, vol. 24, 1983),

ciaria nas paradas cívicas, nos grandes projetos arquitetônicos de Piacentini e Lúcio Costa, nas iconografias nativistas de Portinari, e nos grandes concertos orfeônicos de Villa Lobos. As correspondências de Drummond, Mário de Andrade e Portinari, neste livro, mostram o lado escuro deste projeto ambicioso, que não seria suficiente, no entanto, para desfazer a imagem que ficou dos tempos de Capanema como uma época de ouro do mecenato cultural.

A principal realização do Estado Novo na área da cultura talvez tenha sido a implantação de um sistema de recuperação e preservação do patrimônio artístico e cultural do país, que daria testemunho do passado mais autêntico e da identidade nacional que se buscava construir. Tão forte foi a atmosfera que envolveu a política de preservação do patrimônio que, até hoje, aquele período é lembrado como a "idade de ouro" do patrimônio brasileiro. Era o projeto ambicioso de organização e sistematização da cultura brasileira em todas as suas manifestações que entusiasmava Mário de Andrade e Rodrigo Mello Franco de Andrade e que encontraria outro breve momento de brilho nos anos 1970, sob a liderança do designer Aloísio Magalhães.[5]

Para a cultura, como para a educação, cabe indagar em que medida os pressupostos e os formatos institucionais criados naqueles tempos ainda subsistem, e se deveriam ser recuperados ou substituídos por outros supostos e instituições. A "cultura" do antigo Ministério da Educação e Cultura se transformou hoje em um Ministério próprio, que já não tem a missão de construir os símbolos e a mitologia da nacionalidade e se dedica, sobretudo, a manter ainda viva a chama do mecenato, mas sem um objetivo claro e definido. Em parte, trata-se de recuperar e reativar as tradições e costumes de populações empobrecidas e marginalizadas, não para construir a partir daí uma nova Cultura nacional, como pensaria talvez Mário de Andrade, mas simplesmente, para recuperar o sentido de identidade e respeito próprio dessas populações.

A rotina do patrimônio, sucessivamente identificada em uma nova sigla que é definida em uma seção do Ministério da Cultura, é hoje mais uma rotina burocrática e funcional do que a expressão de idéias e projetos ou a atualização de dinâmicas mais sintonizadas com o novo perfil de sociedade metropolitana e da informação que a sociedade brasileira vem adquirindo. A recuperação e preservação do patrimônio histórico são, cada vez mais, iniciativas associadas à indústria do turismo, e não à preocupação com a recuperação da memória nacional. Existem mecanismos para o financiamento de produtos culturais para o mercado de consumo — sobretudo filmes e teatro — cujo principal propósito parece ser sua própria existência como indústria cultural, e não mais o estímulo ao fortalecimento de conteúdos culturais específicos.

Há quem lamente esta pulverização e comercialização da cultura, e sinta falta dos projetos ambiciosos, ainda que frustrados, do passado. Há quem acredite, ao contrário, que existe uma nova cultura em formação, muito mais fragmentada e complexa do que a dos projetos do passado, combinando a vida local com o mundo global, a língua nacional com a língua franca das comunicações, o mundo das idéias e o mundo do trabalho, e dando prioridade a valores individuais e interpessoais, como os da competência, responsabilidade, criatividade, solidariedade e pluralismo, e não mais aos valores do Estado, da Nação e da Cultura.[6] Voltar aos tempos de Capanema é voltar, de alguma forma, às matrizes de valores, idéias e instituições que ainda perduram em nosso inconsciente, encarnados em nossas leis e instituições, e que nos impedem de saber se realmente ainda as queremos, ou se devemos procurar outros rumos e alternativas.

Simon Schwartzman
Helena Maria Bousquet Bomeny
Vanda Maria Ribeiro Costa

5. Cf. Helena Bomeny, "O patrimônio de Mário de Andrade". Em: *A invenção do patrimônio*. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Promoção. Rio de Janeiro, IPHAN, 1995; e Helena Bomeny, "Patrimônios da Memória Nacional". Em *Cadernos de Debates*. Secretaria de Cultura da Presidência da República. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, 1992, pp.1-14.

6. Esta nova visão da cultura fragmentada em um mundo interdependente está muito bem caracterizada por José Joaquín Brunner, em *Un espejo trizado: ensayos sobre cultura y políticas culturales*. Santiago, FLACSO, 1988. Veja também Simon Schwartzman, *A Redescoberta da Cultura*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

INTRODUÇÃO

Não é possível falar de educação e cultura no Brasil sem a menção de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde de Getúlio Vargas de 1934 a 1945.0 edifício do Ministério da Educação no Rio de Janeiro, construído em sua gestão, segundo as linhas modernistas de Le Corbusier, simboliza até hoje a imagem que ficou para muitos de uni ministro esclarecido, avançado para a sua época, defensor da cultura e das artes, promotor da educação. "As conseqüências do que ele fez", diz-nos Pedro Nava, "são incalculáveis. Siga você o meu raciocínio. Sem o prédio do Ministério da Educação (recebido na ocasião como obra de um mentecapto) não teríamos a projeção que tiveram na época Lúcio Costa, Niemeyer, Carlos Leão e Cândido Portinari. Foram entendidos por Capanema e seus auxiliares próximos (Drummond, Rodrigo, Mário de Andrade e outros). Sem essa compreensão não teríamos tido a Pampulha, concepção paisagística e arquitetônica prestigiada pelo imenso Kubitschek. Sem Pampulha não teríamos tido Brasília, do mesmo Juscelino Kubitschek, que desviou nosso curso histórico — levando o Brasil para o seu Oeste. A raiz de tudo isto, a semente geradora, o adubo nutridor estão na inteligência de Capanema e de seus auxiliares de gabinete."[1]

De fato, o arrojo dos murais e das linhas arquitetônicas do Palácio da Cultura, no contexto intelectual daqueles anos, criou uma auréola de progressivismo e coragem intelectual ao redor do ministro e sua equipe que até hoje se mantém, e que se propaga para as outras atividades por eles também desenvolvidas, na reforma do ensino secundário, na organização da Universidade do Brasil, na implantação do ensino industrial, na criação do Instituto do

1. Pedro Nava, comunicação pessoal a Helena Bomeny, 21 de janeiro de 1983.

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nos grandes programas nacionais de saúde pública, e tantas outras.

No entanto, é uma imagem que tem seus contraditores: "Tenho para mim que a ação renovadora desse ministro no campo da cultura, ainda que exagerada, através do apoio aos projetos de Niemeyer e Portinari, e das atividades do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional entregue á clarividência competente de Rodrigo Melo Franco de Andrade, tem levado a estender esta atuação para o campo da educação, onde, no entanto, os resultados foram inexpressivos." Nesta perspectiva, teria sido de fato "muito pequena e inexpressiva a contribuição real de Gustavo Capanema aos destinos da educação nacional".[2] Entender como surgem estas imagens contraditórias, e em que consistiu, realmente, a ação do Ministério da Educação naqueles anos, é um dos objetivos centrais deste livro.

Nos seus onze anos à frente do Ministério da Educação e Saúde, assim como nos demais anos de sua longa carreira politica, Gustavo Capanema mostrou ser um homem de grande probidade pessoal, e totalmente dedicado à realização de objetivos que considerava de grande interesse público. A doação de seu vasto arquivo pessoal ao Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas só pode ser entendida como um gesto coerente com esse passado. Seu arquivo contém milhares de cartas pessoais, recortes de jornais que cobrem várias décadas, anotações e rascunhos de textos que mais tarde seriam — ou não — convertidos em lei, textos de discursos, elogios e críticas de seus opositores.

Um dos grandes méritos dos arquivos pessoais é que eles nos permitem ir além das versões oficiais e públicas dos fatos, aproximando-nos das pessoas de carne e osso que são os verdadeiros protagonistas da história. A busca desta dimensão mais profunda não deve, no entanto, ser confundida com a crença na existência de uma "história se-. creta" e não confessada, em contraposição à versão pública e supostamente parcial e enganosa das coisas. A pesquisa de materiais de arquivos pessoais não tem o objetivo de descobrir o que "verdadeiramente" aconteceu, dentro de uma visão conspirativa da história, e muito menos o de revelar fatos e detalhes que só interessam à intimidade das pessoas. O que este tipo de material permite é adquirir uma vido muito mais rica e complexa dos fenômenos históricos, a partir das motivações e visões de seus protagonistas. Que estes protagonistas fazem parte de um contexto muito mais

2. Alberto Venâncio Filho, comunicação pessoal aos autores, 18 de outubro de 1983.

amplo, sobre o qual têm pouca influência, e que muitas vezes nem sequer chegam a compreender, não precisa ser repisado. Entender suas motivações e os propósitos de suas ações não significa, necessariamente, aceitar que as coisas ocorreram como eles as viam, percebiam ou queriam. Significa, isto sim, compreender como eles viam o mundo que os circundava, e como agiam a partir dessa compreensão.

Através deste material é possível ir além da pessoa do ministro e ter uma visão muito mais profunda e complexa daqueles tempos de Capanema à frente do ministério do que a que poderíamos obter pela simples projeção das linhas retas e harmônicas do edifício modernista que o simboliza.

Estudar os tempos de Capanema significa, acima de tudo, abrir uma janela para o ambiente intelectual, politico e ideológico daqueles anos e, assim, entender melhor o legado que deles recebemos. Foram tempos conturbados e contraditórios. Nascido na passagem do século, Capanema se educou junto à elite intelectual mineira, viveu a excitação revolucionária da década de 1930 e ocupou, por muitos anos, uma posição central em relação aos assuntos de educação e cultura no pais. Estes foram também os anos da ascensão do fascismo, da Guerra Civil Espanhola, da intensificação dos conflitos ideológicos, do Estado Novo e do eventual alinhamento brasileiro contra as potências do Eixo. Sua carreira, sua obra politica e administrativa estão profundamente marcadas por estes eventos.

Em 1924 o jovem Gustavo se forma na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais e é eleito orador da turma. Volta, depois, para sua cidade natal, Pitangui, onde advoga, dá aula de psicologia infantil e ciências naturais na Escola Normal, e é eleito para a Câmara de Vereadores. Em 1930, vem para Belo Horizonte como oficial-de-gabinete de Olegário Maciel, de quem se torna secretário do Interior após a Revolução de 30, da qual participa ativamente. Assume interinamente a interventoria do estado em 1933, após a morte de Olegário Maciel, transferindo-a três meses depois para Benedito Valadares. Antes, havia participado da fundação do Partido Progressista Mineiro, que derrota o Partido Republicano Mineiro nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte de 1934. Assume o Ministério da Educação e Saúde em 1934, nele permanecendo até a queda do Estado Novo em 1945.

Os onze anos do ministério Capanema decorrem, assim, em presença de um poder legislativo atuante, continuam pelo período de paroxismo do poder autoritário implantado em 1937, e desembocam nos anos de progressiva liberalização politica que se seguiram ao alinhamento brasileiro com os Aliados,

já na década de 1940. Eles incluem as rebeliões da Aliança Nacional Libertadora, de 1935, e da Ação Integralista, de 1938, assim como as reações e expurgos que a elas se sucederam. Em 1945, Capanema participa, à sua maneira, da tentativa de dar continuidade ao governo Vargas de forma adaptada aos novos tempos, e depois se transforma em líder preeminente do Partido Social Democrático em Minas Gerais, que ajuda a organizar. É eleito deputado federal por Minas em todas as legislaturas a partir de 1946, sendo eleito senador pela ARENA em 1971, na qual havia ingressado em 1965.[3]

Este livro não pretende ser uma biografia acabada de Gustavo Capanema, nem uma história exaustiva sobre sua gestão no Ministério da Educação e Saúde. Não há aqui nenhuma tentativa de reconstruir a vida pessoal do ex-ministro, sua personalidade, suas relações pessoais e familiares, seu dia-a-dia. Não existe, tampouco, esforço em listar e analisar, com minúcias de detalhe, todas as iniciativas e ações de seu ministério em seus onze anos de atividade. Para a primeira tarefa, o arquivo de Gustavo Capanema seria uma fonte muito limitada, já que os papéis ali reunidos se limitam, quase sempre; à atuação política, educacional e cultural de seu titular. Existem muito mais elementos para a segunda, desde que fosse complementada por um levantamento sistemático da legislação pertinente. Seriam dois trabalhos de valor histórico e documental inestimável. Optamos, no entanto, por tentar uma linha distinta: tratar de reconstruir as grandes intenções e projetos que mobilizaram o Ministério da Educação naqueles anos, buscando ver, por um lado, suas matrizes políticas e ideológicas no ambiente da época e, por outro, o que ocorreu quando tratou-se de levá-los à prática. Para isto foi necessário acompanhar os anos de formação política de Capanema até a sua entrada no ministério, suas principais influências e seus principais contatos; traçar um quadro, ainda que sumário, das grandes correntes de pensamento que, impulsionadas por instituições, movimentos e indivíduos mais influentes, marcaram o clima do debate político sobre educação e cultura naqueles anos; e ir até aos grandes projetos de reforma institucional, geralmente corporificados em textos legais que eram posteriormente revistos, discutidos, eventualmente sancionados e aplicados com maior ou menor sucesso.

A estrutura geral do livro é simples. O primeiro capítulo trata do ambiente político e intelectual de Minas Gerais na década de 1920 e durante o

3. Para uma biografia abrangente de Gustavo Capanema, ver o respectivo verbete no Dicionário histórico-biográfico brasileiro editado pelo Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1985.

Governo Olegário Maciel, quando Capanema ingressa na vida pública e aspira, por algum tempo, à sucessão do governo estadual. Datam dessa época seus vínculos com o movimento de outubro, com Francisco Campos e mesmo com Alceu Amoroso Lima, que teriam sobre ele grande influência. No capítulo seguinte, Capanema já se encontra no Rio de Janeiro, como ministro da Educação, e o que se procura é mostrar como as questões de política educacional eram vistas pelos diversos grupos e correntes ideológicas de então. Fica claro, neste capítulo, que as esperanças postas na Educação naqueles anos eram enormes, e que todos esperavam, cada qual à sua maneira, que o Ministério da Educação desempenhasse um papel central na formação profissional, moral e política da população brasileira, e na constituição do próprio Estado nacional. Era natural, assim, que as atividades do ministério se desdobrassem em dois grandes planos, que na realidade eram percebidos como profundamente interligados: em um nível mais concreto, era necessário dar forma e conteúdo a todo o sistema educativo, desde seu ápice, a universidade, até o ensino industrial e agrícola para os trabalhadores urbanos e rurais, passando por sua espinha dorsal, que era o ensino secundário. Em um nível mais amplo, era necessário ir além das escolas e universidades. Era preciso atuar diretamente sobre a cultura e a sociedade, criando as normas e instituições que mobilizassem os jovens, definissem o papel e o lugar das mulheres e trouxessem os imigrantes estrangeiros para o grande projeto de construção nacional. Os capítulos subseqüentes tratam da ação ministerial nestes dois níveis — o da mobilização e participação cívica — a ação cultural, o projeto da juventude brasileira, o da regulamentação do papel da mulher na família, o da nacionalização do ensino — e o das reformas educacionais. Ao final, há um capitulo que caracteriza os momentos finais da presença de Capanema no governo Vargas, e resume, pelo menos em seus pontos principais, as conclusões de todo o trabalho.[4]

4. Partes deste texto circularam em versões preliminares sob diversas formas: Simon Schwartzman. "O intelectual e o poder: a carreira política de Gustavo Capanema", apresentado no seminário sobre a Revolução de 30 organizado pelo CPDOC em outubro de 1980 e publicado em A Revolução de 30: seminário internacional (Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983), pp. 365-398; e "A Igreja e o Estado Novo: o estatuto da família", Cadernos de Pesquisa (São Paulo, Fundação Carlos Chagas) 37, maio de 1981, pp. 71-77; Simon Schwartzman e Rosa Maria Barbosa de Araújo. A Universidade padrão (trabalho apresentado à 4ª. reunião anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, outubro de 1982); Helena Maria Bousquet Bomeny. Organização do juventude: a política de mobilização da juventude no Estado Novo e Nacionalização do ensino; a gênese do intolerância (documentos de trabalho do CPDOC, 1981.1982); Vanda Maria Ribeiro Costa, Educação e política no Estado Novo: a reforma do ensino secundário de 1942 (documento de trabalho do CPDOC, 1982).

A presença do Ministério da Educação se dava ainda em um terceiro nível, que não será tratado aqui, que é o da saúde. O arquivo de Capanema contém extenso material sobre a ação do governo no combate às diversas doenças tropicais, na construção de hospitais em todo o país, assim como sobre sua participação em conferências e campanhas internacionais relacionadas ao tema. E um material que merece estudo especializado, quando não seja pelas inevitáveis marcas que aqueles anos deixaram para a futura organização dos serviços médicos e sanitários do país. No entanto, os grandes dilemas contemporâneos da área de saúde — medicina preventiva versus curativa, previdência pública versus medicina privada, a questão dos custos, a questão da saúde mental — não se colocavam naqueles anos com a mesma intensidade que as questões educacionais e de formação ética e moral dos cidadãos, e eram tratados de forma rotineira e não problematizada.

Finalmente, incluímos ao final deste volume uma seleção de quase cem cartas recebidas ou enviadas por Capanema entre 1916 e 1945. Elas foram escolhidas em função do significado histórico ou biográfico que possam ter, e para melhor documentar as análises do estudo. A correspondência de Mário de Andrade é a única que está apresentada na íntegra, pela sua importância especial, que vai além dos temas tratados neste livro. Ao todo, são dezenove cartas de Mário de Andrade, quinze trocadas com Alceu Amoroso Lima, sete com Le Corbusier, quatro com Carlos Drummond de Andrade, Francisco Campos, Cândido Portinari, padre Leonel Franca e Gilberto Freire, e cartas isoladas com uma grande variedade de políticos, educadores e intelectuais, incluindo George Dumas, Lúcio Costa, Francisco Negrão de Lima, Ciro dos Anjos, Oliveira Viana, Augusto Frederico Schmidt, Menelick de Carvalho, Emílio Moura, Rubem Braga e outros. Estão incluídas, também, algumas poucas cartas que não de Capanema, mas constantes de seu arquivo e relevantes para a temática deste volume. Exceto a carta de Francisco Campos a Getúlio Vargas, de 1931, parte do arquivo de Getúlio Vargas, todas as demais têm seus originais depositados no arquivo Gustavo Capanema.

O que ocorria na área da educação e da cultura naqueles anos fazia parte de um processo muito mais amplo de transformação do país, que não obedecia a um projeto predeterminado nem tinha uma ideologia uniforme, mas que tem sido estudado, mais recentemente, como um processo de "modernização conservadora."[5] É um processo que permite a inclusão progressiva de elementos de racionalidade, modernidade e eficiência em um contexto de grande centralização do poder, e leva à substituição de uma elite política mais tradicional por

outra mais jovem, de formação cultural e técnica mais atualizada. É natural que os membros desta nova elite, que vêem seus espaços se alargarem, se identifiquem com as virtudes do novo regime, mesmo que percebendo, e freqüentemente criticando, muitas de suas limitações. Isto explica, sem dúvida, a visão contraditória que muitas vezes temos dos tempos de Capanema — tempos da arte moderna, da educação moral e cívica, da criação da Universidade do Brasil, do fechamento da Universidade do Distrito Federal, do estímulo ao ensino industrial, do predomínio da cultura clássica sobre a científica nas escolas, da organização nacional da juventude, do apoio ao rádio e ao teatro, da censura ideológica e do apoio e abertura de espaço para os intelectuais. Tempos conturbados, tempo real.

É possível que o leitor menos familiarizado com os tempos de Capanema se impressione com a proximidade dos personagens da época ao pensamento conservador e autoritário, assim como aos regimes fortes que então pareciam dominar progressivamente a Europa. É preciso ter em conta, no entanto, que a guerra ainda não havia mostrado todo o horror no qual o fascismo europeu desembocaria, e que o sistema político liberal estava sob forte assédio tanto da esquerda quanto da direita. Derrotado o fascismo e instaurada a democracia, o liberalismo e as formas políticas não-autoritárias ganharam, naturalmente, novos conversos, e houve um processo quase inconsciente de amnésia coletiva que encobriu muito das idéias, projetos e ações que eram publicamente propalados e defendidos anteriormente. Mas não só as lideranças políticas do pais não se alteraram substancialmente no após-guerra, como muitas das instituições por elas criadas se manteriam inalteradas pelos anos vindouros, dando ao Estado brasileiro uma série de características que se contrapunham ao liberalismo revigorado e recém-implantado pela Constituinte de 1946. Hoje já é possível olhar para o passado com mais tranqüilidade, e desta forma entender melhor o Brasil que estava sendo gestado naqueles anos, e do qual somos herdeiros.

---

5. Sobre as teorias de modernização conservadora ver, entre outros, Elisa Maria Pereira Reis, The Agrarian Roots of Authoritarian Modernization in Brazil, 1890-1930 (tese de doutoramento, Massachusetts Institute of Technology, 1979, 315 pags.); e "Elites agrarias, State Building e autoritarismo", Dados — Revista de ciências sociais (Rio de Janeiro), 25(3), pp. 331-348; Octávio Guilherme Velho, Capitalismo autoritário e campesinato, São Paulo, Difel, 1976; e "Modos de desenvolvimento Capitalista, Campesinato e Fronteira em Movimento", Dados — Revista de ciências sociais Rio de Janeiro, 13, 1976; e Simon Schwartzman, Bases do autoritarismo brasileiro. 2ª edição. Rio de Janeiro, Campus, 1982.

AGRADECIMENTOS

Este livro não poderia ter sido escrito sem a decisão de Gustavo Capanema de abrir sua vida de homem público à pesquisa histórica. Foi uma intenção que se manifestou ao longo dos anos, na coleta e organização de um vasto arquivo particular destinado à posteridade; e que se concretizou na doação e cessão dos direitos deste arquivo pessoal ao Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas — CPDOC A Gustavo Capanema, pois, o nosso primeiro agradecimento.

Mais do que um centro de documentação, o CPDOC é hoje um núcleo significativo de pesquisas sobre a história social e politica do país, dando a seus pesquisadores as condições indispensáveis de trabalho e liberdade de pensamento sem as quais a pesquisa histórica não pode existir. Gostaríamos de registrar, desde logo, o papel central que Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco vem desempenhando para o fortalecimento desta vocação acadêmica do Centro que fundou e que dirige.

É difícil para o leitor avaliar a imensa massa de documentos que tiveram que ser vistos, examinados e selecionados para a preparação deste volume. Contamos, para isto, com a colaboração e paciência dos pesquisadores diretamente responsáveis pela organização do arquivo Paulo Sérgio Moraes de Sá, Maurício Lissovsky e Manoel Rolph de Viveiros Cabeceiras — que também leram o livro em sua versão preliminar e contribuíram com suas críticas e comentários. Queremos também agradecer a colaboração de Rosa Maria Barboza de Araujo na preparação do capítulo sobre a Universidade do Brasil e o projeto da Cidade Universitária.

O passado é sempre visto com os olhos do presente, e por isto qualquer estudo de eventos, intenções e ações pretéritas tem sempre uma grande dose

de subjetividade na escolha dos temas; fatos, evidências e interpretações, da qual não estaríamos isentos. Para evitar, no entanto, maiores erros de interpretação ou omissão, pedimos a várias pessoas que lessem e comentassem este livro em diferentes etapas de sua elaboração. Nem todas as sugestões recolhidas puderam ser adotadas, e nem todos concordaram com a nossa maneira de ver e apresentar este ou aquele aspecto da história. É possível, assim, que nem todos fiquem satisfeitos com o resultado final. Para nós, no entanto, foi uma ajuda inestimável. Queremos agradecer de público e registrar, entre esses leitores, os nomes de Alberto Venâncio Filho, Ângela Maria Castro Gomes, Aspásia Camargo, Bruno Alípio Lobo, Edgar Flexa Ribeiro, Jacques Schwartzman, João Batista de Araújo e Oliveira, José Murilo de Carvalho, Lúcia Lippi de Oliveira e Pedro Nava. Queríamos agradecer ainda à equipe de editoração do CPDOC — Cristina Mary Paes da Cunha, Carlos Alberto Lopes e Elisabeth Xavier de Araujo pelo trabalho competente e minucioso de preparação dos originais.

Finalmente, é importante registrar o apoio inestimável da Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, ao fortalecimento institucional e aos trabalhos de pesquisa do CPDOC/FGV, sem o qual pouco do que é hoje este centro, bem como nosso trabalho, poderia existir.

Apesar de toda a ajuda recebida, os autores reservam para si a total responsabilidade pelos conceitos, interpretações e análises incluídas neste volume, que de nenhuma forma podem ser tomados como refletindo a opinião do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, da FINEP ou das pessoas cuja colaboração e crítica ora agradecemos.

NOTA

O arquivo Gustavo Capanema foi entregue ao CPDOC em 1978. É constituído de aproximadamente 200.000 documentos — entre documentação escrita, fotografias e recortes de jornais — que refletem com riqueza de detalhes a trajetória privada e pública de seu titular.

O volume e a abrangência desse acervo recomendavam uma forma de organização que resguardada a diversidade original, permitisse o acesso fácil e imediato do pesquisador às matérias de seu interesse. Por esta razão, foi o arquivo dividido em séries que acompanham principalmente as funções públicas desempenhadas por Gustavo Capanema, contendo cada série, vários dossiês temáticos.

Encontram-se organizadas e abertas a consultas as séries relativas ao "governo de Minas 1930-1933" (série e) e ao "Ministério da Educação e Saúde 1934-1945: Administração (série]), Educação e Cultura (série g) e Saúde e Assistência Social (série h)". Nas mesmas condições, estão as séries de interesse geral como "correspondência" (série b) e "produção intelectual" (série pl).

Como o trabalho de organização do restante do acervo ainda não está concluído, a codificação dos documentos — utilizada como referência nesta publicação — deve ser considerada provisória, sujeita a alterações que a organização definitiva e completa obrigue.

I

TEMPO DE POLÍTICA

1

DE MINAS PARA O RIO

Os intelectuais da rua da Bahia

Elites tendem a gerar seus intelectuais, e Minas Gerais não seria exceção. São as elites que têm recursos para mandar seus filhos às melhores escolas, dar-lhes familiaridade com diversas línguas, abrir-lhes o mundo dos livros e das idéias. Ao mesmo tempo, os homens de elite tendem a viver muito, a manter suas posições de poder até a velhice, desta forma, custam a passar para os mais jovens as suas posições. Nem todos os intelectuais, evidentemente, têm esta origem, mas esse parece ter sido o caso de um grupo de jovens que, na década de 1920, agitava as ruas de Belo Horizonte com suas estripulias, acompanhavam como podiam os modismos intelectuais do Rio e São Paulo e se preparavam, uns para a vida política, outros, principalmente, para a vida contemplativa. Basta lermos as memórias de Pedro Nava para reconhecer a intensidade dessas experiências e as marcas profundas que elas deixaram na vida de seus protagonistas. Basta listarmos alguns dos nomes das rodas intelectuais de então — Abgar Renault, Pedro Aleixo, Gustavo Capanema, Emílio Moura, Carlos Drummond de Andrade, Mílton Campos, João Pinheiro Filho, João Alfonsus, Mário Casassanta, Afonso Arinos de Melo Franco, o próprio Nava — para perceber que também eles deixaram suas marcas na vida de seu estado e seu país.

Dentre esses, dois teriam papéis profundamente distintos, mas igualmente importantes. Carlos Drummond de Andrade desenvolveria uma obra poética e literária da melhor qualidade, até chegar à posição de destaque que hoje ocupa como uma das figuras centrais de nossas letras. Gustavo Capanema entraria ativamente na vida política aos 30 anos, como secretário do Interior do governo Olegário Maciel, e dela não mais sairia. O que nem todos recordam é que,

durante muitos desses anos, Drummond foi o seu chefe-de-gabinete, o intermediário eficiente, discreto e silencioso entre o político Capanema e tantos que dele dependiam ou a ele se dirigiam.

Refazer o lado pessoal e mais profundo do relacionamento entre estes dois homens igualmente reservados, inteligentes e igualmente vitoriosos em suas respectivas carreiras exigiria muito mais do que poderíamos pretender. Basta dizer que os dois, de alguma forma, se complementavam. Capanema, homem de cultura humanística e pretensões intelectuais, dedica-se inteiramente à política, sem uma obra intelectual própria que ultrapassasse os limites do que os seus diversos cargos exigiam; Drummond, mais do que simples funcionário público, teria podido, quem sabe, seguir uma carreira política própria, que prefere, aparentemente, não realizar, em benefício de sua obra literária. É como se Capanema fizesse a política de Drummond, e este realizasse as ambições intelectuais do chefe e amigo.

Drummond e Capanema parecem haver assim, na prática, resolvido a questão do relacionamento sempre difícil entre o intelectual e o poder, através de uma associação na qual cada um assumia de forma exclusiva um dos papéis. Se Drummond renunciava de bom grado ao poder, Capanema, no entanto, jamais renunciou explicitamente à sua pretensão intelectual, que mantinha pela preocupação com questões relativas à educação e cultura, pela amizade pessoal que cultivava com escritores, pintores e artistas em geral, e pelo hábito de estudo e leitura. Ele procura ser, sempre, um intelectual no poder. A grande questão é entender como ele consegue, ou não, combinar as duas coisas dentro de si mesmo.

Existe uma tentativa de resposta a esta pergunta feita não por Capanema, mas pelo próprio Drummond. Em 1941 a Confederação Brasileira de Desportos inicia a preparação de uma biografia de Capanema, a ser publicada como exemplo e modelo para a juventude brasileira. Várias partes são solicitadas a vários autores, e a Carlos Drummond de Andrade cabe escrever sobre a "Experiência de um intelectual no poder,"[1] que é exatamente o tema que nos preocupa.

Drummond inicia pela descrição do ambiente intelectual de Belo Horizonte na década de 1920, daquele pequeno grupo de jovens que se reuniam na Livraria Alves, na rua da Bahia, a caminho do palácio da Liberdade. Era, sem dúvida, um grupo de intelectuais:

1. Carlos Drummond de Andrade. "Experiência de um intelectual no poder". (Cópia de uma crônica de Drummond enviada a Capanema por José Gomes Talarico, em 25 de abril de 1941.)

> Os debates versavam sobre literatura, arte, ciência, desportos, regimes políticos e alimentares, bailes, finanças, o temporal e o espiritual. Fazia-se livremente a crítica de homens e costumes. Nenhum valor era aceito por simples tradição ou presunção; tinha de ser analisado miúda e implacavelmente. Os ataques seriam às vezes injustos; os louvores, mais raros, não o eram nunca. Despreocupados de qualquer conveniência de partido ou de indivíduo, os circunstantes tinham aquela ferocidade intelectual, espontânea e gratuita, sem a qual não medra o livre exame (...) Como a atitude do grupo fosse meramente especulativa, o governo, sempre vigilante quanto aos fermentos da dissolução, deixava-o existir. Eram os 'intelectuais', e nesta classificação havia um pouco de desdém da força maciça em frente aos belos mas inofensivos torneios da inteligência. Na realidade, porém, estes intelectuais interceptavam na rua da Bahia o trânsito ascendente para o palácio da Liberdade e, ao tropismo exclusivo para o poder constituído que ameaçava constituir-se em traço novo da índole montanhesa, opunham o espírito da sátira, de equilíbrio e de revisão. Tínhamos assim a rua da Bahia levando ao governo e ao mesmo tempo se afastando dele.

Se Capanema participava desse grupo, era bem pouco típico. "De todos", lembra Drummond, "era talvez o mais terrível consumidor de livros. Era também o mais ascético, e não participava do gosto que um ou outro freqüentador do recinto sagrado nutria pelas peregrinações noturnas aos bares, com declamação de poemas do modernismo nascente e largo consumo de cerveja gelada." Em relação à política, Drummond o descreve como "dos espectadores mais frios, cuidando menos de julgar o governo do que de ignorá-lo, para melhor se consagrar à análise pura do fenômeno político, numa espécie de inconsciente preparação ideológica para a atividade de governo que em breve lhe seria dado exercer". Era o "homem de livro e de lâmpada", o "clérigo puro", que se viu, um dia, chamado às contingências da vida política.

É só em 1930, segundo Drummond, ao se abrirem as portas para a renovação política, que Capanema inicia sua insuspeitada carreira. "Tudo que havia lido, pensado e sentido até então e que parecia torná-lo particularmente inapto para o governo foi se revelando, pouco a pouco, a preparação justa e essencial de que precisamente carecia para governar, em novos tempos, com uma instabilidade que governo nenhum conhecera antes."[2]

O intelectual Capanema começa sua carreira como secretário do Interior, ou seja, chefe de polícia. Entretanto, segundo Drummond, ele não fez uso da

2. Na lembrança de Pedro Nava, a política não era um objetivo na vida do jovem Capanema. "Ao contrário disto, ele foi sempre, como seus companheiros, um moço irreverente, idealista, simples, despreocupado de qualquer carreirismo e mais dado às letras e à cultura que propriamente à política. Esta sucedeu-lhe na vida como um acaso e nela se viu transformado no maior homem que já passou pelo Ministério da Educação. Nós, seus companheiros, e que guardamos secreta mágoa da política que nos roubou — quem sabe? — um grande ensaísta, um grande crítico de literatura e arte, talvez um prosador, talvez um poeta. (Comunicação pessoal a Helena Bomeny, em 21 de janeiro de 1983.)

força[3] e, acima de tudo, não traiu sua condição de intelectual. E este teria sido, talvez, o aspecto mais notável dessa carreira, porque, para Drummond, "o intelectual é, por natureza, inclinado à traição. Sua atitude no mundo é puramente extática e, assim, pode ser perfeita; no momento, porém, em que se desloca do plano da contemplação para o da ação, essa atitude corre todos os riscos de corromper-se (...). A inteligência apresenta-se quotidianamente em estado de demissão diante da vida, e é no intelectual que esta tendência niilista opera com maior agudeza. Não admira, assim, que a família dos intelectuais tenha trazido uma contribuição tão fraca ao progresso das instituições políticas, quando chamada a trabalhar diretamente sobre elas. Essa contribuição é, entretanto, imensa no domínio do abstrato, como se o intelectual fosse incapaz não só de concretizar as idéias como de pensar a realidade".[4]

Que significa não trair? Para Drummond, escrevendo em 1941, "Capanema soube ser, na sua província natal, como está sendo em cenário mais amplo, um intelectual no poder, sem as abdicações, os desvios e as inibições que o poder, via de regra, impõe aos intelectuais." Seu trabalho no governo de Minas foi, ainda segundo Drummond, "uma obra-prima de inteligência aplicada ao governo", e talvez tivesse sido traição renunciar ao uso da inteligência. "A experiência do clérigo do poder foi vivida largamente por Gustavo Capanema. Dez anos já escoados, é lícito reconhecer que ele a viveu com perfeita dignidade espiritual", afirma Drummond. Não trair significaria, então, não perder a dignidade?

Mais do que o uso da inteligência e a preservação da dignidade — que não são, afinal, características exclusivas dos intelectuais —, o que talvez tenha estado mais presente no espírito de Drummond, ao afirmar que Capanema "não traiu", foi sua fidelidade constante aos temas culturais e aos círculos intelectuais que o político cultivava. Em 1978, Drummond recorda em uma crônica que o ministro Capanema "foi no MEC uma usina de idéias que se tornaram realidades. Varreu a rotina e implantou novas formas de educar e civilizar o homem brasileiro. Foi o ministro que deu maior atenção às inovações artísticas, mas foi também o ministro que cuidou da erradicação da lepra e da malária, da organização do ensino industrial e da educação física (...) E foi também o homem humilde por excelência, que não se cansava de ouvir a opinião dos entendidos, as críticas bem-intencionadas, até, suportando com paciência cristã, as mal-intencionadas".[5]

Inteligência, dignidade, preocupação com temas culturais, humildade. A política, infelizmente, não depende somente das qualidades pessoais dos líderes, mas da maneira pela qual os conflitos que se manifestam na vida pública são por eles resolvidos e administrados. Capanema se notabiliza, como bom mineiro, pela tentativa constante de unir os contrários, de evitar definições categóricas, de não aceitar rompimentos. Na crônica de 1978, Drummond chega a afirmar que "Capanema seria precisamente o homem indicado para a tarefa de conciliar a mentalidade revolucionária com as reivindicações já agora inelutáveis da opinião pública", e lamenta que, apesar disso, ele tenha sido preterido em sua reeleição para o Senado. Seria o dom de conciliar uma outra prova da não traição?

Na realidade, o tema da "traição" só se torna importante porque foi Drummond quem o trouxe, o que faz presumir que ele também deveria ser significativo, de alguma forma, para o próprio Capanema. Quando Drummond fala do intelectual contemplativo, extático e sem apetite para a vida prática, ele está se referindo sem dúvida a um tipo especial de intelectual, que substitui o envolvimento mais profundo com o mundo real por uma atitude estetizante freqüentemente estéril e autodestrutiva, quando não acompanhada de talento verdadeiro que lhe devolve, de alguma maneira, o vínculo com o mundo. O predomínio deste tipo de atitude entre os intelectuais mineiros, que sem dúvida ocorria, talvez possa ser entendido pela própria descrição de Drummond das perspectivas de futuro de sua geração, nos anos da República Velha: "Completada a formação intelectual, tinham que optar pela burocratização em torno do governo ou pela aceitação pura e simples de uma profissão sem brilho. O governo oferecia emprego a todos, mas não permitia que participassem da direção dos negócios públicos. Cada bacharel em sua promotoria, cada médico em seu hospital; a direção do Estado ficava entregue a meia dúzia de iniciados, detentores de fórmulas mágicas e confidenciais, que realizavam o bem do povo sem que ninguém, nem mesmo o povo, o percebesse. Veio a revolução e trouxe à gente nova uma perturbadora ocasião para intervir e revelar a sua força e capacidade."[6]

3. Não é isto que surge, no entanto, de uma análise independente da atuação da Secretaria do Interior no período onde abundam as queixas quanto ao uso arbitrário da força à disposição dessa secretaria para a consecução de seus objetivos. Ver: Helena Maria Bousquet Bomeny, "A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30". Em: Ângela Maria de Castro Gomes et alii. *Regionalismo e centralização política — Partidos e Constituinte nos anos trinta.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

4. Carlos Drummond de Andrade. "Experiência de um intelectual no poder", op. cit.

5. Carlos Drummond de Andrade. "Capanema faz falta? Enorme". *Jornal do Brasil,* 7 de dezembro de 1978.

6. Carlos Drummond de Andrade. "Experiência de um intelectual no poder", op. cit. A dependência dos intelectuais da época, particularmente os mineiros, em relação ao governo é bem documentada em: Sérgio Miceli, *Intelectualidade e classe dirigente no Brasil* (1920-1945). São Paulo, Difel, 1979.

Os intelectuais da rua da Bahia não eram, basicamente, homens de letras perdidos na provinciana Belo Horizonte, mas uma geração bem-nascida, bem-educada, e represada em suas aspirações de influência e poder. Ela se constitui, assim, em *intelligentsia* que olhava inevitavelmente com rancor e desesperança para as oportunidades que os velhos oligarcas do palácio da Liberdade lhes negavam. Abertas as comportas do sistema político com a Revolução de 30, estes jovens, em sua maioria, lançaram-se com todas as forças à vida política, sem trair, mas na realidade cumprindo sua vocação de intelectuais. Poucos, como os poetas Emílio Moura e Drummond, teriam o talento e as condições pessoais adequadas para fazerem da literatura não somente um estilo, um adorno ou um traço a mais de sua cultura, mas sua forma mais alta de realização pessoal. Para os demais, a política foi o caminho.

***

Segundo uma biografia oficial, constante dos arquivos, eram pais de Gustavo Capanema o "Sr. Gustavo Capanema e a Sra. Marciana Júlia Freitas Capanema, pertencentes ambos a tradicionais famílias mineiras, às quais se acham vinculados nomes de destaque nas atividades intelectuais e políticas do Estado". Nascido em Pitangui, no ano de 1900, é enviado para cursar o ginásio em um colégio dirigido por padres alemães, o Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte. Dessa época data sua amizade com Gabriel Passos, que reconstituiu, anos depois, a infância do amigo: "Não me parece que Capanema tenha sido menino muito dedicado ao papagaio, armar arapuca, nadar no córrego, pegar passarinho, atirar bodoque, 'ferrar luta' etc. Desde cedo, o que o preocupou foram os livros e as distrações menos movimentadas."[7] Criança e jovem arredio, estudioso, formal, Capanema termina os estudos secundários no Ginásio Mineiro, já que o Colégio Arnaldo seria temporariamente fechado nos anos da Primeira Guerra Mundial.

Há uma carta do jovem Capanema ao pai, dessa época, que relata o fechamento do colégio, e as dificuldades que daí advieram: "Os acadêmicos se dirigiram para lá e obrigaram aos padres o fechamento imediato do colégio. Foi ontem à uma e meia da tarde. Os alunos internos foram entregues aos respectivos correspondentes. Alguns não os têm, entre os quais também eu. Fomos, pois, entregues ao Sr. secretário do Interior, que nos colocou em uma pensão familiar por conta do Estado até que os pais deliberem o que se deve fazer." A nova situação cria problemas financeiros inesperados, que devem ser resolvidos

7. Gabriel Passos. "Infância de Capanema". Rio de Janeiro, dezembro de 1940.

para que Capanema possa se preparar para os exames do Ginásio Mineiro: pensão, roupas novas, professores particulares... "Como vê você, foi um ato bem violento este fechamento tão imediato e imprevisto do colégio. Deu grandes despesas aos pais dos alunos. Quanto ao destino dos padres eu nada sei. No colégio eles não estão. O estabelecimento está fechado e guardado pela polícia."[8]

Terminado o curso secundário, o caminho natural é a Faculdade de Direito, onde se forma em 1924. Já nessa época participava ativamente do grupo intelectual da rua da Bahia, e sua correspondência mostra relações de grande amizade com Mário Casassanta, Abgar Renault, Gabriel Passos, Emílio Moura. Terminado o curso de Direito, volta para a cidade natal de Pitangui, onde trabalha como advogado, professor na Escola Normal e vereador na Câmara Municipal, até que funções mais altas o trazem de volta a Belo Horizonte. A Faculdade de Direito é, acima de tudo, treinamento para a vida política. Em 1923 Capanema escreve ao pai sobre algumas de suas atividades: "As ocupações relativas à escola, ao centro acadêmico e à Procuradoria têm-me impedido de mandar-lhe, com assiduidade, minhas notícias." A carta inclui também referência a uma questão política de importância local, que era a transferência do distrito de Onça do município de Pequi para o de Pitangui, onde já fica claro o envolvimento precoce de Capanema neste tipo de problema.[9]

O clima político na Faculdade de Direito pode ser apreendido pela carta que lhe envia Gabriel Passos a propósito da formatura. As negociações e manobras são intensas para decidir quem será o orador da turma. "A luta que aqui se trava é grande," diz o missivista. Há um longo relato de conversa havida com "N" em uma negociação complicada cuja importância se perde no tempo. "N" teria dito "coisas boas de se ouvir de um correligionário, mas que ditas por um adversário político me comove tanto quanto às pedras. A minha resposta foi que eu de tal modo estava empenhado com os amigos que não lhe podia dar resposta formal e menos em nome dos amigos". Em vão se buscará nesta correspondência o que une ou divide as pessoas, além da força das amizades e lealdades pessoais. "Se Abgar, Mário, tu e eu e mais os nossos nos firmarmos e dissermos — vamos até o fim, sairemos do quadro — acreditas que eles não se chegarão?"[10]

8. Carta de Capanema ao pai, 6 de novembro de 1916. Arquivo Gustavo Capanema, série Infância de Capanema, em fase de organização.

9. Carta de Capanema ao pai, 1923. Arquivo Gustavo Capanema, série Infância de Capanema, em fase de organização.

10. Carta de Gabriel Passos a Capanema, 11 de abril de 1924. Arquivo Gustavo Capanema, série Infância de Capanema, em fase de organização.

O que está em jogo é o prestígio pessoal de uns e outros, é "sair do quadro", deixar de colocar nomes e fotografias no tradicional quadro de formatura que anualmente era exposto à sociedade mineira pelos bacharéis que se formavam, era a suprema afronta e ameaça que condicionava toda a disputa que termina com a eleição de Capanema para orador. Era uma política essencialmente sem conteúdo; mas o estilo e a intensidade estavam bem presentes.

A volta a Pitangui, como professor da Escola Normal, lhe dá a chance de entrar em contato com a reforma educacional iniciada por Francisco Campos em sua gestão como secretário do Interior do governo Antônio Carlos. Trabalha como advogado, viaja para Belo Horizonte e Rio de Janeiro quando pode, e prepara sua carreira política a partir da base, como vereador em sua cidade natal. Não é um começo entusiasmado: "Vou ao Rio amanhã," escreve para a mãe, de Belo Horizonte. "E depois voltarei de novo para Pitangui, onde me espera, além do mais, a maçada de ser vereador. É uma pilhéria dolorosa."[11]

Pilhéria ou não, dedica-se às suas funções com seriedade, tomando parte em comissões, dando pareceres jurídicos quando necessário, sem abandonar suas outras atividades. Participa também da política estadual, e um discurso em homenagem a seu conterrâneo Francisco Campos, em 1929, já vaticina maiores vôos:

> "Tive conhecimento da alta eloqüência e do rasgado pensamento que assinalaram os teus discursos de saudação ao Campos. Gostei e fiquei satisfeito por verificar que andas cada vez mais distanciado de Locadieu; és real, e, portanto, mais forte. O destino de Locadieu é regulado por Maurois que arranjou um esquema engraçado para a desgraça; o teu destino é puramente o destino. Depois, a tua força não está apenas na tua inteligência nem na tua cultura; sempre esteve na tua persistência. Não veja em mim atitudes irônicas: sou de natural pouco agudo e prezo aos meus amigos. Mas, a tua persistência em Pitangui tem qualquer coisa de heróica, como aquelas assentadas valentes diante aos livros. E o que te libertará de Pitangui; tanto afrontarás a cidade que te tornarás superior a ela. Um dia ela deixará de existir em ti."[12]

Com a posse de Olegário Maciel no governo do Estado, em setembro de 1930, ele é convidado para chefe-de-gabinete do Presidente do Estado, levado provavelmente pelas mãos de Campos. Participa da Revolução de 1930 nesta posição, e é logo depois nomeado para o posto-chave de secretário do Interior de Minas Gerais.

11. Carta de Capanema à mãe, 2 de abril de 1927. Arquivo Gustavo Capanema, série Infância de Capanema, em fase de organização

12. Carta de Gabriel Passos a Capanema, 28 de março de 1929. Arquivo Gustavo Capanema, série Infância de Capanema, em fase de organização.

No poder, em Minas

"Minha querida mãe," escreve em 28 de outubro de 1930, "um abraço. Me informaram que a senhora não sabia que nós fizemos uma revolução, uma formidável revolução, para consertar este Brasil. Foram três semanas de barulho grosso, de tiroteio pesado, de vitórias magníficas, de inquietações horríveis e de esperanças maravilhosas. Afinal, vencemos. Venceu o povo mineiro. Venceu o povo brasileiro. Estou aqui em perfeita e doce tranqüilidade. Talvez vá ao Rio. Adeus. Com um abraço de seu filho, Gustavo."[13]

Vôos altos necessitam bases seguras, e Capanema as prepara com cuidado. Em 12 de janeiro de 1931, a vida da família já está organizada:

> Peço-lhe que me mande dizer com urgência onde está meu pai, pois o lugar dele já está arranjado. Ele deve ir morar em Pitangui, onde a senhora e ele deverão ter casa. O João e a Alice deverão instalar-se logo em Pitangui. O João já está contratado para professor da Escola Normal, devendo a nomeação dele para diretor sair nestes poucos dias. Meu pai irá para o cargo de escrivão da Coletoria Federal, tendo eu já arranjado um lugar para o Vital aqui em Belo Horizonte. O Corinto deverá submeter-se a rigoroso tratamento, para o que seria bom que consultasse um especialista daqui (...). Quero ver se arranjo para o José um lugar no Banco do Brasil, aqui na agência de Belo Horizonte (...). Seja como for, a nossa família fica instalada em Pitangui. Lá é que deve estar o nosso centro. Eu quero muito a Pitangui e não desejo separar-me daquele povo. Além disto, tenho lá interesses políticos. É principalmente por isto que preciso ter em Pitangui um ponto de descanso, ou um centro de informação e de trabalho. Espero que tudo isso se fará logo. Até que se normalize a situação, peço-lhe que me comunique todas as suas necessidades, para eu arranjar jeito para afastá-las.[14]

Que fazia, na década de 1930, um secretário do Interior em Minas Gerais? Terminado seu ciclo de política mineira em 1933, e antes de assumir o Ministério da Educação no Rio de Janeiro, Capanema escreve um resumo de suas atividades nos intensos anos que passaram, com vistas, possivelmente, a uma obra maior que nunca se completou. "Os decretos de minha pasta eram coisas comuns," lembrava então "pequenas aberturas de crédito, perdão, autorização de despesas, nomeações, aposentadorias, coisas assim."[15] O quadro que traça Carlos Drummond, na pequena biografia mencionada anteriormente, não é distinto:

13. Carta de Capanema à mãe, 28 de outubro de 1930. Arquivo Gustavo Capanema, série Infância de Capanema, em fase de organização.

14. Carta de Capanema à mãe, 12 de janeiro de 1931. Arquivo Gustavo Capanema, série Infância de Capanema, em fase de organização.

15. Apontamentos de Gustavo Capanema, s.d. GC/Capanema, G. 00.00.00/2, série pi.

A secretaria de estado que lhe confiou o velho presidente Olegário Maciel não oferecia grandes perspectivas de ação cultural. Não cuidava dos negócios do ensino. Seu conteúdo consistia em juízes, soldados e municípios. Nestes últimos, o campo de ação seria realmente enorme e sugestivo, mas o regime federativo com base na autonomia municipal, não obstante a revolução vitoriosa, sufocava ainda qualquer veleidade de influência profunda no organismo das comunas. O governo era um espectador graduado da vida municipal, comparecendo para aplaudir ou aprovar, mas sem os meios de ação eficazes para intervir. Os demais assuntos da secretaria — magistratura e polícia — não convidavam à elaboração intelectual. Gustavo Capanema teve assim o privilégio de movimentar um aparelho governamental a que não correspondia nenhuma tarefa substancial e de conseguir movimentá-lo realizando uma obra-prima de inteligência aplicada ao governo.[16]

Esta tarefa sem substância era, sobretudo, política. Ela consistia, essencialmente, em um jogo delicado de poder, que se realizava em duas frentes. Em nível nacional, o básico era manter os canais abertos e a lealdade ao novo governo federal, e utilizá-lo como ponto de apoio para consolidar a posição de poder dentro do estado. No nível estadual, tratava-se de fazer a operação inversa, ou seja, manter e consolidar o máximo de apoio das lideranças políticas regionais e locais, e utilizá-lo como capital político para manter as boas graças do governo federal. A estratégia de sobrevivência da velha oligarquia mineira ante o ímpeto da revolução vitoriosa havia consistido em apoiar o lado vencedor e, assim, pela lealdade ao novo regime, tratar de preservar o estado dos ventos renovadores que o tenentismo triunfante ameaçava. Era necessário manter a lealdade ao novo regime antes que outros o fizessem, amaciar, tanto quanto possível, o impacto dos novos poderes que se acumulavam no Rio de Janeiro, sem alterar em maior profundidade as formas tradicionais de vida e poder político do estado.

É possível que isto tenha sido feito de forma muito mais intuitiva — uma intuição quase que inata para a obtenção e preservação do poder — do que a partir de uma estratégia explicitamente concebida. Drummond, no texto que estamos utilizando, trata de explicar esta estratégia de maneira um tanto crítica, mas de toda forma clara:

De dezembro de 1930 a setembro de 1933, Gustavo Capanema conseguiu, quase sozinho, manter o contato entre Minas e o poder central. À primeira vista, parece pouco. É muito, se considerarmos as circunstâncias da época e o que esse contato veio a representar na evolução da vida nacional. Capanema arrostou as maiores incompreensões, inclusive por parte de amigos íntimos. (Como é trágico ter razão contra o amigo íntimo!) Minas Gerais era trabalhada por forças diversas, dentro e fora do seu território, e estas tendiam antes à desagregação do que à composição. Ao lado de agitadores malévolos, que queriam a desordem, havia homens de boa fé, repelindo o princípio de colaboração com o governo federal. Tudo conspirava por que Minas se desinteressasse da Revolução de Outubro e, desinteressando-se, entravasse o desenvolvimento natural dessa revolução.[17]

16. Carlos Drummond de Andrade. "Experiência de um intelectual no poder", op. cit.

O arquivo Capanema mostra alguns aspectos deste trabalho. Três de novembro de 1930. Feita a revolução, ela ameaça devorar seus criadores. No palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, Capanema anota os eventos daqueles dias: "Hoje aclaram-se os horizontes. A tempestade que ontem se armara contra Minas passou e nos resta apenas esse amargo inevitável de toda a decepção, mesmo a mais injustificada. A nossa decepção não foi porém injustificada. O gaúcho não andou bem com Minas, e sejam quais forem os acontecimentos futuros, que não se apague a lembrança dessa ferida e a lição dessa experiência."[18] As notas relatam negociações delicadas com Osvaldo Aranha a respeito da participação de Minas no novo governo, que terminam com a indicação de Francisco Campos para o novo ministério.

Logo em seguida, a questão a preocupar é a permanência de Olegário Maciel no governo do Estado na qualidade de presidente eleito (e como tal inamovível), e não como simples delegado de Vargas. Oito de novembro. Capanema escreve a Francisco Campos: "O Dr. Olegário entende que não deve ser considerado mero interventor do governo federal, sujeito a exoneração, como no projeto (de reorganização política do país) se declara. É fora de dúvida que a reorganização dos Estados tem que ser feita é mesmo por meio de interventores ou delegados do Governo Provisório, livremente demissíveis. Entende, porém, o Dr. Olegário que tal providência não deve ser tomada em relação a Minas e ao Rio Grande, cujos governos, tendo promovido oficialmente a revolução, subsistem depois dela, com a mesma legítima autoridade de que foram investidos pelo povo, que os elegeu.(...) Não se diga que a situação do país está inteiramente transformada e que a medida deve ser de caráter geral. Em Minas e Rio Grande a situação não se modificou, pois ali os chefes de governo foram os próprios chefes revolucionários, tendo procedido como representantes legítimos do povo, o que tudo lhes dá um caráter sem dúvida nenhuma excepcional. Por tudo isto, quer o Dr. Olegário que a sua situação não se modifique, permanecendo com as mesmas prerrogativas e direitos de presidente de Minas, seu chefe revolucionário.[19]

17. Idem, ibidem.
18. Apontamentos de Gustavo Capanema, s.d., GC/Capanema, G. 00.00.00/2, série pi.
19. Carta de Capanema a Francisco Campos, 8 de novembro de 1930. GC 30.11.03, doc. 2, série e.

A fidelidade a Vargas, condição essencial para o sucesso de sua política, é exercida por Capanema de forma escrupulosa, desde os primeiros momentos no governo de Minas até o célebre discurso de 1954, quando Capanema, líder do governo no Congresso, sai em defesa de seu presidente à beira da deposição e do suicídio. No entanto, em um momento de frustração, Capanema lembra com amargura a figura do presidente, em seu primeiro contato pessoal: "A primeira vez que vi Getúlio: em companhia do Campos e do Lanari, no Catete, à noite. Não me lembro o dia. Mas foi em dezembro de 1930. Lanari falou de finanças. Eu não tinha assunto. Visita a Minas. Impressão penosa. Homem frio, inexpressivo; não achei nenhuma flama, nenhuma simpatia; sem ardor, sem luz; não inspirando confiança; homem impróprio para aquele momento criador; cheio de reticências, de silêncios, de ausência; olhando para cima, não olhando para a gente; um riso difícil, riso sem alegria, sem malícia, mas com maldade; um físico redondo, com pequena estatura, com um ventre dilatado, as pernas apertadas numas calças brancas curtas; sapatos de fantasia; sem gravidade, sem emoção; uma pronunciação estranha de gaúcho; enfim uma figura incapaz de seduzir, de incitar ao trabalho, de convocar ao sacrifício, de organizar uma nação apenas saída da fornalha revolucionária." A visita a Minas, em fevereiro de 1931, também é recordada por Capanema com hostilidade: "O Getúlio falou ao Olegário sobre a fundação da Legião, deve ter pedido que a fundasse. Não ouvi, mas soube depois. Diz-se que foi pedido de Campos. Teria ele querido a Legião? A divisão de Minas? Em seu discurso falou da união de Minas. Duplicidade? Hipocrisia?" Como hipocrisia terá sido, certamente, a aproximação de Vargas com a Igreja: "No dia 23, às 11 horas, *Te Deum* na São José. Fiquei perto do Getúlio. Getúlio, Olegário, Afrânio, Capanema. D. Cabral oficiou, João Rodrigues falou: *apostet illum regnare.* 1, Cr., XV, 25. Getúlio não ajoelhou. Protestante? Dizem que tem um filho chamado Lutero. Positivista, talvez. Talvez nada."[20]

É claro que esta já era a perspectiva de 1934, Capanema destituído da interventoria de Minas Gerais, que exercia interinamente desde a morte súbita de Olegário Maciel, substituído pelo inesperado Benedito Valadares e sem nenhuma idéia clara do lugar que lhe caberia no futuro governo. A nomeação para o Ministério da Educação e Saúde reataria a continuidade de sua carreira política e lealdade a toda prova ao chefe de governo.

20. Apontamentos de Gustavo Capanema, s.d. GC/Capanema, G. 00.00.00/2, série pi.

Capanema, Francisco Campos e a Legião de Outubro

Francisco Campos foi o mentor político e intelectual de Capanema neste período. Campos havia sido secretário do Interior em Minas no governo Antônio Carlos, e nesta posição teve uma atuação importante nas articulações que colocaram Minas ao lado vencedor da Revolução de 30. Além disto, a pasta do Interior incluía a responsabilidade pela área de educação, e Campos foi responsável por uma série de iniciativas inovadoras nesta área, incluindo a realização da Segunda Conferência Nacional de Educação em Belo Horizonte, em 1928, assim como a vinda de alguns educadores europeus que trouxeram para o Estado uma filosofia pedagógica inovadora. Um dos primeiros postos de Capanema foi, exatamente, o de professor de psicologia infantil na Escola Normal de Pitangui, durante a gestão de Campos. É aí, sem dúvida, que se dá o primeiro contato de Capanema com as novas correntes de reforma educacional, da qual ele assumiria o papel principal anos mais tarde. (O governo Olegário Maciel cria uma secretaria da Educação independente, que fica assim fora da alçada de Capanema quando este assume a secretaria do Interior.)

Com a revolução, Campos vai para a esfera federal, como fiador da aliança entre Vargas e Olegário, deixando Capanema em seu lugar. É por isto natural que as viagens de Capanema ao Rio sejam geralmente para encontrar Campos, e com ele traçar as grandes estratégias. Nessa época, apesar da intensa atuação de Campos na área da educação, são os temas políticos que predominam, pelo menos do ponto de vista de Capanema.

A posição de representante do governo Olegário Maciel junto ao Governo Provisório não é, evidentemente, cômoda para Francisco Campos, que procura se identificar com os setores mais radicais do novo regime, e a partir daí construir sua própria base de sustentação em Minas Gerais, que independesse da velha e ainda intocada estrutura de apoio do Partido Republicano Mineiro. Isto era formulado em termos de uma ideologia que afirmava a necessidade de criar um governo forte, dotado de uma ideologia social bem definida, e que pudesse se livrar do peso morto da política oligárquica tradicional sem, no entanto, cair no que ele considerava serem as ilusões ultrapassadas da democracia liberal. Esta estratégia, ao ser traduzida para a realidade da política brasileira e suas bases de sustentação em Minas Gerais, tinha duas conseqüências. Uma era a necessidade de enfraquecer a política tradicional do estado, e substituí-la por uma estrutura política própria, cujo principal instrumento seria a Legião de Outubro. A outra era a de envolver a Igreja Católica como fonte de inspiração ideológica e

legitimação política para a nova ordem que se buscava estabelecer. A similaridade entre este projeto e os regimes fascistas e totalitários que começavam a se instalar na Europa nessa época não é, por certo, casual. Diversamente dos exemplos alemão e italiano, no entanto, o projeto de Francisco Campos buscava uma vinculação com a Igreja Católica que só seria tentada mais tarde em Portugal e, principalmente, na Espanha. Além disto, e apesar da Legião de Outubro, os esforços de substituir as bases tradicionais de poder oligárquico não conseguiram chegar nunca às formas de mobilização radical que eram a marca registrada do nazifascismo nascente.

Em suas notas retrospectivas, Capanema revela como estava envolvido no esquema político de Campos:

> Minha primeira viagem ao Rio foi a 5 de dezembro, sexta-feira. Na Estação Pedro II o Campos esperava-me. Fui no seu automóvel, com ele, até Copacabana e fiquei hospedado em sua casa. No caminho, o Campos já tratou do assunto comigo: liquidar o Bernardes. Fiquei espantado, julguei isso um absurdo. Eu estimava o Bernardes. O plano inicial de Campos não era a fundação da Legião ou de outro partido em Minas. Era a reorganização da Comissão Executiva do PRM com a liquidação de Bernardes. Achei difícil e arriscado. Além de tudo, ingrato e injusto. O Campos objetava com os tenentes, o Getúlio, a salvação de Minas, os ideais revolucionários. Depois de vários dias de conversa, regressei. Regressei a 11 de dezembro, chegando a Belo Horizonte a 12, sexta. Vim disposto a falar ao Olegário. No fundo, vim do Rio disposto a auxiliar o Campos na trucidação do Bernardes.[21]

Os detalhes do jogo político que se seguiu já são conhecidos, e não precisam ser repetidos aqui. A hostilidade a Artur Bernardes cresce progressivamente, a Legião de Outubro é criada em Minas com o objetivo de alterar suas bases, com a participação de líderes tradicionais de Minas em oposição a Bernardes, principalmente Antônio Carlos, e em certo momento (agosto de 1931) o próprio governo Olegário Maciel vacila ante uma tentativa de deposição tramada desde o Rio de Janeiro. O conflito é contornado no início de 1932 pelo chamado "acordo mineiro", que dá a Bernardes o direito de indicar alguns nomes para o secretariado do Estado. O movimento constitucionalista de São Paulo consolida a cisão, que se transformará no confronto entre o velho PRM e o novo Partido Progressista, que domina as eleições para a Constituinte de 1934.[22]

O envolvimento de Capanema com a Legião foi feito a contragosto, com relutância. Recordando o início de 1931, Capanema escreve em suas notas retrospectivas que, em fevereiro, "o Campos já havia entregue ao Olegário um

21. Idem, ibidem.
22. Ver Helena Maria Bousquet Bomeny, op. cit.

plano para a Legião: coisa vasta, com uma parte civil e outra militar. Osvaldo e Góis. Coisa cheia de bobagens. Não me lembro quando tais bases (...), mas vieram bem antes. O Osvaldo estava então com um prestígio extraordinário. Herói nacional. Foi com tal força que depois se atirou contra nós".[23]

De qualquer forma a linha de ação de Campos estava traçada, e não havia como fugir dela. "No dia seguinte, 25 de fevereiro, ia ter nova ocupação, novos motivos de inquietação: o manifesto da Legião. Foi escrito pelo Carlos, revisto por mim, emendado, acrescido. O Lanari só no dia 26 tomou conhecimento. Olegário não queria que eu assinasse o manifesto. Bernardes andava queixoso de mim, o Olegário não queria mais motivos de aborrecimento com ele. Foi o Campos que, a custo, conseguiu que minha assinatura saísse."[24]

O "Manifesto aos Mineiros", assinado por Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari (então secretário das Finanças de Minas Gerais), é um documento de sete páginas, retórico, que descreve os males do Brasil antes de 1930, a participação de Minas na revolução e a necessidade de consolidá-la. O arquivo Capanema conserva a versão original, datilografada, redigida presumivelmente por Carlos Drummond, com emendas e correções feitas pelo punho de Capanema, dando-lhe a forma final. É significativo observar o que é suprimido e o que é acrescentado ao texto inicial: "Fizemos uma revolução de duplo e marcado caráter", dizia o texto inicial, "pugnando ao mesmo tempo pelo restabelecimento das franquias legais e pela recuperação de nossa economia, gravemente comprometida pelos que não souberam ou não quiseram enfrentar de ânimo claro os problemas práticos e urgentes do trabalho agrícola e industrial, do crédito e da produção cafeeira, do aproveitamento e circulação de nossa riqueza."[25] Esta expressão tão tímida de compromisso com um programa de recuperação econômica do país é suprimida, e em seu lugar, ao final do manifesto, Capanema dá sua própria síntese do que foi a revolução brasileira e ao que a Legião se propõe, ou seja, defender a vitória da revolução e realizar seus ideais. E explica:

> Defender a vitória da revolução brasileira é combater contra todos os seus inimigos, que são de três categorias: inimigos oriundos do velho regime (os governantes depostos, os aderentes hipócritas e os viciados e corruptos de toda espécie); inimigos existentes no seio da própria revolução (os revo-

23. Apontamentos de Gustavo Capanema, I.d., GC/Capanema, G. 00.00.00/2, série pi.
24. Idem, ibidem.
25. Manifesto da Legião de Outubro Mineira (datilografado), datado de 26 de fevereiro de 1931. GC LL.M-A. 31.02.26, série pi.

lucionários sem convicção, os revolucionários preguiçosos ou céticos e os revolucionários violentos); e inimigos de origem externa (todos os propagandistas e pregoeiros e apóstolos de doutrinas políticas exóticas e inadaptáveis à solução dos problemas brasileiros).

Realizar os ideais da revolução brasileira era desenvolver em busca deles uma dupla ação, a "ação política e a ação educativa". A ação política incluía, além do apoio ao governo e ao programa da Aliança Liberal, "organizar e mobilizar a opinião pública para que ela seja capaz de conhecer os problemas nacionais e de propor para eles as soluções adequadas e oportunas; e ser intermediária entre o povo e o governo, para estabelecer entre eles o necessário equilíbrio e harmonia". A ação educativa consistia, essencialmente, em "manter e fortalecer o espírito de unidade nacional e pregar e desenvolver os altos sentimentos e as grandes virtudes humanas".[26]

Organizações de mobilização social no estilo da Legião de Outubro têm algumas características bem definidas. Elas não são, simplesmente, organizações governamentais, já que a participação em seus quadros é aparentemente voluntária, e o grau de envolvimento das pessoas é muito maior do que o de simples burocratas ou cidadãos no cumprimento de suas atividades rotineiras. Elas não são, no entanto, organizações da sociedade civil, já que dependem, no mínimo, da anuência de pessoas dotadas de poder político e da proximidade com a estrutura militar da sociedade. Nos regimes fascistas europeus, os grupos de mobilização — camisas pretas, camisas pardas — funcionavam como instrumento de vigilância e controle sobre a própria máquina administrativa e militar do governo, e de combate a tentativas de organização independente e competitiva por parte de outros grupos da sociedade civil.

Ocupando a secretaria do Interior, que controlava a polícia do Estado, Capanema estava em posição privilegiada para tentar montar uma estrutura deste tipo. A experiência estrangeira não foi, evidentemente, ignorada. "Excelentíssimo senhor doutor", escreve a Capanema o representante italiano no Rio de Janeiro, V. Cerruti, em 1931, "tenho a honra de enviar-lhe a nota de expedição de uma caixa contendo alguns volumes relativos à legislação fascista, de modo que lhe seja possível ter um quadro completo da obra ingente cumprida pelo governo fascista em seus nove anos de existência. Mantenho ainda a promessa feita durante minha estada em Belo Horizonte de enviar-lhe cópia da *Memoria Ilustrativa sulla Milizia Voluntaria por la sicurezza nazionale* (Memória

26. Idem, ibidem.

ilustrativa da Milícia Voluntária para a segurança nacional). Disponha livremente de mim para qualquer coisa em que lhe possa ser útil."[27]

A convocação para as atividades da Legião é feita pelo uso explícito da autoridade governamental. Em fevereiro de 1931, telegramas circulares são enviados aos líderes políticos e chefes locais em todo o estado, de maneira a não deixar dúvida que suas lealdades são requeridas. "Temos a satisfação comunicar-lhe que nesta data organizamos Legião de Outubro no estado de Minas Gerais, devendo ser publicado amanhã no órgão oficial o apelo que dirigimos ao povo mineiro no sentido de apoiá-la material e moralmente", começava o texto enviado ao coronel José Venâncio Augusto de Godói, de Além-Paraíba, idêntico aos enviados aos demais detentores de cargos públicos. Depois de descrever rapidamente as atividades da Legião, o telegrama terminava: "Designamos V.S. para delegado da Legião nesse município, com incumbência de aí organizar núcleo legionário que represente o pensamento e aspirações do município. Seguirão instruções minuciosas. Pedimos sua resposta por telegrama. Saudações cordiais. (aa.) Francisco Campos, ministro do Governo Provisório; Gustavo Capanema, secretário do Interior; Amaro Lanari, secretário das Finanças."[28] Para líderes políticos sem responsabilidades administrativas diretas, telegrama mais curto era enviado pedindo apoio e colaboração: "Apelamos prezado amigo sentido colocar toda sua influência e prestígio a serviço da grande causa legionária de cuja rápida e vitoriosa organização depende a segurança, a estabilidade e o êxito das iniciativas do novo regime republicano."[29]

O projeto era ambicioso e incluía não só a substituição do tradicional PRM e sua liderança pela Legião, como também a organização de uma estrutura militar que respondesse não ao governo do estado, mas à liderança da Legião. Em maio de 1931 o jornal *A Batalha* publica uma carta supostamente enviada a Francisco Campos por um seu correligionário, segundo o qual "a marcha da Legião vai indo às mil maravilhas ... .). O PRM vai desmoronando como um castelo de cartas. No dia da parada, que será grandiosa, o PRM exalará o último suspiro e será impossível ressuscitá-lo." Nesta carta há também referências à idéia de substituir a Força Pública no interior do estado por uma 'guarda cívica' que obedeceria ao chefe da Legião. Esta intenção provoca, naturalmente, reações

27. Carta de V. Cerruti a Capanema, 28 de agosto de 1931. GC/Cerruti, V., doc. 47, série b.

28. Telegrama circular de Francisco Campos, Capanema e Amaro Lanari ao José Venâncio Augusto de Godói. Fevereiro de 1931. Arquivo Gustavo Capanema.

29. Idem a líderes políticos.

entre os oficiais da Força Pública. Um manifesto anônimo, circulado entre eles, dá o tom:

> Os bravos soldados, que galhardamente se bateram nas várias frentes mineiras pelo ideal da liberdade, serão abandonados, ao desamparo, nada valendo, para os homens que querem dominar o Estado, o sangue que generosamente derramaram (. . .). A formação de milícias fascistas, espalhadas pelos vários municípios do estado, visa substituir a Força Pública de Minas. Para isto, muito embora não se paguem aos funcionários, nem aos fornecedores das repartições públicas, há dinheiro bastante para a enorme encomenda de armamento que está a chegar e é destinada à milícia fascista. O plano vai ser executado pela mesma forma pela qual pretenderam afastar de Minas os bons mineiros que lutaram pelo nosso progresso, ao lado de nossa gente (. . .). O presidente Olegário já não delibera. Há um Rasputin a seu lado fazendo a desgraça de Minas. *Oficiais: Por Minas e pelo Brasil — Reagir enquanto é tempo.*

O aspecto visual e simbólico deste tipo de movimento é importantíssimo, e Francisco Campos se preocupa com todos os detalhes. Em 28 de março de 1931 envia um telegrama a Capanema, que já dá texto de um outro telegrama a ser enviado aos chefes municipais da Legião convocando para uma grande parada legionária em Belo Horizonte, para o dia 21 de abril. Cada município deveria "enviar pelo menos vinte milicianos com o uniforme da milícia legionária, isto é, camisa cáqui e gorro do mesmo pano", e o telegrama informava, também, que "as estradas de ferro Central e Leopoldina concederão grande abatimento nas passagens". Em outra correspondência, Campos trata com Capanema a questão do hino da Legião e da filmagem do grande acontecimento: "O portador lhe entregará também o hino da Legião, cuja música foi feita pelo Souto, autor do hino João Pessoa. A letra não vale nada; a música, porém, me parece muito melhor do que a do hino feito aí. Seria o caso de adotá-la oficialmente como hino da Legião, tanto mais que está sendo gravada pela Casa Edison em milhares de discos. É indispensável que seja filmada a parada. Não há em Belo Horizonte quem filme bem. A Botelho Films pede cinco contos para a filmagem. É capaz, porém, de reduzir o preço. Consulte ao Lanari se posso contratar pelo menor preço possível."[30]

Apesar dessas intenções, o projeto da Legião já nasce debilitado pelo seu próprio processo de criação. A força propulsora dos movimentos fascistas europeus sempre foi a mobilização de uma pequena burguesia decadente, de uma

30. Carta de Francisco Campos a Capanema. GC 31.02.26, doc. 66, série e. Outra carta mostra, ainda, que o filme com 540 metros acabou ficando por 5.400 mil-réis. GC 31.02.26, doc. 64, série e. Ver ainda: *A Batalha* de 14 de maio de 1931; e, também, *A Legião mineira e seus condenáveis propósitos*. GC 31.02.26-17, série e. Finalmente, GC 31.02.26, série e.

classe média acuada e sem perspectivas, que encontrava nesse movimento um lugar onde dar vazão a suas frustrações e seus desejos de participação. Em Minas, este componente social é ignorado ou inexistente, e os líderes convocados para chefiar a Legião nos municípios são seus chefes tradicionais de sempre. Para eles, aderir à Legião era simplesmente aderir mais uma vez ao governo. As antigas lealdades ao velho PRM são quebradas na medida do possível, prefeitos são substituídos quando necessários, mas a política mineira não se altera substancialmente, e o acordo mineiro restauraria, por algum tempo, o poder da velha geração.

A Legião de Outubro seria a precursora do Partido Progressista, fundado em 1933 por Olegário Maciel, e que comandaria a política de Minas até a Constituinte de 1934. "Da Legião de Outubro guardou-se, na memória dos políticos mineiros e de historiadores, uma lembrança tênue: somente os figurantes permaneceram e algumas referências pitorescas de seu comportamento na nova agremiação. Acreditamos, porém, que representou mais do que uma figuração: a Legião foi responsável por todo um movimento político iniciado em Minas Gerais que acabou definitivamente com o predomínio do PRM no estado. Além disso, influenciou no processo de reorganização partidária do estado, que resultou na formação de um partido com características distintas das suas e das do Partido Republicano Mineiro. O Partido Progressista, como 'partido do interventor', guardará com o governo central uma relação de compromisso que o PRM não conhecera."[31]

Deste novo partido estava excluído Francisco Campos, marginalizado do jogo político nacional e do processo de conciliação e recomposição política que se inicia após a Revolução Constitucionalista de 1932. Seu rompimento com Capanema é pessoal e amargo, e ocorre na disputa dos votos de Pitangui, base política de ambos, para a Constituinte de 1934: "Capanema", escreve Campos, "você não tem o privilégio do serviço de investigação e vigilância. Estou inteiramente a par das providências tomadas por você em relação a Pitangui. Não estranho que você peça votos para o PP e peça votos contra mim. Está no seu direito. Nem lhe peço nenhum tratamento de favor. O que, porém, me surpreende é que você pretenda capitular de crime qualquer ato de nobreza da população de Pitangui para comigo." E, mais adiante: "Você intima Pitangui a me negar pão e água, como a um aventureiro de estrada. Você exige que eu não tenha entrada na casa paterna; que, nela e entre os meus, eu seja tratado como inimigo e como

31. Helena Maria Bousquet Bomeny, op. cit., pp. 166-7.

réprobo." O grande inimigo agora é Antônio Carlos, que havia sido um dos fiadores da Legião de Outubro. "O que mais me comove, porém, Capanema, é que você, valendo-se de sua situação ocasional, queira impor a Pitangui um ato de tamanha indignidade, como o de, em troca dos vinténs que você lhe pode dar, entregar ao Antônio Carlos a sua alma e o seu coração, considerando indigno de reprovação e de castigo aquilo, exatamente, que distingue uma sociedade de homens de um aglomeramento de animais (...) Você intima Pitangui a ser ingrato, insensível e brutal. Você não lhe reconhece o direito de ter alma. Privando-o de alma, você terá dado à vingança de Antônio Carlos a mais completa satisfação." A carta termina no mesmo tom amargo: "Que inveja teria de você, se não fosse a pena que sinto de Pitangui e, particularmente, de sua mocidade e inteligência. Que dia não anuncia esta madrugada? Do amigo e admirador, Francisco Campos."[32]

A resposta de Capanema, de 29 de abril de 1933, é formal e conciliadora: "Doutor Campos," diz ela, "a sua carta me acusa de uma vilania. Não a cometi. (...) Não trabalhei direta ou indiretamente para que as portas do lar pitanguiense lhe fossem fechadas ou para que os votos do reconhecimento, da amizade ou da admiração lhe fossem negados na sua, na nossa terra. Muito menos pronunciei uma palavra que significasse desapreço pela sua admirável figura, ou desrespeito pelos seus preclaros antepassados. O que fiz e estou fazendo, com firmeza e claridade, é dizer aos seus conterrâneos, correligionários do Partido Progressista — de que sou um dos chefes —, que a orientação que lhes dou é a de votarem integralmente na chapa desse mesmo partido. (...) Estou cumprindo o meu dever, o qual é ainda mais belo porque é mais duro de cumprir e porque contraria os impulsos do coração. O senhor está envenenado pela intriga e exacerbado pela paixão. E pena que um homem de seu gênio, talhado para conduzir uma geração inteira de moços de ação e de cultura, não seja capaz da apolínea serenidade de um verdadeiro homem de Estado."[33]

De fato, a aventura da Legião estava terminada, os tempos eram outros, e a Campos só resta, pelo menos no momento, a indignação e a ira. Não perde, porém, a lucidez. Sua candidatura à Constituinte é mantida até o último momento e defendida em um documento denominado "Uma análise enérgica do momento político, cuja publicação a censura impediu". Nele, Campos coloca o dedo no aspecto crucial do estilo político que passaria a dominar a política

32. Carta de Francisco Campos a Capanema, s.d. (1933?). GC/Campos, F., doc. 6, série b.
33. Carta de Capanema a Francisco Campos, 29 de abril de 1933. GC/Campos, F-A, doc. 7, série b.

mineira a partir de então, a renúncia à independência e a um projeto político próprio em troca das benesses do poder:

> Até hoje, onde e sobre que problemas se ouviu a voz oficial de Minas? Qual o seu pensamento em tudo quanto se tem deliberado em todas as questões, sejam de ordem política, sejam de ordem econômica e financeira? Qual a contribuição oficial de Minas nos debates oficiais relativos à reconstrução das nossas instituições políticas? As suas exigências, os seus interesses, as suas tendências, as suas opiniões, que expressão já encontraram nos conciliábulos e nas combinações de que, entre os responsáveis pelo governo e pela direção do Brasil, têm sido objeto os rumos a se imprimirem nos negócios nacionais? A todas essas cogitações têm estado ausentes o governo de Minas e o seu partido. Minas não se interessa por essas vagas abstrações; não será por questões de idéias, de princípios e de doutrinas que Minas há de mover-se dos seus cômodos. O que aquele governo reclama é o que costuma reclamar uma prefeitura — nomeações e demissões de coletores, agentes fiscais e inspetores de ensino. Eis o seu quinhão e os sinais de seu prestígio. A prefeitura de Minas não tem outras aspirações a satisfazer. Talvez a de Patos seja mais exigente nas suas reivindicações...[34]

Uma amostra, sem dúvida, das grandes diferenças entre Capanema e seu mentor de início de carreira. Campos foi, sempre, um ideólogo, no sentido de que toda a sua atuação política se fazia a partir de determinadas idéias e concepções que lhe pareciam mais apropriadas para a época e para o jogo político no qual se envolvia. Capanema, sem deixar de ser também um homem de idéias, parecia mover-se muito mais pelas contingências do dia-a-dia, em uma estratégia de conciliação, de conservação e acúmulo de poder que, no final, se mostraria bastante realista e efetiva, ainda que acarretasse uma perda de autonomia e independência.

O pacto com a Igreja

Se a estratégia de mobilização política de Campos não teve resultados imediatos, sua outra estratégia, a de estabelecimento de um pacto com a Igreja, parece ter tido permanência e repercussões muito mais profundas. A Igreja Católica deveria oferecer ao novo regime uma ideologia que lhe desse substância e conteúdo moral, sem os quais, intuía Campos, ele não conseguiria se consolidar. Não importa, aqui, a convicção religiosa pessoal de Campos, mas o papel político e instrumental que lhe percebia para a Igreja em seu projeto político.

34. Francisco Campos. "Uma análise enérgica do momento político cuja publicação a censura impediu". (Panfleto). GC 33.03.08-A, pasta 1, doc. 29, série e.

Este papel fica bastante explícito na carta enviada por Campos, já agora ministro da Educação, a Amaro Lanari em março de 1931.[35] Nela, era enfatizada a necessidade de "pedir à Igreja, não somente inspiração, mas, também, modelos e quadros de disciplina e ordem espiritual". Nesta carta, Campos faz um pequeno histórico de sua atuação pregressa a favor da Igreja, lembrando que "antes de proposto o projeto de reforma constitucional em larga entrevista a *A Noite* e a *O Jornal*, levantei a questão das relações entre a Igreja e o Estado no Brasil, defendendo o ponto de vista de que a Constituição deveria reconhecer a religião católica como a da maioria dos brasileiros e, portanto, tirar a ideologia política brasileira desse reconhecimento os corolários implícitos [*sic*]. (...) O meu ponto de vista transformou-se nas chamadas emendas religiosas, das quais fui o autor espiritual e que apoiei na Câmara dos Deputados. Mais tarde, sendo eu secretário do Interior do governo Antônio Carlos, foi facultado o ensino religioso nas escolas primárias do Estado". A seguir Campos lista três itens que, segundo ele, deveriam fazer parte do programa da Legião e que atendiam, evidentemente, a reivindicações da Igreja: "O reconhecimento de efetivos civis às sanções aplicadas pela Igreja aos sacerdotes do culto católico; (...) a sanção civil para o casamento religioso, não somente por motivos religiosos, como também por motivos de ordem civil e social, pois a maioria dos matrimônios no Brasil é celebrada na Igreja"; e, finalmente, "o ensino facultativo da religião nos estabelecimentos de ensino primário e secundário".

O pacto ganha forma na carta que Campos envia ao presidente Vargas em abril do mesmo ano, acompanhando a proposta de introdução do ensino religioso facultativo nas escolas públicas de todo o país, e tendo que vencer, para isto, a resistência tanto da tradição positivista quanto de grupos protestantes, principalmente do Sul do país:

> Permito-me acentuar a grande importância que terá para o governo um ato da natureza do que proponho a V. Excia. Neste instante de tamanhas dificuldades, em que é absolutamente indispensável recorrer ao concurso de todas as forças materiais e morais, o decreto, se aprovado por V. Excia, determinará a mobilização de toda a Igreja Católica ao lado do governo, empenhando as forças católicas, de modo manifesto e declarado, toda a sua valiosa e incomparável influência no sentido de apoiar o governo, pondo a serviço deste um movimento de opinião de caráter absolutamente nacional.

Assinando o decreto, prossegue Campos, "terá V. Excia. praticado talvez o ato de maior alcance político do seu governo, sem contar com os benefícios que

35. Carta de Francisco Campos a Amaro Lanari, 4 de março de 1931. GC 31.02.26-4, série e.

de sua aplicação decorrerão para a educação da juventude brasileira. (...) Pode estar certo", conclui, evidentemente com conhecimento de causa, "que a Igreja Católica saberá agradecer a V. Excia. esse ato, que não representa para ninguém limitação à liberdade, antes uma importante garantia à liberdade de consciências e de crenças religiosas".[36]

É dessa época, sem dúvida, que datam os contatos do grupo mineiro do qual Capanema fazia parte com Alceu Amoroso Lima, líder leigo do movimento católico que havia substituído a Jackson de Figueiredo na direção do Centro D. Vital e da revista *A Ordem* após o seu falecimento, em outubro de 1928.[37] Esta vinculação é clara na carta que Alceu envia a Mário Casassanta em 1932, a propósito de seu livro *Razões de Minas*, que começa, significativamente, com uma crítica indireta a Campos:

> "Inquietou-me um pouco o 'panteísmo' goethiano do prefácio, esse primado da ação sobre o ato, que é um dos pecados mais graves do 'mobilismo' contemporâneo. Creio que uma orientação fascista, como teve o movimento legionário em boa hora iniciado pelo Capanema, pelo Campos, por você, pelos novos mineiros, só pode ser útil a Minas e ao Brasil, se mantiver o 'primado da inteligência' como meio de defesa da supremacia da Fé. De outro modo, através do hegelianismo, do primado da ação, continuaremos apenas no evolucionismo, no relativismo que provocam o ceticismo e que uma nacionalidade como a nossa, sem estrutura certa, sem ideais definidos, sem unidade geográfica e sem critério político, poderá ser o nosso desastre definitivo."

E mais tarde, referindo-se ao movimento constitucionalista de São Paulo em 1932:

> "Quanto aos *ideais*, estavam tão errados os de 30 como os de 32: *o liberalismo democrático*, a '-pureza' dos princípios constitucionais de 91, como queria a Aliança Liberal ou como hoje quer São Paulo. Portanto: afirmação de varonilidade vital e de ilusão ideológica em 30 e em 32. Hoje São Paulo será provavelmente vencido. Qual o resultado desse *desfecho diverso* em face de premissas idênticas? É o que eu procurei nos fatos e nos livros como o seu, de espíritos capazes de ver o fundo dos acontecimentos."[38]

36. Carta de Francisco Campos a Vargas, 18 de abril de 1931. Arquivo Getúlio Vargas, GV 31.04.18/1.

37. Sobre o Centro D. Vital, ver: Tânia Salem. "Do Centro D. Vital & Universidade Católica." Em: Simon Schwartzman (org.). Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro. Brasília, CNPq, 1982, pp. 97-136. E, ainda, Francisco Iglésias, "Estudos sobre o pensamento de Jackson de Figueiredo". Em: Francisco Iglésias. *História e ideologia*. São Paulo, Perspectiva, 1971.

38. Carta de Alceu Amoroso Lima a Mário Casassanta, 9 de setembro de 1932. GC/ Casassanta, M-A, doc. 98, série b.

A importância desta carta é que ela já define, desde o início, os termos nos quais a Igreja, na perspectiva de Alceu Amoroso Lima, via a colaboração com o novo regime e com o projeto político de Francisco Campos. Havia identidade de pontos de vista quanto à falência do regime liberal, e também concordância, evidentemente, quanto à importância dos valores religiosos como fundamento ideológico para a consolidação moral do país. Mas havia, também, uma divergência profunda. Apesar de considerar "útil" a orientação fascista do movimento iniciado por Campos, Alceu deixa clara sua divergência profunda com um dos princípios básicos do fascismo e do pensamento político de Francisco Campos, que é a crença na supremacia da ação e da vontade sobre o uso da razão. Pensador católico, Alceu Amoroso Lima não se afasta da idéia clássica de que é possível estabelecer uma ordem social de base moral erigida de acordo com os princípios da filosofia racional, cujas conclusões coincidirão, necessariamente, com as verdades reveladas da religião cristã. É esta racionalidade que permitiria sair do relativismo, do ceticismo, da falta de critério. É ela que permitiria substituir a debilidade de princípios que Alceu via no liberalismo democrático por uma ordem social fundada em princípios cristãos bem definidos. Para Francisco Campos, no entanto, os princípios cristãos pareciam ser, principalmente, um instrumento de mobilização política, e não um valor em si. Isto talvez explique por que, apesar da aproximação inicial, o relacionamento da Igreja Católica com o tipo de política preconizado por Francisco Campos jamais se tenha consumado completamente.

De Minas para o Rio

Em 26 de julho de 1934 Gustavo Capanema é empossado no Ministério da Educação e Saúde, em substituição a Washington Pires, que havia sucedido a Francisco Campos em setembro de 1932. O arquivo pessoal de Capanema é particularmente omisso em relação às negociações políticas que sem dúvida precederam a sua escolha. Não existem documentos que comprovem, por exemplo, a idéia de que sua nomeação foi pelo menos em parte uma compensação a Minas Gerais, e particularmente ao grupo mais próximo a Olegário Maciel, que apostara em Capanema para sucedê-lo na presidência do Estado, e fora surpreendido pela nomeação inesperada de Benedito Valadares, tirado, como então se dizia, "do bolso do colete" do presidente. É bastante razoável, contudo, acreditar que isto tenha tido alguma influência em sua nomeação.

Mais significativas, no entanto, são as evidências que sugerem que Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde como parte do acordo geral que então se estabelecera entre a Igreja e o regime de Vargas, proposto anos antes por Francisco Campos. A parte visível deste acordo foi a aprovação, pela Assembléia Constituinte de 1934, das chamadas "emendas religiosas". A parte não dita, mas certamente de conseqüências mais profundas, foi a entrega do Ministério da Educação a Capanema, como homem de confiança da Igreja e encarregado de levar à frente seu projeto educacional e pedagógico, tal como era expresso através de seu representante leigo mais autorizado, Alceu Amoroso Lima.

Não há nada no passado do ministro que evidenciasse uma militância religiosa pessoal; ao contrário, sua história anterior o aproximava das correntes mais agnósticas da intelectualidade modernista mineira. Sua aproximação com a Igreja parece explicar-se principalmente por fatores de ordem política ou, mais precisamente, pelo fato de Capanema ter surgido na vida pública seguindo as pegadas de Francisco Campos. Mas se Campos tinha em mente um projeto político ambicioso, do qual a Igreja seria uma peça, Capanema, ao contrário, se valeria do apoio da Igreja para chegar ao ministério, e a ele se limitaria, tratando de dar cumprimento ao mandato que havia recebido.

A veracidade desta interpretação do sentido da entrada de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde tornar-se-á evidente na medida em que os diversos aspectos de sua atuação nos anos seguintes forem sendo examinados. Desde o início, no entanto, é inequívoca a influência de Alceu Amoroso Lima em sua designação. Em 1934, perdida a chance da interventoria em Minas, é a Alceu Amoroso Lima que Capanema se dirige, buscando um caminho de volta à vida política. A princípio, pelo menos, as perspectivas não são alentadoras. Desde o Rio de Janeiro, escreve-lhe Alceu:

> Infelizmente, nada de novo posso comunicar-lhe sobre o assunto de que aqui falamos antes de sua partida. O Melo oferece grandes dificuldades por estarem ocupadas todas as posições. Creio que em Belo Horizonte será mais fácil o prosseguimento de sua tarefa de advogado, à espera de dias melhores. Continuo, entretanto, atento, e à mínima oportunidade lhe comunicarei o que houver. Conversei, aliás, com o Negrão de Lima, que me comunicou já ter você recomeçado a advogar. (...) A situação política continua delicada e envolta em uma atmosfera de grandes apreensões. Tudo é possível em um momento como este, uma qualquer alteração da ordem seria agora um desastre para todo o Brasil. Continuo em grande atividade para encaminhar as emendas religiosas que espero em Deus ver vitoriosas, para bem de todo o povo brasileiro.[39]

39. Carta de Alceu Amoroso Lima a Gustavo Capanema, 5 de março de 1934, GC/Lima, A, doc. 8, série b.

Em abril, a situação ainda é difícil, e o apoio moral de Alceu Amoroso Lima é certamente importante para um político no ostracismo: "Não é sem sacrifícios que se consegue a autoridade para conduzir os povos e é na adversidade que se forjam os caracteres chamados a essas difíceis posições de mando. O momento que você está atravessando corresponde ao da adolescência, isto é, aquele em que mais facilmente somos vítimas das paixões e em que tudo o que fazemos marca para toda a vida. Você teve a infância de sua vida política coberta de rosas. Chegaram agora os espinhos, e você provará se pode passar além, vencendo as circunstâncias como anteriormente fora por elas conduzido. Por isso digo que o momento é o mais delicado de sua vida de homem público. Deus o ilumine e ampare."

Empossado no ministério, Capanema teria em Alceu Amoroso Lima seu principal conselheiro, que indicaria nomes, vetaria outros, proporia leis e trataria de dar conteúdo às principais iniciativas do ministro. A lealdade de Capanema a seu mentor se manteria tanto quanto possível inalterada nos próximos onze anos de ministério. "Tudo que combinei com você está na minha memória", escreveria Capanema a Alceu anos mais tarde, a propósito da Faculdade Nacional de Filosofia, "e nada deixará de ser cumprido. (...) O governo é coisa constituída de tal natureza que exige que a gente adote a todo o momento um modo especial de agir, a fim de que o objetivo desejado e previsto se atinja. É a tal história de andar direito por linhas tortas, processo que, por ser divino, é também próprio da arte humana de governar."[40]

Não existem evidências de que Getúlio Vargas tenha mantido sua adesão ao pacto com a mesma fidelidade que seu ministro. A área de educação e cultura não parece ter sido central entre as preocupações quotidianas do presidente, e isto aumentava, sem dúvida, a liberdade de ação do ministro, ainda que restringisse um pouco o seu acesso. Em alguns casos — como nos episódios do Estatuto da Família e da disputa com o Ministério do Trabalho sobre o controle do ensino industrial, que serão vistos mais adiante — fica claro que a ação do titular da educação tinha seus limites, e que os princípios éticos e pedagógicos por ele defendidos eram vistos com ceticismo no palácio. Não há dúvida, no entanto, que Vargas não tinha nenhum interesse em alienar o apoio da Igreja, desde que ela não cobrasse um preço muito além das emendas religiosas.

40. Carta de Gustavo Capanema a Alceu Amoroso Lima, 21 de julho de 1939. GC 36.0.18, pasta IV, doc. 15, série g.

A Constituição de 1934 incorpora essas emendas e dá ao novo ministro ampla margem de ação. Segundo ela, pelo seu artigo 150, caberia à União fixar o Plano Nacional de Educação para todos os graus e ramos de ensino, comuns e especializados; a coordenação e fiscalização da execução do plano em todo o território do país; e a organização do ensino secundário e superior nos territórios e no Distrito Federal. Além disto, lhe cabia exercer "ação supletiva onde se faça necessária pela deficiência de iniciativa e de recursos". A liberdade de ensino é reconhecida como princípio geral, mas "observadas as prescrições da legislação federal e estadual". A definição desse plano e o estabelecimento de um sistema nacional de coordenação e execução dominariam as atividades do ministério nos anos seguintes. No entanto, não era uma tarefa fácil nem isolada, a questão educacional era, naqueles anos, tema altamente politizado, que atraía os melhores talentos e provocava os maiores conflitos.

2

POLÍTICAS E IDEOLOGIAS DA EDUCAÇÃO

O que dava à educação naqueles tempos a relevância política que ela já não mantém era a crença, por quase todos compartilhada, em seu poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação. Havia os que preferiam a educação humanística sobre a técnica; os que defendiam o ensino universal contra os que preferiam escolas distintas para cada setor da sociedade; os que se preocupavam com o conteúdo ético e ideológico do ensino contra os que favoreciam o ensino agnóstico e leigo. Havia os defensores da escola pública e os guardiães da iniciativa privada; os que punham toda a ênfase na formação das elites e os que davam prioridade à educação popular. Todos concordavam, contudo, que optar por esta ou aquela forma de organização, controle ou orientação pedagógica significaria levar a sociedade para rumos totalmente distintos, de salvação ou tragédia nacional. É claro que estas questões não preocupavam tanto os políticos que conduziam seu jogo de poder com os recursos mais visíveis e grupos de interesse mais articulados, dos quais não faziam parte os professores, estudantes e instituições educacionais. A partir da década de 1930, no entanto, os componentes ideológicos passam a ter uma presença cada vez mais forte na vida política, e a educação seria a arena principal em que o combate ideológico se daria. Muitas das idéias então em voga vinham sendo gestadas desde décadas anteriores, e encontraram sua expressão mais acabada no início da década de 1940, antes que a guerra redefinisse todo o clima político e ideológico do país. É necessário, para melhor entendermos esse período, ter uma noção mais precisa dessas ideologias em confronto.

O Movimento da Escola Nova

Dada a quase inexistência de um sistema organizado de educação pública no país, havia desde a década de 1920 um amplo espaço para um movimento nacional em prol da educação, onde as eventuais diferenças de orientação não tivessem tanta relevância quanto os esforços, de uma forma ou outra, de levar a educação ao povo. A Associação Brasileira de Educação, fundada em 1924 por Heitor Lira, tinha como principal função trazer à baila a questão educacional, pela realização de conferências nacionais, publicações de revistas e cursos de diversos tipos. Cedo, porém, as diferenças de opinião iriam se cristalizando, até a polarização que finalmente se estabelece entre os representantes do chamado Movimento da Escola Nova e a Igreja Católica.[1]

O movimento da Escola Nova, sem se constituir em um projeto totalmente definido, estruturava-se ao redor de alguns grandes temas e de alguns nomes mais destacados.[2] A escola pública, universal e gratuita ficaria com sua grande bandeira. A educação deveria ser proporcionada para todos, e todos deveriam receber o mesmo tipo de educação. Ela criaria, assim, uma igualdade básica de oportunidades, a partir da qual floresceriam as diferenças baseadas nas qualidades pessoais de cada um. Caberia ao setor público, e não a grupos particulares, realizar esta tarefa; pela sua complexidade e tamanho, como também pelo fato de que não seria o caso de entregá-la ao facciosismo de setores privados. Este ensino seria, naturalmente, leigo. Sua grande função era, em última análise, formar o cidadão livre e consciente que pudesse incorporar-se, sem a tutela de corporações de ofícios ou organizações sectárias de qualquer tipo, ao grande Estado Nacional em que o Brasil estava se formando. Além desses grandes princípios e objetivos, o movimento pela educação nova incorporava, de forma nem sempre sistemática, uma série de princípios pedagógicos que se afastavam da transmissão autoritária e repetitiva de conhecimentos e ensinamentos, e procurava se aproximar dos processos mais criativos e menos rígidos de aprendizagem. Finalmente, havia uma preocupação em não isolar a educação da vida comunitária, fazendo com que seu aspecto "público" não significasse, necessariamente, sua vinculação e dependência em relação a uma burocracia complexa e distante.

1. Antônio Paim. "Por uma universidade no Rio de Janeiro". Em: Simon Schwartzman (org.). *Universidade e instituições científicas no Rio de Janeiro.* Brasília, CNPq, 1982, pp. 17-96.

2. Sobre o Movimento da Escola Nova ver, entre outros, Anísio Teixeira. *Educação para a democracia.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1936. Fernando de Azevedo, *A educação e seus problemas.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937. Manuel Bergstrom Lourenço Filho. *Introdução ao estudo da Escola Nova.* São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1942. Manoel Luís Lima Salgado Guimarães. *Educação e modernidade: o projeto educacional de Anísio Teixeira.* Rio de Janeiro, 1982, 152 f. Tese (mestrado em filosofia), PUC/RJ, Departamento de Filosofia, 1982. Hermes Lima. *Anísio Teixeira — estadista da educação.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. Maria Luisa Moreira. *Educação e transformação em Fernando de Azevedo.* Tese (mestrado). Rio de Janeiro, PUC/RJ; 1981.

Alguns nomes marcariam de forma indelével esse movimento. Anísio Teixeira, nascido em 1900, baiano, aluno de John Dewey na Universidade de Columbia em 1929, diretor de Instrução Pública no Distrito Federal de 1931 a 1934, quando o cargo se transforma em Secretaria de Educação e Cultura, aí permanecendo até 1º de dezembro de 1935; mais tarde, secretário de Educação da Bahia, e ativo até sua morte trágica, em 1971; Fernando de Azevedo, nascido em 1894, diretor de Instrução Pública do Distrito Federal (1926-30) e do estado de São Paulo (1933), eventual presidente da Associação Brasileira de Educação, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP entre 1941 e 1942, entre tantas outras funções, e autor de vasta obra; Manuel Lourenço Filho, nascido em 1897, responsável pela reforma do ensino público no Ceará na década de 1920, diretor-geral do Ensino Público em São Paulo na década de 1930, organizador do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos em 1938. E até mesmo, em certo sentido, Francisco Campos, responsável pelas reformas educacionais em Minas Gerais na década de 1920, primeiro-ministro da Educação e Saúde de Vargas. Nem todos pensavam da mesma maneira, nem tiveram o mesmo destino. Anísio Teixeira e, em menor grau, Fernando de Azevedo atrairiam a ira da Igreja Católica, seriam chamados de comunistas e passariam períodos de ostracismo; Lourenço Filho assumiria uma postura predominantemente técnica e se manteria como assessor próximo de Capanema até o fim de seu ministério. Francisco Campos não mais voltaria à área educacional depois de seu período de ministério, assumindo mais tarde posição no governo Vargas como seu ministro da Justiça e mentor intelectual do golpe de estado de 1937.

A renovação católica e a Revolução de 30

O movimento de renovação da Igreja Católica, dramatizado pela atuação de Jackson de Figueiredo no Centro D. Vital na década de 1920 e continuado por Alceu Amoroso Lima, encontra fortes raízes em Minas Gerais. John Wirth, que estuda a questão em certo detalhe, ressalta o papel do arcebispo de Dia-

mantina, D. Silvério, na organização política do laicato católico, que já em 1913 havia conseguido mais de 200 mil assinaturas em um manifesto contra a instituição do divórcio. A esta reativação do catolicismo não era estranha a influência de padres europeus, e a ligação com grupos sociais em ascensão. "Tendo reorganizado os bispados após o desestabelecimento em 1890", diz ele, "a Igreja em Minas tornou-se um campo de provas dos movimentos de ação católica, na linha alemã, francesa e belga. Os padres missionários europeus começaram a recrutar cidadãos do setor médio, bem como das classes profissionais e trabalhadoras. Recristianizada no movimento católico jovem, a geração política de Francisco Campos e Valadares estava mais solidária às causas da Igreja do que seus país, de pensamento mais livre.[3] "(...) O movimento católico", diz ainda Wirth, "foi um grupo efetivo de pressão, possuindo uma base ampla e multiorganizacional. As tentativas de D. Silvério para estabelecer um partido do clero fracassaram, mas, como a influência da Igreja aumentava, isso pouco importava. O reflorescimento foi tão bem-sucedido que Minas não desenvolveu as divisões seculares-clericais da Europa pós-napoleônica ou do México e Argentina. Por um lado, a Igreja patrocinou organizações voluntárias quando a sociedade estava se tornando mais complexa. Por outro, o movimento atraía o conservadorismo mineiro em um período de crescente transformação. O efeito mais sólido foi mediar a mudança com um conjunto de símbolos e organizações que ganharam ampla aceitação na elite."[4]

É esta unanimidade que Francisco Campos procura restabelecer, agora em nível nacional, com a proposta de um pacto entre a Igreja e Getúlio Vargas. No entanto, a primeira reação do movimento católico militante à Revolução de 30 foi de hostilidade e oposição. Primeiro, porque se tratava de uma "revolução", uma alteração à ordem que era, em si mesma, vista como um mal. Jackson de Figueiredo, fundador do Centro D. Vital, afirmava que "a pior ilegalidade era ainda melhor que a revolução",[5] e esta filosofia se espelhava no próprio nome da revista do movimento católico, *A Ordem*. Segundo, a revolução era vista como a vitória do movimento tenentista, que trazia consigo certas idéias modernas perigosas, associadas ao liberalismo e ao positivismo, com sua crença nos pode-

3. John D. Wirth. *O fiel da balança. Minas Gerais na Federação Brasileira. 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, pp. 180-181.
4. Idem, ibidem, p. 144.
5. Ver Mônica Pimenta Velloso. "A Ordem, uma revista de doutrina, política e cultura católica". In: *Revista de Ciência Política*, 2, vol. 11, set. 78, Rio de Janeiro, FGV, 1978, p. 125, nota 13.

res da técnica e da ciência como critérios para a organização da vida e da ação social. Mal iniciada a revolução, Alceu Amoroso Lima diria do movimento: "obra da Constituição sem Deus, da escola sem Deus, da família sem Deus".[6] Um ano após, inaugurando a imagem de Cristo no Corcovado, o Cardeal Leme diria à multidão que, "ou o Estado reconhece o Deus do povo, ou o povo não reconhece o Estado".[7]

A essa altura, no entanto, a Igreja já buscava encontrar seu espaço no novo regime, com Francisco Campos buscando estabelecer a ponte. Em dezembro de 1930, Alceu Amoroso Lima encontraria algum lugar para Deus entre os revolucionários, ao afirmar haver entre eles "uma corrente racional, tradicional e cristã" em oposição a uma outra "demagógica, libertária, que fatalmente levaria ao materialismo comunista e à perseguição da tradição cristã". Chama então os católicos para lutar contra a corrente demagógica, propondo o exercício de uma ação social no sentido de "defender a incorporação de suas reivindicações no futuro estatuto político do país."[8] Três meses depois, a revista *A Ordem* conclama os católicos para a luta pelo esforço da posição da Igreja na sociedade e adianta: "A revolução será ineficiente enquanto não se conferir à Igreja sua devida supremacia."[9] O governo responde de forma positiva. Um mês depois é promulgado o decreto que faculta o ensino religioso nas escolas públicas, abolido desde a Constituição de 1891.

A mobilização da Igreja se faz acompanhar de uma intensificação das discussões doutrinárias que buscavam situar a mensagem de fé da doutrina católica no burburinho criado pelo avanço da argumentação a favor da razão, da ciência e do "materialismo", como critérios únicos para a ação social e política. Em face ameaça, a Igreja faz um trabalho de crítica à própria natureza da fé católica então vigente no país, onde estaria ocorrendo "uma hipertrofia da afetividade em detrimento da razão".[10] Há a proposta de uma sociologia cristã, responsável pela busca de uma racionalidade para a fé. Essa sociologia era vista como capaz

6. Tristão de Ataíde, "Palavras aos companheiros". *A Ordem*, vol. 10, nº 9, out 1930. In: Mônica Pimenta Velloso, "Análise da Revista *A Ordem*". Rio de Janeiro, FGV, CPDOC, mimeo, 1978.
7. Ver Mônica Pimenta Velloso. "A Ordem, uma revista de doutrina, política e cultura católica". In: *Revista de Ciência Política*, 2, vol. 11, set. 78, Rio de Janeiro, FGV, 1978, p. 122.
8. Tristão de Ataíde. "Indicações". In: *A Ordem*, vol. 8, março 1929. In: Mônica Pimenta Velloso, "Análise da Revista *A Ordem*", op. cit.
9. Tenório Canavieiras. "A nossa responsabilidade na hora que passa". In: *A Ordem*, vol. II, nº 15, maio 1931. Citado em Mônica Pimenta Velloso. "Análise da Revista *A Ordem*", op. cit.
10. Tristão de Ataíde. "Apologética e sociologia. Tourville". In: *A Ordem*, vol. 10, nº 5, fev. 1930. Citado em Mônica Pimenta Velloso, "Análise da Revista *A Ordem*", op. cit.

de contribuir para a ação e doutrina da Igreja, deslocando o centro de gravidade do sentimento para a razão. Ela seria antes de tudo um método científico aplicável à sociedade, à filosofia e à religião, contribuindo para que a Igreja Católica pudesse desempenhar bem a sua tarefa de "reespiritualizar a cultura", acabando de uma vez por todas com a incompatibilidade entre a religião e a ciência.[11] Ela substituiria o cientismo do século passado, que implantara na ordem social os princípios da ordem natural por uma racionalidade superior que viria restaurar os valores metafísicos e conduzir ao "renascimento espiritualista".[12] A sociedade a ser construída com o auxílio dessa sociologia cristã superaria o individualismo e o socialismo, pois suas bases não seriam nem o indivíduo, nem o Estado, mas a família.[13] Ela daria cientificidade à fé e à ação da Igreja Católica, cuja doutrina era a única capaz de promover a revolução espiritual e restaurar uma filosofia social sadia capaz de unir as classes.[14]

Em busca de um papel político, a Igreja reconstruía seu discurso doutrinário e catequético. A educação aparecia então como uma área estratégica. Era um espaço institucionalizado que permitia articular a doutrina e a prática. Neste campo, a Igreja se mostraria particularmente sensível. Os problemas resultantes do aumento da demanda por educação inspiravam soluções que afetavam os fundamentos mais sagrados de sua ação pedagógica. As pressões por um tipo de educação condizente com a industrialização levavam à procura de um ensino mais prático, voltado para o desenvolvimento de habilidades exigidas para transformações concretas, um ensino que se preocupasse mais com a competência e menos com a capacidade. A Escola Nova se encarregava de formular sua proposta educacional nesta direção. Marcada pela orientação de Dewey, punha toda a ênfase no ato de aprender em detrimento da ação de ensinar; acreditava no aprender-fazendo, livremente.

O decreto de abril de 1931 que permitiu o ensino religioso nas escolas públicas é recebido pela Igreja como uma primeira comprovação de que o Governo Provisório, e mais precisamente Francisco Campos, se manteria fiel aos "compromissos assumidos perante a consciência católica". Os elogios a esta decisão indicam no entanto que a reivindicação da Igreja era muito mais ampla. Referiam-se ao "ensino leigo e neutro" como causa da "anarquia espiritual". Além de reivindicar o direito do ensino religioso, a Igreja pretendia que o próprio Estado se voltasse contra o ensino neutro e a favor do ensino confessional católico.

11. Idem, Ibidem, op. cit. Cf. San Tiago Dantas na nota seguinte.

12. San Tiago Dantas. "Conceito de sociologia". *A Ordem*, vol. 10, nº 7, junho 1930. Citado em Mônica Pimenta Velloso. "Análise da Revista *A Ordem*", op. cit.

13. Ver nota 7.

14. "Posição". In: *A Ordem*, vol. 11, janeiro 1931. Citado em Mônica Pimenta Velloso. "Análise da Revista *A Ordem*", op. cit.

A presença dos líderes do movimento da Escola Nova em posições de responsabilidade no Rio de Janeiro (Anísio Teixeira) e em São Paulo (Fernando de Azevedo), quando Francisco Campos já deixara o ministério, parece ameaçar este projeto. Em janeiro de 1932, a redação de *A Ordem* protesta contra a revogação do decreto de ensino religioso pelo interventor de São Paulo, acusa os maçons e apela ao então ministro da Justiça, Maurício Cardoso, para restabelecê-lo.[15] A reforma do ensino secundário de abril de 1932, introduzindo disciplinas de caráter técnico-científico, definindo as condições para o reconhecimento oficial e instituindo o sistema de inspeção federal nas escolas, ampliara significativamente a interferência do governo na educação. A reação foi a que seria de esperar. A oficialização do ensino seria apontada como "um dos flagelos da família brasileira";[16] a ênfase no ensino técnico seria denunciada como um dos fatores da laicização do ensino;[17] a eliminação da cadeira de educação moral e cívica seria criticada como um excesso de racionalismo;[18] o caráter excessivamente pragmático conferido à Faculdade de Educação, Ciências e Letras na reforma Francisco Campos seria denunciado, assim como a prioridade dada à economia nos cursos jurídicos.[19] As críticas vão sendo aos poucos substituídas por ataques sistemáticos ao governo e finalmente pelos ataques pessoais.

Uma palavra freqüente nas críticas da Igreja naquele momento é a laicização. As denúncias sistemáticas de "laicização do ensino", "laicização da cultura", "laicização do Estado", "laicização dos sindicatos" revelam um sentimento de exclusão. A revista *A Ordem* reserva espaços cada vez maiores para a análise do papel da Igreja na educação dos povos. Ressalta que esse papel é um fato reconhecido historicamente.[20] A revogação do decreto que permitia o ensino da religião nas escolas públicas é interpretada como resultado da influência da maçonaria, para depois ser atribuída aos liberais, aos céticos e, finalmente, aos

15. "Nuvens". *A Ordem*, vol. 12, nº 23, janeiro 1932. Citado em Mônica Pimenta Velloso. "Análise da Revista *A Ordem*", op. cit.

16. "Registro". *A Ordem*, vol. 11, janeiro 1931. Citado em Mônica Pimenta Velloso. "Análise da Revista *A Ordem*", op. cit.

17. Idem.

18. Ibidem.

19. Ibidem.

20. Ver *A Ordem*, vol. 12, nº 16, junho 1931.

protestantes.[21] Artigo da redação em fevereiro de 1932 alerta os católicos contra o predomínio da mentalidade laicista que seculariza o Estado.[22] Alceu Amoroso Lima levanta-se contra o manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que sugere a concentração do ensino nas mãos do Estado, contribuindo assim, segundo ele, para a implantação do regime comunista. Adverte contra a institucionalização da nova política educacional, que significará, a seu ver, um atentado contra a nacionalidade.[23] Em junho de 32, a mesma revista denuncia a orientação dada à educação desde 30, cujo "naturalismo" levará à descristianização do ensino e ao advento da pedagogia comunista. Refere-se a Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Celina Padilha como precursores do comunismo.[24]

Durante a revolução constitucionalista de 32, os ataques arrefecem um pouco mas não se interrompem, principalmente no que se refere ao "ensino laico" e à "atuação laicista" de Anísio Teixeira como diretor da Instrução Pública do Distrito Federal. Em dezembro de 32, a revista volta, com furor redobrado, a denunciar o "laicismo pedagógico". Em artigo intitulado "Mobilizemo-nos", responsabiliza a 5ª Conferência Nacional de Educação pelo acirramento do antagonismo entre "os defensores do laicismo integral de ensino", adeptos das teorias de Dewey, que vinham se impondo sistematicamente, e a corrente adepta "da educação integral" da qual faziam parte os católicos, cuja atuação dispersa e carente do apoio oficial deveria ser organizada sob a direção de Fernando de Magalhães, com a finalidade de interferir na elaboração das leis do ensino e na sua aplicação.[25] Os ataques ao movimento da Escola Nova assumem um tom cada vez mais pessoal e violento. Fernando de Azevedo é duramente criticado por se opor à instrução religiosa nas escolas públicas primárias. A orientação pedagógica adotada é vista como uma ameaça à nacionalidade por negar a religião e a moral,[26] e o Governo Provisório é severamente criticado por não ter

21. Ver *A Ordem*, vol. 12, nº 23, janeiro 1932. Cf. nota 13. Cf. também Oscar Mendes. "O liberalismo no Brasil sob o ponto de vista católico". Ibidem. Ver também "Separatismo espiritual", *A Ordem*, vol. 12, nº 24, fev. 1932. Citado em Mônica Pimenta Velloso. "Análise da Revista *A Ordem*", op. cit.

22. Idem, ibidem.

23. Tristão de Ataíde. *A Ordem*, vol. 12, nº 26, abril 1932. Citado em Mônica Pimenta Velloso, "Análise da Revista *A Ordem*", op. cit.

24. "O instituto oficial de psicologia", *A Ordem*, vol. 12, nº 28, junho 1932. Citado em Mônica Pimenta Velloso. "Análise da Revista *A Ordem*", op. cit.

25. "Mobilizemo-nos", *A Ordem*, vol. 13, nº 34, dez. 1932. Citado em Mônica Pimenta Velloso. "Análise da Revista *A Ordem*", op. cit.

26. Sobral Pinto. "Crônica política". *A Ordem*, vol. 13, nº 36, fev. 1933. Citado em Mônica Pimenta Velloso. "Análise da Revista *A Ordem*", op. cit.

cumprido o compromisso assumido pelos revolucionários "perante a consciência católica."[27]

Para garantir seu espaço, a Igreja empenha-se em reforçar várias frentes de atuação. A reedição do livro *Ação Católica* de D. Leme tem como resultado trazer à cena a discussão sobre a pertinência da ação política da Igreja. Com a ressalva de que o principal objetivo da sua atuação é a "santificação das almas" argumenta-se, através da revista *A Ordem*, a favor da interferência da Igreja em assuntos políticos: "Grande número de assuntos que não sendo diretamente objeto de sua ação dela dependem (. . .) a Igreja não se preocupa com formas de governo (...) contudo a ação católica agirá diretamente sobre os poderes públicos quando tiver que defender os direitos da Igreja (. . .) combatendo pela liberdade da Igreja, pela santidade da família, pela santidade da escola, pela santificação dos dias consagrados a Deus(...) e também pela questão social, cujos problemas se originariam no 'capital descristianizado'."[28] As atividades da Liga Eleitoral Católica com vista à indicação de representantes na Assembléia Constituinte são intensas. Paralelamente continuam os ataques dirigidos a Fernando de Azevedo e a Anísio Teixeira. Este último seria um "jovem desnorteado" pelos ensinamentos em Columbia, a ponto de negar "o primado de Deus na educação do homem(. . ..) para contentar-se com o primado ridículo da democracia e da ciência, à altura dos instintos mais rasteiros ou mais triviais do egoísmo humano."[29] Os ataques à laicização do ensino, à escola única, à co-educação, ao monopólio estatal da educação, à gratuidade do ensino, à escola liberal são carregados de denúncias sobre a falência desse tipo de educação no mundo inteiro e de advertências sobre a submissão que esse ensino acarreta.[30] Em nome da liberdade de consciência e de religião, no que diz respeito a educação, a revista *A Ordem* passa a sugerir a desobediência ao poder público, chegando a invocar a autoridade de Leão XIII: "Se as leis dos Estados estão em aberta oposição ao Direito Divino, a resistência é um dever e a obediência um crime."[31]

27. *A Ordem*, vol. 12, no. 24, fev. 1932. Citado em Mônica Pimenta Velloso. "Análise da Revista *A Ordem*", op. cit.

28. Sebastião Pagano. "Ação católica". *A Ordem*, vol. 13, nos. 37/38, março/abril 1933. Citado em Mônica Pimenta Velloso. "Análise da Revista *A Ordem*", op. cit.

29. "O sectário que se ignora", idem, ibidem

30. L. Van Acker, "Crônica pedagógica". *A Ordem*, vol. 13, nos. 37/38, março/abril 1933. Citado em Mônica Pimenta Velloso. "Análise da Revista *A Ordem*", op. cit.

31. "Registro", ibidem.

Nesse clima começam os trabalhos da Constituinte. Em protesto às propostas da 5ª Conferência Nacional de Educação, enviadas à Assembléia (laicizar o ensino oficial, estabelecer a co-educação em todos os graus, gratuidade absoluta e progressiva da educação até os 18 anos) os católicos enviam à mesma Assembléia um memorial, redigido pelo Pe. Leonel Franca, reivindicando liberdade do ensino particular, ensino religioso facultativo nas escolas públicas e o direito natural dos pais à educação dos filhos. A Ordem alerta os católicos para a necessidade de uma interferência imediata na Constituição para que sejam restabelecidos os princípios católicos do ensino.[32] Dois meses depois, a revista qualifica os debates sobre educação na Assembléia de "luta religiosa", propondo que os católicos participantes da Assembléia exerçam nesse momento uma "ação católica" em lugar da ação "político-partidária".[33]

Toda essa belicosidade é aplacada finalmente com a aprovação pela Assembléia de duas "emendas religiosas": a invocação do nome de Deus no preâmbulo do anteprojeto constitucional e o restabelecimento da colaboração entre a Igreja e o Estado. Estas vitórias são imediatamente atribuídas à "consciência dos constituintes", não tendo nada a ver com "compromissos políticos".[34] Alceu Amoroso Lima institui a data da aprovação das emendas — 30 de maio de 1934 — como marco na história do catolicismo brasileiro. Atribui a vitória à ofensiva organizada dos católicos e relembra derrotas históricas: a equiparação dos cultos e religiões, aprovada na Assembléia de 1823; a separação entre Igreja e Estado, a imposição do casamento civil e a laicidade do ensino em 1891; e o não-atendimento das reivindicações católicas em 1926. As vitórias obtidas quando da versão final da Constituição, isto é, as três propostas da Liga Eleitoral Católica (LEC) — a indissolubilidade do matrimônio, o ensino religioso facultativo nas escolas públicas e a assistência religiosa facultativa às classes armadas — significariam não somente uma "vitória eleitoral", mas também doutrinária.[35] Os católicos são então chamados a continuar sua luta prioritária pelo ensino religioso e em segundo lugar pelo estabelecimento das escolas confes-

32. L. Van Acker, "Educação nacional e ação católica." *A Ordem*, vol. 14, nº 47, janeiro 1934. Citado em Mônica Pimenta Velloso. "Análise da Revista *A Ordem*", op. cit.

33. "Reflexões sobre um debate atual... que não existe". *A Ordem*, vol. 14, nº 49, março 1934. Citado em Mônica Pimenta Velloso. "Análise da Revista *A Ordem*", op. cit.

34. Tristão de Ataíde. "Primeiras vitórias". *A Ordem*, vol. 14, nº 51, maio 1934. Citado em Mônica Pimenta Velloso. "Análise da Revista *A Ordem*.", op. cit.

35. Tristão de Ataíde. "O sentido de nossa vitória". *A Ordem*, vol. 52, junho 1934. Citado em Mônica Pimenta Velloso. "Análise da Revista *A Ordem*", op. cit.

sionais.[36] É o exato momento em que é nomeado, como ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema.

A Igreja não era o único setor organizado da sociedade pretendendo se utilizar da educação como meio para atingir fins muito mais amplos, ligados a um projeto mais ou menos explícito de construção de um Estado Nacional forte e bem constituído. Também as forças armadas viam na educação um caminho indispensável para um projeto nacional de longo alcance, e pelo qual se sentia responsável. Entre os dois, havia ainda um projeto inspirado essencialmente na ascensão do fascismo europeu, e que tinha como principal meta a unificação da força moral da Igreja com a força física dos militares, em um grande projeto de mobilização nacional. Ainda aqui, a educação jogava um papel central.

As diferenças entre as diversas tendências, se hoje parecem nítidas, não o eram para os homens de então. Os feitos espetaculares do fascismo europeu capturavam a mente dos intelectuais e políticos da época, e poucos foram os que escaparam à sua sedução. No entanto, basta um exame um pouco mais aprofundado de cada um destes projetos para vermos que, em muitos aspectos, eles eram irreconciliáveis. Já tivemos a oportunidade de ver o que pretendia a Igreja. Cabe agora examinarmos mais de perto o projeto fascista e o projeto militar.

O projeto fascista de Francisco Campos

É no livro *O Estado Nacional* que Francisco Campos elabora com minúcia de detalhes os fundamentos políticos e ideológicos que justificariam a criação de um Estado totalitário que deveria substituir o Estado liberal-democrático, uma experiência, para o autor, em franco processo de decadência e desintegração. O pressuposto que acompanha essa justificação é o da falência da experiência liberal — democrática, o que resultaria na afirmação de que o totalitarismo seria como que um imperativo dos tempos modernos.[37]

Na literatura clássica de ciência política de crítica ao liberalismo, um de seus expoentes, Mihail Manoilesco, já desenvolvera toda uma argumentação para demonstrar que o século XX presenciava com insuspeitável realidade o ocaso da prática liberal. Enquanto o século XIX, dizia ele, foi a era do pluralismo

36. Paulo Sá, "Posições católicas". *A Ordem*, nº 53, julho 1934. Citado em Mônica Pimenta Velloso. "Análise da Revista *A Ordem*", op. cit.

37. Francisco Campos. *O Estado Nacional. Sua estrutura, seu conteúdo ideológico.* Rio de janeiro, José Olympio, 1940.

político, o século XX seria a era do monismo político. Esse seria o imperativo do século, que imporia a todos os países a aparição do partido único como um instrumento político com a mesma característica de universalidade do sistema parlamentar e do polipartidarismo do século XIX. Não era por acaso, para M. Manoilesco, que o partido único vinha ocupando o cenário político de países tão distintos, manifestando-se, porém, de maneira sensivelmente análoga. À guisa de ilustração, cita as experiências da URSS (1917), Turquia (1919), Itália (1928), Alemanha (1933) e Portugal (1933). Esses exemplos o levavam a acreditar que havia qualquer coisa no clima político contemporâneo que impunha essa instituição. Manoilesco tomava o confronto entre a ordem legal e a ordem real para explicitar a falência da ordem liberal, o que Francisco Campos enfaticamente repisaria para justificar a pertinência de um Estado totalitário no Brasil. O imperativo do século consistiria no aniquilamento da neutralidade do Estado que ao liberalismo interessava conservar. O Estado moderno seria essencialmente um Estado de ideais, ao contrário do Estado liberal que, por princípio, para Manoilesco, recusa-se a adotar qualquer ideal. Somente um Estado portador de uma ideologia específica e precisa desenvolveria a grande missão pedagógica e técnica em torno de um eixo ideológico definido, o que garantiria uma eficácia ímpar no esforço de condução das massas.

O mundo moderno caminharia para regimes de autoridade, ao contrário do século XIX, que abriu com as revoluções uma era de liberdade e de individualismo. Toda a argumentação de Francisco Campos sobre a eclosão das massas e a necessidade política de sua manipulação por um chefe tem sua origem nesse quadro de reflexão já esboçado e desenvolvido por Mihail Manoilesco.[38]

No seu livro, Campos começa dizendo ser a educação um processo que deve adaptar o homem às novas situações, típicas de uma época de transição:

> O que chamamos de época de transição é exatamente esta época profundamente trágica, em que se torna agudo o conflito entre as formas tradicionais do nosso espírito, aquelas em que fomos educados e de cujo ângulo tomamos a nossa perspectiva sobre o mundo e as formas inéditas sob as quais os acontecimentos apresentam a sua configuração desconcertante.[39]

O grande perigo para Francisco Campos consiste na preservação do equívoco sério que é o de se educar para a democracia, quando esta está sofrendo uma

38. Mihail Maniolescu. *O século do corporativismo; doutrina do corporativismo integral e puro.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.

39. Francisco Campos, op. cit., p. 5.

revisão substancial em seus termos. Sua preocupação é com a integração política, tendo em vista o crescimento das massas e a necessidade de arregimentá-las segundo um ideário comum.

O pressuposto fundamental que orienta a análise de Francisco Campos é o de que vivemos em um Estado de massas e, conseqüentemente, os mecanismos de integração política utilizados pelo liberalismo, a que ele denomina integração política intelectual (via parlamento), não se adaptam mais a essa nova configuração. O mundo moderno é um mundo onde o que predomina é a cultura de massa, que acaba gerando a mentalidade de massa, uma nova forma de integração que se origina nos mecanismos de contágio via ampliação e difusão dos meios de comunicação. Nesse novo ambiente, tomado pelos apelos e pelos recursos irracionais de mobilização, a ação política tem que necessariamente se atualizar e se render ao imperativo irreversível dos novos tempos. Numa época em que as forças estão desencadeadas é preciso que se construa um mundo simbólico capaz de arregimentá-las, unificando-as de forma decisiva, de tal forma que esse mundo simbólico se adapte "às tendências e aos desejos" das massas humanas. Daí o primado da irracionalidade:

"O irracional é o instrumento da integração política total, e o mito que é a sua expressão mais adequada, a técnica intelectual de utilização do inconsciente coletivo para o controle político da nação."[40] O domínio da irracionalidade pressupõe, conseqüentemente, o da ininteligibilidade, condição essencial da unificação das massas em torno de um mito que se corporifica na figura do "chefe". Ou seja, reserva-se com exclusividade o reino da racionalidade para aquele que comandará a ação política, sendo essa absolutamente bem-sucedida se garantida pela aceitação total por parte das massas, reduzidas ao estágio da irreflexão, da irracionalidade e da submissão que deriva do êxtase diante da pessoa do chefe. "Somente o apelo às forças irracionais ou às formas elementares da solidariedade humana tornará possível a integração total das massas humanas em um regime de Estado."[41]

No jogo da articulação racional da irracionalidade das massas, Francisco Campos vai, pois, privilegiar o papel do líder carismático como centro da integração política como sustentáculo da formação do totalitarismo. O regime político próprio às massas é o regime da ditadura, do apelo, e não o da escolha. O sentido da democracia deve ser revisto, retirando-lhe o aspecto da representação

40. Idem, ibidem, p. 12.

41. Idem, ibidem.

parlamentar, forense, que, segundo Campos, está absolutamente falida, ineficaz e corrompida.

> O que o Estado totalitário realiza é mediante o emprego da violência, que não obedece, como nos Estados democráticos, a métodos jurídicos nem à atenuação feminina da chicana forense — a eliminação das formas exteriores ou ostensivas da tensão política. (...) No Estado totalitário, se desaparecem as formas atuais do conflito político, as formas potenciais aumentam, contudo, de intensidade. Daí a necessidade de trazer as massas em estado de permanente excitação.[42]

O processo de integração política será efetivo quando se obtiver um deslocamento da área do conflito para fora do contexto social interno, ou seja, por um processo de internacionalização do conflito. Internamente, o problema crucial a ser equacionado é o de manter as massas em permanente estado de irreflexão, o que vale dizer, de êxtase, de excitação e de inconsciência.

Para Francisco Campos, o mundo viveria inteiro uma época de alerta e de advertência, simbolizada pelas "marchas sobre Roma". Voltando-se para a política brasileira, ele faz uma crítica aos desvios que o país vinha sofrendo depois da Revolução de 30, absolutamente alterada, segundo ele, nos seus propósitos fundamentais. O predomínio dos políticos no cenário das decisões teria transformado o movimento revolucionário numa experiência abortada. A revolução teria sido frustrada pela precipitação da reconstitucionalização, uma referência direta à Constituinte de 1934, que acabara por se utilizar de instrumentos de falsificação das decisões populares para dar cobertura à ação pessoal de chefes locais.

Em 1931, a Legião de Outubro em Minas Gerais, liderada em nível nacional por Francisco Campos, contribuiu de forma efetiva para a desestabilização da política tradicional mineira, pelo enfrentamento que gerou entre setores oligárquicos e grupos que lideravam essa agremiação.[43] O fracasso desse empreendimento, todavia, não o fez retroceder em suas convicções a respeito da organização política nacional que deveria ser reconstruída em bases totalitárias. Consentir na atuação e influência de grupos políticos sobre os destinos da nação seria, para ele, uma distorção do sentido real da democracia.

As constituições teriam tradicionalmente propiciado a fecundação de um equívoco altamente prejudicial ao processo de desenvolvimento político do

42. Idem, ibidem, pp. 30-31.

43. Helena Maria Bousquet Bomeny. "A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30". Em: Angela Maria de Castro Gomes et alii. *Regionalismo e centralização política. Partidos e Constituinte nos anos 30.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. pp. 135-235.

país. "O grande inimigo era o poder, ou o governo, cuja ação se tornava necessário limitar estritamente. As constituições tinham um caráter eminentemente negativo: declaravam os limites do governo, ou o que ao governo não era lícito restringir ou limitar e esta era, precisamente, a declaração das liberdades individuais. Essa concepção de democracia correspondia a um momento histórico definido, em que o indivíduo só podia ser afirmado pela negação do Estado."[44] Na verdade, o equívoco teria consistido em atribuir aos grupos privados o direito de arbitragem, quando, para Campos, a prática já demonstrara que somente o Estado forte é capaz de arbitrar justamente, sem que se privilegie particularmente qualquer facção política.

A prática liberal, levada às últimas conseqüências, conduziria fatalmente ao comunismo, uma previsão de Marx de que Francisco Campos se apropria para elaborar a defesa do corporativismo, um modelo de organização que interromperia com eficácia a decomposição do mundo capitalista como resultante da anarquia liberal. Justifica o 10 de Novembro de 1937 como uma expressão das revoluções do século XX que têm quase todas, para Francisco Campos, o mesmo sentido: "Romper a resistência da máquina democrática para dar livre curso ao ideal democrático." O 10 de Novembro teria o sentido primeiro de romper com a tradição liberal, na qual a doutrina do Estado relegava para último plano o próprio Estado, por estar este demasiadamente comprometido com os interesses privados.

O novo Estado se caracterizaria por um clima de ordem garantido pela existência de um chefe que se sente em comunhão de espírito com o povo de que se fez guia e condutor. Somente o chefe pode tomar decisões porque ele encarna, na excepcionalidade de sua natureza, a vontade e os anseios das massas. É essa potencialidade intransferível que assegura o caráter popular do novo Estado, uma perfeita simbiose entre as duas entidades do regime: o povo e o chefe.

No projeto político de construção do Estado Nacional há um lugar de destaque para a pedagogia que deveria ter como meta primordial a juventude. Ao Estado caberia a responsabilidade de tutelar a juventude, modelando seu pensamento, ajustando-a ao novo ambiente político, preparando-a, enfim, para a convivência a ser estimulada no Estado totalitário. Era indispensável, para que este plano fosse bem-sucedido, que houvesse símbolos a serem difundidos e cultuados, mitos a serem exaltados e proclamados, rituais a serem cumpridos. A Igreja Católica, se devidamente mobilizada, poderia proporcionar esses conteú-

44. Francisco Campos, op. cit. p. 54.

dos, símbolos e rituais a partir da religiosidade latente da população brasileira. Para Francisco Campos, a incorporação da Igreja ao seu projeto político parecia ser meramente instrumental, de conveniência, e não responder a uma convicção ética e religiosa mais profunda. Estas diferenças de concepção são claramente percebidas pelos católicos militantes nos primeiros anos de Campos no Ministério da Educação, como já vimos, uma vez que elas se refletiam em um controle muito mais intenso da educação por parte do Estado do que a Igreja desejaria. O isolamento dos líderes remanescentes da Escola Nova, a aprovação das emendas religiosas e a nomeação de Capanema para o lugar de Campos arrefeceriam essa preocupação dos católicos com os perigos do Estado.

O projeto educativo das Forças Armadas

A posição assumida pelo Exército na política nacional depois de 1930 daria lugar à participação crescente dessa instituição na esfera educacional. Este processo inicia-se timidamente, enfrentando resistências difusas, veiculadas pelas idéias pacifistas, liberais e internacionalistas. A partir de 1937, contudo, seria impulsionado pelo interesse do governo, da Igreja Católica e outros setores em organizar, disciplinar e imprimir na população uma "mentalidade adequada" ao novo Estado Nacional que se queria construir.[45]

O desenvolvimento gradual do projeto educacional militar não pode ser desvinculado da situação de indisciplina e fragmentação interna resultantes de sua ação política.[46] Na tentativa de neutralizar esses efeitos, o Exército vinha cuidando de modificar substancialmente sua prática disciplinar, substituindo punições físicas e castigos por um tipo de treinamento formalizado em "disciplinas" a serem ensinadas: a educação moral, a educação cívica, religiosa, familiar e a educação nacionalista. Assim fazendo, o Exército elabora ao longo do tempo uma pedagogia que irá inspirar posteriormente a educação da infância e da juventude fora dos quartéis. O conteúdo dessa pedagogia era a inculcação de princípios de disciplina, obediência, organização, respeito à ordem e às instituições.

45. Azevedo Amaral. "O exército na educação nacional". Em: *Nação Armada*, nº 4, março 1940.

46. José Murilo de Carvalho. "Forças Armadas e política no Brasil: 1930-1945". Texto apresentado no seminário sobre a Revolução de 30 organizado pelo CPDOC em setembro de 1980, Rio de Janeiro. Publicado em *Revolução de 30 Seminário Internacional* (Universidade de Brasília, 1983) e sob o título "Armed Forces and politics in Brazil: 1930-1945" em *Hispanic American Historical Review*, vol. 62, nº 2, 1982, pp. 193-223.

Estes eram os ingredientes necessários para pôr fim ao "pacifismo ingênuo" da sociedade brasileira que, conforme diria Dutra ainda no início da década de 1940, era um obstáculo que precisava ser ultrapassado.[47]

A justificação simbólica deste projeto era buscada na figura de Olavo Bilac, que tivera um papel tão importante, nas primeiras décadas do século, no fortalecimento do Exército brasileiro e na implantação do serviço militar obrigatório. A idéia de Bilac, mais tarde retomada, era a de "formar o cidadão-soldado através da interpenetração cada vez mais estreita entre o Exército e o povo, e que tinha o serviço militar como seu principal instrumento. Era desta forma que seria possível estabelecer 'o triunfo' da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e física obrigatórias".[48]

Se a partir do Estado Novo civis e militares dispunham da teoria e de uma certa prática para implementação desse projeto, é que os militares já há algum tempo vinham cuidando desse propósito, embora cautelosamente e no âmbito restrito dos quartéis. O capitão Severino Sombra, redator da seção de pedagogia da revista *Defesa Nacional*, elabora em janeiro de 1935, a pedido de Góis Monteiro, um documento sobre a política social do Exército.[49] Tratando especificamente da educação militar, sugere que a educação patriótica deveria ser iniciada ainda na escola.[50] Analisando a ação pedagógica comunista nos quartéis, toma-a como exemplo para o Brasil. Recorre à literatura marxista para confirmar a idéia de que este trabalho educativo deve ser começado na infância, supondo que, se para os comunistas "a propaganda de classe deve ser oposta ao ensino patriótico", o inverso será necessariamente verdadeiro.[51]

Em 1936, a revista *A Defesa Nacional* traz um artigo que menciona o fato de o Exército não ter sido chamado a colaborar na feitura de um questionário distribuído nacionalmente sobre o Plano Nacional de Educação. O artigo ten-

47. Editorial de *A Defesa Nacional*, 10 de fevereiro de 1942, nº 332.

48. Olavo Bilac. *A Defesa Nacional* (discursos). Rio de Janeiro, Edição da Liga de Defesa Nacional, 1917, p. 7. Ver ainda: José Murilo de Carvalho. "As forças armadas na primeira República: o poder desestabilizador". Em: Bóris Fausto. *História Geral da Civilização Brasileira, vol. 9, III, O Brasil republicano. Sociedades e Instituições*. São Paulo, Difel, 1977.

49. Capitão Severino Sombra. "Política social do Exército". 15 de janeiro de 1935. Arquivo Nacional, arquivo Góis Monteiro.

50. Idem, Ibidem.

51. Idem, ibidem.

ta com cautela e prudência explicar a legitimidade do interesse do Exército nos rumos da educação. Rapidamente essa cautela vai cedendo lugar a reivindicações mais precisas de um espaço definido. "A maior parte das responsabilidades no sucesso de uma luta interna recai sobre a organização econômica do país e a educação de seu povo. Esta educação escapa totalmente ao exército. Por isso mesmo é absolutamente necessário que ele conheça e acompanhe ... e que os *responsáveis* (grifo do autor) por ela compreendam e tomem na devida consideração este justificado interesse."[52]

A vinculação da educação às questões de segurança nacional confirma a idéia de que, no Estado Novo, a educação deveria constituir-se em um projeto estratégico de mobilização controlada. Em documento reservado dirigido ao presidente Vargas em 1939, Dutra define a educação como setor de atividades estreitamente ligadas aos imperativos de segurança nacional. "O problema da educação, apreciado em toda a sua amplitude, não pode deixar de constituir uma das mais graves preocupações das autoridades militares." Prossegue: "O Brasil reclama um sistema completo de segurança nacional, o que pressupõe, fundamentalmente, uma entrosagem dos órgãos militares com os órgãos federais, estaduais e notadamente municipais, incumbidos da educação e da cultura. Nunca se tornou tão imperativa, como no atual momento, essa necessidade. E, não obstante, assinalam-se, no setor pedagógico do Brasil, muitos obstáculos a serem vencidos, para que o objetivo da política de segurança nacional possa ser completamente alcançado."[53] Os obstáculos se traduziam na resistência de se empreender uma política pedagógica vinculada diretamente aos órgãos responsáveis pela segurança nacional. Tinha ela sua expressão mais nítida na reação encontrada entre professores, educadores e publicistas ao propósito de enraizar na coletividade brasileira o espírito militar.[54]

A tentativa de transposição de valores institucionais para o sistema social como um todo nunca foi tão óbvia. Dutra diria ser "dificílimo aos órgãos militares realizar seus objetivos previstos na Constituição, nas leis ordinárias e nos regulamentos, sem a prévia implantação, no espírito do público, dos conceitos fundamentais de disciplina, hierarquia, solidariedade, cooperação, intrepidez, aperfeiçoamento físico de par com a subordinação moral e com o culto do civismo; e sem a integração da mentalidade da escola civil no verdadeiro espírito de segurança nacional".[55] A ordem, a disciplina, a hierarquia e o amor pela pátria adquirem prioridade nesta proposta de ação pedagógica.

52. Severino Sombra. "O Exército e o Plano Nacional de Educação". Em: *A Defesa Nacional*, ano XXIII, nº 271, dezembro 1936.
53. Arquivo Osvaldo Aranha, OA 39.04.18. FGV/CPDOC.
54. Idem.

Azevedo Amaral amplia e sofistica a questão da militarização quando associa a ideologia do pacifismo à experiência que considera falida da democracia liberal. "Uma das extravagâncias das doutrinas liberais-democráticas foi a fragmentação do poder estatal no que se chamava o poder civil e o poder militar. No Estado Novo, semelhante diferenciação torna-se um anacronismo. Não há poder civil, porque a essência do regime envolve o conceito de militarização do Estado, nem há poder militar, porque o Exército integrado na nação é por esse motivo coexistente com a própria estrutura do Estado, de que constitui o elemento dinâmico de afirmação e de defesa."[56] A educação militar do povo brasileiro não pode ser restrita ao uso eficiente das armas, acrescenta Azevedo Amaral. É preciso que se forme uma mentalidade capaz de *pensar militarmente*. Daí a importância da associação entre educação e Exército. O que se deve pretender é a "formação intelectual e moral das novas gerações fora da atmosfera depressiva das utopias pacifistas".[57] A segurança de uma nação só será consolidada quando todo o povo estiver infiltrado do espírito militar. É este, para Azevedo Amaral, o verdadeiro instinto de conservação nacional.

A intervenção do Exército na política educacional teria ainda como meta fundamental a construção de barreiras eficazes à propagação de doutrinas consideradas perigosas à defesa da nacionalidade. É nesse sentido que o ministro da Guerra, advertindo o presidente da República sobre os perigos da realização no Brasil da VIII Conferência Mundial de Educação, afirmava que "o regime estruturado em 10 de Novembro de 1937 estabelece, em matéria educativa, princípios de ordem e de disciplina a serem respeitados, os quais, por isso mesmo, não podem ficar sujeitos a críticas ou à anulação, decorrentes de embates acalorados em assembléias de que participem espíritos oriundos de todos os credos, de todas as ideologias políticas e das mais variadas culturas".[58]

Era certamente difícil combinar estas concepções com os ideais pedagógicos que ainda subsistiam do já antigo movimento da Escola Nova. Em 1939, Lourenço Filho, então diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, faz

55. Idem.
56. *Nação Armanda*, março de 1940, nº 4, p. 29.
57. Idem, p. 30.
58. Arquivo Osvaldo Aranha, OA 39.04.18. FGV/CPDOC, p. 4.

uma conferência na Escola do Estado Maior do Exército sobre Educação e Segurança Nacional, tratando de encontrar os pontos de união entre os dois ideais. "Na evolução das instituições sociais", diz ele, "ou elas se harmonizam nos mesmos propósitos e, então, a segurança é comum e comum a educação; ou, ao contrário, as instituições entram em luta pela própria existência e expansão, e os processos educacionais se diversificam para atender ao choque dos interesses postos em jogo."[59] Citando Dutra, Vargas e Capanema, Lourenço Filho trata de demonstrar que a penetração das idéias de segurança nacional na atividade educativa não teria por que significar nem a tendência à exaltação guerreira, nem a abdicação do pensamento e da ação das instituições educativas. "Há um domínio próprio do pensamento, da técnica e da ação militar. Há também um domínio próprio do pensamento, da técnica e da ação pedagógica"[60] Ao final, ele pede permissão para lembrar que "o belo e importante mister de servir à segurança só será eficaz quando "outros homens e mulheres tenham ensinado, tenham educado, também tenham se posto, como vós, a serviço da nação", e conclui: "Pode-se dizer que as Forças Armadas e a corporação dos educadores (. . .) hão de compor as falanges de um só e mesmo Exército. A estes caberá talvez função mais modesta e paciente, e àqueles mais brilhante e agitada. Não importa."[61]

O contraponto mais evidente à experiência liberal-democrática eram as experiências totalitárias, que levavam às últimas conseqüências o primado do Estado. Esse extremo era temido por muitos dos propagadores de uma "vida organizada" a ser implantada no Brasil, sem as alterações necessárias. Para esses era preciso criar um meio termo entre a liberalização do sistema educacional e a total integração do indivíduo ou da juventude às organizações criadas sob o totalitarismo. Nesse sentido, vale citar o depoimento do major Xavier Leal, em artigo publicado em *A Defesa Nacional:* "A educação das juventudes totalitárias, se bem que dê bons resultados em vários pontos, não se pode negar, tendeu, contudo, para a exclusiva formação de u'a mentalidade guerreira e agressiva, de acordo com a suprema orientação político-militar dos seus governos. Isto trouxe, como grave defeito, o embotamento e a perda da personalidade, a formação de indivíduos autômatos, sem direito a raciocinar, apenas com a obrigação de cumprir ordens sem discutir. O esforço da educação orientado, assim, nos aspectos

59. Manuel Bergstrom Lourenço Filho. "Educação e Segurança Nacional". Em *Defesa Nocional,* nov./dez.

60. Idem, ibidem.

61. Idem, ibidem.

físico e técnico, prejudica o lado cultural e moral. Nem um extremo nem outro, devemos procurar, na educação de nossa juventude, o meio-termo útil, o justo de todas as coisas humanas."[62] A busca desse meio-termo e as dificuldades em atingi-lo ficam claras quando acompanhamos de perto o que ocorreu com a Organização Nacional da Juventude e, mais tarde, com o Movimento da Juventude Brasileira, que deveriam levar à prática os ideais bilaquianos em sua versão renovada.

Em muitos sentidos, os militaristas retomavam as críticas do catolicismo tradicional ao liberalismo do movimento escolanovista. Almir de Andrade,[63] por exemplo, afirmava conduzir essa filosofia ao individualismo. "O indivíduo formado sob o liberalismo pedagógico é, no seu íntimo, um indivíduo sem aderências definitivas a coisa alguma."[64] A ingenuidade da filosofia liberal para Almir de Andrade estaria em se imputar à disciplina e à organização da vida social a origem dos males impregnados nos homens. Ao contrário, diz ele, "foram os próprios males da natureza humana que fizeram os males da organização social (...). O ideal que nós homens buscamos não é apenas um ideal de 'vida'. É, acima de tudo, um ideal de 'vida organizada'."[65] Góis Monteiro, chefe do Estado-maior do Exército na época, chega ao extremo da apologia da guerra. Ela era vista como "um imperativo fatal da vida (...) acima do direito, da moral, da religião e de tudo mais". Era ela que colocava a educação militar como a mais importante, e condicionante das demais. "Cumpre", afirmava, "organizar o nosso sistema educacional de modo a que desde a escola primária até a universidade seja ministrado às novas gerações o ensino militar, que as habilite (. . .) ao desempenho da função do soldado, tornada hoje a precípua missão da cidadania."[66]

Se essa concepção não chega a se realizar em sua plenitude, ela é, no entanto, ensaiada de diversas maneiras, e compõe o clima no qual, a partir principalmente de 1937, a atividade educacional seria conduzida no país.

62. *A Defesa Nacional,* ano XXI, nº 360, 10 de maio de 1944, p. 128.

63. Almir de Andrade dirigiu a revista *Cultura Política,* publicação oficial do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) no período de 1941 a 1945. Foi um intelectual preocupado em recuperar e atualizar, no momento da construção do Estado Novo, elementos da tradição cultural do Brasil. Ver a respeito: Lucia Lippi Oliveira, "Tradição e política: o pensamento de Almir de Andrade". Em: Lucia Lippi Oliveira et alii. *Estado Novo. Ideologia e poder.* Rio de janeiro, Zahar, 1982.

64. Almir de Andrade, *Nação Armada,* março 1941, p. 26.

65. Idem, ibidem.

66. "Educação militar". *Nação Armada,* março de 1940.

A construção da nacionalidade

É difícil, e o era muito mais naqueles tempos, perceber a carga ideológica da noção de que a educação deveria ser um instrumento para a construção da nacionalidade brasileira, até que consideremos o fato de que o Brasil é, em grande parte, um país de imigrantes. Nunca houve, por parte das diversas correntes políticas de alguma significação na história brasileira, quem defendesse para o país a constituição de uma sociedade culturalmente pluralista, que desse a cada nacionalidade aqui aportada e aos próprios habitantes primitivos do país as condições de manter e desenvolver sua própria identidade étnica e cultural. Sílvio Romero, já em 1906, alertava para o perigo de se criar nacionalidades outras dentro do Brasil e propunha como estratégia de ação, por exemplo, o aproveitamento por todos os meios imagináveis do proletariado nacional, que seria transformado em elemento colonizador perto do estrangeiro para educar-se com ele no trabalho e, em troca, contribuir para o seu abrasileiramento. Alberto Torres, por sua vez, afirmava que nosso processo de povoamento se constituía em um problema de formação nacional que não fora ainda iniciada e se tornava cada vez mais difícil pela ação das sucessivas correntes imigratórias. Manoel Bonfim, na mesma linha, alertava no final do século XIX e início deste para a urgência de se reformular o ensino primário, unificando-o e nacionalizando a escola primária. Afrânio Peixoto, em 1917, radicaliza a questão afirmando que "vivemos um século a discutir o direito da União intervir nas províncias e nos estados, melindrosos de sua autonomia, e não temos brios nem melindres de soberania para impedir que países estrangeiros, em nosso território, transformem em seus nacionais os nossos patrícios". E acrescentava: "nacionalidade suicida".[67] Nessa mesma linha de argumentação estão depoimentos de parlamentares da época referindo-se à "invasão" estrangeira no Brasil. Em todos os depoimentos, declarações, análises e avaliações, o ponto de chegada é a urgência de reformulação da estrutura do ensino primário, da oficialização das escolas primárias, da criação de escolas nacionais, enfim, uma investida agressiva para sustar o desenvolvimento dos núcleos de colonização.

67. Ministério da Educação e Saúde/INEP. "Nacionalização do ensino". Arquivo Lourenço Filho, FGV/CPDOC. Textos indicados nesse relatório: Silvio Romero. *O alemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar.* Rio de Janeiro, Tipografia Heitor Ribeiro, 1906, pp. 17, 20, 44, 52, 65, 66. Alberto Torres. *A organização nacional.* Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1914, prefácio. Afrânio Peixoto. Memória em "Cem anos de ensino primário". *Livro do centenário da Câmara dos Deputados,* p. 497.

Todas estas noções foram recolhidas ao final da década de 1930 pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão do ministério da Educação dirigido por Lourenço Filho e responsável por dar subsídios ao ministro para a sua política de nacionalização. Ele cita, ainda, um documento de 1921 sobre a educação dos filhos de estrangeiros:

> O espírito dessas crianças brasileiras, formado em língua, nos costumes, nas tradições dos país, só poderia tender para a pátria de origem, constituindo um empecilho à coesão nacional. Mesmo na raça latina e assimilável como é a italiana, nota-se uma grande tendência para conservar a língua e os costumes, quando formando regulares aglomerações; nas colônias alemãs, então, a propensão conservadora é ainda muito maior, agravada pela diferença de língua e dos costumes. Em certas regiões do país a necessidade da Escola Nacional é bastante grande; abri-la é conquistar milhares de cidadãos para a pátria.[68]

Mencionada e incluída na pauta de discussões desde o início do século, a questão da nacionalização do ensino encontraria no Estado Novo o momento decisivo de sua resolução. Não é absolutamente gratuito esse fato; não é por acaso que só sob o regime autoritário estadonovista tenha sido possível chegar a uma política agressiva de cunho gravemente repressor. De um lado, havia a disposição do governo de enfrentar resistências à imposição de procedimentos coercitivos; de outro, uma conjuntura onde toda a ideologia dominante estava fundamentada na afirmação da nacionalidade, de construção e consolidação do Estado Nacional. Não havia, em projetos nacionalistas como o do Estado Novo, espaço para a convivência com grupos culturais estrangeiros fortes e estruturados nas regiões de colonização.

É muito comum encontrarmos discursos, depoimentos e artigos na imprensa e em revistas especializadas da época reclamando esta postura mais rígida. A premissa básica era assim formulada por Oliveira Viana: "Nossos sistemas escolares, aliás, têm concorrido, não para corrigir e, sim, para agravar esta falha da nossa formação social: nas nossas escolas temos procurado, sem dúvida, dar instrução à nossa mocidade, cultura geral ou especial; mas não nos temos preocupado nunca, a sério, em incutir-lhe, de maneira sistemática, planificada, nenhum sentido de vida coletiva, nenhuma idéia de sacrifício individual em favor do grupo, nenhum espírito de devoção à coletividade; em suma, nenhum princípio, hábito ou tradição de solidariedade social ou de coopera-

68. Milton C. A. da Cruz. "Conferência Interestadual de Ensino Primário". Rio de Janeiro, 12 a 16 de novembro de 1921. Em: Relatório do INEP sobre nacionalização do ensino. Arquivo Lourenço Filho, FGV/CPDOC, p. 13.

ção."[69] O risco de uma educação individualizada era o de não contribuir para a formação da nacionalidade, e este texto mostra como a formação da nacionalidade era entendida como algo que dependia da construção de certas práticas disciplinares de vida que, pouco a pouco, fossem introjetando no quotidiano dos cidadãos a consciência da vida comum, a consciência cívica.

Ora, se o pensamento de Oliveira Viana pode ser considerado expressivo do ideário político daquele período, não é difícil imaginar o significado da permanência, já quase secular no Brasil, de grupos estrangeiros que conservavam vivos os seus laços de nacionalidade pelo estreitamento de suas próprias tradições culturais, como que a lembrar, pelo contraste, o que faltava à sociedade brasileira. De todos os grupos estrangeiros presentes nas zonas de colonização, o alemão foi o que, sem dúvida, despertou a maior atenção e mesmo a maior preocupação nas autoridades governamentais. Reconhecido como o núcleo estrangeiro mais fechado em torno de sua própria cultura, de sua própria língua e de sua própria nacionalidade, eram os alemães freqüentemente acusados de impedirem o processo de nacionalização pela constância com que mantinham suas características étnicas. A presença de um núcleo estrangeiro que participava ativamente na vida brasileira com seu trabalho e com a obediência civil, mas ao mesmo tempo mantinha acesos os laços culturais que os prendiam à nação de origem, provocava um sentimento ambíguo nas autoridades nacionais: um misto de admiração e medo. É que, na verdade, era nos alemães e não nos brasileiros que se encontrava, de forma marcante, o que Oliveira Viana defendia como ideal a ser atingido no Brasil, uma situação em que

> esta consciência de grupo nacional, este devotamento ao grupo-nação se acompanhe de uma "mística nacional". Quero dizer: de um sentimento de orgulho nacional, de grandeza nacional, de superioridade nacional. Este ideal de grandeza ou de superioridade nacional é o que há de ser a fonte alimentadora do "espírito brasileiro" anêmico, débil, inoperante.[70]

Foi a herança da colonização, acreditava Oliveira Viana, que deixou nos brasileiros um complexo de inferioridade historicamente enraizado, atuando como empecilho à formação de uma "mística de superioridade" — condição considerada indispensável à criação e construção da nacionalidade. A existência de tal contraste dentro do Brasil, pela presença de núcleos estrangeiros portadores do que mais nos faltava, advertia sobre o grau de "anemia", de "debilidade", enfim, sobre o estágio em que se encontrava a nossa "doença" que clamava por uma solução.

No dizer de Lourenço Filho, já em 1939, o projeto educacional do governo tinha como "fito capital homogeneizar a população, dando a cada nova geração o instrumento do idioma, os rudimentos da geografia e da história pátria, os elementos da arte popular e do folclore, as bases da formação cívica e moral, a feição dos sentimentos e idéias coletivos, em que afinal o senso de unidade e de comunhão nacional repousam".[71] Esse objetivo conflitava, por uma parte, com a existência de experiências pedagógicas distintas e freqüentemente incompatíveis entre si, que deveriam ser controladas mediante a padronização do ensino e a unidade de programas, currículos, compêndios e metodologias de ensino. Além disto, e muito mais seriamente, ele entrava em choque com a existência de núcleos estrangeiros nas zonas de colonização, principalmente no Sul do país, que haviam implantado seus próprios sistemas de educação básica, em suas línguas de origem. O "abrasileiramento" destes núcleos de imigrantes era visto como um dos elementos cruciais do grande projeto cívico a ser cumprido através da educação, tarefa que acabou se exercendo de forma muito mais repressiva do que propriamente pedagógica, mas na qual o Ministério da Educação se empenharia a fundo.

69. Oliveira Viana. "O Plano Nacional de Educação e a Constituição". GC/Viana, F.J.O. 36.00.00, série pi.

70. Idem, ibidem, p. 8.

71. Manuel Bergstrom Lourenço Filho. Conferência na Escola do Estado-maior do Exército, 27 de outubro de 1939. "Educação e Segurança Nacional". Em: *A Defesa Nacional*, novembro de 1939, p. 67.

II

TEMPO DE AÇÃO

3

A AÇÃO CULTURAL

Presença do modernismo

Se a tarefa educativa visava, mais do que a transmissão de conhecimentos, à formação de mentalidades, era natural que as atividades do ministério se ramificassem por muitas outras esferas, além da simples reforma do sistema escolar. Era necessário desenvolver a alta cultura do país, sua arte, sua música, suas letras; era necessário ter uma ação sobre os jovens e sobre as mulheres que garantisse o compromisso dos primeiros com os valores da nação que se construía, e o lugar das segundas na preservação de suas instituições básicas; era preciso, finalmente, impedir que a nacionalidade, ainda em fase tão incipiente de construção, fosse ameaçada por agentes abertos ou ocultos de outras culturas, outras ideologias e nações. Como sempre, estas ações do Ministério da Educação não se dariam no vazio, mas encontrariam outros setores, movimentos e tendências com as quais seria necessário compor, transigir, ou enfrentar.

Este projeto ambicioso só explica em parte, no entanto, a preocupação do ministro com as atividades de tipo cultural e artístico. Uma outra parte, talvez mais importante, deve ser creditada a suas vinculações de origem com a intelectualidade mineira e, particularmente, com alguns dos expoentes principais do movimento modernista, vinculações mantidas e constantemente realimentadas por seu chefe-de-gabinete, Carlos Drummond de Andrade.

Não era uma relação tão fácil quanto se imagina. Não há nada que revele, nos documentos e escritos do ministro, que ele se identificasse com os objetivos mais profundos do movimento modernista, que, na perspectiva de Mário de Andrade, buscava uma retomada das raízes da nacionalidade brasileira, que permitisse uma superação dos artificialismos e formalismos da cultura erudita superficial e empostada.

"Enquanto o brasileiro não se abrasileirar", escrevia Mário a Carlos Drummond em 1925, "é um selvagem. Os tupis das suas tabas eram mais civilizados que nós nas nossas casas de Belo Horizonte e São Paulo. Por uma simples razão: não há Civilização. Há civilizações. Cada uma se orienta conforme as necessidades e ideais de uma raça, dum meio e dum tempo. (...) Nós, imitando ou repetindo a civilização francesa, ou a alemã, somos uns primitivos, porque estamos ainda na fase do mimetismo."[1] Mário não aceitava a arte pela arte. Sua obra, dizia, "tem uma função prática, é originada, inspirada dum interesse vital e para ele se dirige. Nisto sou tão primitivo como um homem das cavernas quaternárias". Mas era um primitivismo "que vem da consciência duma época e das necessidades sociais, nacionais e humanas dessa época. É necessário. É intelectual, não abandona a crítica, a observação, a experiência e até a erudição. E só aparentemente se afasta delas. É o meu. É necessário. Minha arte aparente é antes de mais nada uma pregação. Em seguida é uma demonstração".[2]

Era um projeto revolucionário em seus objetivos. Mas o modernismo, do qual Mário de Andrade foi um dos principais representantes, era suficientemente amplo e ambíguo para permitir interpretações bastante variadas, e não se colocar em contradição frontal com o programa político e ideológico do Ministério da Educação. Em algumas versões, o modernismo se aproximaria perigosamente do irracionalismo nacionalista e autoritário europeu, e não é por acaso que o próprio Plínio Salgado seja identificado com uma das vertentes deste movimento. O que preponderou no autoritarismo brasileiro, no entanto, não foi a busca das raízes mais populares e vitais do povo, que caracterizava a preocupação de Mário de Andrade, e sim a tentativa de fazer do catolicismo tradicional e do culto dos símbolos e líderes da pátria a base mítica do Estado forte que se tratava de constituir. Capanema estava, seguramente, muito mais identificado com esta vertente do que com a representada pelo autor de Macunaíma, que não temia entrar em contato com "a sensualidade, o gosto pelas bobagens, um certo sentimentalismo melado, heroísmo, coragem e covardia misturados, uma propensão política e pro discurso" que faziam parte da visão andradiana do caráter brasileiro.[3]

1. Carta de Mário de Andrade a Carlos Drummond. Em: Carlos Drummond de Andrade. *A lição do amigo. Cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1982, pp. 15 e 16.

2. Idem, ibidem, p. 26.

3. Idem, ibidem, p. 104. A noção de que o modernismo se converteu, de um projeto estético, em um projeto ideológico, é defendida por João Luís Lafetá, *1930: a crítica e o modernismo.* São Paulo, Duas Cidades, 1974. Um panorama do ambiente cultural brasileiro na década de 30 é apresentado por Antônio Cândido em sua contribuição ao *Simpósio sobre a Revolução de 30* organizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1983 (Porto Alegre, Estante Riograndense União de Seguros, pp. 108-123).

Era sem dúvida no envolvimento dos modernistas com o folclore, as artes, e particularmente com a poesia e as artes plásticas, que residia o ponto de contato entre eles e o ministério. Para o ministro, importavam os valores estéticos e a proximidade com a cultura; para os intelectuais, o Ministério da Educação abria a possibilidade de um espaço para o desenvolvimento de seu trabalho, a partir do qual supunham que poderia ser contrabandeado, por assim dizer, o conteúdo revolucionário mais amplo que acreditavam que suas obras poderiam trazer.

A correspondência de Mário de Andrade a Carlos Drummond revela que, pouco depois de empossado em 1934, Capanema lhe havia solicitado que elaborasse um projeto de lei de proteção às artes no Brasil, que seria o embrião do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Desde São Paulo, Mário de Andrade redige um texto que seria enviado para a aprovação do Congresso, e terminaria sendo aprovado como decreto-lei em dezembro de 1937. Em 1935 Mário de Andrade é convidado para vir ao Rio, mas estava totalmente envolvido com o departamento de Cultura de São Paulo, e não aceita. Em 1938, com a mudança de governo em São Paulo, a posição de Mário de Andrade como chefe da Divisão Cultural do departamento de Cultura de São Paulo torna-se insustentável, e a ida para o Rio surge como a melhor alternativa. Capanema lhe oferece o posto de diretor de um departamento de Teatros no Ministério da Educação, que Mário de Andrade recusa, preferindo "o lugar modesto no Instituto do Livro".[4] Segundo a anotação de Drummond, "a preferência de Mário de Andrade foi satisfeita. O Ministério da Educação o contratou para chefe da seção do Dicionário e Enciclopédia Brasileira, do Instituto Nacional do Livro".[5]

As cartas de Mário de Andrade a Capanema mostram, contudo, que as coisas foram bem mais complicadas, e vividas com bastante ansiedade por Mário de Andrade. "Depois de nossa conversa", escrevia ele ao ministro em 22 de junho de 1938, "me pus refletindo muito sobre o meu caso. E sou obrigado a lhe confessar mais uma vez que o posto de diretor do serviço teatral eu não posso mesmo de forma alguma aceitar. É um lugar de projeção muito brilhante e muito violenta, vou lutar certamente muito e vou certamente fracassar. A sua oferta me encontra derreado, despido de muitas das minhas ilusões e sem o menor desejo de me vingar de ninguém. Preciso de trabalho e estou sempre disposto a trabalhar. Mas não quero lutas fortes, não quero gritaria em torno de

4. Carta de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade. Em: Carlos Drummond de Andrade. *A lição do amigo,* op. cit., p. 197.

5. Idem, ibidem, p. 198.

mim".[6] Havia a oferta de uma posição na Universidade de São Paulo, e Mário mostra-se tentado a aceitá-la, condicionando-a, porém, ao acordo do ministro.

Em 23 de fevereiro de 1939 a situação ainda não está definida, e Mário volta a escrever ao ministro para recusar, desta feita, o posto no Instituto Nacional do Livro, dando algumas de suas razões e sentimentos:

> Estive refletindo bastante estes dias e percebi definitivamente que não poderia aceitar o cargo de dirigir a Enciclopédia, no Instituto do Livro. As razões que tenho para isso são as mesmas que já lhe dei e a que você respondeu. Não pude verbalmente insistir nelas porque tenho uma espécie de defeito de alma que me põe sempre demasiadamente subalterno diante das pessoas altamente colocadas. Por mais amizade que lhe tenha e liberdade que tome consigo, sempre é certo que diante de você não esqueço nunca o ministro, que me assusta, me diminui e me subalterniza. Isto, aliás, me deixa danado de raiva e esta é a razão por que fujo sempre das altas personalidades. Por carta e de longe, posso me explicar com menos propensão ao consentimento.

Usando a distâncias, Mário aproveita para protestar contra o fechamento da Universidade do Distrito Federal, por decisão de Capanema:

> Não pude me curvar às razões dadas por você para isso: lastimo dolorosamente que se tenha apagado o único lugar de ensino mais livre, mais moderno, mais pesquisador que nos sobrava no Brasil, depois do que fizeram com a Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo. Esse espírito, mesmo conservados os atuais professores, não conseguirá reviver na Universidade do Brasil, que a liberdade é frágil, foge das pompas, dos pomposos e das pesadas burocracias.[7]

A recusa de Mário de Andrade de trabalhar na Enciclopédia tem razões específicas, que vão desde divergências quanto à própria concepção do projeto até a existência de pessoas que teriam que ser deslocadas caso ele assumisse o posto. E termina a carta:

> Tudo isso está perfeitamente certo, mas nos separa uma distância irredutível de pontos de vista. As suas razões são razões de ministro, as minhas são razões de homem. Você decide com o áspero olho público, mas eu resolvo com o mais manso olhar de minha humanidade.[8]

A partir daí, só lhe cabem pequenos trabalhos e uma situação incerta, que Mário de Andrade aceita por falta de alternativas, com grande custo pessoal. Em junho de 1939, Mário de Andrade trabalha precariamente para o Instituto

6. Carta de Mário de Andrade a Capanema, 22 de junho de 1938. GC/Andrade, M. doc. 6, série b.
7. Idem, 23 de fevereiro de 1939. GC/Andrade, M. doc. 7, série b.
8. Idem, ibidem.

Nacional do Livro e escreve a Capanema pedindo que lhe paguem pelo que produziu. A situação é desesperadora:

"(...) venho pedir que me faça pagar isto imediatamente, e por outra via possível aí do ministério, pois estou numa situação insustentável, crivado de dívidas ridículas, sem cara mais para me apresentar a certos amigos, que positivamente não têm a obrigação de me sustentar. Felizmente não estou acostumado, em quarenta e cinco anos de vida, a viver de expedientes e situação penosa. O resultado é um desespero, uma inquietação, uma desmoralização interior que não mereço, e a que, espero, o ministério não tem razão para me obrigar." Nessa época, Mário de Andrade aguardava uma nomeação prometida pelo ministro, que, entretanto, jamais se corporifica: "Muito mais agradável para mim será trabalhar com você, no Instituto do Livro, mas se não é possível, suplico mais este favor a você de me dizer francamente o que há, pra que eu me arranje."[9]

Mário de Andrade, no entanto, jamais "se arranjaria" de forma satisfatória, e terminaria sua vida, enfermo e psicologicamente desgastado, alguns anos após.

As tensões inevitáveis entre os modernistas e o ministério exigiam freqüentemente que os vínculos de amizade falassem mais alto, servindo assim de anteparo a radicalizações mais fortes, e permitindo que a vinculação ambígua entre eles se mantivesse. Pelo menos em uma ocasião, no entanto, pareceu ao próprio Drummond que a conciliação não seria mais possível. Em março de 1936, Capanema convida Alceu Amoroso Lima para uma conferência no ministério sobre "A educação e o comunismo", à qual Drummond resolve não ir e, por lealdade, coloca seu cargo à disposição do ministro:

"Meu caro ministro e amigo," diz ele. "Às 5 horas da tarde, subindo no elevador do ministério, e cruzando com colegas do gabinete que desciam para assistir à conferência do Alceu, fiz um rápido exame de consciência e verifiquei que eu não poderia fazer o mesmo, ou antes, que eu não devia fazer o mesmo. Uma outra conclusão, logo, se impôs: não podendo participar de um ato público, promovido pela autoridade a que sirvo, e que visava afirmar, mais do que uma orientação doutrinária, um programa de ação do governo, eu não só deixava de servir a essa autoridade como lhe criava uma situação desagradável. É verdade que minha colaboração foi sempre prestada ao amigo (e só este, de resto, lhe perdoaria as impertinências de que costuma se revestir) e não propriamente ao ministro nem ao governo, mas seria impossível dissociar essa entidade e, se eu o conseguisse, isto poderia servir de escusa para mim, mas não beneficiaria o

9. Carta de Mário de Andrade a Capanema, 30 de junho de 1939. GC/Andrade, M. doc. 9, série b.

ministro. É verdade, ainda, que não tenho posição à esquerda, senão apenas sinto por ela uma viva inclinação intelectual, de par com o desencanto que me inspira o espetáculo do meu país. Isto não impede, antes justifica que eu me considere absolutamente fora da direita e alheio a seus interesses, crenças e definições. E aí está a razão por que me julguei impossibilitado de ouvir o meu amigo pessoal Alceu (...). Minha presença na conferência de hoje seria mais, talvez, do que silenciar inclinações e sentimentos. Poderia ser tida como repúdio a esses sentimentos e inclinações. Por isto não fui ao Instituto."

Drummond teme que sua atitude possa ser interpretada de forma prejudicial a Capanema, e por isto prefere se afastar:

> "(...)daí esta carta, que tem o mais razoável dos propósitos: o de não permitir que, para não magoar o amigo, você ponha em risco a sua situação política e, mesmo, a sua posição moral em face ao governo. O amigo está intacto e continua a desejar-lhe bem. Dispensado o diretor de gabinete (e que irritante diretor de gabinete tem sido o seu), você conservará o amigo e afetuoso, que o abraça fraternalmente, Carlos."[10]

A amizade prevaleceria, e a dispensa não seria concedida. Drummond continuaria, até o final do Estado Novo, a servir de ponte e filtro nos contatos entre a cultura brasileira e o ministério Capanema. Ambos, cada qual a seu estilo e a partir de motivações tão diferentes, teriam enorme responsabilidade sobre os caminhos contraditórios, às vezes fecundos e freqüentemente mistificados que a educação e a cultura brasileira assumiriam nas décadas seguintes.

As tensões não se davam somente com os intelectuais modernistas mais vinculados à esquerda. Em sua preocupação de não perder o vínculo com o movimento da Escola Nova, com o qual de certa forma se identificava, desde sua participação na reforma do sistema educacional de Minas Gerais sob Francisco Campos, Capanema tenta convidar Fernando de Azevedo para o cargo de diretor nacional de Educação, provocando, no entanto, forte reação de Alceu Amoroso Lima:

> Nada tenho contra a pessoa do Dr. Azevedo, cuja inteligência e cujas qualidades técnicas muito admiro. Ele é hoje, porém, uma 'bandeira'. Suas idéias são conhecidas, seu programa de educação é público e notório. Sua nomeação seria, por parte do governo, uma opção ou uma confusão. E tudo isso, eu teria que dizer de público (...). Como prezo muito as posições definidas e já dei, há muito, a conhecer qual a minha atitude, em matéria pedagógica, não me seria possível continuar a trazer, ao Ministério da Educação, a pequena mas desinteressada colaboração que até hoje lhe tenho dado,

10. Carta de Drummond a Capanema, 25 de março de 1936. GC/Andrade, C. doc. 8, série b.

> na hora grandiosa que você está empreendendo nesses domínios, caso se confirmasse essa nomeação, a meu ver errada e inoportuna.[11]

Se Alceu veta Fernando de Azevedo, muitos nomes aparecem em suas cartas, como recomendados a postos de importância na área educacional: Guilherme de Azevedo Ribeiro ("latinista emérito, elemento de 1ª ordem"); J. A. de Sousa Viana ("mineiro. Modestíssimo. Cabeça sólida. Enorme cultura científica"); Everardo Backheuser ("presidente da Confederação Católica Brasileira de Educação (...). Grande experiência"); Euryalo Canabrava ("grande cultura. Elemento a impulsionar"); Raul Leitão da Cunha ("grande valor moral e intelectual. Extrema independência"); Leonídio Ribeiro; Hamilton Nogueira ("moral irrepreensível; pessoa de absoluta confiança"); José Burle de Figueiredo ("excelente juiz; muito prestígio"); Isaías Alves ("ex-diretor de instrução municipal na Bahia. Perseguido, no Rio, pelo Anísio, por ter se oposto a seus sectarismos"); Artur Gaspar Viana ("inspetor escolar no Rio (...). Pessoa de confiança"); Wagner Antunes Dutra ("meu secretário particular (...). Alma puríssima e auxiliar precioso, como conselheiro diplomata (...). Observador. Oficial de gabinete ideal. Absoluta confiança"; Álvaro Vieira Pinto ("professor de biologia e filosofia. Moral ótima. Rapaz digno e paupérrimo").[12]

Outra carta sugere Murilo Mendes, Almir de Castro e Vinícius de Morais, "cada um dos quais é um valor autêntico, do ponto de vista intelectual como moral, dos melhores que temos no Brasil"; outra ainda indica José Maria Belo para o lugar de diretor nacional de Educação. Uma carta de 1936 indicava Mário Casassanta para o mesmo cargo. Outra apóia o padre Hélder Câmara; e assim por diante.

Seria incompreensível a tentativa de Capanema de indicar Fernando de Azevedo para a diretoria-geral de Educação com o beneplácito da Ação Católica, prezasse ele, tanto quanto Alceu Amoroso Lima, as "posições definidas" das quais este último fazia questão. No entanto, o estilo pessoal do ministro era outro. Capanema buscava o convívio, a amizade e a colaboração dos intelectuais, tratando de colocar-se, tanto quanto possível, acima e alheio ao fragor dos combates ideológicos nos quais todos estavam engajados, e que envolviam seu ministério. Se era uma atitude de respeito profundo à inteligência e à criatividade enquanto tais, por cima das ideologias, ou um desprezo íntimo pelas quere-

11. Carta de Alceu Amoroso Lima a Capanema, 19 de março de 1935 (?) GC/Lima, A-106, série b.

12. Nomes constantes de um papel com o título "Pessoas que eu *recomendaria* vivamente para qualquer cargo em matéria pedagógica." GC/Lima, A. doc. 94, série b.

las acadêmicas dos escritores e pintores, é impossível saber. De qualquer maneira, era certamente mais fácil buscar esta neutralidade nas artes do que na educação. Se a influência de Alceu predomina e dá o tom da política educacional de seu ministério, nas letras, e particularmente, nas artes plásticas, haveria ampla margem para o cultivo da cultura enquanto tal.

Cultura e propaganda

A ambigüidade do relacionamento entre o ministério e os intelectuais modernistas se estendia, na realidade, a toda a área de ação cultural do ministério, e mais particularmente às formas de ação orientadas para o grande público, ou seja, o rádio, o cinema e a música. A dificuldade, aqui, era estabelecer a tênue linha divisória que separasse a ação cultural, eminentemente educativa e formativa, da mobilização político-social e da propaganda propriamente dita. Era uma dificuldade tanto conceitual quanto institucional.

Já em 1932, ainda na gestão de Francisco Campos, o Governo Provisório havia previsto, em dois decretos distintos nºs 21.111 e 21.240, respectivamente, que o Ministério da Educação devia ter um papel de orientação educacional nos serviços de radiodifusão, que se iniciavam no país, e na sistematização da ação governamental na área do cinema educativo, através de órgão próprio. Parece ser também desta época um documento que existe na pasta do arquivo de Gustavo Capanema, sobre o Instituto Nacional do Cinema Educativo e que dá as grandes linhas do que seria um grande e ambicioso departamento de Propaganda do Ministério da Educação.[13] "Cumpre ao ministério", dizia o documento, "transpor os limites apertados das instituições existentes, buscando atingir, com a sua influência cultural, a todas as camadas populares. O Departamento de Propaganda, aqui projetado, terá esta finalidade. Ele deverá ser um aparelho vivaz, de grande alcance, dotado de um forte poder de irradiação e infiltração, tendo por função o esclarecimento, o preparo, a orientação, a edificação, numa palavra, a cultura de massas."

O cinema era visto como um instrumento privilegiado para esta ação. Ele teria o poder de "influir beneficamente sobre as massas populares, instruindo e orientando, instigando os belos entusiasmos e ensinando as grandes atitudes e as nobres ações. Mas pode, também, ao contrário disso, agir perniciosamente,

13. Arquivo Gustavo Capanema. GC 34.09.22.

pela linguagem inconveniente, pela informação errada, pela sugestão imoral ou impatriota, pela encenação do mau gosto".[14]

Daí a necessidade de o Estado intervir no cinema, "com o objetivo de fazer do simples meio de diversão que ele é, um aparelho de educação". O primeiro passo nesta intervenção deveria ser a censura, para que os filmes fossem "escoimados dos elementos maléficos e corruptores que contiverem"; depois, o estímulo à indústria cinematográfica privada (o projeto era contrário a uma indústria cinematográfica estatal, e afirmava que "o cinema educador deve realizar sua missão com total liberdade"). Haveria ainda o cinema pedagógico, a ser "empregado nas escolas como processo auxiliar do ensino das matérias constantes dos seus programas". Era algo distinto, mas não estanque: "o problema do cinema como aparelho de educação popular e o problema do cinema como meio de ensino das escolas se relacionam e se entrelaçam. O departamento de Propaganda, que terá como um de seus objetivos cuidar do primeiro, poderá igualmente, com a colaboração do departamento de Educação, cuidar do segundo".[15]

Em julho de 1934, no entanto, Getúlio Vargas cria o departamento de Propaganda e Difusão Cultural junto ao Ministério da Justiça, esvaziando o Ministério da Educação não só da propaganda — que este ministério, sob Capanema, possivelmente não queria — como também do rádio e do cinema.

Esta decisão fez parte, sem dúvida, de um esforço de colocar os meios de comunicação de massas a serviço direto do Poder Executivo, uma iniciativa à qual não faltava a influência do Ministério da Propaganda alemão, recém-criado com a instalação do governo nacional-socialista em 1933. O texto sobre a "racionalização do governo", elaborado como parte da retrospectiva do Estado Novo nos anos 40, assinalava que, já em 1934, o novo departamento tinha como objetivo "a propaganda em si mesma, destinada a discutir de público os imperativos do Estado moderno, mostrando o sentido de suas realizações, a fim de conseguir o máximo de colaboração dos cidadãos. A tarefa do novo departamento deveria ser mais de experimentação, estudando a utilização do cinema, da radiotelegrafia e de outros processos técnicos, no sentido de empregá-los como instrumentos de difusão".[16]

14. Idem, ibidem.

15. Idem, ibidem.

16. "A racionalização do governo". Em: Simon Schwartzman (org.). *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983, pp. 61-62.

Este foi o embrião da Agência Nacional e, mais tarde, do departamento de Imprensa e Propaganda. Diante destes propósitos governamentais, só cabe ao Ministério da Educação insistir na distinção entre "cinema educativo" e "cinema escolar". Isto permite que o Ministério da Educação proponha a divisão do departamento de Propaganda em duas partes. A primeira, de Publicidade e Propaganda, ficaria no Ministério da Justiça; e outra, Difusão Cultural, voltaria ao Ministério da Educação e Saúde.[17]

A reforma do Ministério da Educação e Saúde de janeiro de 1937, finalmente, institucionaliza tanto o Serviço de Radiodifusão Educativa quanto o Instituto Nacional de Cinema no âmbito do ministério. Contudo, não era uma posse tranqüila. Em 1938, Capanema é levado a dirigir a Getúlio Vargas uma longa exposição de motivos tratando de preservar sua atuação na área de radiodifusão, contra as pretensões do Ministério da Justiça, agora com Francisco Campos. Era necessário, dizia ele, que a função de radiodifusão do Ministério da Educação fosse especificada de maneira a não haver "nenhuma confusão com o serviço do Ministério da Justiça".[18] Insiste ainda: "a radiodifusão escolar (...) é matéria diferente e separada da radiodifusão, meio de publicidade ou de propaganda. (...) É preciso introduzir o rádio em todas as escolas — primárias, secundárias, profissionais, superiores, noturnas e diurnas — e estabelecer através deste poderoso instrumento de difusão uma certa comunhão espiritual entre os estabelecimentos de ensino. O rádio será o único meio de se fazer esta comunhão de espírito, pois (...) tudo concorre a separar e isolar as nossas escolas, que são aqui e ali colméias autônomas, cada qual com uma mentalidade e todas distantes do sentido que nós cá do centro desejamos imprimir-lhes".[19] Propõe a criação de uma estação radiodifusora educativa para o MES, que seria entregue a um professor "para caracterizá-la como aparelho de estrita aplicação escolar".[20] E continua: "A hipótese de se transferir esta estação para o Ministério da Justiça não me parece conveniente. Antes do mais porque este ministério não precisa dele. O Ministério da Justiça precisa, sim, de todas as estações radiodifusoras existentes no país, durante o dia e durante a noite. Deve ser fixado em lei o tempo que as estações deverão dar à difusão do departamento de Propaganda, tem-

17. Projeto de Lei; arquivo Gustavo Capanema. GC 34.09.22.

18. Gustavo Capanema. "Exposição de motivos do projeto sobre o Serviço de Radiodifusão do MES". 24 de fevereiro de 1938. GC 36.12.00.

19. Idem, ibidem.

20. Idem, ibidem.

po este a ser utilizado parceladamente nos intervalos das irradiações musicais, de tal modo que todos sejam forçados a ouvir os textos mandados pelo governo, do mesmo modo que ouvem os anúncios comerciais ....). Se, porém, o Ministério da Justiça passar a usar uma determinada estação dia e noite para sua obra de propaganda, o resultado será fatalmente o seguinte: tal estação não terá nenhum público, pois todo mundo, mesmo os amigos do governo, ligará o aparelho para as outras estações."[21]

A criação do departamento de Imprensa e Propaganda em 1939, agora subordinado diretamente à presidência da República, traz novamente conflitos de jurisdição, já que o DIP continha, em sua organização, uma divisão de radiodifusão e outra de cinema e teatro.[22] Em 1942, Roquette Pinto, na direção do Instituto Nacional do Cinema Educativo, prepara um arrazoado para demonstrar como sua atividade se distinguia da do DIP. "No Brasil o INCE, exclusivamente consagrado ao cinema educativo, em nada pode perturbar quaisquer planos ministeriais de propaganda. Ao contrário, tem cooperado com o DIP. O material, oficinas e laboratórios necessários ao DIP não se acham representados no INCE senão em proporção mínima. O DIP precisa de aparelhagem cinematográfica *standard* — 35mm, e o INCE trabalha especialmente com o filme *substandard* — 16mm." O relatório faz uma longa descrição da atuação do INCE em todos os setores — projeções em mais de mil escolas e institutos de cultura, organização de uma filmoteca, intercâmbios internacionais, elaboração de filmes documentais etc. — e termina afirmando que "o INCE vem, em marcha progressista e ascendente, servindo honestamente à cultura do país."[23]

O canto orfeônico

A música também teria, ao lado do rádio e do cinema, um papel central neste esforço educativo e de mobilização, onde a linha divisória entre a cultura e a propaganda tornava-se tão difícil de estabelecer. Além disto, ela contava com a presença ativa e influente de uma forte personalidade, Heitor Villa-Lobos.

Em 1936, Villa-Lobos participa, junto com Antônio de Sá Pereira, de um Congresso de Educação Musical na cidade de Praga, como representante do

21. Idem, ibidem.

22. Decreto-lei nº 5.077, de 29 de dezembro de 1939.

23. Roquette Pinto ao ministro Capanema, 11 de julho de 1942. GC 35.00.00/2.

governo brasileiro. Villa-Lobos era então diretor de educação musical e artística da cidade do Rio de Janeiro, e sua conferência, feita em francês, dá um panorama bastante significativo de sua atuação e maneira de pensar. Basicamente, o trabalho de Villa-Lobos consistia em desenvolver a educação musical artística através do canto coral popular, ou seja, o canto orfeônico. "Nenhuma arte exerce sobre as massas uma influência tão grande quanto a música. Ela é capaz de tocar os espíritos menos desenvolvidos, até mesmo os animais. Ao mesmo tempo, nenhuma arte leva às massas mais substância. Tantas belas composições corais, profanas ou litúrgicas, têm somente esta origem — o povo." Para difundir a importância da música, Villa-Lobos afirma ter percorrido, em 1930, mais de 60 cidades do interior paulista, "fazendo conferências e demonstrações ao piano, violoncelo, violão e guitarra, com coros e com orquestras", e terminando por formar um coral de dez mil vozes para o canto de hinos patrióticos e a educação de sentimentos cívicos. Nos folhetos distribuídos nessa cruzada, Villa-Lobos lembrava que, no estrangeiro, pensava-se que o brasileiro era desprovido de vontade e de espírito de cooperação, que vivia disperso, sem unidade de ação, sem a coesão necessária à formação de uma grande nacionalidade. No entanto, isto seria corrigido pela educação e pelo canto. "O canto orfeônico, praticado pelas crianças e por elas propagado até os lares, nos dará gerações renovadas por uma bela disciplina da vida social, em benefício do país, cantando e trabalhando, e, ao cantar, devotando-se à pátria!"[24]

Entre 1938 e 1939, Mário de Andrade, em papel timbrado do Instituto Nacional do Livro, redige as "bases para uma entidade federal destinada a *estudar* o folclore musical brasileiro, *propagar* a música como elemento de cultura cívica e *desenvolver* a música erudita nacional".[25] A cada uma destas funções caberia uma seção distinta. A do folclore deveria desenvolver uma discoteca, um museu de instrumentos e um serviço de tradução, estudo e publicação da música recolhida pelos serviços de discoteca. A seção de música cívica se destinaria a "criar por todo o país a prática do coral (a seco) e do coro com acompanhamento de instrumentos populares ou já perfeitamente popularizados no país"; a dar condições materiais de existência para esses corais; e a "controlar e suprir a programação deles, colecionando todo o hinário nacional, promovendo a criação de novos hinos, mandando converter todo esse hinário à música coral polifônica de vária dificuldade e para todas as organizações corais possíveis, só mulheres, só homens, os diversos coros mistos, só crianças, vozes iguais, vozes desiguais, duas, três, quatro, cinco, seis vozes corais, composição madrigalesca etc." Deveria ainda coralizar a música folclórica do país, promovendo "nos corais criados a execução anual em datas certas das danças dramáticas tradicionais, cheganças, reisados, congados, bumba-meu-boi etc. com prêmios, auxílio financeiro, fornecimentos de modelos de indumentária e professores-coreógrafos". A principal função da seção de música erudita seria a de criar ou auxiliar o estabelecimento de orquestras sinfônicas, companhias de ópera, agrupamentos instrumentais etc. Estava prevista ainda a criação de uma revista de folclore musical.

24. Villa-Lobos, conferência em Praga. Traduzido do francês. GC 36.02.12-A. Pasta 1. Observa Alberto Venâncio Filho que "as primeiras demonstrações de massa de canto orfeônico foram iniciadas por Villa-Lobos quando Anísio Teixeira era secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal, sem os aspectos de culto à personalidade nas quais posteriormente foram envolvidas" (comunicação pessoal).

25. Plano de Mário de Andrade (manuscrito, sem assinatura, s.d.) enviado a Capanema. GC 36.02.12.

Existe também, junto ao projeto, uma página redigida por Mário de Andrade denominada "sugestões pro discurso", provavelmente do ministro, para a justificativa de seu projeto:

> A música é universalmente conhecida como a coletivizadora-mor entre as artes. Só o teatro se lhe aproxima como função pragmática. É uma questão especialmente de ritmo, mas este por si não tem tamanho poder como quando auxiliado pelo som das melodias. A maior prova deste poder coletivizador e cívico da música está em que, dentre todas as artes, ela é a única que se imiscui no trabalho. Em todas as partes do mundo canta-se durante o trabalho, canções de remar, de colheita, de fiar etc., etc. É também a música que entra nos trabalhos militares da guerra. Pelo menos até este se tornar mecânico. Os hinários de religião, política, de civismo.[26]

Villa-Lobos também elabora seu projeto, e não esconde a certeza que tem de sua importância e do que está propondo: "Tomo a liberdade de propor a V. Excia. a solução que se segue, a qual nada mais é do que um plano de reforma e adaptação do aparelho educacional da música no Brasil, para que dessa forma possa ser considerado o problema da música brasileira, como o de absoluto interesse nacional a corresponder às respeitosas e elevadas idéias de nacionalização do Exmo. Sr. presidente da República."[27] Era um plano, segundo ele, que tinha por objetivo "fixar o característico fisionômico de nossa música", de maneira que o Brasil viesse a se assemelhar aos outros países, como "Espanha, Alemanha, Rússia, Itália, Estados Unidos da América do Norte e outros, que já se impuseram no mundo, dominando as tendências dos países fracos, de povos indiferen-

26. Idem, ibidem.

27. Ofício de Villa-Lobos ao ministro Capanema. GC 37.00.00/5-3.

tes". Essencialmente, o plano previa três escolas de música (de estudos superiores, profissional e de professores) e uma inspetoria-geral de canto orfeônico, com ação sobre todo o país, para "zelar a execução correta dos hinos oficiais, intensificar o gosto e apreciação da música elevada e encaminhar as tendências folclorísticas da música popular nacional (música, literatura e dança)".[28]

As tentativas de organização do ensino e difusão da música, em todas as formas e níveis, se multiplicavam. Há um projeto de Magdalena Tagliaferro sobre a "reorganização do ensino musical no Brasil, e particularmente da Escola Nacional de Música do Rio de Janeiro, de julho de 1940"[29]; há um minucioso anteprojeto de lei orgânica do ensino musical, que estabelecia este ensino em três ciclos, especificando as respectivas matérias, critérios de admissão etc., e outros.

Destes projetos mais ou menos grandiosos, o que adquire maior expressão é, exatamente, o de canto orfeônico. Um decreto-lei de novembro de 1942 (nº 4.993) cria o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, subordinado diretamente ao Departamento Nacional de Educação, mas para funcionar junto à Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil. Seu objetivo era o de formar candidatos ao magistério do canto orfeônico de nível primário e secundário. Além disto, deveria promover pesquisas "visando à restauração ou revivescência das obras de música patriótica que hajam sido no passado expressões legítimas da arte brasileira e bem assim o recolhimento das formas puras e expressivas de cantos populares no país, no passado e no presente"; e mais especificamente, promover "a gravação em discos do canto orfeônico do Hino Nacional, do Hino da Independência, do Hino da Proclamação da República, do Hino à Bandeira Nacional e bem assim das músicas patrióticas e populares que devam ser cantadas nos estabelecimentos de ensino do país".[30]

Em 1940, Antônio de Sá Pereira, diretor da Escola Nacional de Música, redige um texto denominado "Música do Estado Novo", que deveria constar da obra que o ministro coordenava sobre as realizações do governo Vargas. O relatório fala da criação da própria Escola Nacional de Música, em 1937, a partir do antigo Instituto Nacional de Música, e de seus concertos gratuitos, da publicação da *Revista Brasileira de Música*, e do trabalho de divulgação da música brasileira no exterior, através, principalmente, de Villa-Lobos, mas também Francisco Mignone, Guiomar Novais e outros; fala da comemoração do Centenário de Carlos Gomes; sobre a música dramática; sobre as transmissões musicais do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Saúde (Estação PRA-2); fala dos programas de música popular organizados pelo DIP para transmissão através da "Hora do Brasil".

28. Idem, ibidem.

29. Arquivo Gustavo Capanema, GC 37.00.00/5-A-5.

30. Idem, GC 42.05.12/2.

O trabalho de Villa-Lobos é descrito com detalhe, desde sua atuação no Rio de Janeiro, em 1932, até as "monumentais concentrações orfeônicas" organizadas para a comemoração do Dia da Pátria.[31]

A música popular, a recuperação do folclore, a implantação e o apoio à música erudita jamais receberiam a mesma importância e apoio do que a música orfeônica. No sumário que faz em 1946 das atividades de seu ministério, Capanema se limita a mencionar o canto orfeônico entre as diversas modalidades de atividade musical, e mesmo assim associado à educação física, como parte das "práticas educativas visando à formação física, cívica e moral das crianças e adolescentes".[32] Não era exatamente isto, por certo, o que Mário de Andrade propusera.

O Palácio da Cultura e a Cidade Universitária
(Esta seção conta com a colaboração de
Rosa Maria Barbosa de Araújo)

O projeto de construção do edifício-sede do Ministério da Educação, conhecido como o Palácio da Cultura, foi a grande oportunidade de colocar na prática o projeto de uma obra que concretizasse, ao mesmo tempo, os ideais revolucionários do modernismo e a consagração da obra educacional e cultural do ministro. Em uma carta de outubro de 1945, Lúcio Costa sintetiza os ideais que envolveram o projeto do edifício, e as condições que permitiram sua construção:

Foi, efetivamente, neste edifício onde, "pela primeira vez, se conseguiu dar corpo, em obra de tamanho vulto, levada a cabo com esmero de acabamento e pureza integral de concepção, às idéias mestras porque, já faz um quarto de século, o gênio criador de Le Corbusier se vem batendo com a paixão, o destemor e a fé de um verdadeiro cruzado (...) Neste oásis circundado de pesados casarões

31. Idem, GC 36.02.12.

32. Simon Schwartzman (org.). *Estado Novo: um auto-retrato*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983.

de aspecto uniforme e enfadonho, viceja agora, irreal na sua limpidez cristalina, tão linda e pura flor — flor do espírito, prenúncio certo de que o mundo para o qual caminhamos inelutavelmente poderá vir a ser, apesar das previsões agourentas do saudosismo reacionário, não somente mais humano e socialmente mais justo, senão, também, mais belo.[33]

Feita a grande obra, o mundo se curva diante do Brasil: "São agora os mestres arquitetos dos Estados Unidos da América e do império britânico que se abalam dos respectivos países para virem até aqui, apreciar e aprender (...). Que estranho encadeamento de circunstância tornou possível um tal milagre?"[34]

A resposta, para Lúcido Costa, estava em uma conjugação feliz de pessoas bem-dotadas, a começar pelo próprio Capanema: "Amparado, apenas, inicialmente, na intuição poética e no discernimento crítico de intelectuais como os senhores Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e Rodrigo Melo Franco de Andrade, dentro em pouco sua consciência da legitimidade dos princípios fundamentais defendidos nesta obra adquiria tal força de convicção que, apesar dos interesses políticos em jogo e do seu natural apego ao cargo que exerce com tamanha dedicação, o senhor soube arrostar bravamente a maré montante das críticas, correndo todos os riscos sem jamais transgredir nem esmorecer no propósito de levá-las a bom termo." É Capanema que promove a vinda de Le Corbusier ao Brasil em 1937, e "foi graças a esse convívio de apenas três meses que o excepcional talento do arquiteto Oscar Niemeyer — Oscar de Almeida Soares, conforme, no seu apego à tradição lusitana, preferia vê-lo chamar, que este é o seu legítimo nome —, até então inexplicavelmente incubado, revelou-se em toda a sua plenitude".[36].

Não seria aqui um lugar para uma avaliação crítica mais aprofundada desta escola de arquitetura que se firma com o edifício do Ministério da Educação e chega à sua consagração e apogeu com a construção de Brasília. Basta a distância do tempo para darmo-nos conta de que o atual Palácio da Cultura do Rio de Janeiro, menos do que o prenúncio do mundo "mais humano, socialmente mais justo" além de mais belo, é pouco mais do que uma relíquia arquitetônica perdida no caos urbano do Rio de Janeiro. Mário de Andrade não tinha ilusões, como revelam suas cartas a Drummond, quanto ao poder redentor da arte

33. Carta de Lúcio Costa a Capanema, outubro de 1945. GC/Costa, Lúcio. doc. 1 série b.
34. Idem, ibidem.
35. Idem, ibidem.
36. Idem, ibidem.

enquanto tal, e certamente não compartiria a noção de que, pela pureza das formas, fosse possível contornar as profundas diferenças econômicas, políticas e ideológicas que marcavam e ainda marcam a sociedade brasileira. Contudo, a crença na força da arte e da cultura talvez fosse, naqueles anos, a única forma de legitimar o convívio entre os intelectuais e o poder do Estado Novo.

O próprio Capanema tinha da arte uma visão muito mais instrumental, como revela sua correspondência com Cândido Portinari. De fato, o ministro tinha idéias bastante definidas sobre o que o pintor deveria fazer:

"No salão de audiência, haverá os 12 quadros dos ciclos de nossa vida econômica, ou melhor, dos aspectos fundamentais de nossa evolução econômica. (...) Na sala de espera; o assunto será o que já disse — a energia nacional representada por expressões de nossa vida popular. No grande painel deverão figurar o gaúcho, o sertanejo e o jangadeiro. Você deve ler o III Capítulo da segunda parte de *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Aí estão traçados da maneira mais viva os tipos do gaúcho e o do sertanejo. Não sei que autor terá descrito o tipo do jangadeiro. Pergunte ao Manuel Bandeira."[37] Em uma carta sem data, Portinari mostra como a orientação ministerial era acatada: "Não escrevi antes por andar muito cansado e desanimado, mas agora com a notícia de que o senhor quer novos e imensos murais estou novamente em forma e à espera da documentação para dar início aos estudos. Gostaria que o senhor me enviasse o seu discurso. As vidas de Caxias, Tiradentes e José Bonifácio. Foram os motivos que o senhor sugeriu. Gostaria de permanecer aqui ainda algum tempo e creio que seria até bom fazer os primeiros estudos aqui — fora do barulho do Rio. Mesmo que eu não fizesse estudos definitivos pelo menos iria lendo o que o senhor me mandar e me impregnando do assunto até transformá-lo em cores. Em todo caso estou à sua disposição. Se o senhor achar melhor eu estar aí, é só mandar avisar. Do seu amigo certo, Portinari."[38]

Esta amizade certa tinha uma importante história anterior, que foi a defesa e a proteção de Capanema ante as acusações que sofria Portinari de esquerdista ou comunista. Existe pouca informação a este respeito no arquivo Capanema, a não ser uma carta escrita desde Nova York, onde Portinari havia obtido grande sucesso com suas exposições. "Tive notícias ontem que me deixaram muito triste. Parece que publicaram artigo na *Nação Armada* — explorando o velho tema. Enquanto isto tinha sido tratado aqui como se eu fosse um grande homem (...). E dizendo que o presidente Getúlio é querido pelo povo, que as nossas leis traba-

37. Carta de Capanema a Portinari, 7 de dezembro de 1942. GC/Portinari, C. doc. 19, série b.
38. Carta de Portinari a Capanema, s.d., GC/Portinari, C., doc. 18, série b.

lhistas são as mais avançadas do mundo, que ele criou o Ministério da Educação e Saúde, o Ministério do Trabalho. Que o presidente é um grande patriota que tem defendido o Brasil dos exploradores e coisas do gênero. Acho injusto o que estão fazendo comigo. Falo assim com o senhor, porque tem sido o seu apoio que me tem levantado até conseguir o sucesso que obtive aqui."[39]

Mas o principal projeto arquitetônico do Ministério da Educação não foi, como parece hoje, o do Palácio da Cultura, e sim o da Cidade Universitária, obra que jamais chegou a se iniciar em sua gestão. Na concepção do ministro, o projeto de construção física da Cidade Universitária quase que se confundia com a elaboração dos planos de seus cursos, institutos etc. De fato, ambas as atividades deveriam ser desenvolvidas pela mesma comissão. Ao definir suas funções em sua sessão de instalação, em 22 de julho de 1935, afirmava Capanema que "ela deve, primeiro, definir o que deve ser a universidade. Deve, depois, conceituar a universidade e em seguida projetar a construção universitária". A definição do que "deve ser a universidade" tinha um sentido bem prático, que era o de estabelecer quantas escolas, institutos etc. ela teria — o que tinha implicações práticas imediatas para o projeto arquitetônico. "Suponhamos que a definição seja a de que a universidade deve ter uma escola de odontologia. Não basta isso, porém. É preciso que se diga que a escola em questão terá tais e tais repartições, tais e tais divisões, tal estrutura. Se for incluído um instituto de criminologia temos que ver de que partes, de que gabinetes, de que laboratórios o estabelecimento enfim se comporá."[40] Daí ao projeto arquitetônico era um passo, e dele fica encarregada uma comissão de professores formada por Ernesto de Souza Campos, Lourenço Filho, Jônatas Serrano e Inácio M. de Azevedo do Amaral, que instala um "escritório do plano da universidade", que age em nome da comissão.

Na realidade, o primeiro passo já havia sido dado, pois ao mesmo tempo em que se instalava a comissão, Capanema tratava de levar adiante a idéia de contra-

39. Carta de Portinari a Capanema, 29 de novembro de 1940. GC/Portinari, C. doc. 5, série b.

40. Discurso de Capanema na sessão de instalação solene da comissão do plano da Cidade Universitária, 22 de julho de 1935. GC 35.07.19, pasta 1, doc. 3, série g. Em 1935, faziam parte da Comissão: Raul Leitão da Cunha, reitor da Universidade do Rio de Janeiro; Rocha Vaz, da Faculdade de Medicina; Filadelfo de Azevedo, da Faculdade de Direito; Inácio de Azevedo do Amaral e Carneiro Felipe, das Escolas de Química e Politécnica; Flexa Ribeiro, da Escola Nacional de Belas-Artes; Antônio de Sá Pereira, do Instituto Nacional de Música; Lourenço Filho, da área de educação; Roquette Pinto e Jônatas Serrano, "portadores de profundos conhecimentos literários, filosóficos e científicos", como representantes da futura Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; e Ernesto de Sousa Campos. Mais tarde foram incluídos Plínio Catanhede e Paulo Eduardo Nunes Pires.

tar o arquiteto italiano Marcello Piacentini, autor da Cidade Universitária de Roma, orgulho do regime fascista, para repetir seu feito no Brasil. Em telegramas à embaixada brasileira em Roma, de maio e junho de 1935, Capanema pedia que se contratasse o arquiteto para "vir ao Brasil realizar idêntico serviço informando preço e tempo provável". Uma longa carta do ministro de Relações Exteriores, J. C. Macedo Soares, instruindo a embaixada em Roma sobre o assunto, informava que a cidade deveria ser construída na Praia Vermelha, e para realizá-la era necessário um arquiteto "que seja não somente uma notabilidade de fama universal na matéria, como que disponha ainda de um corpo de técnicos profissionais que pela sua organização e capacidade possa dar, de antemão, a garantia de fiel e completa execução da obra". A carta previa que talvez fosse necessário convencer o governo italiano sobre a importância do trabalho, e para isto sugeria que a embaixada argumentasse mostrando "o alto e expressivo significado que terá para o nome da Itália e do regime fascista, em particular, a obra de vulto brasileira a ser executada pelo arquiteto italiano. A boa propaganda da cultura italiana no Brasil deverá impressionar a geração atual dos nossos universitários e dos que virão".[41]

Piacentini termina aceitando vir por um curto período, apesar das insistências de Capanema de que necessitaria mais tempo. Chega ao Rio de Janeiro em 13 de agosto de 1935, com a passagem paga pelo governo italiano e um pequeno honorário do governo brasileiro. Retorna no dia 24 do mesmo mês, deixando a promessa de voltar no fim do ano com um auxiliar, quando então pretenderia executar os planos completos e as maquetes do grande projeto.

A esta altura, contudo, uma pequena tempestade já se armava. Uma carta do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio de Janeiro ao ministro, escrita em 23 de julho, estranhava o convite ao arquiteto italiano, lembrando que havia um decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, que estabelecia que o governo, em todos os seus níveis, só poderia contratar, para serviços de engenharia, arquitetura e agrimensura, profissionais diplomados pelas escolas oficiais ou equiparadas do país, assinalando ainda que a Constituição de 1934 vedava aos estrangeiros o exercício das profissões liberais no país. Capanema responde que Piacentini havia sido convidado somente a visitar o país para expor seu trabalho sobre a Universidade de Roma, "oferecendo assim dados e sugestões para iniciativa idêntica" a ser levada a efeito pelo governo brasileiro.[42] Em

41. Carta do ministro das Relações Exteriores, José Carlos Macedo Soares à embaixada de Roma. Arquivo Gustavo Capanema.

42. Resposta do ministro Capanema, em telegrama, ao presidente do Sindicato Nacional de Engenheiros, 25 de julho de 1935. GC 35.03.09, pasta 1, doc. 34, série g.

alguns outros documentos a missão do arquiteto é definida como tendo por objetivo, simplesmente, "emitir sua opinião sobre a localização da projetada Cidade Universitária".

A reação dos profissionais leva Capanema a constituir uma comissão de arquitetos e engenheiros brasileiros que teria por missão dar forma final ao projeto a ser sugerido por Piacentini, e que é composta a partir de indicações das diversas sociedades profissionais da área. Fazem parte dela Ângelo Bunhs, pelo Instituto Central de Arquitetos; Lúcio Costa, pelo Sindicato Nacional de Engenheiros e Instituto Central de Arquitetos; Firmino Saldanha, pelo Instituto Central de Arquitetos; Paulo Fragoso, pelo Sindicato Nacional de Engenheiros; e Washington Azevedo, pelo Clube de Engenharia. Esta comissão deveria trabalhar em estreita consonância com a comissão de professores, responsável principal pelo projeto. Uma das primeiras iniciativas da comissão de engenheiros e arquitetos foi propor a vinda de Le Corbusier da França, como forma de contrabalançar a presença de Piacentini. Em 29 de janeiro de 1936, Capanema escreve a Getúlio Vargas solicitando a vinda de Le Corbusier junto com, novamente, Piacentini, já agora dizendo tratar-se de um pedido da comissão de engenheiros e arquitetos.

Houve também gestões para a contratação de arquitetos alemães, que não tiveram maiores conseqüências. Duas cartas de meados de 1936, enviadas por Antônio de Sá Pereira em missão do Ministério da Educação naquele país, revelam os contatos feitos em nome do ministro com o "professor Jansen, talvez o maior arquiteto urbanista alemão, criador do plano de construção de Ankara" e também com o "professor Werner Mach, o arquiteto que construiu o Estádio Olímpico e a Aldeia Olímpica (a moradia dos atletas), duas perfeitas maravilhas do gênero". Ambos manifestavam interesse em elaborar o projeto da Cidade Universitária, e a carta mencionava que "pensa o professor Mach que, com um pouco de tato por parte do urbanista estrangeiro, não haveria com esta solução com que ferir o amor-próprio dos arquitetos nacionais".[43]

Após prolongados trabalhos, a comissão de professores se decide por um local próximo à quinta da Boa Vista para a construção da Cidade Universitária, e dá início ao detalhamento dos projetos. A comissão de engenheiros e arquitetos, no entanto, tem idéias próprias.

43. Cartas de Antônio de Sá Pereira ao ministro Capanema, 22 de julho de 1936 e 25 de agosto de 1936. GC 36.02.12-B.

Segundo longa carta de Ernesto de Sousa Campos e Azevedo do Amaral a Gustavo Capanema, em 14 de agosto de 1936, Lúcio Costa comunicara inesperadamente, ao final de junho, a existência de um projeto da comissão de engenheiros e arquitetos para construir a Cidade Universitária sobre as águas da lagoa Rodrigo de Freitas. Conforme a descrição, "assentariam todos os edifícios universitários sobre estacas, devendo ter todos a mesma altura *standard* com jardins suspensos, sendo cada um dos prédios ligado aos outros por meio de pontes e dos jardins suspensos atravessados por uma grande avenida aérea que, partindo da rua Humaitá, atravessaria todo o maciço universitário lacustre". A comissão de professores objeta com razões técnicas de vários tipos, afirmando, finalmente, que as comissões competentes encarregadas de determinar a localização da Cidade Universitária já tinham, após longos estudos, concluído seus trabalhos em reunião realizada com o ministro.

Dado o clima político da época, é óbvio que o confronto entre as duas comissões, que se reflete no convite duplo a Piacentini e a Le Corbusier, não era somente em função das diferenças estilísticas entre os dois arquitetos — o italiano com um estilo tradicional, monumental e pesado, o francês revolucionando a arquitetura moderna em tantos aspectos, em sua busca de formas puras e funcionais. Havia um componente profissional, já que Le Corbusier mantinha contatos com o grupo de arquitetos brasileiros liderados por Lúcio Costa; e um componente ideológico inegável, dada a dificuldade de separar a arquitetura italiana daqueles anos do fascismo.

Le Corbusier chega ao Rio de Janeiro a 13 de julho de 1936 pelo dirigível Hindenburg, quando o veto ao projeto inicial da lagoa Rodrigo de Freitas, inspirado por Lúcio Costa, já havia sido dado. Instala-se num escritório, informa-se sobre os programas, relatórios e estudos já feitos e dedica-se a um novo projeto da Cidade Universitária.

O ministro da Educação requisita a Le Corbusier três tarefas: um esboço geral, em planta, do plano urbanístico da Cidade Universitária, com a indicação do zoneamento dos diversos setores e dos edifícios de cada um deles; uma perspectiva geral da Cidade Universitária, de acordo com o esboço precedentemente indicado e a concepção adotada; e um relatório justificando o esboço.

Le Corbusier é contra pequenos edifícios disseminados e a favor de grandes blocos espalhados no campus. Seu projeto é de arquitetura e técnicas modernas, com todos os edifícios sobre pilotis para facilitar a livre circulação em todos os sentidos. Sugere a construção de 4km de viadutos e uma plataforma de 40.000m^2 para resolver o problema de circulação de automóveis.

A rejeição pelo escritório dirigido por Ernesto de Sousa Campos e Azevedo do Amaral é total.[44] O longo arrazoado discute em detalhe as idéias de Le Corbusier sobre pistas elevadas para automóveis, e argumenta que mesmo nas maiores universidades da América do Norte, "mesmo naquele país onde o problema de conforto tem tido as soluções mais requintadas, jamais se cogitou de realizar o tráfego de veículos no recinto dos centros universitários por meio de um sistema de viaduto. Outras objeções incluem "a necessidade, estabelecida pelo projeto, de uso de ar-condicionado para todos os edifícios da Cidade Universitária, o que acarretará elevadíssimas despesas não só de instalação como de manutenção; (...) a exigência de construção sobre pilares, segundo o tipo das habitações lacustres, não só para o hospital, como para todas as escolas, institutos e demais estabelecimentos universitários, sem indagar das exigências próprias às condições peculiares a cada um deles"; e inclusive a criação, no projeto, de instituições não previstas no plano da universidade "que não se coadunam com os princípios adotados, como sejam um museu de amostras e até uma faculdade de música mecânica". O parecer se volta finalmente contra a centralização das diversas unidades propostas no projeto de Le Corbusier, que é considerada como exagerada e não respeitosa das características específicas da instituição a que se destina. Segundo o parecer, a centralização deve estar condicionada "a um bom processo de sistematização capaz de conferir relativa independência a cada uma das unidades do centro universitário e mesmo a cada um de seus departamentos. É um programa de individualização departamental que não se harmoniza com o da distribuição promíscua." "Neste sentido", acrescenta, "já por diversas vezes salientamos que o problema de composição do organismo universitário é de ordem educativa. As questões de arquitetura estão em plano inferior e principalmente no que diz respeito aos de doutrina arquitetônica." Em 10 de agosto Le Corbusier formaliza a entrega de seus trabalhos, e em 14 de agosto de 1936 os professores responsáveis pelo plano voltam à carga, fazendo uma retrospectiva detalhada do ocorrido até então. São comentados o projeto dos engenheiros e arquitetos e a vinda de Le Corbusier, "contratado por solicitação insistente dos arquitetos nacionais encarregados de elaborar o plano arquitetônico da Cidade Universitária e que alegaram ser indispensável, para o caso, a presença deste técnico estrangeiro, conduta aliás em contradição com a atitude assu-

44. Parte de um documento enviado particularmente ao Dr. Luís Simões Lopes com um cartão de Bittencourt de Sá a 12/9/1944, em papel timbrado do Departamento de Administração do MES. GC 35.07.19, pasta VIII — doc. 10, série g.

mida em relação à vinda ao Rio de Janeiro do arquiteto Marcello Piacentini".[45] O relatório constata a aparente improdutividade da comissão de técnicos e de Le Corbusier com as atividades da própria comissão de professores, sintonizada com Piacentini.

O golpe de misericórdia ainda tardaria alguns meses. Em 21 de outubro de 1936 o projeto de Le Corbusier, agora endossado pela comissão de engenheiros e arquitetos, é apresentado a uma comissão especial formada pela comissão geral do plano, e constituída por Leitão da Cunha, Azevedo do Amaral, Rocha Vaz, Luís Catanhede, Paulo Esberard Nunes Pires e Ernesto de Sousa Campos. A 12 de março de 1937, o parecer desta comissão, rejeitando o plano, é aprovado pela comissão geral, com o endosso de Capanema.

Em setembro de 1937 Lúcio Costa toma conhecimento do parecer da comissão e escreve ao ministro sobre seu desalento:

> Agora que tudo já parece bem 'arrumado', venho lhe dizer o quanto dói ver uma idéia alta e pura como essa da criação da Cidade Universitária tomar corpo e se desenvolver assim desse jeito. Quando, há dias, tomei conhecimento do relatório e verifiquei que tudo não passava de pura mistificação, quis exigir um inquérito, protestar, gritar contra tamanha injustiça e tanta má-fé. Logo compreendi, porém, a inutilidade de qualquer reação e que, quando muito, iria servir mais uma vez de divertimento à maldade treinada dos 'medalhões'. Não veja, portanto, Dr. Capanema, neste meu alheamento, a aceitação das críticas abusadas que o relatório contém, nem a intenção, em outras circunstâncias louváveis, de querer evitar maiores embaraços à sua ação, mas, tão-somente, a certeza — desamparado como me sentia — de que tudo seria vão. E o mais triste é que enquanto se perseverar, durante anos e anos, na construção dessa coisa errada, estará dormindo em qualquer prateleira de arquiteto a solução 'verdadeira' — a coisa certa.[46]

A "coisa certa", como sabemos, teria sua oportunidade em outro projeto que, em comparação com o plano da Cidade Universitária, tinha todas as características de um prêmio de consolação: O edifício do Palácio da Cultura, o único que seria, afinal, realizado.[47]

Em outubro de 1937 Capanema extingue formalmente a comissão de engenheiros e arquitetos, agradecendo por carta a seus participantes e justifican-

45. Ofício enviado ao ministro Capanema, 14 de agosto de 1936, por Ernesto de Sousa Campos e Inácio Azevedo do Amaral GC 35.07.19, pasta 1, doc. 35, série g.

46. Carta de Lúcio Costa a Capanema, setembro de 1937. GC 35.03.09, pasta V-19, série g. Veja *Colunas da educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, FGV e Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

47. A história da construção do Palácio da Cultura é objeto de uma coletânea de documentos que está sendo organizada por Maurício Lissovsky e Paulo Sérgio Morais de Sá, pesquisadores do CPDOC.

do o ato pelo veto da comissão do plano a seu projeto, sobre cujo mérito, diz, não lhe cabia julgar. Enquanto isto, haviam sido retomados os contatos com Marcello Piacentini, para a elaboração final do projeto.

Já em julho de 1936 o arquiteto Piacentini escrevia a Capanema reclamando dos meses de silêncio do governo brasileiro. Informado pelos jornais italianos, Piacentini estranha que a comissão encarregada do programa esteja se reunindo sem seu conhecimento. O arquiteto quer saber se ainda querem seu parecer e se deverá voltar ao Rio. Capanema responde que está interessado em sua participação, mas que o projeto foi entregue a arquitetos brasileiros, como exige a lei. Ainda assim convida Piacentini a vir ao Rio por um mês, como assistente da comissão.

Piacentini ressente-se com a atitude do ministro, já que o trabalho se desenvolveu de forma diferente do combinado no que se refere à sua participação. Ainda assim, aceita colaborar, mas diz não poder voltar ao Rio devido a seus compromissos na Europa. Sugere mandar em seu lugar seu assistente, o arquiteto Vitorio Morpurgo. O Ministério da Educação informa-se sobre Morpurgo e tem boas referências, concordando com sua vinda ao Rio. Capanema escreve ao presidente Vargas em setembro de 1937 pedindo autorização para o novo colaborador e a liberação de verba para a viagem e estada. Nesta carta, Capanema fez uma retrospectiva do programa da Cidade Universitária, lembrando ao presidente a visita de Piacentini, o veto do anteprojeto de Le Corbusier, o anteprojeto da comissão de arquitetos brasileiros indicados pelas instituições representativas de engenharia e arquitetura e sua recusa pela comissão do plano da universidade. Capanema argumenta que se havia criado uma situação embaraçosa, já que o projeto foi elaborado pelos cinco melhores arquitetos brasileiros. Desta forma, justifica o novo contato com os italianos e a vinda de Morpurgo.

Em setembro de 1937 Vitorio Morpurgo chega ao Rio de Janeiro para fazer o anteprojeto geral da universidade. De acordo com a lei, fica acertado que Morpurgo se incumbiria de designar a distribuição dos edifícios das áreas livres e dar orientação arquitetônica para a obra, enquanto que os projetos de cada edifício seriam de responsabilidade dos arquitetos brasileiros. Morpurgo lança-se ao trabalho, acompanhado por carta por Piacentini. O ministro Capanema informa a Piacentini que Morpurgo é eficiente e que seu trabalho será publicado no Brasil como parecer técnico. Terminada sua estada, o governo paga a Morpurgo e a seu secretário, Giovanni Contessi, que retornam à Itália. O embaixador da Itália comunica ao ministro da Educação a "honra e gratidão" do governo fascista pela colaboração Brasil-Itália.

Reunidos em Roma, Piacentini e Morpurgo desenvolvem o projeto. Fazem plantas, perspectivas, dando uma visão da distribuição dos edifícios, das áreas livres, do estilo arquitetônico. Utilizam os projetos feitos pelos brasileiros como o edifício da reitoria, a faculdade de direito, o hospital e o estádio. Enviam o anteprojeto para o Brasil, e este é aprovado por uma comissão composta por Inácio Azevedo do Amaral, Luís Catanhede e Ernesto de Sousa Campos. Piacentini e Morpurgo fazem uma maquete completa do conjunto para enviar para o Brasil, que fica retida na Alfândega. Capanema pede autorização ao presidente da República para desembaraçar a caixa com a maquete, a tempo de figurar na exposição do Estado Novo.

Antes de ser enviado ao Rio, no entanto, o projeto é exposto na embaixada brasileira em Roma, e é noticiado e descrito pela imprensa italiana. *La Tribuna*, de Roma, publica uma foto do edifício da reitoria, e descreve em detalhe o projeto. "A faculdade de ciências, letras e filosofia, com as de direito e de ciências sociais, formam as alas da praça da reitoria, à qual se acede por uma frente de pórticos onde nasce o Museu Geral; ao fundo da praça fica o palácio da Reitoria, que, na solenidade de sua expansão arquitetônica, expressa sua função de órgão coordenador e de comando das atividades didáticas e culturais do Ateneu."[48]

"Em estreita ligação com o parque da Boa Vista", prossegue o artigo, "quase como um prolongamento deste, está o centro de esportes, dominado pelo grande estádio olímpico; um viaduto duplo, passando sobre a linha férrea, estabelece a continuidade entre o velho e o novo parque. Enlaçado ao grupo dominante da reitoria está o centro de Engenharia próximo da zona industrial e servido pela linha férrea. O centro de Medicina se desenvolve em direção ao populoso bairro de São Luís Gonzaga,[49] com o Hospital das Clínicas e com as clínicas especiais, enquanto que o conjunto das faculdades afins à medicina circunda o bloco dos laboratórios. A casa das enfermeiras, na forma de casa-torre, fica aos fundos da maior artéria transversal da Cidade Universitária. O conjunto de clínicas de doenças mentais fica afastado, em uma posição elevada, e dispõe de um parque próprio e fechado." Depois de descrever a localização da Escola de Belas-Artes, o artigo menciona que o velho palácio da família imperial, cercado de pórticos e parcialmente transformado para dar lugar à construção de uma grande sala de concertos, poderá dar lugar "à Escola de Música, em nobre isolamento". Há lugar para uma residência universitária e um observatório

48. *La Tribuna*, 7 de julho de 1938. (Agradecemos à Patrizia Suzzi pela tradução do original.)
49. Trata-se do bairro de São Cristóvão.

astronômico, no morro do Telégrafo, e, finalmente, um templo: "A pouca distância do observatório e ligado a ele por uma disposição arquitetônica saliente, com grandes degraus, surge sobre o terraço belvedere um pequeno templo circular, nobre elemento de estilo clássico que permite identificar a distância a zona ocupada pela Cidade dos Estudos. À noite, potentes fachos luminosos saindo do recinto das colunas transformarão o pequeno templo em um farol que bem poderia ser designado pelo nome de 'Farol da Civilização Latina'." *O Il Messagero*, do mesmo dia, descreve o projeto em termos semelhantes, ilustrando com a maquete do estádio olímpico e dos viadutos sobre a linha de trem.

Um ano mais tarde, em outubro de 1939, Morpurgo volta ao Brasil para informar-se sobre o andamento dos trabalhos e receber a parte final dos seus honorários. O governo brasileiro havia pago 300 contos pelo serviço e só as despesas de elaboração do projeto somavam 600 contos. O embaixador italiano no Brasil, Ugo Sola, intervém na cobrança. Escreve a Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, reclamando o pagamento.

Passa-se mais um ano e a questão da Cidade Universitária não é resolvida. Em novembro de 1940, Piacentini escreve novamente a Capanema, argumentando que o trabalho estava concluído há mais de um ano e que ele e Morpurgo ainda não haviam recebido os 300 contos restantes.

É possível que esta dívida tenha sido saldada; a construção da Cidade Universitária, no entanto, não chegaria a ser iniciada na gestão de Capanema. Um decreto-lei de 1944, nº 6.574, de 8 de junho, transfere a localização da futura Cidade Universitária para a Vila Valqueire, antiga fazenda Valqueire; outro, de 21 de maio de 1945, nº 7.566, transfere novamente o local para a ilha do Fundão, onde a sede da futura Universidade Federal do Rio de Janeiro seria finalmente construída sem nada incorporar dos projetos de Piacentini ou Le Corbusier.

4

CONTENÇÃO DAS MULHERES, MOBILIZAÇÃO DOS JOVENS

O lugar das mulheres

> Os poderes públicos devem ter em mira que a educação, tendo por finalidade preparar o indivíduo para a vida moral, política e econômica da nação, precisa considerar diversamente o homem e a mulher. Cumpre reconhecer que no mundo moderno um e outro são chamados à mesma quantidade de esforço pela obra comum, pois a mulher mostrou-se capaz de tarefas as mais difíceis e penosas, outrora retiradas de sua participação. A educação a ser dada aos dois há, porém, de diferir na medida em que diferem os destinos que a Providência lhes deu. Assim, se o homem deve ser preparado com têmpera de teor militar para os negócios e as lutas, a educação feminina terá outra finalidade que é o preparo para a vida do lar. A família constituída pelo casamento indissolúvel é a base de nossa organização social e por isto colocada sob a proteção especial do Estado. Ora, é a mulher que funda e conserva a família, como é também por suas mãos que a família se destrói. Ao Estado, pois, compete, na educação que lhe ministra prepará-la conscientemente para esta grave missão.[1]

O tratamento especial que Capanema reserva às mulheres se desdobraria em dois planos. Por um lado, haveria que proteger a família; por outro, haveria que dar à mulher uma educação adequada ao seu papel familiar. Os diversos projetos e propostas elaborados com este objetivo mostram certa evolução, que vai desde uma divisão extrema de papéis entre os sexos até uma atitude mais conciliatória, que chega até mesmo a aceitar, em 1942, a co-educação, ainda que de forma excepcional. Foi uma evolução provocada, acima de tudo, pela força dos fatos.

O projeto do Plano Nacional de Educação de 1937 previa a existência de um ensino dito 'doméstico', reservado para meninas entre 12 e 18 anos, e que equivaleria a uma forma de ensino médio feminino. Seu conteúdo era predo-

1. Gustavo Capanema. Conferência proferida por ocasião do centenário do Colégio Pedro II, 2 de dezembro de 1937. GC/Capanema, Gustavo, 02.12.37, série pi.

minantemente prático e profissionalizante, e fazia parte, no plano, do capítulo destinado ao ensino da "cultura de aplicação imediata à vida prática ou ao preparo das profissões técnicas de artífices".[2] Era, pois, destinado principalmente a mulheres de origem social mais humilde, ainda que pudesse atrair também mulheres de origem social mais elevada, que dessa forma poderiam manter-se em um regime escolar estritamente segregado.

Segundo o plano, o ensino feminino se dividiria em doméstico geral (dois ciclos), doméstico agrícola (também dois ciclos) e doméstico industrial. O primeiro ciclo prepararia as mulheres para a vida no lar, o segundo formaria as professoras para esse sistema. No primeiro ciclo haveria, além dos trabalhos domésticos, o ensino do português, moral familiar, noções de civilidade, matemática elementar, ginástica e canto. O aperfeiçoamento, por mais um ano, incluía a puericultura e "noções práticas de direito usual". A formação de professores para o sistema seria feita através da Escola Normal Doméstica, onde, durante dois anos, seriam estudados psicologia, moral e educação familiar, sociologia, direito da família, economia doméstica e contabilidade doméstica. O ensino agrícola e industrial femininos seguiriam trajetos similares, mas adaptados à realidade da vida no campo ou no mundo fabril. O ensino doméstico rural deveria incluir, por isto, ensinamentos sobre diversas técnicas de cultivo e colheita, industrialização caseira de alimentos etc.

Este sistema paralelo de ensino não chegaria a ser criado, sobrevivendo, no entanto, desse modelo o programa de educação doméstica tradicionalmente desenvolvido em algumas poucas instituições católicas destinadas à educação feminina. A Lei Orgânica do Ensino Secundário termina por adotar um ensino único, ainda que com recomendações específicas para o tratamento diferencial dos sexos. Em uma de suas versões preliminares, havia ainda a previsão de uma "educação familiar, que será ministrada somente às mulheres, até os 21 anos, e que consistiria no ensino de matérias relativas aos deveres femininos dentro do lar". [3] Mais adiante, porém, fica dito que "a legislação será uma só e idênticos os preceitos. Apenas os preceitos relativos aos programas determinarão que estes atendam diversamente, onde convier, aos dois sexos. Os programas devem ser organizados com a conveniência educativa de cada sexo. Certos programas não

2. Plano Nacional de Educação, capítulo 2, artigo 66, Arquivo do Conselho Federal de Educação, Brasília, DF.

3. Gustavo Capanema. "Esboço do projeto da Lei Orgânica do Ensino Secundário". GC 36.03.24/1, pasta VII, série g.

podem deixar de ser idênticos. Em outros, far-se-á a distinção não na matéria mas nas instruções pedagógicas. Em outros, a distinção será recomendada em tudo, recomendações pedagógicas e matéria a ensinar". [4]

Podemos dar um exemplo de como seriam essas instruções pedagógicas: "(...) O livro de leitura deve conter além das páginas que satisfazem à prescrição do programa para cada série, matéria de leitura orientada em dois sentidos. Os textos destinados de preferência à atenção das meninas devem encarecer as virtudes próprias da mulher, a sua missão de esposa, de mãe, de filha, de irmã, de educadora, o seu reinado no lar e o seu papel na escola, a sua ação nas obras sociais de caridade, o cultivo daquelas qualidades com que ela deve cooperar com o outro sexo na construção da pátria e na ligação harmônica do sentimento da pátria com o sentimento da fraternidade universal. Os excertos que visarem à educação das crianças do sexo masculino procurarão enaltecer aquela têmpera de caráter, a força de vontade, a coragem, a compreensão do dever, que fazem os grandes homens de ação, os heróis da vida civil e militar, e esses outros elementos, mais obscuros, porém não menos úteis à sociedade e à nação, que são os bons chefes de família e os homens de trabalho, justos e de bem."[5]

Estas idéias são preservadas na Lei Orgânica do Ensino Secundário, que inclui uma série de "prescrições especiais" para o ensino secundário feminino:

> 1 — É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino secundário de exclusiva freqüência feminina.
> 2 — Nos estabelecimentos de ensino secundário freqüentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério da Educação.
> 3 — Incluir-se-á na 3ª e na 4ª séries do curso ginasial e em todas as séries dos cursos clássico e científico a disciplina de economia doméstica.
> 4 — A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar.[6]

A economia doméstica foi o que ficou implantado definitivamente nas escolas secundárias como educação feminina. As associações femininas católi-

4. Idem. "Anotações manuscritas sobre as diretrizes da reforma do ensino secundário". Arquivo Gustavo Capanema. FGV/CPDOC.

5. Professor Sousa da Silveira. "Instruções metodológicas para o ensino da língua portuguesa no ginásio". Capanema concorda com a proposta, riscando, porém, as palavras "mais obscuros, porém". GC 39.01.00, doc. 3, série g.

6. Decreto-lei nº 4.244, 9 de abril de 1942.

cas, tradicionalmente ligadas à educação e à assistência de meninas, prestariam inestimável contribuição a este tipo de ensino. A Liga das Senhoras Católicas de São Paulo organiza, logo depois de promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, um Curso de Emergência para a preparação de professores de economia doméstica "sob os auspícios do Ministério da Educação e Saúde".

As aulas de higiene tratariam, entre outras coisas, de alimentos, vestuário, habitação, higiene da escola e do lar. A enfermagem consistia em ensinar cuidados com o doente, seu ambiente, visitas, tomar temperatura, pulso e injeções. A culinária ensinaria a preparar alimentos, doces, salgados, bebidas, sua ornamentação e maneiras de receber visitas. O programa de economia incluiria o estudo do custo de vida e salário, o salário do chefe de família e sua distribuição, a mulher no trabalho, importância, restrições. A sociologia educacional trataria de ensinar o papel da família, da Igreja e do Estado na educação; a crise, o salário, a mulher no trabalho, seus problemas, causas e soluções para o pauperismo.

O programa destinado à educação de meninas de 12 a 15 anos destinava-se a "dar às mocinhas que terminaram o seu curso primário uma formação complementar que possa facilitar-lhes no futuro o acesso a boas colocações, tornando-se ao mesmo tempo boas donas-de-casa e mães de família".[7] O curso de aperfeiçoamento seria mais complexo, incluindo não só os estudos de arte culinária, mas também várias disciplinas voltadas para o aspecto nutricional dos alimentos. Os cursos de higiene, puericultura e contabilidade seriam de alto nível. O curso de criação e trato de animais domésticos seria um verdadeiro curso de veterinária. Na Escola Normal de Educação Familiar estudar-se-ia, entre outras coisas, a geografia econômica e a pedagogia, concentrando-se em assuntos como "o domínio da vontade", "o amor-próprio", "o ponto de honra", "Freud e a psicanálise". A sociologia trataria especificamente da "sociedade doméstica", "a família à luz da razão e da fé", "o divórcio", "o feminismo", "a relação da família com o Estado" e "problemas democráticos."

O Estatuto da Família

Mas a educação feminina era somente parte de um todo muito mais amplo. Em 19 de abril de 1941, Getúlio Vargas assinava o decreto-lei de número

7. Programa do curso de pajens da Escola de Educação Doméstica. Liga das Senhoras Católicas de São Paulo. GC 35.05.01, pasta 11-5, série g.

3.200, que "dispõe sobre a organização e proteção da família". O decreto regulava o casamento de "colaterais do terceiro grau", dispunha sobre os efeitos civis do casamento religioso, estabelecia incentivos financeiros ao casamento e à procriação e facilitava o reconhecimento de filhos naturais. Em sua aparência modesta, o decreto era o resultado, no entanto, de um projeto muito mais ambicioso, que, a pretexto de dar proteção à família brasileira, teria tido profundas conseqüências em relação à política de previdência social, ao papel da mulher na sociedade, à educação e até, eventualmente, em relação à política populacional do país.

O ponto de partida foi o projeto de um decreto-lei de um "estatuto de família" que seria assinado por Vargas em 7 de setembro de 1939, oriundo do ministério Capanema, mas que não chegou a ser promulgado. Antes, ele sofreria as críticas de Francisco Campos e Osvaldo Aranha, haveria uma réplica de Capanema, outros pareceres seriam elaborados, e finalmente seria constituída uma Comissão Nacional de Proteção da Família, da qual uma série de projetos específicos se originariam.

O estatuto proposto por Capanema era um documento doutrinário que buscava combinar duas idéias para ele indissociáveis: a necessidade de aumentar a população do país e a de consolidar e proteger a família em sua estrutura tradicional. Segundo o texto, a prosperidade, o prestígio e o poder de um país dependiam da sua população e de suas forças morais: a família era a fonte geradora de ambos. No dizer do preâmbulo do projeto, "a família é a maior base da política demográfica e ao mesmo tempo a fonte das mais elevadas inspirações de estímulo morais".

A moral e a conveniência estavam, por conseguinte, totalmente conjugadas. A família era definida como uma "comunidade constituída pelo casamento indissolúvel com o fim essencial de gerar, criar e educar a descendência", e por isto considerada como "o primeiro fundamento da nação". Contudo, seria um equívoco pensar que ela de fato "fundasse" o Estado, ou tivesse, de alguma forma, precedência sobre ele. Ao contrário, a família era vista como uma planta tenra, bastante vulnerável e sob a ameaça constante de corrupção e degradação. É por isto que ela era colocada sob a tutela e "a proteção especial do Estado, que velará pela sua formação, pelo seu desenvolvimento, pela sua segurança e pela sua honra". Daí uma série de corolários inevitáveis que são explicitados no projeto.

A primeira medida seria facilitar ao máximo o casamento. Existia uma providência jurídica para isto — o reconhecimento civil do casamento religio-

so — e uma série de providências de tipo econômico: o casamento seria incentivado por empréstimos matrimoniais, impostos são propostos para solteiros e casados ou viúvos sem filho, e um abono é sugerido para recompensar financeiramente as famílias de prole numerosa. Outras medidas constantes do estatuto incluem o amparo à maternidade através da subvenção a instituições de assistência na área privada, o amparo à infância e à adolescência, a proteção legal aos filhos ilegítimos, e a concessão de prêmios de núpcias, de natalidade, de boa criação e outros. Não faltava, no projeto, a criação do Dia Nacional da Família.

Além destas medidas voltadas especificamente para o núcleo familiar existiam várias outras com repercussões mais profundas. Uma delas se referia ao mercado de trabalho. O estatuto previa que os pais da família tivessem preferência "em investidura e acesso a todos os cargos e funções públicas", na competição com os solteiros ou casados sem filhos, exceto em cargos de responsabilidade. Mais ainda, o artigo 14 previa que "o Estado adotará medidas que possibilitem a progressiva restrição da admissão de mulheres nos empregos públicos e privados. Não poderão as mulheres ser admitidas senão aos empregos próprios da natureza feminina, e dentro dos estritos limites da conveniência familiar".

Esta restrição ao trabalho feminino estava ligada à tese da mais absoluta divisão de papéis e de responsabilidade dentro do casamento. Isto se refletia, também, na área da educação, onde estava previsto que "o Estado educará ou fará educar a infância e a juventude para a família. Devem ser os homens educados de modo a que se tornem plenamente aptos para a responsabilidade de chefes de família. Às mulheres será dada uma educação que as torne afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes da administração da casa" (art. 13). Esta divisão de papéis precisava, evidentemente, ser garantida e protegida. Para isto, seria necessário fortalecer a comunidade familiar, "quer pela elevação da autoridade do chefe de família, quer pela maior solidificação dos laços conjugais, quer pela mais extensa e imperiosa obrigação de assistência espiritual e material dentro do núcleo familiar".

Não bastariam, entretanto, estas medidas, porque a ameaça à família parecia vir de todas as partes. Por isto, impunha-se a necessidade da censura generalizada: o artigo 15 previa que "o Estado impedirá que, pela cátedra, pelo livro, pela imprensa periódica, pelo cinema, pelo teatro e pelo rádio, ou ainda por qualquer meio de divulgação, se faça, direta ou indiretamente, toda e qualquer propaganda contra o instituto da família ou destinada a estabelecer restrições à

sua capacidade de proliferação". Mas, não bastava proibir, era necessário incentivar: assim, o estatuto estabelecia para o Estado a responsabilidade de favorecer, "de modo especial, o desenvolvimento das letras e das artes dignamente inspiradas no problema e na existência familiar, e utilizará os diferentes processos de propaganda para criar, em todos os meios, o clima moral propício à formação, à duração, à fecundidade e ao prestígio das famílias".

O casamento incentivado, a prole numerosa premiada, a mulher presa ao lar e condicionada ao casamento, a chefia paterna reforçada, a censura moral estabelecida em todos os níveis, as letras e as artes condicionadas pela propaganda governamental: tal é o projeto que sai do Ministério da Educação e Saúde.

O arquivo Capanema contém inúmeros estudos e subsídios para a elaboração deste projeto. Dentre estes, ressalta um documento do padre Leonel Franca intitulado "O problema da natalidade". Nele, Leonel Franca começa por afirmar que "a diminuição da natalidade é o maior flagelo que pode ameaçar uma nação na sua vitalidade. Leva diretamente ao suicídio social". Além disto, esta seria uma doença de cura quase impossível, sendo necessário, portanto, preveni-la. Daí, uma série de sugestões, entre as quais:

> — Redução progressiva do trabalho feminino fora do lar (a mulher que trabalha fora, funcionária ou operária, ou não é mãe, ou não é boa mãe, ou não é boa funcionária). O salário familiar permite a volta da mulher à casa, com mentalidade renovada.
> — Luta contra o urbanismo. Os grandes centros são hostis às famílias numerosas. Rumo à terra! Rumo ao campo!
> — Proibição de instrumentos e drogas destinadas a práticas anticoncepcionais (veja anexa a lei francesa, de 31 de julho de 1920) — Proibição de livros, folhetos, cartazes, filmes, peças de teatro e de qualquer propaganda anticoncepcional.
> — Proibição legal eficiente do aborto.
> — Conservar o clima espiritual e cristão em que respiram as famílias brasileiras e lutar contra o materialismo que alimenta a concepção egoísta da vida estéril.

A inspiração dos setores católicos mais militantes ao projeto fica ainda mais patente quando nos deparamos, no arquivo Capanema, com o texto de um artigo assinado com o nome de Tristão de Ataíde, e em linguagem pretérita. É um artigo de elogios sem reservas a Vargas e a Capanema: "O governo nacional comemorou O Dia da Pátria, este ano, de maneira excepcional. Houve um movimento unânime de opinião. As demonstrações escolares e militares foram impressionantes. E não faltou a colaboração fraterna de grandes nações vizinhas, mostrando que a América entende e aprecia devidamente o que é o valor supremo da paz com dignidade." De todos os eventos da data, continua o arti-

go, "nenhum excedeu, a meu ver, em importância, o da promulgação da lei a que se deu o nome tão expressivo de Estatuto da Família". Por este ato, "o Dr. Getúlio Vargas e o Dr. Gustavo Capanema merecem os aplausos incondicionais da opinião pública brasileira".

Depois de elogiar a lei e sumariar seus principais dispositivos, o artigo levanta uma possível dúvida, mas que é logo desfeita: "A única restrição que lhe poderia ser aplicada, isto é, a do temor de uma ingerência exagerada do Estado na vida privada das famílias, está excluída pela leitura de todos os dispositivos da lei que visam, todos eles, dignificar e ampliar a posição da família no conjunto das atividades nacionais, sem que nenhum viole os seus direitos naturais e primaciais." Estabelecido desta forma que a intervenção do Estado é para o bem, resta a tarefa de evitar que o decreto não se efetive: "O que nos deve inquietar é que o despeito dos divorcistas, dos anticoncepcionistas, dos feministas libertários, dos pregadores confessados ou disfarçados do anarquismo sexual, consigam lançar sobre este admirável monumento legislativo o véu do silêncio, do descrédito e da letra morta."

A vitória, no entanto, fora cantada antes do tempo. Vargas sente, evidentemente, as dificuldades de um estatuto desta natureza, e prefere ouvir outras opiniões. A crítica feita em conjunto por Oswaldo Aranha e Francisco Campos é bastante negativa na forma, mas, curiosamente, não apresenta maiores divergências de fundo. Assim, muitos dos artigos propostos são criticados, porque já estariam implícitos na legislação ou na Constituição de 1937. Do artigo 13, por exemplo, que previa uma educação diferenciada para os sexos, diz-se que ele "se reduz a uma tirada puramente literária", já que "esses fins já estão implícitos na legislação". O artigo 14, que restringia o trabalho feminino, foi considerado "de caráter puramente regulamentar, visto que os regulamentos relativos à admissão ao serviço público compreendem a restrição recomendada no artigo"; a parte sobre a censura é também considerada supérflua, já que "a propaganda contra a família já é considerada pelas leis em vigor como atividade subversiva"; os empréstimos familiares, finalmente, são considerados como um incentivo monetário ao "casamento de pessoas incapazes ou miseráveis, não cabendo evidentemente ao Estado estimular ou favorecer este tipo de casamento".

Capanema não teria maiores dificuldades em rebater ponto por ponto este tipo de objeções, e isto lhe dá oportunidade para explicitar melhor seus pontos de vista. Em sua "análise do parecer oposto ao projeto de Estatuto da Família", ele reafirma a importância da família para o crescimento demográfico do país,

tendo em vista, principalmente, que "as boas correntes imigratórias vão escasseando, e, de outro lado, a nossa legislação adotou, em matéria de imigração, uma política restritiva. E não haveria dúvida de que a grandeza de um país depende, em grande parte, do número de habitantes que contém". Para confirmar isto, cita Daladier e Mussolini: "La potenza militare dello Stato, l' avvenire e la sicurezza della nazione sono legati al problema demografico, assilante in tutti i paesi de razza bianca e enche nel nostro. Bisogna riaffirmare ancora una volta e nella manera piú perentoria e non sarà l' ultima che condizione insostituible dei primato à il numero."

Ora, a família, base para o poder nacional, está sob ameaça: "Também entre nós", escreve Capanema, "contra a estrutura material e moral da família conspiram os costumes", e isto exige ir muito além do que prescrevia a legislação existente. "É sabido que, apesar da declaração constitucional da indissolubilidade do casamento, apesar do caráter antidivorcista da nossa legislação civil, a sociedade conjugal aqui e ali se dissolve, não para o mero efeito da separação inevitável, mas para dar lugar a novos casamentos, celebrados alhures, sem validade perante nossas leis, mas praticamente com os mesmos efeitos do casamento verdadeiro. Neste ponto da defesa da comunidade conjugal, não pode o Estado cruzar os braços e dizer que o que cumpria fazer está feito." Uma das medidas propostas, a restrição ao trabalho feminino, também é justificada como inovação importante: "A restrição de que cogita o artigo criticado se refere também aos empregos de ordem privada", diz Capanema, observando que, até então, "as mulheres (eram) continuamente admitidas, sem nenhuma restrição, em quase todos os serviços públicos do país."

A réplica de Capanema conclui, finalmente, com uma visão clara das profundas implicações do estatuto que propunha: "É necessário realizar uma grande reforma na nossa legislação sobre tudo que diz respeito ao problema da família. Esta reforma deverá consistir em modificações a serem feitas no direito civil e no direito penal, nas leis relativas à previdência e à assistência social, nas leis dos impostos e outras; há de consistir sobretudo na introdução de inovações substanciais de grande importância como sejam o abono familiar, o voto familiar, a educação familiar etc. E de notar que medidas parciais não bastam."

Esta legislação não passaria, entre outras razões, pelo fato de que o governo Vargas preferia sempre a legislação pragmática e casuística à legislação doutrinária e ideológica. Não faltaram, além disso, outras vozes discordantes. Uma delas, cuja influência real é difícil avaliar, foi a de Rosalina Coelho Lisboa,

jornalista e diplomata extremamente ativa na década de 1930 e identificada com o feminismo, por uma parte, e com as ideologias de direita por outra. Em 1939, ela escreve a Oswaldo Aranha uma longa carta sobre a questão feminina no Brasil, provocada, sem dúvida, pelo próprio Aranha, no contexto da discussão sobre o Estatuto da Família. Rosalina Lisboa atribui a Vargas um papel importante na melhoria da condição feminina no país. "Antes dele no Brasil a mulher era uma coisa que geralmente estava à venda como objeto de matrimônio (preço: casa, roupa, teto, dinheiro para alfinetes e, *last but not least*, garantia para os filhos); ou na venda aviltante da escravatura branca." Limitar hoje seu campo de trabalho, impedir que ela possa competir, "leal e limpamente", com os homens seria voltar atrás na emancipação política que Vargas havia dado à mulher. E Rosalina Lisboa rebate argumentos do próprio Aranha: "Como é possível que se limite a possibilidade de trabalho de milhões de mulheres porque 'há países que não as aceitam e ridicularizam'? Mas você diz: qual o tratamento devido ao marido? Vaidade dos homens, terrível e cruel! (...) Pois o marido terá a posição a que ganhar direito — igualdade se é de valor pelo seu lado, e inferioridade se é inferior." "O elemento melhor do casal é que deve se impor naturalmente."[8]

A carta de Rosalina Lisboa desvenda um aspecto central da legislação proposta por Capanema, que não tem a ver nem com a questão demográfica, nem com os princípios religiosos, mas, simplesmente, com os preconceitos e a "vaidade dos homens". Uma crítica mais profunda ao projeto, feita por um assessor qualificado de Vargas, que se mantém anônimo leva este desvendamento ainda mais longe. Esta crítica tem muitos pontos em comum com um texto de Oliveira Viana, intitulado "Política da população", elaborado ainda na fase preliminar do projeto, cujas idéias principais vale a pena reproduzir.

Perguntado sobre as medidas que o Estado deveria tomar para o "rápido e progressivo aumento da população", por um lado, e para a "proteção da família", por outro, Oliveira Viana deixa de lado as preocupações morais dos setores católicos para abordar os dois temas em conjunto com o de uma política da população, para ele uma "política de quantidade; mas, também, uma política de qualidade, no sentido eugênico da palavra".

Seu ponto de partida é a própria observação da realidade brasileira: o Brasil não teria um problema de redução de nupcialidade, nem de redução de natalidade. Em relação ao primeiro, diz ele, "minha impressão é que o brasileiro, seja da cidade, seja do campo, seja da baixa, seja da alta classe, casa cedo, mesmo cedo demais e sem aquelas cautelas e garantias (dotes etc.) tão comuns nos povos europeus". A única coisa que dificultaria o casamento seria a falta de empregos; conseqüentemente, o problema seria meramente econômico. Ou, em suas palavras, "a nossa política da população, no que toca ao aumento da nupcialidade, será uma decorrência imediata de nossa política de fomento de novas fontes de riqueza, de novos campos de trabalho, de criação de novas indústrias, ou da abertura de novas terras à colonização". A nupcialidade poderia ser ainda estimulada por alguns incentivos específicos de tipo econômico, como preferência para empregos e nomeações, empréstimos e adiantamentos financeiros, principalmente para a aquisição de moradia... Todavia estas medidas só teriam efeito se estivessem vinculadas a uma política mais ampla, que incluísse "a) o barateamento do custo de vida; b) o desenvolvimento da estrutura industrial; c) a colonização do Hinterland e o fracionamento da propriedade rural".

A natalidade poderia também ser estimulada por medidas de tipo econômico, como prêmios a famílias numerosas, reduções de impostos, facilidades educacionais, e inclusive pelo "estímulo de correntes migratórias de etnias prolíficas (como a portuguesa e a italiana)". No entanto, nada disso seria muito importante, já que, em relação a casamentos e natalidades, "pecamos por excesso, e não por falta: estamos, neste particular, dentro do determinismo de todos os demais povos, semelhantes ao nosso, que habitam climas tropicais e amenos, em países onde a terra sobra e a vida é fácil e sem exigências". O problema real é, a seu ver, o da mortalidade infantil: "Os brasileiros como que surgem da terra aos cardumes; mas, destes recém-nascidos só uma porcentagem reduzida sobrevive e chega à segunda infância e à adolescência. Eis o fato."

O problema é, pois, novamente econômico e principalmente rural. Nas cidades já existiriam instituições previdenciárias e assistenciais em grande número, que deveriam ser reforçadas e ampliadas. No campo, no entanto, a situação seria dramática: nesta população do interior, 90% dos brasileiros, segundo seus cálculos, "é que está a base de nosso povo, a sua fonte demogênica preponderante. Ora, é nela, entretanto, que encontramos os coeficientes mais altos de crianças cacogênicas ou mortas na primeira infância". A solução proposta é a criação de uma série de instituições assistenciais para o campo, incluindo o seguro-maternidade, a proteção à mulher grávida, maternidades e ambulatórios em todos os municípios, dispensários, creches etc.

8. Carta de Rosalina Lisboa a Oswaldo Aranha. Arquivo Oswaldo Aranha, OA 39.00.00/6. FGV/CPDOC.

A questão seria como financiar e organizar todo este programa. Oliveira Viana reconhece o problema e propõe como solução a mobilização de "dois sistemas de forças sociais que não tinham, por assim dizer, senão um desenvolvimento rudimentar no período anterior à Revolução de 30", quais sejam as instituições de previdência social e as associações sindicais. Quanto às primeiras, "tudo depende de um sistema de coordenação e colaboração a estudar e a estabelecer"; quanto aos segundos, isto seria relativamente fácil "tanto mais quanto estão estas associações, pela nova lei de sindicalização, obrigadas à obediência às diretrizes do governo e subordinadas ao controle orçamentário do Ministério do Trabalho, que lhes poderá fixar contribuições no sentido daquela política governamental."

Além destes dois pilares do sistema corporativo, Oliveira Viana menciona uma terceira força social, "que também poderia ser utilizada nos campos — e é o grande proprietário rural". E afirma: "Não seria despicienda a sugestão de forçar os proprietários rurais a uma contribuição para fins de assistência social nos campos, contribuição a ser paga pelos elementos mais ricos dos municípios. Seria chamar ao cumprimento de novos deveres sociais estes cidadãos, que são os 'chefes naturais' da população rural." E conclui: "Na verdade, este admirável organizador de nossas populações rurais para efeitos meramente partidários e eleitorais bem poderia ser chamado a organizá-las para fins mais altos — para fins sociais ..."

O parecer anônimo mantém a mesma linha de raciocínio. Segundo ele, nenhum dos projetos em consideração, o de Capanema ou o substituto Aranha-Campos, mereceriam ser aprovados. "Este último, por ser muito limitado e modesto; o primeiro, por ser, realmente, um amontoado de disposições legais sem objetivo, inaceitável mesmo como base de discussão. Os seus *considerandα* são truísmos e os artigos de lei bem merecem a crítica Aranha-Campos, que é ainda benevolente."

O ponto básico da crítica é estabelecer a dissociação entre o problema demográfico, que o estatuto procura resolver, e a solução proposta, que são o fortalecimento da família tradicional e os incentivos econômicos à família e à natalidade. O parecer não se preocupa em entrar no mérito das concepções a respeito da família de um ponto de vista moral, e procura mudar o foco da questão para o exame das condições sociais e econômicas da população brasileira. "É ingênuo citar o recente estatuto da França", diz o texto: "Basta lembrarmos dois ou três fatos da geografia humana e social desse país para verificarmos que não é o nosso caso, também diferente do que apresenta a Inglaterra e a Bélgica." O parecer não cita estes fatos, mas não é difícil imaginar quais sejam: o tamanho reduzido das famílias européias, em contraposição às numerosas famílias brasileiras; a alta mortalidade infantil em nosso país, em contraste com a Europa; a composição etária das populações dos dois países.

A consideração destes fatos levaria a uma conclusão óbvia, que o parecer, por motivos também evidentes, deixa implícita: que a preocupação com a manutenção da família, com o uso de anticonceptivos, com a implantação da censura etc., tem na realidade pouco a ver com a questão demográfica, e muito com as preocupações dominantes entre os setores católicos mais militantes do país. O parecerista vê nas propostas de Aranha-Campos e Capanema implicações políticas e orçamentárias profundas, que necessitariam melhor análise: "Parece-me que a União não dispõe nem de meios financeiros nem de aparelhamento burocrático capaz de fazer cumprir a legislação que se pretende decretar. Em segundo lugar, os benefícios do anteprojeto Aranha-Campos viriam afetar de modo vário as rendas da União e, dada a impossibilidade de uma fiscalização séria, constituiriam, em numerosos casos, instrumentos políticos em mãos de municípios em encargo quase total da União."

O caminho alternativo que o parecerista aponta é fazer da questão demográfica parte da legislação social e trabalhista: "Auxiliar a natalidade deve ser auxiliar a produção nacional, auxiliar as camadas mais pobres para que elevem a capacidade aquisitiva e, principalmente, melhorem a qualidade da população, tornando-a mais hígida e forte." Assim como a população é diferenciada, seria necessário tratar diferentemente os trabalhadores da indústria, os do campo e os demais. Para os primeiros, são sugeridos auxílios pecuniários para o casamento e a criação de filhos. No campo, o básico seria o desenvolvimento de serviços de assistência médico-higiênica, e a "distribuição de terras públicas e pequeno empréstimo de instalação ao trabalhador rural que tenha seis ou mais filhos". Para os demais, uma série de medidas mais indiretas, como a isenção de certos tipos de impostos, facilidade de empréstimos etc., para o casamento.

E o parecer conclui: "Tentativas como a que pretende o projeto Capanema dificultam mais do que facilitam as soluções certas. A participação das mulheres no processo econômico não é um mal. Qualquer observador objetivo, atento às estatísticas, sabe que no Brasil o mal é, verdadeiramente, o reduzido número de produtores que sustentam o peso do orçamento familiar."

Este parece ter sido, ao que tudo indica, o golpe de misericórdia. Uma Comissão Nacional de Proteção à Família foi estabelecida em 10 de novembro de 1939, seguindo sugestão do próprio Capanema em sua réplica à crítica de Aranha-Campos, e em 9 de julho de 1940 ela conclui seus trabalhos. Composta por pessoas ilustres de várias origens — Levi Carneiro, Stela de Faro, Oliveira Viana, Cândido Mota Filho, Paulo Sá, João Domingues de Oliveira, Emâni Reis — ela propõe uma série de medidas já aventadas pelos projetos Capanema e Aranha-Campos, sem entrar em temas mais controversos, e sem adotar a defesa tão intransigente da família tradicional. Na área do trabalho feminino, ela pretendeu assegurar à mulher funcionária pública garantia de manutenção de emprego e salário em caso de transferência do marido, indo assim contra a legislação restritiva que se propunha.

É dos trabalhos desta comissão que resulta o Decreto-lei nº 3.200, de abril de 1941, encaminhado à sanção presidencial não mais por Capanema, mas pelo ministro da Justiça, Francisco Campos. Um ano antes havia sido assinado outro decreto-lei, de número 2.040, que tinha como objetivo "a coordenação das atividades de proteção à maternidade, à infância e à adolescência". Este decreto criava mais um órgão da burocracia federal, o Departamento Nacional da Criança, que complementaria, pelo menos em intenção, a obra assistencial a ser realizada pelos institutos previdenciários e outras agências governamentais.

O Decreto nº 3.200 abandona todo o conteúdo doutrinário da proposta original de Capanema e adota, praticamente, todas as recomendações da Comissão. A questão, porém, teria ainda um epílogo agitado.

Um mês após assinado o decreto, em 19 de maio de 1941, ele é modificado por um outro, de número 3.284, que visa regulamentar e precisar as vantagens que haviam sido concedidas aos funcionários públicos de prole numerosa. Em seu artigo primeiro o novo decreto estabelece que "terá preferência, em igualdade de condições: a) o candidato casado ou viúvo que tiver maior número de filhos; b)o candidato casado; e c) o candidato solteiro que tiver filhos reconhecidos". Era uma afronta direta aos princípios da Igreja, cuja reação não se faz esperar.

Do Ministério da Educação sai uma proposta de republicação do Decreto nº 3.284, tendo como principal alteração que seja omitida a referência a solteiros com filhos naturais. "Se o objetivo principal da lei deve ser dar proteção moral e jurídica à família, e se a família tem como base o casamento, não se deve considerar como um título, como uma regalia jurídica, em um funcionário, o fato de ter ele filhos naturais. Cumpre à lei, como já o fez, assegurar ao próprio filho natural toda a proteção moral e material; não, porém, ir além disto", diz a exposição de motivos.

A proposta de modificação é enviada para apreciação do DASP, e recebe extensa e detalhada crítica, em parecer assinado por Luís Simões Lopes, com data de 23 de setembro de 1941. Toda a argumentação é no sentido de mostrar que a tradição jurídica brasileira tem sido a de equiparar progressivamente os direitos dos filhos legítimos e ilegítimos, e que negar os benefícios aos solteiros com filhos seria na prática prejudicar e discriminar contra estes. "O mal não está na existência dos filhos espúrios, mas no desvio dos pais sem respeito; condenem-se as causas, não as conseqüências. O temor às 'rutilâncias' do escândalo é a fórmula cômoda para exculpar os pais culposos e, gritantemente, incriminar os filhos sem crime." "O Estado", dizem outra parte o parecer, "que é hoje 'órgão bio-ético' [*sic*] não deve, por força de preconceitos e apriorismos, deixar de entrosar essa criança (ilegítima) na comunidade, como elemento inocente e útil. Esse menor constitui um dos tantos casos que a vida — e não a regra — materializa e para os quais exige solução." Mais ainda, discriminar contra os pais solteiros seria ir contra os próprios princípios cristãos: "Depois do nascimento, não há motivo para que se criem hierarquias legitimistas, incompatíveis com os sentimentos humanos e cristãos, já que a própria Igreja, com toda a sua respeitável autoridade espiritual, não distingue a espuriedade, ou não, dos que lhe buscam a pia ou dos que lhe defendem a fé." O parecer é publicado no *Diário Oficial* de 21 de outubro, e sairia resumido também na *Revista do Serviço Público* de dezembro do mesmo ano (volume 4, nº 3), sob o título "A filiação ilegítima em face da lei de Proteção à Família".

Caberia ainda o recurso à pressão da opinião pública. No final de dezembro um memorial encabeçado pela Associação de Pais de Família é enviado a Vargas, com cópia para Capanema, apoiando o projeto do Ministério da Educação e combatendo o parecer do DASP, que, "fazendo considerações sociológicas, procura demonstrar que a distinção entre filhos legítimos e ilegítimos tende, atualmente, a desaparecer". "A exigência da condição de casado, nas propostas de promoção", diz em outra parte o documento, seria "um estimulo à realização do casamento de solteiros com filhos, mormente naquelas situações em que o egoísmo, a esquivança, a indiferença ou o desleixo prolongam indefinidamente simples ligações, com grave prejuízo da proteção à mulher e à prole." "Jamais teorias, por mais bem arquitetadas, poderão superar a sabedoria

humana, fruto da experiência de séculos. As inovações em matéria social demandam longo tempo para decantar os princípios pelos quais há de reger a sociedade do futuro." "As normas morais", conclui o memorial, "são a consciência dos povos, cristalizam sua sabedoria, por isso zombam de exotismos teóricos, que têm apenas um brilho efêmero." Além da Associação dos Pais de Família, assinam o documento representantes do Centro D. Vital, Confederação Nacional de Operários Católicos, Federação das Congregações Marianas, Associação das Senhoras Brasileiras, Federação das Bandeirantes do Brasil, Associação dos Jornalistas Católicos, União dos Jornalistas Católicos, União dos Católicos Militares, e várias outras entidades semelhantes.

Alguns meses depois (março de 1942) surge um outro documento, este do Instituto do Direito Social de São Paulo, com o mesmo objetivo do anterior. O documento afirma que ninguém ignora como em nosso país, mercê da formação moral de seu povo e da perdurável influência religiosa que presidiu seus primeiros movimentos históricos, é absolutamente intolerável, para o convívio doméstico ou ainda para as relações mais amplas dos grupos sociais, "a família ilegitimamente constituída". É neste sentido que o reconhecimento de igualdade de direitos a solteiros com filhos seria um ato "imoral, anti-religioso e atentatório de nossos hábitos sociais já seculares", além de anticonstitucional. O parecer do DASP, "embora longo e erudito, abandonou por completo todos os aspectos de direito constitucional e administrativo de que o caso se revestia, para ater-se a considerações de ordem sociológica, e até certo ponto sentimental, quanto à proteção dos filhos ilegítimos". Esta proteção, contudo, não deveria ser confundida com o reconhecimento legal das uniões ilícitas: "Dar aos funcionários que as mantêm uma vantagem, pela comprovação da existência de filhos espúrios, é afirmar, contra a Constituição, a desnecessidade da família legítima resultante do casamento."

Os protestos não foram, aparentemente, levados em consideração, e a norma de equiparação foi mantida. Seria necessária uma pesquisa minuciosa, que não caberia aqui, para avaliar o impacto real desta legislação sobre a família. Ainda em 1941 a concessão de abonos familiares, previstos no Decreto-lei nº 3.200, é suspensa pelo Decreto nº 3.741 (de 23/10/41), até sua regulamentação. Novas entidades, como o Departamento Nacional da Criança, uma vez estabelecidas, continuaram a existir mas com atuação limitada. O papel assistencial dos sindicatos não chegaria a adquirir corpo, e o da previdência social, só muito lentamente. A mobilização dos senhores de terra no apoio à infância do campo, preconizada por Oliveira Viana, jamais seria tentada.

O episódio da definição de uma política estadonovista para a família ilustra com bastante clareza a forma pela qual se dava e até onde ia o relacionamento entre a Igreja e o Estado, naquele período. A Igreja ia com facilidade até o Ministério da Educação e Saúde; mas isto não significava que ela conseguisse necessariamente fazer prevalecer seus pontos de vista contra a orientação predominantemente secular e não confessional dos círculos mais próximos à presidência da República.

A Organização Nacional da Juventude

Se as mulheres deveriam ser postas em seu lugar, caberia aos jovens um papel extremamente dinâmico no projeto político e social que se esboçava. A década de 1930 foi fértil, em todo o mundo, de movimentos juvenis que traziam às ruas, em suas canções, bandeiras e marchas organizadas, uma idéia de dinamismo, fé e participação social que pareciam simbolizar a força e promessa dos regimes políticos que apoiaram e ajudaram a constituir. Já em 1931, a Legião de Outubro tratara de reproduzir no Brasil os mesmos efeitos, e o movimento integralista copiava tanto quanto podia os rituais coletivos que tanto impacto produziam na Europa. O projeto inicial de criação de uma Organização Nacional da Juventude com patrocínio governamental, gerado em 1938 no Ministério da Justiça na gestão de Francisco Campos, inspirava-se claramente nos modelos europeus, e tinha por objetivo formar uma organização paramilitar de mobilização.

O documento original, parte dos arquivos Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, tem o timbre do Ministério da Justiça, e não traz nenhuma menção à participação do Ministério da Educação e Saúde em um empreendimento que poderia ser entendido como de cunho também educativo. Segundo ele, a organização político-miliciana da juventude caberia à direção e orientação exclusiva e direta do presidente da República e dos ministros de Estado da Guerra, da Justiça e da Marinha. O projeto, obedecendo à formalidade de um decreto-lei, é sucinto e objetivo, salientando apenas o esqueleto e os objetivos mais gerais da Organização, com algumas referências rápidas ao processamento e ao conteúdo político-ideológico da iniciativa. Bem mais substancioso é o projeto de regula-

mento técnico-disciplinar que o acompanha. Com um total de 41 páginas — contra 11 do projeto de decreto-lei — o documento desce a minúcias sobre os objetivos, a estrutura organizativa, os cargos, encargos e funções previstas para a Organização Nacional da Juventude, além de uma descrição pormenorizada da hierarquia a ser estabelecida quando implementado o seu plano.

A Organização deveria ser regida por uma Junta Suprema, que teria como função "instituir os serviços de natureza pré-militar à juventude arregimentada pela Organização Nacional".[9] O regulamento da juventude teria a aprovação dos ministros da Justiça e Negócios Interiores, da Guerra e da Marinha;[10] a Organização incluiria um setor de aspirantes, de oito a 13 anos, e outro de pioneiros, de 13 a 18 anos.

O artigo primeiro do projeto de decreto-lei de março de 1938 estabelece que a Organização Nacional da Juventude teria por fim "assistir e educar a mocidade, organizar para ela períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da nação".[11] Prevê-se ainda, no artigo 18, que à mocidade arregimentada pela Organização Nacional serão proporcionados, entre outros, serviços adequados a infundir nos jovens "o sentimento de disciplina e da educação militar" acrescentando-se que teriam "efeitos equivalentes aos da prestação do serviço militar exigida pelas leis em vigor".

Em outubro de 1938 é elaborado um projeto de regulamento administrativo, prevendo a incorporação e submissão imediatas à Organização, de instituições de educação cívica, moral ou física da mocidade, "tais como associações, ligas e clubes esportivos atléticos, o escoteirismo e as de proteção à infância, autônomas ou anexas a estabelecimentos de instrução, centros culturais ou sociedades religiosas".[12] Essas instituições, pelo decreto, passariam a ser dependentes da Organização Nacional no sentido de que deveriam se conformar ao espírito e à estrutura da Organização. Dessa forma, ver-se-ia garantido seu objetivo primeiro, de propagar a significação e a superioridade do novo regime instituído no Brasil em 10 de novembro de 1937, ao mesmo tempo em que ampli-

9. Arquivo Getúlio Vargas, GV 38.03.00/1. FGV/CPDOC
10. Idem.
11. Idem, p. 1.
12. Arquivo Gustavo Capanema, dossiê organização Nacional da Juventude.

aria em muito o quadro de efetivos pela filiação automática dos associados dessas instituições à Organização Nacional.

Dois outros aspectos chamam a atenção na proposta: a previsão de um secretário-geral com a função de presidir o Conselho Nacional (composto de 15 cidadãos nomeados pelo presidente da República) e a inclusão nesse Conselho de um sacerdote da Igreja Católica, indicado pela autoridade eclesiástica. O Conselho Nacional atuaria no sentido de fazer implementar o plano de desenvolvimento da Organização em todo o território nacional, e o secretário-geral acumularia em suas mãos uma parcela considerável de poder junto a esse Conselho, cabendo-lhe presidir e convocar as sessões, superintender os serviços administrativos e técnicos da Organização em todo o país, orientar a propaganda e divulgar os fundamentos doutrinários, propor ao Conselho nomes das pessoas a serem admitidas como sócias, nomear, requisitar e demitir os funcionários da Organização etc.

Coroando toda essa armação, não ficaram de fora os aspectos de orientação cívica e política necessárias à propagação do novo regime: o culto à bandeira, o canto do Hino Nacional e da Mocidade, o ensino de noções militares e patrióticas. Através da educação individual, praticada dentro da disciplina da Organização, contava-se com uma preparação para o exercício dos atos e deveres da vida civil, o que vale dizer, do fortalecimento de uma milícia civil organizada. A Organização deveria espelhar a vida familiar e social. Deveria ser a matriz geradora de comportamentos mais afinados à nova realidade política que deveria ser encarnada no país. Para tanto, enaltecia-se no projeto "o culto fervoroso dos símbolos e cânticos nacionais e o cumprimento mais rigoroso da disciplina da Organização e dos seus deveres na família e na sociedade".[13]

O projeto de Francisco Campos não teria a boa acolhida do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra. Através de um documento reservado dirigido ao presidente da República, Dutra deixa transparecer as áreas de discordância e de atritos que o projeto inicial provocaria. Segundo o ministro da Guerra:

> Em princípio, não pode deixar de ser aconselhável a arregimentação da mocidade em normas preestabelecidas de orientação doutrinária e cívica, em hábitos de disciplina e no culto do dever militar. No Brasil, e no momento atual, é mais do que indicado esse trabalho de educação moral, física e intelectual da mocidade. Mas, para que seja atingida a finalidade visada, torna-se necessário que a organização da juventude brasileira se faça de acordo com as nossas realidades, boas ou más, e nun-

13. Arquivo Getúlio Vargas, GV 38.03.00/1, p. 19. FGV/CPDOC.

ca sob inspiração de modelos, que se não ajustam ainda ao nosso meio. E, ao que parece, é isso que se depreende do projeto ora em apreço.
Como é sabido, três países na época atual se destacam na organização da mocidade: a Alemanha, a Itália e Portugal.
O projeto em estudo pretende, como se faz naquelas nações, emassar a mocidade brasileira numa organização de feição militar, miliciana, com formação de colunas, falanges, bandeiras, companhias legiões e grupos de legiões; postos graduados de bandeirantes, mestre de companhias etc.; continências, comando e instrução de infantaria, idênticas às do Exército etc.; e com atribuições até de conceder cadernetas de reservista.
Baseia-se ainda a organização numa articulação de núcleos, dos municípios com os estados e destes com a União (...)[14]

Dutra prossegue salientando o fato de apresentar o Brasil características absolutamente distintas daqueles países que estão servindo de modelo à elaboração desse projeto de Organização.

(....) convêm ponderar a questão do analfabetismo. Quando aqueles países cuidam da organização da juventude e, sobretudo, da sua instrução pré-militar, partem da preliminar de que essa juventude já está alfabetizada. (...) O mesmo não se dá no Brasil, onde ainda é elevado, como se sabe, o número de analfabetos nos jovens de sete a 17 anos. E não é lógico imaginar-se uma campanha cívica, sem primeiro ser resolvido, ou convenientemente impulsionado, o importante problema do analfabetismo.
Em terceiro lugar, cumpre atender às razões que determinaram a organização miliciana da juventude nas referidas nações, a qual se justifica como decorrente:
1º) do regime da nação armada, a que estão sujeitos aqueles países;
2º) da permanente ameaça de guerra em que os mesmos têm vivido há vários anos num ambiente de nervosismo e de amarga expectativa.
Nada disso se verifica presentemente no Brasil. Nessas condições, o projeto, conforme está, parece não se adaptar convenientemente à realidade brasileira.
Trata-se de uma organização complexa e cara. E, sobretudo, de difícil execução.[15]

No lugar do projeto do Ministério da Justiça, Dutra propõe, essencialmente, trabalhar através do sistema escolar existente, e envolver o Ministério da Educação:

Com o enquadramento da mocidade escolar já existente, dentro de normas que seriam traçadas pelo Ministério da Guerra e o da Educação e que visariam a sua conveniente educação física, cívica e instrução pré-militar. (...) Em vez de distribuir-se os alunos das atuais escolas nas fileiras de uma entidade nova, como o é a Organização Nacional da Juventude, melhor seria conservá-los nos estabelecimentos a que pertencem e que passariam, então, a células da ONJ.

14. Arquivo Gustavo Capanema, 9 de agosto de 1938, p. 1. GC 38.08.09, pasta 1-1, série g.
15. Idem, pp. 2 e 3.

A segunda fase consistiria no recrutamento da juventude que ainda não pertence a nenhum estabelecimento de ensino. O melhor meio de recrutá-la seria com a fundação de escolas.[16]

No fundo, as considerações de Dutra resumem-se no seguinte: nem criar uma organização nacional paramilitar que implicaria, além de uma orientação política que julga inapropriada ao Brasil, despesas e custos administrativos vultosos; nem deixar que as escolas fiquem livres de uma intervenção de cunho político-pedagógico. O pomo de discórdia localizava-se na invasão da área de autoridade que ele considerava como restrita ao Exército Nacional. Consentir na criação da Organização Nacional na forma proposta seria admitir uma estrutura paralela à do Exército, o que não escapa à observação e ao enérgico protesto do ministro da Guerra, ainda que membro integrante do Conselho Supremo que dirigiria a Organização Nacional da Juventude:

(...) Caso, porém, não prevaleçam as considerações de ordem geral acima expostas e que, nessas condições, o projeto se mantenha como está, cumpre, atendendo às imperiosas razões de segurança nacional, objetar o seguinte:
1º) O projeto em apreço contraria fundamentalmente o Decreto-lei nº 432, de 19 de maio de 1938, que regula o ensino no Exército, bem como a lei do Serviço Militar. Nessas condições não podem subsistir os seguintes artigos do Regulamento Técnico-Disciplinar anexo:
Art. 5º O serviço pré-militar preparatório à reserva das forças passa a ser feito exclusivamente nas fileiras da Organização. Os Tiros de Guerra autônomos ou adjuntos a estabelecimentos de ensino ou sociedades esportivas, as Linhas de Tiro, e os Tiros Navais cessarão de existir, passando seus filiados às fileiras da Organização, na forma do disposto no art. 6º.
Art. 6º O preenchimento dos quadros do Exército Nacional continuará a ser feito pelo sorteio militar, realizado anualmente entre os cidadãos que se encontrem na idade determinada pela lei.
O certificado de aprovação no curso de instrução pré-militar dada aos pioneiros de segundo grau exclui a obrigação de prestar serviço ativo dentro dos quadros regulares do Exército.

Ao final da exposição, o ministro da Guerra conclui:

Como se vê, a Organização Nacional da Juventude se permite dar caderneta de reservista e chega a determinar a extinção dos Tiros de Guerra e Navais, o que não consulta aos interesses da defesa nacional e vem retirar das classes armadas uma atribuição que não deve ser concedida a outrem.
Só ao Exército deve caber todo o poder militar.

Eurico Dutra afirma categoricamente que consentir na criação de outra entidade coletiva com tais atribuições seria decretar o enfraquecimento do Exército como força nacional, redundando, conseqüentemente, no enfraque-

16. Idem, pp. 3 e 4.

cimento do Estado e da União. "A instrução pré-militar já está regulada nas próprias leis militares e com vantagens perfeitamente especificadas para os jovens que recebem instrução nos estabelecimentos de ensino."[17]

Outra área a ser reparada, segundo Dutra, dizia respeito à designação de "inferiores", como instrutores da Organização Nacional da Juventude. O projeto previa o fornecimento pelo Exército, pela Marinha e pelas polícias estaduais desse efetivo que significaria, nos cálculos do ministro da Guerra, um total de aproximadamente dois mil instrutores, devendo o Exército contribuir com 1.332 sargentos, parcela exagerada se se lembrasse que o efetivo de sargentos naquela ocasião era de 7.118.

Uma outra apreciação sobre o projeto de Regulamento Técnico-Disciplinar da Organização Nacional da Juventude reforça, em grande medida, apesar da argumentação mais generalizada, as preocupações expostas pelo ministro da Guerra. Trata-se de um documento escrito por Alzira Vargas e datado de março de 1938. Já de início, a autora refere-se à Organização como "obra de importação clandestina, traduzida das organizações européias sem a competente adaptação ao meio nacional".[18] Antes de qualquer iniciativa, o Estado Novo deveria trabalhar no sentido de homogeneizar a massa tão heterogênea da juventude brasileira, acrescenta Alzira Vargas. Essa homogeneização seria feita através de um programa intensivo de propaganda que apresentasse e difundisse a alta significação do novo regime.

Apresentando em seguida alguns dos inconvenientes da referida Organização — criação de um novo aparelhamento burocrático; atribuição de controle ao Ministério da Justiça, em detrimento do Ministério da Educação; exigência do culto religioso católico, quando o Brasil não tem uma religião oficial; excessivo número de conselheiros (15); exagero na extensão das atribuições do secretário-geral para serem exercidas totalmente pelo ministro da Justiça — Alzira Vargas tocará no aspecto da organização paramilitar com a seguinte observação: "A orientação demasiado militar sugerida pelo decreto parece-me perigosa. Não temos o objetivo de fabricar soldados, mas o de formar cidadãos."[19] Elaborada na intimidade do palácio do Catete, esta crítica mostra a desconfiança presidencial dos projetos mais ambiciosos do ministro

17. Idem, pp. 4 e 5.
18. Arquivo Getúlio Vargas, GV 38.03.00/1. FGV/CPDOC.
19. Idem, p. 2.

da Justiça, assim como os limites do Estado Novo em seu relacionamento com o autoritarismo.[20]

As críticas de Eurico Dutra e Alzira Vargas levam naturalmente ao envolvimento de Gustavo Capanema com o projeto, que encaminha ao presidente da República seu parecer, com data de 13 de setembro de 1938. Apesar de iniciar manifestando seu aplauso e apoio a "tão patriótica iniciativa", formula algumas objeções e sugestões.

Sugere de início uma mudança no nome da instituição, denominando-a Mocidade Brasileira ou mesmo Juventude Brasileira. "Organização é palavra a ser usada com sentido meramente apelativo", diz ele. "Por outro lado, seria mais expressivo que na denominação da instituição estivesse marcado o seu vínculo ao Brasil. Mocidade Portuguesa é o título que os portugueses preferiram, parece-me que com razão."[21]

Depois, considera por demais extensa a finalidade da Organização, que incluía a educação cívica, moral, física, religiosa, o ensino profissional, instrução militar e assistência, o que ampliaria desmesuradamente os encargos e a complexidade burocrática exigida para tal empreendimento. Concorda com as demais críticas quanto ao caráter excessivamente militar com que é imprimido o projeto: "A juventude de oito a 18 anos passa a constituir uma tropa rigorosamente enquadrada, com um aparelhamento, uma disciplina, um método, uma atitude em tudo militares. Não acredito que tal organização seja aplaudida em nosso meio."[22] Reforça a discordância manifestada por Dutra, acrescentando que o ensino militar deveria ser uma atribuição exclusiva do Ministério da Guerra: "Dar a outro órgão o papel de preparar as reservas militares é enfraquecer, pela supressão da unidade de direção, a organização militar do país."[23] Sugere, nesse particular, que se redefina os limites da Organização, restringindo seus objetivos a dois somente: a educação física e a educação moral e cívica. E foi esta, sem dúvida, a sugestão que prevaleceu. Capanema fundamenta sua sugestão no exemplo da experiência portuguesa:

20. Essa tentativa já fora esboçada por Francisco Campos em 1931, por ocasião da formação, em Minas Gerais, da Legião de Outubro. Com toda a certeza, Campos conhecia o peso social do clericalismo católico mineiro que poderia servir como excelente base de apoio ao seu projeto legionário.
21. Arquivo Gustavo Capanema, 19 de setembro de 1938, p. 2. GC 38.08.09, pasta 1-3, série g.
22. Idem, pp. 3 e 4.
23. Idem, p. 4.

O bom exemplo, nesta matéria, é a organização juvenil portuguesa. Foi instituída com finalidades singelas. Diz a lei portuguesa (Decreto-lei nº 26.611 de 1936, art. 40) que a Mocidade Portuguesa "abrangerá toda a juventude, escolar ou não, e se destina a estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do caráter e a devoção à pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar."[24]

A exemplo daquele país, dever-se-ia mobilizar a juventude brasileira sem afetar as instituições já constituídas de segurança nacional. Em Portugal, a instituição da Mocidade não se confundia com a organização paramilitar da Legião Portuguesa. Ao contrário, eram entendidas como organismos distintos, nunca concorrentes. A primeira, uma organização pré-militar e a segunda, paramilitar, o que evidentemente as distinguia na essência. A própria forma como eram compreendidas essas organizações deixa clara a distinção que os próprios portugueses faziam. A Mocidade Portuguesa funcionava como um apoio essencial à formação do efetivo a ser incorporado a Legião. Devia ela, portanto, concentrar seus esforços nos aspectos fundamentalmente educativos, reservando para a Legião toda a responsabilidade pela formação militarizante, necessária em um momento considerado excepcional da vida política portuguesa.

No decorrer de sua apreciação, Capanema reitera as críticas já formuladas anteriormente a respeito da criação de um aparelho oficial de grandes proporções, constituído por numerosas dependências espalhadas por todo o país. "No fundo", diz ele, "é uma espécie de ministério novo, destinado a superintender a educação da juventude em todos os seus aspectos salvo no que se refere ao ensino ou instrução."[25]

A duplicação organizacional, ou seja, a divisão da área educativa em dois órgãos e da instrução militar em dois outros, seria motivo de conflitos permanentes, sem falar dos conflitos que se estabeleceriam no terreno da assistência social e no terreno da saúde, também previstos no projeto inicial. "Posto o assunto nestes termos, só uma conclusão parece lógica, isto é, a Organização Nacional da Juventude deve ser uma instituição, não separada do Ministério da Educação e a ele paralela, mas incluída na sua estrutura, como um de seus serviços."[26] Também nesse particular, cita a experiência portuguesa de mobilização da juventude. Das experiências de organização conhecidas na época, parecia ao ministro da Educação que a única que se aproximava ao ideal de organização brasileira era

24. Arquivo Gustavo Capanema, 19 de setembro de 1938, p. 4.
25. Idem, p. 5.
26. Idem, p. 7.

a portuguesa. As outras eram distintas e fugiam ao que se pretendia criar política e educacionalmente no Brasil:

Na Itália, na Alemanha e na URSS, as organizações juvenis são órgãos relacionados, mas não subordinados aos ministérios da Educação; é que nesses países as organizações juvenis são, não instituições de precípua finalidade educativa, mas órgãos políticos, entidades filiadas e encorpadas aos partidos únicos nacionais.[27]

A preocupação com a duplicação de estruturas paralelas de controle e funções não se restringia, na análise de Capanema, à esfera dos ministérios. A forma centralizada e unitária com que foi pensada a Organização abriria espaço para conflitos com os governos estaduais preteridos na sua estrutura de controle e funcionamento. "A estrutura unitária da Organização Nacional da Juventude tem como conseqüência o fato já assinalado de ficar ela inteiramente desvinculada dos governos estaduais e municipais. É excluída toda ligação com os órgãos locais de administração dos serviços de educação."[28] A proposta do ministro era uma estrutura conforme o princípio federativo, o que significaria uma redução do vasto campo de domínio do secretário-geral da Organização.

Como Eurico Dutra, argumenta a favor da vinculação da Organização às escolas públicas e privadas existentes e contra o plano de "instrutores" a quem, para Capanema, faltariam os atributos pedagógicos essenciais ao desenvolvimento desse projeto que, a seu ver, deveria ser educativo por excelência.

Capanema conclui pela necessidade de se redefinir o escopo do decreto-lei, de forma que pudesse o Ministério da Educação se ocupar prioritariamente de sua implementação. Para isso, a primeira decisão deveria ser a de excluir da instituição projetada o ensino militar, ou seja, esvaziar seu conteúdo paramilitar.

Os projetos se sucedem, e é fácil ver como a idéia de que seria possível criar no Brasil, pela via de um decreto presidencial, as formas paralelas de poder que caracterizavam na Europa as milícias fascistas, foi pouco a pouco sendo transformada em um movimento cívico-educativo bem menos virulento, onde a dinâmica da mobilização miliciana era substituída por atividades tais como o enaltecimento às datas, aos vultos e aos símbolos nacionais. Em dezembro de 1938, surge um novo projeto de decreto-lei, desta vez oriundo do Ministério da Guerra, e encaminhado pelo próprio ministro:

27. Idem, pp. 7 e 8.
28. Idem, p. 8.

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto-lei sobre a criação da Juventude Brasileira, de autoria do sr. general José Meira de Vasconcelos, com o parecer favorável do Estado-maior do Exército.

A Juventude Brasileira, como a imagina e propõe o seu autor, será uma instituição nacional e permanente, cujo objetivo essencial é a formação e a orientação cívica da mocidade, nos moldes da educação extra- escolar de Baden Powell (escoteirismo).

O Estado-maior do Exército julga não haver inconveniente na fundação da Juventude Brasileira, *nos termos exatos* em que está prevista no projeto de decreto-lei. Não devem, entretanto, os encargos de seus diferentes órgãos ser atribuídos, exclusivamente, a militares, senão na fase primeira da organização (...) se faça mister o elemento militar. Depois, melhor ficará a instituição sob a direção imediata do Conselho Superior de Segurança Nacional, coadjunto ao seu trabalho por funcionários de um ou mais ministérios.

Este ministério já teve ocasião de se manifestar sobre o projeto semelhante que cogitava da Organização Nacional da Juventude (ONJ).[29]

O novo projeto contribui para reforçar a autoridade do Exército, auxiliando-o na sua função educativa, sem ameaçar esse monopólio com a criação de instituições paralelas com atribuições semelhantes às suas. Orientar civicamente a juventude para o bom desempenho de suas funções como futuros "cidadãos-soldados" é fundamentalmente diferente de militarizá-la nos quadros de uma nova organização. A primeira atividade é de reforço; a segunda, de competição.

A Juventude Brasileira

Este não seria, ainda, o texto final. O arquivo de Getúlio Vargas contém um outro projeto, elaborado possivelmente no fim de 1938 ou início de 1939, que já inclui a participação do Ministério da Educação e Saúde na direção da organização da juventude e suprime pontos básicos dos projetos anteriores.[30] É possível que ele represente um passo intermediário entre o primeiro projeto e o que acabou vingando, pelo fato de manter algumas referências à educação pré-militar e de ter preservado parte da linguagem que constava do projeto inicial e que seria finalmente suprimida. Mesmo assim, a tônica militarizante sofreu um enfraquecimento crucial:

29. Arquivo do Exército. Minutas de correspondência do ministro da Guerra. Dezembro de 1938. (Grifo nosso).

30. Arquivo Getúlio Vargas, GV 38.03.00/1. FGV/CPDOC.

As finalidades a que se propõe a Juventude Brasileira, em proveito da infância e da juventude são essencialmente: a) a educação moral, cívica e física; b) a educação pré-militar; c) a educação doméstica.[31]

A organização paramilitar da juventude cede lugar à transmissão de valores que visava inculcar "nos infantes e nos pioneiros inscritos na Juventude Brasileira o amor ao dever militar, a consciência das grandes responsabilidades do soldado, o conhecimento das técnicas elementares do serviço militar e os hábitos singelos e duros da vida de caserna e de campanha".[32] O projeto prevê o estabelecimento do 21 de abril como data de sua comemoração; o realce ao culto constante e fervoroso à bandeira nacional; a definição de símbolos de sua unidade moral; o estabelecimento de comemorações cívicas em todo o território nacional etc. O efetivo básico da agremiação seria formado por jovens matriculados em qualquer estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado, devendo estes inscreverem-se obrigatoriamente. Aos jovens não matriculados, a inscrição seria facultativa.

Da linguagem anterior, o projeto ainda mantém a estrutura de formação de legiões, com as "coortes", "pelotões", "grupos", "esquadras" e "divisões", contando para seu funcionamento com a participação de comandantes retirados dos quadros de oficiais das Forças Armadas. "Vinte legiões, dentro da mesma cidade, do mesmo município ou de um grupo de municípios, formarão uma divisão, que será comandada, na forma do artigo 39 desta lei, por um oficial das Forças Armadas."[33] O decreto finalmente aprovado e publicado no Diário Oficial suprime todas essas formas mais incisivas de organização e educação paramilitar.

Segundo ainda esse projeto, "a educação moral, cívica e física se destina aos homens e às mulheres. É destinada a educação pré-militar somente aos homens, e a educação doméstica somente às mulheres".[34] Os papéis são rigidamente distribuídos nos artigos 18 e 19, incentivando nos homens "o amor ao dever militar, a consciência das grandes responsabilidades do soldado" e nas mulheres, batizadas por "brasileirinhas" e "jovens brasileiras", "o sentimento de que o seu maior dever é a consagração ao lar", ministrando a estas os "conhecimentos necessários ao cabal desempenho de sua missão de mães e donas-de-casa".

31. Idem, GV 38.00/1, artigo 14. FGV/CPDOC.

32. Idem, artigo 18.

33. Idem, artigo 12.

34. Idem, artigo 14.

Na questão da educação cívica, privilegia-se a formação de uma consciência patriótica, significando que "na alma das crianças e dos jovens deverá ser formado o sentimento de que o Brasil é uma entidade sagrada, e que a cada cidadão cabe uma parcela de responsabilidade pela sua segurança, pelo seu engrandecimento e pela sua perpetuidade, e ainda de que, a exemplo dos grandes brasileiros do passado, deve cada brasileiro de hoje estar por tal forma identificado com o destino da pátria, que se consagre ao seu serviço com o maior esforço e esteja a todo momento pronto a dar por ela a própria vida".[35]

O decreto-lei que instituiu a Juventude Brasileira é de número 2.072, de 8 de março de 1940, e a qualifica como uma corporação formada pela juventude escolar de todo o país, com a finalidade de prestar culto à pátria. Esse decreto dispõe ainda sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixando suas bases de execução. É uma ruptura definitiva com o projeto inicial. Preservando a figura dos ministros de Estado da Guerra e da Marinha no Conselho Supremo, reservou-se a eles somente a incumbência de dar "ao Ministério da Educação os necessários esclarecimentos quanto à orientação a ser ministrada à modalidade de educação referida no parágrafo único do artigo 13", que dizia que as "atividades destinadas a dar às crianças e aos jovens os conhecimentos elementares dos assuntos relativos à defesa nacional serão terrestres e marítimas, segundo as condições do meio em que vivam e na conformidade da inclinação de cada um."

Esvaziada de suas pretensões iniciais, impedida de competir com as Forças Armadas na militarização da sociedade, a Juventude Brasileira se limitaria, daí por diante, ao culto mais ou menos ritualístico das grandes datas nacionais, sem que ninguém por ela realmente se interessasse e tratasse de dar-lhe impulso. A entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados seria a pá de cal que levaria à extinção do projeto já natimorto de uma organização fascista da juventude no Brasil só prolongado um pouco mais pela inércia da burocracia. Em agosto de 1944 Capanema propunha a extinção do quadro de funcionários da secretaria-geral da Juventude Brasileira, e a incorporação de seus funcionários à Divisão de Educação Física, o que é feito pelo Decreto nº 17.889, de 26 de agosto de 1945. *O Correio da Manhã* e *O Jornal* de 3 de março saúdam a medida, com o reconhecimento de que os tempos eram outros. "Nesta hora de recuos, diz o *Correio da Manhã* em um artigo intitulado *Giuventù* com a mesma sutileza com que

35. Idem, 6V 38.03.00/1, artigo 16. FGV/CPDOC.

tentou organizar a Juventude (Capanema) decidiu-se, sem estardalhaço, despreocupar-se do assunto... Dissolveu dela a única coisa que dava a ficção de sua existência. Dissolveu o grupo de funcionários. *Tirou o boi da linha*, dando serviço a quem não o tinha, e passou a ver diante dos olhos uma vereda que o leve à estrada-tronco da democratização (. . .)."

Os limites da mobilização

A transformação da Organização Nacional da Juventude em movimento de Juventude Brasileira reflete com clareza a opção por uma política de desmobilização do regime autoritário do Estado Novo. Para bem compreender a ruptura com a proposta inicial de organização miliciana da juventude, pode ser proveitosa uma reflexão que associe essa decisão ao bloqueio intermitente feito pelo governo ao movimento integralista, em franca ofensiva na década de 1930.

Fundada em maio de 1932, a Ação Integralista Brasileira (AIB) começou a se ressentir, em 1935, das perseguições a ela dirigidas pelo governo, perseguições que, paradoxalmente, vinham acompanhadas de um certo tipo de apoio que o próprio governo oferecia à AIB, o que acabava confundindo a liderança integralista. A ambigüidade com que o governo tratava a AIB, ora manifestando sua aprovação, alimentando até mesmo a possibilidade de alianças com ela, ora reprimindo suas atividades, termina com a decisão do governo, em dezembro de 1937, de decretar a dissolução da AIB. Antes, o governo Vargas já se havia aproveitado da força política do integralismo para apoiar o golpe de 1937. Ainda em 1936, depois, portanto, da lei de Segurança Nacional, as relações do governo com a AIB eram marcadas pelo reconhecimento e estímulo. A notícia da imprensa integralista que reproduzimos abaixo pode confirmar isso:

> O nosso companheiro secretário nacional de Educação e Cultura Artística recebeu do Exmo. Sr. Dr. Gustavo Capanema, DD. ministro da Educação e Saúde Pública, um convite para que a mencionada Secretaria da Ação Integralista Brasileira prestasse a sua colaboração à I Exposição Nacional de Educação e Estatística, que se inaugurará no próximo dia 20 de dezembro, sob o patrocínio do referido ministério. Atendendo ao convite recebido, o companheiro secretário nacional enviará diretivas aos chefes provinciais transmitindo-lhes instruções a fim de que, com diligência, possam colaborar na brilhante e patriótica iniciativa, uma das valiosas e grandes realizações do ministro Capanema.[36]

36. Arquivo Gustavo Capanema, recorte do jornal *A Ofensiva*, Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1936.

Um indício da afinidade do projeto da Organização Nacional da Juventude com o movimento político chefiado por Plínio Salgado é a ligação que Francisco Campos manteve com o chefe da AIB, reiterando a importância daquele movimento para a consolidação da política autoritária que se implantava no Brasil. Esses contatos são lembrados por Plínio Salgado em uma carta a Getúlio Vargas contendo uma exposição das perseguições que a AIB vinha sofrendo por parte do governo e, principalmente, da decepção que essa organização sofrera com a ruptura de um pacto estabelecido de início entre o poder central e a Ação Integralista Brasileira. Neste documento, Plínio Salgado fala a respeito de um plano de ação que consistiria no apoio da AIB ao projeto político do Estado Novo em troca do consentimento e do apoio do governo ao desenvolvimento da ação integralista no Brasil:

> A influência do integralismo na sociedade brasileira e nas Forças Armadas atingira amplíssimas áreas e tocava às profundidades dos corações. Os comunistas e os governadores dos estados bem o sentiam. Desencadeava-se uma propaganda tenaz contra os princípios ensinados pelo integralismo: os mesmos princípios políticos que serviram em grande parte à nova estrutura constitucional do país.
> Foi nessa ocasião que me procurou o Dr. Francisco Campos, com o qual me encontrei em casa do Dr. Amaro Lanari. Ele me falou dizendo-se autorizado pelo Sr. presidente da República e me entregou o original de um projeto de Constituição que deveria ser outorgada, num golpe de Estado, ao país. Estávamos no mês de setembro de 1937.
> O Dr. Francisco Campos, dizendo sempre falar após entendimento com V. Excia., pediu o meu apoio para o golpe de Estado e a minha opinião sobre a Constituição, dando-me 24 horas para a resposta. Pediu-me, também, o mais absoluto sigilo.

Em termos de princípios, não havia dúvida sobre a conveniência de uma ligação do integralismo com o poder central; a bandeira principal de combate ao comunismo parecia ser uma arma eficaz de ajuda ao governo na desmobilização da esquerda. Ademais, toda a ênfase do integralismo no culto à pátria, na valorização da nacionalidade e da soberania nacional, na prática de atividades cívicas e políticas simbolizadas no patriotismo exacerbado, se adequavam perfeitamente à proposta de implantação de um regime autoritário no Brasil, podendo representar uma sólida base de apoio e sustentação à política do Estado Novo em processo de gestação. O governo, além de não descartar esse apoio,

37. Carta de Plínio Salgado a Getúlio Vargas. Em: Hélio Silva. 1938 — *Terrorismo em campo verde*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, pp. 367-8. Para uma visão abrangente do movimento integralista, ver a obra de Hélgio Trindade, *Integralismo — o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974.

por um certo tempo efetivamente o alimentou. A expectativa do chefe integralista, segundo seu depoimento, foi mesmo acrescida com promessas estimuladoras:

> Perguntei qual seria, na nova ordem, a situação da Ação Integralista Brasileira ao que o Dr. Francisco Campos me respondeu que ela seria a base do Estado Novo, acrescentando que, naturalmente, o integralismo teria de ampliar os seus quadros para receber todos os brasileiros que quisessem cooperar no sentido de criar uma grande corrente de apoio aos objetivos do chefe da nação (. . .).[38]

A ligação com o projeto futuro da Organização Nacional da Juventude já fora feita, nessa ocasião. "Em relação ao integralismo, V. Excia. (Francisco Campos) falou-me da reorganização da nossa milícia. Tais palavras me encheram de confiança. Acreditei até que essa grande organização da juventude seria patrocinada pelo ministro da Educação, uma vez que V. Excia. me dizia que esse ministério tocaria ao integralismo."[39]

A história, como sabemos, foi distinta. Em primeiro lugar, não coube ao chefe integralista a pasta da Educação, mantendo-a Gustavo Capanema que, em outros tempos, desenvolvera, ao lado de Francisco Campos, toda uma ação política em prol da construção da Legião de Outubro em Minas Gerais. Em segundo lugar, não caberia ao Ministério da Educação a criação e a responsabilidade inicial sobre o projeto de organização miliciana da juventude. E, por fim, o integralismo foi vítima de uma ação direta de fechamento e perseguição por parte do governo federal. E isto porque, se aparentemente a AIB representava um projeto extremamente oportuno à política do governo, na prática a mobilização política que engendrava comprometia a tranqüilidade dessa aliança, pelas conseqüências imprevisíveis que uma força política organizada e paralela ao governo poderia acarretar. Não foi por acaso que, tão logo efetivado o golpe de 37, o governo interveio no sentido de restringir essa força com um decreto de dissolução da Ação Integralista Brasileira, neutralizando, dessa forma, as esperanças que o movimento integralista acalentava.

A resposta do integralismo às restrições do governo foi a tentativa de golpe para a derrubada do Estado Novo, em maio de 1938. Essa iniciativa fracassada serviu de alerta ao governo sobre os perigos de uma mobilização das massas no estabelecimento de uma ordem política autoritária. O trabalho de mobilização

38. Idem, p. 368.
39. Idem, p. 373.

ficou identificado como uma sublevação que transpunha os limites aos quais estava circunscrita a identificação do governo ao projeto integralista. E, como sublevação, mereceria uma resposta no nível da que foi dada ao movimento de esquerda, em 1935.

Já no início do Estado Novo, o chefe integralista ressentia-se de estar preterido na nova ordem de poder. "Fomos, desde o primeiro dia do golpe, tratados como inimigos. Já não quero falar a V. Excia. o que se passou nos estados, antes mesmo do nosso trancamento oficial. Meus retratos foram rasgados por esbirros, meus companheiros presos e espancados, sendo numerosíssimos os telegramas que ao Dr. Campos foram apresentados, relativos às mais inomináveis violências em todos os pontos do país, onde os governadores, irritados com o Estado Novo ao qual aderiram por interesses pessoais, vingavam-se nos integralistas, apontados como sustentáculos de V. Excia."[40]

O fato é que, controlada a ofensiva da esquerda em 1935, passava a AIB a representar uma outra possibilidade de ameaça pelo nível e grau de mobilização civil que detinha. Segundo informação da própria AIB, em fins de 1934, o integralismo tornava-se uma força significativa na arena política, com aproximadamente cem mil membros.[41] A milícia integralista, se não controlada, poderia, da mesma forma que o movimento de esquerda, constituir-se numa estrutura de organização política deslocada do Estado. Pela descrição de Robert Levine, pode-se perceber a dimensão dos riscos que a AIB representava em um sistema político marcado pelo autoritarismo desmobilizador:

> (...) A milícia armada da AIB era o que o povo mais temia. Segundo os estatutos da AIB, cada célula tinha seu próprio depósito de armas pesadas e leves, e inventários regulares eram feitos e submetidos aos centros regionais, e nacional da AIB. Plínio aboliu formalmente a milícia quando o governo promulgou a sua lei de Segurança Nacional de abril de 1935 (cujo alvo eram, naturalmente, as esquerdas), mas criou em seu lugar uma secretaria de Educação Moral e Física, também sob a orientação de Gustavo Barroso, o que vinha a dar na mesma coisa.[42]

Consentir no livre desenvolvimento do integralismo como força civil organizada era assumir os custos que poderiam implicar a proliferação das células que organizavam esquadrões paramilitares para a "educação moral e física";

40. Idem, p. 376.

41. Robert Levine. *O regime de Vargas. Os anos críticos 1934-1938*. Rio, Nova Fronteira, 1980, p. 132.

42. Idem, p. 143.

uma reserva para a milícia integralista, autônoma e de âmbito nacional. Ora, isso significava a formação de um mecanismo de mobilização política que tanta reação provocou na cúpula militar. Em trabalho recente sobre a participação das Forças Armadas na política, no período de 30 a 45, José Murilo de Carvalho refere-se à reação militar ao integralismo desta forma:

> (...) O integralismo era mobilizatório, provocava reações políticas contrárias, mantinha, enfim, viva a atividade política. E isso era exatamente o que não interessava à cúpula militar que via a oportunidade de eliminar de vez a atividade política e conseguir assim eliminar também as perturbações disciplinares motivadas pelo partidarismo.[43]

A transformação da Organização Nacional da Juventude em movimento cívico acresceu-se de mais um significado político: o freio que foi dado às pretensões de liderança nacional de Francisco Campos. Da mesma forma que Plínio Salgado, o ministro da Justiça viu alimentada essa pretensão com a participação direta e ativa na articulação do golpe de 37 e na feitura da Carta Constitucional que traçaria as bases do regime autoritário. No entanto, quando do momento de implantação do regime, o governo vai deixar clara a distância entre essa política autoritária e o que o ministro da Justiça poderia pretender. Plínio Salgado, na correspondência a que antes nos reportamos, refere-se à afinidade de Francisco Campos com o fascismo, segundo o chefe integralista, uma característica que os distinguia essencialmente. "De minha parte, como conheço as idéias fascistas do Sr. Campos, eu me imaginava mais próximo do pensamento do presidente do que ele próprio." Essa afinidade vai-se transformar no argumento central utilizado por aqueles que combateram o projeto da Organização Nacional da Juventude.

Na verdade, as duas lideranças ofereciam riscos, tanto a de Plínio como a que Campos construiria, se colocado em prática o projeto da Organização Nacional da Juventude. Não havia razão para escrúpulos por parte do governo em sustar essas iniciativas, quando já degustados os frutos que poderiam, sem perigo, oferecer. Retirar de Francisco Campos a liderança do movimento político da juventude e passá-la a Gustavo Capanema era assegurar os limites necessários ao desempenho da política autoritária no país, ou seja, assegurar a desmobilização política considerada ameaçadora. As pretensões do ministro da

43. José Murilo de Carvalho. "Forças Armadas e política, 1930-1945" in *A Revolução de 30 — Seminário Internacional*. Editora da Universidade de Brasília, 1983, pp. 107-187.

Educação e Saúde eram mais modestas e muito mais convenientes nesse sentido: atuar junto ao governo federal para receber dele o apoio indispensável à sua atuação como ministro de Estado. Essa pretensão, além de não oferecer riscos, viria ao encontro dos objetivos do governo de consolidar o novo regime.

Todavia, dentro mesmo do Exército havia aqueles — ainda que solitários — que se embalavam ao som dos ideários do fascismo totalitário, revelando claramente a decepção e a reação dos que gritam isoladamente. O major Xavier Leal era um deles, e sua expectativa decepcionada com o movimento de juventude é reveladora:

> (...)Não se compreende, pois, que se crie uma Juventude Brasileira e não se fixe imediatamente um programa de ação, enquadrando-a dentro do programa de ação do Estado. Juventude Brasileira para só aparecer nos dias de festa nacional ou para nomear diretorias e render homenagens aos vultos nacionais nos dias que lhes são consagrados, não se justifica. *Precisamos de uma Juventude Brasileira orientada nos moldes das juventudes totalitárias*, embora adaptada ao nosso ambiente e às diretrizes do Estado Novo.
> Que representam na Alemanha ou na Itália as "Juventudes" nazistas? Representam organismos vivos, imbuídos dos programas do Estado, que desempenham num determinado escalão as tarefas preparatórias do escalão superior, inclusive a instrução pré-militar, de modo que qualquer membro dessa Juventude possa evoluir naturalmente, sem sobressaltos ou malabarismos, para este ou aquele setor da organização nacional. Em uma palavra, qualquer membro dessas Juventudes sabe para que se está preparando (. . .)[44]

Mas, não seria no final de 1941, quando já passado o momento efervescente em que teve lugar a proposta da Organização Nacional da Juventude e já debelados os impulsos de organização miliciana, que teria eco um clamor dessa natureza. O movimento da Juventude Brasileira já se afirmara pela desmobilização e já fazia parte do folclore do civismo, a grande retórica nacional.

44. *Nação Armada*, outubro 1941, 329. "Juventude Brasileira". (Grifo nosso.)

5

A CONSTITUIÇÃO DA NACIONALIDADE

A constituição da nacionalidade deveria ser a culminação de toda a ação pedagógica do ministério, em seu sentido mais amplo. É possível distinguir pelo menos três aspectos neste esforço de nacionalização. Primeiro, haveria que dar um conteúdo nacional à educação transmitida nas escolas e por outros instrumentos formativos. A natureza mais precisa deste "conteúdo nacional" jamais ficou totalmente definida, mas é claro que ela não incorporaria aquela busca às raízes mais profundas da cultura brasileira que faziam parte da vertente andradiana do projeto modernista; ao contrário, tiveram preferência os aspectos do modernismo relacionados com o ufanismo verde e amarelo, a história mitificada dos heróis e das instituições nacionais e o culto às autoridades. Não faltava a esta noção de brasilidade, transmitida nas publicações oficiais e nos cursos de educação moral e cívica, a ênfase no catolicismo do brasileiro, em detrimento de outras formas menos legítimas de religiosidade. Finalmente, a nacionalidade deveria firmar-se pelo uso adequado da língua portuguesa de forma uniforme e estável em todo o território nacional.

O segundo aspecto era, precisamente, a padronização. A existência de uma "universidade-padrão", de escolas-modelo secundárias e técnicas, de currículos mínimos obrigatórios para todos os cursos, de livros didáticos padronizados, de sistemas federais de controle e fiscalização, tudo isto correspondia a um ideal de homogeneidade e centralização de tipo napoleônico, que permitiria ao ministro, de seu escritório no Rio de Janeiro, saber o que cada aluno estava estudando em cada escola do país em um momento dado. O terceiro aspecto, finalmente, era o da erradicação das minorias étnicas, lingüísticas e culturais que se haviam constituído no Brasil nas últimas décadas, cuja assimilação se transfor-

maria em uma questão de segurança nacional. É este terceiro aspecto da política de nacionalização que examinaremos a seguir com mais detalhe.

A política de nacionalização

Em janeiro de 1938, o tema da nacionalização era matéria de ofício reservado do chefe do Estado-maior do Exército, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, ao ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra.[1] A tônica do documento é toda ela posta nos perigos que a presença de núcleos estrangeiros organizados trazem à segurança nacional. Góis Monteiro comunica ao ministro da Guerra o conteúdo do relatório da 5ª Região Militar, "manifestando sua preocupação com as conseqüências funestas de uma colonização estrangeira no Brasil (...) mal-orientada, sem a necessária diretriz do governo e controle indispensável, para anular os inconvenientes da existência de núcleos, que não se diluem no nosso meio mas, ao contrário, procuram se fortalecer, conservando as características dos países originários". Não escapou ao chefe do EM a referência especial ao grupo alemão — de resto, presente no ofício da 5ª Região Militar:

> O comando da 5ª RM ressalta os estados mais atingidos pelos perigos da colonização estrangeira, tanto alemã como italiana, japonesa e polonesa, achando que de todos os elementos radicados no nosso país, os mais bem-organizados são os alemães, devido ao isolamento em que procuram viver, transmitindo aos seus descendentes língua, costumes, crença, mentalidade, cultura e patriotismo.[2]

A dificuldade de assimilação alemã é atribuída à fecunda consciência patriótica que o grupo preserva. Esse processo de consciência é transmitido às gerações seguintes, constituindo-se em uma forte ameaça à formação da consciência patriótica brasileira. Pelo tipo de ocorrências que a 5ª Região Militar seleciona para conhecimento do Estado-maior do Exército, não é difícil compreender as razões de ter o Exército se imiscuído na questão da nacionalização, transformando-a em questão de segurança nacional. O comando regional chama a atenção do Exército para fatos como: a não compenetração dos deveres militares para com a pátria por parte dos conscritos de origem teuta; a dificul-

1. *Campanha de nacionalização.* Ofício reservado nº 4, 24 de janeiro de 1938, do chefe do Estado-maior do Exército ao ministro da Guerra (assinado por Góis Monteiro). Arquivo Gustavo Capanema, GC 34.1 1.30-A, pasta 11-1, série g.

2. Idem, ibidem, p. 11.

dade na repartição dos reservistas no plano de mobilização; o problema racial; a educação como base de formação da nacionalidade; a Igreja como colaboradora dos elementos estrangeiros e, finalmente, as atividades nazistas no Brasil. O comando da 5ª Região indica a colonização alemã como a mais perniciosa "porque tem atrás de si, com a política da Alemanha de hoje, uma organização capaz não só de encorajá-la como mesmo de protegê-la, quer pela força, quer pelas injunções diplomáticas".[3]

Para o Exército, o fortalecimento da consciência patriótica alemã é fruto de uma política deliberada e organizada da Alemanha para a ampliação de seu domínio no mundo. O relatório militar fundamenta essa afirmação enumerando as linhas básicas de orientação germânica aos alemães no estrangeiro: todo alemão no estrangeiro deve conservar-se alemão; todos os alemães fora da Alemanha pertencem ao Reich; os alemães devem estar unificados no mundo; os alemães não devem comprometer a política racial, precisam conservar a raça pura; "A Alemanha acima de tudo! A Alemanha sobre todos no mundo!" As escolas e os professores são os elementos indispensáveis à obra de germanização; os professores são sentinelas avançadas que devem dar toda a sua personalidade à pátria, de modo que a Alemanha possa confiar neles de modo absoluto; a Liga dos Professores Nacionais-Socialistas, junto com o partido e de acordo com os ministérios dos Estrangeiros e da Educação, deve regular todas as relações com os professores alemães no exterior, orientando-os sobre todas as questões educativas. A conclusão, para o comando da região militar, era que as escolas se constituíam nos focos de orientação da doutrina nazista no Brasil.

Opinava Góis Monteiro que o projeto germânico obtinha sucesso nas zonas de colonização alemã. Usava como evidência a existência, em todos os estados de colonização alemã, de associações esportivas, culturais, recreativas e de classe, além de escolas (jardim de infância, ensino primário e secundário) e de uma vida nitidamente germânica, frutos da propaganda alemã expansionista e da busca de perpetuação da cultura através do ensino da língua materna. Tratava-se, segundo Góis Monteiro, de uma pátria alemã em território brasileiro. Como a construção de uma pátria engloba múltiplos aspectos da vida coletiva, Góis Monteiro vai enumerar uma série de providências sugeridas pelo comando da 5ª Região Militar, envolvendo a ação e atuação dos Ministérios da Guerra, da Educação, da Justiça e do Trabalho. O Ministério da Guerra deveria desenvolver núcleos de escoteiros, transformando os existentes e criando novos

3. Idem, ibidem, p. 1.

com a assistência de oficiais e sargentos capazes de imprimir um cunho verdadeiramente nacionalista a essas organizações. Deveria ainda criar uma estratégia para "penetrar" nas associações esportivas, dando-lhes instrutores e forçando a abertura dos quadros sociais a todos os brasileiros, impedindo, dessa forma, a existência de entidades privativas estrangeiras. Sugere ainda a transferência ou criação de unidades do Exército nas zonas de maior influência estrangeira e, finalmente, uma investida para forçar a aprendizagem da nossa língua nos quartéis, só fazendo a desincorporação para aqueles que falassem e escrevessem o português com relativa facilidade.

O Ministério da Educação deveria criar e executar um programa de desapropriação progressiva das escolas estrangeiras, nomeando diretores brasileiros até a substituição completa dos professores estrangeiros por nacionais selecionados. Essa foi, sem dúvida, uma sugestão cumprida à risca pelo interventor Cordeiro de Farias no Rio Grande do Sul, conforme seu próprio depoimento:

> Tendo em vista o problema da infiltração nazista, decidimos utilizar as escolas como meio de neutralizar as influências do meio social. Resolvemos então criar incentivos especiais para as professoras que concordassem em se deslocar para locais mais distantes, sob maior influência alemã. Oferecemos a elas residência, serviço de saúde e proteção policial, além de salário normal a que tinham direito (...); nas áreas mais carentes fizemos convênios com entidades particulares para intensificar a formação de quadros. Enfim, foram cercadas de todo cuidado e tratadas como verdadeiras princesinhas (...).[4]

Ainda ao Ministério da Educação caberia a tarefa de atuar junto à Igreja, transformando-a em órgão que colaborasse com o governo e não com o grupo estrangeiro. Era preciso auxiliar a organização de sociedades recreativas e culturais, procurando modificar as que existiam e modelando-as dentro de um "espírito de brasilidade".

O Ministério do Trabalho contribuiria para a nacionalização, fazendo com que a organização sindical penetrasse nas zonas "comprometidas pela má colonização", transformando as atuais agremiações operárias em sindicatos nacionais. Afora essa sugestão, esse ministério poderia encaminhar de imediato o trabalhador nacional para essas regiões, a fim de contrabalançar a influência desnacionalizadora e forçar a mescla de brasileiros e estrangeiros, principalmente na organização da família.

4. Aspásia Camargo e Walder de Góes, *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981, p. 273.

Providências legais para a execução desse plano ficariam a cargo do Ministério da Justiça. Deveria ele forçar o cumprimento da lei que extinguira os partidos estrangeiros e fazer a legislação complementar no que dissesse respeito à existência de partidos ou sociedades civis, limitando a influência estrangeira em todos os seus aspectos e proibindo o uso de outros idiomas que não o nacional em todos os atos.

Tanto no projeto governamental de nacionalização, quanto nas reações dos grupos diretamente afetados por ele, preconceitos e estereótipos constituíam-se numa presença marcante. Quer se tratando da inferioridade dos asiáticos, ou da superioridade dos germânicos, quer na referência à incompetência dos brasileiros na criação de um ensino escolar aceitável e até mesmo na forma de manifestarem seu patriotismo — argumento freqüentemente utilizado pelos alemães — os estereótipos perpassam indiferentemente os documentos que tratam do tema da nacionalização. Alguns deles têm ressonância dupla: fortalecem a coesão do grupo, ao mesmo tempo que se transformam em alerta para ação do outro. É o caso específico do exacerbado nacionalismo alemão, que além de alimentar o próprio grupo, aparece como projeto a ser imitado. O nacionalismo excludente da política autoritária do Estado Novo teve como parceiro de luta o nacionalismo também excludente do grupo alemão que, sob o argumento de que não se poderia violar a liberdade dos alemães em manterem sua nacionalidade, seleciona seu convívio rejeitando assimilar a cultura de grupos que considera inferiores. E sem dúvida, os alemães representavam para a elite dirigente brasileira uma séria ameaça política pelo nível articulado de organização social, cultural e mesmo ideológica.

A atuação direta de agentes alemães no Brasil, vinculados ao Departamento do Exterior do Alto Comando das Forças Armadas da Alemanha (*Abwehr*), está extensamente documentada, entre outros, por Stanley Hilton, de 1939 a 1944,[5] e suas raízes são, evidentemente, anteriores. Ao mesmo tempo, a presença do nazismo serviu de argumento para a política repressiva dirigida ao grupo alemão, através da criação de um estigma que a legitimava aos olhos de quase todos. Desagregar o grupo alemão era garantir a unidade nacional e combater as influências nazistas no território brasileiro. Com esse novo ingrediente, o governo poderia eximir-se das acusações de propulsor de uma política nacionalista xenófoba — de resto, atribuída ao fascismo e ao nazismo —, legitimando-se

5. Stanley Hilton. *Suástica sobre o Brasil. A história da espionagem alemã no Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

como protetor de uma identidade nacional contrária à doutrina nazi-fascista. Tudo se passa como se a nacionalidade brasileira, já constituída, estivesse sofrendo a ameaça de ser destruída pela ação de grupos estrangeiros afinados com o nazismo, e não o contrário, ou seja, que sua construção estivesse condicionada à eliminação dos grupos e culturas diferenciadas.

A referência à infiltração nazista no Sul do país fazia exceção, freqüentemente, às antigas famílias alemãs, consideradas brasileiras e desligadas da ideologia nazista. O perigo estava entre os mais novos, que com mais facilidade cediam aos encantos e fascínios de Hitler. Segundo Cordeiro de Farias, "era uma política voltada para reorientar a nova geração de alemães e descendentes de alemães no Rio Grande do Sul. Mas, (...) não foi a geração alemã mais antiga que se deixou influenciar pelo nazismo. É claro que o nazismo, freqüentemente, brotava no seio dessas famílias. O que sinto, porém, é que as idéias nazistas tiveram mais força junto aos pouco aculturados, exatamente os mais sensíveis aos estímulos que, desde a ascensão de Hitler ao poder, eram emitidos da Alemanha para fortalecer os sentimentos nazistas no mundo inteiro".[6] Não obstante esse reconhecimento, a política de nacionalização seguiu indiscriminada, dirigida em bloco a todo o grupo estrangeiro. E especialmente com relação ao grupo alemão, as medidas repressivas e as perseguições com acusações de pertencerem ao nazismo foram absolutamente arbitrárias e indiferenciadas. Na opinião de Giralda Seyferth, o nazismo foi mais um fator de desagregação do que de união dentro do grupo teuto-brasileiro em Brusque, provocando uma cisão entre alemães novos e teuto-brasileiros. Para a autora, se foi verdade que muitos teuto-brasileiros se deixaram influenciar e empolgar pelos ensinamentos nazistas, a maior parte dessa população mostrava-se avessa à aceitação da tutela de um partido político estrangeiro — o partido nazista era encarado como tal.[7]

As referências que encontramos nos arquivos de Gustavo Capanema e Lourenço Filho sobre o envolvimento dos alemães com o nazismo dizem respeito à participação da juventude alemã, dos setores mais jovens desse grupo. Fala-se da Juventude Teuto-Brasileira, dirigida por Hans Neubert, seu organizador, e que tinha como objetivo prepará-los para futuros *fuehrers* de grupos, em cursos especiais. Esses cursos eram feitos na Alemanha, razão pela qual viajavam seguidamente caravanas de 15 a 20 jovens, com despesas pagas pelo governo alemão. Para as meninas existia a *Bund Deutsches Auslands Madel*, com regulamento interno semelhante ao da Juventude Brasileira. "Ocasiões houve em que os acampamentos eram mistos. Participavam tanto rapazes como meninas. Também estas trajavam um fardamento próprio, que, pelas fotografias, mostra ser o mesmo que usam as moças da Alemanha. A *Fuehrerin* (chefa) desta ala feminina era a Srta. Nobel. (...) O governo alemão, a fim de desenvolver e incrementar a realização desses acampamentos, fornecia gratuitamente o material necessário. Desse modo, por intermédio do consulado, remeteu barracas modelares, avaliadas em dois e três contos de réis cada uma. Estas, porém, foram apreendidas pela alfândega e postas em leilão. Tendo sido arrematadas por um senhor, foram adquiridas posteriormente pelo cônsul local, em cujo poder continuam."[8]

É possível argumentar que o nazismo não tenha tido a penetração nem mesmo influência tão profunda quanto a propalada entre os grupos alemães nas zonas de colonização. Aspectos dessa ideologia, entretanto, incorporavam o nacionalismo que os próprios alemães cultivavam como forma de sua sobrevivência como grupo étnico específico, razão pela qual ficou fácil a identificação de qualquer propósito de afirmação de nacionalidade com o nazismo. O fato é que a denúncia de infiltração nazista nas zonas de colonização dava legitimidade à política de repressão institucionalizada que seria implementada pelo governo brasileiro a partir de 1938.

A hostilidade aos alemães preocupava setores da elite política no governo interessados em manter, no nível internacional, o que Gerson Moura qualificou de "eqüidistância pragmática", ou seja, uma política de indefinições entre os centros hegemônicos emergentes.[9] Em 1938 e 1939, o Brasil havia ampliado o comércio com a Alemanha a ponto de causar enorme preocupação ao governo americano, uma preocupação que se entendia pelo fato de que esse estreitamento de relações entre Brasil e Alemanha estava tendo como resultado o estabelecimento de relações entre as Forças Armadas brasileiras e alemãs. As implicações políticas dessa aliança não escaparam aos dois governos, brasileiro e alemão:

6. Aspásia Camargo e Walder de Góes, op. cit., p. 270.

7. Giralda Seyferth. *Nacionalismo e identidade étnica. A ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do vale do Itajaí.* Florianópolis, Fundação Catarinense da Cultura, 1981.

8. "A juventude hitlerista no Rio Grande do Sul". S.d., sem assinatura, p. 2. GC 34.11.30-A, pasta 11-1 série g.

9. Gerson Moura. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979, p. 63.

(...) A presença alemã no Brasil centrava-se no intercâmbio comercial, embora não se restringisse a isso. Havia entre o governo brasileiro e o alemão um acordo tácito de que as dificuldades políticas não deveriam prejudicar os acertos econômicos. Os problemas políticos daquele momento eram os seguintes: do lado brasileiro havia a reclamação de que o nazismo procurava influenciar a população de origem alemã no Sul do Brasil, além da pretensão do governo alemão de proteger "minorias alemãs" e organizar o partido nazista em nosso país. Do lado alemão, havia queixas contra as leis de assimilação dos estrangeiros em território brasileiro promulgadas pelo governo em 1938, bem como a proibição de propaganda de partidos políticos estrangeiros.[10]

No ambiente internacional havia já a certeza de que as graves crises político-militares na Europa em 1938 levariam a um confronto drástico. Essa era a forte razão que levava o governo americano a ampliar sua área de influência no continente, e o estreitamento de relações Brasil-Alemanha era interpretado como um perigo de aliança do Brasil com o Eixo. O objetivo do governo brasileiro era manter uma situação que lhe fosse favorável sem que lhe custasse a ruptura de relações com qualquer dos dois países. É dentro dessa conjuntura de "opção estratégica pela indefinição" que se compreende a argumentação, sempre recorrente, da necessidade de aplicar uma política "severa, mas cautelosa" com relação à nacionalização do ensino, quando em confronto com os grupos alemães. Defendia-se, oficialmente, a separação entre o projeto de nacionalização e a posição de neutralidade do Brasil no contexto dos conflitos externos. A fórmula proposta combinava energia e suavidade na definição da ação política nacionalizadora. Houve até momentos em que se chamava a atenção para a necessidade de não imprimir à nacionalização "alardes de xenofobia". A política deveria assumir uma feição tal que não criasse embaraços, colocando o Brasil numa situação constrangedora frente a estados estrangeiros pela aplicação de medidas violentas que, eventualmente, pudessem provocar qualquer choque de soberanias. Era um equilíbrio difícil de manter, sob o Estado Novo.

A institucionalização da violência

Pela primeira vez, na história do país, o poder público vem tomando a peito o problema da nacionalização dos imigrantes e seus descendentes. Antes de 1937 isso não teria sido possível nalguns estados, porque as instituições vigentes erigiam em forças eleitorais os núcleos de origem estrangeira, dando-lhes influência bastante para contrariar os intentos do governo central.[11]

---

10. Idem, ibidem, p. 111.

11. *Relatório da Comissão de Nacionalização ao ministro da Educação*. 5 de outubro de 1940. Arquivo Lourenço Filho/INEP. FGV/CPDOC.

Esse tipo de depoimento é mais ou menos recorrente na documentação oficial que diz respeito à questão da nacionalização do ensino. A vinculação freqüente entre a resolução do que era considerado um "problema nacional" e uma estrutura de poder fortemente centralizado no Estado Nacional funcionava como argumento de justificação da política do Estado Novo. E, sem dúvida, foi nesse período, entre 1938 e 1940, que medidas foram tomadas em prol da construção do que se chamava uma "política de nacionalização".

O ano de 1938 no Brasil é especialmente fértil em medidas legais e projetos identificados com a construção do nacionalismo brasileiro. Alguns desses projetos e medidas revelam o conteúdo doutrinário e político do projeto nacionalista que se criava. Falar dessas medidas e projetos é relembrar o contexto da época. Foi nesse ano que a investida integralista chegou ao seu apogeu e, simultaneamente, ao início de sua queda, por ação repressiva do Estado. Foi nesse ano que se formulou o projeto de Organização Nacional da Juventude, em moldes fascistas e mobilizantes na sua concepção, evoluindo para uma experiência cívica sem maiores expressões, por intervenção de setores do Exército. Foi também em 1938 que a campanha de nacionalização do ensino chegou ao seu clímax, com a formulação e promulgação de um número substancial de decretos-leis destinados essencialmente a deter a experiência educacional dos núcleos estrangeiros nas zonas de colonização.

Portanto, o ano de 1938 aparece na história política brasileira com um duplo significado: faz renascer e revitalizar experiências consideradas de "cunho fascista", com maior ou menor assentimento do Estado, mas é também o momento que com mais rigidez se detém esse avanço. É como se o golpe de 1937 fosse um aval e um estímulo a práticas de mobilização política contrárias aos movimentos de esquerda, incentivando a criação de projetos de organização política e mesmo partidária reconhecidamente de direita como futuros parceiros da nova ordem política, e 1938 fosse o momento de definição dos limites que o autoritarismo desmobilizador brasileiro imporia a essas iniciativas. A doutrina integralista poderia ser conveniente ao projeto autoritário do governo; a organização do integralismo em partido atuante e mobilizado, uma ameaça a ser detida. A ideologia de formação de uma juventude alinhada aos princípios estadonovistas era, sem dúvida, uma contribuição benéfica ao projeto de construção do Estado Nacional; a organização da juventude em moldes mobilizantes e mesmo milicianos, outra ameaça que afrontava a hierarquia e a estrutura de poder que o Exército reservava a si, como parceiro e sócio político do governo na construção do Estado Nacional.

A questão dos núcleos estrangeiros, que emergia como problema e obstáculo para aqueles que se atribulam a responsabilidade de pensar o nacionalismo brasileiro desde o início do século, será redimensionada de forma radical no contexto do Estado Novo. Parecia impossível construir uma nacionalidade com a simultânea convivência de diferenças culturais. Construir o nacionalismo era, ao mesmo tempo, destruir as diferenças e proceder a uma seleção na formação da cidadania brasileira. No caso dos japoneses, por exemplo, as referências encontradas nos documentos são freqüentemente negativas:

> Não se deve aplicar o mesmo critério assimilador a asiáticos e europeus. Por maior que seja a nossa boa vontade, por mais profundo que seja o nosso instinto de cordialidade internacional, cumpre-nos defender os caracteres morfológicos do povo brasileiro, preservar as suas possibilidades de aproximação com os tipos europeus iniciadores, mantendo à parte os grupos asiáticos e impedindo o seu desenvolvimento. Destarte, o problema japonês fica desde logo definido como um problema de política imigratória. A nacionalização, neste caso, não deve significar assimilação étnica.[12]

A estereotipia da superioridade alemã é comparável, em ênfase, ao seu contraponto com relação ao grupo nipônico. Na questão da nacionalização, ao que tudo indica, foram os japoneses e os alemães os que mais mobilizaram as autoridades brasileiras. A ação antigermanista foi mais intensa — talvez pelo considerável grau de organização comunitária dos grupos alemães nas zonas de colonização. Mas os japoneses não ficaram imunes.

Em julho de 1940, João Carlos Muniz, presidente do Conselho de Imigração e Colonização, adverte Vargas da entrada de 60 caixas contendo livros pedagógicos impressos em língua japonesa, destinados às escolas japonesas no Brasil. Salienta que esses livros não puderam ser apreendidos por não se destinarem à venda. Esse ofício, de número 523/370, provocou a reação do secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, general-de-divisão Francisco José Pinto, em um comunicado reservado ao ministro da Educação alertando para a necessidade de se tomar providências legais que legitimassem uma atitude repreensiva do Conselho de Imigração e Colonização. Diz ele textualmente:

> Sabido como são férteis os japoneses em seus processos de sutileza e em sua pertinácia racial, contamos que V. Excia. em seu alto patriotismo se dignará mandar estudar o assunto pela seção de segurança desse ministério, no sentido de ser encontrada uma forma para neutralizar essa manobra de burla à nossa política nacionalizadora.[13]

12. Idem, ibidem, p. 5.

13. Do secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional para o ministro Capanema. 29 de julho de 1940. GC 38.01.06, pasta III-8, série g.

Solicitando a assessoria do INEP, o ministro da Educação dá prosseguimento às medidas cabíveis ao caso. Recebendo o memorando assinado por Lourenço Filho, foi constatado que com a legislação vigente não se poderia impedir a entrada de livros estrangeiros, pelo artigo 19 do Decreto-lei nº 1.006 de 1938, que regularizava a produção e distribuição do livro didático no Brasil. Por esse artigo, "é livre a importação de livros didáticos". Lourenço Filho chama a atenção para esse "embaraço legal" apontando como solução a alteração da legislação prevendo-se a liberdade de importação de livros didáticos, "desde que impressos em língua portuguesa".[14] Essa sugestão foi imediatamente acatada e incorporada ao conjunto de novos regulamentos que essa matéria recebeu no período do Estado Novo.[15]

O mesmo ofício que acusa a entrada de 60 caixas de livros didáticos japoneses, faz referência ao embarque de crianças brasileiras para o Japão. A bordo do paquete Brasil-Maru, em Santos, embarcaram 135 menores de 14 anos, filhos de japoneses, sendo que 106 nascidos no Brasil e 29 no Japão. Esse fato isolado pode não ter muita importância. Mas, se o associarmos ao movimento de retorno dos alemães ao seu país por estarem sendo atingidos com a nacionalização, poderemos imprimir ao episódio um significado maior. Na verdade, a maioria dos decretos que reprimiam drasticamente as atividades estrangeiras no Brasil foi promulgada entre 1938 e 1939. O fechamento de escolas, a proibição do ensino em língua estrangeira, os decretos relativos à importação do livro didático em língua estrangeira, a proibição de circulação de jornais em língua estrangeira, enfim, as medidas de nacionalização representavam para esses grupos a interrupção de um processo cultural que vinha sendo mantido há quase um século.[16] Todos os argumentos utilizados pelas autoridades brasileiras para justificar uma política repressiva à manutenção dos elos culturais estrangeiros. no Brasil são utilizados pelo grupo alemão para justificar a importância da ma-

14. De Lourenço Filho para Gustavo Capanema, 5 de agosto de 1940. CC 38.01.06. pasta 111-8, série g.

15. O acompanhamento da definição de uma política para o livro didático do período do Estado Novo na década de 1980 pode ser visto em: Helena Maria Bomeny. "O livro didático no contexto da política educacional". Em: João Batista Araújo e Oliveira et alii. *A política do livro didático*. São Paulo, Summus e Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1984.

16. Dados sobre o fechamento de escolas japonesas e alemãs podem ser encontrados na pesquisa de Richard Dalbey, *The german private schools of southern Brazil during the Vargas years*. Indiana University, manuscrito, 1970.

nutenção de suas atividades. Em uma correspondência particular interceptada pela censura encontramos esta declaração:

> Até há cerca de um ano podia o alemão, ou de descendência, viver aqui sem ser molestado, desde que se portasse direito. Podiam, outrossim, as crianças dos alemães aqui nascidas, e que de acordo com as leis são brasileiras, freqüentar as escolas alemãs e ter assim ensino suficiente. Começaram as medidas de nacionalização do governo brasileiro, que destruíram sem razão e destroem dezenas de anos de uma cuidadosa conservação de costumes (...) De importância, é que com essa situação não pode haver uma educação direita dos filhos aqui. De nenhuma forma pretendo dar aos meus filhos um ensino escolar de apenas (quatro) anos, que é feito por professoras com 18 anos. Pois isso não é ensino. Além disso não estou disposto a mandar meus filhos sentarem num mesmo banco escolar com negros.[17]

O major Euclides Sarmento, em 1939, escreve ao ministro da Educação destacando os quatro mais importantes decretos promulgados em 1938 a respeito dos estrangeiros no Brasil. O Decreto-lei nº 383, de 18 de abril de 1938, que vedava aos estrangeiros o exercício de atividades políticas no Brasil; o Decreto-lei nº 406, de 4 de maio desse mesmo ano, regulamentando o ingresso e a permanência de estrangeiros, determinando providências para a assimilação dos mesmos e criando o Conselho de Imigração e Colonização como órgão executivo das suas disposições; o Decreto nº 868, de 18 de novembro de 1938, criando a Comissão Nacional de Ensino Primário, estabelecendo entre as suas atribuições a de nacionalizar o ensino nos núcleos estrangeiros; e, finalmente, o de nº 948, de 13 de dezembro de 1938, que, considerando serem complexas e exigirem a cooperação de vários órgãos da administração pública as medidas capazes de promover a assimilação dos colonos de origem estrangeira e a completa nacionalização dos filhos de estrangeiros, determinava que as medidas com esse fim "fossem dirigidas e centralizadas pelo Conselho de Imigração e Colonização".

A razão da comunicação ao ministro da Educação está na observação que Sarmento faz à ausência, no Conselho de Imigração e Colonização (CIC), de um representante do Ministério da Educação. A estratégia de ação pressupunha duas frentes: uma, que previa a proibição da concentração de estrangeiros de uma só nacionalidade em quantidade superior a 25% nos núcleos de colonização, assegurada sempre a proporção de 30% aos brasileiros natos — o que implicava proibir a concessão, transferência ou arrendamento de lotes a estrangeiros cuja quota-parte no núcleo já estivesse completa, tarefa que caberia ao

17. "O engenheiro alemão Hans Heinrich, desejando regressar ao Reich, emite conceitos sobre ensino brasileiro". 1939, pp. 3 e 4. GC 34.11.30-A, pasta II-11, série g.

CIC; a outra pressupunha a intervenção do Ministério da Educação nas tarefas de natureza educativa. Neste setor, o major Sarmento salienta a atuação destacada do Exército, "fundando escolas, nacionalizando os descendentes de estrangeiros que entram em suas fileiras, exigindo qualidade de reservista para os empregados públicos, fixando e deslocando tropas para fazer conhecida e respeitada a nossa bandeira".[18]

A associação entre as secretarias estaduais de Educação e as forças policiais na função repressiva foi salientada por Cordeiro de Farias: "Todos os documentos que tenho hoje (...) foram apanhados pela polícia, a quem cabiam as ações mais violentas de prisão e apreensão de documentos. Eram ações complementares à política de nacionalização e de mudança de mentalidade realizada pela secretaria de Educação."[19] Não só referências oficiais confirmam a ação violenta muitas vezes empreendida no processo de nacionalização do ensino. Documentos e depoimentos dos próprios grupos estrangeiros aludem freqüentemente à prisão de alemães só pelo fato de serem alemães, por identificá-los automaticamente com o nazismo.

Em 1938, o Estado-maior do Exército alertava sobre a necessidade de ampliar as medidas de nacionalização do ensino, até então restritas às escolas da zona rural. Era uma decisão que implicava novos recursos, uma vez que o fechamento de escolas particulares deveria ser compensado com a abertura de escolas oficiais. Em 1940, o INEP faz um relatório apresentando os resultados da implementação dessas medidas conforme as cifras seguintes:

ESTADO	ESCOLAS FECHADAS	ESCOLAS ABERTAS
R.G. SUL	103	238
S. CATARINA	298	472
PARANÁ	78	70
SÃO PAULO	284	51
ESPÍRITO SANTO	11	45
TOTAL	774	876

Não foram poupados métodos repressivos violentos. Inúmeras foram as queixas e perseguições aos alemães, de interceptação de correspondência particular, de jornais, revistas, programas de rádio e, ainda, perseguição e molestamento às pessoas que tinham por hábito o uso da língua alemã. Uma das cartas

18. *Nacionalização do ensino*. Do major Euclides Sarmento ao ministro Capanema. 15 de maio de 1939. GC 34.11.30, pasta 1-10, série g.
19. Aspásia Camargo e Walder de Góes, op. cit., p. 274.

encontradas no arquivo Capanema trata dos reflexos dessa política sobre a vida econômica da comunidade, pelo fato de muitos alemães desejarem se desfazer de suas propriedades para retornar à pátria. O autor da carta interceptada já mencionada anteriormente condiciona seu regresso definitivo à Alemanha à possibilidade de troca de sua propriedade no Brasil por uma outra na Alemanha, o que reconhece ser difícil na ocasião "em virtude de terem sido correspondidas as medidas de nacionalização com o retorno à Alemanha de grande parte da população, e o restante também quer vender, pelo que há demasiadas ofertas de imóveis".[20]

Cidadania e nacionalidade

Por mais verdadeira que fosse a presença e a ameaça do nazismo no Brasil, seria ingênuo acreditar que ela esgotasse todo o sentido da repressão nacionalizadora que se abateu sobre as colônias estrangeiras no Brasil naqueles anos. Por trás desta questão própria da conjuntura internacional da época havia uma outra mais genérica, que era a da confrontação entre os esforços de autopreservação da identidade de um grupo étnico emigrado e as pressões homogeneizadoras do governo central. Esta questão foi objeto de um estudo aprofundado, que vale a pena sumariar em seus pontos principais.

O trabalho de Giralda Seyferth, citado anteriormente, é o resultado de pesquisas realizadas nos municípios de Brusque e Gabiruba, Santa Catarina, uma região povoada com imigrantes de origem alemã desde a segunda metade do século XIX. Seu objetivo era examinar como se desenvolvia, nestas comunidades, um sentido de identidade étnica teuto-brasileira que não renunciasse ao seu componente cultural germânico, sintetizado pela expressão *Deutschtum*. A manutenção deste componente era constantemente defendida pela imprensa brasileira de língua alemã desde 1852 até sua proibição em 1941, e foi particularmente intensa nos períodos de maior atividade da *Alldeutsche Verband* (Liga Pangermânica), de 1890 a 1918, e posteriormente pela propaganda nacional-socialista durante a década de 1930. Na concepção corrente na época, havia uma distinção extremamente marcada entre a noção de cidadania e a de nacionalidade. Como diz a autora:

20. Carta do engenheiro Hans Heinrich ao engenheiro W. Hellmich, 27 de janeiro de 1939. GC 34.11.30-A, pasta II-11, série g.

> (...) Existem duas formas, ou melhor, três, de se estabelecer a nacionalidade de uma pessoa: pela herança de sangue, fundamentada no *jus sanguinis*, que exclui critérios geográficos; pelo local de nascimento de uma pessoa, baseado no *jus soli*; ou pela combinação dessas duas coisas. Esta última alternativa levou a uma dualidade de nacionalidades, principalmente entre grupos de imigrantes, estabelecidos fora de seu país de origem, gerada pela confusão em torno dos conceitos de pátria, cidadania e nacionalidade. Por exemplo, na ideologia pangermanista divulgada no Sul do Brasil, qualquer pessoa descendente de alemães teria direito à nacionalidade alemã (expressada pelo termo *Volkstüm*), enquanto que a cidadania estava restrita aos nascidos na Alemanha.[21]

A conseqüência básica dessa concepção era a distinção entre os conceitos de cidadania e nacionalidade. Cidadania tinha que ver com vinculação ao Estado; nacionalidade, com direito de sangue (e não com a eventualidade de se ter ou não nascido na Alemanha). "Por isso, na concepção pangermânica, todos os alemães e descendentes de alemães, em todo o mundo, poderiam formar uma unidade nacional sem se constituírem, necessariamente, em traidores dos estados dos quais são cidadãos."[22] Este entendimento, considerado extremamente ameaçador às autoridades brasileiras, era para o grupo teuto-brasileiro absolutamente natural, uma vez que se consideravam brasileiros por cidadania e, como tal, cumpridores de todos os deveres cívicos e políticos a que o cidadão comum está sujeito. Mas sua nacionalidade alemã era mantida por suas instituições próprias: a imprensa teuto-brasileira, a escola alemã, a sociedade de caça e tiro, a Igreja Luterana. Junto a elas, prossegue Giralda Seyferth, a Escola Evangélica Alemã, as igrejas Luterana e Católica, as sociedades recreativas — e mais o uso quotidiano da língua alemã. Para um alemão, era possível construir uma *Heimat* para si no estrangeiro. Este termo se aplicava essencialmente ao local onde o indivíduo tinha seu lar. A *Heimat* de um teuto-brasileiro nascido em Blumenau, por exemplo, é esta cidade e será uma *Heimat* alemã se for mantida viva a cultura especificamente germânica pela utilização da língua alemã e até pela evocação da paisagem brasileira através de uma canção, a *Lied*. Dessa forma, a língua acabou por se tornar a principal característica do nacionalismo alemão fora de suas fronteiras, como o meio mais concreto de identificação étnica.[23]

As autoridades brasileiras sabiam disso e das conseqüências dessa prática para o desenvolvimento do projeto nacionalista idealizado para o Brasil. Se ao longo do período de formação das zonas de colonização foi cômodo para o governo brasileiro deixar os núcleos estrangeiros por sua própria conta e risco,

21. Giralda Seyferth, op. cit., pp. 8 e 9.
22. Idem, ibidem, p. 43.
23. Idem, ibidem.

essa "displicência" estava agora sendo lembrada como responsável pelos problemas e obstáculos ao projeto de criação da nacionalidade brasileira.

> De iniciativa exclusivamente particular, foram surgindo as instituições necessárias à vida coletiva: comunidades religiosas, sociedades recreativas e beneficentes, hospitais e uma vasta rede escolar (...) Criadas e mantidas pela diligência particular e só mais tarde subvencionadas pelo governo alemão, estas escolas representam um alto e quase comovente esforço de elevação, partido de criaturas abandonadas, desejosas de não regressar às condições primárias dos aglomerados não civilizados.[24]

A alusão ao descaso dos governos passados, da metade do século XIX até a década de 1930, vem tanto de fontes oficiais, como dos próprios grupos estrangeiros quando defendem a manutenção do que construíram sem auxílio e sem apoio do governo. Na investida final do processo de nacionalização, esse tipo de argumento era utilizado com certa freqüência pelos próprios grupos estrangeiros, principalmente o alemão. Nas diversas avaliações de órgãos diretamente responsáveis pelo assunto, como é o caso do INEP, aparece igualmente na argumentação o fato de nunca ter havido uma política definida sobre a imigração que prevenisse impasses futuros como os que estavam vivendo naquele período.

Em um extenso relatório datado de 1940 sobre a nacionalização do ensino, o INEP acompanha historicamente o trajeto dos imigrantes e sua fixação no solo brasileiro. Nessa recuperação, seleciona depoimentos de historiadores, escritores e pensadores políticos desde o século XIX já alertando para o fato de estarem os estrangeiros, especialmente os alemães, ocupando um espaço deixado pelas autoridades brasileiras. A precariedade da instrução oficial nos estados do Sul, principalmente no Rio Grande do Sul, levava a que os colonos dessem preferência ao ensino dos colégios particulares alemães. Na avaliação, a assessoria do INEP julgava esse fato como "perfeitamente lógico e natural. A escola não é um órgão abstrato, mas um centro de coordenação da própria ação educativa da comunidade. Tendo-se cometido o erro de permitir o nucleamento de estrangeiros, sem maior vinculação ou disciplina aos centros nacionais de cultura, as instituições educativas que aí deveriam surgir seriam as que ensinassem em língua estrangeira."[25]

24. "Exposição do secretário da Educação e Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul", J. P. Coelho de Sousa, à Comissão Nacional do Ensino Primário. 29 de abril de 1939. GC 34.1 1.30-A, pasta 1-8, série g.

25. Ministério da Educação e Saúde/INEP. "Nacionalização do ensino". Arquivo Lourenço Filho. FGV/CPDOC, p. 8.

É do próprio chefe da nação a acusação aos governos anteriores de desleixo e mesmo negligência em relação aos grupos estrangeiros, deixados à sua própria sorte:

> (...) Há noventa anos passados chegava no vale do Itajaí a primeira colônia dos povoadores alemães. Decerto, no meio de imensas florestas, foram deixados ao abandono. Abateram a mata, lavraram a terra, lançaram a semente, construíram suas casas, formaram as lavouras e ergueram o edifício de sua prosperidade. Dir-se-á que custaram muito a assimilar-se à sociedade nacional, a falar a nossa língua. Mas a culpa não foi deles, a culpa foi dos governos que os deixaram isolados na mata, em grandes núcleos, sem comunicações. Aquilo que os colonos de então pediam era o binômio de cuja resultante deveria sair a sua prosperidade. Só pediam duas coisas: escolas e estradas, estradas e escolas. No entanto, a população que prosperava isolada, devido somente ao seu próprio esforço, só tinha uma impressão de existência do governo. Era quando este se aproximava dela como algoz para cobrar-lhes impostos, ou como mendigo, para solicitar-lhes o voto. O governo que se aproximava somente quando precisava dos votos perdia a respeitabilidade, porque vivia de transigências. E à troca desses votos, não vacilava em desprezar os próprios interesses da nacionalidade (...).[26]

Ora, exatamente porque foram obrigados a vencer esse "descaso", os alemães reivindicavam agora o reconhecimento de sua existência como grupo cultural autônomo e até a participação efetiva do governo na sustentação desse patrimônio já conquistado. Na perspectiva do grupo, o governo faria justiça se auxiliasse e apoiasse o empreendimento já construído, e nesse sentido é freqüente a solicitação dos alemães ao governo da mesma atenção que recebem os que chamam "luso-brasileiros":

> (...) A primeira grande ofensiva do Estado nesse sentido constituiu a perseguição aos alemães em 1919, e a segunda começa a se esboçar agora (...). Segundo nosso conceito de brasilidade, porém, a nossa escola teuto-brasileira é tão brasileira quanto a escola oficial de língua portuguesa; nós a consideramos equivalentes e equiparadas. A nossa exigência vai a ponto de reclamar do Estado que ele auxilie não só financeiramente mas em todos os sentidos a escola teuto-brasileira, como sendo a escola de milhares de seus filhos.[27]

Na avaliação do grupo germânico, os luso-brasileiros detinham um poder exacerbado e achavam injusto que, "pelo acaso de terem descoberto o país e vivido ali sozinhos durante 500 anos, em companhia de negros e índios, hajam conquistado o direito de impingir a sua norma de existência a todos os habitantes

26. Getúlio Vargas, março de 1940, Blumenau. Em: *Relatório à Comissão de Nacionalização ao ministro Capanema.* Outubro, 1940. Arquivo Lourenço Filho, FGV/CPDOC, p. 6.

27. "Os trabalhos do ensino teuto-brasileiro e a questão de sua existência". Fritz Sudhaus. GC 34.1 1.30-A, pasta II-11, série g.

do Brasil".[28] Não atribuem aos portugueses nada de especialmente distinto que os credencie a um título de proprietário político, ideológico ou mesmo cultural dominante sobre os demais grupos estrangeiros que vieram construir a sociedade brasileira. Colocam em pé de igualdade e de direito a formação de uma vida teuto-brasileira, ítalo-brasileira, luso-brasileira. Cada grupo se nacionalizaria com uma marca específica de etnia e isso em nada transtornaria a formação de uma sociedade, desde que os deveres fossem rigorosamente cumpridos frente ao estabelecido em lei na sociedade brasileira. Na verdade, o que se sentem enfrentando é uma conquista que os luso-brasileiros tiveram na constituição de 34 que oficializou a "brasilidade concebida no sentido lusitano".

A derrota ofendia mais ainda pela visão preconceituosa que alimentavam dos luso-brasileiros. Sempre que os alemães recorriam a comparações, reproduziam a crença da inferioridade dos luso-brasileiros frente aos germânicos. Essa crença servia também de justificativa para a explicação dos casamentos fechados no próprio grupo:

> O colono alemão foi forçado, desde o começo, a realizar trabalho físico, no qual, visto serem pequenos os estabelecimentos agrícolas, todos os membros da família — inclusive mulheres e crianças — tinham que participar. Como os filhos de colonos alemães cedo descobriram a *relutância da mulher brasileira em se dispor ao trabalho físico*, foram forçados a procurar esposas tão dispostas ao trabalho quanto eles. Daí a maior parte dos casamentos se fazerem quase que exclusivamente entre alemães ou pessoas de origem alemã ou, mais raramente, com colonos poloneses e italianos, os quais também não tinham relutância ao trabalho.[29]

Logo adiante, contudo, outra razão é oferecida para essa escolha dentro do grupo: "Se um grupo é separado de sua pátria e, ao mesmo tempo, seu sangue é diluído por casamentos mistos, os traços típicos e as habilidades do grupo são destruídos."

A fidelidade e a participação na construção do país eram garantidas, segundo os alemães, pelo seu empenho no trabalho, pelo cumprimento de deveres e pela obediência às leis brasileiras. Isso levou a que os teuto-brasileiros — no propósito de se defenderem de políticas agressivas contra a manutenção de sua identidade cultural — acusassem os luso-brasileiros de um "patriotismo de palavras", ao contrário do deles, definido como "patriotismo de ação". Não tinham a menor dúvida com relação à sua fidelidade patriótica e muito menos

28. Idem, ibidem, p. 4.

29. Reinhard Maack. "Os alemães no Sul do Brasil: o ponto de vista alemão." Arquivo Lourenço Filho, julho, 1939, FGV/CPDOC, pp. 7 e 8.

da contribuição que ofereciam à formação da pátria brasileira. Consideravam-se patriotas e, em muitos casos, até mais comprometidos com o Brasil do que os luso-brasileiros.

A definição de cidadão é, assim, essencialmente econômica: se os teuto-brasileiros trabalham e produzem para o bem-estar econômico do Estado brasileiro, então por que não podem permanecer alemães? Lealdade política e prosperidade econômica são consideradas condições essenciais para identificar o bom cidadão. Esta concepção não ficou restrita à compreensão do grupo alemão. O secretário de Educação e Saúde Pública do Rio Grande do Sul, J. P. Coelho de Sousa, em exposição de motivos à Comissão Nacional do Ensino Primário, em 1939, mesmo referindo-se ao grupo alemão como "problema gravíssimo", afirmava ser "uma injustiça, decerto, negar o amor da gente de origem germânica à terra brasileira. Poucos anos depois de sua entrada no país, já os colonos alemães ofereciam contingentes à tropa brasileira, quer nas guerras externas, quer nas guerras intestinas, mantendo, sem solução de continuidade, essa colaboração: na Guerra da Cisplatina, na guerra contra Rosas, na Guerra do Paraguai, na revolução Farroupilha, na Revolução Federalista, na Revolução Nacional de 30 etc.".[30]

Este conceito de cidadania ligado ao trabalho não era, certamente, muito distinto do de "cidadania regulada", proposto por Wanderley Guilherme dos Santos para caracterizar a prática do regime varguista e baseado, segundo ele, "não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional", segundo o qual tornavam-se cidadãos "todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas por lei".[31] Se isto era assim, no caso dos grupos estrangeiros operava-se uma curiosa inversão, na qual os alemães se faziam porta-vozes desta concepção limitada de cidadania, ao passo que o governo invocava um sentido muito mais amplo de cidadania pela incorporação de valores políticos e culturais nacionais.

Enquanto a questão ficasse restrita ao tema da cidadania, a resposta imediata do grupo estrangeiro alemão consistia em argumentar que eram cidadãos brasileiros. Mas, se a questão fosse recolocada nos termos mais precisos da formação de uma nacionalidade brasileira, então o impasse surgia. Esta era uma questão que extrapolava o dado territorial, entrando na esfera da formação da

30. "Exposição do secretário de Educação e Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul", op. cit.

31. Wanderley Guilherme dos Santos. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro, Campus, 1979, p. 75.

ideologia, cultura, hábitos e crenças nacionais, de construção e valorização de símbolos nacionais, tudo o que se constituía na matéria-prima da manutenção do que o grupo alemão denominava sua *Heimat*. O confronto seria drástico. Nenhuma das partes cederia espontaneamente ao seu propósito essencial. Voluntariamente, o grupo alemão não abriria mão de sua razão de ser como identidade étnica. E dificilmente o caminho da negociação pacífica pareceria resolver, para a elite dirigente brasileira, o impasse historicamente consolidado. O que a história nos mostra é que a via de resolução foi violenta e muitas vezes cruel. A nacionalização do ensino acabou sendo a expressão mais pura da tentativa de destruição de uma cultura lentamente edificada, mas que não tinha mais espaço na nova ordem política do país.

A nacionalização e a Igreja

A religiosidade sempre foi um componente importante das tradições culturais alemãs, e isto tornou inevitável que, no projeto de nácionalização, o governo terminasse se confrontando com a Igreja, com a qual tratava de se entender no nível federal.

Segundo informações colhidas na época por Reinhard Maack, "cerca de 300 mil pessoas, ou seja, 30% da população alemã dos três estados do Sul do Brasil, são católicas e cerca de 70% (621 mil) pertencem a várias seitas protestantes, tais como a Igreja Evangélica Alemã, a chamada Missouri Synod e um certo número de congregações livres". Neste mesmo documento, o autor afirma terem os teuto-brasileiros devotado suas energias à Igreja, à imprensa e à vida social ativa. O zelo religioso dos colonos alemães impressionava os jesuítas alemães, tendo um deles escrito, ainda em 1845, ter-se surpreendido "tanto mais quanto a população vive sem ter quem se ocupe de suas almas, num ambiente de indiferença religiosa".[32]

A presença da Igreja Católica era explicada pelo comentarista com a declaração de que, em contraste com as condições existentes no Brasil setentrional, que não tinha recebido outra imigração européia além da de Portugal e onde o clero só é renovado com grande dificuldade, a Igreja Católica provê a zona de colonização alemã com o clero necessário, da mesma forma que os membros da Igreja Evangélica provêem a sucessão constante dos seus ministros.

32. Reinhard Maack, op. cit.

A importância do papel da Igreja bem como a impossibilidade de negligenciar sua influência eram percebidas com clareza pela comissão de nacionalização, criada pelo Decreto no 2.265, de 25 de janeiro de 1938. Em relatório minucioso sobre a questão da nacionalização, reserva uma parte à Igreja, já começando a análise com a afirmação de que "nunca poderá ser diminuída a função social da Igreja". A interferência da religiosidade pouca importância teria se houvesse uma relação direta de cada pessoa com o seu Deus. "Como, porém, qualquer culto constitui uma organização, a existência de intermediários se impõe — e temos então as igrejas de várias denominações, reciprocamente exclusivas, constituídas pelos respectivos sacerdotes de toda hierarquia. O sacerdote vai, então, exercer a função de professor das verdades religiosas e pode, assim, ser equiparado aos mestres que, na escola, ministram a educação."[33]

Ainda segundo o relatório, sob a órbita de sua exclusiva competência, tem a Igreja a missão de desenvolver a educação religiosa promovendo cultos e assistência à população com o objetivo precípuo de ampliar o número de seus adeptos pela difusão de sua atuação. Em certo sentido, o sucesso da missão religiosa escapa à estrita religiosidade, penetrando na lógica da atuação organizacional. O sucesso da missão eclesiástica é medido também — e em grande parte — por sua capacidade e habilidade de ocupar espaços de outras organizações religiosas. É, sem dúvida alguma, o resultado de um exercício de poder com todos os ingredientes de competição, de hierarquização, de disciplina, de barganha. Só que o poder emana de outra ordem que não aquela que define o poder estatal e, nessa qualidade, acaba exigindo do poder público uma maleabilidade específica no trato de sua existência. Parece residir nisso o sentido da afirmação:

> O Estado controla soberanamente a escola, mas a Igreja escapa à sua fiscalização, porque, enquanto aquela promana do poder político, esta se considera divinamente inspirada, e conseqüentemente subtraída, graças ao axioma da liberdade de consciência, à soberania do temporal. Cada culto reconhece, apenas, a autoridade de sua própria hierarquia em matéria espiritual; e como todos têm em mira, como objetivo primacial, a propagação de sua fé particular, procuram atrair para seu seio o maior número possível de fiéis, utilizando-se para esse fim de todos os meios adequados, seguindo, como é natural, o princípio de conservação dos esforços, a linha de menor resistência.[34]

O conflito entre Estado e igreja estaria definitivamente aberto, caso não se tentasse e efetivamente não se realizasse um pacto entre ambos. Frente à mesma

33. M. J. N. — Polícia Civil do Distrito Federal, outubro de 1940. Arquivo Lourenço Filho, FGV/CPDOC, p. 12.

34. Idem, ibidem, p. 13.

questão — a da convivência com núcleos estrangeiros no Brasil — duas estratégias opostas de ação se cruzavam. O Estado não abria mão do projeto de nacionalização que implicava a uniformização cultural, mesmo que para isso tivesse que utilizar métodos coercitivos e violentos; a Igreja, por sua parte, não se oporia — ao contrário, até estimularia — à preservação da cultura estrangeira se por esse caminho visse portas se abrirem à missão de multiplicar seus fiéis:

> Enquanto o poder público, com o intuito de nacionalizar, procura disseminar a língua nacional, a Igreja prefere conservar a língua familiar dos núcleos estrangeiros, para facilitar sua tarefa. A ação do Estado, muitas vezes, é coatora, opondo-se aos desejos ou sentimentos dos núcleos desnacionalizados; a Igreja, para servir seus próprios fins, tudo faz para captar-lhes a simpatia. Nasce daí o choque de interesses antagônicos, suscitando conflito praticamente insolúvel.[35]

Padres, pastores estrangeiros e mesmo bispos brasileiros reagiram de início às medidas de nacionalização. Até 1940, o governo não tinha conseguido impor a obrigatoriedade das prédicas e sermões em língua nacional pela forte reação por parte do clero. O governo temia complicar ainda mais o problema, acirrando uma questão religiosa pelo conflito aberto com a Igreja. Chegou-se até a mencionar a necessidade de nacionalizar o clero, mas, de imediato, percebeu-se o fracasso inevitável de tal projeto, devido ao insuficiente número de padres brasileiros para atender aos fiéis. E, "entre o interesse da religião e o do Estado, os sacerdotes de qualquer denominação pendem por aquele".[36] E aí reside um aspecto de suma importância para essa reflexão. Ao nacionalismo extremado do projeto do governo brasileiro contrapunha-se o internacionalismo religioso. A barreira e a fronteira à religião não se definem por território, mas por princípios ideológicos e religiosos. O que abria portas ao avanço da Igreja parecia ao governo um obstáculo perigoso ao seu projeto nacionalista. A política menos eficaz seria aquela que se pautasse pela intransigência. O parceiro mais propício à intransigência, nesse caso, era a própria Igreja, já que em nada lhe atrapalhava o fato de serem os grupos estrangeiros afinados à sua própria cultura. Ao contrário, uma posição rígida com relação a esse grupo lhe era de todo prejudicial. Uma política ofensiva e agressiva do Estado contra a Igreja teria como conseqüência a reação da população na defesa de seu sentimento religioso e da liberdade de preservação da prática religiosa tão familiar. Um recurso do governo poderia ser

35. Idem, ibidem, p. 14.
36. Idem, ibidem.

o de angariar apoio da estrutura eclesiástica brasileira, mas também aí alguns problemas já se anunciavam:

> Entretanto, como para dificultar mais ainda a solução do problema da nacionalização, a própria Igreja Católica, no caso dos poloneses, por breve de S.S. Pio XI, concedeu ao cardeal Augusto Hlond, primaz da Polônia, atualmente refugiado no Vaticano, a direção de toda a atividade religiosa católica relativa aos polacos no exterior. Daí resulta a obediência do clero católico polonês no Brasil à orientação, profundamente contrária aos nossos interesses, do cardeal Hlond, sem possibilidade de intervenção, sequer, das autoridades eclesiásticas brasileiras.[37]

Era preciso uma política de extrema habilidade que, atendendo aos propósitos do governo, não ferisse a Igreja Católica. A posição do governo era particularmente difícil na área educacional, dado que o sistema privado, predominantemente confessional, era muito mais desenvolvido do que o oficial, e o governo não teria meios ou condições de substituir o primeiro pelo segundo. Além disto, era exatamente com a Igreja Católica que o Ministério da Educação contava para a tarefa de incutir nos alunos os valores éticos e morais que fariam parte de uma cultura nacional revigorada. Nas áreas de colonização alemã, contudo, o efeito era o oposto. O secretário de Educação do Rio Grande do Sul, por exemplo, considerava que o clero nesta região era, em última análise, um aliado do nacional-socialismo:

> Na verdade, essa parte do clero combate a ideologia nazista, mas cultua a tradição alemã, com o fundamento de que na tradição reside o espírito de disciplina da gente de origem alemã — base de sua religiosidade.[38]

Ele acrescenta que, no entanto, o sentimento religioso poderia ceder passo a um ideal racista. A seqüência do relatório é mais reveladora. Os dados apresentados indicam que a colônia alemã mantinha perto de duas mil escolas nas zonas de colonização — as escolas da rede das igrejas e as escolas independentes. Essas primeiras estavam divididas entre a Igreja Católica, a Igreja Evangélica Alemã (Sínodo Riograndense), a Igreja Evangélica Luterana Missouri e a Igreja Adventista. Segundo esta fonte oficial, as Igrejas Adventista e Missouri mantinham praticamente o ensino em português. O contrário se dava na rede escolar católica e evangélica: a língua escolar oficial era o alemão. Algumas ensi-

37. Idem, ibidem.
38. "Exposição do secretário de Educação e Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul", op. cit., p. 5.

navam o português, mas como disciplina de interesse acessório. Além disso, possuíam suas escolas de formação de professores (em São Leopoldo e Novo Hamburgo), centenas de escolas primárias e grande número de estabelecimentos de ensino secundário.

O secretário de Educação faz referência à ineficácia das medidas de repressão — substituição de diretores escolares e fechamento de escolas particulares — que não puderam alterar o ambiente de resistência do grupo alemão. Já se sabia que ao lado desse tipo de investida teria que caminhar o que chamavam "a contra-ofensiva pela criação do sentimento de brasilidade", com a difusão de símbolos, saudações políticas etc. Não se poderia contar apenas com a polícia; era necessário um investimento pesado na educação, e para isto era indispensável estar em bons termos com a Igreja.

À Igreja tampouco interessava um conflito aberto com o regime, quando não fosse pela posição privilegiada que havia adquirido em relação ao Ministério da Educação e Saúde. Assim, as tensões no sul evoluiriam pouco a pouco para soluções de compromisso. Antes, a exigência governamental de reconhecimento oficial das escolas deixava de fora grande parte das escolas privadas e confessionais. A Igreja, por sua vez, não reconhecia o ensino religioso ministrado em escolas não católicas, o que fazia com que as famílias religiosas dessem sempre preferência às escolas confessionais. Já em julho de 1940, no entanto, a Cúria Metropolitana de Porto Alegre envia uma circular aos vigários ordenando que a religião fosse ministrada indiferentemente nas escolas paroquiais ou públicas. Nesta circular, afirmava-se que a comunhão deveria ser sempre solene "e obrigatória para todas as crianças devidamente preparadas, ficando severamente proibida, neste particular, qualquer distinção entre os alunos dos colégios e os das escolas públicas".[39] Um convênio formal assinado entre a Arquidiocese e o governo do Rio Grande do Sul dá os termos do acordo conseguido:

> 1. A Arquidiocese de Porto Alegre tem ampla liberdade e autonomia de fundar e de manter escolas católicas, bastando que as mesmas se sujeitem às cláusulas do presente convênio, para terem o amparo da lei e a proteção do Estado.
> 2. A Cúria fornecerá à secretaria de Educação a lista completa das escolas católicas da Arquidiocese, declinando qualquer responsabilidade pela conduta de todas aquelas que, embora de orientação católica, não se incluam na referida lista.

39. Monsenhor Leopoldo Neis, vigário-geral de Porto Alegre. 12 de julho de 1940. GC 34.11.30-A, pasta 11-7, série g.

> 3. À proporção que se fundarem novas escolas católicas, as mesmas serão registradas na Secretaria de Educação, por intermédio da Cúria Metropolitana, a qual, igualmente, dará baixa das que deixarem de existir.
> 4. A Cúria Metropolitana se compromete, sem prejuízo da completa autonomia administrativa e confessional das referidas escolas, a manter nas mesmas um ensino rigorosamente nacional, de acordo com a legislação federal e estadual atinente à matéria.[40]

Isto não garantia, evidentemente, que não continuasse a haver resistências por parte do clero de origem européia à política de nacionalização. Mas seriam resistências meramente individuais, já que a harmonia institucional entre a Igreja e o Estado estava preservada.

Conclusão

O episódio da nacionalização do ensino mostra bem o conteúdo do projeto nacionalista brasileiro do período pós-1937. De feição conservadora e autoritária, foi ele marcado pelo caráter excludente, avesso à convivência pluralista e diversificada. Seu ponto de partida era o diagnóstico de uma absoluta ausência de integração nacional, em função da "prática degeneradora do liberalismo" predominante na história política do período anterior à Revolução de 1930. A crítica ao modelo liberal já trazia embutido seu conteúdo autoritário e centralizador. Nacionalizar o país era unificar o que estava decomposto, o que se desagregara por uma política regionalista com acentuados vícios oriundos da disputa por interesses privatistas. Esta parecia ser a única forma de edificar a sociedade nacional e conferir à política um caráter público, acima de interesses particulares de grupos privilegiados da sociedade civil.

Na perspectiva estadonovista, a persistência dos "quistos estrangeiros" no Brasil aparecia como mais uma resultante do período liberal desagregador, quando os políticos se importavam mais com a manutenção de seus currais eleitorais do que com o verdadeiro sentimento de nacionalidade. É evidente que muito mais foi incluído nessa mesma crítica: a representação política liberal, a vida partidária, a organização sindical autônoma, a liberdade de manifestação e expressão etc. O projeto nacionalista do Estado Novo valorizava, em outras palavras, a uniformização, a padronização cultural e a eliminação de quaisquer

40. Convênio entre o governo do Rio Grande do Sul e a arquidiocese, 1940. GC 34.1 1.30-A, pasta 11-7, série g.

formas de organização autônoma da sociedade, que não fosse na forma de corporações rigorosamente perfiladas com o Estado. Daí seu caráter excludente e portanto, repressor.

A formação do Estado Nacional passaria necessária e principalmente pela homogeneização da cultura, dos costumes, da língua e da ideologia. Não faltaram propostas de criação de planos de "unificação ideológica do país" que tratavam basicamente da eliminação dos "focos de contaminação," identificados ora com os comunistas, ora com os nazistas. A uniformização cultural implicava a exclusão dos "estrangeiros", entendidos aqui como grupos estranhos ao projeto de nacionalização. A amplitude do que era considerado "estrangeiro" poderia fugir à simples e direta vinculação à pátria de origem. Sendo uma estigmatização político-ideológica, cidadãos brasileiros poderiam ser considerados como tal se discordassem da doutrina oficial. Não era preciso ter nascido em outro país para ser identificado com o comunismo ou com o nazismo. A pretensão internacionalista do primeiro e expansionista do segundo acabaram por reuni-los no rol dos que eram acusados de desagregar, contaminar e desfazer o que deveria estar agregado, puro e ordenado.[41]

No caso específico da nacionalização, quase toda a preocupação foi concentrada nos núcleos de colonização estrangeira, e era o grupo alemão o que mais se prestava à essa estigmatização, pela proximidade, sempre a ele associada, com o nazismo. Mas a agressividade contra os alemães parece ter sido mais reforçada com o argumento da infiltração nazista do que propriamente inspirada e fundamentada nessa infiltração; de fato, a natureza uniformizadora do projeto do governo era anterior à penetração da ideologia nazista no Sul do Brasil.

Curiosa a argumentação utilizada por um alemão para criticar o projeto nacionalista brasileiro. Em defesa dos alemães, Reinhard Maack acaba por recuperar elementos do próprio nacionalismo brasileiro, organizando-os, porém, contra essa mesma ideologia:

> Embora o nacionalismo brasileiro difira em muitos pontos do bolchevismo, combatendo-o como "ideologia estrangeira", na sua destruição dos valores criadores da individualidade nacional, usam ambos os mesmos métodos universalistas e mecânicos. O bolchevismo deseja o abandono das características peculiares às nações do globo, e o nacionalismo brasileiro extremado tem o mesmo fito dentro das fronteiras.[42]

41. Para uma discussão da categoria de acusação no discurso político integralista e mais especialmente a estigmatização sofrida pelos judeus na doutrina de Gustavo Barroso, ver: Ricardo Benzaquen de Araújo, "Os mercadores do mal. Os judeus na obra de Gustavo Barroso". Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1979, mimeo.

42. Reinhard Maack, op. cit., p. 15.

Na verdade, o modelo de nacionalismo brasileiro — ao contrário do liberal, que entendia a nação como uma coleção de indivíduos — buscava transformar a nação em um todo orgânico, uma entidade moral, política e econômica cujos fins se realizariam no Estado. O reforço do sentimento de nacionalidade parecia conferir à nação uma supremacia sobre o Estado, que se transformaria no mais forte instrumento de realização do ideário da nacionalidade. Nação e Estado construiriam a um só tempo a nacionalidade. Ora, é exatamente em cima de sua *separação*, e não de sua *junção*, que os alemães reivindicavam a liberdade para manutenção de uma dupla lealdade: à nação alemã e ao Estado brasileiro. A preservação simultânea da cidadania brasileira e da nacionalidade alemã.

Mas este ideal de um Estado multinacional, que pudesse abrigar em seu âmbito as diversas etnias que participaram de sua formação, sem tentar fundi-las e descaracterizá-las em um molde único, não encontraria obstáculos somente do lado brasileiro. A exacerbação do sentimento nacionalista alemão que o nazismo vinha promovendo não supunha uma simples coexistência de Estado e nação, mas a subordinação efetiva do primeiro à segunda, algo que na realidade tinha raízes bastante mais profundas, como observa Hanna Arendt:

> Os pangermanistas politicamente mais articulados sempre insistiam na prioridade do interesse nacional sobre o interesse do Estado e geralmente argumentavam que "a política mundial transcende a estrutura do Estado", que o único fator permanente no decorrer da história era o povo e não o Estado e que, portanto, as necessidades nacionais, mudando com as circunstâncias, deviam sempre determinar os atos políticos do Estado.[43]

Se o sentimento de nacionalidade ganha prioridade sobre o interesse de Estado, ele pode se desprender de barreiras territoriais, unificando em torno desse ideário as populações dispersas em outras regiões que não pertencem ao país de origem. Esse movimento de unificação funciona ao mesmo tempo como elo de ligação e expansão do sentimento nacionalista nas mais distantes regiões do globo. Ampliar o sentimento de nacionalidade alemã era manter viva a lealdade à Alemanha e, ainda, estender ao mundo sua influência. É como se o nacionalismo, "substituto emocional da religião",[44] fortalecesse os movimentos de unifica-

43. Hanna Arendt. *As origens do totalitarismo: imperialismo, a expansão do poder.* Rio de Janeiro, Documentário, 1976, p. 151.

44. Idem, ibidem.

ção, conferindo a seus adeptos uma origem como que sagrada, o que permitia a permanência da nacionalidade qualquer que fosse a contingência histórica.

Desta forma, manter uma tradição comunitária e cultural germânica fora da Alemanha era mais do que simplesmente conservar hábitos e valores culturais; era a forma de tornar alemão o espaço ocupado por esses grupos. No contexto político do conflito mundial, esse fato se reveste de uma gravidade especialmente maior. Em um artigo publicado em 1939, na revista americana *Ken*, o jornalista Ernesto Hanloch chama a atenção para "os perigos das ambições germânicas" com o seguinte comentário:

> (...) O que ela (a Alemanha) cobiça é a imensa riqueza natural brasileira. A sua posse resolveria completamente todos os problemas que a sua política de militarismo econômico origina. A conquista por assalto não seria uma política prática, mas o domínio efetivo dos recursos brasileiros poderia ser obtido infiltrando-se no Brasil como "um alinhado ideológico", para, por essa forma, converter o Brasil num vassalo econômico e político da Alemanha. As possibilidades econômicas brasileiras são tão ilimitadas que o domínio delas pela Alemanha significaria uma realização rápida do objetivo expansionista da hegemonia germânica através do mundo. Em resumo, é este o escopo das ambições germânicas no Brasil.[45]

A ampla divulgação internacional das ambições e intenções do Terceiro Reich de aumentar seu domínio no mundo facilitou muito a associação imediata entre a existência de comunidades alemãs no exterior e a germinação de focos de representação do Terceiro Reich nesses países. E a insistência dos grupos alemães em defenderem a manutenção de sua lealdade à nação de origem fortalecia a crença em uma política deliberada da Alemanha de ampliação de suas fronteiras no mundo. O sentimento de nacionalidade transformava-se na própria razão de ser do Estado alemão, maior beneficiário de todo esse processo. Ser capaz de estar presente e viva, não obstante distâncias as mais longínquas, fazia da Alemanha um país distinto dos demais, provocando reações mais ou menos violentas, sobretudo daqueles países que igualmente disputavam maior controle e influência no cenário da política internacional.

Por todas essas razões — a natureza do projeto político brasileiro, a resistência dos germânicos ao "abrasileiramento", a ascensão do nazismo e o agravamento do conflito internacional —, tornava-se insuportável e mesmo sem solução a permanência, dentro do Brasil, de lealdades nacionais múltiplas.

Em certo sentido, pois, o nacionalismo brasileiro encontrou no nacionalismo alemão seu modelo, seu fantasma e seu limite. Os alemães possuíam tudo

45. Arquivo Gustavo Capanema, IS de maio de 1939, pp. 6 e 7. OC 34.11.30-A, pasta I-11, série g.

aquilo que os brasileiros gostariam de ter e serviam de fonte de inspiração para o que aqui se pretendia construir. Sua presença no Brasil, no entanto, não os transformava em aliados, mas em uma ameaça terrível ao projeto nacionalista brasileiro, com o qual competiam, aparentemente, com vantagem. Havia, por conseguinte, uma contradição bastante profunda entre o projeto de construção de um Estado Nacional forte no Brasil e uma política de maior aproximação com a Alemanha nazista, defendida por tantos homens públicos na década de 1930. Uma posição de neutralidade na arena internacional ainda poderia ser possível, mas um alinhamento maior com o Eixo e conseqüente liberdade de ação dos colonos alemães em território nacional parecia estar além do limite do que os homens que construíram o Estado Novo poderiam aceitar. Aqui, como em outras questões, a linha divisória entre o autoritarismo e o totalitarismo não chegaria a ser ultrapassada.

III

TEMPO DE REFORMA

6

A REFORMA DA EDUCAÇÃO

As premissas da Igreja

Os tempos de reforma ocorriam simultaneamente aos da ação, mas consistiam, basicamente, na elaboração de um grande painel de normas, regulamentos e projetos para a reformulação total do sistema educacional do país. Era aqui, mais do que em qualquer outra área, que o pacto do Ministério da Educação com a Igreja se revelava com toda a sua força. Tão logo empossado no ministério, Capanema recebe de Alceu Amoroso Lima, em algumas folhas manuscritas, uma lista de medidas que este esperava serem adotadas não só na área de educação, mas em outras áreas de governo, como a do trabalho, "defesa preventiva" e política exterior. As partes referentes à educação e trabalho são muito extensas, e merecem transcrição integral:

> No setor educação:
> a) seleção do professorado e das administrações em todo o país;
> b) seleção de um conjunto de princípios fundamentais da educação no Brasil;
> c) fundação de institutos superiores na base dessa seleção e orientação;
> d) publicação de uma grande revista nacional de educação na base destes princípios, com boa colaboração etc.; e rigorosa exclusão do ecletismo pedagógico e muito menos do bolchevismo etc.;
> e) publicação de pequenas ou grandes doutrinas antimarxistas e de documentação anti-soviética;
> f) idem de obras sadias, construtivas, na base dos princípios de educação no Brasil;

g) defesa das humanidades clássicas, latim e grego, e sua incorporação no plano nacional de educação;
h) idem de uma filosofia sã;
i) convocação de uma Convenção Nacional das Sociedades de Educação, para os fins de h, mas com as bases principais já previamente assentadas;
j) atenção muito particular com o espírito ainda dominante em certos meios pedagógicos, particularmente em São Paulo;
l) entendimento com os estados para uma uniformidade na orientação educativa;
m) elaboração do Plano Nacional de Educação nessas bases;
n) escolha dos futuros membros do Conselho Nacional de Educação tendo em vista este objetivo;
o) elaboração dos programas para os cursos e complementares;
p) facilidades do ensino religioso em todo o país;
q) idem para a fundação da faculdade católica de teologia nas Universidades;
r) idem para a realização de congressos católicos de educação nos vários estados e em geral para os trabalhos sociais da Ação Católica Brasileira;
s) idem para a Universidade Católica do Rio de Janeiro;
t) entrega a uma orientação segura e uniforme e à direção dos católicos da Escola de Serviço Social.

No setor trabalho:
a) seleção dos funcionários do ministério e particularmente das diretorias dos sindicatos;
b) fixação de um conjunto de princípios do "sindicalismo brasileiro" na base nacional e de cooperação entre as classes sociais;
c) publicações de toda espécie, na base de uma concepção cristã do trabalho, inclusive distribuição gratuita de obras sadias e fáceis, de interesse para as classes operárias;
d) idem de periódicos semanais, ao menos, que se ocupem dessas questões;
e) idem de uma revista de nível intelectual superior, mas com o mesmo objetivo;
f) cumprimento da legislação social existente;
g) fundação da justiça do trabalho;

h) todas as facilidades à Escola de Serviço Social. Por exemplo, a escolha de fiscais dos trabalhos por lá diplomados etc.[1]

Estas notas são complementadas por uma carta de 1935, que expõe com todas as letras a filosofia política da reação católica liderada por Alceu Amoroso Lima:

> Os católicos, meu caro Capanema, não querem do governo nem privilégios, nem subvenções, nem postos de responsabilidade política. Não temos a ambição do poder, nem é por meio da política que esperamos desenvolver nossos trabalhos. Estamos, portanto, perfeitamente à vontade para colaborar com o Estado, em tudo que interessa ao bem comum da nacionalidade. Esse interesse coletivo, que tanto preocupa ao Estado como à Igreja, nós queremos alcançar por meios diversos, se bem que não antagônicos. (...) o que desejamos, portanto, do governo é apenas:
> 1. *Ordem pública*, para permitir a livre e franca expansão de nossa atividade religiosa na sociedade.
> 2. Paz social, de modo a estimular nosso trabalho de aproximação das classes, que é, como você sabe, o grande método de ação social recomendada invariavelmente pela Igreja.
> 3. *Liberdade de ação* para o bem, mas não para o mal, para a imoralidade, para a preparação revolucionária, para a injúria pessoal.
> 4. *Unidade de direção* de modo que a autoridade se manifeste uniforme em sua atuação e firme em seus propósitos.[2]

Dito isto, passava dos princípios gerais a problemas concretos, todos eles, na visão de Alceu na época, frutos da infiltração socialista e comunista: "Devo apenas advertir-lhe que os progressos recentes da Aliança Nacional Libertadora, a feição socialista que vai assumindo o governo municipal do Rio de Janeiro, bem como a impregnação comunista de muitos sindicatos e de alguns elementos do Ministério do Trabalho vêm trazendo à opinião pública do país motivos da mais profunda inquietação. E os católicos esperam do governo uma atitude mais enérgica de repressão ao comunismo, que assumiu a figura desse partido acima mencionado (ANL) para agir hipocritamente à sombra de nossas leis."[3] Alceu se mostra satisfeito pela nomeação para a pasta da Guerra e da polícia do Distrito Federal de "dois homens de bem, de ordem e de coragem, que são no momento dois esteios da ordem pública" (Eurico Dutra e Filinto Müller) e formula "nossos votos para que seja cada vez mais prestigiada e auxiliada a atuação destas duas autoridades".[4] Em outras áreas, no entanto, a situação parece menos

1. Texto manuscrito e sem assinatura, caligrafia de Alceu Amoroso Lima, com anotação de Capanema "P. — Prop. antic.". Do texto constam ainda breves referências ao "setor defesa preventiva" e ao "setor exterior". Arquivo Gustavo Capanema, série i, assuntos políticos, em fase de organização.
2. Carta de Alceu Amoroso Lima a Capanema, 16 de junho de 1935. GC/Lima, A-A, doc. 15, série b.
3. Idem, ibidem.
4. Idem, ibidem.

auspiciosa, e cabeças precisam rolar: "Expurgar pois o Exército e a Marinha de elementos políticos revolucionários, reforçar a polícia, excluir dos sindicatos e dos quadros do Ministério do Trabalho elementos agitadores, organizar a educação e entregar os postos de responsabilidade nesse setor importantíssimo a homens de toda a confiança *moral* e capacidade *técnica* (e não a socialistas como o diretor do Departamento Municipal de Educação) — tudo são tarefas que o governo deve levar adiante imediata e infatigavelmente, pois delas dependem a estabilidade das instituições e a paz social."[5] Depois de descrever em detalhes os propósitos da Ação Católica, conclui:

> Os católicos serão os aliados de todos os que defenderem os princípios da justiça, da moralidade, da educação, da liberdade justa, que a Igreja Católica coloca na base de seus ensinamentos sociais. Vejam eles que o governo combate seriamente o comunismo (sob qualquer aparência ou máscara para disfarçar) — súmula de todo o pensamento antiespiritual e, portanto, anticatólico; que combate seriamente o imoralismo dos cinemas e teatros pela censura honesta; organiza a educação com a imediata colaboração da Igreja e da família — vejam isso os católicos e apoiarão, pela própria força das circunstâncias, os homens e os regimes que possam assegurar ao Brasil esses benefícios.[6]

É a partir destas premissas que o novo ministro inicia a elaboração de seus planos de reforma do sistema educacional do país.

O inquérito sobre a educação nacional

Em janeiro de 1936, Capanema distribui extenso e minucioso questionário buscando a colaboração de professores, estudantes, jornalistas, escritores, cientistas, sacerdotes e políticos para a elaboração de um Plano Nacional de Educação. Solicita, ao mesmo tempo, a contribuição das secretarias estaduais de educação.[7] Era uma atitude prudente. Como vimos, o dissenso sobre as questões educacionais era grande. As experiências de construção nacional em processo na época, como o nazismo, o fascismo e o comunismo, tratavam a educação como o instrumento por excelência de fabricação de tipos ideais de homens que assegurassem a construção e a continuidade de tipos também ideais de nações. Assim a ação educativa era vista como um recurso de poder e, portanto, ardorosamente disputada; o desacordo quanto às questões educacionais parecia expressar desacordos éticos e filosóficos insuperáveis. O caráter público das discordâncias dava ao debate educacional uma dimensão política exacerbada, pelos efeitos que introduzia no jogo político das alianças que se faziam e desfaziam no conturbado processo de solidificação das posições adquiridas em 1930.

Em dezembro de 1935, ao tomar posse do cargo de secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal, substituindo Anísio Teixeira, Francisco Campos fora enfático: "Chegamos a um estado em que no campo da educação é que as idéias trabalham pelo poder. A política de hoje é a política de educação. Nela, no seu campo de luta, é que se decidirão os destinos humanos."[8] Ele também compartilhava da crença na educação como instrumento de transmissão de valores que permitiam a homogeneização e disciplinamento dos homens e das sociedades.

O interesse suscitado pelo questionário confirma sua oportunidade. A Igreja Católica imediatamente se mobiliza. A Confederação Católica de Educação inicia uma série de conferências com o objetivo de apresentar um documento único com o ponto de vista católico.[9] A revista *A Defesa Nacional* faz uma chamada à corporação militar para formular um documento a ser enviado ao Estado-maior do Exército, expressando a opinião militar sobre o plano. Sugere para tanto que o questionário seja respondido por todos os militares, naquilo que mais de perto interessasse ao Exército.[10] Intelectuais de destaque também recebem o questionário, mandam suas respostas ao ministro e participam de conferências públicas cujos resultados são posteriormente reproduzidos pela imprensa.

O questionário, impresso pela Imprensa Nacional sob a forma de livreto, intitula-se *Questionário para um inquérito.* As 213 perguntas inquiriam sobre todos os aspectos possíveis do ensino: princípios, finalidade, sentido, organização, administração, burocracia, conteúdo, didática, metodologia, disciplina, engenharia, tudo, enfim, que se fizesse necessário considerar para a definição, montagem e funcionamento de um sistema educacional. As perguntas revelam a preocupação em refletir o debate corrente e, em alguns casos, a intenção de fixar interpretações para alguns artigos polêmicos da Constituição de 34 que pode-

5. Idem, ibidem.
6. Idem, ibidem.
7. Arquivo Gustavo Capanema, "Duas palavras". Em MESP, PNE: *Questionário para um inquérito.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1936.

8. Francisco Campos. Discurso de posse de secretário de Educação e Cultura do DF, *Boletim de Educação Pública*, ano V, julho-dezembro, 1935.
9. *Algumas sugestões do Centro D. Vital ao Plano Nacional de Educação.* São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1936. Ver também "O Plano Nacional de Educação". Em *A Ordem*, volume 16, nº 78, novembro-dezembro, 1936.
10. *A Defesa Nacional*, nº 264, Ano XXIII, maio, 1936.

riam afetar a ação educativa, como por exemplo os de número 149 e 155. O primeiro se referia a um "espírito brasileiro" e à "consciência de solidariedade humana" como objetivos da educação; o segundo assegurava a liberdade de cátedra.

O questionário reavivaria o debate em torno do monopólio oficial do ensino, da escola secundária única, do ensino religioso, do espírito da Constituição de 34, da finalidade da educação. Em seu conjunto parecia preocupar-se menos em traçar as diretrizes gerais para a educação, como estava previsto pela Constituição, e muito mais em definir condições e procedimentos que permitissem à União o total controle, fiscalização e direção da ação educacional em todo o país. Parecia pretender definir não as diretrizes gerais para a educação, mas um código, no sentido jurídico do termo. As primeiras perguntas indagavam sobre definição, compreensão e duração do Plano Nacional de Educação, e dos princípios que deveriam orientá-lo. Indagavam sobre o papel dos principais agentes educacionais, âmbito da sua competência e limites do plano.

As respostas não refletiam somente posições de princípios, mas também os interesses e os recursos disponíveis para cada um. Muitos dos representantes da Escola Nova, por exemplo, apoiavam enfaticamente as pretensões de centralização e controle governamental da educação, em nome da democratização do ensino, da cultura e da igualdade social. Tal centralização lhes permitiria, caso mantivessem as posições que haviam ocupado no sistema educacional, levar à frente seus projetos. O ministério parecia preocupado, principalmente, em montar sua máquina burocrática, que lhe permitisse centralizar, coordenar e controlar a educação em todo o território nacional. A Igreja Católica, responsável pela quase totalidade das escolas privadas do país, via com receio a subordinação da educação ao Estado, propondo, em seu lugar, a total liberdade de ensino e a autonomia das escolas. Da escola única ela diria ser uma "tentativa de emburguesamento do operariado compulsando os mais capazes numa classe de intelectuais técnicos e universitários".[11] Propunha como alternativa cursos secundários paralelos com "oportunas pontes de transferência", como meio de elevar "cada classe, ou melhor, cada grupo hierárquico social dentro de sua própria e insubstituível competência".[12] Ficava explícita, assim, uma de suas grandes divergências com o movimento da Escola Nova: enquanto esta via na educação um instrumento de neutralização das desigualdades sociais, a Igreja a

11. L. Van Acker, "Que princípios de ordem geral devem orientar a educação no Brasil". Em *Sugestões do Centro D. Vital ao PNE*, São Paulo, Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1936.

12. Idem.

percebia como tendo por finalidade a adaptação dos desiguais a uma ordem social naturalmente hierárquica.

A publicação do Centro D. Vital com o ponto de vista da Igreja tem como introdução um texto de Alceu Amoroso Lima que estabelece os princípios que deveriam orientar a educação, e se opõe a qualquer intenção de fazer da educação um instrumento a ser usado apenas pelo Estado, em seu nome e em nome da nação. A educação existia para o homem, e não o homem para a educação; ela teria por fim levar o homem à plenitude de sua humanidade; as autoridades educacionais seriam, na ordem natural, a família e o Estado, e na ordem sobrenatural, a Igreja. A escola, portanto, seria um grupo subsidiário, autônomo, se bem que dependente e complementar. A nação não seria uma categoria absoluta, mas relativa. A humanidade do homem, esta sim, seria uma categoria absoluta. Seria necessário que se estabelecesse uma harmonia entre a autonomia pedagógica dos estados e a autoridade centralizadora da União. Alguns artigos dessa coletânea tentavam resgatar o espírito da Constituição de 34, no que se refere à competência dos estados na área educacional, a idéia do Plano como conjunto de diretrizes, e não como código de educação, e o caráter autônomo da família e da escola particular, como cooperadoras da União na obra educativa.[13]

Esta perspectiva relativamente descentralizadora não era, entretanto, consensual. Um outro artigo, ao mesmo tempo em que criticava "o conceito socialista de monopólio estatal da educação" como uma violência contra o direito natural dos país e o direito divino da Igreja de educar, propunha a interferência total do Estado na educação moral e cívica do cidadão, desde que subordinada à moral católica. Os princípios liberais da Constituição, como a liberdade de cátedra e o ensino leigo, deveriam ser abolidos. A educação cívica e moral deveria realizar-se através do ensino religioso católico. Para tudo isto era necessário um governo nacional e forte, apoiado no princípio da autoridade; esse estado, segundo o autor, deveria ser "o Estado autoritário, representado pela monarquia hereditária corporativa e cristã".[14] Este monarquismo não era, certamente, compartido por todo o movimento católico da época; mas não destoava no contexto da publicação do Centro D. Vital, onde a rejeição do liberalismo era unânime. As revistas militares da época publicam uma série de artigos sobre a questão

13. Plínio Correia de Oliveira. "O PNE e a Constituição Federal". *Em Sugestões do Centro D. Vital ao PNE*, São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1936.

14. M. Marcondes Resende. "Da nacionalização da escola". *Em Sugestões do Centro D. Vital*. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1936, p. 32.

educacional, que mostram grande proximidade com as posições da Igreja, em sua versão mais centralizadora e antiliberal. Severino Sombra, escrevendo em 1936 sobre o Plano Nacional de Educação, sugere que a atividade militar deve ser considerada como uma atividade extra-escolar de natureza educativa, principalmente no que diz respeito à instrução moral e cívica, que deveria obedecer a um plano geral que articulasse tal tipo de ensino ao seu correspondente nas escolas primárias de todo o país.[15] Aos poucos o papel específico das Forças Armadas vai sendo acentuado, a partir da idéia de que a educação deveria servir à segurança, à ordem e à continuidade da nação.[16] A educação, também para os militares, aparecia como a grande arma a ser usada nesta "luta espiritual que se trava entre as vigas mestras e os inimigos declarados de todas as pátrias", que atacam as crenças espiritualistas, as cerimônias cívico-nacionalistas, a disciplina hierárquica e, acima de tudo, o amor pátrio.[17] Aos poucos, os militares começam a se perceber não somente como especialistas em educação militar, mas também como "professores de brasilidade" e técnicos, por excelência, em educação nacionalista.[18]

Esse empenho moral, cívico e disciplinar tinha outros adeptos e outras fundamentações. Oliveira considerava a educação moral o problema mais transcendente do Plano Nacional de Educação. A educação moral para ele não deveria dirigir-se no sentido do indivíduo ou do homem, mas no sentido do grupo e da sociedade. Ela trataria de incutir na mocidade "de maneira sistemática, planificada", o sentido de vida coletiva, a idéia do sacrifício individual em favor do grupo, a devoção à coletividade, para evitar que a escola soltasse "no seio da sociedade(...), animados de um sentimento individualista absorvente (...), pequenos monstros anti-sociais e anticristãos."[19] Não se tratava, no entanto, ressaltava ele, de anular o individualismo, mas de completá-lo, através da consciência da solidariedade que não seria "a solidariedade universal ou a identificação

15. Severino Sombra, "O exército e o PNE". Em *Revista Militar Brasileira*, Ano XVI, nº 2, vol. XXXV, abril-junho, 1936.

16. "Plano Nacional de Educação — Questionário para um inquérito". Arquivo Capanema, 1936, p. 6, pergunta nº 7, publicado pela Imprensa Oficial.

17. Tenente H. O. Widersphan, "Marxismo, inimigo comum". Em *A Defesa Nacional*, Ano XXIII, nº 266, julho 1936, p. 78.

18. Nação Armada, nº 8, julho 1940. Transcrição do parecer emitido em anos anteriores do tenente-coronel Jonas Correia sobre a reorganização do ensino primário.

19. Oliveira Viana, "O Plano Nacional de Educação e a Constituição". GC/Viana, F. J. 0.36.00.00, série pi.

de cada um de nós com a humanidade", mas a preponderância do interesse coletivo na consciência e na conduta de cada um.[20] Para tanto haveria de se definir um "processo educativo baseado na disciplina, em hábitos de servir: servir à associação, servir à classe, servir à comuna, servir à nação. O costume de servir, instituído pela disciplina, acabará penetrando o subconsciente, tornando-se hábito e subliminando-se (*sic*) na consciência de cada um, em sentimento do dever de servir, isto é, em sentimento do bem comum, em consciência cívica."

Almir de Andrade discorre didaticamente sobre os princípios psicológicos, morais, sociais e políticos que deveriam orientar o plano. Privilegia o homem como finalidade primeira da educação para uma sociedade que se queira democrática. Esta sociedade exigiria uma ordem moral específica que implicaria seleção de valores, disciplina e hierarquia. A medida de toda a ação educativa seria apenas o homem. Educar para a sociedade não poderia constituir um objetivo em si mesmo. Educando o homem para si mesmo, aperfeiçoava-se a sociedade, preparando-se o equilíbrio social. Mas reconhecia que o homem deveria se habituar, através da educação, ao sacrifício pelo bem comum. Sobre os princípios políticos que deveriam orientar a educação, Almir de Andrade faz uma reflexão sobre a função do Estado na educação, propondo a educação não como função, mas como fundamento de um Estado democrático, devendo ser, portanto, desvinculada das eventualidades e das conjunturas político-partidárias. Faria parte necessariamente dessa tarefa a educação cívica, que deveria acompanhar o homem em todos os cursos para lembrar-lhe "que o cidadão de um Estado organizado e que as instituições desse Estado são boas e justas". Manifesta-se contra a educação para "os condutores das massas" e faz uma profissão de fé na soberania e capacidade das massas, se educadas a partir da inspiração democrática.[21]

Por vezes interpretada como "um belo gesto",[22] a iniciativa do plano foi cercada, no entanto, de algum descrédito. A própria idéia, implícita no questionário, de através do plano proceder-se à definição de um modelo único de educação para todo o país foi questionada. Para alguns, um plano como aquele só teria sentido se fosse o caso de se estar pretendendo a construção de um tipo humano específico, "estandardizado", a serviço do Estado. Neste caso, no entanto, caberia apenas ao Estado e só a ele dizer: "A educação se fará em tal sentido, obedecerá à esta orientação, tais idéias serão pregadas e outras que não estas sistema-

20. Idem.

21. Almir de Andrade. "O Plano Nacional de Educação". GC/Andrade, A. 36.04.01, série pi.

22. Oliveira Viana. "O Plano Nacional de Educação e a Constituição", op. cit.

ticamente excluídas."[23] O documento que traz essa crítica prossegue dizendo que tal tipo de ação educativa, em que se tenta plasmar indivíduos segundo modelos dados, consiste numa ação tendenciosa, que não conviria ao Brasil como uma democracia liberal. Adiantava que a educação não se pode pautar por princípios "nacionais ou regionais" e que não haveria outra maneira de entender a liberdade de cátedra que não como liberdade de cátedra, e que não haveria como limitá-la desde que já assegurada constitucionalmente.[24] O documento acertava no alvo.

O Plano Nacional de Educação

Definido como código, conjunto de princípios e normas, o Plano Nacional de Educação saiu na medida da encomenda do questionário. Em maio de 1937, O Conselho Nacional de Educação encaminha a Capanema o texto final do plano, que é enviado pelo presidente ao Congresso para aprovação.[25] Em seu artigo primeiro, estava previsto que o plano só poderia ser alterado após dez anos de vigência, e Capanema solicita sua aprovação "em globo". Era um documento extenso, com 504 artigos ao longo de quase cem páginas de texto, e buscava consagrar uma série de princípios e opções educacionais que não eram, de nenhuma forma, consensuais, e cuja discussão a proposta de "aprovação em globo" visava, justamente, evitar.

A primeira parte do plano, das normas gerais, definia o que era o plano (um "código da educação nacional" destinado a servir de base ao funcionamento de instituições educativas escolares e extra-escolares, públicas e privadas, em todo o país), definia os princípios gerais da educação nacional, regulamentava a liberdade de cátedra, o ensino da religião, da educação moral e cívica, a educação física.

A educação nacional era definida como tendo por objetivo "formar o homem completo, útil à vida social, pelo preparo e aperfeiçoamento de suas faculdades morais e intelectuais e atividades físicas", sendo tarefa precípua da família e dos poderes públicos. A transmissão de conhecimentos seria sua tarefa

23. Resposta enviada ao ministro da Educação ao "Questionário para um inquérito", com vistas à elaboração do Plano Nacional de Educação. Documento sem assinatura e s.d. GC/S. Ass. 36.00.00, série pi.

24. Idem.

25. A história do Conselho Nacional de Educação pode ser vista em Sérgio Miceli, "O Conselho Nacional de Educação: esboço de análise de um aparelho de Estado." Em *A Revolução de 30 — Seminário internacional*, op. cit.

imediata, mas nem de longe a mais importante. Fazia ainda parte dos princípios gerais a definição do que se devia entender por "espírito brasileiro" ("orientação baseada nas tradições cristãs e históricas da pátria") e "consciência da solidariedade humana" ("prática da justiça e da fraternidade entre pessoas e classes sociais, bem como nas relações internacionais"), termos que a Constituição utilizava para caracterizar os objetivos gerais da educação nacional.

A liberdade de cátedra era garantida, como previa a Constituição, mas ficava restrita a assuntos específicos da matéria do professor, sendo vedada a propaganda política, assim como manifestações "contra a ordem pública e os bons costumes" e "contra a solidariedade das classes sociais e das nações entre si", entre outras coisas. Cabia às autoridades escolares zelar para que isto fosse assim. O ensino da religião era assegurado, de acordo com as religiões de cada aluno, em todos os estabelecimentos de ensino oficiais, ainda que com freqüência facultativa. Havia ainda a previsão de que, nas escolas públicas, houvesse acordo entre as autoridades de ensino e as "autoridades religiosas competentes" para sua regulamentação. Ficava assim, de fato, garantida a participação da Igreja no ensino religioso das escolas públicas.

A educação moral e cívica era objeto de regulamentação minuciosa. Ela deveria ser ministrada obrigatoriamente em todos os ramos do ensino, sendo que no curso secundário seria uma atribuição do professor de história do Brasil. Ela deveria ter uma parte teórica, que trataria dos fins, da vontade, dos atos do homem, das leis naturais e civis, das regras supremas e próximas da moralidade, das paixões e das virtudes; e uma parte prática, que incluiria desde o estudo da vida de "grandes homens de virtudes heróicas" até o trabalho de assistência social, que ensinasse aos alunos "a prática efetiva do bem". O capítulo sobre educação física previa que, nas universidades, fossem criadas seções especiais de "biotipologia", que dessem orientação científica às atividades esportivas, havendo também possibilidade de que estas seções fossem substituídas por um "Instituto de Ciência da Individualidade".

Esta parte do plano continha, ainda, uma extensa regulamentação do Conselho Nacional de Educação, órgão que o havia discutido e aprovado em primeira instância, ao longo de 65 reuniões plenárias, como informa a carta que o encaminha ao ministro. O Conselho Nacional de Educação, embrião do atual Conselho Federal de Educação, fora criado pelo Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, por iniciativa de Francisco Campos, como órgão consultivo do ministro. Pouco a pouco, no entanto, ele foi adquirindo funções legislativas e de controle minucioso do sistema educacional, que o plano procura preservar e

ampliar. Ele é definido como "órgão colaborador e consultivo dos poderes públicos e deliberativo nos termos desta lei"; e possui uma lista de 31 atribuições, que vão desde a elaboração de anteprojetos de lei e encaminhamento de propostas e sugestões a todos os poderes, até a coordenação e supervisão dos Conselhos Estaduais, a realização de pesquisas e organização de estatísticas, a publicação de revistas etc. Mais especificamente o Conselho reserva para si atribuições de reconhecimento federal de instituições de ensino, aprovação de estatutos dessas instituições, indicação de membros externos de bancas de concurso de professores, participação na contratação e renovação de contratos de professores em instituições superiores, distribuição de recursos para a pesquisa, e assim por diante. Em outras palavras, o Conselho seria, de fato, o próprio Ministério da Educação, com atribuições ampliadas.[26]

A segunda parte do plano tratava dos "institutos educativos", e aí se desenhava o grande mapa segundo o qual a educação nacional deveria ser organizada. Haveria um "ensino comum", "anterior a qualquer especialização", e que iria do pré-primário ao secundário. Ao lado deste, um ensino especializado, que iria do nível elementar ao superior, orientado, até o nível médio, para os que ficassem fora do sistema secundário: seu objetivo era ministrar "cultura de aplicação imediata a vida prática" ou preparar "para as profissões técnicas de artífices, tendo sempre em vista a alta dignidade do trabalho e o respeito devido ao trabalhador". O ensino superior, sempre especializado, se divida em três grandes ramos: o de "caráter cultural puro", para o desenvolvimento da pesquisa e o "ensino artístico, literário, científico e filosófico de ordem especulativa"; o de "caráter cultural aplicado", que era o de ensino das profissões liberais regulamentadas; e o "de caráter técnico", que era uma forma de aprofundamento de conhecimentos obtidos nos cursos secundário e profissional médio. Segundo o plano, o ensino pré-primário seria uma atribuição da família e de escolas privadas, com participação eventual dos poderes públicos, voltado principalmente para crianças pobres ou cujas mães tenham que trabalhar. O ensino primário ficava como atribuição dos estados, havendo possibilidades de diferentes padrões em diferentes estados. A participação da União seria somente supletiva e regulamentadora, exceto nas zonas de imigração estrangeira, onde a União deveria ter uma ação muito mais direta. Havia,

26. Plano Nacional de Educação; projeto de lei enviado ao Poder Legislativo pelo presidente da República, que o recebeu do ministro da Educação a 18 de maio de 1937. Arquivo do Conselho Nacional de Educação do acervo do Conselho Federal de Educação, Brasília.

ainda, a exigência de que os diretores de escolas particulares fossem sempre brasileiros, assim como pelo menos a metade dos professores.

O plano ainda mantinha, para o ensino secundário, a divisão de dois ciclos, um fundamental, de cinco anos, e outro complementar, de dois, que vinham da reforma de Francisco Campos. Sua preocupação era com "o desenvolvimento harmônico da personalidade física, intelectual e moral por meio da cultura geral autônoma". Havia uma grande ênfase no ensino das línguas, sendo obrigatório o português, o francês e o latim, possível uma opção entre o alemão e o inglês, e facultativo o grego. No ciclo complementar o grego se tornava obrigatório, e o italiano e castelhano eram oferecidos aos que se destinassem aos cursos de letras nas faculdades de filosofia. Além das línguas, havia o ensino de matemática, geografia, história, desenho, física, química e história natural. No segundo ciclo a "cosmografia" era incluída junto com a matemática, e era acrescentado o ensino de filosofia. O plano chegava ao detalhe de dar o número de horas semanais para o ensino de cada uma das matérias ao longo dos sete anos. Ao final do curso, o aluno teria um total de 26 horas semanais de latim, 25 de português, 24 de matemática, e 29 de outras línguas; 33 horas de física, química, história natural e desenho; 16 horas de geografia e história; e oito horas de filosofia. Em outras palavras: das horas, mais da metade estava destinada às línguas.

Os cursos secundários deveriam ser ministrados por professores catedráticos, escolhidos por concursos rigorosos de títulos e provas, havendo a previsão de que, uma vez funcionando por cinco anos a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, seu título fosse obrigatório para o ensino secundário.

Existem várias seções e subseções do plano, descrevendo os diversos ramos do ensino especializado — o doméstico, o de serviço social, o profissional agrícola, o do ensino da pesca, o do ensino industrial, o do ensino comercial. Em muitos casos, o plano descia a detalhes de currículo, e por aí podemos observar que não havia, na realidade, diferença muito profunda entre estes e os do ensino secundário, nas matérias de formação mais geral. A diferença era quanto aos propósitos a que deveriam servir, à qual se acrescentavam as diferenças de origem social dos alunos, de exigências de qualificação dos professores, e de apoio efetivo para que os cursos realmente funcionassem. O curso primário de pesca, por exemplo, deveria ensinar português, aritmética, noções de geometria plana, geografia, história do Brasil, noções de ciências físicas e naturais, rudimentos de astronomia, navegação, mecânica naval, higiene, socorros de urgência, pesca, piscicultura, legislação e política marítima. Isso tudo deveria ser estudado por crianças de nove a 12 anos de idade, preferencialmente filhos de pescadores, resi-

dentes em zonas de pesca. Como os pescadores, as demais funções profissionais tinham seus programas, currículos e horários detalhadamente prescritos nos seus diversos níveis.

Aspecto curioso é a sistematização da preparação profissional das mulheres. Usando de um vocabulário específico, mesmo quando o objetivo do curso era, como no caso das escolas industriais para mulheres, prepará-las "para o trabalho na indústria dentro ou fora do lar", este ensino era nomeado e chamado de doméstico. Assim, tínhamos o ensino doméstico geral, para meninas a partir dos 12 anos, e com três de duração (dois de formação, um de aperfeiçoamento) e que dava, ao final, o "certificado de dona-de-casa"; o ensino doméstico industrial, que visava preparar a mulher para a indústria "dentro e fora do lar", prevendo, assim, o trabalho por encomenda; e o ensino doméstico agrícola. Em todos os casos, as diferenças destes cursos profissionalizantes femininos com os demais, destinados aos homens, era principalmente de sexo e função, e não tanto de saber. O "doméstico" é claramente usado em substituição a "profissional". O ensino agrícola visava, por exemplo, "à formação de profissionais capazes de orientar, dirigir ou auxiliar as atividades relacionadas com a vida rural"; já o ensino doméstico agrícola procurava preparar a mulher para atividades dentro e fora do lar, como colaboradora de todas as atividades relacionadas ao sistema produtivo agrário. As mulheres da zona rural aprenderiam português, aritmética, elementos de ciências físicas e naturais, zootecnia, indústria de laticínios, horticultura, olaricultura, fruticultura, sericicultura, apicultura, arte culinária, costura, lavanderia e higiene. No caso das escolas de economia doméstica agrícola, "a fim de desenvolver o espírito de iniciativa e o hábito da vida familiar no campo", as alunas deveriam participar em conjunto da administração da escola. Tratava-se de torná-las profissionais polivalentes, além de capacitá-las para administrar racionalmente o lar. Para tanto deviam estudar economia doméstica, contabilidade doméstica, ornamentos e, de forma sistemática, todos os trabalhos ditos domésticos. Além disso, deveriam obter conhecimentos sobre indústria de laticínios, apicultura, fruticultura etc. Deveriam, também, ter aulas de moral familiar, puericultura e higiene familiar.

Havia também a previsão de escolas normais domésticas, urbanas e agrícolas, que formariam as professoras para o ensino doméstico, e deveriam ter curso secundário ou ter seguido a escola doméstica em suas diversas modalidades. A grande alternativa educacional para as mulheres era, porém, o ensino normal, para a formação de professoras primárias, e que era administrado pelos estados. O plano previa, na seção sobre o ensino primário, a padronização e equivalência nacional dos diplomas emitidos pelos institutos de educação, mas não havia nenhuma previsão de que ele desse acesso às universidades, cujo único caminho era o ensino secundário comum.

O ensino superior recebe mais espaço no plano do que qualquer outro tópico, cobrindo 40 páginas e 195 artigos. O Conselho Nacional de Educação se reserva o direito de autorizar ou não a criação de novas universidades, e sua autonomia "administrativa, didática e disciplinar" é limitada pelo artigo pelo qual a aprovação prévia do Conselho Nacional de Educação e do governo da União ou do estado, conforme fosse o caso, era requerida para "quaisquer modificações que interessem fundamentalmente à organização didática e administrativa dos institutos universitários e da própria universidade". Existe um detalhamento da organização universitária ideal, que deveria ser estruturada ao redor de grandes departamentos (de filosofia, ciências e letras, ciências médicas, engenharia, belas-artes, ciências sociais e educação física), cada qual composto de várias faculdades, institutos e órgãos associados. Os professores seriam divididos entre catedráticos, contratados, livres-docentes e auxiliares, e os concursos para catedrático regulamentados em todos os detalhes. Depois vem o detalhamento de cada um dos cursos a serem ensinados na universidade, com as matérias a serem dadas, a seriação, as opções que os alunos poderiam ter nas diversas profissões.

As últimas partes do plano, bastante curtas, tratavam do ensino livre, do regime escolar, do regime financeiro e das disposições gerais e transitórias. O ensino é definido como "livre em todos os seus graus e ramos, observadas as prescrições legais". Vem, logo a seguir, uma série de condições bastante específicas para o reconhecimento oficial do ensino secundário e superior. A União fica com a responsabilidade de fiscalizá-los, e as instituições de ensino superior ficam obrigadas a comunicar sua criação ao governo, e sujeitas a fechamento por decisão do Conselho Nacional de Educação caso não atendam às suas exigências. O regime didático previa o exame de admissão em todos os níveis, freqüência obrigatória, regime de provas e reprovações, obrigatoriedade do ensino de canto orfeônico e separação dos sexos entre os alunos. A parte sobre o regime financeiro previa que 10% dos recursos da União e dos municípios, e 20% dos recursos dos estados e do Distrito Federal, deveriam ser aplicados em educação.

A proposta de "votação em globo" do plano é objeto de análise de uma comissão especial da Câmara de Deputados, que tem como parecerista o deputado Raul Bittencourt. Para ele, esta proposta do governo era inadmissível. O plano descia a minúcias que deveriam ser objeto de legislação específica, tenta-

va dar soluções imediatas a profundas controvérsias doutrinárias, invadia áreas de jurisdição dos estados, ia contra os princípios da própria Constituição. O plano previa a existência de *escolas-padrão*, o que ia também contra os princípios constitucionais. A votação em globo significaria, ainda, a renúncia da Câmara de Deputados do seu direito de entrar no mérito dos diversos aspectos do plano, faculdade que seria transferida para o Senado, estabelecendo, assim, a precedência deste sobre aquela.[27]

O parecer não é aceito pela Comissão, mas o projeto não tramitaria com a velocidade desejada por Capanema, e o Congresso terminaria sendo fechado em 1937 antes que o plano fosse aprovado. O parecer de Raul Bittencourt mostra que a precisão, o detalhe, as inovações que o plano pretendia introduzir em todos os níveis da educação nacional eram utópicos em pelo menos dois sentidos. Primeiro, pela crença de que seria possível definir pela via educacional o conteúdo de profissões e atividades sociais de todo o tipo que dependiam, de fato, do mercado de trabalho existente, de práticas profissionais estabelecidas e de uma série de outros fatores que a escola, por si mesma, não poderia jamais atingir. O plano, no entanto, pretendia resolver não só as questões de ensino, como também as de ordem social, econômica, política e moral do país. Segundo, a crença no poder das leis e da máquina burocrática em levar à frente um projeto destas dimensões, sem considerar, novamente, a complexidade do país e as limitações inevitáveis da autoridade legal.

Após 37, o ministério ficaria livre para realizar o que bem entendesse, ou o que pudesse. O projeto da "universidade-padrão", a implantação do ensino industrial e, principalmente, a reforma do ensino secundário de 1942 seriam as principais tentativas de levar a cabo as grandes idéias do plano. É nelas que as utopias se encontraram com a realidade, mostrando os verdadeiros limites e alcances do poder ministerial, graças ao Estado Novo, mas também apesar dele.

A reforma do ensino secundário

De todas as áreas do grande plano educacional, a educação secundária seria aquela em que o ministério Capanema deixaria sua marca mais profunda e dura-

27. "Parecer relativo à preliminar de votação em globo do projeto do Plano Nacional de Educação", relatado por Raul Bittencourt 23 de agosto de 1937. Arquivo do Conselho Nacional de Educação do acervo do Conselho Federal de Educação, Brasília.

doura. Apesar da importância que ele atribuía ao ensino primário, "como verdadeiro instrumento de modelação do ser humano, por isto que sobre ele influi enquanto ainda matéria plástica, a que é possível comunicar todas as espécies de hábitos e atitudes",[28] esta era matéria da alçada dos estados e municípios, sobre os quais o governo federal só deveria ter ingerência indireta. "A União, neste terreno", dizia Capanema em discurso de 1937 no Colégio Pedro II, "não pode ainda atuar senão secundariamente, auxiliando a ação dos estados onde tem sido mais intensa a imigração estrangeira". Havia, no fundo, um problema muito mais econômico e administrativo do que propriamente de atribuição constitucional de funções. "Não irá certamente o governo federal manter escolas primárias pelo país afora. Seu papel será o de cooperar, de maneira sistemática, e na medida de suas crescentes possibilidades, com os poderes públicos locais, para que a educação primária de todo o país tome impulso novo, acelerado e decisivo."[29]

A prioridade dada à reforma do ensino secundário no início de 1940 seria uma ocasião propícia para a reafirmação dos princípios mais gerais da concepção educacional do ministério Capanema. Os documentos e anotações datados dessa época revelam cuidadoso trabalho de recuperação das propostas que tinham sido desenvolvidas durante a década anterior. O sistema educacional deveria corresponder à divisão econômico-social do trabalho. A educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. Teríamos, assim, a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina; uma educação destinada à elite da elite, outra educação para a elite urbana, uma outra para os jovens que comporiam o grande "exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação"[30] e outra ainda para as mulheres. A educação deveria estar, antes de tudo, a serviço da nação, "realidade moral, política e econômica" a ser constituída.[31]

É importante marcar a distinção profunda que então se fazia entre o ensino secundário e outras formas de ensino médio. O ensino secundário deveria ter um conteúdo essencialmente humanístico, estaria sujeito a procedimentos bastante

28. Gustavo Capanema "Conferência feita por ocasião do centenário do Colégio Pedro II a 2/12/1937". Existem diversas versões deste texto. Usamos basicamente as primeiras. A versão final é mais genérica e menos elucidativa. GC/Capanema, G. 37.12.02, série pi.

29. Idem, ibidem.

30. Idem, ibidem.

31. Idem, ibidem.

rígidos de controle de qualidade, e era o único que dava acesso à universidade. Aos alunos que não conseguissem passar pelos exames de admissão para o ensino secundário, restaria a possibilidade de ingressar no ensino industrial, agrícola ou comercial, que deveria prepará-los para a vida do trabalho. Na realidade, só o ensino comercial, dentre estes, adquiriu maior extensão. Era um ensino obviamente de segunda classe, sobre o qual o ministério colocava poucas exigências, nem sequer previa uma qualificação universitária e sistema de concursos públicos para seus professores, como deveria ocorrer com o ensino secundário.[32] A Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 manteria este entendimento restritivo do que era o ensino secundário, e proibia o uso das denominações "ginásio" e "colégio" aos demais estabelecimentos de nível médio.

As linhas mestras do ensino secundário já haviam sido estabelecidas pela reforma Francisco Campos de 1931, que o havia definido como destinado à "formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional", construindo no seu espírito todo um "sistema de hábitos, atitudes e comportamentos".[33] Francisco Campos havia dividido o curso secundário em dois ciclos de cinco e dois anos, respectivamente, o primeiro fundamental, e o segundo complementar, orientado para as diferentes opções de carreira universitária. A lei de 1931 previa, ainda, a criação de um sistema nacional de inspeção do ensino secundário, a ser feito por uma rede de inspetores regionais.

Um grande complicador para as novas reformas do ensino secundário foi a expansão do setor privado durante as décadas de 1920 e 1930, e que aumentaria de intensidade a partir da década de 1940, graças às aspirações de mobilidade das camadas médias urbanas. Um levantamento feito pela Divisão do Ensino Secundário do Ministério para 1939 mostrava que, dos 629 estabelecimentos em todo o país, 530 eram particulares. Quase um terço das escolas estava no estado de São Paulo (196), que tinha também quase a metade de todas as escolas públicas do país (43 de um total de 99), formada por uma grande rede estadual de ginásios e escolas normais. O problema do Ministério da Educação era como, diante desta situação, estabelecer seu controle e garantir que as funções do ensino secundário fossem realmente cumpridas. O caminho encontrado consistiu em, por um lado, definir o currículo do curso secundário de forma bastante estrita, e orientado para a formação cultural e de elite; e, por outro, criar uma estrutura burocrática bastante complexa de inspeção e reconhecimento, que garantisse que o ensino desejado estivesse realmente sendo dado pelas escolas particulares e as das redes estaduais.

32. Brasil. Atos do Poder Executivo. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Decreto-lei nº 6.141, 28 de dezembro de 1943.

33. Exposição de Motivos da Lei de Reforma do Ensino Secundário de 1931, transcrita em Adalberto Correia Sena, *Legislação brasileira do ensino secundário*, Livraria Central, Rio de Janeiro, 1939. Os pontos básicos da lei de 1931 e das transformações introduzidas pela Lei Orgânica de 1942 estão bem resumidos em Geraldo Bastos Silva, *A educação secundária*. São Paulo, Editora Nacional, 1969, que nos serve de referência.

Na legislação de Francisco Campos, as escolas que pretendessem proporcionar educação secundária de valor oficialmente reconhecido deveriam requerer sua inspeção ao ministério que, durante pelo menos dois anos, acompanharia de perto suas atividades, para depois reconhecê-las como equiparadas ao padrão nacional, que era dado pelo Colégio Pedro II do Rio de Janeiro. Os custos da inspeção das escolas privadas seriam de sua própria responsabilidade, o que era justificado pelo benefício que recebiam ao poderem emitir diplomas de curso legal, que davam inclusive acesso à universidade. A inspeção deveria ser particularmente rigorosa no controle dos exames parciais e finais, que em épocas anteriores eram dados pelos próprios professores do Colégio Pedro II e seus congêneres, para que tivessem o mesmo valor. Esta mesma concepção de inspeção e reconhecimento seria mantida na legislação de 1942.

A reforma de 1942 consagra a divisão entre o ginásio, agora de quatro anos, e um segundo ciclo de três anos, com a opção entre o clássico e o científico. Ao fim de cada ciclo haveria um "exame de licença", nos moldes, pelo menos em intenção do *baccalaureat* francês, que garantiria o padrão nacional de todos os aprovados. Além disto, uma série de cursos profissionalizantes deveria existir no nível do segundo ciclo, como opção para os estudantes que não tivessem como objetivo ingressar nas universidades. Desta forma, os cursos ginasiais, obedecendo a um programa mínimo comum em todo o país, e controlados pelo ministério, também funcionariam como habilitação básica para os cursos profissionais de nível médio. Isto, para o ministro, viria "concorrer para a maior utilização e democratização do ensino secundário, que assim não terá como finalidade apenas conduzir ao ensino superior".[34]

Os exames de admissão criavam ainda um problema com as crianças que não conseguiam entrar nas escolas de "nível médio aos 11 anos, mas que, de acordo com a legislação trabalhista, só poderiam começar a trabalhar aos 14. A Federação das Indústrias de São Paulo, em relatório elaborado para o ministro do

34. Exposição de Motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1º de abril de 1942. GC 36.03.24/1, pasta 1K, doc. 1, série g.

Trabalho, chama a atenção do ministro para este que ficou conhecido como o problema do "hiato nocivo", e propõe que a idade mínima para o trabalho do menor seja reduzida, para que essas crianças possam ser salvas da marginalidade.[35]

A principal marca da reforma do ensino secundário foi a ênfase posta no ensino humanístico de tipo clássico, em detrimento da formação mais técnica. Na conferência de 1937 feita no Colégio Pedro II, o ministro chamava a atenção para a necessidade de "acentuar o caráter cultural do ensino secundário de modo que ele se torne verdadeiramente o ensino preparador da elite intelectual do país. Para isso, força é excluir toda a preocupação de enciclopedismo, que é de natureza estéril, para que tomem o primeiro lugar, no programa secundário, sólidos estudos das clássicas humanidades".[36]

O equilíbrio que Francisco Campos tratara de estabelecer entre as humanidades e as ciências deveria ser substituído pela predominância da formação humanista clássica: o latim e o grego. Cuidava-se em substituir o aprendizado de física, química e ciências biológicas pelo estudo dos discursos e relatos heróicos de cidadãos e soldados na construção de impérios, mesmo póstumos. Este seria o tipo de formação adequada aos futuros "condutores das massas". Capanema afirma que o curso secundário, tal como o concebia, não era um simples desenvolvimento de um sistema antigo, mas "uma coisa nova. Esta novidade pode ser definida em primeiro lugar pelos temas: consciência humanística e consciência patriótica".[37] A formação humanística e a formação patriótica pareciam os instrumentos perfeitos para a tarefa difícil de organizar o Estado e suas instituições, moldando-lhes a forma e o caráter, atribuindo-lhes uma identidade — extensiva à nação — e preparando as novas gerações para aceitar e perpetuar a ordem que se criava. Tratava-se de transferir as "fidelidades" familiares, locais ou regionais para a nação e para a pátria.

Capanema insiste em que se compreenda sua concepção do que deveria ser o curso secundário. Atribuindo-lhe a finalidade fundamental de formar a personalidade do adolescente, ele explica: "Formar a personalidade, adaptar o ser humano às exigências da sociedade, socializá-lo"; "formar nos adolescentes uma sólida cultura geral, marcada pelo cultivo das humanidades antigas e humanidades modernas e bem assim de neles acentuar e elevar a consciência patriótica

35. Warren Dean. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo, Difel, 1971.
36. Gustavo Capanema. Conferência no Colégio Pedro II, op. cit.
37. Exposição de Motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1º/4/1942. GC 36.03.24/1, pasta 1K, doc. 1.

e a consciência humanística."[38] Nada explica melhor as idéias da época sobre o papel da cultura humanística do que alguns trechos da Exposição de Motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário. Sobre o ensino do latim e do grego no curso secundário, Capanema diria que "o ponto essencial é que (...) não é possível desconhecer a irremovível vinculação de nossa cultura com as origens helênicas e latinas. Não seria conveniente romper com estas fontes. Com este rompimento perderíamos o contato e a influência de uma velha cultura que consubstanciou e elevou os valores espirituais maiores da antigüidade. Perderíamos por outro lado os mais nobres vínculos de parentesco da cultura nacional com as mais ilustres culturas de nosso tempo (...). Os estudos antigos constituem uma base e um título das culturas do ocidente; eles serão sempre, conforme o expressivo dizer de um escritor moderno, um elemento inalienável da dignidade ocidental".[39] Por algumas décadas as novas gerações estudariam, com afinco, as proezas de Caio Júlio César em suas conquistas imperiais e os discursos inflamados de Cícero contra Catilina, em defesa das instituições e privilégios dos patrícios. (Nunca se propôs, por exemplo, a leitura de Suetônio — investigador severo da vida e dos costumes dessa classe patrícia — ou ainda de Catão.)

O ensino secundário deveria ainda estar impregnado daquelas "práticas educativas" que transmitissem aos alunos uma formação moral e ética, consubstanciada na crença em Deus, na religião, na família e na pátria. Esta não era, evidentemente, uma atribuição exclusiva do ensino secundário, já que deveria permear todo o sistema educacional. Para o ministro, "qualquer escola, seja qual for o grau ou ramo de ensino (...), deve incluir no programa de seus trabalhos a educação moral. Não basta o saber e a técnica (...) A educação moral deverá despertar e endurecer no seu coração a virtude (...) que o ensino religioso é das bases mais sólidas".[40] Ele próprio será mais explícito com relação à educação moral e cívica ao sugerir instrumentos para a ampliação da influência do governo na educação: "É com a educação moral e cívica que se cerra e se completa o ciclo da educação individual e coletiva e é por ela que se forma o caráter dos cidadãos, infundindo-lhes não apenas as preciosas virtudes pessoais senão também as grandes virtudes coletivas que formam a têmpera das nacionalidades — a disciplina, o sentimento do dever, a resignação nas adversidades nacionais, a clareza nos propósitos, a presteza na ação, a exaltação patriótica."[41]

38. Idem, ibidem.
39. Idem, ibidem.
40. Idem. Conferência no Colégio Pedro II, op. cit.
41. Idem, ibidem.

Os diversos níveis de ensino, no entanto, deveriam cumprir funções distintas. O importante na escola primária seria a transmissão do "sentimento patriótico", no estilo "Por que me ufano do meu país, bandeira, hino etc.", conforme anotação de próprio punho de Capanema.[42] A escola secundária iria mais longe: ela deveria formar uma verdadeira "consciência patriótica" própria de "homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo".[43] A idéia de uma elite exemplar que guiasse e induzisse por imitação o comportamento das massas já constava do anteprojeto do Plano Nacional de Educação. Ela ressurgia, agora, na Exposição de Motivos da nova lei: "O ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir às responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação."[44] Daí a necessidade de que a estes fosse ministrado "um ensino patriótico por excelência" que desse aos adolescentes "a compreensão da continuidade histórica da pátria".[45] Nesta perspectiva, um ensino de vida humana ao qual faltasse a consciência da significação histórica da pátria e da importância de seu destino no mundo falhariam à sua finalidade própria.[46] Não havia, no entanto, clareza sobre a forma pela qual esta formação fosse proporcionada. Como ensinar, através de uma matéria escolar, a ser bom, disciplinado, ter caráter, ser idealista e responsável? Como se ensinar o "fervor patriótico"? Após considerar várias alternativas, a Lei Orgânica termina por não incorporar a educação moral e cívica como disciplina própria. Em vez disto, ela deveria ser difundida através dos estudos de história, geografia, e do tipo de formação corporificada de maneira mais explícita nos programas da Juventude Brasileira.

Outra inovação foi a obrigatoriedade da freqüência à escola secundária, que seria o processo através do qual assegurava-se que as novas gerações se sentariam nos bancos escolares e neles permaneceriam o período suficiente para o aprendizado de uma cultura comum, que transmitisse a consciência de que pertenciam a uma nação comum e de que eram responsáveis pela manutenção e difusão de seus valores ao resto da população. Apesar da influência católica, parecia predominar uma preocupação em reduzir a influência da família, da

42. Gustavo Capanema. Anotações manuscritas sobre as diretrizes que deveriam ser impressas à nova reforma do ensino secundário. Gabinete do Ministro, MES. GC 36.03.24/1, pasta VII, série g.

43. Idem, Exposição de Motivos, op. cit.

44. Idem, ibidem.

45. Idem, ibidem.

46. Idem, ibidem.

Igreja, ou quaisquer instituições ligadas à socialização das crianças e jovens, benefício de uma influência continuada da escola, veiculadora dos valores nacionais. "A vivência na escola visa submeter os adolescentes a uma influência contínua da escola (...). Para que a execução da Reforma seja possível (...) precisa o ensino secundário saber que conta com o apoio dos pais dos alunos. Apoio que se traduzirá com a aceitação das normas legais, sem discussões, sem subterfúgios (...) O respeito ao professor, o apreço pela lei, a perfeita obediência a todos os seus ditames (...) tudo isso é um programa de ação, um programa sobretudo de convicção."[47]

O que se pretendia era menos acabar com o ensino livre do que, definitivamente, com o estudo livre. A ninguém mais seria permitido estudar o que quisesse, como quisesse e onde quisesse, para a uma determinada época submeter-se aos exames oficiais — os preparatórios e através destes habilitar-se aos estudos superiores. Não. Era preciso criar o hábito social da passagem pela escola. Este o principal objetivo da obrigatoriedade do curso secundário. Haveria outras escolas, também obrigatórias, para os que não estivessem destinados à elite dirigente do país, mas precisassem, igualmente, ser educados como bons cidadãos.

Uma outra questão que preocupava era a educação da mulher. O ministro ainda insistia, em 1937, na diferenciação rígida dos papéis sociais dos dois sexos, e conseqüentemente em sua separação dentro do sistema educacional. Esta atitude implicava, em sua versão extrema, um ensino totalmente diferente para homens e mulheres; e, em sua versão mais branda, uma oposição total à co-educação.[48]

A Lei Orgânica do Ensino Secundário termina concentrando seus preceitos mais doutrinários na Exposição de Motivos que a antecede, ou seja, na declaração de intenções. No entanto, o arquivo de Gustavo Capanema mostra que o ministério havia ido bastante longe na elaboração dos conteúdos específicos a serem transmitidos pelas diversas disciplinas, desde as mais técnicas até as de cunho mais claramente formativo e doutrinário.

Capanema costumava redigir o que chamava de "diretrizes" a serem incorporadas aos projetos. Sobre os programas, por exemplo, além de dizer que deveriam servir à orientação política do Estado, especificava: "Nas finalidades, deve-se apontar sempre o que a disciplina visa a dar ao aluno de um modo geral, e de modo especial o que ela deve fazer para educá-lo rara a pátria. Frisar a nota

47. Lúcia Magalhães (Diretora da Divisão do Ensino Secundário do MES), "A Reforma do Ensino Secundário". GC/Magalhães, L. 44.12.00, série pi.

48. Gustavo Capanema. Conferência no Colégio Pedro II, op. cit.

patriótica em cada programa."[49]. Os formuladores dos novos programas freqüentemente exageravam, como é o caso de um programa de matemática, que dificilmente poderia atender às recomendações de difundir o espírito patriótico. Mesmo assim, um dos programas apresentados traz, entre seus objetivos, "visar o espírito patriótico pela associação nos exercícios da disciplina, das realizações de grandes brasileiros no domínio da técnica, da economia e dos estudos matemáticos".[50]

Existem, também, propostas de currículos para o ensino da religião, onde todo o destaque é dado às implicações sociais e políticas dos preceitos cristãos. A temática proposta para o ginásio era a seguinte: "1) A moral cristã: a lei, a consciência. Pecado. Perfeição cristã. II) Em face da autoridade: pais e filhos. A hierarquia e os fiéis. Governantes e governados. Patrões e operários. III) Respeito à propriedade: o direito de propriedade. Pecados contra os bens do próximo. Restituição? Posição cristã em face do capitalismo e do comunismo."[51]

Nos cursos clássico e científico algumas unidades do ensino religioso abordariam o problema do humanismo, o jovem e o lar. Na 3ª série, o programa deveria ser o seguinte:

> 1) A igreja e o setor econômico. Erro do materialismo histórico. A Igreja no embate das forças econômicas. Solução cristã do problema da máquina. II) A Igreja em face do belo. A arte e a moral. A Igreja e as escolas artísticas e literárias. A religião cristã, inspiradora suprema dos criadores de beleza. III) A Igreja e as ciências. Harmonia entre a ciência e a fé. As ciências e a filosofia. A filosofia e a religião. IV) A Igreja e o mundo político. Fora e acima dos partidos. As últimas encíclicas sobre organizações partidárias. A ordem cristã. V) A Igreja e a organização social. A pessoa humana e os vários grupos sociais. Monismo estatal e pluralismo cristão. A Igreja e o serviço social. V) A Igreja e as igrejas. Serve qualquer religião? Transcendência da religião cristã. Transcendência de Jesus Cristo.[52]

Um outro mecanismo para a transmissão da consciência patriótica seria o ensino pré-militar, a ser dado de forma obrigatória e simultaneamente com o ensino secundário. Esta era uma área de conflito de jurisdição entre o Ministério da Educação e o da Guerra, cujas preocupações com a educação moral da juventude se vinham ampliando. Em uma de suas anotações, Capanema propõe uma

49. Idem. Anotações manuscritas sobre as diretrizes... op. cit.

50. Proposta de programa para o ensino de matemática no ginásio. Arquivo Gustavo Capanema, dossiê Reforma do Ensino Secundário.

51. Arcebispo do Rio de Janeiro — Programa de religião para a 2ª série do curso ginasial. GC 42.00.00/2-A, doc. 1, série g.

52. Idem, Programa para as 2ª e 3ª. séries do 2º ciclo do curso secundário.

linha divisória: "A escola entrará em entendimento com o Exército para a educação militar, ou melhor, para o serviço militar dos seus alunos. Distinguir educação militar (obra da escola) do serviço militar (obra do Exército). A educação militar é da alçada da educação cívica."[53]

A obrigatoriedade da instrução pré-militar para os menores de 16 anos já havia sido estabelecida pelo Decreto-lei 1.545, de 25 de agosto de 1939, que dispunha sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Em novembro do mesmo ano, a lei do Ensino Militar (Decreto-lei 1.735) definia a instrução pré-militar como o ensino destinado a "habilitar os alunos dos institutos civis de ensino, menores de 16 anos, ao ingresso nas unidades-quadros, tiros de guerra ou escolas de instrução militar". De acordo com a lei de Ensino Militar de 1939 e com uma proposta do ministro da Guerra em 1941,[54] a instrução pré-militar compreenderia "a prática de instrução elementar de ordem-unida" (sem armas), a iniciação na técnica do tiro, a educação moral e cívica, e o ensino elementar da instrução geral (regras de disciplina, hierarquia do Exército etc.). A lei de reforma do ensino secundário estende a obrigatoriedade desta instrução a todos.

A regulamentação destas normas é saudada com entusiasmo por Azevedo Amaral, para quem "deveria ter sido talvez uma das primeiras iniciativas do regime instituído em 37 (...) traçar as diretrizes (...)do sistema de educação militar da nação":

> Reconhecida como axiomática a comparticipação necessária da nação em massa nas operações bélicas (...) é evidente ser imperativo criar em todas as camadas da população (...) a mentalidade adaptada. Isto não pode ser alcançado senão pela instalação no espírito, desde a infância, de um certo número de idéias que é preciso incutir, a fim de que se tornem elementos do psiquismo do indivíduo, cuja influência se faça sentir tanto no domínio da consciência, como nas profundezas submersas do subconsciente. A educação pré-militar deveria mesmo preceder às influências escolares.[55]

Malgrado as intenções, propostas e regulamentações, a instrução pré-militar parece não ter tido muito sucesso. Em 1945, país de alunos do Colégio do Estado em Campinas, em carta ao ministro da Guerra, pedem para que ele reconsidere o caso de mais de mil estudantes que haviam sido reprovados por não terem freqüentando os exercícios pré-militares, todos entre 12 e 15

53. Gustavo Capanema — Anotações manuscritas sobre as diretrizes.... op. cit.

54. Gabinete do ministro da Guerra — Programa de Instrução Pré-militar 1941. Arquivo Gustavo Capanema, GC 41.06.12-A, pasta 1, doc. 1, série g.

55. Azevedo Amaral, *Nação Armada*, abril, 1942.

anos. Os pais argumentam dizendo que não estavam cientes da rigidez da lei. "Nenhum pai sabia que seu filho, freqüentando 600 horas de disciplinas intelectuais, iria perder o ano por não ter freqüentado metade do curso pré-militar de 15 horas (..)."[56] Finalizam, resumindo de forma clara a densidade da rede com a qual o Exército já envolvia nessa época a população masculina: "(...) Considerando que (...) ainda existem os tiros de guerra para rapazes de 16 anos, o serviço militar obrigatório, e o fato de ainda não obterem empregos públicos ou cargos de responsabilidade(...) porque em nosso país, em qualquer setor de atividade (...), o indivíduo que não está quite com suas obrigações militares só encontrará obstáculos (...), não lhes faltará oportunidade de mostrar o seu amor pela pátria."[57]

Havia ainda outros problemas. O fato de cada escola ser obrigada a criar e manter um centro de instrução pré-militar e ter que pagar "gratificações" aos instrutores (segundo proposta feita pelo ministro da Guerra)[58] iria elevar substancialmente o custo dessa instrução para as escolas particulares, que deveriam arcar sozinhas com a despesa. De acordo com o artigo 15 do Decreto-lei 4.642, de 2 de setembro de 1942, que dispunha sobre as bases da organização de instrução pré-militar, nenhum ônus poderia recair sobre os alunos ou seus responsáveis para fazer face às despesas com a instrução pré-militar. Os problemas se avolumavam, e deles podemos fazer uma idéia a partir de um parecer sobre o assunto encomendado pelo próprio Capanema ao diretor da divisão de Educação Física do Ministério da Educação. O documento ressalta, entre outras coisas, que não se justificava a remuneração dos instrutores do ensino pré-militar, "pelo desempenho de uma função decorrente de sua própria condição militar"; "quanto à fusão dos exercícios de educação física com os de instrução pré-militar, só poderia a mesma suscitar conflitos de orientação entre dois ministérios distintos, entre duas classes de profissionais diversos, entre dois programas diferentes, e, o que é mais grave, entre dois objetivos que nunca poderiam ser alcançados por essa forma". O documento termina argumentando a favor da extinção da instrução pré-militar: "Não havendo lugar nos horários (. . .) para a educação física e para a chamada instrução pré-militar (. . .), não devemos ter a menor hesitação e preferir a permanência da educação física (. . .). Noções de tiro (. . .), hierarquia militar (. . .), em quantas partes se divide a continência, são conhecimentos que o incorporado poderá aprender em poucos dias, enquanto o desenvolvimento de sua capacidade física, a exploração inteligente de suas forças são coisas que exigem anos de trabalho continuado." "Repetir, anualmente, a mesma instrução militar, para crianças de 12 a 16 anos, é procurar implantar a confusão entre a disciplina militar e a do meio civil e despertar o tão condenável espírito militarista. A maior contribuição que o Ministério da Educação e Saúde poderá prestar ao Exército Nacional é entregar-lhe, no momento oportuno, rapazes fortes e inteligentes, cidadãos cônscios de seus deveres, material humano que possa permitir a formação rápida de excelentes soldados. Nestas condições, a instrução pré-militar deveria ser extinta ou ministrada apenas no último ano de ginásio, caso as autoridades militares a julgassem imprescindível."[59]

Segundo o próprio ministro, a reforma de 1942 não seria simples resultado de suas preferências, mas gerada pelo "trabalho de silenciosa pesquisa e bem assim dos debates das comissões especiais realizados pelo ministério da Educação".[60] A reforma ter-se-ia orientado "pela opinião de representantes de todas as correntes pedagógicas. Procurei conciliar as tendências opostas ou divergentes (...). Parece a reforma ter conseguido as mais razoáveis soluções".[61]

Na realidade, houve de fato algumas concessões. As ciências não foram de todo retiradas dos programas, mas agregadas sob uma única disciplina, as ciências naturais, para se diferenciarem no segundo ciclo. Já a educação religiosa teria finalmente seu lugar assegurado, cabendo às autoridades religiosas a definição do programa. A instrução pré-militar, fixada pelo ministro da Guerra, tornou-se obrigatória nos estabelecimentos públicos e particulares. A educação moral e cívica, abandonada como disciplina, comporia uma "mentalidade" a inspirar toda a ação educativa da escola, e teria um espaço privilegiado no ensino da história do Brasil, do canto orfeônico e do "serviço cívico próprio da Juventude Brasileira".[62] Quanto à co-educação, esta seria permitida mediante "especial autorização do ministro da Educação".[63]

56. Arquivo do Exército — Gabinete do ministro da Guerra, cx. 410, p.O. 6116, março, 1945.
57. Idem, ibidem.
58. Gabinete do ministro da Guerra — Instrução pré-militar. Arquivo Gustavo Capanema GC 41.06.12-A, pasta 1, doc. 1, série g.

59. Parecer do diretor da Divisão de Educação Física do MES, 21/8/1945. Arquivo Gustavo Capanema GC 41.06.12, pasta II, doc. 8, série g.
60. Idem. Conferência sobre a Reforma do Ensino Secundário. Arquivo Gustavo Capanema.
61. Idem. Exposição de Motivos... op. cit. 1º/4/1942.
62. D.L. 4244 de 9/4/1942, art. 24, § 38.
63. Idem, art. 25, alínea 2.

Reações à Reforma

As manifestações públicas e privadas do ministro sobre as modificações introduzidas no ensino secundário através da reforma enfatizavam exaustivamente os aspectos ideológicos e as "questões de princípio" do texto legal. Era sua preocupação, também, assinalar a criação dos diversos tipos de ensino: religioso, militar, moral e cívico, e feminino. Assim falando, apresentava como solucionadas as questões que haviam caracterizado o debate educacional na década anterior, estabelecendo como que uma divisão de áreas de influência entre as instituições interessadas em aumentar o âmbito de sua ação educativa — Igreja, Exército e Estado. A realidade do ensino privado e pago não parecia merecer maior atenção até que os interesses dos donos de escola fossem diretamente atingidos, provocando reações que levaram grande parte das discussões e preocupações do próprio ministério para as questões de custo de ensino.

Com a intenção de controlar o "lucro líquido" dos estabelecimentos de ensino privado, cujos excessos eram sistematicamente denunciados pela imprensa, a lei estipulava que as anuidades a serem cobradas dos alunos deveriam ser módicas; determinava que as escolas deveriam reservar anualmente uma determinada porcentagem de lugares gratuitos; finalmente, tornava obrigatória a prestação de serviços assistenciais aos alunos necessitados.[64] Enquanto o ministro silenciava de público sobre estas inovações, os diretores das escolas privadas iniciavam uma discussão sobre os custos advindos das modificações que viriam a onerar a empresa escolar.

Esta discussão encontraria ampla oportunidade de se expressar durante o 1º Congresso Nacional de Diretores de Estabelecimentos de Ensino Secundário e Comercial, promovido pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Primário do Rio de Janeiro em setembro de 1944. Eram os anos finais do Estado Novo, do Manifesto dos Mineiros (1943), da organização da União Nacional dos Estudantes, do Congresso Brasileiro de Escritores, e este congresso, apoiado pela Associação Brasileira de Educação, permitiu uma discussão pública dos trabalhos de uma comissão designada por Capanema para fixar as anuidades das escolas e a porcentagem obrigatória das matrículas gratuitas anuais previstas nos artigos 88 e 90 da Lei Orgânica e que

64. D.L. 4244 de 9/4/1942, artigos 88, 89 e 90.

os diretores de escola consideram "inexeqüíveis".[65] O Congresso propõe, em troca, a criação de um Fundo Nacional para o Ensino Secundário com vistas ao "entendimento e cooperação com os poderes públicos" previstos no artigo 89 da Lei Orgânica, conforme argumentavam os congressistas. A criação do Fundo, do qual participariam as escolas, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, era justificada principalmente pelas novas obrigações assistenciais definidas pela lei para as escolas privadas.

A crer no memorial aprovado por unanimidade no congresso, o sistema de ensino privado entrava em uma crise que tenderia a se acentuar, caso o poder público não viesse em seu auxílio. São suas conclusões principais: "Ao ensino privado, não nos iludamos, será impossível realizar o milagre de (...) conseguir uma ampla disseminação do ensino secundário, indispensável à formação de 'elites' exigida por toda nação civilizada. Portanto: (...) o ensino particular, custeado exclusivamente pelas contribuições dos alunos, não deve e não pode suportar o encargo total de instrução dos adolescentes necessitados; (...) ao poder público compete conceder, de acordo com o espírito e a letra dos artigos 128 e 129 da Constituição, absoluta isenção de impostos, taxas ou tributos federais, estaduais ou municipais que incidem sobre os estabelecimentos de ensino de propriedade privada. Será instituido, através de decreto-lei que regule a matéria, um plano nacional de crédito escolar a ser executado pelas caixas econômicas, Banco do Brasil e instituições de previdência social (...), onde constarão obrigatoriamente as seguintes cláusulas: taxa de juro a 5%; prazo de amortização de 20 anos; financiamento de 80% da avaliação dos bens imóveis destinados à instalação de instituições de ensino."[66]

65. Relatório da Comissão designada para regulamentar os artigos 88, 89 e 90 do DL 4.244 de 9/4/1942, GC. 42.01.03, doc. nº 4. Memorial enviado ao Presidente da República pelos membros do 1º Congresso Nacional de Diretores de Estabelecimentos de Ensino Secundário e Comercial. GC. 42.01.03, doc. nº 8.

66. "Conclusões aprovadas nas Seções Plenárias" - 1º Congresso Nacional ... op. cit. GC. 42.01.03, doc. nº 10. Os artigos da Constituição de 10 de novembro de 1937 citados são os seguintes: "Art. 128. A arte, a ciência e o seu ensino são livres à iniciativa individual e à de associações ou pessoas coletivas, públicas e particulares. É dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino." "Art. 129. À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais..."

Reunindo 600 diretores das 706 escolas privadas então existentes no país, o 1º Congresso de Diretores de Escolas Secundárias e Profissionais poderia ter significado uma barreira clara às pretensões reguladoras e interventoras do Ministério da Educação. No entanto, o que predominou foi, ao lado de uma certa afirmação tímida de força e autonomia, uma declaração de conformidade e bons propósitos, a partir dos quais reivindicava um pouco mais de liberdade e, principalmente, subsídios. "Encarnamos, no país, uma corporação, cujos atos e atitudes devem ser muito medidos, como autênticos exemplos (...). A nossa suprema preocupação deve ser, em suma, a de criar condições de segurança à democracia (...) À medida que o processo educativo elucida a consciência (...), o princípio de autoridade se restringe e a liberdade se dilata, porque se irá despojando do egoísmo e disciplinando-se por motivos éticos, que irão substituindo os ditames da autoridade." O imperativo da época não é uma restrição da liberdade. . .[67]

Em parte pressionado pela reação desencadeada com a portaria ministerial de nº 204, que havia estabelecido o aumento do salário-aula a ser pago aos professores,[68] o ministro responde às reivindicações do congresso criando nova comissão para examinar suas propostas.[69]

Em junho de 1945, a portaria 204 havia sido revogada[70] e o ministro tinha em mãos pelo menos três sugestões alternativas para o problema da criação do Fundo, onde ficavam evidentes às tentativas de conciliar os interesses das escolas, dos professores e a pretendida política de barateamento do ensino secundário. A lei da reforma, todavia, no que se refere ao controle dos lucros das escolas privadas, permaneceu letra morta.

A reforma do ensino secundário de 1942 ficaria em síntese caracterizada pela intenção de consolidar a escola secundária como principal instituição educacional e, através dela, formar novas mentalidades, criar uma cultura nacional comum e disciplinar as gerações para garantir a continuidade da pátria. Através dela, também, esperava-se produzir uma nova elite para o país. Uma elite católica, masculina, de formação clássica e disciplina militar. A ela caberia a condução das massas e a ela estaria reservado o acesso ao ápice da pirâmide educacional.

67. Lafayette Côrtes — Discurso na Sessão Inaugural da 1ª Conferência Nacional dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Comercial. GC. 42.01.03, doc. 6048. 10.

68. O ministro recebera um número infindável de telegramas vindos de todo o país, mostrando a impossibilidade de cumprimento da portaria. GC. 42.01.03, doc. no.18.

69. GC. 42.01.03, doc. A.

70. *Diário da Noite*, 7/6/1945, última edição. GC. 42.01.03, doc. 12.

Era um projeto que passava necessariamente pela burocracia crescente do sistema de inspeção e controle, e por um conjunto de estabelecimentos privados que não tinham, com as honrosas exceções de sempre, outra intenção do que a de atender ao mercado crescente de ensino médio, com o beneplácito e, tanto quanto possível, os recursos financeiros do governo. Estes elementos — a legislação casuística, rígida, os currículos de conteúdo classicista, uma burocracia ministerial cada vez mais rotinizada e um forte *lobby* de diretores de colégio — dariam o tom do ensino secundário brasileiro nas décadas seguintes.

7

O GRANDE PROJETO UNIVERSITÁRIO

O projeto

Uma universidade não é o que os espíritos simplistas imaginam: uma reunião material de diversas faculdades, ou, mesmo, a articulação de diferentes faculdades esparsas, sob esta pomposa denominação, a fim de que continuem, isoladamente, a fornecer diplomas para as profissões normais. Sem um plano de conjunto que vise à investigação, a pesquisa, o estudo, o conhecimento, a cultura, num ambiente propício e materialmente aparelhado para elevar os conhecimentos acima do nível comum e da simples missão de diplomar doutores, não se terá nunca uma universidade. Esta nasce — falo de modo genérico — para criar uma cultura real e direta, haurida no próprio meio, desenvolvida com os elementos que se fornece à livre expressão. Será o centro de preparo técnico, de aparelhamento de elite que vai dirigir a nação, resolver-lhe os problemas, preservar-lhe a saúde, facilitar-lhe o desdobramento e a circulação de riquezas, fortalecer a mentalidade do povo, engrandecer sua civilização.[1]

Essas palavras mostram de maneira nítida o grande papel que Capanema atribuía ao projeto universitário, certamente o mais ambicioso segmento do seu programa educacional. Para ele, era mais importante o preparo das elites do que a alfabetização intensiva das massas. Só com verdadeiras elites se resolveria não somente o problema do ensino primário, mas o da mobilização de elementos

1. Entrevista concedida pelo ministro Gustavo Capanema à Agência Meridional Ltda. (Diários Associados), corrigida a mão por uma caligrafia não identificada. É provável que ela tenha sido escrita por um assessor ou jornalista, o que explicaria eventuais diferenças de estilo e linguagem. A entrevista, preparada provavelmente em 1934, não chegou a ser publicada.

capazes de movimentar, desenvolver, dirigir e aperfeiçoar todo o mecanismo de nossa civilização. Não se tratava, simplesmente, de uma elite de escritores e artistas: "A elite que precisamos formar, ao invés de se constituir por essas expressões isoladas da cultura brasileira, índices fragmentários da nossa precária civilização, será o corpo técnico, o bloco formado de especialistas em todos os ramos da atividade humana, com capacidade bastante para assumir, em massa, cada um no seu setor, a direção da vida do Brasil: nos campos, nas escolas, nos laboratórios, nos gabinetes de física e química, nos museus, nas fábricas, nas oficinas, nos estaleiros, no comércio, na indústria, nas universidades, nos múltiplos aspectos da atividade individual, nas letras e nas artes, como nos postos de governo. Elite ativa, eficiente, capaz de organizar, mobilizar, movimentar e comandar a nação."[2]

O caminho para o recrutamento dessas elites deveria ser o ensino secundário, que por sua vez se alimentaria do ensino primário. Idealmente, a seleção de pessoas a ser feita pelo curso secundário deveria obedecer a critérios de estrita competência e vocação: "Não se trata de embaraçar a ascensão dos alunos pela eliminatória das taxas altas, com o encarecimento do ensino, transformado em mais um privilégio odioso, antidemocrático e anti-social dos ricos. Ao contrário, devemos preparar de tal modo o curso secundário que até mesmo os milionários incapazes encontrem nele barreira intransponível, enquanto que os pobres que tenham bom merecimento possam concluí-lo sem dificuldades. Urge realizar, assim, ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento dos cursos, a seleção de valores, a democratização e a socialização democrática do ensino, com o livre acesso nele, em todos os seus graus, aos mais capazes."[3]

O núcleo deste projeto grandioso deveria ser a Universidade do Brasil, uma continuação da antiga Universidade do Rio de Janeiro. A Universidade do Rio de Janeiro fora constituída em 1920 como uma reunião das escolas superiores da cidade, e em 1931 Francisco Campos, como primeiro ministro da Educação de Vargas, havia baixado legislação minuciosa dando-lhe um caráter integrado, a partir de faculdade de educação, ciências e letras que, entretanto, aguardaria vários anos para ser criada.

A primeira iniciativa nesta linha, no entanto, não caberia ao governo federal, e sim ao governo paulista, que em 1934, na gestão de Armando de Sales Oliveira, instituiu a Universidade de São Paulo (USP), centrada na sua faculdade de filosofia, ciências e letras. Para os fundadores da Universidade de São Paulo, ela teria como principal objetivo devolver ao seu estado, a longo prazo, a posição de liderança nacional perdida em 1932. Formada em 1937, a nova Universidade do Brasil teria como um de seus principais objetivos implantar em todo o país um padrão nacional e único de ensino superior, ao qual a própria USP se deveria amoldar. Ela teria ainda um outro objetivo mais geral, que era estabelecer um sistema estrito de controle de qualidade no ensino superior, tal como fora exercido antes pelo Colégio Pedro II no nível secundário, mas que se tornava cada vez mais difícil de manter pela própria expansão da educação média no país.[4]

2. Idem, ibidem.

3. Idem, ibidem.

O projeto da Universidade do Brasil desdobrava-se em quatro atividades principais: o desenvolvimento da própria concepção da universidade; seu planejamento físico, que se deveria materializar na Cidade Universitária; a criação de uma faculdade de filosofia, ciências e letras, que seria o núcleo de integração de todo o conjunto; e a criação de algumas novas faculdades e institutos, dentre os quais sobressaía o projeto de uma faculdade nacional de política e economia. A rigor, a inovação de Capanema em relação à legislação de 1931 consiste, principalmente, em tratar de dar vida à faculdade de filosofia, ciências e letras — que na lei Francisco Campos deveria ser de educação, ciências e letras — e da construção do campus universitário.

Em 5 de julho de 1937, Getúlio Vargas sanciona a Lei nº 452, oriunda do Poder Legislativo, que institui a Universidade do Brasil, definida em seu artigo primeiro como "uma comunidade de professores e alunos, consagrados ao estudo". Em discurso feito na ocasião, Capanema define os dois princípios fundamentais do projeto, que já prenunciam as dificuldades que ele iria encontrar nos anos futuros.

O primeiro princípio era o de que a Universidade do Brasil deveria "fixar o padrão do ensino superior de todo o país", um objetivo que padecia tanto de excesso de pretensões quanto de uma grande limitação, dada pela idéia de que toda a estrutura e programas da nova universidade deveriam ser objeto de uma definição prévia detalhada. Este trabalho foi iniciado por uma comissão de 14 professores,[5] que deveria "não somente fixar o plano geral das escolas e facul-

4. Veja a cronologia sobre a implantação das instituições de ensino superior e pesquisa científica no Brasil elaborada por Tjerk Guus Franken. Em: Simon Schwartzman. *Formação da comunidade científica no Brasil.* Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional/FINEP, 1979, apêndice.

5. Sobre a composição da Comissão, ver nota 40 do capítulo 3.

dades e das demais instituições educativas, competentes na universidade, mas ainda fazer a minuciosa descrição de cada uma dessas unidades". Não é de admirar que, criada em 1935, a comissão ainda continuasse seus trabalhos dois anos depois. O programa, segundo Capanema, já elaborado nas suas linhas gerais e em grande parte de seus detalhes, era de dilatadas proporções. Dele emergia o programa da Universidade do Brasil, "completa de estrutura e sólida de entrosagem". Esta busca de uma definição prévia da estrutura e funcionamento da universidade deveria ter um nível de formulação ainda mais alto, a ser dado no sonhado Plano Nacional de Educação. Para Capanema, era na formulação legal que se consubstanciaria a essência de seu grande projeto. Entretanto, concedia, "é bem certo que não bastará o estabelecimento de determinações legais. Será necessário que os textos vivam, que deles decorra a realidade dos cursos superiores de todos os ramos. E esta realidade terá os seus tipos na Universidade do Brasil".

Nascendo já pronta e acabada, como Minerva da cabeça de Júpiter, à Universidade do Brasil seria negada a possibilidade de um crescimento orgânico e progressivo, durante o qual fosse buscando seus próprios caminhos. Além disto, traria como seqüela a morte ou a tentativa de sufocamento de outras iniciativas mais modestas e localizadas que não se ajustavam ao grande projeto, a começar pela Universidade do Distrito Federal, em cujo destino outros fatores de ordem política também influiriam.

Em sua concepção grandiosa, a nova universidade deveria ser "uma instituição total e unânime", o que significava, para Capanema, que em suas escolas e faculdades "devem ser ministradas todas as modalidades de ensino superior previstas pela lei, de tal sorte que nenhum estabelecimento, isolado ou congregado em universidade, deixe de ter nela o seu correspondente". Ficava, desta forma, estabelecida a premissa básica para o controle total do sistema de educação superior a partir da Universidade do Brasil, que deveria exercê-lo com o máximo de eficiência e qualidade. Para isto, estava previsto o aprimoramento progressivo do corpo docente, inclusive com a introdução do tempo integral; a exigência, para os alunos, "de vocação, consagração e disciplina"; e a montagem de todo o aparelhamento necessário (clínicas, laboratórios, museus, gabinetes, bibliotecas), para que o ensino deixasse de ser a estéril decoração de compêndios, e fosse um permanente trabalho de inquérito e pesquisa, de cooperação e descobrimento.

O segundo princípio, implícito no anterior, seria o de que a Universidade do Brasil deveria ser uma instituição nacional, com estudantes recrutados em todo o país por critérios rigorosos de seleção: "(...) Para a grande massa de estudantes da cidade do Rio de Janeiro, candidatos à matrícula nos cursos superiores, existem, e devem cada vez mais existir, estabelecimentos locais diversos. Tais estabelecimentos de caráter local são, por outro lado, necessários em todo o território do país." A Universidade do Brasil, no entanto, seria a universidade para a elite. E ela se assentaria, desde o início, em uma Cidade Universitária construída em moldes grandiosos, que fosse, ao mesmo tempo, o núcleo da cultura brasileira e o marco mais visível da passagem de Gustavo Capanema pelo Ministério da Educação.

O grande projeto universitário não era bem visto pela imprensa, que já em 1936 o criticava acerbamente. O *Diário da Noite* afirmava que a prioridade deveria ser o combate ao analfabetismo.[6] O *Diário Carioca* criticava a escolha do local da Cidade Universitária tendo em vista as desapropriações próximas à quinta da Boa Vista: "É absurdo desapropriar a estação de Mangueira. Passa por cima de tudo que é de praxe e é ponderado." Segundo este jornal, Capanema queria fazer uma obra grandiosa e isolar a universidade: "Capanema nasceu de si mesmo. Tomou conta de Minas Gerais e para deixar o governo de Minas para Benedito Valadares, ganhou o Ministério da Educação (...). Em dois anos não fez nada, agora está se virando. Quer ser o alcaide, guardar as chaves da cidade no bolso e dizer 'é minha'. A central não deve perder a subestação de Mangueira. O Congresso não deve liberar a verba."[7] *O Jornal* comentava que a educação não podia servir à política partidária e que não se podia centralizar o ensino. Segundo este jornal, a Universidade do Brasil era um desperdício que traria problemas financeiros. "O importante é o ensino eficaz."[8] Ainda em *O Jornal*, há um artigo intitulado "O Plano Universitário," que discute a questão da prioridade da cultura: alfabetizar o povo ou cuidar do ensino superior, fundando a Universidade do Brasil. Capanema afirmava que ia fazer as duas coisas, o que era considerado impossível, pois uma teria mais recursos e concentraria mais esforços: "É notório que o ministro se interessa mais pelo plano universitário. A prova disso é que ele não liga tanto para a saúde, que está em sua pasta."[9] Também o jornal *Correio Paulistano* se opunha ao projeto. "A Cidade Universitária é megalomania. O país está mal de finanças e o ensino primário está em péssimas condições. O grande

6. *Diário da Noite*, 16 de setembro de 1936.
7. *Diário Carioca*. 29 de setembro de 1936.
8. *O Jornal*, 22 de setembro de 1936.
9. *O Jornal*, 18 de setembro de 1936.

mal é o analfabetismo."[10] O *Diário de Notícias* acusava Capanema de querer sair do anonimato burocrático com a Cidade Universitária: "Tenta convencer os deputados nos corredores da Câmara. Deixa o importante para trás. Não há dinheiro (...) Quer a Cidade Universitária por pura vaidade. O Ministério da Educação e Saúde não é falado, não tem posto político (...) Bacharelismo é luxo."[11] Ainda o *Diário de Notícias*, em artigo intitulado "Pletora Universitária", considerava louvável a idéia de Capanema de favorecer a cultura com a Universidade do Brasil, mas achava que havia questões prioritárias no âmbito do ministério que estavam sendo relegadas, como o analfabetismo. A situação financeira do país, dizia, não permitia uma reforma universitária de tal amplitude. Bastaria melhorar a situação da Universidade do Rio de Janeiro, ajudar a prefeitura a aperfeiçoar a Universidade do Distrito Federal e concentrar os recursos do Ministério da Educação para combater o analfabetismo.[12] O jornal O *Correio da Manhã*, no artigo "O Obstinado", também criticava Capanema, levantando uma nova questão: a tirania do Poder Executivo. Segundo o jornal, um ministro não deve fazer leis. Para isso existia o Poder Legislativo, com mandato eleitoral: "Onde está a soberania do Legislativo? O ministro não pode elaborar um projeto de lei, artigo por artigo. Anular o Legislativo é servir aos ideais comunistas." Criticava ainda a concentração de verba no projeto universitário, já que os 20% da verba que a Constituição destinava à educação eram para atender ao Brasil todo, beneficiar todos os setores da população e não apenas formar as elites.

A extinção da Universidade do Distrito Federal

Enquanto o Ministério da Educação dava início aos grandes planos da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro uma outra universidade era rapidamente posta em marcha, sob a liderança de Anísio Teixeira, então diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal. Tendo como núcleo principal uma faculdade de ciências,[14] ela representou, por alguns anos, a esperança dos

10. *Correio Paulistano*, 17 de setembro de 1936.
11. *Diário de Notícias*, 17 de setembro de 1936.
12. *Diário de Notícias*, 15 de setembro de 1936.
13. *Correio da Manhã*, 13 de setembro de 1936.
14. Para mais detalhes sobre a Universidade do Distrito Federal veja: Antônio Paim. "Por uma Universidade no Rio de Janeiro". Em: Simon Schwartzman (org.). *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília, CNPq, 1982.

setores liberais da intelectualidade do Rio de Janeiro, que viam, enfim, surgir uma instituição de nível superior à altura de suas aspirações. Seus cursos foram solenemente instalados em 3 de julho de 1935, com a presença do ministro da Educação e de Pedro Ernesto, prefeito do Distrito Federal. No discurso inaugural, Anísio Teixeira afirmava que "muitos sonhavam, é certo, iniciar, entre nós, a tradição universitária recusando essa liberdade de cátedra que foi conquistada pela inteligência humana nas primeiras refregas intelectuais de nossa época. Muitos julgaram que a universidade poderia existir, no Brasil, não para libertar, mas para escravizar. Não para fazer marchar, mas para deter a vida. Conhecemos, todos, a linguagem deste reacionarismo. Ela é matusalênica. 'A profunda crise moderna é sobretudo uma crise moral'. 'Ausência de disciplina'. 'De estabilidade'. 'Marchamos para o caos'. 'Para a revolução'. 'É o comunismo que vem aí!' Falam assim, hoje. Falavam assim há quinhentos anos. É que a liberdade, meus senhores, é uma conquista que está sempre por fazer".[15] Anísio Teixeira terminava afirmando que não haviam morrido em vão os que morreram pelo ideal de um pensamento "livre como o ar": "Todos os que desapareceram nesta luta, todos os que nela se batem, constituem a grande comunhão universitária que celebramos com a inauguração solene de nossos cursos. Dedicada à cultura e à liberdade, a Universidade do Distrito Federal nasce sob um signo sagrado, que a fará trabalhar e lutar por um Brasil de amanhã, fiel às grandes tradições liberais e humanas do Brasil de ontem."[16] Esta vocação liberal, se por um lado entusiasmava os intelectuais e atraía para a nascente instituição os melhores talentos, era por outro um desafio direto ao projeto universitário acalentado pelo Ministério da Educação, e provocava arrepios nos setores militantes da Igreja. "A recente fundação de uma universidade municipal", escreve Alceu Amoroso Lima ao ministro, "com a nomeação de certos diretores de faculdades, que não escondem suas idéias e pregação comunistas, foi a gota d'água que fez transbordar a grande inquietação dos católicos. Para onde iremos, por este caminho? Consentirá o governo em que, à sua revelia mas sob a sua proteção, se prepare uma nova geração inteiramente impregnada dos sentimentos mais contrários à verdadeira tradição do Brasil e aos verdadeiros ideais de uma sociedade sadia?"[17] O expurgo que se segue ao fracasso da insurreição da Aliança Nacional

15. "A instalação, ontem, dos cursos da Universidade do Distrito Federal". *Correio da Manhã*, 1º de agosto de 1935.
16. Idem.
17. Carta de 16 de junho de 1935. GC/Lima, A, doc. 15, série b.

Libertadora de novembro de 1935 leva à saída de Anísio Teixeira do Departamento Municipal de Educação do Distrito Federal (onde é substituído por Francisco Campos), à destituição de Pedro Ernesto da prefeitura e ao afastamento de vários professores da nova universidade. As atividades da UDF, no entanto, não se interrompem, e em 1936 as aulas são iniciadas com professores de uma missão francesa que incluía Émile Brehier (filosofia), Eugène Albertini, Henri Hauser e Henri Troncon (história), Gaston Léduc (lingüística), Pierre Deffontaines (geografia) e Robert Garic (literatura). Os professores da UDF, até a extinção, são um verdadeiro "quem é quem" da ciência e da cultura brasileira fora de São Paulo: Roberto Marinho de Azevedo, Lélio Gama, Lauro Travassos, Djalma Guimarães, Bernhard Gross, Alfred Scheffer, Viktor Lenz, Otto Rothe, Luís Freire, Joaquim Costa Ribeiro, Luís Dorthworth nas ciências físicas e naturais; Jorge de Lima, Sérgio Buarque de Holanda, Prudente de Morais Neto, Álvaro Vieira Pinto, Luís Camilo de Oliveira Neto, Josué de Castro, Afonso Arinos de Melo Franco em filosofia, letras e ciências sociais; Lourenço Filho, Mário Casassanta em pedagogia; Mário de Andrade, Heitor Villa-Lobos, Arnaldo Estrela, Cândido Portinari em pintura, escultura e música; e muitos outros.

Em 1936, no entanto, a destruição da UDF já se prenuncia, provocando reações em sua defesa. Escrevendo em *O Jornal* daquele ano, José Maria Belo dizia que o ministro da Educação se esquecia, com seu projeto da Universidade do Brasil, "que aqui mesmo, na capital do país, existe a Universidade do Distrito, propondo-se a realizar programa análogo ao da Universidade do Brasil. As faculdades novas de filosofia e letras, de ciências políticas e econômicas (não falando na de educação ou antiga Escola Normal) a que se refere o Sr. Capanema funcionam há dois anos com pleno êxito, atraindo hoje a atenção de todo o país. Criar, pois, novas faculdades de filosofia, economia e educação seria o mesmo que criar novas escolas de direito, de medicina e de engenharia. Redundância inútil ou prejudicial".[18] Capanema responde no mesmo dia, por telegrama que prenuncia suas ações futuras: "Onde estão os edifícios, os laboratórios, as bibliotecas das faculdades da prefeitura? Depois, chamo a sua atenção para este lado grave da questão, a saber, à União é que cabe dar ao ensino superior do país os padrões de todos os cursos. A Universidade do Brasil, modelo das demais, deve pois instituir e organizar modelarmente todas as espécies de faculdades. Nós que temos espírito nacional, que queremos o Brasil em primeiro lugar, não podemos querer que os padrões venham de outro ponto que seja a União."

18. *O Jornal*, 18 de setembro de 1936.

A instituição do Estado Novo dá a Capanema os recursos políticos de que necessitava para, finalmente, eliminar este obstáculo aos seus planos. Com a demissão de Pedro Ernesto, Afonso Pena Jr. assumirá a reitoria da UDF no lugar de Afrânio Peixoto; em 1937 a reitoria é entregue a Alceu Amoroso Lima, que a exerce até o ano seguinte, quando chega o momento de preparar sua extinção. Em 1938, ministro prepara um texto intitulado "Observações sobre a Universidade do Distrito Federal", que é enviado ao diretor do DASP, Luís Simões Lopes. Segundo o texto, o Decreto Municipal nº 8.215, de 21 de maio de 1938, que definia a organização da UDF, era inconstitucional, por faltar competência ao prefeito para tanto. Além deste aspecto formal, Capanema argumenta que a UDF não tinha todos os institutos previstos na Lei Federal para este tipo de instituição, e, o que é mais grave, seus estatutos foram aprovados pelo prefeito, e não pelo Ministério da Educação; ora, até mesmo as universidades estaduais de São Paulo, Minas Gerais e Porto Alegre já se haviam submetido à sanção federal. Por estas e outras violações das normas federais ficava claro para o ministro que "a existência da Universidade do Distrito Federal constitui uma situação de indisciplina e de desordem no seio da administração pública do país. O Ministério da Educação é, ou deve ser, o mantenedor da ordem e da disciplina no terreno da educação". E por isto afirmava que "é preciso, a bem da ordem, da disciplina, da economia, e da eficiência, ou que desapareça a Universidade do Brasil, transferindo-se os seus encargos atuais para a Universidade do Distrito Federal, ou que esta desapareça, passando a Universidade do Brasil a se constituir o único aparelho universitário da capital da República".

Este arrazoado é seguido de uma Exposição de Motivos ao presidente da República, datada de 28 de junho de 1938, onde propõe formalmente a extinção da UDF. "Senhor presidente", escreve ele, "o Estado Novo se assenta num princípio essencial: a disciplina". Em nome deste princípio, e partindo do suposto de que "uma universidade, mesmo a mais modesta, uma vez que seja de fato uma universidade, é uma instituição nacional, de alcance, de influência, de sentido nacionais", propõe-se a incorporação dos cursos da UDF à Universidade Federal. Em 20 de janeiro, Getúlio Vargas assina o Decreto-lei nº 1.063, que consuma o que o ministro queria, não sem grande celeuma. Assina, depois (em 4 de abril de 1939), o Decreto-lei nº 1.190, que cria a Faculdade Nacional de Filosofia como modelo para todo o país.

Luís Camilo de Oliveira Neto, reitor da UDF nesse momento, ainda tenta inutilmente salvá-la, e termina dando por escrito seu protesto com a secretaria da Presidência da República. Para ele, a destruição da UDF significara o sacrifí-

cio de mais de 500 alunos, com cursos interrompidos ou truncados; a dispensa de mais de 50 professores, "reunidos com dificuldades no Rio de Janeiro pela convocação de elementos de valor do interior e do estrangeiro", e um recuo considerável no ensino superior em sua parte fundamental, ou seja, o ensino de filosofia, ciências e letras, dadas as dificuldades e limitações que ele entendia haver na concepção da nova Faculdade Nacional de Filosofia.[19]

A Faculdade Nacional de Filosofia

A Faculdade Nacional de Filosofia deveria ser criada nos moldes de sua antecessora paulista, mas sob tutela federal e estrito controle doutrinário da Igreja Católica. Capanema busca em Georges Dumas, que havia ensinado na Universidade de São Paulo, subsídios intelectuais para seu projeto. Numa carta de 1935, Dumas confirma algumas das idéias básicas ditas pessoalmente pouco antes ao ministro: "Todos os professores franceses que vêm ao Brasil", diz, "impressionam-se com a cultura e a inteligência dos ouvintes e estudantes que conhecem mais de perto, mas também se espantam pelo fato de que de tanta inteligência e tanta cultura se originem tão poucas obras que contem na produção mundial." "Estou persuadido", prossegue, "que a contradição que constato se explica pelo fato de não haver, no Brasil, organismos encarregados de ensinar à juventude, de forma metódica e desinteressada, as disciplinas gerais de pesquisa e de trabalho, na esfera científica e mais ainda na esfera filosófica, histórica e literária." Daí a necessidade de criação das faculdades de filosofia, ciências e letras, que sejam "a alma de sua universidade nacional". Dumas se refere, depois, à exuberância da vida afetiva dos brasileiros, e sugere a necessidade de moderá-la em alguns setores:

> Não são os dons intelectuais que faltam à sua bela juventude; ao contrário, ela os tem em abundância. Mas a boa fada que lhe preside o nascimento colocou também no berço outros dons além da inteligência: o gosto da imaginação e do sonho, a abundância da vida afetiva. E ainda que não se trate, de nenhuma forma, de combater estas disposições naturais, será muito útil limitá-las, sobretudo nos domínios que lhes convêm mais particularmente. O Brasil possui admiráveis líricos, sem dúvida porque o lirismo é inerente à raça e todo brasileiro é, à sua maneira, poeta da alma e da natureza, mas este lirismo pode ter seus inconvenientes quando se manifesta fora das obras de poesia e da imaginação; e as fundações universitárias que o senhor está preparando deverão como resultado canalizá-lo e moderá-lo nas obras da razão, de onde não seria o caso, evidentemente, de excluí-lo totalmente.

19. Carta de L. C. de Oliveira Neto a Vergara, 7 de maio de 1939. GC 36.09.18, doc. 10, série g.

A carta continua neste tom e afirma, mais adiante, estar o Brasil em um momento histórico onde caberá decidir se ele continuará "um país cheio de charme onde se lê tudo e se produz pouco, ou terá amanhã um lugar adequado entre as nações que colaboram na produção intelectual do mundo". Quanto à faculdade de filosofia propriamente dita, ela deveria formar professores secundários e pesquisadores e havia muito menos a fazer no campo científico do que no campo filosófico, histórico e literário: "É nestes últimos domínios", dizia Dumas, "que o esforço me parece ser mais urgente, e sem dúvida mais difícil".[20] Dumas intermediaria a contratação de professores franceses para a Faculdade Nacional de Filosofia e, em 1939, escreveria uma carta a Capanema apoiando a extinção da Universidade do Distrito Federal. Essa carta seria utilizada pelo ministro como resposta às críticas que recebeu da intelectualidade liberal do país.

Em 1936 Capanema escrevia a Luigi Fantappié e Gleb Wataghin, professores de matemática e física da Universidade de São Paulo, oriundos da Itália, pedindo sugestões de professores para a faculdade de ciências que pretendia organizar no Rio de Janeiro. Wataghin responde com uma lista de nomes de professores italianos (Umberto Nobile, de Nápoles; Giovani Giorgi, de Roma; Beniamino Segre, de Bolonha) e inclui na lista até mesmo E. Schröedinger, prêmio Nobel de física. Em 1939 Vargas autoriza a contratação de 15 professores estrangeiros para a nova faculdade, e a partir daí as gestões passam a ser feitas em nível oficial. Em junho de 1939 o embaixador italiano no Brasil, Ugo Sola, confirma por carta haver o governo brasileiro pedido ao governo italiano a designação de professores de língua e literatura italiana, análise matemática, mecânica racional, física teórica, físico-química, química, geometria superior e física experimental. Segundo a carta, sete professores foram devidamente escolhidos, e sua chegada era anunciada para o final de julho do mesmo ano. Este procedimento, de contratação pela via administrativa, contrasta vivamente com a experiência paulista, cujo recrutamento de professores estrangeiros foi feito através de uma missão de alto nível sob a responsabilidade de Teodoro Ramos.

O convite a professores franceses também se processou por canais oficiais, mas aqui o controle doutrinário foi tentado de forma muito mais estrita, sendo

20. Carta de G. Dumas a Capanema, 1º de setembro de 1935, escrita a bordo do navio *Campana*, GC/Dumas, G, doc. 2 (anexo), série b.

os entendimentos feitos através de Georges Dumas. "Para psicologia e sociologia", escrevia-lhe o ministro, "desejo professores habituados à pesquisa e de estudos bem orientados, mas ligados à Igreja. A faculdade vai ficar sob a direção do Sr. Alceu Amoroso Lima, católico, amigo de Jacques Maritain. Daí não encontrar eu boa acolhida para nomes que sejam conhecidos por suas tendências opostas à Igreja ou dela divergentes."[21]

A embaixada francesa no Brasil ajuda nas negociações, pressiona o ministro para que apresse suas decisões, e não se furta a dar informes sobre as orientações dos professores. Sobre o professor Poirier, proposto para ensinar filosofia no lugar de Gouthier, a embaixada afirma que "*il a déjà été indiqué que son orientation doctrinale répondait entièrement aux vues du directeur de la nouvelle* faculté". A respeito do Sr. Ombredonne, proposto para a cadeira de psicologia, a embaixada confirma que ele "*présente toutes les garanties souhaitables au point de vue des tendances*". Para sociologia, o indicado é Jacques Lambert, que já havia estado em Porto Alegre em 1937, uma pessoa que, segundo a embaixada, "*appartient à la même génération de professeurs catholiques que MM. Déffontaines et Garric*".

O balanço feito pela embaixada listava, por essa época, quatro professores já indicados: Fortunat Strowski, de literatura francesa, chegado ao Brasil em 9 de maio; André Gros, de política, chegado em 27 de março; e, ainda por chegar, Gilbert, para geografia humana, e Antoine Bon, para história antiga e medieval. Estavam em suspenso as decisões sobre quatro professores de ciências exatas, além das de Maurice Byé, para economia política, Ombredonne, para psicologia, e Poirier, para história da filosofia. Ainda havia para preencher as cátedras de história moderna, para a qual o nome sugerido era o de Tapié, e a de sociologia, para a qual fora sugerido Jacques Lambert. Maurice Byé fora indicado em substituição a François Perroux: ele havia estado também em Porto Alegre em 1937, e, tanto quanto Jacques Lambert, era definido como "*un catholique aussi militant que M. Garric ou Déffontaines*". Oito professores franceses já haviam sido contratados em 1939, e Capanema confirmava, para 1940, o interesse do ministério na renovação dos contratos de Strowski, Poirier, Ombredonne, Lambert e Bon, além de Maurice Byé, destinatário de carta nesse sentido, onde se informava do vencimento estabelecido de quatro contos por mês, além de gastos de viagem.

21. Carta de Capanema a G. Dumas, 17 de junho de 1939. GC 36.01.18, 13 pasta III, doc. 51, série g.

Todos os contratos de professores estrangeiros e brasileiros eram feitos diretamente pelo ministério, e alguns convites podem ser acompanhados pela documentação disponível. Em 28 de setembro de 1939 o ministro escreve a Luís Camilo de Oliveira Neto, que havia protestado contra a extinção da UDF, convidando-o para o lugar de professor de história do Brasil: "Você se aborreceu com esse episódio de extinção da Universidade do Distrito Federal. Tinha você, do seu ponto de vista, boas razões para isto. A mim a coisa também me aborreceu, por estarem as minhas razões em divergência das suas. Consideremos, porém, passado o episódio." Oliveira Viana é convidado para assumir uma cadeira não especificada, mas não aceita. Influências e pressões vêm, evidentemente, de todo lado. Ainda em julho de 1939 Capanema escreve a Alzira Vargas sobre diversos nomes de interesse presidencial: Delgado de Carvalho, para geografia do Brasil; Alcides Gentil, para substituí-lo na cadeira de sociologia do Colégio Pedro II; Almir de Andrade, a ser designado professor-auxiliar; Ivan Lins, que prefere manter sua colocação no Instituto Nacional de Tecnologia. Vítor Nunes Leal é indicado em 1943 como catedrático interino no lugar de André Gros, que volta para a França, prejudicando as pretensões de Alberto Guerreiro Ramos, que havia deixado posição na Bahia para trabalhar como assistente de Gros. (San Tiago Dantas, então diretor da faculdade de filosofia, sugere que Guerreiro Ramos seja contratado como técnico em educação pelo MEC, como medida compensatória.) As injunções políticas para a escolha dos professores são um dos principais motivos pelos quais, ao final, Alceu Amoroso Lima decide não aceitar sua indicação para dirigir a nova faculdade. Em abril de 1939 ele escreve ao ministro ainda propenso a aceitar o convite, mas mediante duas condições prévias, que eram a não-incorporação dos professores, alunos e funcionários da UDF na nova faculdade, e o adiamento do início das aulas para 1940. Sua preocupação é não assumir o passivo da antiga universidade, com seus quase 100 professores e 500 alunos, e poder começar com liberdade. Ao mesmo tempo, ele aceita ser indicado pelo ministro para a cátedra de literatura brasileira.[22]

Em julho, no entanto, já estava claro que as coisas não se desenvolveriam como ele desejara, principalmente em relação às nomeações de professores. Em carta ao ministro ele protesta contra a nomeação de um italiano desconhecido para a cadeira de física experimental no lugar de Joaquim Costa Ribeiro, e, de uma maneira geral, contra a indicação, "por outros, e não por nós", dos profes-

22. Carta de Alceu Amoroso Lima a Capanema, 7 de abril de 1939. GC/Lima, A-A, doc. 35, série b.

sores da faculdade. Capanema trata de tranqüilizá-lo: "Tudo que combinei com você está na minha memória e nada deixará de ser cumprido. Nenhuma nomeação se fará sem o seu prévio assentimento. O melhor é você ouvir menos alhures, e conversar mais comigo. O governo é uma coisa constituída de tal natureza, que exige que a gente adote a todo momento um modo especial de agir, a fim de que o objetivo desejado e previsto se atinja. É a tal história de andar direito por linhas tortas, processo que, por ser divino, é também próprio da arte humana de governar. (...) Alceu, meu caro amigo, não veja nuvens sombrias no favorável céu que nos cobre."[23]

Em fevereiro de 1941 o convite ainda permanecia de pé, e Alceu escreve longamente ao ministro explicando suas razões definitivas de não aceitá-lo. "Não me sinto com entusiasmo por esta obra", dizia entre outras coisas. "Não sinto nada por esta empresa; senti alguma coisa quando entrei para a UDF. A dolorosa experiência de oito meses tirou-me as ilusões." Mais ainda, "tenho a consciência de nada poder fazer de útil". Seria impossível, segundo ele, afastar uma série de professores que, "direta ou disfarçadamente, criam na faculdade o confusionismo filosófico e ideológico".[24] A esta altura, evidentemente, a Igreja Católica já havia desistido de assumir o controle ideológico da universidade pública e dava início à organização de sua universidade própria, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A direção da Faculdade Nacional de Filosofia ficaria, até 1945, com Francisco Clementino San Tiago Dantas.[25]

A Faculdade Nacional de Filosofia crescia a partir destas marcas de origem, com todas as dificuldades e algumas das virtudes que elas implicavam.[26] Uma Exposição de Motivos de Capanema ao presidente da República em 1944 deixa claro que a nomeação de professores para a universidade era feita por autorização do presidente, ouvida a seção de Segurança Nacional.[27] Em uma carta ao embaixador francês no Brasil, de 19 de setembro de 1945, o ministro manifestava o desejo do governo brasileiro em contratar oito professores daquele país para o ano seguinte (literatura francesa, geografia física, filosofia, história mo-

23. Carta de Capanema a Alceu Amoroso Lima, 21 de julho de 1939. GC 36.01.18, pasta IV, doc. IS, série g.

24. Carta de Alceu Amoroso Lima a Capanema, 3 de fevereiro de 1941. GC/Lima, A., doc. 46, série b.

25. Veja a esse respeito Tânia Salem, "Do Centro Dom Vital à Universidade Católica Em: Simon Schwartzman (org.). *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro. Brasília*, CNPq, 1982.

26.

27. Exposição de Motivos nº 19, 6 de março de 1944. Arquivo Gustavo Capanema, dossiê Cidade Universitária.

derna, economia política, sociologia, psicologia educacional e física matemática), deixando "a conveniente escolha a critério do próprio governo francês, que certamente fará as melhores indicações, tendo em vista não só as conveniências culturais de seu país, mas também os interesses pedagógicos da nossa Faculdade Nacional de Filosofia." [28]

A Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas

Um outro componente central da nova universidade deveria ser sua faculdade de ciências políticas e econômicas. Prevista desde a reforma Francisco Campos de 1931, ela jamais seria criada com este nome, e seria objeto de pressões, interesses e motivações de vários tipos, levando finalmente à criação da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, já ao final do Estado Novo. É possível discernir, entre seus proponentes, pelo menos três orientações e interesses distintos. Havia, por um lado, os contabilistas, administradores e economistas formados por escolas de nível secundário e privadas que viam na nova faculdade o reconhecimento social que almejavam para sua profissão. Para outros, ela deveria ser um centro de formação de quadros políticos e administrativos de alto nível, responsáveis pela condução dos destinos do país. Finalmente, havia uns poucos que viam as ciências sociais como uma ciência entre as demais, e pretendiam dar ao novo estabelecimento um caráter basicamente técnico e científico. O resultado final seria uma tentativa de acomodar um pouco de cada tendência.

Em 1933 a Universidade do Rio de Janeiro forma uma comissão composta por Luís Betim Paes Leme, Cândido Mendes de Almeida e Valdemar Falcão para elaborar o projeto de uma faculdade de ciências políticas e econômicas. Sua criação estava prevista no Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931, que organizava a Universidade do Rio de Janeiro, e pretendia criar um instituto possibilitando a formação de técnicos que se destinassem ao desempenho de atividades administrativas públicas e privadas. A comissão, no entanto, buscava uma instituição com objetivos muito maiores, "onde possam caldear e robustecer o seu preparo, no sentido superior da administração e da política, o escol de nossa mocidade pensante, a fim de que, amanhã, os altos cargos de direção técnica e de orientação administrativa, na gestão dos negócios coletivos, tanto do Esta-

28. Carta de Capanema ao embaixador François d'Astier de la Vigerie, 19 de setembro de 1945.

do como das grandes organizações associativas de finalidade econômica, não venham a experimentar, como tantas vezes se há observado, a alarmante crise das competências, que um autodidatismo eclético e sem coordenação não poderá jamais remediar".

O parecer da comissão, de autoria de Valdemar Falcão, apresenta um resumo da experiência internacional deste tipo de escolas, citando a Escola de Ciências Políticas de Paris e a experiência austríaca, que separa a *Konsularakademie*, essencialmente orientada para a formação de diplomatas e funcionários superiores do governo, da *Hochschule für Welthandel*, uma academia de comércio. Mais próximo de nós, é citada a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, criada pouco antes com grandes pretensões.[29] Um outro decreto de Francisco Campos, que organizava o ensino comercial, previra também a organização de um curso superior de administração e finanças, mas, segundo o parecerista, sua orientação predominantemente jurídica era uma limitação grave, já que "não despertava nenhum interesse aos que se destinavam às carreiras comerciais."

A escola projetada deveria incluir a economia, a política, administração e as finanças, participando, "simultaneamente, da preocupação político-administrativa e da finalidade econômico-diplomática", já que esta diferenciação não parecia fazer sentido no Brasil de então. O relatório passa, então, a apresentar a estrutura do curso projetado. Na base, a matemática e estatística; depois a geografia humana e econômica, como propedêutica para a economia política. Depois, as cadeiras jurídicas; do lado destas, as de economia aplicada (mercadologia e tecnologia comercial, política internacional, legislação aduaneira comparada, legislação e prática consulares). Em um patamar superior as disciplinas críticas: "Crítica político-econômica da história" e a filosofia; e finalmente, "como coroamento dessas indagações, colocamos a cadeira de sociologia, a que se deverá atribuir principalmente uma orientação tendente a construir um estudo de verdadeira filosofia social e política, voltada o mais possível para a realidade sociopolítica de nossa pátria". Outras cadeiras incluíam a legislação social, a higiene industrial, e a "publicística", ética jornalística e legislação de imprensa. O projeto previa, ainda, uma cadeira de "ciência da administração, política criminal e defesa social", e outra de "contabilidade das grandes administrações". O ingresso a este curso, aberto a alunos com o 5º ano ginasial completo, e outros equivalentes, dependeria, de toda forma, de um exame vestibular composto de um exame de línguas, matemática (elementos de álgebra superior e cálculo diferencial e integral), história e elementos de filosofia, psicologia e lógica. Os professores deveriam ser, um terço, de livre nomeação do governo, entre pessoas de notória competência; outro terço transferidos de outras instituições de ensino; e o terço final selecionado por concurso público.

29. Sobre a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo ver Simon Schwartzman. *Formação da comunidade científica no Brasil.* Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional/FINEP, 1979, pp. 192-3.

Em 1935, já senador, Valdemar Facão apresenta seu projeto ao Congresso, que é parcialmente encampado pelo Ministério da Educação e Saúde. Em uma sessão da Comissão de Educação do Senado, Capanema comparece para apresentar seu substitutivo ao projeto inicial, apoiado em análise do Conselho Nacional de Educação. O senador defende seu projeto em termos da "mal-aventurada tentativa de propaganda do internacionalismo marxista" no meio estudantil brasileiro, que, segundo ele, "era fruto da madraçaria intelectual a que se tinham voltado as massas da juventude patrícia na escola; madraçaria essa que incentivava de certo modo o surto dessa propaganda internacionalista". O marxismo, segundo ele, "não é demonstração de atividade científica, mas sobretudo "uma lamentável demonstração da exploração política, de messianismo revolucionário, que arrasta as massas inconscientes aos maiores exageros". A nova faculdade permitiria estudar as ciências políticas e econômicas de forma realmente científica, e por isso ajudaria a corrigir este problema. Capanema procura minimizar esta conotação ideológica. Segundo ele, a nova faculdade deveria ser criada não somente pelas razões de ordem política, defendidas pelo senador, mas principalmente porque, "na fase adiantada em que estamos, de administração de negócios públicos e de empresas particulares, temos necessidade de numerosos técnicos especializados em tal administração". A principal diferença entre o projeto original e o substitutivo é que este previa um currículo unificado de três anos e uma opção entre ciências políticas e econômicas no quarto, além de outras a serem posteriormente criadas. Valdemar Falcão não concorda, lembrando que "a preocupação da política é ligar-se, evidentemente, à economia, e que a economia liberal padecia justamente do defeito de isolar os fenômenos econômicos dos fenômenos políticos".

Na discussão sobre os objetivos da faculdade, Capanema insiste em que ela não deve pretender formar os políticos do futuro: "O que visa praticamente, com seus estudos de ciências políticas", diz ele, "é a formação de funcionários para o serviço público." Ele reconhece que a expressão "ciência política", já consagrada, dava lugar a equívocos, e preferiria um equivalente ao *public affairs*

americano. A seção de economia teria também a função de formar técnicos para a administração dos "estabelecimentos de ordem econômica". Da lista de disciplinas sugeridas pelo ministério fazem parte, agora, a "defesa social e política criminal" e a "história das doutrinas políticas", entre outras, tendo sido retiradas as de filosofia, legislação aduaneira, publicitária e outras. Na concepção do ministério, finalmente, o curso deveria ter como requisito o nível secundário completo de sete anos, mesmo que, no início, este requisito não fosse requerido; e havia objeções quanto à forma de recrutamento de professores do projeto de Valdemar Falcão.

A questão da qualificação necessária para o ingresso no novo curso era de fundamental importância para os profissionais de economia, administração e contabilidade. Na época, os cursos de comércio e contabilidade, profissionalizantes de nível médio, não davam acesso à universidade, que era reservada aos alunos formados pelos cursos secundários propriamente ditos. Os cursos de economia e administração então existentes em alguns estabelecimentos privados não passavam de extensões dos cursos de comércio, ainda que tivessem, muitas vezes, o nome de 'faculdade'. A exigência do curso secundário completo para o ingresso na nova faculdade daria a ela um *status* universitário pleno, que poderia ser posteriormente estendido a todo o sistema.

A Faculdade Nacional de Política e Economia chega a ser criada oficialmente pela Lei nº 452. de 5 de julho de 1937, mas não é implantada, para frustração dos já formados em cursos afins. O sindicato dos economistas de São Paulo escreve ao ministro em 1943 defendendo a idéia de "elevar ao grau universitário um curso único, em que se enquadrem as especializações de economia, administração e finanças. Naturalmente, dado o interesse evidente pelas especificações nos diversos ramos de atividades públicas e privadas, poderiam ser criadas cadeiras optativas dentro do mesmo curso, cuja conclusão daria um grau único em economia e administração" (3 de julho de 1943). Ainda em fevereiro de 1945 o Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, privada, escreve ao ministro pedindo a instalação da Faculdade Nacional de Economia, argumentando que esta faculdade daria ao ensino de economia um *status* universitário, que até então ela não possuía.

A noção de que as ciências sociais tinham uma base comum e que por isto só deveriam se diferenciar no nível das especializações era também compartilhada por antropólogos e sociólogos de orientação mais acadêmica. Há um projeto neste sentido, elaborado pelos professores de ciências da Universidade de São Paulo enviado ao ministério, que propunha uma organização geral para a área que ia até o nível do doutoramento. Pelo projeto, haveria três etapas: "Um curso fundamental de três anos com currículo mínimo fixo, visando à transmissão de uma cultura superior, estruturada em conhecimentos básicos, que diploma bacharéis; um curso de especialização de dois anos, para estudos especializados de determinada matéria de escolha do candidato cujos estudos ficarão inteira e completamente entregues ao professor da cadeira, que diplomará mestres em filosofia, ciências ou letras; e, finalmente, um período de preparação para o doutorado, de duração indeterminada, onde o candidato desenvolverá estudos de pesquisa ou indagação literária ou filosófica e será, uma vez aprovada a sua tese, diplomado doutor."

O curso básico incluía as cadeiras de matemática, introdução à filosofia, sociologia, psicologia social e economia no primeiro ano; sociologia, economia, estatística, política e antropologia no segundo e terceiro anos. A admissão ao mestrado seria feita pelos professores das respectivas matérias, e estava prevista a obrigatoriedade de no mínimo mais duas disciplinas a serem cursadas pelos alunos. Ao final de dois anos haveria uma tese, a ser defendida ante uma banca composta pelos professores da disciplina principal e das complementares. O doutorado tinha como exigência o mestrado e a defesa de tese como prova final. Havia ainda um curso de didática, feito um ano após o curso fundamental, dando o título de licenciado e preparando o aluno para o magistério secundário.

Tem sentido parecido o anteprojeto encaminhado pelo antropólogo Artur Ramos ao ministério de 1938, para a organização do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil. Era baseado principalmente, segundo ele, no Institute of Human Relations de Yale, no Institute for Research in Social Sciences da Universidade da Carolina do Norte e na Divisão de Ciências Sociais da Universidade de Chicago, "a meu ver as mais completas organizações no setor dos estudos sociais." O instituto deveria ter uma parte didática e outra de pesquisa, "nos domínios da antropologia física e cultural, da sociologia e da psicologia social (da economia e da estatística), com especial aplicação aos problemas brasileiros, no sentido de ser mais bem conhecido o material humano no Brasil, o homem brasileiro dentro de seus grupos de sociedade e de cultura". O instituto estaria organizado em departamentos de sociologia, antropologia, economia, ciências políticas e outros. O programa de cursos de antropologia incluía as cadeiras de antropologia física, arqueologia e lingüística, antropologia cultural, folclore, indianologia e africanologia. O objetivo geral deste departamento seria o do "estudo do homem e seu grupo de cultura, considerados do ponto de vista histórico e comparado". Já o curso de sociologia visava "ao estu-

do da natureza e do desenvolvimento das instituições sociais e sua influência na personalidade" e incluía as cadeiras de introdução à sociologia, sociologia geral (a ser desdobrada em sociologia urbana, rural e ecologia humana), psicologia social, serviço social, pesquisa brasileira em sociologia urbana e rural, e patologia social e higiene mental (incluindo criminologia).

Independentemente desta sugestão, um novo projeto do Curso Superior de Ciências Econômicas é elaborado por uma comissão formada por Eugênio Gudin, Maurice Byé e Otávio Gouveia de Bulhões. O programa é encaminhado ao ministro em 13 de maio de 1941. Após expor suas linhas gerais, a carta que o encaminha termina insistindo em que o curso fosse criado separado do de administração, "uma etapa preliminar essencial para o progresso econômico do Brasil". O currículo apresentado pela Comissão tinha forte conteúdo matemático (álgebra superior, geometria analítica e análise infinitesimal no primeiro ano, estatística geral no segundo e métodos estatísticos e matemáticos aplicados à economia no terceiro) e em teoria econômica (teoria do valor e formação de preços, teoria da moeda e crédito, teoria da distribuição da renda social, da economia internacional, do desenvolvimento econômico, do ciclos de prosperidade e depressão). Além disto, havia matérias introdutórias e gerais, como geografia econômica, história econômica, finanças, estudos comparados de sistemas econômicos, economia e sociologia. Para o quinto ano estava prevista a elaboração de uma tese original.

Em agosto de 1944, de volta da Conferência de Bretton Woods, que reorganizou o sistema econômico internacional para os anos de pós-guerra, Eugênio Gudin visita a Faculdade de Economia da Universidade de Harvard, em companhia de Otávio Gouveia de Bulhões, onde discute o projeto da Faculdade de Economia do Rio de Janeiro. O resultado da visita é relatado em carta ao ministro, enviada de Chicago: "Escrevi na pedra o programa e o projeto de currículo que lhe recomendamos, para submetê-lo à crítica de todos e para receber as sugestões dos mestres. Tenho a satisfação de comunicar-lhe que depois de fazerem várias perguntas e de pedirem esclarecimentos, todos os professores de Harvard acharam o programa excelente, dizendo que nada havia a modificar." Existia, no entanto, uma objeção: "Perguntamos-lhes também sobre a conveniência ou não de separar as duas faculdades, a de economia e a de administração. Eles nos levaram à janela para mostrar-nos, do outro lado do rio, a faculdade de administração, admiravelmente instalada aliás, e nos recomendaram que se não tivéssemos um rio, abríssemos um canal (...) para separar as duas faculdades." O resto da carta é dedicado às possibilidades de participação de professores americanos na faculdade de economia, que pareciam promissoras para os anos de pós-guerra.[30]

Capanema não mostra o que pretende até o último momento. Em 21 de julho escreve ao presidente do sindicato de economistas do Rio de Janeiro, que então terminava seu mandato, dizendo que o projeto dos cursos de economia e administração estava pronto, adotando "por um lado, o critério de unir em um só currículo de quatro anos os estudos de ciências econômicas e administração geral, e por outro lado instituindo o curso superior de contabilidade e atuária, também com um currículo de quatro séries". Dois meses mais tarde, contudo, o ministro submete à sanção presidencial um projeto de criação do curso de economia que excluía a administração.[31] O curso proposto obedecia à orientação de Eugênio Gudin: "Em vez de reunir disciplinas de estudos econômicos, jurídicos, administrativos, numa composição complexa, o novo curso propõe-se à formação do economista, ministrando para isto completos e altos estudos das ciências econômicas; na forma proposta, segundo ele, o curso se constituiria em uma nova experiência cultural com a qual o nosso país passará a contribuir, também nesse importante setor dos estudos científicos, de modo mais amplo e elevado, na produção intelectual do mundo."

O Decreto-lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, transforma a antiga Faculdade Nacional de Política e Economia, criada em 1937, na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, e extingue o Curso Superior de Administração e Finanças e Ciências Atuariais, também criado no papel em 1931. Na nova sistemática, ao fim do Estado Novo, a administração desaparece do sistema universitário, e as ciências sociais restringem-se ao curso básico de três anos das faculdades de filosofia, com três períodos dedicados à sociologia, três à economia, três à matemática e estatística, um à ética, outro à filosofia, e outros dois, finalmente, à antropologia e à ciência política. Desta forma, a ciência política também desaparece do ensino superior brasileiro, apesar de ter sido, alguns anos antes, vista como indispensável para a formação das elites e inseparável da economia.

30. Carta de Eugênio Gudin a Capanema, 21 de agosto de 1944. GC 38.09.17, doc. 22, série g.

31. Exposição de motivos nº108-A de 17 de setembro de 1945. GC 35.08.14, pasta IV, doc. 6, série g.

O saldo

Como avaliar o grande projeto da "universidade-padrão?" Seria evidentemente necessário, para uma conclusão definitiva, tratar de verificar quais das inúmeras iniciativas tomadas ou apoiadas pelo Ministério da Educação e Saúde nos anos do Estado Novo tiveram algum impacto nos anos seguintes ou, ao contrário, caíram no esquecimento. De uma maneira geral, todavia, é possível dizer que, do ponto de vista de seus objetivos mais explícitos, o projeto redundou em fracasso. Os anos e esforços dispensados no planejamento da Cidade Universitária foram em vão, já que o atual campus da Universidade do Rio de Janeiro foi construído em outro local e com outros projetos. A Faculdade Nacional de Filosofia, apesar de ter-se consolidado em alguns de seus cursos e programas, não chegou a capturar a mística e as esperanças que cercaram a Universidade do Distrito Federal, nem conseguiu se equiparar ao nível de qualidade de sua congênere e antecessora paulista, criada em 1934. A tentativa de dar à nova faculdade um conteúdo ético e filosófico de cunho católico não chegou a ganhar corpo, tendo a própria Igreja partido para a criação de sua universidade independente. A faculdade de economia jamais chegou a se constituir no centro de formação de líderes nacionais a que se destinava inicialmente.

A comparação com a Universidade de São Paulo não é fortuita, até mesmo porque havia um elemento de inegável competição entre o projeto de Capanema e a iniciativa já implantada de Armando de Sales Oliveira. A Universidade de São Paulo foi mais bem-sucedida em sua tentativa de formar uma faculdade de filosofia, ciências e letras de cunho fortemente acadêmico, ainda que tivesse tantas dificuldades quanto a do Rio de Janeiro em lograr uma integração efetiva entre esta faculdade e as escolas mais tradicionais de medicina, engenharia e direito. Ambos os projetos partiam de um objetivo de longo alcance. Para os paulistas, tratava-se de criar condições para a formação de uma elite cultural e política que pudesse recuperar para São Paulo a posição de liderança nacional perdida em 1930; para o Ministério da Educação, tratava-se de criar um centro de formação das elites nacionais. Mas aí as semelhanças cessam quase que completamente.

A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP obedeceu a procedimentos muito mais acadêmicos, que, por isto, deram melhor resultado. A escolha dos professores estrangeiros das áreas mais técnicas foi feita a partir do trabalho pessoal de um matemático de grande competência, Teodoro Ramos; os de ciências sociais, recrutados predominantemente na França, eram familiares à

intelectualidade paulista, de orientação francesa conhecida. No Rio de Janeiro, enquanto isto, o processo de indicações nas áreas sociais e humanas era submetido a um crivo ideológico estrito, e os canais oficiais eram utilizados para a seleção de professores. Em São Paulo havia um evidente investimento intelectual em pensar a maneira pela qual os novos cursos deveriam ser instituídos, ao passo que, no Rio, a preocupação arquitetônica com a Cidade Universitária parecia ser a principal motivação. Em resumo, se por um lado o projeto paulista era muito mais orgânico, partindo dos recursos e do envolvimento da própria comunidade científica e acadêmica existente no estado, por outro, o projeto nacional era de concepção muito mais hierárquica e autoritária, buscando implantar-se de cima para baixo. A todas estas considerações há que acrescentar uma outra, de ordem mais geral: por uma série de razões nem sempre muito claras, mas que incluem, sem dúvida, a dinâmica de sua economia e a presença de grandes contingentes de população de origem européia, é possível que São Paulo possuísse, já no início da década de 1930, um ambiente mais propício para a atividade intelectual, cultural e científica do que o Rio de Janeiro, e isto proporcionava um terreno mais sólido para um projeto universitário.[32]

O projeto ministerial, no entanto, parece ter sido muito bem-sucedido na consolidação de uma série de concepções, formas administrativas e procedimentos implantados naqueles anos, e que continuariam a funcionar de maneira quase que automática nos anos subseqüentes: a idéia de que o sistema universitário necessitava de uma sistematização legal que definisse os currículos dos diversos cursos; a noção de que deveria haver modelos e padrões válidos para todo o país; o princípio de que ao título proporcionado pelas universidades deveria corresponder uma profissão regulamentada pela lei; o papel do Ministério da Educação como órgão fiscalizador do sistema educacional, apoiado por um grande Conselho Nacional; a idéia de que o ponto de partida para a estruturação das universidades deveria ser a construção física de seu campus; e muitos outros projetos que tinham como implicação geral o tolhimento da iniciativa no nível das instituições de ensino e seu professorado, e a concentração do poder nas autoridades ministeriais, administrativas e financeiras.

Não é que os problemas advindos dessa maneira de conduzir a educação superior fossem, na época, desconhecidos. O arquivo Gustavo Capanema contém uma carta do sociólogo Donald Pearson, por muitos anos vinculado à Esco-

32. Para uma comparação entre os dois ambientes, veja a introdução de Simon Schwartzman (org.). *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília, CNPq, 1982.

la de Sociologia e Política de São Paulo, em que comentava um projeto de organização do ensino das ciências sociais no Brasil elaborado pela antropóloga Heloísa Alberto Torres, então diretora do Museu Nacional. "Não acha mais aconselhável", perguntava, "organizar as matérias de acordo com o pessoal disponível para o ensino e a pesquisa em cada faculdade, do que de acordo com um certo padrão ideal nacional, seja qual for sua perfeição? Criar cursos para serem ensinados em todas as faculdades sem o pessoal adequado tenderá a deformar as ciências sociais antes de, por assim dizer, terem nascido... Não acha preferível, uma vez obtidos os professores adequadamente orientados e preparados no próprio campo de ensino, deixar ao critério destes especialistas o preparo dos próprios programas em vez de os padronizar de acordo com a rígida centralização do ensino na capital do país?" E concluía: "Prender seu trabalho a um padrão central me parece uma *policy* irrealista, *policy* que criará desnecessários obstáculos ao progresso educacional uma vez que: 1) as condições de ensino, num país tão vasto como o Brasil, variam bastante de lugar para lugar (e devo indicar também, de tempo para tempo; 2) esta padronização inibe, em vez de estimular, a iniciativa particular; e 3) ela sujeita o melhoramento do ensino, em cada lugar, às vicissitudes de possível controle político (ou administrativo) inadequadamente informado."[33]

Falou mais forte, contudo, o peso da centralização política e burocrática, que tolheu a educação superior brasileira desde sua incepção, e apesar das boas intenções e do eventual talento de muitos dos responsáveis pela sua organização. A liberalização política ocorrida no país após 1945 não foi suficiente para reverter o padrão de centralização burocrática que se constituiu sob o manto autoritário do Estado Novo, incorporado ao comportamento quotidiano da máquina administrativa. Na ausência de setores suficientemente fortes que pudessem levar à frente uma concepção mais dinâmica e autônoma do processo educacional e, mais ainda, na ausência de um conhecimento suficientemente maduro de outras realidades e experiências que pudessem servir de modelo alternativo, o ambiente cultural e universitário brasileiro em sua grande maioria assimilou como óbvio e inevitável todo aquele conjunto de procedimentos operacionais rotineiros gestados nos tempos de Capanema. Tais procedimentos já estavam, então, gastos e fracassados em suas pretensões mais ambiciosas, mas nem por isto foram revistos e reexaminados, até hoje, em profundidade.

33. Carta de Donald Pearson e Heloísa Torres, transcrita em papel timbrado do Ministério da Educação em 11 de dezembro de 1944. GC 38.11.03, doc. ii, série g.

Projeto da Universidade do Brasil
(Lei nº 452, de 5 de julho de 1937)

Estabelecimentos de ensino

Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras
Faculdade Nacional de Educação
Escola Nacional de Engenharia (ex-Escola Politécnica)
Escola Nacional de Minas e Metalurgia (ex-Escola de Minas de Ouro Preto)
Escola Nacional de Química
Faculdade Nacional de Medicina (ex-Faculdade de Medicina)
Faculdade Nacional de Odontologia (ex-Faculdade de Odontologia)
Faculdade Nacional de Farmácia (ex-Faculdade de Farmácia)
Faculdade Nacional de Direito (ex-Faculdade de Direito)
Faculdade Nacional de Política e Economia
Escola Nacional de Agronomia
Escola Nacional de Veterinária
Escola Nacional de Arquitetura
Escola Nacional de Belas-Artes
Escola Nacional de Música (ex-Instituto Nacional de Música)

Institutos

Museu Nacional
Instituto de Física
Instituto de Eletrotécnica
Instituto de Hidroaerodinâmica
Instituto de Ensaio de Materiais
Instituto de Química e Eletroquímica
Instituto de Metalurgia
Instituto de Nutrição
Instituto de Eletrorradiologia
Instituto de Biotipologia
Instituto de Psicologia
Instituto de Criminologia
Instituto de Psiquiatria
Instituto de História e Geografia
Instituto de Organização Política e Economia

Instituições complementares

Colégio Universitário (ensino secundário complementar)
Escola Ana Néri (enfermagem e serviço social)
Hospital das Clínicas

8

O ENSINO INDUSTRIAL

As origens

O ensino profissional não mereceria, do ministério Capanema, a mesma atenção que o ensino secundário e superior. Das diversas modalidades de ensino profissional, só o industrial recebe maior destaque, graças, sem dúvida, à incipiente industrialização do país naqueles anos, que já começava a exigir alguma qualificação da mão-de-obra. A história mostra, no entanto, que os empresários e o ministério não viam este ensino da mesma maneira.

O ensino industrial teve início oficialmente, no Brasil, com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, baseada em decreto do presidente Nilo Peçanha, de 1909. É uma medida que visava não ao desenvolvimento da indústria e das profissões mas, principalmente, reduzir os problemas sociais que a urbanização incipiente do país já trazia. De fato, em sua introdução, o decreto presidencial afirmava que "o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência", e que para isto era necessário "não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e profissional, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime".[1]

Pensadas como instituições beneficentes, as Escolas de Aprendizes e Artífices deveriam proporcionar assistência médico-dentária e ferramentas para seus alunos e promover a eventual venda de seus trabalhos. Em 1910 já haviam sido

1. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.

instaladas 19 escolas em todo o país, com um total de 1.248 alunos efetivos. Diversas modificações foram feitas nos anos seguintes, destacando-se o trabalho da "comissão de remodelação" criada em 1921 pelo ministro Ildefonso Simões Lopes, sob a direção de João Lauderitz, e a lei Fidelis Reis[2] que tornava obrigatório o ensino profissional em todos os estabelecimentos de ensino primário e secundário, mas que não chega a ser implementada. Em 1923 é criada a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, em substituição à antiga Comissão de Remodelação; em 1934 a inspetoria é transformada em Superintendência do Ensino Industrial, que pela primeira vez previa a colaboração das associações industriais com as escolas profissionais; finalmente, a reforma do Ministério da Educação e Saúde, de 13 de janeiro de 1937, coloca esta atividade sob a responsabilidade de sua Divisão do Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação.

A Carta de 1937 mantém, em linhas gerais, a antiga destinação do ensino industrial:

> O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a este dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos estados, dos municípios e dos indivíduos ou associações profissionais.[3]

A partir daí as antigas escolas de Aprendizes e Artífices são transformadas em liceus industriais, e um amplo programa de edificações é iniciado, com um orçamento de dez mil contos estabelecido especificamente para este fim em 1938. Em 1939 já havia cerca de sete mil alunos nestes estabelecimentos em todo o país.

Do início do século até o Estado Novo, portanto, o ensino industrial foi visto essencialmente como uma forma de educação caritativa, destinada a tirar os pobres da ociosidade, mas sem maior significação do ponto de vista econômico e social mais amplo. A partir da década de 1930 outras concepções começariam a emergir e a ganhar força, culminando em um intenso conflito de bastidores entre o Ministério da Educação e Saúde e o do Trabalho, Indústria e Comércio, que tinha por detrás, principalmente, a Federação Nacional da Indústria e a Federação das Indústrias de São Paulo. Do lado do Ministério da Educação, o que mais ressalta é a ausência dos setores mais militantes da Igreja

2. Lei nº 5.241, de 22 de agosto de 1927.

3. Constituição de 1937, artigo 129.

Católica em toda esta questão. Preocupada com o ensino universitário, levantando a bandeira da formação clínica e humanística em nível secundário, defendendo a escola privada e o ensino religioso, a Igreja como que não percebe a importância deste aspecto do sistema educacional que estava sendo gestado e que teria como meta atingir a grande maioria da população do país.

Quem defende a perspectiva mais radical dentro do Ministério da Educação, e que seria em grande parte endossada por Capanema, é Rodolfo Fuchs, pessoa ligada profissionalmente ao ensino industrial e que teria participação ativa nas diversas comissões, grupos de trabalho e outras atividades de assessoria ao ministério para este assunto. Para ele, em documento elaborado ainda em 1935, o ensino industrial deveria ser obrigatório para todos, de forma tal que fosse eliminada, de vez, a "idiossincrasia do trabalho manual, industrial e agrícola" que lhe parecia ser um traço cultural brasileiro responsável pelas dificuldades do país. O sistema proposto é tão abrangente que o autor precisa afirmar, a certa altura, que "não pensamos em destruir a escola primária, mas criar, ao seu lado, a Escola Profissional Elementar". Além desta, seriam criadas escolas profissionais de nível médio, normal (para a formação de professores e mestres) e tudo culminaria com a Universidade do Trabalho. Todo este sistema de ensino deveria estar vinculado à exigência de diplomas para o exercício do trabalho profissional em todos os níveis, de forma tal que a passagem pelo ensino industrial se tornasse inevitável e obrigatória.[4]

A universidade técnica já havia sido criada no papel em julho de 1934, através de decreto presidencial,[5] reunindo as escolas Politécnica do Rio de Janeiro, de Minas e Metalurgia de Ouro Preto e Nacional de Química, também do Rio. A criação desta universidade inspirou-se na experiência de muitos países europeus, onde a engenharia não chegara a encontrar lugar nas universidades tradicionais, e o decreto previa a instalação de oito institutos de pesquisa (física industrial, química industrial, mecânica industrial, hidro e aerodinâmica, ensino de materiais, eletrotécnica, metalurgia e organização do trabalho). Estes institutos jamais chegaram a ser criados, e muitas destas áreas passaram a ser cobertas nos anos posteriores, ainda que de forma incipiente, pelas divisões do Instituto Nacional de Tecnologia, vinculado desde 1934 ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

4. Rodolfo Fuchs, 1935. GC 34.11.28, pasta 1 doc. 3, série g. Esta concepção parece ter pontos em comum com a de Anísio Teixeira, que, na reforma das escolas profissionais do Rio de Janeiro, tratou de escoimá-las "do caráter discriminatório que até então tinham". (Alberto Venâncio Filho, comunicação pessoal.)

5. Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934.

A proposta inicial de Capanema de nomear o reitor da nova universidade e dar início ao seu funcionamento efetivo não obtém o apoio de Vargas, e a Universidade Técnica Federal jamais chega a ganhar corpo.

O projeto da Universidade do Trabalho tinha características totalmente distintas. Segundo Capanema, em Exposição de Motivos ao presidente escrita em 1934, enquanto a universidade técnica "visa a preparar engenheiros, das várias denominações, aquela tem por objetivo preparar operários, desde os simples artífices para as profissões elementares até os operários graduados e contramestres para o serviço da grande indústria moderna".[6] Antes de Capanema, o ministro Washington Pires havia encomendado a um especialista suíço, Omer Buyse, a elaboração de um projeto detalhado de criação de três universidades do trabalho, em Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Capanema se opõe a isto, chamando a atenção para o fato de que a prioridade número um do país era a fundação de grande número de escolas profissionais especializadas, que pudessem atender às exigências industriais das regiões do país. "Quando muito podemos cogitar de ter uma universidade do trabalho na capital da República", afirma, "onde o desenvolvimento das indústrias já exige operariado numeroso, variado e competente. Os diferentes cursos dessa universidade poderiam servir de padrão para as escolas profissionais existentes nos outros pontos do país."[7] O embrião para isto seria a Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás, do Rio de Janeiro, uma vez reorganizada. O texto de Capanema faz referência, ainda, aos estudos de João Lauderitz e Omer Buyse sobre o tema, afirmando que, "assim que esteja terminado este trabalho, poderá ser elaborado o plano nacional do ensino industrial".

O conflito com os empresários

Enquanto o ministério prosseguia nesta linha, uma outra corrente, com objetivos muito mais pragmáticos e limitados, tratava de implantar um sistema de aprendizagem industrial mais diretamente ligado à indústria e suas necessidades práticas. Esta corrente encontrava apoio da Federação das Indústrias de São Paulo, e tinha por base as experiências bem-sucedidas da Escola Profissional Mecânica do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo e do Serviço

6. "Exposição de motivos sobre a Universidade Técnica". Gc 34.07.24, doc. 2, série g.
7. Idem, ibidem.

de Ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana, que deu origem ao Centro Ferroviário de Ensino de Seleção Profissional do Estado.[8] Roberto Mange, responsável principal por estas experiências, tornar-se-ia mais tarde consultor constante do Ministério da Educação para questões relativas ao ensino industrial. A tentativa de generalizar a experiência paulista para todo o país, no entanto, seria endossada principalmente pelo Ministério do Trabalho, e o conflito de orientações entre os dois ministérios, que chega ao ápice em 1940, é bem revelador.

Em 2 de maio de 1939 Getúlio Vargas assina um decreto-lei (nº 1.238) obrigando as empresas com mais de 500 operários a construírem refeitórios para seus trabalhadores, e como que de passo, no artigo 4, dispõe que elas deverão também manter "cursos de aperfeiçoamento profissional", para adultos e menores, de acordo com o regulamento cuja elaboração ficará a cargo dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde.[9] É um decreto oriundo do Ministério do Trabalho (a assinatura do titular, Valdemar Falcão, antecede a de Gustavo Capanema), e dele resulta um conflito de bastidores, entre os ministérios, que culmina com o Decreto nº 6.029, de 26 de julho de 1940, que regulamenta os cursos profissionais conforme a ótica do primeiro.

De fato, em julho de 1940 chegam às mãos do presidente da República dois projetos de regulamentação do ensino profissional, um oriundo do Ministério da Educação e outro da área do Trabalho. Há um ofício encaminhado por Valdemar Falcão a Getúlio Vargas a este respeito que revela toda a trama. Nele Valdemar Falcão faz um histórico dos trabalhos da comissão interministerial encarregada de elaborar o projeto de regulamentação (composta por Rodolfo Fuchs, Joaquim Faria Góes Filho e Licério Alfredo Schreiner pelo Ministério da Educação e mais três representantes do Ministério do Trabalho), e lembra que o projeto final havia sido entregue em novembro de 1939, tendo então Capanema avocado a si o assunto, "por isto que se tratava de matéria essencialmente ligada à sua pasta".[10] Sete meses depois, Capanema elabora um projeto de decre-

8. Marluce Moura de Medeiros, *Estrada de ferro e ensino industrial: um estudo de caso.* Tese de mestrado, IESAE/FGV, 1980; Celso Suckow da Fonseca. *História do ensino industrial no Brasil.* Rio de Janeiro, Escola Técnica Nacional, 1961, 2 volumes; Luís Antônio Cunha. "A política educacional e a formação da força de trabalho industrial na era de Vargas". FGV/CPDOC, seminário sobre a Revolução de 30, 1980. Em *A Revolução de 30 — Seminário Internacional* (Editora da Universidade de Brasília, 1983), pp. 437-470.
9. Decreto-lei nº 1.238, de 2 de maio de 1939.
10. Carta de Valdemar Falcão a Vargas, 3 de julho de 1940. GC 38.04.30, série g, anexo documento IIa -1.

to-lei que é objeto de "dois longos encontros pessoais" do ministro do Trabalho com o presidente nos quais, segundo diz o ministro em estilo diplomático, "tive ocasião de verificar a alta compreensão que S. Excia. tem do problema do ensino profissional e da maneira perfeitamente lógica e sistemática por que pretende solucioná-lo".[11] Todavia, diz ainda, é necessário dar uma solução urgente ao problema, e por isto indaga:

> Será conveniente realizar, com as devidas fases de implantação e organização iniciais, a concretização do ensino profissional, nos meios industriais, dentro dos moldes amplos e grandiosos por que o concebe o bem elaborado projeto de decreto-lei do Sr. ministro da Educação e Saúde, com os conseqüentes gastos orçamentários que passará a exigir, ou tratar de regulamentar no atual momento, em fórmula mais singela, o dispositivo do Decreto-lei nº 1.238, criando-se os cursos de aperfeiçoamento profissional junto às fábricas e centros de trabalho, mantidos à custa dos próprios empregadores e destinados principalmente aos filhos e irmãos de seus operários, o que não trará ônus financeiro para a União? Resolverá V. Excia. Sr. presidente, com o alto senso patriótico que dirige seus atos, qual a diretriz a seguir imediatamente.

Vargas opta pelo Ministério do Trabalho, mas não sem os protestos de Capanema. Em carta ao presidente, de 25 de julho, o ministro da Educação afirma que o texto do Ministério do Trabalho é "contrário ao artigo 125 da Constituição de 1937, que fixa o princípio de que a educação é dever dos pais e do Estado", e que o ensino profissional é o "primeiro dever do Estado" (art. 129).[12]

A partir daí, Capanema argumenta que o Estado deve participar necessariamente do ônus do ensino profissional e, por implicação, de seu controle e supervisão: "Não estando o aprendiz vinculado ao empregador, para servi-lo, por tempo determinado, na sua indústria, mas sendo livre de, finda a aprendizagem, tomar o rumo que quiser, é lógico admitir que o ônus de sua educação não seja somente dos empregadores, parcialmente interessados nela, mas também do Estado, que é o interessado maior pela educação popular." Não deixa de ser curiosa esta defesa aparentemente anticorporativa do ensino público pelo Ministério da Educação, em um momento em que as idéias corporativas atingiam no país seu prestígio mais alto, concentrando-se exatamente na área das relações de trabalho. Na realidade, o que o Ministério da Educação defende não é a livre circulação da mão-de-obra, mas que seu controle fique nas mãos de um

11. Idem, ibidem.

12. "Organização da aprendizagem industrial"; de Gustavo Capanema a Vargas, 25 de julho 1940. GC 38.04.30, pasta IV, doc. 5, série g.

Estado ordenador e orientado para fins supostamente mais nobres, e não à mercê dos interesses mais imediatistas dos industriais.

A indústria, contudo, não abria mão de seu controle sobre o novo sistema. Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, havia pouco antes comentado o anteprojeto do Ministério da Educação e, em carta a Capanema, propunha emendas que visavam "aumentar a representação e, portanto, a responsabilidade da classe dos empregadores na organização do ensino profissional". E argumentava: "Recaindo sobre estes os maiores ônus e dependendo a sua eficiência de uma perfeita entrosagem entre os Centros de Formação Profissional e as fábricas, parece-nos perfeitamente justificáveis estas emendas." E concluía: "Muito embora leis como esta só existam em países em que fazem parte de um conjunto de disposições defensivas da indústria, nenhuma objeção maior apresenta à indústria de São Paulo, que tem plena consciência do novo e pesado ônus com que virá a ser sobrecarregada. Isto ela salienta, não para mostrar os sacrifícios que faz e esperar vantagens compensatórias, mas para que o lúcido espírito de V. Excia. possa aquilatar de quanto é capaz a indústria de São Paulo sempre que se trate dos verdadeiros interesses nacionais, como é o caso do aperfeiçoamento da mão-de-obra entre nós."[13] Em outras palavras: a indústria paulista põe de lado sua ideologia liberal, aceita (ainda que de mau grado) as "disposições defensivas" e está disposta a assumir os custos, mas sob o seu controle.

As diferenças de posição entre os dois ministérios seriam explicitadas com clareza por parecer elaborado por Francisco Negrão de Lima para o Ministério da Justiça, a quem Vargas havia encaminhado a carta-protesto de Capanema.[14] Colocados lado a lado, os dois projetos revelam que, enquanto o decreto assinado previa que apenas estabelecimentos com mais de 500 empregados ficavam obrigados ao ensino profissional, no projeto do Ministério da Educação eram incluídos todos os estabelecimentos industriais, empresas de serviço público, de mineração, estaleiros, empresas de transporte etc., qualquer que fosse o número de empregados. Por outro lado, no entanto, o Ministério da Educação restringia este ensino a aprendizes entre 14 e 18 anos, e obrigava a indústria a contratar parte deles; o projeto do Ministério do Trabalho ampliava os participantes a todos os empregados, filhos, irmãos etc., mas sem obrigação de contrato poste-

13. Carta de Roberto Simonsen a Capanema, 7 de julho de 1940. Gc 35.04.30, pasta IV, doc. 5, série g.

14. Parecer de Francisco Negrão de Lima sobre projetos de ensino industrial, 17 de fevereiro de 1941. GC 35.04.30, pasta IIb, doc. 1, série g.

rior. Na previsão do Ministério do Trabalho os cursos seriam isolados, sujeitos somente a instruções gerais a cargo do Ministério da Educação, e a cargo das próprias indústrias; Capanema defendia a criação de um órgão burocrático federal para administrar o sistema de ensino industrial em todo o país, e uma participação significativa do governo em seus custos.[15] O autor do parecer nota que a organização proposta pelo Ministério da Educação era dispendiosa, "talvez seja mesmo exagerada, tendo-se em vista o estado de nosso progresso industrial. A do decreto assinado, mais modesta, mais de acordo com as necessidades de nosso meio, e menos cara". Ele aceita a tese do ministro de que a obrigação do Estado pelo ensino profissional não poderia ser totalmente abandonada; mas a proposta final é no sentido de diluir essa participação ao máximo, na forma de "facilidades e auxílios indiretos: isenções, redução de ônus gerais, relevação de penalidades etc."[16] (Esta linha de conciliação já havia sido proposta pelo próprio Capanema, que previa ainda uma quota governamental para subvenções ao ensino profissional, a ser fixada anualmente pelo presidente da República e movimentada pelo Ministério da Educação.)

Capanema ainda voltaria à carga, argumentando, em carta de 19 de maio de 1941 ao presidente, que "para que os estabelecimentos oficiais do país passem a dar ensino a seus operários e aprendizes, não um ensino de mera transmissão de processos técnicos rotineiros e inidôneos, mas de real elevação da sua qualidade profissional, força é que sejam obrigados a uma conveniente disciplina pedagógica e recebam orientação técnica de apurado estilo. E isto exige evidentemente um aparelho próprio de direção, por mais simples que seja. Onde, pois, o exagero?"[17]

O Decreto nº 6.029 de julho de 1940 não seria modificado; ele daria lugar, no entanto, já em 1942, a dois decretos quase simultâneos, um que criava o Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial, o SENAI, conforme as aspirações da indústria e do Ministério do Trabalho; e outro que definia a Lei Orgânica do Ensino Industrial, oriundo das idéias e propósitos da área da Educação. A partir daí, os dois teriam que conviver. Na fórmula encontrada pelo ministro, o SENAI se encarregaria da "formação profissional dos aprendizes", e seria tão somente uma peça, delegada à Federação Nacional das Indústrias, do amplo painel de ensino profissional estabelecido pela lei orgânica. Todavia, não deixa de ser sintomático que o projeto do SENAI, que só merece oito linhas na longa exposição de motivos de 5 de janeiro de 1942 com a qual Capanema encaminha a Lei Orgânica, termine sendo assinado em primeiro lugar.[18]

15. Idem, ibidem

16. Idem, ibidem.

17. Ofício de Capanema a Vargas sobre a "Organização da aprendizagem industrial", 19 de maio de 1941. GC 38.04.30, pasta IV, doc. 7, serie g.

Essencialmente, a Lei Orgânica do Ensino Industrial é uma grande declaração de intenções, acompanhada de um amplo painel da organização à qual o ensino industrial se deveria ajustar. Uma de suas características principais, no espírito do Ministério da Educação da época, é a uniformidade que trata de impor a este tipo de ensino em todo o país. Em termos de intenções, ela busca atender, simultaneamente, aos interesses do trabalhador, "realizando sua preparação profissional e sua formação humana"; das empresas, "nutrindo-as, segundo suas necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão-de-obra"; e da nação, "procurando continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura". Uma de suas inovações é o tratamento quase igualitário para homens e mulheres, vedando a estas somente trabalhos que sejam a elas inadequados por supostas razões de saúde; e procura eliminar o estigma histórico que fazia do ensino industrial algo voltado somente aos pobres e marginais. Ela se opõe, tanto quanto possível, à "especialização excessiva e prematura", e busca combinar o ensino técnico com disciplinas de cultura geral. Do ponto de vista de sua organização, o ensino industrial é definido como de nível médio, sendo o primeiro ciclo destinado ao ensino industrial básico, de mestria, artesanal e de aprendizagem (por ordem decrescente de dificuldade e dedicação); e o segundo ciclo dedicado ao ensino técnico e pedagógico, sendo este último para a formação de docentes e administradores especializados em ensino industrial.

A solenidade de assinatura da criação do SENAI, em presença do presidente da República e do presidente da confederação Nacional da Indústria, permite que Capanema tente mais uma vez apresentar as linhas mestras de seu grande plano de ensino industrial, no qual a aprendizagem industrial teria um lugar definido e delimitado. Ele começa, tipicamente, insistindo na importância de uma "idéia de um plano nacional e de conjunto", "um ponto de vista total e nacional," "segundo os planos, métodos e orientação da mais avançada e moderna pedagogia."[19] O aspecto principal deste ponto de vista é pensar o ensino

18. Decreto nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. A Lei Orgânica seria assinada no dia 30 de janeiro sob o nº 4.073.

19. Gustavo Capanema, conferência proferida perante a Confederação Nacional da Indústria na solenidade de abertura do SENAI. GC/Capanema, G. 42.08.00, série pi. 20.

industrial não somente em função dos interesses da indústria, mas, principalmente, dos próprios trabalhadores: "É necessário que a educação industrial não se preocupe apenas em preparar o lado técnico do trabalhador, mas, também, o seu lado humano, isto é, o seu lado espiritual, o seu lado moral, o seu lado cívico e patriótico, o que quer dizer que o principal critério da formação do trabalhador nacional tem que ser precisamente este — o de atingir, a um tempo, a sua preparação técnica e a sua formação humana."[20]

Capanema se dedica, depois, a defender a importância da educação mais geral para evitar a transformação do homem em máquina: "O trabalhador não se transformará em máquina, uma vez que nós tentemos realizar, a um tempo, os dois objetivos — sua preparação técnica e sua formação humana." Ele se opõe, assim, à especialização prematura e apressada, que levaria o trabalhador à similitude com a máquina, e declara como "falha, insignificante e prejudicial a educação profissional que fica imbuída da idéia da prática, abandonando a preocupação teórica". "É preciso não forçar, não apressar a especialização, não exigir que o trabalhador aprenda restritamente um ofício ou uma determinada maneira de exercer um ofício."[21]

Depois de se referir, brevemente, aos outros dois objetivos do ensino industrial, o interesse da empresa e o interesse da nação, orientado este para "o problema do enriquecimento nacional e o problema da cultura nacional", o ministro passa a distinguir as duas soluções possíveis para o ensino industrial: a escola de tempo todo, "dispondo, em seu próprio recinto e ambiente, de todas as condições pedagógicas e todas as condições técnicas para uma plena educação"; e as de tempo parcial, combinadas com o trabalho, e "limitando-se a transferir para os próprios centros de trabalho a técnica, o ensino da tecnologia e a prática do ofício".[22] Este seria o trabalho do SENAI, cujo escopo Capanema tratava de circunscrever, definindo-o como limitado a "trabalhadores menores que vão receber nas escolas suplementares ensino do ofício que estejam exercendo", sendo todo ele, portanto, "obra que tem objetivo preciso, delimitado e seguro, e não uma obra de dimensões ilimitadas".

Nestes limites, o ministro via no novo serviço o renascer, no Brasil, das antigas corporações de ofício medievais: "Nós estamos numa escala muito maior, muito mais importante e decisiva, realizando nesta moderna idade, da técnica e

20. Idem, ibidem.
21. Idem, ibidem.
22. Idem, ibidem.

da indústria, aquele sistema antigo da educação artesanal em que o trabalhador, aprendiz e mestre, isto é, em que o dono da indústria e o seu trabalhador, menor ou maior, formavam uma comunidade, uma corporação, uma entidade de interesses estritos, e em que se realizou, na sua forma mais alta, mais expressiva, mais segura, a melhor educação profissional de todos os tempos." "O Brasil, neste ponto, passou na frente de todas as nações do mundo, chegamos a uma forma moderna de cooperação entre o trabalhador aprendiz, entre o operário menor e o patrão, em que todos se reúnem em família, todos se reúnem na comunidade de interesses para formar uma obra que não é mais de interesse da corporação, mas, sim, de interesse da nação."[23] E, mais ainda: "É um empreendimento que se aproxima muito da obra da educação medieval, em que a educação não era de ensino acadêmico, de sentido artificial (rias,..) mas é a educação prática, segura, eficiente, em contato permanente com a vida, uma educação que é, não propriamente uma preparação para a vida, mas, rigorosamente, a própria vida."

Ao final, o ministro lembra que a educação profissional havia sido, até então, uma educação para os pobres, enquanto os que tinham recursos enviavam seus filhos para as escolas secundárias. Na sua visão, contudo, a estratificação educacional deveria obedecer a critérios estritamente meritocráticos. Com a criação do novo sistema de ensino industrial, do qual o SENAI era uma parte, as pessoas seriam distribuídas para os diferentes cursos por um sistema de orientação vocacional, o que faria com que a educação profissional deixasse de se constituir em um setor à parte. Com a orientação vocacional, os trabalhadores deixariam de seguir esta ou aquela formação pelo acaso ou pelo palpite, mas passariam a ser guiados "pelas suas qualidades, pelos seus atributos, pelas virtudes, pelas suas possibilidades físicas, pelas suas aptidões intelectuais e pelas suas qualidades morais". O resultado final seria "misturar a juventude do país em uma unidade moral e individual, fazendo com que toda a juventude seja uma só, e portanto, toda ela, pobres e ricos, no trabalho industrial ou no trabalho civil, todos possam atingir as mais altas posições que pelo ensino industrial leva à universidade, acessível a todos". De modo que a orientação vocacional será "aquele veículo em virtude do qual os mais capazes, os mais inteligentes, os mais cheios de vocação cultural possam realizar uma carreira cultural e atingir os mais altos postos universitários, políticos ou culturais, e em que os trabalhadores de vocação técnica possam realizar sua carreira em termos da mais alta envergadura".[24]

23. Idem, ibidem.
24. Idem, ibidem.

Na realidade, este ideal se chocava com a divisão estanque que o próprio Ministério da Educação manteria entre a educação secundária e os demais ramos do ensino médio, no que se refere às possibilidades de acesso aos níveis superiores da educação. Só a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1961, é que permitiria, finalmente, que se estabelecesse a equivalência dos diplomas de nível secundário e médio, abrindo a todos os caminhos do ensino superior. Em um parecer sobre o assunto, escrito em 1962 para o Conselho Federal de Educação, Valnir Chagas notava que, "de início, a simples escola primária bastava como elemento de contraste para 'distinguir' as classes mais favorecidas, já que o povo ainda a ignorava completamente. Em seguida, à medida que as camadas populares manifestavam maior interesse pela educação elementar, a despeito do analfabetismo reinante, instituiu-se para as chamadas 'elites' a escola secundária, que já qualificava para as poucas faculdades existentes. Cedo, porém, a educação do povo atingia também o nível médio, surgindo em conseqüência um novo sistema paralelo e estanque — o ensino técnico profissional, feito em sua quase totalidade por meio de aulas noturnas — que 'apenas' preparava para o trabalho sem conduzir à escola superior, ficando assim preservado o caráter discriminatório do curso 'propriamente' secundário". Nesse parecer, Valnir Chagas previa, otimista, que a equivalência instituída pela nova lei iria "contribuir poderosamente para valorizar os cursos profissionais de nível médio e encorajar-lhe a procura numa fase de desenvolvimento humano como é a segunda adolescência, em que os estudos mais específicos se tornam psicologicamente mais recomendáveis".[25] A idéia de que, eliminadas as barreiras legais, a seleção de cursos pelos alunos passaria a obedecer a variáveis de tipo psicológico já estava contida, como vimos, na própria justificação que Capanema oferecia para os cursos profissionais. Na prática, seu principal efeito não foi organizar a sociedade segundo a distribuição das aptidões, e sim desenvolver toda uma área de trabalhos em psicologia educacional, que encontrou seu lugar privilegiado no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, sob a liderança de Lourenço Filho.

Em julho de 1942, ainda se ouviam protestos na área da educação em relação ao sentido que a Federação das Indústrias pretendia dar ao SENAI. Rodolfo Fuchs escreve em 21 de julho a Capanema lamentando que a regulamentação do

25. Valnir Chagas (relator), Parecer nº 5 62 do Conselho Federal de Educação sobre "Concurso de Habilitação aos Cursos Superiores". Em Guido Ivan de Carvalho. *Ensino superior — legislação e jurisprudência.* São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, vol. III, 1975, pp. 50-63.

Serviço tivesse sido assinada pelo presidente antes que o parecer que lhe fora solicitado estivesse feito, mas não deixa de registrar suas dúvidas. Segundo ele, a regulamentação teria feito com que a aprendizagem industrial deixasse de ser "a grande couraça protetora do adolescente brasileiro que trabalha", para ser "somente o instituto de aperfeiçoamento técnico da mão-de-obra requerida pela indústria". "A regulamentação referida quase conseguiu fazer voltar o problema aos termos da solução que lhe dera o ministro Valdemar Falcão", lamenta. E objeta, principalmente, à eliminação da exigência de contratação dos aprendizes pela indústria, ao lado do condicionamento das escolas de aprendizagem "às necessidades e conveniências da economia nacional" (art. 30 do regimento do SENAI). "Em lugar de cumprir a lei", prossegue, "proporcionando ensino a todos os aprendizes cujo ofício exige formação profissional, as normas limitam o número destes a 5% do total dos operários empregados nos referidos ofícios."[26]

Uma última área de conflito e derrota do Ministério da Educação em relação ao ensino industrial foi a tentativa de criar um amplo sistema de regulamentação do exercício profissional nos diferentes domínios da vida industrial. Objeto de exposição de motivos encaminhada a Vargas em 30 de julho de 1942 e aparentemente aprovada quase em seguida, ela permanece, não obstante, como letra morta, até receber parecer contrário do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em fevereiro de 1944. Em 11 de maio de 1945 Capanema ainda insiste no assunto, pedindo, pelo menos, que esta regulamentação se faça "quanto aos direitos inerentes aos diplomas concedidos em virtude da conclusão dos cursos técnicos do ensino industrial", todos eles, em número de 14, dados no nível de segundo ciclo do ensino médio (construção de máquinas e motores, eletrotécnica, edificações, pontes e estradas, indústria têxtil, indústria de pesca, química industrial, mineração, metalurgia, desenho técnico, artes aplicadas, decoração de interiores, construção naval, construção aeronáutica). "Justo é", argumenta, "que aos diplomados por tais cursos a lei conceda prerrogativas definidas, em benefício não só dos portadores de diploma, mas também da própria indústria, interessada que deve estar em obter, para função de elevado nível técnico, profissionais à altura de seu competente exercício."[27]

26. Rodolfo Fuchs, documento enviado ao ministro da Educação, 21 de julho de 1942. GC 41.09.13, pasta 1-6, série g.

27. Carta de Capanema a Vargas, 11 de maio de 1945. GC 35.10.18/2, anexo documento IV-7, série g.

Esta regulamentação não seria conseguida. O grande projeto corporativo nacional havia fracassado em boa parte, sendo substituído por um tipo de corporativismo muito mais pragmático e realista, que delegava o ensino e o emprego industrial à indústria para conduzi-lo conforme, tão-somente, "as necessidades e interesses da economia nacional". Os anos seguintes mostrariam que o SENAI terminou por se constituir na experiência mais eficiente de ensino profissional já havida no país; enquanto isto, as tentativas de criar um sistema de ensino industrial a partir de uma orientação técnica de apurado estilo" e um princípio geral de ordenamento, definido por uma lei orgânica de aplicação geral, só encontrariam dificuldades.

Enquanto o SENAI se organizava e o Ministério da Educação tratava de montar o sistema nacional de ensino industrial, a participação do Brasil na guerra ia impondo novas realidades. Em 25 de abril de 1942 Roberto Mange se dirige ao ministro da Educação informando que fora contatado diretamente pelo coordenador de Assuntos Interamericanos em Washington, do qual recebera a incumbência de "promover no Brasil urgentes entendimentos para que, com o auxílio dos Estados Unidos, possa ser posto em prática um novo plano visando à preparação técnica, rápida e em larga escala de mão-de-obra destinada à defesa de guerra."[28] O plano incluía os campos da construção naval, com particular relevo na construção de navios de madeira; siderurgia (manufatura de aço e ferro); fabricação de armamentos, principalmente manufatura de munições; e construção de aviões, visando sua reparação e conservação. "Deveriam ser organizados, na rede de escolas industriais, técnicas e de engenharia do Brasil, à semelhança do que se vem fazendo nos Estados Unidos, com os chamados Defense Training Courses, curso monotécnicos intensivos e de curta duração além de assegurar rapidamente à defesa de guerra o contingente de mão-de-obra especializada e de auxiliares técnicos de que necessita para atender ao seu previsto desenvolvimento."[29] Esta carta dá ensejo à criação de uma Comissão do Ensino Industrial de Emergência, composta por Francisco Montojos e Luís Palmeira, diretores dos serviços de ensino industrial do Ministério da Educação e da prefeitura do Distrito Federal, além de João Lauderitz e Joaquim Faria Góes Filho, do SENAI, e Celso Suckow da Fonseca, diretor da Escola Técnica Nacional.

Sob o pretexto da situação de emergência o SENAI abandonou, logo de início, sua finalidade aparente, que era o treinamento de aprendizes, passando

28. Carta de Roberto Mange a Capanema, 25 de abril de 1942. GC 35.12.00, pasta 112, série g.
29. Idem, ibidem.

ao treinamento profissional dos empregados adultos da indústria. Segundo Celso Suckow da Fonseca, "os cursos para aprendizes e trabalhadores menores só puderam ser instalados mais tarde, e, além disso, havendo sido inaugurados em prédios impróprios, não incluíram, em seu início, o ensino prático em oficinas especiais, pois as acomodações utilizadas não permitiam que isto se realizasse. Assim, no começo da vida dos cursos de aprendizagem funcionaram, apenas, aulas teóricas de cultura geral, bem como de tecnologia e de desenho teórico. Posteriormente foram sendo postas em funcionamento as primeiras oficinas de aprendizagem, assim mesmo somente para atender a um número reduzido de menores."[30] Este tipo de educação geral para trabalhadores menores seria definitivamente abandonado pelo SENAI graças ao Decreto-lei nº 9.576, de 12 de agosto de 1946, a partir do qual o Serviço se concentraria exclusivamente nos cursos de aprendizagem que não mais obedeceriam à camisa-de força que o Ministério da Educação havia tratado de lhe impor.

O projeto ministerial: a escola-modelo

Ao lado da disputa pelo controle e âmbito de atuação do SENAI, o Ministério da Educação tratava de levar à frente um outro projeto que era a peça mestra de todo o plano de criação de um sistema nacional de ensino industrial: a implantação de uma escola-modelo no Rio de Janeiro, formada com professores europeus, e que pudesse, neste nível, repetir a experiência da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e a que seria também tentada para a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Era já uma idéia antiga. Em 1935 Capanema encaminhava a Getúlio Vargas documento em que sugeria a contratação de 30 professores estrangeiros que preparariam professores brasileiros para o ensino industrial, prevendo para isto uma despesa anual de 1.080 contos de réis. Em documento da mesma época, Rodolfo Fuchs, da Divisão de Ensino Industrial, apresentava uma série de sugestões específicas relativas ao contrato de mestres estrangeiros para os liceus nacionais, assinalando a preferência por franceses, alemães, italianos e ingleses, especialistas em mecânica, marcenaria, decoração, cerâmica, litografia, eletricidade, encadernação, serralheria, pedreiros e instaladores. Com o acordo presidencial, sondagens são fei-

30. Celso Suckow da Fonseca. op. cit., vol. 1 p. 500.

tas em vários países, aproveitando eventuais viajantes à Europa. Em maio de 1936, Antônio de Sá Ferreira escreve longa carta desde Berlim, relatando seus contatos com o *Arbeitsfront* ("a organização do partido nacional-socialista que engloba todos os empregados, operários e trabalhadores de qualquer espécie e à qual estão também subordinadas as escolas profissionais") para a contratação de professores. Sua missão, no entanto, é demasiado vaga, e a sugestão dos alemães é que o governo brasileiro contrate um especialista "escolhido entre os atuais organizadores do admirável plano do ensino profissional do Terceiro Reich" que pudesse vir ao Brasil e propor ao governo brasileiro as medidas mais urgentes a tomar, e indicando, posteriormente, os instrutores a serem contratados.[31]

Em julho de 1938, outra carta é enviada, desta vez por Rodolfo Fuchs, que se encontrava a caminho de Berlim, e que coloca em dúvida a idéia de publicar editais em vários países europeus solicitando técnicos para o Brasil, que teria sido sugerida por Francisco Montojos e aprovada pelo diretor-geral da Educação. Segundo ele, este procedimento, "aplicado no Brasil, só colheria nulidades; na Europa do mesmo modo só se apresentarão aqueles que não tiverem ocupação ou os que estiverem descontentes com as que ocupam. As provas, por mais rigorosas que fossem, só conseguiriam eliminar os incapazes; os medíocres mesmo passariam". Ao invés disto a carta propõe um recrutamento por contatos pessoais. Nesta carta ele insiste, ainda, em especificações sobre o número de profissionais a serem contratados, suas especialidades, vencimentos, condições do contrato etc., para que essa missão possa ser realizada.[32]

A idéia só ganharia forma, porém, em 1940, já em plena guerra, quando uma comissão formada por Francisco Montojos, Joaquim de Faria Góes e Rodolfo Fuchs apresenta uma proposta específica de contratação de 27 técnicos para o Liceu Nacional a ser inaugurado no Rio de Janeiro; todos da Suíça, tornada a única opção pela sua posição de neutralidade no conflito europeu. Capanema solicita a Vargas recursos no valor de 396 contos para o segundo semestre do ano em curso e recebe a autorização presidencial em 22 de fevereiro. A partir daí começam os contatos oficiais através da legação brasileira em Berna, e em março o assunto já é notícia na própria Suíça:

31. Antônio Sá Ferreira, 26 de maio de 1936. GC 36.05.26/2, pasta I-1, série g.

32. Carta de Rodolfo Fuchs a Capanema, 22 de julho de 1935. GC 36.05.26/2, pasta I-4, série g.

ON CHERCHE DES PROFESSEURS SUISSES POUR LE BRÉSIL

Nous lisons dans *la Thurgauer Zeitung:*
Le gouvernement du Brésil s'efforce de développer le pays, dans tous les sens. Il veut que le Brésil exploite ses richesses lui même, sans avoir sans cesse recours aux colons. Il a créé donc des écoles nombreuses pour instruire le peuple resté souvent inculte par le fait de la dissémination. La plupart des écoles seront industrielles, commerciales et artisanales.
L'école militaire forme déjà les maîtres de sport et de gymnastique. Autant que possible, le Brésil veut engager des Brésiliens — mais il n'en a pas assez encore. Pour la grande école industrielle qui va se terminer, le Brésil offre 27 places à des professeurs suisses. Un fonctionnaire du ministère de l'éducation viendra sous peu en Suisse pour engager ces professeurs Ceci prouve l'estime dans laquelle le Brésil tient la Suisse.[33]

Em novembro de 1940, Getúlio Vargas aprova a indicação de Roberto Mangue, catedrático da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e de origem suíça, para fazer a seleção dos técnicos a serem contratados. A viagem é feita em dezembro daquele ano, e em 19 de maio de 1941 Capanema reporta a Vargas que "foram feitos os necessários entendimentos para o contrato de 42 técnicos, número menor do que o previsto no programa de viagem do professor Mangue". A finalização dos contratos dependia de uma autorização especial do presidente da República, que a concede por decreto-lei, mas "mediante prévia e expressa autorização do presidente da República em cada caso".[34] Os contratos são finalmente assinados ao final de 1941, e em 1942 os técnicos chegam ao Brasil para trabalhar principalmente junto à recém-criada Escola Técnica Nacional.

Não existe, no arquivo Capanema, avaliação desse empreendimento. O que consta, todavia, são cartas e outros documentos elaborados por alguns dos técnicos suíços, que dão conta da precariedade a que estavam submetidos.

Em fevereiro de 1943 Constantin Wüthrich, engenheiro contratado como chefe técnico de mecânica de ensino industrial, envia ao ministro da Educação carta bastante patética e contundente, em que solicita seu repatriamento imediato. Suas razões:

Ensino do idioma. "Na Suíça comunicaram a nós, técnicos suíços, que no Rio teríamos no mínimo duas horas diariamente de ensino de português por um professor competente. De fato, porém, só durante algumas semanas e ainda nas horas de maior calor, das 14 às 15 horas, e mais tarde somente três vezes por semana tivemos à nossa disposição um professor, que além de idoso era professor

33. *Gazette de Lausanne*, sexta-feira, 15 de março de 1940.

34. Decreto-lei nº 3.297, de 22 de maio de 1941.

de francês. Reconheço seu esforço, porém não conseguiu lograr êxito, pois ignorava os termos técnicos só falando sofrivelmente o alemão. Após quatro meses, as aulas cessaram completamente."
Visitas a fábricas. "Como imagina a direção o ensino do desenho construtivo da fabricação de caldeiras, máquinas a vapor, turbinas e motores de todas as espécies, se não dão oportunidade ao chefe da escola de máquinas de obter dos correspondentes estabelecimentos industriais as plantas ou esboços e conhecer o método nacional destes trabalhos? Não se pode esperar que o professor pague do seu já escasso salário as despesas totais de uma visita a uma cidade industrial distante."
Ensino. "Embora eu tenha sido contratado como chefe da seção mecânica, oficialmente não sei até hoje o que se passa na oficina, quem dá ordens e qual o programa de ensino. Já tendo decorrido um ano podia-se esperar que estivessem regularizadas final e definitivamente as questões de pessoal e hierarquia. Se no entanto não me querem dar poderes como chefe da seção, impõe-se a pergunta de por que se foi buscar a dez mil quilômetros um reconhecido técnico suíço no ramo do aprendizado, ensino técnico e profissional. Certamente não para colocá-lo abaixo de um mestre de oficina."
"Há tempos me prometeram uma certa influência sobre os exames de admissão e conclusão, sendo que eu deveria fazer parte de uma comissão. No entanto não sei até hoje onde e quando se realizam tais exames. Não estou a par se para o ano escolar que entra serão abertos novos cursos de construção de máquinas e quantos, e se o primeiro curso terminado continuará de acordo com o programa."
"Como chefe da seção de construção de máquinas não posso me satisfazer com as matérias ensinadas em tecnologia e eletrotécnica. Acho um absurdo que as duas aulas semanais previstas para tecnologia sejam ministradas por pessoas diferentes. Assim mesmo, uma das pessoas lecionou eletrotécnica em vez de tecnologia, embora já estejam previstas três aulas semanais para aquela matéria. Como resultado, os técnicos no fim do primeiro ano não sabem nada de ferro, aço e suas ligas, porque o professor lecionou sobre o metro, o compasso, o paquímetro etc., passando depois para as relações no torno, usando para isto ilustrações de um catálogo ou folhas semelhantes."
Aquisições. "Existindo nas diversas seções da Escola, há bastante tempo, máquinas caras que por qualquer motivo não são usadas, seria sem dúvida melhor equipar e usar a seção mecânica que hoje é a mais importante em vez de ter muitas seções só parcialmente equipadas ou inteiramente desprovidas, o que não permite um trabalho racional porque ora falta o equipamento, ora as ferramentas, ora as matérias-primas."
Organização geral. "De início e encerramento de aulas, feriados etc., muitas vezes só se teve conhecimento à última hora, muitas vezes por comunicação casual e verbal por terceiros em lugar de um aviso prévio afixado em lugar apropriado, como é de costume."
Coordenação. "Falta inteiramente a cooperação com a direção, os chefes e os mestres. Tem-se a impressão de que há grupos inimigos e é patente o desdém com que nós, suíços, somos tratados."
Oficina. "De acordo com minhas observações, os aprendizes e técnicos recebem simplesmente uma 'ocupação' na oficina, mas não um ensino sistemático com um grau progressivo de dificuldade. Provavelmente os mestres não tiveram uma longa prática industrial, preparo pedagógico e experiência de aprendizagem moderna. E com tudo isto, por uma falsa vaidade, não acham necessário consultar o técnico experimentado."

Ao final da carta, o técnico se queixa do baixo salário, mas, principalmente, da falta de perspectivas: "Não considerei este meu emprego como um trampolim para uma futura colocação na indústria. Vim para o Rio cheio de idéias de poder tomar parte em uma futura obra de organização 'do ensino industrial', porém como dirigente e não como personalidade recalcada." E pede sua repatriação imediata, conforme as cláusulas do contrato que havia assinado.[35]

Outras críticas dos técnicos suíços são encontradas em trechos de cartas enviadas a amigos e familiares, que eram rotineiramente censuradas pelos correios na época de guerra e enviadas para o conhecimento do ministro, devidamente traduzidas. Em outubro de 1943, por exemplo, Hans Gwerder-Hugi, mestre de ajustagem de máquinas, relatava para um parente da Suíça a farsa que foi a filmagem dos alunos e instalações da Escola Técnica para fins propagandísticos: "Determinado número de aprendizes operavam no primeiro dia, após seis horas de instrução, máquinas que não podem compreender, executando as mais variadas manipulações, mas nenhuma delas correta, donde se depreende o caráter de *bluff*. O cúmulo, porém, consistiu na filmagem de máquinas que ainda não estavam em condições de funcionar, por carecerem de motores individuais." "Desde o primeiro diretor até o terceiro, de hoje, tudo permaneceu no mesmo desleixo, exteriormente um estabelecimento escolar modelar, na realidade porém uma gigantesca ilusão, como é mesmo possível na América." "Soubemos que dentro em pouco nos honrará o presidente do Brasil com sua alta visita. Para tornar a recepção mais expressiva, o serviço será suspenso e o elevado hóspede dificilmente perceberá algo da miséria da escola."[36]

Outra carta, da mesma época, também interceptada, tenta uma análise mais aprofundada da situação. Para o autor, Werner Amacher, mestre escultor em madeira, escrevendo em 1943, faltou cuidado na própria seleção dos técnicos, que terminaram por não cooperar entre si e deixar toda a iniciativa para os chefes de mais responsabilidade. Além disto, "verificou-se que nossa chegada surpreendeu as autoridades aqui, pois aparentemente não tinham certeza de como se utilizarem de nós. Tanto em conjunto, quanto individualmente, não quiseram dar instruções com relação às tarefas de organização, donde naturalmente resultou descontentamento, agravado pelo fato de que as informações quanto ao padrão de vida neste país, apresentadas em Berna, induziram a interpretações errôneas e economicamente prejudiciais". Principalmente, no entanto, dizia que, "como de maneira alguma nos quiseram atribuir competências e

35. Carta de Konstantin Wüthrich a Capanema, 4 de fevereiro de 1943. GC 35.05.26/2, pasta 111-6, série g.

36. Carta de Hans Gwerder-Hugi à família, 6 de outubro de 1943. Arquivo Gustavo Capanema, série i, em fase de organização.

como as leis delimitaram a nossa iniciativa, ficamos praticamente com as mãos amarradas. Do resto incumbiu-se o pessoal doméstico que nos olhou como uma espécie de invasores. Achamos incompreensível como se podia exigir de um aluno de 12 anos de idade que dentro de três e meio a quatro anos aprendesse cinco a seis profissões, sacrificando simultaneamente a metade do dia para fins escolares. Naquela época ainda não tínhamos percebido a prevenção que havia contra pessoas com idéias que não eram da chapa [*sic*] e que estavam lutando no sentido de cumprir o seu dever. Por que e para que fomos contratados, ninguém saberá responder com exatidão."[37]

O programa de emergência de ensino industrial organizado por iniciativa dos Estados Unidos teve também, como um de seus elementos, a vinda de técnicos norte-americanos especializados, e aqui há igualmente indicações de que as coisas não funcionavam como deviam. Em 1944 um desses técnicos, Robert S. Brent, contratado como mestre-armeiro para atuar junto à Escola Técnica Nacional, pede a rescisão de seu contrato e seu repatriamento aos Estados Unidos. Em carta para Francisco Montojos, se queixa, entre outras coisas, que não consegue sequer obter os materiais necessários para o seu trabalho: "Até o presente tem sido evidentemente impossível obter os materiais requeridos, e visto que estes materiais são de tamanha importância ao esforço bélico de nossos dois países, provavelmente será impossível obtê-los antes do fim da guerra." A carta faz referências ainda ao "Dr. Tomas Newlands, que naquela época estava auxiliando ao diretor da escola", uma indicação de que a presença de Brent junto à Escola Técnica não era um fato isolado.[38]

Apesar deste fracasso generalizado, a inércia criada com a importação dos técnicos é enorme. Wüthrich, que um ano depois de sua carta ainda tentava, inutilmente, obter um despacho qualquer do ministro sobre seu pedido de repatriamento, termina voltando para a Suíça, mas em 1946 escreve novamente (sem saber que Capanema não estava mais no ministério) querendo voltar: "Hoje", escreve em seu português já bastante razoável, "as circunstâncias d'após guerra na Europa não me agradam, e eu, como minha filha, que nunca queria abandonar o Brasil, temos saudades do Brasil e dos brasileiros ambiciosos. Por isto, eu me permito de apresentar a sua Ilma. Excia. a pergunta de se há possibilidade de reativar o meu contrato como chefe da seção máquinas e motores, do gabinete de resistência dos materiais e como professor da Escola Técnica Nacional ou numa outra escola técnica semelhante. Se tiver necessidade, posso também recomendar maestros muito aptos para aprendizagem nas oficinas."[39]

37. Carta de Werner Amacher a amigo, 30 de outubro de 1943. Arquivo Gustavo Capanema, série i, em fase de organização.

38. Carta de Robert S. Brent ao diretor da Divisão do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Saúde, Sr. Francisco Montojos, 20 de julho de 1944. GC 36.05.26/2, pasta 111-10, serie g.

Uma boa parte dos técnicos permaneceu no Brasil, e pouco a pouco foi se adaptando ao meio. Ao final de 1951, ainda mantinham contratos com a Diretoria de Ensino Industrial 12 técnicos, em situação precária e inquietos sobre seu futuro. Um deles, Alfonso Marignoni, contratado originalmente como assistente técnico de eletricidade, procura o deputado Gustavo Capanema com um pedido de ajuda: "Sem qualquer comunicação de que o MES pretende não mais aproveitar-lhes os serviços, pelo contrário, confiantes nas promessas verbais que lhes têm sido feitas de renovação dos respectivos contratos, os referidos técnicos suíços, todos pais, de família, vindos para o Brasil em face de contrato com uma sua entidade oficial, com compromissos decorrentes de instalação etc., não conhecem, nesta altura do ano, a respectiva situação como servidores públicos, isto é, se irão continuar a prestar serviços ou se deverão entender este retardamento do MES como um desejo de não renovar-lhes os contatos."[40]

Conclusão

Os antecedentes históricos do ensino industrial no Brasil dramatizam, em escala reduzida, toda a ambição, as dificuldades e os fracassos que marcaram os projetos educacionais do ministério Capanema.

Havia três grandes ambições. A maior era a criação de um amplo sistema de educação profissional, que não se diferenciasse das outras formas de educação secundária a não ser pelas diferentes "vocações" dos estudantes, a serem descobertas pelos sistemas de seleção e orientação profissional. Este sistema deveria ser coroado pela regulamentação dos direitos e deveres de cada uma das profissões, dando à sociedade uma estrutura corporativa perfeitamente ajustada e coordenada. Na prática, a educação profissional continuou sendo uma educação para as classes baixas, e a regulamentação das profissões

39. Carta de Konstantin Wüthrich a Capanema, 29 de outubro de 1946. Arquivo Gustavo Capanema, serie i, em fase de organização.

40. Alfonso Margignoni. Agenda de seu encontro com o deputado Capanema na Câmara dos Deputados, 27 de dezembro, sem especificação do ano. O documento refere-se a eventos ocorridos nos primeiros dias de dezembro de 1951 e indica que o ano a se iniciar seria o de 1952.

técnicas não foi conseguida. A segunda ambição era colocar todo o sistema sob a tutela do Ministério da Educação e Saúde. Aqui, o Ministério do Trabalho e a Federação das Indústrias se mostraram mais fortes e conseguiram criar seu sistema de educação profissional como achavam mais conveniente: de forma mais pragmática, mais ajustada a seus interesses imediatos e livres da tutela ministerial. A terceira, finalmente, era a da escola-modelo para a definição de padrões de excelência, que fosse para o ensino industrial o que o Colégio Pedro II fora para o secundário, e o que a Universidade do Brasil deveria ser para o superior. Aqui, a ausência de uma tradição de ensino profissional anterior, a não consideração dos processos reais de aprendizagem e a crença ingênua nos efeitos dos grandes projetos são os responsáveis pelo fracasso. Isolado no ministério, gastando sua energia para salvaguardar suas grandes concepções dos desgastes diários dos conflitos interministeriais — conflitos estes envolvendo interesses de grupos poderosos —, Capanema termina por conseguir implantar, na aparência, seus grandes projetos — a Lei Orgânica, a importação de especialistas estrangeiros —, mas somente para deixar que a própria realidade se lhe escape pelos dedos.

IV

TEMPO DE TRANSIÇÃO

9

A HERANÇA DOS TEMPOS

Os novos tempos

"Ontem", escrevia Capanema a Francisco Negrão de Lima em 28 de janeiro de 1942, "tivemos a mais emocionante reunião do governo, em Petrópolis. O presidente, como sempre, admirável de singeleza, gravidade e precisão. Todos os ministros seguros. E afinal a decisão de rompimento de relações diplomáticas com a Alemanha, a Itália e o Japão. Estamos, assim, meu caro amigo, às portas da guerra, de uma guerra que não pode deixar de ser perigosa. Aqui, o ambiente é de tranqüilidade, segurança e fé. O ritmo de nosso trabalho, o rumo do nosso trabalho estarão determinados pelos novos acontecimentos."[1]

O perigo não era só a guerra. O rompimento de relações com o Eixo completaria o ciclo que levou o país, do namoro explícito com as experiências fascistas européias, a um realinhamento não só estratégico e militar, mas também político e ideológico. Esta mudança deveria ser feita, no entanto, sem substituir as pessoas que detinham o poder e que haviam criado toda a sua máquina administrativa. Era necessário, pois, que as próprias pessoas se transformassem e se adaptassem aos novos tempos.

A participação brasileira na guerra uniria, por algum tempo, os mais rancorosos inimigos de pouco antes. Em fevereiro de 1942 o Partido Comunista, clandestino, publica uma declaração dando "seu inteiro apoio e sua plena colaboração à posição democrática assumida pelo governo da República", conclamando à desarticulação da quinta-coluna no país e à mobilização do povo para

1. Carta de Capanema a Francisco Negrão de Lima, 28 de janeiro de 1942. GC/Lima, F., doc. 54, série b.

a luta contra a agressão nazista.[2] É ainda desses dias o reconhecimento, pelo governo federal, da União Nacional dos Estudantes. Um manifesto estudantil anônimo, publicado pouco depois, é enviado ao ministro da Educação exigindo o expurgo de professores e funcionários identificados com a quinta-coluna, "maus brasileiros que solapam a nacionalidade, a união do povo, que obstruem por todos os meios as providências do governo, que espionam a favor dos inimigos". "Outrora", dizia o manifesto, "esses miseráveis seriam encostados ao muro e fuzilados sem vacilação. Hoje, na técnica moderna da guerra traiçoeira do quinta-colunismo, eles se metamorfoseiam, se mascaram em patriotas, em defensores da família, blasfemam o nome divino praticando a ação mais vil, impunemente."[3] As cabeças pedidas incluem desde funcionários subalternos da Reitoria da Universidade do Brasil até professores universitários e altos funcionários do Ministério da Educação e Saúde.

Era um tipo de pressão ao qual o Ministério da Educação já se acostumara, ainda que vindo do extremo oposto. Em 16 de fevereiro de 1939 o ministro da Guerra, Eurico Dutra, enviara uma carta a Capanema lembrando que "os professores de nossas escolas superiores, que foram demitidos como comunistas, vêm desenvolvendo tenaz e insidiosa atividade no sentido de serem reintegrados em suas cadeiras". O caso, como reconhecia Dutra, estava afeto ao Ministério da Educação. Não obstante, dizia o general, "como se refere a assunto cuja solução vem, de maneira impertinente, ferir interesses da segurança nacional, permito-me, com as responsabilidades que me cabem e sempre couberam ao Exército, nas horas amargas da incerteza e do sacrifício, quando a ele se recorre para a manutenção da ordem e do regime e das instituições, declarar ao eminente amigo que a reintegração dos referidos professores, sendo obra comunista, como realmente o é, não pode ser bem recebida pelos que têm o dever de zelar pela segurança da pátria e estar vigilantes pela sua defesa e seu governo, do qual o ilustre amigo é figura destacada pelo seu talento e sua prudência".[4]

Não existem registros sobre as conseqüências desta carta. É provável, contudo, que ela tenha gerado mais uma comissão ou grupo de trabalho, que na prática protelasse qualquer decisão. O confronto entre os dois extremos tendia a se

2. "Declaração" — Partido Comunista Brasileiro. Rio de Janeiro, fevereiro de 1942. Arquivo Gustavo Capanema, série i, em fase de organização.

3. "Manifesto ao Excelentíssimo Senhor ministro da Educação e Saúde", setembro de 1942. Arquivo Gustavo Capanema, série i, em fase de organização.

4. Carta de Eurico Dutra a Capanema, 16 de fevereiro de 1939. Arquivo Gustavo Capanema, série i, em fase de organização.

acentuar, e a posição do ministério era, tanto quanto possível, a de atenuar os choques e buscar a conciliação. No ano de 1943, o conflito entre os estudantes do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e as autoridades policiais, iniciado com a prisão de seu presidente, culmina com um choque no largo de São Francisco que ficaria conhecido como a "chacina de Nove de Novembro". Segundo o relato de um estudante paulista ao VII Congresso da UNE, "caíram estudantes, operários, funcionários, velhos, mulheres e crianças, presos de momentos de indizível angústia, quando não foram atingidos pelos tiros de metralha dos carros instalados no largo do Ouvidor, que apontavam em direção ao largo de São Francisco".[5]

A própria realização desse congresso estivera ameaçada e foi precedida por intensas negociações entre o ministro e a UNE. Capanema chega a pedir, por telegrama, o adiamento do congresso, e em 12 de julho os estudantes enviavam um documento intitulado "Bases para a discussão com o Sr. ministro Capanema sobre a realização do VII Conselho Nacional dos Estudantes", onde lembravam que "os estudantes de todos os estados não estão em oposição sistemática ao governo, mas, ao contrário, oferecem lealmente sua colaboração" e ameaçavam, caso o Conselho fosse suspenso, com uma "repercussão continental e internacional que colocarão o governo em posição pouco agradável". Em 20 de julho o próprio ministério redige uma carta de compromisso a ser assinada pelos estudantes, que é revista e corrigida pessoalmente pelo ministro. Nela, os estudantes diziam se comprometer a fazer suas reuniões "de modo singelo, calmo e pacífico", evitando "pronunciamento exaltado ou ruidoso". Também se comprometiam a não fazer passeatas ou movimentos de rua, não admitir a adoção do expediente da greve, não discutir a questão constitucional ou eleitoral do país, não tratar da nomeação de Coriolano Góes como chefe de polícia do Distrito Federal, abster-se de qualquer pronunciamento contrário ao governo sobre os acontecimentos de 9 de novembro, e permitir um encaminhamento negociado em relação à situação do professor Cândido Mota Filho, cuja nomeação havia provocado uma greve na Faculdade de Direito de São Paulo. Os estudantes aceitam todas as condições, exceto no que se referia aos eventos de 9 de novembro, sobre os quais seria feito "um relato sereno dos acontecimentos, esperando-se que o Conselho reafirme a sua solidariedade aos sofrimentos dos colegas paulis-

5. Discurso de Domingos Marmo no VII Congresso Nacional dos Estudantes, transcrito em ofício sem assinatura enviado em 28 de julho ao diretor-geral do Departamento de Imprensa e Propaganda da Agência Nacional. GC 38.04.18. puta IV, doc. 39. série g.

tas".[6] No dia seguinte Capanema escreve a Vargas dizendo estarem "todos convencidos da necessidade de que o VII Conselho Nacional dos Estudantes se realize de modo pacífico e sereno", e que diante do compromisso assumido, "pareceu-me solução conveniente conceder aos rapazes o apoio tão insistentemente por eles pedidos".[7] O congresso se realizaria conforme o planejado, os acontecimentos de 9 de novembro seriam devidamente relatados em público e anotados pelo DIP.

Acomodações como estas se tornavam cada vez mais difíceis, e Capanema percebia que chegava a hora de propor um novo caminho, que garantisse a continuidade do trabalho feito e se adaptasse, ao mesmo tempo, às novas realidades do após-guerra. A obra passada precisava ser conhecida, valorizada, e a liderança de Vargas ressaltada. Nos anos da guerra, Capanema dá continuidade à elaboração de um grande livro, iniciado ainda no apogeu do Estado Novo, que deveria ficar para a posteridade como uma síntese das grandes realizações do período.[8] Escrevendo o capítulo introdutório em meados de 1940, Capanema afirmava que, "em três anos e meio, o Brasil deu um passo gigantesco no seu progresso. A economia desenvolveu-se extraordinariamente. A vida social estabilizou-se e atingiu um grau admirável de harmonia entre as classes. As Forças Armadas tiveram finalmente o aparelhamento de que necessitavam para garantir a liberdade e a honra da pátria em hora tão grave. Problemas de vulto incomparável, como o da grande siderurgia, marcham para a solução definitiva. O povo está contente e confiante, vendo o Brasil maior, mais poderoso, certo do seu destino, afrontando com dignidade, firmeza e prestígio sempre crescente as responsabilidades que lhe cabem nesta fase culminante do mundo e da América. A nação, tonificiada, cheia de esperança e entusiasmo, volta-se agradecida para o homem que tanto a serviu e que constitui a sua expressão humana, interpretando-a nos atos do governo, vivendo para a sua causa e para a sua defesa".[9]

6. Carta da União Nacional dos Estudantes a Gustavo Capanema, de 20 de julho de 1944, assinada por Luís de Carvalho Bicalho, presidente da UNE em exercício; Pedro Luís da Costa, presidente da UNE do Rio Grande do Sul; Rui de Melo, presidente da UEE de Minas Gerais, e Fernando de Sant'Ana, presidente da UEE da Bahia.

7. Carta de Capanema a Vargas, 21 de julho de 1944. GC 38.04.18, pasta Vi-3 I, série g.

8. Estes materiais foram organizados para publicação pelo CPDOC como *Estado Novo, um auto-retrato* (organização e apresentação de Simon Schwartzman). Universidade de Brasília, 1983.

9. Gustavo Capanema. "O presidente Getúlio Vargas e sua obra". GC 45.00.00, série pi. Reproduzido no livro *Estado Novo, um auto-retrato* (organização e apresentação de Simon Schwartzman). Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983.

Este trabalho deveria não deixar dúvidas quanto à fidelidade de Capanema a Getúlio Vargas e ao Estado Novo. E talvez tenha sido esta fidelidade que o fizesse crer ter condições de propor os termos de um novo pacto entre o Estado e a Igreja, que renovasse a antiga aliança forjada por Francisco Campos, tendo de um lado Getúlio Vargas, e de outro ele próprio.

A proposta de um novo pacto

Os delineamentos do novo pacto estão contidos em um texto de três páginas denominado, despretensiosamente, "algumas informações sobre a nossa atualidade católica", redigido aparentemente ao final de 1944.[10] Logo no início há uma grande novidade, que é a distinção, pela primeira vez, entre "duas correntes de opinião no seio de nosso catolicismo". "Não se trata de uma divisão", enfatiza. "Com o mesmo pensamento cristão essencial, os católicos em nosso país apresentam hoje dois pensamentos políticos, duas concepções em face dos problemas que agitam o mundo e a nossa pátria." Uma destas correntes seria a conservadora, preocupada acima de tudo com a ordem e seu grande inimigo, o comunismo. "É ao comunismo que os conservadores temem sobretudo, e é contra o comunismo que combatem. Aceitariam qualquer solução que importasse a liquidação do comunismo."

A outra corrente era a formada pelos progressistas. Para estes, o simples combate ao comunismo não seria uma solução: "A corrente dos progressistas divisa no horizonte outros inimigos, e quer o combate contra todos eles." Essencialmente, os progressistas se opunham ao totalitarismo, em suas três formas, o "totalitarismo nazista, de tipo alemão ou italiano; o totalitarismo soviético, de tipo russo; e o totalitarismo militar, de tipo argentino." Destes, o Brasil estaria particularmente ameaçado pelos dois primeiros, já que "deles existem germes bem vivos e fortes em nosso país (integralistas e comunistas)". O terceiro totalitarismo, significativamente, não parecia se constituir em maior problema. Mesmo assim, dizia o texto, "contra os três é preciso combater".

A intenção política do documento torna-se evidente em sua terceira parte, denominada 'Os objetivos da Igreja'. "Sem embargo de haver elementos apaixonados que se deixariam levar por prevenção de caráter pessoal", afirma o documento, "pode-se dizer que as correntes militantes do catolicismo brasilei-

10. GC/Capanema, G. 45.01.10, série pi.

ro, de um modo geral, hão de cercar com grande simpatia a posição do presidente, colocado na defesa dos objetivos católicos essenciais." Estes objetivos são então enumerados como pertencendo a três grandes ordens. Primeiro, o combate ao totalitarismo em suas três formas; segundo, "assegurar, na existência do país, o primado do direito", sendo para isto necessário "tornar vigente em todos os seus termos a ordem jurídica nacional, para o que se oferece a solução de partir da Constituição de 10 de novembro, a qual envolve possibilidade ampla de sua própria adaptação a quaisquer novas condições políticas". E terceiro, manter as políticas governamentais que interessavam mais de perto à Igreja, ou seja, a política da família, do trabalho e da educação. As políticas da família e da educação eram as mesmas de sempre, afirmando a necessidade de proteger a família das ameaças de dissolução, garantindo a liberdade de ensino religioso, a exclusão das influências materialistas e o primado da orientação espiritualista no sistema educacional. A política do trabalho deveria assegurar ao trabalhador a justiça social plena, tal como a definia a doutrina social da Igreja.

Era uma proposta continuísta que, como as outras, não vingaria, sendo varrida pelo turbilhão dos acontecimentos que se precipitaram ao fim da guerra, levando à deposição de Getúlio Vargas. Mas, assim como o fim do Estado Novo não significou o fim do varguismo, também não significaria o fim das estruturas educacionais, valores, atitudes e mentalidades formados pelo seu Ministério da Educação e Saúde.

A herança

Seria necessário um outro livro para avaliar, com alguma precisão, a herança que ficou e que ainda temos dos tempos de Capanema; seria ainda mais difícil separar o que ela tem de positivo ou negativo, e indagar se poderíamos ter tido uma história diferente. Os diversos capítulos deste livro já dizem algo do desfecho das diversas ações e projetos de reforma iniciados pelo Ministério da Educação ao longo destes anos. Cabe aqui, no entanto, uma reflexão um pouco mais aprofundada sobre a área onde o impacto da ação ministerial foi mais marcante, que é a das reformas educacionais.

Os anos de 1930 e 1940 foram um período de grandes transformações em toda a sociedade brasileira, com inevitáveis repercussões na área educacional. O aumento da população, o crescimento dos centros urbanos, o desenvolvimento da indústria e dos serviços, tudo isto conduziu a um aumento generalizado pela

demanda por educação. O quadro abaixo resume as mudanças entre 1933 e 1945 neste campo:

Evolução Quantitativa do Sistema Educacional Brasileiro — 1933-1945

	1933		1945	
	Cursos	*Alunos*	*Cursos*	*Alunos*
Nível primário	29.553	2.221.904	35.561	3.496.664
Secundário	417	66.420	1.282	256.664
Outros de nível médio	1.534	101.221	3.801	209.145
Superior	248	24.166	325	26.757
Outros	678	52.391	1.936	192.384

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Anuário estatístico de 1949*, p. 480.

É fácil observar que a expansão educacional se deu com maior intensidade ao nível médio, e mais fortemente ainda nos cursos secundários propriamente ditos, os únicos que davam, pelo menos em princípio, acesso ao ensino superior, cujo tamanho, todavia, não se alterou durante todo o período. A educação primária quase que só acompanhou a expansão demográfica do país.

Seria evidentemente ilusório atribuir a este ou àquele governo essa demanda crescente por educação. À medida que o país crescia e se modernizava, mais pessoas buscavam se educar, e ao governo caberia somente auxiliar, canalizar ou conter essa demanda. As tentativas de adaptar o sistema educacional brasileiro aos novos tempos ocorreram nos diversos estados, de forma descentralizada, já na década de 1920, e a Revolução de 1930 encontraria em andamento as inovações introduzidas em Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul etc. Ela encontraria ainda, em pleno processo, a expansão do sistema privado de educação secundária, conduzido, em grande parte, pela Igreja Católica.

Em outros países e sociedades, a expansão dos sistemas educacionais esteve freqüentemente relacionada com o surgimento de fortes movimentos políticos e sociais de base regional, não raro com conteúdo religioso. De fato, a educação tem sido, em muitos países, um instrumento privilegiado de afirmação de identidade étnica, cultural e lingüística de setores dinâmicos que se sentem, eventualmente, marginalizados ou diante da necessidade de competir pelo seu

lugar nos processos mais amplos de formação dos estados nacionais. Segundo o sociólogo Randall Collins, "tanto a história da religião quanto a história da educação mostram o padrão: movimentos religiosos e escolas proliferaram quando os governos eram relativamente fracos e descentralizados; e eram mantidos sob estritos limites quando os governos centralizados eram fortes. Isto é assim apesar do fato de que os governos centralizados freqüentemente adotam uma religião de Estado, ou, nos tempos modernos, um sistema compulsório de escolas públicas, como a base da administração burocrática e do controle da população. Mas estes governos geralmente favoreceram uma única religião e reprimiram seus rivais; suas políticas educacionais também tenderam a manter o sistema educacional pequeno. Em contraste, os governos fracos, incapazes de intervir e controlar o mercado cultural, são os que permitiram ao mercado cultural expandir-se por si mesmo". Os efeitos desta descentralização são ainda mais fortes, diz Collins, "quando sociedades politicamente descentralizadas mas economicamente mobilizadas são multiétnicas".[11]

É possível que, no Brasil, a proliferação de experimentos estaduais de renovação educacional tenha refletido esta tendência universal. Outros exemplos são a atuação educativa da Igreja Católica, dos diversos grupos protestantes, das colônias de imigrantes. As próprias universidades de São Paulo e do Distrito Federal podem ser entendidas como parte de um esforço de afirmação regional. A estas manifestações descentralizadas se justapõem, freqüentemente, instituições educacionais criadas pelos governos, com o objetivo de formar as elites necessárias para a gestão do Estado. No passado, estas instituições são mais bem tipificadas pelas academias militares, que formavam também engenheiros militares e, eventualmente, civis. O Brasil seguiu este modelo desde a vinda de D. João VI, com a criação da Escola Militar, depois Escola Central, mais tarde transformada na escola Politécnica. A ação governamental se estendeu, além disto, ao controle das poucas escolas superiores criadas no país ao longo do século XIX — de direito e medicina — e, mais tarde, à criação de um estabelecimento modelar de ensino formativo geral, o Colégio Pedro II.

11. R Collins. *The credential society*. New York. Academic Press, 1979. pp. 61-2. (A tradução é nossa). Veja também R. Collins. "Some comparative principles of educational stratification", *Harvard Educational Review*, vol. 47, pp. 1-27,1977. Sobre as religiões protestantes no Brasil no início do século veja, entre outros, James Kennedy, *Cinqüenta anos de metodismo no Brasil*. São Paulo. Imprensa Metodista, 1928, citado por Fernando de Azevedo. *A Cultura Brasileira*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 4ª, edição, 1963.

A ampliação do controle governamental a todo o conjunto do sistema educacional foi levado a seu extremo na França, após a Revolução de 1789, que, em nome do princípio da *Égalité*, havia destruído todas as formas de organização autônoma e diferenciada dos diversos segmentos da sociedade. O modelo educacional francês, que ficou conhecido como o "modelo napoleônico", buscava um ensino público cada vez mais amplo e padronizado, o que exigia a criação de uma grande máquina administrativa governamental para sua supervisão, controle e implementação. Não é de admirar que este ensino público, centralizado e leigo encontrasse grande resistência por parte da Igreja Católica, que se via excluída de suas tarefas educativas tradicionais, e que tomava para si a bandeira da liberdade de ensino. Na França, a centralização e a nacionalização do ensino traziam consigo o ímpeto e os ideais igualitários da revolução, que mobilizavam amplos setores da sociedade contra o que restava, real ou imaginariamente, do *ancien régime*.

Esta perspectiva nos ajuda a entender melhor os paradoxos e dificuldades da tentativa, feita pelo ministério Capanema, de reproduzir no Brasil a estrutura centralizada de tipo napoleônico. Em vez de uma oposição entre uma classe média ascendente e uma Igreja tradicional e aristocrática, é a própria Igreja que participa do esforço de centralização, abdicando, logo de início, de seus pruridos descentralizadores e antiestatistas. O sentido das reformas educacionais era menos o da ampliação do sistema de ensino do que o de seu controle e regulamentação. Neste processo, as tendências mais vitais que poderiam dar conteúdo e força a um movimento educativo mais dinâmico fenecem. A grande frente ampla formada, ainda na década de 1920, pela Associação Brasileira de Educação, não resiste à polarização entre católicos e "escolanovistas", e perde seu ímpeto. Dos principais líderes do "movimento da escola nova", alguns são marginalizados, outros cooperam na montagem da máquina ministerial, mas cada vez mais afastados de seus ideais mais ambiciosos. A centralização política, que se implanta de fato a partir de 1935, elimina quase que completamente as tentativas de criação de sistemas estaduais de educação mais independentes, com exceção talvez do de São Paulo. A própria Igreja, comprometida com a política educacional do regime, se limita a defender os interesses mais imediatos das escolas particulares, e não se decide, a não ser no final da década de 1930, a criar sua própria universidade.

Todo este esvaziamento das iniciativas isoladas, regionais e setoriais deveria ser compensado por um trabalho de mobilização cívica e patriótica realizado por iniciativa do próprio governo, através de diversos instrumentos de mobili-

zação e propaganda. Aí, no entanto, existiam outros obstáculos. O regime Vargas não comportava, na realidade, dose tão grande de mobilização. As estreitas bases sociais que lhe deram origem, a necessidade de manter constante negociação com fortes setores da sociedade e do Estado que nunca se submeteram completamente à sua tutela — as Forças Armadas, os grupos empresariais, a Igreja, as lideranças políticas dos estados — e, finalmente, a própria evolução da conjuntura internacional faziam com que a mobilização ficasse contida nas manifestações muitas vezes eloqüentes, mas de efeito quase meramente ritualístico, dos desfiles da Juventude Brasileira, dos corais orfeônicos espalhados pelo país, dos hinos memorizados pelas crianças sem o entendimento de seus conteúdos, dos materiais de propaganda difundidos pelo DIP.

Uma outra fonte de legitimação do sistema centralizado de ensino teriam sido seus efeitos na ampliação efetiva da escolaridade no país, sua modernização e o aumento da eficiência da atuação governamental neste setor. De fato, uma das grandes justificativas do Estado Novo foi a eliminação do poder estagnante e imobilista das velhas oligarquias regionais, e a criação de um Estado centralizado moderno, eficiente, que pudesse atingir, com sua política social e econômica, todos os setores da população. Todavia, é difícil dizer que isto tenha ocorrido. O Ministério da Educação não chegou a agir sobre o ensino primário, que continuou na mão dos estados. O ensino secundário cresceu e foi objeto de um grande esforço de redefinição; os cursos de tipo profissional não adquiriram maior significação, com exceção daqueles ministrados diretamente pela indústria nascente; o ensino superior, pelo menos em termos quantitativos, estagnou. O que aumentou de maneira significativa e afetou de forma mais direta o ensino secundário e superior, foram as normas governamentais, os sistemas de controle e inspeção, a proliferação de atos legiferantes. Elas tiveram o efeito, que se esperava fosse de curto prazo, de gerar toda a sorte de solicitações, pedidos de exceção, de regulamentos e decisões casuísticas que o ministério tinha dificuldades em atender com presteza, e que se traduziam em lentidão burocrática e formalismo administrativo.

Ao final do Estado Novo, o projeto educacional do Ministério da Educação havia exaurido seu conteúdo ético e mobilizador, deixando em seu lugar a parafernália de leis, instituições e rotinas que haviam sido montadas nos anos anteriores. Ficou, por assim dizer, sem alma.

O debate sobre os destinos da educação brasileira que se reinicia após o Estado Novo retoma o confronto entre os defensores da escola pública e os da escola "livre", isto é, confessional. Na realidade, o que se discute é se o modelo napoleônico deveria ser levado às suas últimas conseqüências, com a implantação de um sistema amplo e nacional de educação leiga, universal e gratuita, ou se o governo deveria, em nome dos princípios de liberdade de pensamento e dos direitos da família, desmantelar a máquina administrativa ministerial e subsidiar a educação privada, em sua maioria de orientação católica. O debate, como sabemos, se arrastaria por muitos anos e terminaria com a lei de Diretrizes e Bases de 1961, que, segundo a interpretação corrente, tende muito mais para a segunda do que para a primeira alternativa, sem trazer realmente solução para os problemas mais profundos do sistema educacional brasileiro. A presença de Capanema no Congresso como o mais categorizado porta-voz do PSD em questões educacionais sem dúvida contribuiu para que os sucessivos governos de origem getulista ou pessedista não conseguissem ou preferissem não tocar no sistema educacional que haviam herdado, e que nem a lei de 1961 chegou, efetivamente, a substituir.

É possível que uma das principais heranças dos tempos do Estado Novo na área educacional tenha sido um conjunto de noções e pressuposições que, desenvolvidas naquele contexto, adquiriram o caráter de verdades evidentes para quase todos, independentemente de seu lugar nos debates políticos e ideológicos que a questão educacional tem gerado. Elas incluem a noção de que o sistema educacional do país tem de ser unificado seguindo um mesmo modelo de Norte a Sul; de que o ensino em línguas maternas que não o português é um mal a ser evitado; de que cabe ao governo regular, controlar e fiscalizar a educação em todos os seus níveis; de que todas as profissões devem ser reguladas por lei, com monopólios ocupacionais estabelecidos para cada uma delas; de que para cada profissão deve haver um tipo de escola profissional, e vice-versa; de que ao Estado cabe não só o financiamento da educação pública, como também o subsídio à educação privada; e de que a cura dos problemas de ineficiência, má qualidade de ensino, desperdício de recursos etc., reside sempre e necessariamente em melhores leis, melhor planejamento, mais fiscalização, mais controle.

A polarização do debate entre ensino público, estatizado e leigo *versus* ensino privado, confessional e elitista tornou extremamente difícil examinar com outros olhos as eventuais dificuldades e virtudes de cada uma das alternativas, e terminou fazendo com que a questão educacional, que até o final da década de 1950 se colocava no centro das discussões políticas do país, terminasse se transformando em pouco mais do que um conflito de interesses entre tecnocratas, administradores, donos de escola, professores e estudantes, cada qual agindo dentro de sua ótica e interesses particulares, e sem a preocupação mais ampla

quanto ao papel que a educação deveria desempenhar em uma sociedade mais justa, democrática e eqüitativa.

É uma grandeza que parece haver-se perdido, e que, contudo, certamente esteve presente nos tempos de Capanema. Em um nível muito amplo, e independentemente de suas eventuais ações e preferências, todas elas ligadas ao contexto da época, o ministério Capanema tinha uma visão do futuro, um mundo que queria construir, e que, de alguma forma — freqüentemente imperfeita, freqüentemente contraditória — coincidia com outras visões que outras pessoas e grupos, dentro e fora do ministério, tratavam de realizar. Talvez seja esta grandeza de intenções o que explique uma certa mística que ainda hoje envolve os tempos de Capanema, e que hoje, mais do que nunca, nos faz falta.

APÊNDICE

CORRESPONDÊNCIA SELECIONADA

Juventude

Ao pai
Belo Horizonte, 6.11.1916

Meu pai,

Logo que foi declarada a guerra entre o Brasil e a Alemanha, os estudantes daqui manifestaram o desejo do fechamento do Colégio Arnaldo que, como você sabe, foi dirigido por padres alemães. Para chegar a esse intento espalharam diversos boletins, nos quais pediam aos pais que retirassem seus filhos do colégio quanto antes. Porém não foram ouvidos, pois o estabelecimento continuou a funcionar regularmente.

Em vista disso os acadêmicos se dirigiram para lá e obrigaram aos padres o fechamento imediato do colégio. Foi ontem a uma e meia da tarde. Os alunos internos foram entregues aos respectivos correspondentes. Alguns não os têm, entre os quais também eu. Fomos pois, entregues ao Sr. secretário do Interior que nos colocou em uma pensão familiar por conta do Estado, até que os pais deliberem o que se deve fazer. Muitas coisas sobre o fato acontecido queria eu lhe contar; estou, porém, reservando-as para quando estivermos juntos.

O fim desta carta é a minha atual colocação. Os gastos até o fim deste ano estavam feitos; tínhamos tudo pago. Mas agora aparece uma *penca* de despesas que fazem medo. O dinheiro com que os alunos pagaram a mensalidade de novembro adiantadamente não foi restituído e certamente não será.

Haverá exames no ginásio. É pois preciso que eu fique aqui até dezembro. Preciso de comprar roupa, pois as que tenho serviriam muito bem para o uso no internato, mas não em público. Preciso tomar professores particulares de algumas matérias, para concluir o curso interrompido. Arranjei aulas de português e francês com o Dr. Morais por 15 por mês. Aulas de alemão vou contratar hoje. Para geografia não preciso professor. Preciso de ficar em uma pensão. Nessa em que o Dr. Américo Lopes me colocou não há lugar e, além disso, é bem cara. Há outras mais baratas; porém exigem que o pensionista tenha cama, colchão, travesseiro etc. Não me convém fazer essas compras, pois trata-se agora de arranjar pensão para um mês e pouco, apenas. O Sr. Santos mandou chamar-me para ficar na sua pensão. Dá-me tudo que precisar, como cama, colchão, bacia, um quarto (para dois rapazes: para um dos meus melhores amigos, Gabriel Passos, que também não tem correspondente e ficará aqui para fazer exames no ginásio e para mim) por 70 por mês. Esta, porém, como está um pouco longe do ginásio e da casa do Sr. Morais só a tomarei se encontrar outra que satisfaça essas condições. A pensão do Sr. Santos, a não ser essa pequena inconveniência, serve muito bem. Como vê você, foi um ato bem violento esse fechamento tão imediato e imprevisto do colégio. Deu grandes despesas aos pais dos alunos.

Quanto ao destino dos padres eu nada sei. No colégio eles não estão. O estabelecimento está fechado e guardado pela polícia. Já lhe telegrafei a esse respeito; esta carta é uma explicação mais detalhada do fato. Tranqüilize-se, pois estou bom de saúde e entregue a boas pessoas. O que é preciso é a minha colocação, pois já é necessário estudar para não perder tempo.

Confiemos em Deus e tenhamos coragem.

Abençoe o seu filho

Gustavo.

NB. Peço-lhe que não mostre esta carta a ninguém.

De Gabriel Passos
11.4.1924

Capanema,

Abraços. Não sei o que te faz silenciar. Além de ti, dos teus, do teu caso, temos sempre muito a dizer-nos. É preciso, pois, que nos correspondamos a miúde. Agora, por exemplo, te escrevo principalmente para pôr-te a par do que se passa em relação à luta em que, se estou com prazer empenhado, parte, a ti o devo e aos demais amigos, Abgar e Mário.

A questão de orador será resolvida a favor do Abgar que será eleito por maioria, senão por unanimidade; a candidatura do Gudesten foi vencida e retirada do campo; para derrotarmos a do A. R. além do teu (que é o que põe contra ela) precisamos de um voto. Para a eleição, pois, do Tito, esperamos que o Leopoldo se resolva; para o Rio, onde está, já o Mário, o Abgar e eu lhe mandamos cartas. Bem, esta providência, de que só nós sabemos, é que fará a nossa vitória, se o seu resultado nos for favorável. A luta que aqui se trava é grande.

Ontem veio aqui ao nosso quarto o N., que, durante duas horas, procurou comover-me e disse, em resumo, mais ou menos isto: "Vocês já me infligiram duas derrotas; eu faço questão de que o A. R. seja eleito, é, portanto, preciso que transijam num ponto: derrotados nas urnas, quanto a paraninfo (dependemos do voto do Leopoldo, com o qual ele conta na certa), levarão até o fim a sua intransigência, quero dizer, sairão do quadro e cindirão a turma?" Falou mais que não fez questão de sua candidatura para orador, porque me sabia do lado do Abgar e que não se bateu para do Gudesten porque a ela me sabia definitivamente contrário, e outras coisas boas de se ouvirem de um correligionário, mas que ditas por um adversário político me comove tanto quanto às pedras. A minha resposta foi que eu de tal modo estava empenhado com os amigos, que não lhe podia dar resposta pessoal e menos em nome dos amigos, o mais que o meu desejo de cordialidade podia fazer é a exposição aos camaradas do ocorrido e que se eles depusessem as armas também eu cessava, a campanha, e até lá continuava trabalhando contra o A. R., pois foi obedecendo a um pedido teu, secundado pelo do Mário e do Abgar, que eu comecei a trabalhar contra um candidato a quem nada pessoalmente tinha a opor, senão a significação de "bajulatória" que teria tal homenagem. Disse ainda, oportunamente, que era significativo e lhe recomendava muito o abraçar a candidatura do Abgar e que eu não temia a do Gudesten.

Ontem o Mário escreveu ao Abgar que preferia o diabo ao Artur e que a este insultaria se ele fosse eleito; hoje recebi uma carta dele em que a oposição é formal e na proposta de fazermos quadro à parte. Respondi-lhe dizendo mais ou menos o que te digo e dizendo do quanto é inquebrantável a minha solidariedade.

O nosso bom amigo Negrão disse-me e diz a toda gente: "O Capanema eu o arranjo".

O caminho a seguires está claramente à vista; não espero a tua vacilação. Eu e Abgar, que até aqui temos estado a fogo vivo, podemos representar-te nas eleições e no mais, se a tua bondade redunda em dó. Se não esperas resistir, manda procuração e fica-te aí. O N. é melífluo e tem fumaças de habilidade. Se Abgar, Mário, tu e eu e mais os nossos nos firmarmos e dissermos: "Vamos até o fim, sairemos do quadro", acreditas que eles não se chegarão? Responda urgentemente; contando com tua discrição e resolução pronta, manda-te um abraço o

Gabriel

P.S. Troque idéias com o Abgar e o Mário, se julgares conveniente, mas não ouça adversários, que estão formidáveis em intrigas.

De Emílio Moura
11.11.1924

Querido Capanema
Abraços!

Eu gosto das surpresas. E é por isso que, só agora, mando essa carta ao seu doce retiro nesse castelo providencial. Imagino que você já não me espera dessa maneira, assim numa carta, que lhe leve um pouco de tristeza ou tranqüilidade desse sertão banalizado. Mas é que eu hoje conversei com a senhora do Nandinho e a saudade de você fez esse milagre: deu-me forças para enfrentar uma tira de branco, numa hora de calor e de abatimento. Tentei muitas vezes uma carta e... nada.

Dores é um veneno doloroso no tédio da sua chatice e vulgaridade. De vez em quando um parêntesis que nos consola e nos deixa, ao mesmo tempo, numa inquietação terrível: o medo das horas seguintes. E é tudo.

O pouco que a gente consegue de vida interior e de serenidade é graças a uma desabusada coragem de "nadar em seco" que ainda conservo, quixotescamente, que nós todos conservamos, apesar de tudo.

Estou doido de saudades de vocês todos e de Belo Horizonte. Não da cidade, de que tenho péssimas lembranças e motivos muito sérios de queixa; mas do ambiente que vocês criaram durante todos esses anos de tristeza e de sonho.

Como vai você com os seus estudos, Capanema? Ainda está lendo Taine e misturando essas leituras com códigos e grossos tratados de filosofia? E o Passos? Estou aflito para dar-lhe o meu abraço. Mas isso, pessoalmente, diante de sua figura romana.

E de amores? Talvez o seu caso sentimental seja mais interessante do que eu fico pensando. O velho já caiu no "Era uma vez..." das histórias desaparecidas?... Ou ainda há vozes que falem nele, na sua melancolia?

Não sei ainda quando irei, novamente. E você não imagina, Capanema, como estou e tenho estado pesaroso por perder esses últimos meses do último ano de vocês. A vida tem feito o possível para que eu "falhe" em tudo — sentimental, intelectualmente e, até mesmo, praticamente. E o que me admira é que haja muita gente que confunda um obscuro, mas insistente, heroísmo, com fragilidade e tristeza. Afinal, tem que ser dessa maneira, e nós seremos, sempre, a resultante da crítica externa. Não guardo rancores, nem me amarga a realidade. Sou benevolente e não desejo fugir à regra universalizada. Vivo! E creio que nisso está toda a minha atitude, pelo menos a desse período da minha vida que eu desejava tanto fosse de outra maneira...

Há, aqui, uma criatura deliciosa, Capanema, e às vezes, (ah! lirismo, velho lirismo!) fico pensando que ela seria capaz de fazer um milagre na minha vida. Menina que não conhece o *flirt,* 16 anos... e linda. É uma criatura capaz de fazer a felicidade de uma outra; mesmo que essa outra tenha o meu feitio desorganizado. Mas é "esquiva e rara". Inútil! Inútil!

Estou pensando na felicidade do Passos. Isso consola-me, sinceramente. A, você eu sei que irrita, não a felicidade dele, mas o modo de ele receber e gozar essa felicidade — como naqueles dias, amargos para você, tediosos para mim, quando o "caso" dele era ainda namoro de esquina e de tardes na São José. O Neco — casado; o Carlos — noivo; Mário — noivo... E a vida continuando...

Um abraço no Passos, Abgar, Carlos, Dario, Leopoldo, Alberto etc.

Um outro para você, muito forte e com muita saudade do,

De coração
Emílio

De Carlos Drummond de Andrade
Belo Horizonte, 2.1.1926

My dear Capanema
Abraços
Comunico-te que estou de malas feitas para Itabira — Itabira de Mato Dentro, Minas — lugar horroroso, onde Judas perdeu as botas, e onde estou à espera de tuas cartas. Devo seguir até o fim desta semana.
Se já tiveres lido e gozado o *Pau Brasil*, me devolva para Belo Horizonte até o fim desta, ou para Itabira depois desta.
Como vai você?
Aqui todos mandam lembranças. E um abraço grande do

Carlos
Rua Silva Jardim, 107

À mãe
Belo Horizonte, 2.4.1927

Minha mãe
Abraços
Estou aqui em Belo Horizonte desde segunda-feira. A cidade está alegre e bela. Eu, porém, a estou achando muito triste, por um motivo que a senhora não dirá a ninguém: a Naná ficou noiva de um antigo companheiro meu de

Academia, advogado que já se enriqueceu lá pelo sul de Minas. Eu cada vez me arrependo mais de a ter repudiado. Eu não gostei sinceramente senão dela.
Vou ao Rio amanhã. Demorarei só uns três ou quatro dias. E depois voltarei de novo para Pitangui, para essa enfastiante Pitangui, onde me espera, além do mais, a maçada de ser vereador. Este mundo é uma pilhéria dolorosa.
Adeus. Abençoe o seu filho,

Gustavo

De Dario de Almeida Magalhães
Belo Horizonte, 3.9.1928

Meu querido Capanema.
Um abraço afetuoso.
Recebi, há dias, aquele seu bilhete apressado e a carta que você mandou ao Casassanta. Logo me desobriguei da incumbência, entregando-a a esse homem notabilíssimo, que é hoje diretor da Instrução, conforme você já deve estar ciente. Onde estava você quando mandou aquelas palavras tão rápidas? Em Pitangui? Você persiste nessa atitude egoísta, mergulhado nesse esplêndido isolamento. Não há amigo seu que, não reclame. O próprio Casassanta, que é aquele coração de arminho, chegou a pensar num rompimento de sua parte. É inexplicável a sua atitude. Inteiramente inconcebível. E depois queres falar nessa história de derrota, desastres de vida; é quase irrisória. Qual o rapaz de sua geração que tem em si mesmo as maiores possibilidades de carreira que as que você tem? Agora, só porque você, por um erro inicial de se colocar num meio inferior a você mesmo, ainda infestado pela mais vil politicagem, sente uns choques inevitáveis em todo o princípio de carreira, pensar em fracasso é infantil. Meta o pé nessa Pitangui de comadres e de Isauras e venha fazer um concurso na faculdade, e sobre a sua cabeça cairá a coroa das maiores consagrações. Largue Minas, se preciso for, Minas pequenininha e miserável, que não aproveita os seus valores. Minas de Nilo (...)* e de Negrão de Lima. O que é preciso é que você encontre o destino iluminado que o

* Ilegível no original.

espera. E procurá-lo com afinco e sem temor, que ele está aí na sua frente. E mande o resto „plantar batatas".

Capanema. Eu comecei a escrever essa carta para comunicação, em primeiro lugar, ao meu maior amigo, que estou noivo oficial. A situação real não se modificou grandemente. Uma ligeira troca de cartas e uma responsabilidade pesada, mas (...)* e gostosa de suportar, foi o acréscimo que houve. A criatura que Deus me deu para companheira estou certo que me fará plenamente feliz. Por isso a fase que estou atravessando agora na minha vida é de grande alegria. Quero que participe comigo desses momentos de inteira satisfação íntima.

Com o abraço afetuoso do seu,
de todo o coração,
Dario

De Carlos Drummond de Andrade
1929(?)

Meu querido Capanema,

Jogo esta carta no oceano... Isto é, jogo no correio, mas com a desconfiança de que ela se perderá por aí, ou você se perderá dela, um indo para o norte do Brasil espalhar a palavra de liberalismo, a outra recolhendo-se modestamente a Pitangui. Afinal, hão de encontrar-se um dia, ou nós nos encontraremos e tudo ficará explicado. Demorei um pouco a mandar o seu famoso álbum. As razões, você já sabe: a minha incurável incapacidade epistolar, que me inibia de escrever duas linhas afetuosas acompanhando o tal e a também incurável falta de honestidade dos nossos poetas, que nunca fazem aquilo que prometem...

De mão em mão, o álbum gastou quase dois meses e não chegou a pegar o Abgar, que está veraneando nas doces areias de Copacabana. É lamentável a ausência do nosso amigo, porém mesmo assim o álbum está notável e contém algumas das obras mais primas da literatura mineira. Outros poetas não há. Ou antes: há mas não são poetas. Se você quiser outros autógrafos menos

* Ilegível no original.

ilustres, devolva-me o álbum que os colherei pela ordem alfabética. Agora quero saber o nome da proprietária desse álbum, que eu imagino gentil e espiritual. (Ficará sendo um segredo entre nós dois.)

Mas já ia me esquecendo de manifestar a minha surpresa pela sua inclusão numa das caravanas liberais que vão ao norte. Surpresa porque não sabia de nada a esse respeito e ainda porque, confirmada a notícia, imaginei que você passaria por Belo Horizonte antes de zarpar. No entanto a esta hora a caravana já partiu, e as ruas desta cidade não guardam memória de você. Onde, afinal, estará o lírico e doloroso Gustavo? Em Minas ou no mar? Rumo de Pernambuco ou rumo do seu hotel em Pitangui, depois de uma perambulação nervosa pelas ruas da velha cidade? Minha pena está cheia de perguntas e minha alma está cheia de dúvidas.

Minha alma cheia de dúvidas... Você sabe as coisas tristes e ruins que enchem a minha alma e a minha vida. Com você eu já desabafei tantas vezes. Paro a tempo de escrever maiores besteiras e mando, em um abraço saudosíssimo, toda a velha amizade do

Carlos

O Mário continua ausente no sul de Minas.

De Gabriel Passos
Belo Horizonte, 28.3.1924

Meu caro Capanema,

Ainda não estive com o Abgar, mas pelo *Diário*, tanto quanto o *Diário* permite, tive conhecimento da alta eloqüência e do rasgado pensamento que assinalaram os teus discursos de saudação ao Campos. Gostei e fiquei satisfeito por verificar que andas cada vez mais distanciado de Lecadien; és real e, portanto, mais forte. O destino de Lecadien é regulado por Maurois que arranjou um esquema engraçado para a desgraça; o teu destino é puramente o destino. Depois, a tua força não está apenas na tua inteligência nem na tua cultura: sempre esteve na tua persistência. Não veja em mim atitudes irônicas: sou de natural pouco agudo e prezo aos meus amigos... Mas, a tua persistência em Pitangui tem qualquer coisa de heróica, como aquelas assentadas

valentes diante dos livros. É o que te libertará de Pitangui; tanto afrontarás a cidade, que te tornarás superior a ela. Um dia ela deixará de existir em ti. Os meus projetos, a minha vida, os meus sonhos: assunto absolutamente sem importância. Falta de imaginação; portanto, serenidade real, diferente da que aparentas e que é dos mais altos brados de angústia...

Eu, ao contrário, quero cada vez mais existir na cidade; acomodação fácil porque a cidade é geométrica, vulgar.

Serenidade, serenidade é a minha inconsciente serenidade, siô Capanema.

Adeus. O teu
Gabriel
Rua Tomé de Souza, 1380

No governo, em Minas

De Carlos Drummond de Andrade
Belo Horizonte, 4.8.1930

Meu caro Capanema,

Eu ia precisamente escrever-lhe reclamando o artigo do *Bandeirante* quando chegaram o seu cartão e o número do jornal. Satisfiz a minha vaidade e agora, cheio de penas, venho dizer-lhe que, mais uma vez, você fez de mim um homem ilustre, ou seja, que mais uma vez foi uma criatura generosíssima.

Sim! Com superlativo. Você é tão bom para mim, e acha tanta coisa na minha poesia que, se não militassem outros motivos, só por esse eu ficaria cativo do seu grande, opulento espírito. Mas bem sei que a nossa amizade não é literária, e que realizamos necessidades afetivas bem mais austeras mantendo esse comércio que é para mim das coisas mais gratas e menos quotidianas da minha vida de burocrata falhado.

Seu artigo está esplêndido e, à parte o enternecimento pessoal que ele me provoca, me agradou muito pela aproximação de sensibilidade e pela finura crítica. Transcrevi no *Minas* o trecho final, omitindo o inicial por ser o de maior ressonância humana para mim.

Não estivemos juntos dez minutos por ocasião de sua última passagem em Belo Horizonte. Depois de estar com Vino Trianon, marchei para a cama e durante três dias foi (*sic*) um *homo finito*. Ressuscitei e soube que você tinha regressado. Senti.

Aqui tudo é uma enorme espera. Espera de novo governo, espera de dias melhores e até de piores, porque ainda há quem acredite em "algo de novo no Sul". As perspectivas deste governo que entra são escuras e frias. O câmbio da inteligência descerá, ou já desceu. Hegemonia washintoniana... A minha esperança é que esse homem se esborrache antes de 7 de setembro, de tanto fazer e dizer burradas. Ameaça ser o secretário de todas as pastas e o controlador de todos os serviços. Que será de nossa cara e pobre Minas?

Com essa pergunta aflita, e com o mais saudoso e cordial abraço, despede-se de você o velho e certo amigo

Carlos

P.S. Maria Julieta agradece a desvanecedora citação do seu nome. Ela já era amiguinha do Ciro pelo mesmo motivo. Agora você conquistou o seu coração — e a sua vaidade embrionária.

À mãe
Belo Horizonte, 28.10.1930

Minha querida mãe,

Um abraço. Informaram-me que a senhora não sabia que nós fizemos uma revolução, uma formidável revolução, para consertar este Brasil. Foram três semanas de barulho grosso, de tiroteio pesado, de vitórias magníficas, de inquietações horríveis e de esperanças maravilhosas. Afinal, vencemos. Venceu o povo mineiro. Venceu o povo brasileiro.

Estou aqui em perfeita e doce tranqüilidade. Talvez vá ao Rio.

Adeus. Com um abraço do seu filho,

Gustavo

À mãe
Belo Horizonte, 12.1.1931

Minha mãe,

Um abraço. Acabo de receber a sua carta. Fiquei muito magoado com as notícias que a senhora me dá, não só de seu mal-estar como também da doença do Corinto. Aí vai um pouco de dinheiro. Peço-lhe que me mande dizer com urgência onde está meu pai, pois o lugar dele já está arranjado. Ele deve vir morar em Pitangui, onde a senhora e ele deverão ter casa. O João e Alice deverão instalar-se logo em Pitangui. O João está contratado para professor da Escola Normal, devendo a nomeação dele para diretor sair nestes poucos dias.

Meu pai irá para o cargo de escrivão da Coletoria Federal, tendo eu já arranjado um lugar para o Vital aqui em Belo Horizonte.

O Corinto deverá submeter-se a rigoroso tratamento, para o que seria bom que consultasse um especialista daqui. Fala ao Alisinho para trazê-lo aqui.

Quero ver se arranjo para o José um lugar no Banco do Brasil, aqui na agência de Belo Horizonte. O Alisinho quer ser nomeado para o lugar do Nêm Vilaça, mas não estou com vontade de fazer isso. Se me for possível, arranjarei um lugar para ele aqui.

Seja como for, a nossa família deve ficar instalada em Pitangui. Lá é que deve estar o nosso centro. Eu quero muito a Pitangui e não desejo separar-me daquele povo. Além disso, tenho lá interesses políticos. É principalmente por isso que preciso ter em Pitangui um ponto de descanso, ou um centro de informação e trabalho.

Espero que tudo isso se fará logo. Até que se normalize a situação, peço-lhe que me comunique todas as suas necessidades, para eu arranjar jeito para afastá-las.

Adeus. Abençoe o seu filho,
Gustavo

*Do embaixador da Itália**
Rio, 28.8.1931

Excelentíssimo senhor doutor,

Tenho a honra de transmitir-lhe, em anexo, o talão de expedição de uma caixa contendo alguns volumes relativos à legislação fascista, de modo que ela possa dar um quadro completo da obra ingente do governo fascista em seus nove anos de existência.

Mantenho a promessa que lhe fiz durante minha estadia tão grata em Belo Horizonte de enviar-lhe uma cópia da *Memória Ilustrada da Milícia Voluntária para a Segurança Nacional.*

Em qualquer coisa que possa ser-lhe útil, disponha liberalmente de mim, que terei prazer em atender-lhe.

Queira aceitar, Excelentíssimo senhor doutor, os votos de minha alta consideração e de meus mais cordiais sentimentos.

V. Cerruti

A Getúlio Vargas
Belo Horizonte, 13.12.1931

Exmo. amigo Dr. presidente Getúlio Vargas.

Cordiais saudações.

Venho comunicar-lhe que fiz ao Dr. Olegário Maciel ciente de todas as nossas conversas e entendimentos. Ele aprovou, sem restrições, tudo que aí realizei.

Pode, portanto, ficar certo de que as suas sugestões serão prontamente atendidas. O Dr. Olegário Maciel quer governar em harmonia de vistas com V. Excia.

Estou, de minha parte, certo de que V. Excia. dará ostensivas e categóricas demonstrações de seu apoio e apreço para com o governo mineiro, visando fortalecê-lo na opinião pública, em proveito comum.

* Traduzido do original italiano.

A nomeação do Dr. Francisco Campos para seu ministro foi, para Minas, um ato de grande acerto e vantagem. Todos receberam a notícia com aclamações.

Julgo, entretanto, que V. Excia. deve cercar o Dr. Campos de maior prestígio, dando-lhe mais claras demonstrações de sua estima. Falo-lhe assim, pelo fato de estar já causando má impressão em nosso meio, a continuação desse chamado incidente no caso Adalberto Corrêa-Francisco Campos. Talvez o caso não tenha as proporções que aqui lhe são atribuídas. O que é fato, porém, é que esse caso inquieta a opinião, que começa a considerar o Dr. Campos em situação delicada dentro de seu governo.

Ora, o Dr. Campos, dada a especial circunstância de ter regressado ao seu governo, não pode nele ficar em situação delicada. A situação dele tem que ser clara e firme.

O prestígio do Dr. Campos é tanto mais necessário, quanto é certo que, em torno desse prestígio, bem como do prestígio que tiver o governo mineiro, é que se poderá fazer a recomposição da política mineira segundo os interesses revolucionários.

Falo-lhe a linguagem da estima e do apreço. É a linguagem de quem, estando devotado ao serviço de Minas, está empenhado com toda a sinceridade, em servir, com fé e entusiasmo, ao governo de V. Excia.

Fazendo-lhe uma cordial visita, subscrevo-me, com admiração, seu amigo

Gustavo Capanema

De Menelick de Carvalho
Juiz de Fora, 13.11.1932

Meu caro Capanema.

Um afetuoso abraço.

Chegando de minha última viagem, a essa capital, encontrei aqui em certas rodas aquelas mesmas apreensões em torno de sua recusa ao diretório do novo partido que se esboça em Minas. As mais desencontradas versões já tinham curso franco e, naturalmente, já estariam circulando por toda esta zona.

A imprensa local, que anda sempre ressabiada, se traçara uma orientação de expectativa e evoluía por maus presságios, a acreditar que estivesse aberta em Minas a aurora da reedição do ciclo que teve o desfecho de 18 de agosto.

O *Correio de Minas*, jornal que sempre esteve ao lado do nosso governo e vem se revelando um seu devotado amigo, com os mais rasgados elogios à sua atuação política e administrativa, fora aconselhado a mudar de rumo, porque estaria dando pulos no escuro... À boca pequena, foi balbuciado nos ouvidos do seu redator-chefe que Capanema era um homem ao mar e que dentro de uns oito dias já não seria mais Secretário.

Embora absurda, esta presunção não deixou de exercer certa dúvida no espírito jornalístico.

Logo ao chegar, tive disto conhecimento e, em pouco, elementos do Clube 3 de Outubro, que ainda é orientado pelo major Alkindar Pires Ferreira, procuravam-me para saber o que havia de positivo e manifestavam sua franca reprovação, acentuando que a sua saída da Secretaria do Interior seria por eles recebida como hostilidade à corrente jovem, na qual todos vêem a segurança dos primeiros revolucionários.

Longamente falei-lhes sobre o equívoco em que os derrotistas e alarmistas laboravam. Saíram satisfeitos.

Pouco depois visitam-me com o mesmo objetivo, por intermédio do chefe da censura, o redator-proprietário do *Correio de Minas*. Dadas as informações e impressões que trouxe da capital, as apreensões desapareceram.

E o desassombro em que eles se colocam ao seu lado vai bem testemunhado no artigo de fundo da edição de hoje.

Convém agradecer ao *Correio*, que sinceramente o tem no mais elevado conceito.

A carta do Amaral é que foi um desastre nos meios militares e também nos reacionários, cujo maior desejo é ver a nossa "força" lançada contra o Exército.

E logo agora que os homens do ministro Espírito Santo se mostram tão inclinados a prestigiar o governo de Minas e vêm se revelando tão simpáticos e agradáveis (não se sabendo, por enquanto, ao certo se não seria isto a preparação do terreno para virem a realizar a velha intenção de desarmar a nossa milícia...) logo agora é que o Amaral foi achar para dizer aquelas inconveniências.

Temos aqui, porém, a impressão de que a resposta do Marques é que vai determinar a atitude dos homens do Exército, que, como se sabe, são ciosos

de seus brios e de sua técnica. Aquelas expressões "como você está cansado de saber", dessa carta, lançaram meditação no espírito dos mais exaltados, cujas lucubrações se adormentaram com os conselhos dos mais serenos que opinam pela espera da resposta do Marques.

Elementos do Exército, tenentes do Clube, vêm tomando parte saliente e ostensiva no movimento de sindicalização dos operários, naturalmente para tirar o seu proveito. As impressões até aqui colhidas pelas observações policiais são as de que esse movimento evolui a passos largos para uma feição comunista. O exemplo da Rússia e a revolta contra o capitalismo são as citações gritantes e infalíveis de todos os discursos e comentários. Às reuniões da União Operária e da União Trabalhista Sindical Mineira tem comparecido grande número de operários (duzentos nos dias de menor expressão). De três mil foi a assistência de uma conferência pronunciada pelo professor Sinfrônio de Magalhães, que perante a UTSM já se confessou comunista "branco".

Já nos entendemos com o Álvaro Batista, que nos mandou instruções. Continuaremos observando, anotando em permanente vigilância, pondo também a Região Militar ao correr da atuação dos seus homens.

Sem mais, por enquanto, subscrevo-me com afetuoso abraço

seu amigo gratíssimo
Menelick de Carvalho

A Menelick de Carvalho
Belo Horizonte, 19.11.1932

Prezado amigo Menelick

Um abraço

Estou muito agradecido a você pelo inteligente trabalho que vai realizando em Juiz de Fora.

Tenho lido os jornais daí. Noto que tudo vai bem. *O Correio de Minas* tem sido por demais generoso para comigo. E noto que você tem tido nisso apreciável influência. Devo confessar-lhe que estou penhoradíssimo para com esse jornal, cuja atitude para comigo não obedece a nenhum intuito subalterno, pois jamais vieram os seus diretores a mim com qualquer pedido ou pretensão, por mínima que fosse.

Entretanto, quero pedir-lhe reservadamente que influa junto aos diretores desse jornal no sentido de moderarem, restringirem, o mais que puderem, os elogios feitos a mim. Há muito exagero nas qualidades que me atribuem. Além disso, a localização de meu nome, de um modo assim tão vivo, poderá trazer efeitos contrários aos que tão generosamente desejam os jornalistas amigos.

Queira aceitar os meus agradecimentos. E creia na estima e no apreço de seu criado e amigo,

Capanema

De Francisco Negrão de Lima
Rio, 28.3.1933

Capanema

Caro Capanema,

As publicações saíram a contento. A conferência foi estampada, até agora, apenas no *Jornal do Comércio*, o que me faz crer que os outros não atenderão ao meu pedido porque a matéria se tornou conhecida. Embora se deva levar a demora à conta deles próprios, que receberam o exemplar juntamente com o *Jornal do Comércio*. Este fez grande luxo, alegando que o seu trabalho fora dado à publicidade pelo *Minas* e que a redação mantém a praxe de não inserir na folha o que outros colegas publicam de primeira mão. Apelei para a intervenção de um amigo e afinal o meu desejo foi satisfeito.

Do meu contato com o pessoal do jornalismo carioca tenho chegado à conclusão de que você, secretário da pasta política, precisa de pensar na hipótese de estabelecer a ligação de Minas com algum dos nossos grandes órgãos de imprensa. A esse respeito, considero que nos encontramos desamparados, pois o que venho conseguindo pode ser atribuído, em boa parte, ou às minhas relações (que aliás não são grandes), ou à habilidade com que procuro sempre encaminhar as providências. De modo geral, a imprensa do Rio olha com antipatia ou encara com indiferença as nossas coisas.

Reputo, pelo exposto, de grande conveniência a idéia ora sugerida, pois não me lembro de se ter desenhado para a nossa terra, em outra quadra, situação igual à que neste momento percebo. Não podemos continuar à mercê da

displicência dos círculos jornalísticos em face da atuação de Minas e dos fatos que de perto lhe tocam. Cumpre despertar os meios de imprensa e colocá-los na posição de sentido para tudo aquilo que disser respeito à economia, à política e aos homens de Minas.

Sem a execução de um plano, que resolva esta parte, não haverá ressonância para os nossos atos, nem para a nossa voz. Não ganharemos o prestígio de que nos fala a nossa tradição mineira.

Aí vem a Constituinte. Inaugura-se a era da reorganização e renovação brasileira. Os problemas políticos de maior importância serão aqui ventilados e decididos. Não devemos agravar o nosso desaparelhamento ideológico com a ausência completa das galerias de imprensa, que são as janelas por onde o povo espia e vê se o espetáculo está correndo bem.

Estou certo de que você pensará no assunto e estudará o processo para se pôr termo à falha de que lhe transmito uma impressão.

É obra interessante para você realizar. Interessante para você, como secretário do Interior, e proveitosa ao nosso estado, em torno de cujos altos interesses não se deve permitir que se faça o vácuo na hora dura e difícil que o país vai viver.

Afetuosamente, o seu

Negrão

De Francisco Campos
1933

Capanema,

Você não tem o privilégio do serviço de investigação e de vigilância. Estou inteiramente a par das providências tomadas por você em relação a Pitangui.

Não estranho que você peça votos para o PP e peça votos contra mim. Está no seu direito. Nem lhe peço nenhum tratamento de favor.

O que, porém, me surpreende é que você pretenda capitular de crime qualquer ato de nobreza da população de Pitangui para comigo. O que, sobretudo, estranho é que você, ao serviço do ódio do Antônio Carlos, queria impor que da sua excomunhão ao meu nome participe a nossa gente, em

cujo coração ele somente evocará recordações de família, afetos e motivos de reconhecimento.

Por que altas razões de Estado pretenderá você que se transformem esses nobres sentimentos em repúdio, desapreço, inimizade e ingratidão?

Você intima Pitangui a me negar pão e água, como a um aventureiro de estrada. Você exige que eu não tenha entrada na casa paterna; que, nela e entre os meus, eu seja tratado como inimigo e como réprobo. Para você, Pitangui não tem memória, nem passado. Você pretende que Pitangui data de ontem, da sua nomeação para a Secretaria do Interior. O passado, remoto e recente, de Pitangui apagou-se com o brilho da sua estrela. O Martinho e o Francisco Campos, que representam estes nomes diante da sua fulguração? Na terra, que eles honraram, o seu nome há de ser motivo de escândalo e de execração.

O que mais me comove, porém, Capanema, é que você, valendo-se da sua situação ocasional, queira impor a Pitangui um ato de tamanha indignidade, como o de, em troca dos vinténs que você lhe pode dar, entregar ao Antônio Carlos a sua alma e o seu coração, considerando digno de reprovação e de castigo aquilo, exatamente, que distingue uma sociedade de homens de um aglomerado de animais.

O que é um dever de Pitangui você considera como um crime de Pitangui. Você exige que Pitangui faça publicamente uma confissão de indignidade. Em nome de quê? Do interesse geral e da razão de estado? Não; em nome de mesquinhos motivos pessoais, dos de ordem a mais subalterna e inconfessável.

Você intima Pitangui a ser ingrata, insensível e brutal. Você não lhe reconhece o direito de ter alma. Privando-a de alma, você terá dado à vingança do Antônio Carlos a mais completa satisfação.

Que pena eu tive da sua mocidade e da sua inteligência, ao ter notícia de que você havia intimado a que me fossem fechadas as portas do lar que os meus antepassados fundaram e povoaram do seu nome e da sua memória!

Não. Pitangui está condenada a abjurar-se. Para que não haja veleidade alguma por parte da sua população em manifestar os seus verdadeiros sentimentos, você destacou para cada distrito do município um serviçal com a missão de advertir aos homens de bem que o dia três de maio é o dia das transações e dos negócios e que, nesse dia, entram em férias todos os sentimentos de nobreza.

Se o meu nome for votado em Pitangui, declara você aos seus delegados políticos, será um desprestígio para você. O seu prestígio, portanto, só pode fundar-se, segundo o seu próprio julgamento, na indignidade de Pitangui. Quanto mais indigno for este, mais prestigiado você se sentirá.

Que inveja teria de você, se não fosse a pena que sinto de Pitangui e, particularmente, da sua mocidade e da sua inteligência.

Que dia não anuncia esta madrugada?

Do amigo e admor.

Francisco Campos

A Francisco Campos
Belo Horizonte, 29.4.1933

Doutor Campos:

A sua carta me acusa de uma vilania. Não a cometi. Não mandei a Pitangui agente nenhum da polícia a serviço partidário. Não utilizei nenhum serviçal para constranger a opinião dos homens de bem da minha terra. Não trabalhei direta ou indiretamente para que as portas do lar pitanguiense lhe fossem fechadas ou para que os votos do reconhecimento, da amizade ou da admiração lhe fossem negados na sua, na nossa terra. Muito menos pronunciei uma palavra que significasse desapreço pela sua admirável figura ou desrespeito pelos seus preclaros antepassados.

O que fiz e estou fazendo, com firmeza e claridade, é dizer aos meus correligionários do Partido Progressista — de que sou um dos chefes — que a orientação que lhes dou e a de votarem integralmente na chapa desse mesmo partido. Eis a palavra precisa que a eles digo, não com esse tom intimativo que a sua imaginação fantasiou, mas por uma forma discreta, benévola e tolerante.

O que fiz e continuo a fazer é apenas isto: estou cumprindo o meu dever, o qual é ainda mais belo porque é mais duro de cumprir e porque contraria os impulsos do coração.

O senhor está envenenado pela intriga e exacerbado pela paixão. É pena que um homem do seu gênio, talhado para conduzir uma geração inteira de

moços de ação e de cultura, não seja capaz da apolínea serenidade de um verdadeiro homem de Estado.

Capanema

De Francisco Negrão de Lima
13.4.1934

Meu caro Capanema:

Acuso o recebimento de sua carta generosa e amiga. Muito me desvanece a honrosa impressão que você teve do meu trabalho. Nela existe, claramente, algum traço de nossa velha estima, mas há também sinceridade, o que me enche de estímulo, porque você passa hoje, com toda a razão, por uma das melhores inteligências do nosso estado. Devo dizer-lhe, aliás, que a Assembléia Constituinte não oferece ambiente propício aos que se iniciam e assim se apresentam sem a marca doirada dos "medalhões". Aos poucos, porém, a bancada vai ganhando prestígio e impondo-se através dos seus elementos mais destacados.

Aqui impera, nestas horas, uma certa confusão nos meios políticos, pois alguns partidários extremados da candidatura Góis não desanimam do propósito de criar a atmosfera favorável ao golpe militar. Confesso a você que, de minha parte, prefiro o general ao Getúlio. Ele *é um* homem de conta, peso e medida. Mas em assunto tão grave não me disponho a assumir atitudes isoladas, nem quero contribuir para enfraquecer o nosso partido.

Quanto à política mineira, sou do mesmo aviso de que nós, os moços, devemos estreitar os laços de solidariedade espiritual e política. Tudo isso, porém, se deverá fazer com o aspecto de uma coisa simples e natural, para não provocar reações nem campanhas dissolventes.

Temos que conversar sobre todas essas coisas. Mas, tal como a você acontece, o panorama não me sugere nenhuma idéia, e a cerração, que de vez em quando baixa aos nossos olhos não permite à gente enxergar claro. De qualquer forma, cruzar os braços não será nunca uma boa posição. Corre-nos o dever de pensar certo e agir em conseqüência, em marcha firme.

Aí estarei na próxima semana. Irei para o casamento de minha irmã mais moça e, até lá, talvez seja possível levar as novas e fortes impressões que forem

fornecidas pelos acontecimentos políticos que nestes próximos dias serão certamente desdobrados.

Recomendações a Maria Regina, e a você o abraço afetuoso do

Negrão

P.S. Mandar-lhe-ei o novo discurso, que hoje fiz.

O pacto com a Igreja

De Francisco Campos a Amaro Lanari
Rio, 4.3.1931

Meu caro Dr. Amaro Lanari,

Continuei a refletir sobre o assunto da nossa conversação de anteontem. Creio que a Legião deve ir mais longe ainda no seu programa de renovação e de disciplina espiritual.

Aliás, no meu discurso dei claramente a entender que deveríamos pedir à Igreja, não somente inspirações, mas, também, modelos e quadros de disciplina e ordem espiritual.

Os meus antecedentes na questão não são de hoje e ninguém me poderá fazer a injustiça de atribuir-me, no caso, motivos de oportunidade ou de atualidade.

Antes de proposto o projeto de reforma constitucional em larga entrevista a *A Noite* e ao *Rio Jornal* levantei a questão das relações entre a Igreja e o Estado no Brasil, defendendo o ponto de vista de que a Constituição deveria reconhecer a religião católica como a da maioria dos brasileiros e, portanto, tirar a ideologia política brasileira desse reconhecimento os corolários implícitos.

O meu ponto de vista transformou-se nas chamadas emendas religiosas, das quais fui o autor espiritual e que apoiei na Câmara de Deputados. Mais tarde, sendo eu secretário do Interior do governo Antônio Carlos, foi facultado o ensino religioso nas escolas primárias do estado. Posso, pois, defender

agora com insuspeição o nosso ponto de vista, que, julgo, deve fazer parte do programa da Legião.

Primeiro: deveremos pleitear o reconhecimento de efetivos civis às sanções aplicadas pela Igreja aos sacerdotes do culto católico.

Segundo: devemos pleitear a sanção civil para o casamento religioso, não somente por motivos religiosos, como também por motivos de ordem civil e social, pois a maioria dos matrimônios no Brasil é celebrada apenas na igreja.

Terceira: devemos pleitear o ensino facultativo da religião católica nos estabelecimentos de ensino primário e secundário.

Sem tempo para desenvolver por escrito essas três teses, reservo-me para oportunamente dar-lhes forma definitiva e justificação teórica e prática conveniente.

Desde já, porém, convém que entre nós nos comprometamos a inseri-las no programa da Legião.

Sempre seu am° correligionário e cr° obr°

Francisco Campos

De Francisco Campos a Getúlio Vargas
Rio, 18.4.1931

Meu caro presidente.

Afetuosa visita.

Envio-lhe o decreto junto, que submeto ao seu exame e aprovação.

Como verá, o decreto não estabelece a obrigatoriedade do ensino religioso, que será facultativo para os alunos, na conformidade da vontade dos pais ou tutores.

Não restringe, igualmente, o decreto o ensino religioso ao da religião católica, pois permite que o ensino de outras religiões seja ministrado desde que exista um grupo de pelo menos vinte alunos que desejem recebê-lo.

O decreto institui, portanto, o ensino religioso facultativo, não fazendo violência à consciência de ninguém, nem violando, assim, o princípio de neutralidade do Estado em matéria de crenças religiosas.

Como V. Excia. depreenderá da leitura do decreto e da exposição de motivos, não importará essa iniciativa do governo em qualquer concessão contrária à posição tomada pelo Estado brasileiro em relação às igrejas. Acresce notar, ainda, que o proposto pelo projeto que envio a V. Excia. já é o comumente praticado nos estabelecimentos de ensino, com exceção do Pedro II, única casa de instrução secundária em que não é ministrado o ensino religioso.

Permito-me acentuar a grande importância que terá para o governo um ato da natureza do que proponho a V. Excia. Neste instante de tamanhas dificuldades, em que é absolutamente indispensável recorrer ao concurso de todas as forças materiais e morais, o decreto, se aprovado por V. Excia., determinará a mobilização de toda a Igreja Católica ao lado do governo, empenhando as forças católicas, de modo manifesto e declarado, toda a sua valiosa e incomparável influência no sentido de apoiar o governo, pondo ao serviço deste um movimento de opinião de caráter absolutamente nacional.

Sei que V. Excia. tem recebido do seu estado natal representações assinadas por dezenas de milhares de pessoas, pedindo a V. Excia. as suas simpatias em favor da educação religiosa.

Ora, se o decreto não oprime nenhuma consciência, nem viola o princípio da neutralidade do Estado em matéria religiosa; se o ensino por ele instituído é de caráter absolutamente facultativo; se a sua aprovação interessa tão profundamente ao aperfeiçoamento do nosso sistema de educação e se, aprovado por V. Excia., determinará, como estou certo, um impressionante e entusiástico movimento de apoio ao governo de V. Excia., não vejo como contra o mesmo se possa levantar objeções valiosas. Foi assim pensando e com o intuito de mobilizar mais uma força, a maior das nossas forças morais, ao lado de V. Excia., que me animei a submeter ao seu exame o projeto do decreto.

Assinando-o, terá V. Excia. praticando talvez o ato de maior alcance político do seu governo, sem contar os benefícios que da sua aplicação decorrerão para a educação da juventude brasileira.

Pode estar certo de que a Igreja Católica saberá agradecer a V. Excia. esse ato, que não representa para ninguém limitação à liberdade, antes uma importante garantia à liberdade de consciência e de crenças religiosas.

Sirvo-me da oportunidade para subscrever-me de V. Excia.

Am^o^ devotado e at^o^ obr^o^

Francisco Campos

De Alceu Amoroso Lima a Mário Casassanta
Rio, 9.9.1932

Meu caro Casassanta,

Acabo de receber suas *Razões de Minas*.

Vou lê-las com o grande interesse que me merece uma obra sua e uma definição da Minas moça em face do momento trágico que atravessa a nacionalidade.

Inquietou-me um pouco o panteísmo goethiano do prefácio, esse primado da ação sobre o ato, que é um dos pecados mais graves do 'mobilismo' contemporâneo. Creio que uma orientação fascista, como teve o movimento legionário em boa hora iniciado pelo Capanema, pelo Campos, por você, pelos *novos* mineiros, só pode ser útil a Minas e ao Brasil, se mantiver o "primado da inteligência" como meio de defesa da supremacia da 'fé'. De outro modo, através do hegelianismo, do primado da ação, continuaremos apenas no evolucionismo, no relativismo que provocam o ceticismo e que numa nacionalidade como a nossa, sem estrutura certa, sem ideais definidos, sem unidade geográfica e sem critério político, poderá ser o nosso desastre definitivo. Os erros da Revolução de 1930 nos levaram a este tremendo "impasse" de hoje. Não sei como você aprecia o levante de São Paulo, pois ainda não li o livro. Eu o considero apenas um *episódio retardado da Revolução de 1930*. O que Minas, o Rio Grande e a Paraíba fizeram em 1930, São Paulo o faz agora: uma afirmação de vitalidade. Quanto aos ideais, estavam tão errados os de 30 como os de 32: o *liberalismo democrático*, a "pureza" dos princípios constitucionais de 91, como queria a Aliança Liberal ou como hoje quer São Paulo. Portanto: afirmação de varonilidade vital e de ilusão ideológica em 30 e 32. Hoje São Paulo será provavelmente vencido. Qual o resultado desse *desfecho diverso* em face de *premissas idênticas*? É o que eu procurarei nos fatos e nos livros como o seu, de espíritos capazes de ver o fundo dos acontecimentos.

Um abraço do

Alceu

De Alceu Amoroso Lima
Rio, 2.1.1934

Meu caro Capanema,

Muito agradecemos a você os cumprimentos de Ano Novo, que transmitirei a minha mãe e minha mulher. Faço votos ardentes por que o novo ano seja para vocês *três* um ano de felicidades. Que Deus continue a guiá-lo em sua vida, tão curta e já tão acidentada. Você saiu do poder com um enorme prestígio. Trate agora de manter no ostracismo a bela atitude que sempre teve na direção dos negócios públicos, de honradez, independência e dignidade bem em mira. Sua carreira política será longa e cheia. O início foi impetuoso, como convém a uma época agitada como a nossa. Na escola do poder você adquiriu a experiência que lhe faltava e o conhecimento dos homens, que é a grande força dos estadistas. Dessa primeira experiência, se algum amargor lhe ficou, ficou-lhe também a educação pela vida, pelo contato direto com a realidade, que nada substitui.

Agora um período de trabalho mais regular e obscuro sucede à agitação inicial. Você o vencerá com a mesma elegância moral e a mesma força intelectual com que venceu o primeiro.

Transmita a sua senhora os nossos votos de feliz Ano Novo e receba deste seu amigo um grande abraço de afeto e agradecimento.

Alceu

P.S. Quando posso contar com um artigo seu para a *Ordem*? Mesmo com esforço mande qualquer coisa. Será a resposta do *homem de espírito* aos oportunistas da hora turva que vivemos. Mande já!

De Alceu Amoroso Lima
Rio, 24.1.1934

Meu caro Capanema,

Muito obrigado pelo seu telegrama. Estava certo de que você já tinha seguido, por isso não o procurei.

A situação política premente e a sorte das emendas religiosas me têm forçado a uma atividade dobrada, que em aditamento à circunstância de minha estadia em Petrópolis e a grandes preocupações profissionais têm tomado todo o meu tempo. Estou me preparando, entretanto, para procurar certos amigos mais íntimos para falar no assunto de que tratamos.

Espero que aproveite estes meses de repouso necessário, para escrever algumas palavras, para a revista universitária que vamos lançar, *Vida*, e um artiguinho para a *Ordem*, que até hoje não teve a honra de sua colaboração.

Espero que tenha encontrado de boa saúde a sua senhora e filhinho e receba um grande abraço afetuoso do amigo e admirador grato,

Alceu

De Alceu Amoroso Lima
Rio, 5.3.1934

Meu caro Capanema,

Infelizmente, nada de novo posso comunicar-lhe, sobre o assunto de que aqui falamos antes de sua partida. O meio oferece grandes dificuldades por estarem ocupadas todas as posições. Creio que, em Belo Horizonte, será mais fácil o prosseguimento de sua tarefa de advogado, à espera de dias melhores. Continuo, entretanto, atento, e à mínima oportunidade lhe comunicarei o que houver.

Conversei, aliás, com o Negrão de Lima, que me comunicou já ter você recomeçado a advogar.

Venho também lembrar a sua promessa de um artigo para a *Ordem*. Com o seu nome para abrilhantar as nossas colunas. E lembro-lhe também a revista universitária que contamos lançar — *Vida* — e na qual espero que também fique alguma coisa de sua pena.

A situação política continua delicada e envolta em uma atmosfera de grandes apreensões. Tudo é possível em um momento como este, mas qualquer alteração da ordem seria agora um desastre para o Brasil.

Continuo em grande atividade para encaminhar as emendas religiosas que, espero em Deus, ver vitoriosas, para bem de todo o povo brasileiro.

Como vai o seu garoto?

Peço-lhe que nos recomende muito a Dona Maria, e receba um abraço afetuoso do velho amigo

Alceu

De Alceu Amoroso Lima
Rio, 23.4.1934

Meu querido amigo,

Recebi suas duas cartas e aguardo a sua visita, que é sempre um prazer renovado, da inteligência e do coração.

Sua primeira carta é um atestado de civismo, que guardarei com a alegria com que se registram os belos gestos, sobretudo quando partem de amigos caros. Tenha a certeza de que uma atitude como a sua, não só dignifica o Brasil, como será um pedestal seguro de sua própria carreira. Não é sem sacrifícios que se consegue autoridade para conduzir os povos e é na adversidade que se forjam os caracteres chamados a essas difíceis posições de mando. O momento que você está atravessando corresponde ao da adolescência, isto é, aquele em que mais facilmente somos vítimas das paixões e em que tudo o que fazemos marca *para toda a vida.* Você teve a infância de sua vida política coberta de rosas. Chegaram agora os espinhos, e você provará se pode passar além, vencendo as circunstâncias como anteriormente fora por elas conduzido. Por isso digo que o momento é o mais delicado de sua vida de homem público. Deus o ilumine e o ampare.

Hoje inauguramos os cursos de 1934 de nosso Instituto. Temos este ano um mineiro no corpo docente, o Gudesten Pires, que dará economia política e hoje falará na abertura dos cursos.

Notícias políticas, você as saberá melhor que eu. Estamos na quinzena H!

Mande dizer quando chega e recomende-me a sua senhora.

Um grande abraço do

Alceu

De Alceu Amoroso Lima
Rio, 16.3.19 ...

Meu caro Capanema,

Ao contrário do que lhe tinha prometido, não poderei ir à reunião de hoje. Pensei melhor no caso e, relembrando a minha experiência de outras "comissões", acho que não devo comparecer. Estou pronto a auxiliar *individualmente* a você em tudo, com pareceres etc., mas não a participar de "comissões", onde sempre se é forçado a dar às suas próprias idéias uma conformação diferente e adequada a um acordo com as demais opiniões, diferentes. Creia, eu prefiro conservar-me assim afastado de tais "comissões" e pronto a examinar pessoalmente com você, tudo o que você quiser, inclusive o que a "comissão" tiver deliberado.

Segunda-feira ou outro dia da próxima semana irei vê-lo para dizer-lhe pessoalmente o que aí fica às pressas e desalinhavado.

Um grande abraço do

Alceu

De Alceu Amoroso Lima
Rio, 16.6.1935

Meu caro Capanema,

O espetáculo do Brasil de hoje ofereceu-nos ontem a oportunidade de algumas considerações, que sou levado a repetir-lhe por carta, não só pela nossa velha amizade, mas ainda por ser você a mais alta autoridade de nossa organização educativa. A recente fundação de uma universidade municipal, com a nomeação de certos diretores de faculdades, que não escondem suas idéias e pregação comunistas foi a gota d'água que fez transbordar a grande inquietação dos católicos.

Para aonde iremos, por esse caminho? Consentirá o governo em que à sua revelia mas sob a sua proteção, se prepare uma nova geração inteiramente impregnada dos sentimentos mais contrários à verdadeira tradição do Brasil e aos verdadeiros ideais de uma sociedade sadia? Eis por que lhe escre-

vo estas linhas, resumindo nossa conversa de ontem, para lhe dizer da grande inquietação que nos assalta nesta hora, e do que esperam do patriotismo dos nossos dirigentes para a defesa do patrimônio moral do Brasil e do seu futuro como nacionalidade cristã.

Os católicos, meu caro Capanema, não querem do governo nem privilégios, nem subvenções, nem postos de *responsabilidade* política. Não temos a ambição do poder, nem é por meio da política que esperamos desenvolver nossos trabalhos. Estamos, portanto, perfeitamente à vontade para colaborar com o Estado, em tudo o que interessa ao bem comum da nacionalidade. Esse interesse coletivo, que tanto preocupa ao Estado como à Igreja, nós o queremos alcançar por meios diversos, se bem que não antagônicos. De modo que todo o nosso empenho é pôr honestamente em prática a nossa atividade social, sem que isso implique na mínima usurpação dos poderes do estado.

O que desejamos, portanto, do governo é apenas:

1 — *Ordem pública*, para permitir a livre e franca expansão de nossa atividade religiosa na sociedade;

2 — *Paz social*, de modo a estimular nosso trabalho de aproximação das classes, que é, como você sabe, o grande método de ação social recomendado invariavelmente pela Igreja;

3 — *Liberdade de ação* para o bem, mas não para o mal, para a imoralidade, para a preparação revolucionária, para a injúria pessoal;

4 — *Unidade de direção* de modo que a autoridade se manifeste uniforme em sua atuação e firme em seus propósitos.

Dirá você que tudo isso é vago e de ordem geral, ao passo que o governo age à luz dos acontecimentos concretos, tendo de tomar decisões práticas e positivas. Se isso é exato, não resta dúvida também que o governo precisa ter uma diretriz segura e uma finalidade uniforme para poder agir coerente e não desordenadamente, nas atitudes a assumir perante esses casos concretos.

Não quero enveredar pelo caminho dos *casos* e das *pessoas*.

Devo apenas advertir-lhe que os progressos recentes da Aliança Nacional Libertadora, a feição socialista que vai assumindo o governo municipal do Rio de Janeiro, bem como a impregnação comunista de muitos sindicatos e de alguns elementos do Ministério do Trabalho, vêm trazendo à opinião pública do país motivos da mais fundada inquietação.

E os católicos esperam do governo uma atitude mais enérgica de repressão ao comunismo, que assumiu a figura desse partido acima mencionado (ANL) para agir hipocritamente à sombra de nossas leis. As informações mais fidedignas são unânimes em advertir que se está preparando um golpe de força contra as instituições. E para defendê-las é preciso que o governo se aparelhe de todos os recursos necessários, inclusive da disposição *firme* de o fazer.

À testa da pasta da Guerra e da polícia do distrito (que devia constituir um *ministério* novo), acham-se felizmente dois homens de bem, de ordem e de coragem, que são no momento dois esteios da ordem pública. Aplaudimos vivamente essas duas escolhas, que mais valem para nós católicos do que quaisquer favores aparentes, de que diretamente nos beneficiássemos. E formulamos os nossos votos por que seja cada vez mais prestigiada e auxiliada a atuação dessas duas autoridades.

Sabemos também que o ministro do Trabalho se está esforçando por expurgar os sindicatos do elemento comunista. É preciso que faça o mesmo com muitos elementos do próprio ministério, inclusive inspetores do trabalho, que fazem muitas vezes o jogo dos sindicatos revolucionários. Esse propósito deve ser levado avante com toda a urgência e firmeza, pois os acontecimentos de Petrópolis demonstraram o que pode um sindicato deturpado de sua missão e manejado pelos "aliancistas". A demora, entretanto, na providência pode assumir, de momento, graves conseqüências. E a leviandade de certas autoridades pode prejudicar a ação do governo federal, como foi o caso do interventor Ari Parreiras, determinando *expressamente* a realização do comício "aliancista" de provocação, em Petrópolis, quando a polícia o havia *proibido*, prevendo as tristes conseqüências.

Expurgar pois o Exército *e a Marinha* (como se compreende a permanência do comandante Cascardo à testa de um partido político?) de elementos políticos revolucionários, reforçar a polícia, excluir dos sindicatos e dos quadros do Ministério do Trabalho elementos agitadores, organizar a educação e entregar os postos de responsabilidade nesse setor importantíssimo a homem de toda confiança *moral* e capacidade *técnica* (e não a socialistas como o diretor do Departamento Municipal de Educação) — tudo são tarefas que o governo deve levar avante imediata e infatigavelmente, pois delas dependem a estabilidade das instituições e a paz social.

O que esperamos, pois, do governo é que saiba reagir firmemente contra a infiltração crescente do comunismo em nosso meio, sob a máscara do "aliancismo". E ao mesmo tempo que esperamos do Estado uma ação firme em sua própria defesa e na defesa da coletividade, pedimos que o Estado olhe com simpatia e facilite a expansão daquelas atividades sociais que visam ape-

nas elevar o nível moral e religioso da sociedade brasileira e portanto o seu progresso moral e espiritual.

É o caso da Ação Católica Brasileira, que acaba de organizar-se em moldes nacionais e que precisa, para sua expansão, de um ambiente de segurança que só o Estado lhe pode dar. Com essa segurança exterior e com a simpatia das autoridades na aplicação das leis justas, estamos certos de poder colaborar eficientemente na obra de paz e de progresso nacional, visada pelo Estado.

A Ação Católica, por sua natureza, é estranha à política partidária. Mas não é estranha à política superior, que visa ao bem comum. Pois bem, com a nossa organização, espalhada por todo o Brasil, com o nosso empenho em favorecer a educação do povo, em pregar e praticar a paz social, em defender a dignidade da pessoa humana, sob todos os aspectos, estamos certos de poder retribuir fartamente ao Estado os benefícios que este fizer à Igreja, não por favores ou privilégios, mas pela prática efetiva de suas funções, na garantia dos direitos individuais e da justiça social. E o homem público ou o partido que assim agir para com a Igreja pode estar certo de contar com o apoio de todos os católicos conscientes, de modo muito mais efetivo do que se tentarem com eles qualquer aliança de ordem política. A Ação Católica favorece a aliança de todas as correntes que defendam, no Brasil, suas instituições sadias fundamentais, como a família e as idéias sadias e construtivas como a de pátria e religião, contra os agitadores e demolidores de todas elas. Os católicos serão os aliados naturais de todos os que defenderem os princípios de justiça, de moralidade, de educação, de liberdade justa, que a Igreja coloca na base de seus ensinamentos sociais. Vejam eles que o governo combate seriamente o comunismo (sob qualquer aparência ou mascara para disfarçar) — súmula de todo o pensamento antiespiritual e portanto anticatólico; que combate seriamente o imoralismo dos cinemas e teatros pela censura honesta; organiza a educação com a imediata colaboração da Igreja e da família vejam isso os católicos e apoiarão, pela própria força das circunstâncias, os homens e os regimes que possam assegurar ao Brasil esses benefícios.

Eis o que esperamos do governo. Eis o que esperamos do patriotismo de um homem, como o presidente da República, que soube evitar ao Brasil, depois da Revolução de 30, tantos males inerentes a qualquer subversão política violenta, e sobre quem repousam muitas de nossas esperanças.

Foi isso, mais ou menos, o que lhe disse, meu caro Capanema, na conversa que ontem mantivemos. E é o que aqui desejava reproduzir, mais por

memória da mente, o que não consegui pela pressa em que rabisquei as presentes linhas, devido a outros compromissos urgentes.

Veja, entretanto, nestas páginas, meu caro e velho amigo, a expressão de minha, de nossas preocupações nesta hora agitada e a esperança que depositamos no bom senso das autoridades públicas.

Um grande abraço do seu amigo

A. Amoroso Lima

De Alceu Amoroso Lima
Rio, 19.3.1935(?)

Capanema,

Pensei maduramente na nova consulta que você me fez sobre a possível nomeação do Dr. Fernando de Azevedo, para diretor nacional de Educação. E, quanto a mim pessoalmente, perduram as razões que lhe apresentei. Nada tenho contra a pessoa do Dr. Azevedo, cuja inteligência e cujas qualidades técnicas muito admiro. Ele é hoje, porém, uma *bandeira*. Suas idéias são conhecidas, seu programa de educação é público e notório. Sua nomeação seria, por parte do governo, uma opção ou uma confusão. E tudo isso, eu teria de dizer de público, em face de minha consciência e da certeza que tenho de que, no terreno da educação, é que se está travando a grande batalha moderna de idéias.

Como prezo muito as posições definidas e já dei, há muito, a conhecer qual a minha atitude, em matéria pedagógica, não me seria possível continuar a trazer, ao Ministério da Educação, a pequena mas desinteressada colaboração que até hoje lhe tenho dado, na obra grandiosa que você está empreendendo nesses domínios, caso se confirmasse essa nomeação, a meu ver errada e inoportuna.

É de ponderar também que, qualquer que fosse minha resposta, a impressão causada por essa nomeação nos meios católicos seria a mesma de perplexidade e interrogação.

Creia-me, meu caro Capanema, seu sempre fiel amigo

Alceu

De Carlos Drummond de Andrade
Rio, 25.3.1936

Meu caro ministro e amigo,

Às 5 horas da tarde, subindo no elevador do ministério, e cruzando com os colegas do gabinete que desciam para assistir à conferência do Alceu, fiz um rápido exame de consciência e verifiquei que eu não podia fazer o mesmo, ou antes, que eu não devia fazer o mesmo.

Uma outra conclusão, logo, se impôs: não podendo participar de um ato público, promovido pela autoridade a que sirvo, e que visava afirmar, mais do que uma orientação doutrinária, um programa de ação do governo, eu não só deixava de servir a essa autoridade como lhe criava mesmo uma situação desagradável.

É verdade que minha colaboração foi sempre prestada ao amigo (e só este, de resto, lhe perdoaria as impertinências de que costuma revestir-se), e não propriamente ao ministro nem ao governo, mas seria impossível dissociar essas entidades e, se eu o conseguisse, isto poderia servir de escusa para mim, porém não beneficiaria o ministro.

É verdade, ainda, que não tenho posição à esquerda, senão apenas sinto por ela uma viva inclinação intelectual, de par com o desencanto que me inspira o espetáculo do meu país. Isso não impede, antes justifica, que eu me considere absolutamente fora da direita e alheio aos seus interesses, crenças e definições. Aí está a razão por que me julguei impossibilitado de ouvir o meu amigo pessoal Alceu. Não tendo jamais escondido o que fica dito aí atrás, eu me vexaria de ocultá-lo agora que o art. 113 da Constituição é letra morta. Ora, a minha presença na conferência de hoje seria mais, talvez, do que silenciar inclinações e sentimentos. Poderia ser tida como repúdio a esses sentimentos e inclinações. Por isso não fui ao Instituto.

Não sei se você o terá notado. Outros, talvez, se lembrarão de chamar a sua atenção para o fato. E é prevendo isso que eu venho pô-lo inteiramente à vontade para qualquer gesto ou providência que lhe ocorra tomar. Receio muito que, por circunstâncias alheias à minha abstenção em matéria político-doutrinária, eu acabe por desservi-lo. E isto eu não desejo por forma alguma. Daí esta carta, que tem o mais razoável dos propósitos: o de não permitir que, para não magoar o amigo, você ponha em risco a sua situação política e, mesmo, a sua posição moral em face do governo. O amigo está intacto e continua a desejar-lhe bem. Dispensado o diretor de gabinete (e que irritante diretor de gabinete tem sido o seu), você ainda conservará o amigo, teimoso e afetuoso, que o abraça fraternalmente.

Carlos

De Alceu Amoroso Lima
Belo Horizonte, 3.9.1936

Meu caro Capanema,

Escrevo-lhe daqui por vários motivos.

Primeiro, para lembrar que aqui, há quatro anos, estivemos juntos, e já ontem passei pela casa que você então ocupava.

Em seguida para dizer-lhe que estou encantado com a capital de sua terra. Como melhorou em quatro anos, sobretudo em calçamento e construções. Quanto ao movimento intenso de agora, não vi se é permanente ou transitório. Está uma bela (*sic*) esta cidade que sempre foi dos meus encantos.

Depois, para dizer-lhe que sua vinda até aqui durante o congresso que hoje se abre para fechar no dia 7, solenemente, se impõe. Toda Minas que presta, do povo ao menos, está aqui para estes dias e acredito que sua vinda teria um efeito salutar, para você e para o seu povo. Não seria possível deixar aí as festas do dia 7 para vir comungar com o povo mineiro e aproximar-se mais d'Aquele fora de Quem tudo é intriga, miséria e desilusão? Cada dia que vivo, sinto e compreendo a vaidade e a inutilidade infinita de tudo que vive *fora* do Cristo.

Finalmente, um ponto sobre o qual há muito que lhe falo e que chegou o momento, meio, de levar avante. É a colocação do Mário Casassanta, na Diretoria Nacional de Educação. Com as modificações na política mineira, removeu-se o obstáculo que se antepunha a essa nomeação. O Mário será, nesse posto, o *right man* etc. Não preciso dizê-lo ao mais íntimo dos seus amigos. Pense de novo no caso, se já não pensou, e faça esse gesto que tanto bem fará à causa da educação no Brasil.

São 6 horas da manhã. O sol se levanta atrás dessa serra maravilhosa que é cada dia o encanto dos meus olhos. Vou a Minas, depois fazer a primeira das minhas conferências de hoje. Às duas horas terei a reunião dos operários

católicos. Às quatro falarei na sessão solene de abertura na praça Raul Soares, que está imponente. Às 8 da noite, a segunda conferência de uma série que ontem iniciei na Escola de Direito. Como me sinto bem de trabalhar um pouco pelo Cristo! E nesta hora Minas, de braços hospitaleiros e ares puros e lavados.

Recomende-me a D. Maria e receba um abraço carinhoso do velho amigo

Alceu

Estou no Hotel Sul-Americano, quarto 501.

Ao Provincial da Companhia de Jesus
Rio, 20.7.1940

Exmo. Padre Luís Riou, D.D. Provincial,

Acuso o recebimento de sua carta de 12 do corrente, trazida por meu caro amigo padre Franca, na qual V. Revma. me fala do seu pesar pelo fato de ter o ilustre padre Arlindo Vieira escrito artigos um tanto veementes relativamente ao ensino de nosso país, e me comunica ter tomado a providência de evitar que aquele preclaro sacerdote continue a escrever sobre a matéria.

A atitude de V. Revma. muito me sensibilizou. Acostumado a ter continuadamente a cooperação da Igreja para a minha ação administrativa, habituado a manter com a Companhia de Jesus relações da maior estima, não me surpreendi com o generoso gesto de V. Revma., mas asseguro-lhe que esse gesto teve para mim um alto significado e em mim despertou sentimentos de grande gratidão.

Devo, entretanto, dizer a V. Revma. que de modo nenhum me sinto aborrecido com o padre Arlindo Vieira, a quem estou ligado por vínculos de estima, de respeito e de admiração.

Apraz-me, portanto, que o padre Arlindo Vieira continue a escrever, contribuindo, com o fervor de seus escritos, para a obra comum do levantamento, do aprimoramento do ensino em nosso país.

Estou certo de que, batalhadores da mesma causa, da causa de um ensino de alto nível cultural e de eficiente influência na formação moral e cívica da juventude brasileira, o padre Arlindo Vieira e o ministro da Educação estarão mais hoje mais amanhã em termos do maior e mais cordial entendimento.

Sou, com respeitosa amizade, de V. Revma. atento criado,

Gustavo Capanema

Do Padre Leonel Franca
Rio, 19.12.1941

Exmo. sr. Dr. Gustavo Capanema,
Pax Christi!

Acabo de saber pelo Dr. Cardimo, diretor do *Jornal do Commércio*, que o Dr. Artur Costa não vê de bons olhos a doação de um terreno à Universidade Católica. Compreende-se esta atitude num ministro da Fazenda a quem, por dever de ofício, incumbe aumentar a receita a comprimir a despesa. Há, porém, outros aspectos na eficiência de um bom governo e, entre estes, o de promover a cultura de que, além de muitas outras vantagens superiores, resulta, outrossim, o aumento do bem-estar econômico.

Seria realmente doloroso que, após seis meses de estudos e tentativas, quando tudo parecia definitivamente assentado para a realização do desígnio generoso do presidente e de V. Excia., surgissem à vista novas e inesperadas dificuldades e delongas.

Venho, portanto, encarecidamente pedir a V. Excia., Dr. Capanema, que, em despacho de segunda-feira próxima, 22 do corrente, queira dizer ainda uma palavrinha ao Dr. Getúlio e *deixar tudo definitivamente assentado*, ficando apenas para o tempo oportuno a redação dos decretos relativos à doação. Quarta-feira haverá, creio eu, despacho com o ministro da Fazenda.

Com mais esta delicada solicitude porá V. Excia. o remate às insignes benemerências já conquistadas para com a Universidade Católica que muito se há de ufanar de constá-lo entre os grandes mecenas que lhe bafejaram o berço.

Muito grato
Amigo fiel e servo em Cristo

Pde. Leone Franca

Do Padre Leonel Franca
Rio, 17.12.1942

Meu caro amigo Dr. Capanema,
Pax Christi!

Não tenho coragem de apresentar-me no ministério. Estive aí tantas vezes que julgo já deve ser importuna a minha presença e, de todos, com tão pouco resultado, acabei convencido de que era ela inútil.

No entanto, persistem os motivos que aí me levaram. O decreto sobre a admissão à faculdade de filosofia continua a ser de uma urgência inadiável. Pode estar certo que não há faculdade de filosofia, nesta terra, e não há família que tenha candidatos aos seus cursos, nas quais se não fale mal do Ministério da Educação. A esta hora já deviam estar afixados os editais relativos às condições de inscrição nos cursos da faculdade, e até hoje não se conhecem ainda estas condições.

O outro decreto que muito me interessa é o da doação dos terrenos para a nossa futura universidade. Sinceramente, depois, sobretudo, das declarações recentes do presidente em audiência pública, não encontro hipótese satisfatória para o caso. Não é admissível que o ministro da Educação não possa, menos ainda que o amigo Capanema não queira chamar um funcionário e dar-lhe ordem de copiar um decreto já redigido pelos órgãos competentes — Domínio da União e Direção das obras do Ministério da Educação. Com esta providência, bastariam *15 minutos* de trabalho de um datilógrafo para levar a termo um processo que se vem arrastando há *quase dois anos*. Chegaríamos assim a uma conclusão feliz que daria imensa satisfação a muita gente que lhe quer bem. E então? Que se espera?

Estou organizando uma lista de nomes de pedagogos brasileiros para a sua futura coleção. Apenas estiver pronta, mandar-lha-ei.

Meu caro Capanema, veja nesta carta um sinal de grande confiança de quem é seu amigo fiel e

Servo em Cristo

Pde. Leonel Franca

Ao Padre Leonel Franca
Rio, 19.12.1942

Meu caro padre Franca,

Ontem de noite recebi sua carta, carta amarga, severa, magoada, afetuosa, leal, amiga, uma carta enfim que me deixou perturbado.

Assim que cheguei a casa, tentei falar-lhe pelo telefone, mas, ou porque não o tenham chamado ou porque o aparelho se desligasse, não o consegui. E agora de manhã acabo de estar à porta do Santo Inácio, mas fui informado que o padre Franca estava confessando.

Sou forçado, pois, a escolher o caminho menos próprio para uma explicação, que é uma carta.

A questão do terreno já devia estar resolvida, e ao Alceu expliquei na semana passada que não existia, como nunca existiu, nenhum embaraço. Sabe o meu caro amigo que fui eu que aventei a solução da separação de um trecho dos terrenos da esplanada do Castelo, terrenos preciosíssimos, e o fiz com o sincero desejo de proporcionar à Universidade Católica um local de primeira ordem. O retardamento, pois, não decorre de nenhum pensamento contrário à doação, não é motivado pelo mais mínimo propósito de obter outra solução. É uma questão de acúmulo de papéis, de tumulto de vida, que tantas vezes me tem impedido de cumprir deveres queridos e sagrados.

Asseguro-lhe, entretanto — e creia o meu amigo que não estou falando senão com a inteira verdade — asseguro-lhe que, há cerca de uma semana, peguei os papéis, que comigo, no meu agitado arquivo estavam, e os dei ao chefe de meu gabinete para que fizesse logo lavrar o decreto. E a coisa estava assim nessa feliz hora final, quando rebentou a sua carta.

Quanto ao outro caso — a nova lei sobre admissão às faculdades de filosofia — também já estava, quando recebi sua carta, devidamente encaminhado. O projeto já tinha sido remetido ao presidente, e é possível que já esteja assinado. Foi outro assunto que demorou a ser resolvido, apesar de tantas reclamações.

A sua carta veio mais uma vez mostrar-me que uma das regras do governo é a velocidade. O verdadeiro homem de governo demonstra que a pressa é amiga da perfeição. E por não conseguir ser assim, é que muitas vezes sofre o seu amigo, que lhe pede todas as desculpas e lhe agradece de coração.

Capanema

Do Padre Leonel Franca
Rio, 19.12.1942

Meu caro Capanema,
Pax Christi!

Acabo de receber a sua boa carta. Li-a uma, duas, três vezes. Foi para mim uma consolação.

A que lhe escrevi pareceu-lhe "amarga, severa, magoada, afetuosa, leal, amiga".

Nos três últimos adjetivos estão sublinhados, com acerto e rara perspicácia, os sentimentos que a inspiraram. Quanto aos três primeiros, se alguma coisa há que os justifique, é um pouco desta amargura, severidade e mágoa que só se podem expandir numa amizade muito segura de si.

O meu bom amigo compreenderá e relevará esses sentimentos em quem se dedicou a uma obra e deseja consagrar-lhe à realização os restos de uma existência que tem os dias contados.

O amigo entendeu o sentido de minha carta, ainda bem. O ministro dela deduziu uma filosofia do governo: "A pressa é amiga da perfeição". Talvez sem esses ares de paradoxo se pudesse dizer mais modestamente: a previdência é o segredo da eficiência. O que se prevê faz-se a tempo e a hora, o que se faz a tempo e a hora dá impressão de ordem, de segurança e de energia. Sob a aparência de uma expressão quase trivial, Goethe anunciou uma grande verdade para o homem de ação: "O que hoje não se faz, amanhã feito não está!"

Aguardo os decretos.

Arquivo com gratidão os testemunhos de profunda amizade. Conte com o amigo de sempre, fiel e sincero,

Pde. Leonel Franca

A Alceu Amoroso Lima
Rio, 24.5.1944

Meu caro Alceu:

Tenho esperado em vão sua ida ao ministério. Por que essa ausência? Eu confesso minha saudade, vontade de conversar sem outro objetivo que o de estar junto de você. Não vou à sua casa para não perturbar o seu tão rigoroso horário.

Preciso falar a você também. Telefonamos agora de noite em pura perda.

Os trabalhos da reforma do ensino superior, de que no começo do ano você não pôde participar pela ausência e afazeres, e que ficaram interrompidos, serão agora retomados. Somente agora é que vou dar início à redação do projeto, apenas esboçado no princípio do ano, de organização dos currículos. Tenho, pois, diante de mim uma dura e longa tarefa, que será mais penosa por andar eu doente. Desejo ouvir sua opinião sobre muitos pontos da matéria, mostrar-lhe os esboços enunciados, discutir com você muitas questões difíceis e controvertidas.

Tenho outros assuntos, inclusive a questão ortográfica, que muito me tem aborrecido e que não está bem contada na Academia.

O nosso San Tiago Dantas fala em deixar a direção da faculdade. Outro assunto para conversa.

Quando poderemos estar juntos?

Creia no constante apreço e velha amizade de seu

Capanema

Escritores, jornalistas

De Ciro dos Anjos
Montes Claros, 16.6.1932

Prezado amigo Dr. Capanema,

Saúdo-o cordialmente e formulo os melhores votos pela sua constante felicidade.

O Dr. Plínio Ribeiro trouxe-me a notícia de sua valiosa intervenção, permite o secretário das Finanças, no sentido de que eu continuasse o serviço do *Minas Gerais*. Não sei como possa suficientemente significar-lhe a minha gratidão, pela bondade do seu gesto, quando o nosso excelente Carlos Drummond

o pôs ao corrente de minha situação. Sem a sua interferência amiga, a Secretaria das Finanças teria, de surpresa, me colocado numa difícil conjuntura.

Acredite que a minha situação, posto que especial, nada tem de favoritismo: honestamente tenho feito jus aos vencimentos de amanuense da secretaria, mandando colaboração regular para o *Minas*, segundo as instruções do nosso bom amigo Casassanta. Apenas trabalho de longe, em vez de trabalhar na sede do lugar em que fui comissionado. Como vê, de fato não há por onde alguns elementos mesquinhos da secretaria em apreço tenham achado motivo justo para chamar a atenção do secretário para um longínquo amanuense — e apenas houve perversidade.

Sua bondosa carta em meu favor servirá para que me permitam continuar mais alguns meses a trabalhar tranqüilamente, enquanto experimento uma advocacia de poucas probabilidades.

Desejo apenas o tempo necessário a que eu estabilize a minha situação aqui ou desista dela, e sua bondosa intervenção veio permitir-me isso.

Agradeço-lhe, pois, extremamente penhorado, por mais esse gesto amigo, com que me deu oportunidade de verificar que continuo a merecer uma estima que por vários motivos me envaidece e estimula.

Pondo-me à sua inteira disposição nesta cidade, sou, com toda a estima e admiração, o amigo

Ciro dos Anjos
Praça Dr. Chaves, 35

De Murilo Mendes
Juiz de Fora, 2.7.1933

Prezado Gustavo Capanema,

Há muito que desejo procurá-lo, mas me têm faltado as oportunidades. Da última vez que você esteve no Rio, fui três vezes ao hotel, não tive a sorte de encontrá-lo; você deve ter recebido meus cartões. Ainda agora pretendia estender minha viagem até Belo Horizonte, mas não me é possível. Vou entrar direto no assunto, pois sei que você dispõe de pouco tempo, absorvido pelas tarefas políticas etc. Capanema, esse negócio de pudor tem limites. Sejamos um pouco cínico. Eu, pelo menos, não me sinto bem dentro da cerimônia, fico mesmo constrangido. Por conseguinte, desmandemo-nos, como diz o Pedro Nava. No ano passado duas moças fizeram sociedade e resolveram chatear você em meu nome. Você virou, mexeu, botou decreto e acabou se livrando por uns tempos. Por uns tempos só, porque a bola saiu errada. A verdade é que, por um engano de manobra, eu continuo como dantes: prontíssimo, à espera de uma situação. Eis o fato concreto; o resto é literatura. Conforme expliquei ao Carlos, o meu trabalho no cartório de Aníbal é mais um pretexto para se discutir arte e política, do que outra coisa. Faço umas fichas e levo depois umas pratas para o ônibus. Os maiores fregueses daquele cartório são o Prudentinho, o Rodrigo Melo Franco, o Dante Milano, o Queirós Lima etc. Por aí você avalia. Ultimamente fui informado com segurança que vai se dar uma reforma na Caixa Econômica. Em virtude da lei contra a usura, vão ser criados naquela repartição novos lugares, entre os quais o de fiscal de casa de penhores (vencimentos de 800). Um gaúcho, amigo do governo, me informou que um telegrama seu ao Getúlio será certeiro, pois, diz ele, você tem feito poucos pedidos ao governo federal. Venho, portanto, solicitar-lhe que mande esse telegrama ao Getúlio, caso não haja impedimento da sua parte. É claro que a gauchada já está peruando essa reforma, por isto preciso agir com rapidez.

Fico esperando ansiosamente a sua resposta. O Carlos tem meu endereço. E trata de se fazer ministro ou presidente de Minas, porque só podemos esperar alguma coisa boa vinda dos sujeitos moços e inteligentes. É verdade que o velho Pedro II inventou o Carlos Gomes e o Pedro Américo etc. Ele tinha boa fé. Mas foi exceção.

Um cordial abraço do seu

Murilo Mendes

De Oliveira Viana
Rio, 27.5.1938

Eminente amigo Dr. Gustavo Capanema,

Tenho o prazer de apresentar-lhe o meu prezado amigo Dr. José Honório Rodrigues, para quem pediria a sua generosa e valiosa atenção. O Dr. Honório Rodrigues é um jovem bacharel, diplomado pela nova Universidade

do Brasil, e cujo merecimento se tem revelado de modo excepcional desde os bancos acadêmicos. Embora jovem, com vinte e poucos anos apenas, possui uma brilhante cultura e, como escritor que é, o seu valor acaba de ser reconhecido pela Academia de Letras, que o laureou com o primeiro prêmio de erudição num dos seus últimos concursos.

Não só pelas suas qualidades de cultura e inteligência ele é merecedor de amparo e estímulo, mas também pela excelência das suas qualidades de caráter e pela sua idoneidade. Tudo isto me leva a pedir ao meu nobre amigo, com o meu maior encarecimento, a sua benévola atenção para a pretensão que tem o Dr. Honório Rodrigues a uma situação no ministério, que tão brilhantemente dirige e onde devem ter melhor acolhida justamente os homens moços que, como aquele meu amigo, se destaquem pelo seu amor ao Estado e sua superior inteligência e cultura.

Certo de que atenderá a este apelo, que faço contando com a sua imensa bondade para comigo e, antecipadamente agradecido, subscrevo-me como sempre,

Atº, ad. amº

Oliveira Viana

A Rubem Braga
Rio, 21.4.1939

Meu prezado Rubem Braga,

Acuso o recebimento de sua carta em que me comunica que a S.A. Interamericana de Propaganda vai lançar um boletim de informações para os jornais do interior e que tal empresa lhe foi por ela cometida.

Parece-me certa a sua tese de que no nosso país a imprensa do interior tem uma grande importância e pode exercer notável influência educativa.

Força é, pois, animar, ajudar, orientar essa imprensa. E aí está uma tarefa realmente grave e difícil. Para executá-la, é preciso ter o espírito em boa ordem e o coração animado do sincero propósito de servir à causa da ordem, da segurança, do prestígio de nossa, pátria.

O boletim foi colocado em mãos capazes. Em tuas mãos, ele poderá ter êxito e utilidade.

Apresentando-lhe os meus cumprimentos, quero fazer os maiores votos por que a nossa publicação circule e prospere, e se torne um precioso instrumento de trabalho para os que labutam e servem nos jornais do interior.

Creia no apreço e estima do seu amigo e criado,

Gustavo Capanema

De Augusto Frederico Schmidt
26.5.1939

Meu caro Capanema,

Estou sempre para lhe responder, para responder às suas cartas tão gentis, tão honrosas para mim. Sinto, porém, enorme dificuldade em explicar a você certas coisas minhas e uma certa *crise* por que estou passando que tornam, para mim na verdade, bem difícil aceitar o seu convite de falar sobre Casemiro de Abreu.

Não quero fazer conferência, nem discurso, nem escrever mais sobre nenhum assunto. Sinto-me pouco disposto a exercer qualquer atividade intelectual, mas não quero também decepcionar a sua gentileza e a confiança que você deposita em mim.

Tem-me sido muito difícil o desligar-me de compromissos antigos. Ainda há pouco, o Otávio Tarquínio me pediu um artigo para a *Revista do Brasil* sobre Machado de Assis, e eu não tive jeito de escrever. O Otávio é um amigo fraternal, a quem nada sei recusar, mas as minhas dificuldades comigo mesmo venceram o meu desejo de executar o desejo dele.

Não quero explicar a você o que se passa comigo, porque temo falsear os meus sentimentos, temo transformá-los em coisa que lembre uma atitude, uma posição consciente. Direi apenas a você que eu me tenho em pouca conta, que bem sei do quanto sou incapaz...

Casemiro de Abreu precisava de uma outra alma, menos usada, menos estragada, mais jovem e clara, para dizer da sua inocência e da sua pobre juventude; para louvar o seu canto pobre e simples, um outro homem melhor do que eu deveria ser escolhido.

Em todo caso, meu caro Capanema, vou tentar escrever sobre o homem das *Primaveras*. Deixarei depois ao seu julgamento, se vale ou não.

Peço-lhe que me envie matéria para a minha pobre literatura. Não sei nada do poeta, senão algo das *Primaveras*. Mais nada.

Um grande abraço e perdoe o seu faltoso mas muito amigo

Schmidt

A Filinto Müller
23.12.1939

Prezado amigo capitão
Filinto Müller:

Havendo o sr. Samuel Wainer, diretor da revista *Diretrizes*, solicitado a colaboração deste ministério para um número especial sobre os problemas brasileiros da educação, desejo, em caráter confidencial, consultar o prezado amigo sobre o que consta a respeito da referida publicação na Chefia de Polícia, a fim de melhor poder resolver o caso em questão.

Com os agradecimentos antecipados, reitero-lhe, neste ensejo, a expressão da minha cordial estima e apreço.

De Filinto Müller
Rio, 13.1.1940

Senhor ministro,

1. Acuso em meu poder a carta confidencial de Vossa Excelência de 23 de dezembro do ano passado findo.

2. Tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência, em cópia anexa, o que consta nesta repartição a respeito da revista *Diretrizes*.

3. Sirvo-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

O chefe de polícia,
Dr. Filinto Müller

Revista Diretrizes

"O Bureau Político do Partido Comunista" recomenda a seus adeptos a leitura da revista *Diretrizes*, desta capital.

A revista *Diretrizes* tem como diretores: Otávio Xavier, Samuel Wainer (secretário responsável), Rogério Tomasi e colaboradores efetivos Remy Fonseca e Alceu Marinho Rego, além de Armando Almeida, Francisco Steel, Vitor Petagnia e Manoel Braudim, que ocasionalmente escrevem.

Godofredo Catrambi, Pais Barreto e Alfredo Guimarães são os agenciadores.

O seu objetivo é a divulgação traduzida de revistas e jornais estrangeiros.

Nas diligências procedidas, arrecadaram-se minutas de literatura ou crítica de ideologias extremistas que seriam publicadas, se a Censura consentisse.

Dentre os diretores e colaboradores de *Diretrizes* registra antecedentes no Arquivo Geral da DESPS, Rogério Tomasi ou Rogério Tomasi Filho, preso em 7.8.36, na redação de *O Jornal* quando procurava o repórter Alencar, a fim deste fazer um apontamento com o comunista Osvaldo Costa, na esquina da rua Barata Ribeiro com a rua Ipanema, às 20:30 horas deste dia; dada busca em sua residência foram apreendidos retratos e desenhos de natureza subversiva; foi posto em liberdade em 20.5.37.

Em 21.12.37, foi novamente preso no largo da Lapa, por ser praticante do comunismo e andar em freqüente contato com elementos do mesmo credo. Procedida busca em sua residência foram apreendidos desenhos subversivos, recortes do jornal *A Manhã e* retratos de alguns comunistas.

Em 26.12.37 foi posto em liberdade.

Em 9.10.39 foi novamente preso por suspeitas de atirar boletins subversivos das janelas do edifício da praça Marechal Floriano, onde está instalada a redação da revista *Diretrizes*.

Essa revista não defende francamente os pontos de vista marxistas, porque tal atitude ser-lhe-ia vedada pela polícia, mas quase toda sua literatura é orientada no sentido da criação de uma tendência claramente esquerdista.

A revista *Diretrizes* está fichada no arquivo do Serviço de Censura da Imprensa com os seguintes dados:

Publicação — *Diretrizes*.
Gênero — revista.
Tipo — mensal.
Responsável — Samuel Wainer.

Red. principais — Otávio Xavier, Remy Fonseca, Alceu Marinho Rego, Francisco Steele, Vitor Pentagna, Caio Tácito, Augusto de Almeida Filho.

Colaboradores — Armando Almeida, Pedro Calmon, David Adler, Segadas Viana, Joaquim Pimenta, Wagner Cavalcanti, Lourival Fontes, Graciliano Ramos, Mário de Andrade, Omer Monte-Alverne, Mário Hermes, Benjamin Constant Neto, Ivan Lins e outros.

Redação — Rua Senador Dantas 19, 1º andar, sala 104.

Impressão — Gráfica Guarani.

Censor — Dr. Jovino Aires da Cunha.

Natureza — Política-econômica e cultural. Apresenta estudos sérios sobre economia, política e cultura do Brasil e do exterior.

Orientação — Suspeita. De início, foi marcante em seu programa a tendência esquerdista, combatendo o fascismo e o nazismo.

Histórico — Fundada em março de 1938 pelo jornalista Azevedo Amaral, que se afastou para fundar a revista *Novas Diretrizes*. O escritor Genolino Amado passou a dirigi-la, afastando-se também para dar lugar ao Sr. Samuel Wainer, seu atual diretor. Colaboraram nela, então, os escritores suspeitos de exercerem atividades subversivas e fichados na DESPS, tais como: Álvaro Moreira, Graciliano Ramos e Jorge Amado. Atualmente vem levando a efeito um programa de caráter nacionalista, entrevistando generais e outras personalidades ilustres sobre problemas nacionais; publicando artigos em torno da situação do povo brasileiro em seus vários aspectos: econômico, cultural, social, moral etc...

Responsável — Em sua ficha nada consta, o que quer dizer que não se encontra fichado na DESPS. O censor de *Diretrizes* obteve informações vagas sobre o mesmo e suas idéias avançadas, anotando-as em seu relatório de dezembro do ano próximo findo.

Observação — Foi suspensa em 21.10.1939 até segunda ordem, voltando a circular em novembro do mesmo ano, dia 15, em número especial dedicado à Proclamação da República e seus vultos.

De Gilberto Freire
Recife, 21.8.1941

Meu caro Capanema,

Chegamos ontem a Pernambuco. Boa viagem. Como telegrafei a você da Bahia sinto que a nossa amizade, um tanto distante, entrou em uma nova fase depois daquela nossa última conversa sobre assunto pessoal que tanto me preocupa. Peço-lhe, sobre o que conversamos, a maior reserva.

Mas em ligação com o assunto e já que você me deu naquele dia tantas evidências de simpatia, falando-me no seu desejo de me dar uma cadeira vitalícia de matéria de minha predileção etc. e também no seu interesse por estudos meus das condições intelectuais nos países americanos para uma melhor articulação da nossa cultura com a deles, venho hoje escrever-lhe a respeito de tudo isso. É que estou disposto, no fim deste ano, na verdade o mais breve possível, a desempenhar a missão tão necessária para seus planos, de "observador cultural" — digamos assim — nos países americanos, observador das condições atuais e do que é necessário fazer para aproximação intelectual do Brasil com os mesmos países, no sentido do intercâmbio universitário, em particular, e científico, literário e artístico, em geral. Para isso eu faria uma viagem de seis meses, começando pela Argentina, Uruguai, Paraguai, e terminando nos Estados Unidos. Ou só naqueles países — isso dependeria de combinação. Além de relatórios particulares, escreveria um largo relatório geral para publicação que, só ele justificaria a missão e a iniciativa do ministro da Educação neste momento, em que o assunto se torna de tão grande importância para o Brasil. A necessidade do estudo de condições de vida intelectual e universitária nos países americanos, do ponto de vista brasileiro, ninguém a discute; e você a apresentou de modo nítido naquela nossa conversa. Pensei no assunto e creio que poderia fazer trabalho de algum interesse, dentro do seu plano de inteligente interamericanismo cultural, bem diverso do que temos tido até hoje. Aliás, já há uma nota *reservada* do embaixador do Brasil em Washington ao ministro Osvaldo Aranha e que estou certo, estaria em franca simpatia com o plano — sobre a necessidade de ser feito, por mim, nos Estados Unidos, um trabalho semelhante ao que acabo de esboçar com relação aos outros países americanos, dentro do espírito da nossa conversa. Estou certo também de que o presidente Vargas concordaria com o projeto, tão de acordo com seus métodos de ação, precedidos tanto quanto possível de estudo objetivo das condições em que se apresentam os problemas. Para mim, o

estudo lembrado por você e a missão de "observador cultural" que agora sugiro, como meio de ser realizado aquele estudo, teria o interesse de me servir, quanto antes, de "viagem de núpcias". Daí a urgência. A grande urgência. Daí também a necessidade de ser uma viagem que terá de ser realizada em condições de máximo conforto, embora à distância de públicos ou solenidades. Você não poderia resolver diretamente o assunto com o presidente Vargas, no primeiro despacho? Eu voltarei ao Rio, dentro de um mês para iniciar a viagem de "observador cultural" ainda este fim de ano. Creio que assim poderia realizar-se seu plano com relação ao interamericanismo cultural e com relação a mim; e realizar-se de acordo com minhas preocupações do momento. Mas seria preciso agir quanto antes. já. Espero uma resposta sua, Capanema, dentro de pouco tempo, de poucos dias.

Com um abraço afetuoso,

Gilberto Freire
Rua José Bonifácio, 707

A Getúlio Vargas
Rio, 28.10.1941

Sr. presidente,

Apresento a V. Excia. um plano de início de um cuidadoso trabalho de sondagem do ambiente cultural das nações hispano-americanas, para verificação do que é possível fazer no sentido de uma maior, mais segura e mais continuada penetração da cultura brasileira.

A cultura brasileira é quase inteiramente desconhecida dessas nações. Vencer essa distância, não só em proveito de um maior entrelaçamento espiritual na América, senão também para que se alargue o prestígio do esforço intelectual de nosso país, é tarefa que se impõe aos homens de governo brasileiros, que se impõe especialmente ao regime atual, ao preclaro e dinâmico governo de V. Excia., continuamente disposto e consagrado aos grandes e difíceis empreendimentos.

O trabalho, a ser realizado, pelo escritor *Gilberto Freire,* deverá iniciar-se pelos países em que a tarefa parece mais fácil: Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

A viagem de estudos deverá ser de três meses, e ter início em dezembro próximo. Consta do processo o roteiro traçado (fls. 6) e o cálculo das despesas dado pelo próprio sr. Gilberto Freire (fls. 10).

Estando V. Excia. de acordo com a realização do programa traçado, peço-lhe que se digne de autorizar, no corrente ano, a concessão da importância de 40:000$000, ficando o restante para ser concedido por conta de recursos orçamentários do próximo ano.

Apresento a V. Excia. os meus protestos de consideração e respeito.

Gustavo Capanema

De Gilberto Freire
Buenos Aires, 1.1.1942

Meu caro Capanema,

Antes de tudo: nossos votos de feliz Ano Novo, para você e para sua senhora.

Aqui estamos desde ontem, depois de oito dias em Montevidéo, onde chegamos com o retardamento de um dia. Viagem de tempo de guerra. Tudo no escuro, exercícios de salvamento, um mistério enorme sobre a hora da chegada. Afinal chegamos às 2 da madrugada. Sei que o almirante da esquadra inglesa que opera nestas águas não as considera seguras. Foi o que ouvi do ministro do Exterior do Uruguai, o (...), a quem visitei, como ao ministro da Educação, em companhia do Luzardo. Este tem uma situação ótima, no Uruguai, e me facilitou vários contatos interessantes. E por minha vez verifiquei que sou mais conhecido lá do que poderia supor. De modo que foram oito dias cheios e interessantes, com uma variedade de contatos: desde um jantar em casa do Dardo Regules, que *é o leader* católico do Uruguai na Câmara e fora da Câmara e figura notável até em conversas com "esquerdistas" dos mais avançados. Conversei com dois dos candidatos à presidência. Visitei as grandes organizações de leite e estive demoradamente com o maior conhecedor do problema da carne no Uruguai, em suas relações com capital estrangeiros etc.: o Fournier. Ele é, também, diretor do Censo e pude obter, desse serviço e de sua obra ainda por concluir, dados interessantes sobre a vida social uruguaia e os deslocamentos de população, natalidade e mortalidade

nas zonas de exclusividade de pecuária e nas outras etc. Fui também às praias até Punta de Leste e viemos à Argentina de ônibus até Colônia — lugar de (...)* interesse para nós — para melhor conhecer (...)* e gente rural. Um contato muito interessante foi com o urbanista Cravoto, com planos e obras interessantíssimos do ponto de vista sociológico. Fiz uma conferência no Instituto de Cultura Uruguai-Brasil. (...)* muito boa. Falei sobre o moderno humanismo científico no Brasil e dois dos seus pioneiros: Gonçalves Dias e Euclides da Cunha. Aqui estamos desde on*tem* à tarde. Já estive com o Levene — que é aqui uma potência — e com o tradutor de *Casa-grande,* que sai breve. Vou ter que ler as provas. Trabalho infernal. Passamos a noite de Ano-Bom na casa da princesa de Bourbon, para onde fez questão que fôssemos meu velho camarada João Coelho Lisboa, cuja filha casou-se aqui com um Bourbon. Estou pensando em ir a Córdoba. Depois ao Paraguai. Não me parece prudente viagem ao Pacífico neste momento de incertezas. No Uruguai e aqui — tudo caríssimo, mesmo em hotéis de segunda ordem e não nos de primeira, da que cogitou aquele calculista fantástico do orçamento. O orçamento está quase ridículo. Aliás começou a sê-lo com a passagem do vapor — duas vezes mais. E o hotel que nos indicaram para o Uruguai? Há meses que fechou. Informações pouco seguras. Nos meios intelectuais aqui — do pouco que posso falar daqui — e do Uruguai, há uma curiosidade pelo Brasil. Aqui fico pelo menos 15 dias, se agüentar os preços. Estou pensando em visitar por terra, talvez, o Paraguai. Estudarei esse problema. Escreva. Tenha pensado no nosso plano. Um abraço do

Gilberto Freire

De Gilberto Freire
Buenos Aires, 20.1.1942

Meu caro Capanema: um grande abraço para você, outro para Carlos e muitas lembranças nossas, minhas e de Magda, para sua senhora. Recebi hoje seu *cable,* em resposta ao meu. O que lhe pedia era para providenciar quanto à remessa da segunda metade dos 70, pois partindo em breve para o Paraguai,

* Ilegíveis no original.

queria deixar certo este ponto importante. Sei quanto essas coisas são demoradas e complicadas no Brasil. Da embaixada aqui nada preciso, meu caro. Nem aqui nem no Uruguai, as embaixadas tinham qualquer informação a meu respeito. Decididamente o Itamarati não morre de amores por mim. Foi assim em Portugal. O embaixador de lá me informou de que lhe tinham comunicado a ida de todos — menos a minha — em 37. Dentro de algum* viu-se que sem as graças do Itamarati minha ação em Portugal tornou-se de alguma importância para o Brasil, alguns portugueses, dos mais autorizados, considerando-a o início de uma fase nova nas relações de cultura entre os dois povos. Fase nova de significações políticas, tal a importância que adquirira a unidade essencial da cultura, por mim sugerida e definida. Desculpe a falta de modéstia, mas é a verdade. E sou obrigado a salientar a verdade, quando vejo o Itamarati todo ocupado por gente sem importância, que ganha um dinheirão em missões ou representações decorativas e quase inúteis e todo cheio de cautelas ou, pelo menos de indiferença, com relação a quem pode de fato fazer alguma coisa pela cultura brasileira. Por isto, com relação ao seu telegrama de que ia me recomendar ao embaixador e à embaixada aqui, posso lhe dizer, sem falsa modéstia, que, para a missão cultural que me foi confiada, eu não preciso deles. Eles é que precisam de mim. Esta é a pura verdade, sem exagero nenhum. Depois de menos de um mês na Argentina — passei uma semana interessantíssima no Uruguai, onde o Luzardo, que estima pessoalmente a mim, muito facilitou minha missão — já tenho contatos no meio intelectual e no alto meio social argentino, até, que o embaixador não sonha ter. Fui recebido aqui com extrema cordialidade. Tenho conversado com elementos os mais diversos. Fui convidado por D. Luís Mitre para colaborar em *La Nación e* por D. Ezequiel Paz, em *La Prensa* e pelo Levene, na nova revista do Instituto de Sociologia da Universidade, que também me deseja ter como um dos seus professores-conferencistas no próximo inverno. Tudo isso pelo puro prestígio de meus livros, mais conhecidos aqui do que eu supunha. Muito mais. A tradução de *Casa-grande* vai sair breve. Estou tendo um trabalhão com a leitura crítica das provas. Provas de dois tomos. Tudo isso destaco para dizer-lhe que esse inesperado prestígio pessoal me permite fazer mais do que supunha poder fazer pelas melhores relações de cultura entre os dois povos: o argentino e o brasileiro. Creio que o Paraguai, para onde sigo breve, muito nos interessa. Tenho pensado sempre nos nossos planos de

* Assim no original.

publicação. Que me diz você da criação de um Departamento Nacional de Antropologia (DNA) ou de um Departamento Nacional de Cultura (DNC)? Antropologia no sentido lato. Seria um centro para estudo e interpretações do homem e da cultura brasileira; de suas origens hispânicas (Portugal e Espanha); de outras de suas origens européias (flamenga, italiana, alemã etc.); de suas origens africanas; de suas relações interamericanas; de sua ecologia; de seu desenvolvimento histórico; de seus característicos já definidos e de suas tendências atuais. A série de cadernos se publicaria sob o título geral *Cultura ou Antropologia*, conforme o nome que fosse dado ao departamento, ao qual ficariam incorporados o Museu Nacional (para desenvolvimento especial da parte antropológica e da restante sob critério ecológico); o Museu Goeldi, o Paulista, o de Pernambuco, o do Rio Grande do Sul, o do Paraná e o Nina Rodrigues, da Bahia. Que diz você? Converse sobre o assunto com o nosso presidente. Estou certo que ele se interessará pelo plano. A seção de "relações interamericanas de cultura" comporta um desenvolvimento que talvez possa tornar o Rio um centro de importância continental, em assuntos de cultura, conforme a nossa conversa. A seção de "origens hispânicas" pode ter também importância considerável. Inicio breve minha colaboração em *La Nación;* primeiro artigo, "Interamericanismo"; segundo, "Americanismo e hispanismo". Minha conferência sobre cultura luso-brasileira vai sair em castelhano. Tenho conversado longamente sobre o Brasil com o Levene, com o Luís Mitre, com o Saénz-Hayes, este redator de *La Prensa* e que prepara um estudo a meu respeito. Não esqueça de providenciar sobre a reserva da segunda metade dos 70 para aqui, a/c da Embaixada do Brasil. Tenho tomado notas para vários pontos para nossas conversas. Inclusive o problema do ensino do português e da literatura e história brasileiras, aqui e noutros países. Também julgo ter lançado as bases para publicação em Buenos Aires de um boletim bibliográfico brasileiro, cujas despesas de impressão seriam cobertas pelo Aníbal Loureiro. O Ministério da Educação aí organizaria o trabalho bibliográfico e a distribuição de livros a críticos argentinos e de outros países.

Aqui fico. Outro abraço do

Gilberto Freire

De Gilberto Freire
Assunção, 31.1.1942

Meu caro Capanema: aqui estamos por uns dias — neste profundo e misterioso Paraguai, de minha particular simpatia e com tantas afinidades com o brasileiro — com certo tipo de brasileiro menos exuberante e mais concentrado. Recebi sua carta. Agradeço-lhe as providências quanto à remessa para Buenos Aires — para aonde voltarei — da segunda parcela da verba autorizada pelo presidente para esta viagem. Isto porque já estou nos últimos cinco contos. Em toda a parte a vida está caríssima — inclusive aqui. Na Argentina e no Uruguai nem é bom falar. Do que estou certo é de que esta viagem de estudo não será inútil para o Brasil. Aqui tenho encontrado da parte dos paraguaios a maior simpatia e vivo desejo de maior contato com a cultura brasileira. Seria ótimo que a Academia Brasileira de Letras, por exemplo, que não é nenhuma pobretona, estabelecesse aqui uma cadeira de estudos brasileiros que podei se especializar no estudo de coisas de interesse comum sobre nossas origens ameríndias. A propósito: como supunha, e como lhe disse, este ponto pode ser a base natural, nada forçada, de maior aproximação cultural dos povos da América espanhola conosco. Já tenho falado do nosso congresso, para o ano, de estudos ameríndios e encontrado entusiasmo pela idéia. Nós somos, dos grandes povos da América do Sul, e, ao lado do México, o menos europeu e, essencialmente, o menos colonial na sua cultura e por conseguinte, em posição de ser o pioneiro de uma nova cultura americana, na qual se valorizem, em vez de se subestimarem, os elementos não-europeus. Esta minha velha tese, sempre que a exponho, encontra a maior simpatia. Aqui, enorme. A idéia do monumento ao índio — uma de suas esplêndidas idéias — será recebida com entusiasmo em toda a Indo-América, que também começa a sentir — e com razão — que o nosso Vargas é um dos seus *leaders*. Por que não ser o monumento, a figura de *Indo-América?* O Celso poderia fazer coisa magnífica. E teria uma mística mais poderosa do que a do índio. Bem, meu caro menino, espero carta sua ao chegar a Buenos Aires. Espero que já tenham providenciado para a remessa da parcela restante da verba, pois estarei necessitado dela ao regressar a Buenos Aires. Nossos cumprimentos, meus e de Magda, a sua senhora. Para você um abraço do

Gilberto

P.S. Em Buenos Aires, combinei com o Aníbal Loureiro, agente do *Lloyd*, a publicação de um boletim bibliográfico brasileiro, em espanhol. Ele pagaria a impressão. Nós, aí, outras despesas — o ministério ou o dep. ou ambos. Que acha?

Gilberto

De Paulo Rónai
Rio, 9.6.1942

Excelentíssimo senhor ministro Gustavo Capanema,

O Exmo. sr. presidente da República consentiu na entrada de minha esposa, d. Magdolna Péter, no Brasil, em seguida ao pedido que V. Excia. quisera fazer pessoalmente junto ao Ministério da Justiça. Palavras convencionais de agradecimento seriam expressão muito inadequada da minha gratidão para com V. Excia., que, no meio de tão absorventes tarefas, achou tempo para interessar-se pelo caso dum professor estrangeiro a quem nunca viu, cuja obra, mesmo porque escrita, em maior parte, em língua inacessível, não podia conhecer, e a respeito de quem apenas sabia que ama a arte, a sensibilidade, a essência espiritual do seu país. Num momento em que a Europa está sendo transformada num braseiro de ódios e de destruição, e em que, para encontrar sentimentos de fraternidade e compreensão, é preciso buscar refúgio nas poucas bibliotecas que ainda não foram incendiadas, um testemunho de generosidade como o que V. Excia. acaba de dar, reacende em mim uma fé já quase apagada. Assim quem, com a recente reforma do ensino secundário do Brasil, realizou tão importante obra em prol das humanidades, demonstra, num caso individual, que espírito humanista e solidariedade humana são sinônimos. Fico honrado e feliz de ter-lhe fornecido ocasião para tal demonstração.

Subscrevo-me de V. Excia. sincero e grato admirador

Paulo Rónai
Rua Marquês de Abrantes, 19

O projeto universitário

*De Pierre Deffontaines**
a bordo do Mendozas, 11.12.1934

Senhor ministro,

Eis que nossa missão no Brasil chega a seu fim, e estamos a caminho de volta para a França. Antes de deixar a terra brasileira, permita-me transmitir-lhe minha saudação pessoal, e ao mesmo tempo dizer-lhe algumas palavras, como o senhor solicitou em uma conversa anterior, sobre os resultados de meu trabalho.

Meu ensino de geografia na Universidade de São Paulo teve dois objetivos. 1) Formar professores que pudessem, nos ginásios e liceus, ensinar a geografia, ciência que se renovou completamente nos últimos anos, e que, de enumerativa que era antes, transformou-se em explicativa e verdadeiramente científica. O Brasil tem, neste domínio geográfico, um atraso considerável, que é necessário tratar de recuperar. Isto é muito importante porque o conhecimento melhor do Brasil coloca muitos problemas geográficos. Este é o segundo objetivo que eu busquei em meus cursos. Participar de um melhor conhecimento geográfico do Brasil. Para isto eu pedia que todos os estudantes preparassem, no fim do ano, um trabalho de geografia regional, que os obrigava a fazer observações por eles mesmos, sob a colaboração do professor. Produzi assim 14 trabalhos, dos quais alguns são excelentes, e que espero publicar, parte em São Paulo, parte na França. São boas contribuições à geografia brasileira. Tenho especialmente uma monografia sobre "a vida pastoral e a criação do gado no Triângulo Mineiro" que interessa especialmente a Minas.

Busquei, também, fazer com que meu ensino fosse além dos limites do estado de São Paulo. Ao mesmo tempo em que ensinava, organizei uma associação de geógrafos brasileiros que se reúnem a cada 15 dias e estudam, cada vez, uma questão de geografia local, apresentada por um de seus membros e discutida por todos. Organizamos, também, viagens de reconhecimento em conjunto, principalmente ao Paraná, litoral paulista, Mantiqueira etc.

Estou também organizando uma coleção de publicações geográficas. O primeiro volume do capitão Rondon já foi publicado e já lhe enviei. Dois outros volumes estão sendo impressos, um sobre o sul do Mato Grosso e o

* Traduzido do original em francês.

Pantanal, e o outro uma tradução para o português de um livro que publiquei na França sobre o homem e a floresta, onde incluí um longo capítulo sobre a floresta brasileira.

Todo este trabalho será continuado no próximo ano por meu sucessor; eu mesmo devo voltar ao Brasil em 1936 e retomar meu trabalho. Gostaria de estender minhas pesquisas geográficas a Minas Gerais e tomar contato com a Universidade de Belo Horizonte.

Gostaria de dizer-lhe, sobretudo, Senhor ministro, que me sinto realmente ligado ao trabalho científico no Brasil, quanto em dar minha colaboração pessoal para um melhor conhecimento geográfico do Brasil. Na minha volta à Europa, penso fazer conferências e artigos que possam tornar melhor conhecido e compreendido seu país, que me apaixonou.

Aceite, Senhor ministro, meus sentimentos respeitosos e totalmente devotados à causa brasileira.

Pierre Deffontaines
Professor de geografia da Universidade de Lille
10 rue d'Alambert
Lille

De Georges Dumas
A bordo do Campana, 1.9.1935

Senhor ministro,

O senhor me pediu, quando de nosso último encontro, um resumo do que eu lhe havia dito sobre o projeto das faculdades de filosofia, ciências e letras que o senhor está a ponto de realizar.

Eis aqui o resumo.

O ponto de partida de algumas considerações que expus é a contradição que existe entre o valor intelectual de tantos brasileiros e a relativa rareza de produção intelectual brasileira na área da crítica literária, filosofia, história e outros domínios intelectuais.

Todos os professores franceses que vêm ao Brasil se impressionam com a cultura e inteligência dos ouvintes e estudantes que conhecem mais de

perto, mas também se espantam pelo fato de que de tanta inteligência e tanta cultura se originem tão poucas obras que contem na produção mundial.

A contradição é menos forte nas ciências, apesar de existir também aí. Ainda que a produção científica do Brasil tenha progredido sem cessar nos últimos cinqüenta anos graças às suas faculdades de medicina, serviços geológicos, institutos científicos, escolas e ao Museu Nacional, existe muito ainda a fazer nesta área para organizar e aumentar o rendimento geral da ciência brasileira.

Estou persuadido de que a contradição que constato se explica pelo fato de não haver, no Brasil, organismos encarregados de ensinar à juventude, de forma metódica e desinteressada, as disciplinas gerais de pesquisa e de trabalho, na esfera científica e mais ainda na esfera filosófica, histórica e literária. Quase tudo é deixado, nestes últimos domínios, às iniciativas individuais, e é por isto que o país possui tantos autodidatas e um número tão pequeno de trabalhadores formados nos métodos de pesquisa e de crítica, que são a condição essencial para a produção.

Tudo isto é para dizer-lhe que, se desejamos que o Brasil tenha o lugar que lhe cabe entre as nações produtoras de valores intelectuais, é necessário criar tão cedo quanto possível estas faculdades de filosofia, ciências e letras que serão a alma de sua universidade nacional.

Se consideramos, por outra parte, a formação dos espíritos, não há dúvida de que a organização de faculdades de filosofia, ciências e letras, como o senhor as concebe, trará, sem dúvida, inapreciáveis serviços educativos a seu país.

Não são os dons intelectuais, como disse acima, que faltam à sua bela juventude; ao contrário, ela os tem em abundância. Mas a boa fada que lhe preside o nascimento colocou também no berço outros dons além da inteligência; o gosto da imaginação e do sonho, a abundância da vida afetiva. E ainda que não se trate, de nenhuma forma, de combater estas disposições naturais, seria muito útil limitá-las, sobretudo nos domínios que lhes convêm mais particularmente. O Brasil possui admiráveis líricos, sem dúvida porque o lirismo é inerente à raça, e todo brasileiro é, à sua maneira, poeta da alma e da natureza. Mas este lirismo pode ter seus inconvenientes, quando se manifesta fora das obras de poesia e da imaginação; e as fundações universitárias que o senhor está preparando deverão como resultado canalizá-lo e moderá-lo em obras da razão, de onde não seria o caso, evidentemente, de excluí-lo totalmente.

Eu tive, 27 anos atrás, uma longa conversa sobre este assunto e questões semelhantes com um de seus críticos literários mais célebres, José Veríssimo, do qual guardo uma grande lembrança. Nós concordamos em que a juventude brasileira, ainda que tão rica de dons intelectuais e cheia de cultura, busca nesta cultura muito mais um gozo elevado do que uma maneira de formar seu espírito. Ela ama os nobres sentimentos, as satisfações estéticas e as belas idéias; ela faz eco inteligente e afetivo de suas numerosas leituras, mas poucos são aqueles que analisam em sua gênese e sua beleza o poema admirado, que estudam a língua de Machado de Assis ou de José de Alencar para forjar sua própria língua, e que praticam esta explicação crítica dos textos de poesia e de prosa que é, para a formação do espírito, a melhor das disciplinas.

Quanto mais excepcionalmente dotados sejamos, e por isto mesmo mais propensos a confiar em nossos dons naturais, mais vantagens teremos em praticar esta disciplina.

O senhor fará, tenho certeza, o maior serviço possível à juventude de seu país dando-lhe a oportunidade de fazer, nas faculdades, este esforço de formação crítica que marcará todo seu desenvolvimento intelectual.

Creio que seu país está em um momento histórico. A questão é saber se ele continuará a se comprazer com o gozo intelectual para o qual o levam naturalmente seus gostos, ou se ele buscará associar a este prazer intelectual a preocupação constante de fazer a cultura servir à formação do espírito; se ele continuará sendo um país cheio de charme onde se lê tudo e se produz pouco, ou terá amanhã um lugar adequado entre as nações que colaboram na produção intelectual do mundo.

O senhor me disse, em uma de nossas conversas, que não se trata somente de ler bons autores, mas que a grande questão era saber como escrever, como tornar-se, por si mesmo, um autor, grande ou pequeno; em termos distintos, eu penso exatamente da mesma maneira.

Sobre o papel que o senhor atribui a suas faculdades de filosofia, ciências e letras na economia universitária do país, não tenho nada a acrescentar além do que o senhor mesmo me disse.

Elas terão as duas funções de todas as faculdades de letras e de ciências. Uma será a de lhes fornecer professores de ensino secundário que juntarão aos conhecimentos aprofundados e precisos o espírito de método e de crítica e que guiarão as novas gerações não pela imposição das idéias, mas dando-lhes esta atitude reflexiva que os acostumará a pensar por si mesmos.

A segunda função será a de formar pesquisadores, de dar conselhos, orientações e meios de trabalho para aqueles que sejam particularmente dotados para o trabalho pessoal em todos os domínios e que serão especialmente, destinados, por suas aptidões, a passar rapidamente das cátedras do ensino secundário às cátedras do ensino superior.

Gostaria de repetir, ao terminar, que na obra de reorganização que o senhor realiza há, pelo que penso, muito menos a fazer na esfera científica do que na esfera filosófica, histórica e literária. É nestes últimos domínios que o esforço me parece ser mais urgente e, sem dúvida, mais difícil.

Eis aí, Senhor ministro, algumas reflexões que tive a oportunidade de fazer em sua presença. Eu as escrevi para o senhor com toda a liberdade que me autorizam não somente meu título de cidadão carioca, mas a profunda afeição que tenho para com o seu país, que se tornou, nestes quase 30 anos que o visito e percorro, minha segunda pátria.

Peço que aceite a expressão de meus sentimentos mais cordiais.

Georges Dumas

A Getúlio Vargas
Rio, 14.11.1935

Meu caro presidente,

Trago-lhe, finalmente, o projeto de reorganização do Ministério da Educação. Antes do mais, peço-lhe que me perdoe a demora. Demorei muito. Mas demorei, porque não queria apresentar-lhe uma reforma parcial, feita de afogadilho. Demorei, não para distrair-me com outras coisas, mas para consagrar-me fervorosamente, num trabalho realmente penoso, à elaboração de uma construção de grande vulto e sentido.

Li muito. Percorri livros e livros sobre todos os assuntos relacionados com o ministério. Entretanto, não lhe trago um trabalho livresco e artificial. Estive permanentemente em contato com a realidade: observei, examinei, sondei as coisas existentes. Nem uma só linha foi escrita na exposição de motivos e no projeto de lei, sem essa prévia indagação a respeito do que existe, do que está funcionando e de como está funcionando.

Tudo foi realizado com a máxima discrição. Estudei os problemas, sem alarde. (Apenas se fez certo ruído em torno da universidade, coisa que não era possível evitar.) O trabalho foi escrito e, para facilitar a sua leitura, impresso, sem a mínima divulgação do que quer que seja. Nenhum jornal teve ainda conhecimento dos pontos por mim tratados.

Busquei realizar um trabalho de sentido moderno, incorporando, no plano que ora lhe apresento, as idéias que, a respeito de administração pública em geral e sobre os problemas da saúde e da educação em particular, vigoram nas nações mais experientes e adiantadas.

Nos seus discursos que continuamente estiveram em minhas mãos, tive sempre o prazer de encontrar essa mesma preocupação da obra de sentido novo, límpida e arejada.

No plano que lhe entrego, há um ponto para o qual peço o seu maior interesse. É a universidade.

É preciso que a União dê à sua universidade o máximo relevo. É preciso que esta universidade seja realmente uma instituição brilhante e poderosa, que tenha prestígio entre as demais existentes no país, e que este prestígio seja incontrastável.

Chegou o momento de se dotar a Universidade Federal dos instrumentos essenciais de que ela carece. Entre tais instrumentos, quero aqui destacar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que precisa funcionar, desde logo, a partir do ano de 1936. Esta faculdade é a base da universidade. Sem ela, a universidade, rigorosamente falando, não existe. (Mando-lhe uma carta, que, sobre este assunto, recebi do professor Georges Dumas. É um documento eloqüente, sobre a situação intelectual do Brasil. Merece toda a atenção.)

Neste momento de entrechoque de idéias, de princípios, de diretrizes, não pode a União descuidar-se de sua universidade. O senhor disse, na Universidade de Buenos Aires, num belo discurso, que "o meio universitário marca, em toda parte, o roteiro das idéias". É uma grande verdade. Pois bem, nesta hora perigosa que o Brasil atravessa, hora em que tal roteiro não está nítido, em que vão aparecendo aqui e ali organizações universitárias as mais diversas, nesta hora dúbia, é imprescindível que a União faça de sua universidade um vigoroso instrumento de ordem e equilíbrio, uma instituição cheia de autoridade, que, pelo poder de seus elementos, seduza a juventude, e seja capaz de orientar os espíritos para rumos claros e seguros.

Os recursos, que pleiteio, no projeto de lei, não representam senão menos da metade dos que o orçamento do ministério, para 1936, consigna, em obediência da Constituição. Por conta dos 101.280:192$900, destinados por este orçamento à proteção à maternidade e à infância e à educação, apenas se pedem 49.300:000 000. Não quis lançar mão de todas as dotações orçamentárias, em vista da situação financeira em que nos encontramos.

É fora de dúvida que devemos despender, desde logo, uma parte destas dotações. Não tocar nelas seria decepcionante para a opinião pública, que está a exigir do ministério serviços, iniciativas e providências, e que agora muita coisa espera do governo, em vista das disposições do novo orçamento. Tratar imediatamente da aplicação de uma parte dos novos recursos, em serviços de utilidade nacional, representará, para o povo, um alento e uma esperança.

De resto, é de notar que, no orçamento para 1935, foi previsto um déficit de mais de 500.000:000$000. Apesar disto, e apesar ainda de ter ocorrido, no meio do ano, o aumento de vencimentos dos militares, chegaremos ao fim do atual exercício financeiro, sem déficit, como informa o ministro da Fazenda. Para 1936, o déficit previsto é menor, apesar do grande aumento que se fez no orçamento do Ministério da Educação. É, pois, de presumir que poderemos despender todo este aumento, e ainda assim chegar ao fim de 1936, sem déficit.

Elaborei o plano, que ora lhe apresento, com a preocupação de mudar, no que existe, o menos possível. Procurei, tanto quanto pude, atender aos vários setores de opinião existentes no seio do ministério. Busquei conciliá-los e conjugá-los. Se nem tudo pôde ser feito rigorosamente conforme o gosto geral, é porque importantes, decisivas razões de ordem superior o impediram.

Termino, dizendo-lhe que pus, no trabalho que lhe trago, todo o esforço e dedicação. Fi-lo, com a preocupação de poder corresponder à confiança que o senhor em mim, pessoalmente, depositou. Fi-lo, objetivando contribuir, modestamente, mas com o máximo de que sou capaz para a obra já tão notável de seu governo. Fi-lo, ainda, animado de um grande sentimento de amizade, agindo segundo aquela preciosa regra de Maquiavel, pela qual o ministro "non debbe pensare mai a sè, ma sempre al principe".

Espero que o senhor corrija os erros, supra as deficiências, elimine as impropriedades, que certamente existem no meu projeto, modificando-o em tudo quanto não lhe parecer conveniente, e como melhor julgar.

Nutro a esperança de que desta reforma sairá o ministério mais prestigiado, com uma projeção maior sobre todo o país, e entrará a ser, efetivamente, um poderoso instrumento destinado ao aperfeiçoamento do homem brasileiro.

Sou, meu caro presidente, com grande acatamento, seu devotado amigo,

Gustavo Capanema

P.S. Devo ainda dizer que a nova denominação proposta para o ministério não é inteiramente de minha inspiração.

A denominação atual é, sem dúvida nenhuma, imprópria, pois a expressão "saúde pública" não serve para designar todas as atividades relativas à saúde. Quando se instituiu o ministério, tal denominação podia ser pertinente, visto como o poder público, então, se preocupava essencialmente com a saúde pública. Mas, de certo ponto em diante, tomou vulto a preocupação da assistência social, sobretudo na parte relativa à maternidade e à infância. Esta modalidade da assistência social constitui mesmo, hoje, um dos temas fundamentais do ministério.

A expressão "saúde pública" não abrange o conjunto (saúde pública e assistência social). Ao ministério que, em 1919, se constituiu, na Inglaterra, para tratar dos dois assuntos, se deu o nome de Ministério da Saúde (Ministry of Health). Nos Estados Unidos, no estudo feito pelo governo, há alguns anos, sobre a remodelação da administração federal, o nome proposto para o ministério, destinado a tratar da educação e dos problemas relativos à saúde foi Department of Education and Welfare. A expressão *public health* não aparece em nenhum dos dois casos.

Ronald de Carvalho e eu mais de uma vez conversamos sobre a conveniência de se dar nova denominação ao ministério. Certo dia, aventei a palavra *cultura*, pois o objetivo desta é justamente a valorização do homem, de maneira integral. Ela concerne, como se exprime um grande filósofo moderno, Jacques Maritain, ao "développement rationnel de l'être humain considéré dans toute sa généralité". Ronald achou feliz a idéia, e propôs que se dissesse 'cultura nacional'. A sugestão de nosso malogrado amigo me pareceu de grande alcance. Observa-se, hoje em dia, certa tendência para se dar ao aparelho de direção das atividades relativas ao preparo do homem este qualificativo de "nacional", como que para significar que é para o serviço da nação que o homem deve ser preparado. Em setembro de 1929, o governo italiano mudou a denominação do Ministero della Publica Instruzione para a de Ministero dell'Educazione Nazionale. Em junho de 1932, a França transformou o seu Ministère de l'Instruction Publique et des Beaux-Artes em Ministère de l'Education Nationale. Informou-me o pintor belga Georges Wambach que, em seu país, se cogita, agora, de fazer mudança semelhante: pretende-se dar ao Ministère des Sciences et des Arts o nome de Ministère de l'Education Nationale.

O senhor apreciará o assunto, com o seu apurado critério, decidido como mais conveniente lhe parecer.

A Getúlio Vargas
Rio, 10.4.1939

Dr. presidente:

Deixo de subir para o despacho em virtude de seu recado. Faço votos por que a sua viagem seja agradável e proveitosa.

Escrevo-lhe esta carta para alguns assuntos mais urgentes:

1) Mando-lhe o projeto de decreto-lei que organiza a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Está redigido na exata conformidade dos pareceres do Ministério da Fazenda e do DASP. Em entendimento que tive com o ministro da Guerra, ficou assentado que, organizada esta escola, poderá ela desde logo funcionar nas instalações da Escola de Educação Física do Exército. Na dotação orçamentária adequada ao custeio do seu funcionamento no corrente ano.

2) Estou dando os passos necessários à abertura das aulas da Faculdade Nacional de Filosofia no dia 1º de maio. Podemos obter, no meio nacional, professores para grande número de cadeiras. Outras, porém, umas 15 talvez, só poderão ser regidas bem por professores estrangeiros: história da filosofia; sociologia; análise matemática e análise superior; física teórica e física superior; físico-química e química superior; língua e literatura grega; filologia românica etc. Peço a V. Excia. que me autorize a dar os necessários passos no sentido de obter professores capazes em países estrangeiros, nas condições comuns de pagamento, isto é, nas condições de contratos já realizados pela Universidade de São Paulo e pela Universidade do Distrito Federal.

3) Remeterei a V. Excia. para Caxambu, assim que os ultime, os decretos-leis mais urgentes: proteção às famílias numerosas; imposto sobre os solteiros; e outros.

Não quero terminar sem dar-lhe os meus cumprimentos pela expedição do decreto-lei que regula o exercício do governo estadual. É mais um passo,

passo forte e seguro, para a ordem, a disciplina e a eficiência, para a organização e a vida do Estado Novo.

Com estima e respeito, sou de V. Excia. o amigo

Gustavo Capanema

De Alceu Amoroso Lima
Rio, 7.4.1939
Sexta-feira Santa

Capanema,

O convite que você me fez anteontem para professor de literatura brasileira e ainda para diretor da Faculdade Nacional de Filosofia é para mim, antes de tudo, uma grande alegria. A de sentir de perto a sua lealdade de amigo. Creia que seu gesto será guardado em meu coração, como das melhores coisas que a vida me tem dado. É, além disso, uma honra que não preciso encarecer.

Quanto à cátedra, aceito-a sem restrições, na certeza de que procurarei dar-lhe todo o meu esforço.

No que diz respeito, porém, à direção da faculdade, é preciso que lhe diga — com a franqueza que graças a Deus sempre tem caracterizado nossa recíproca amizade — que, *em consciência,* só poderei aceitá-la se concordarmos, previamente, em dois pontos que considero absolutamente indispensáveis ao êxito do empreendimento.

1 — A nova faculdade não absorverá, ao menos por ora, a Universidade do Distrito Federal;

2 — Os cursos só serão iniciados no ano que vem.

Quanto ao primeiro ponto, estou convencido de que a absorção é *um grave erro,* que irá colocar a nova faculdade a braços com inúmeras dificuldades iniciais, sem nenhuma vantagem pedagógica ou cultural. Essas dificuldades provirão dos professores, dos alunos e dos funcionários.

Dos professores, porque a nova faculdade não poderá colocar todos os atuais professores da UDF, que são entre catedráticos, adjuntos e assistentes, cerca de cem. Todos aqueles que agora forem despojados de suas situações constituirão amanhã outros tantos focos de antipatia contra a nova faculdade, que trabalharão de modo a indispor contra ela a opinião pública.

Os alunos ora matriculados são cerca de mil. Destes, muitos haverá sem curso secundário regular, que teriam as suas matrículas canceladas, muitos dos quais já no 3º ano. O coro dos descontentes aumentaria. E, além disso, a absorção implicaria a obrigação de funcionarmos já com os três anos do curso, pois a UDF tem alunos matriculados em todos eles. E os que completaram o curso este ano passado? Receberiam diplomas? E os anteriores, não? Tudo isso seriam dificuldades tremendas a resolver, muitas das quais insolúveis. E o corpo dos descontentes aumentando. A ele se juntariam todos os funcionários, ora empregados e que amanhã teriam de mudar de posto ou perder o emprego.

Em compensação dessas imensas desvantagens, só vejo uma vantagem: o *prédio.* Esse mesmo, porém, é uma *escola primária* de que a prefeitura *não pode dispor* e onde há 1.200 alunos primários que não poderão ser transferidos, pois a municipalidade não dispõe de outro edifício. E a parte em que atualmente funciona a UDF é muito insuficiente, pois a Escola de Ciências nela não pode funcionar e está dividida entre a Escola de Engenharia, o Instituto João Alfredo e o prédio em obras do ex-hospital João Alfredo.

A absorção da UDF seria, pois, um *grave erro,* que prejudicaria talvez irremediavelmente o início de uma faculdade que não pode começar mal, sob pena de arrastar, com o seu malogro, o bom nome da administração e o futuro da obra.

Quanto à segunda dificuldade, é a do pronto funcionamento. É impossível, em consciência, fazer funcionar em 20 dias um estabelecimento do âmbito do que você acaba de criar. Organizar o corpo docente, abrir matrículas, preparar locais, fazer os exames, instalar secretaria, abrir cursos de ciências exatas *(com que laboratórios?),* pôr em funcionamento real um mundo desses, não é obra para 20 dias! Falo-lhe já agora com a experiência de quase um ano de reitoria. Seria impossível, nessas condições, fazer uma coisa bem feita.

Ao passo que, se adiarmos para o ano que vem o início dos cursos, teremos este ano todo para preparar as coisas com antecedência e unidade e não com precipitação e açodamento, que tudo prejudicam.

Pensei maduramente em tudo isso, nesses dois dias de recolhimento e meditação e trago-lhe o fruto absolutamente sincero do desejo de bem servir. É porque considero essa obra o que de mais importante se pode de momen-

to fazer pela cultura brasileira, que não posso silenciar essas objeções, a meu ver, irrespondíveis.

Estou certo de que você concordará com elas, pois ambas atendem ao seu desejo de criar uma faculdade à altura da expectativa e da necessidade que ela representa. Se assim for, aqui me tem você pronto para dedicar-me, com entusiasmo, a uma tarefa tão digna do devotamento que você tem posto em levá-la avante e a que estou pronto a prestar, nessas condições, minha modesta cooperação.

Um grande abraço do seu velho amigo

Alceu

A Alceu Amoroso Lima
Rio, 2.7.1939

Meu caro Alceu,

Recebi a sua carta sobre a faculdade de filosofia e letras que as irmãs de Sion desejam abrir em Petrópolis.

Você conhece as minhas simpatias para com os estabelecimentos de ensino católicos.

Neste caso, porém, não me parece possível que possa o governo atender ao pedido. Basta dizer que a autorização não teve o voto da maioria dos membros do Conselho Nacional de Educação, e que tal formalidade é essencial para a outorga da autorização.

Peço-lhe que de minha parte diga uma palavra de escusa às irmãs.

Admiráveis as notas do padre Franca sobre o problema da família, como também admiráveis foram as suas. Alegro-me de ver que as idéias que eu tinha assentado sobre a matéria coincidem com as que ambos sustentam. Além disso, nos dois escritos, colho sugestões valiosas para o meu trabalho.

Que imponente solenidade fizeram hoje os bispos na Candelária!

As flores, os paramentos, as luzes, a música, era todo o ambiente de uma grandeza rara. Infelizmente, entrei atrasado, e a pouco pude assistir.

Apenas pude correr os olhos pelas primeiras palavras de seu artigo de hoje.

Amanhã, tratarei com o presidente das nomeações para a faculdade de Filosofia.

Com o mais afetuoso abraço de seu

Capanema

De Alceu Amoroso Lima
Rio, 21.7.1939

Capanema

Leio hoje nos jornais, por natural equívoco do serviço de informações, que ontem falei como "diretor da faculdade".

Ora, você sabe que ainda não estão resolvidos os casos que tornam ainda precária a efetivação desse seu generoso convite. E mais uma vez venho dizer-lhe — é preferível por todos ou muitos motivos, que ele não se efetive.

Realmente, aos "casos" ainda obscuros, veio agora somar-se o das novas indicações para professores de física experimental e história da filosofia. Tínhamos concordado na reunião que tivemos em seu gabinete — você, o reitor e eu — que seriam propostos ao presidente para essas duas cadeiras os titulares das mesmas na Universidade do Distrito. Ora, estou seguramente informado que da parte do presidente não há oposição a essa indicação. De sua parte também não, pois tudo foi feito entre nós *de perfeito acordo.* A conclusão a tirar é que há forças desconhecidas trabalhando entre nós. E como só sei, mesmo sem ser positivista *(et pour cause...)* trabalhar "às claras", peço-lhe sinceramente que ponha fim à situação desagradável em que nos encontramos. Ou saiam de uma vez essas nomeações, bem como a dos *assistentes* e demais professores indicados por *nós* — ou então entregue logo a outro a penosa função que só poderei aceitar sem sacrifício de uma autoridade, absolutamente indispensável para seu exercício normal.

Creio que, para o funcionamento da faculdade, é indispensável que não seja adiada por mais tempo a solução desse caso da sua direção.

Estou também informado, pelo Carlos Chagas Filho, que foi convidado na Itália um professor para a cadeira de *física experimental.* Deve haver equívoco, pois é a cadeira para a qual você indicou o Costa Ribeiro. E o que é ainda mais grave, o nome do professor italiano indicado para essa cadeira é *o*

de uma perfeita nulidade científica, informa-me ainda o Carlos Chagas Filho, que como você sabe é autoridade nesses assuntos.

Tudo isso é profundamente penoso e cria um ambiente em que não sei viver.

Considero essas nomeações imprescindíveis, pelos motivos apontados. Se, por outro lado, forem reais as informações que correm, sobre o seu preenchimento *por outros* que não os indicados por nós, é evidente que não posso aceitar um cargo para o qual entraria, não só desprestigiado, mas ainda e principalmente, *sem gosto e sem ânimo*. Aceitá-lo seria trair sua confiança. E como desejo que nossa amizade não sofra solução de continuidade com esses desagradáveis incidentes, entrego o caso à solução justa de sua consciência e de sua amizade, na certeza de que é *tão irrevogável minha decisão*, no caso, como *inalterável* minha velha amizade.

Do

Alceu

A Alceu Amoroso Lima
Rio, 21.7.1939

Meu caro Alceu,

Acabo de receber a sua carta. Seria longo demais respondê-la toda por escrito. O essencial, porém, posso dizer-lhe aqui: tudo quanto combinei com você está na minha memória, e nada deixará de ser cumprido.

Nenhuma nomeação combinada deixará de sair. Nenhuma nova nomeação se fará sem o seu prévio assentimento.

O melhor é você ouvir menos alhures, e conversar mais comigo. O governo é uma coisa constituída de tal natureza, que exige que a gente adote a todo momento um modo especial de agir, a fim de que o objetivo desejado e previsto se atinja. É a tal história de andar direito por linhas tortas, processo que, por ser divino, é também próprio da humana arte de governar.

Anteontem, pelo telefone, manifestei-lhe o desejo de uma conversa. Ontem, à tarde, mandei chamá-lo pelo Leitão da Cunha, mas você não pôde esperar-me; e à noite de sua casa me informou alguém que você saíra a jantar

fora. Hoje, recomendei a um funcionário que o convocasse para a tarde. Mas nada. Vim a saber que você fora à *Comédie Française*. Só consegui a sua carta, que é uma cordialíssima complicação.

Alceu, meu caro amigo, não veja nuvens sombrias no favorável céu que nos cobre.

Enfim, continuo precisando de conversar com você. Quando será?

Afetuosamente,

Capanema

Do embaixador da Itália
Rio, 9.8.1940

Excelentíssimo Senhor ministro,

Vossa Excelência está a par do apaixonado interesse com que as missões de professores italianos destacados no Brasil têm acompanhado a ativíssima e iluminada obra desenvolvida por Vossa Excelência para estabelecer sobre novas bases o ensino nesta República. Movidos por este zelo, alguns professores italianos julgaram útil externar certas considerações, por ocasião da reorganização do ensino médio a qual está atualmente sendo elaborada.

Estive incerto antes de levá-las ao conhecimento de Vossa Excelência, receoso de penetrar num setor tão reservado como o do ensino. Mas recordando-me que muitas vezes Vossa Excelência mostrou-se desejoso de conhecer os frutos da experiência e da legislação italianas, para deles valer-se na realização da obra que empreendeu, julguei que podia ser de seu agrado ter conhecimento das considerações expostas pelos nossos docentes, na base dos elementos por eles adquiridos durante os anos de sua permanência no Brasil.

Os citados professores, referindo-se particularmente aos cursos bienais preparatórios para a admissão às faculdades universitárias, observaram que tais cursos, na forma pela qual desenvolvem presentemente sua atividade, isto é, separadamente nas diversas faculdades, com orientação totalmente diferente, não podem alcançar os fins práticos que se propõem, constituindo apenas uma antecipação unilateral dos cursos universitários, e deformando o conceito unitário da formação cultural e nacional da mocidade estudiosa.

Em lugar dos mencionados cursos — consoante a opinião dos professores italianos, seria aconselhável a constituição de uma escola única, ainda que fosse bienal, do tipo do Liceu Italiano, com o ensino geral e formativo das matérias fundamentais (português, latim, história, matemática e ciências), a fim de proporcionar a muitos jovens, que no futuro não terão tempo para dedicar-se a questões culturais, uma base média de noções culturais, que os acompanhem na vida.

Pelo que diz respeito ao ensino do latim, nossos docentes consideram que o método atualmente seguido no ensino dessa língua (limitado aos últimos dois cursos do ginásio) conduz a resultados praticamente nulos. Ora, tendo em vista que o ensino do latim é fundamental para conseguir-se um perfeito conhecimento da língua portuguesa, os mesmos acham que só se poderão conseguir úteis resultados estendendo, com uma nova ordem a seguir, dito ensino a todos os cursos ginasiais do primeiro ao quinto, com um mínimo de três horas semestrais.

Caso isso pudesse constituir assunto de interesse para o Ministério da Educação Nacional, eu poderia convidar os professores da Missão Italiana de São Paulo, a apresentarem-se ao ministério todas as vezes que tivessem oportunidade de vir individualmente ao Rio de Janeiro, na eventualidade de que Vossa Excelência deseje ser inteirado sobre suas impressões, as quais vêm a ser o fruto da experiência didática dos (...).*

Quanto aos professores da Missão Italiana no Rio de Janeiro, esses estão sempre ao inteiro dispor de Vossa Excelência para serem interrogados sobre assuntos de seu interesse sendo que, por outro lado, eles mantêm contatos muito seguidos com o Exmo. amigo Dr. Jurandir Lodi, o qual está sempre a par das impressões dos referidos docentes.

Estou certo de que Vossa Excelência verá nestas observações unicamente o desejo que anima a nossos professores e a mim próprio, de contribuir, embora de maneira modesta, porém afetuosa, à obra realmente empolgante que Vossa Excelência está desenvolvendo para a unificação e valorização do preparo cultural da mocidade brasileira.

Prevaleço-me com prazer deste encontro para reiterar-lhe, senhor ministro, os protestos de minha mais alta consideração e de minha cordial amizade.

Ugo Sola

* Ilegível no original.

Ao embaixador da Itália
Rio, 14.8.1940

Meu prezado amigo e eminente embaixador:

Acuso o recebimento de sua carta de 9 deste mês, na qual teve a gentileza de me transmitir algumas sugestões dos professores italianos contratados para a Faculdade Nacional de Filosofia a respeito da próxima reforma do ensino secundário no Brasil.

É para mim motivo de grande satisfação verificar que os pontos de vista dos citados professores coincidem com os que resolvi adotar na remodelação projetada.

É meu propósito dividir o curso secundário em três ciclos: o primeiro, de três anos; o segundo, de dois anos; e o terceiro, de dois anos.

O primeiro ciclo corresponderá mais ou menos à escola média italiana (nos termos da XI declaração da Carta da Escola); nos dois últimos ciclos, os estudos serão correspondentes aos do liceu clássico e do liceu científico italianos (ambos hoje com cinco anos conforme a XIV e a XV declarações da Carta da Escola).

O atual curso complementar de dois anos, dividido em várias seções conforme o destino universitário que o aluno pretenda tomar, este curso misto de ensino secundário e de ensino superior deverá desaparecer. Teremos, depois da primeira etapa de três anos, um currículo único de dois anos, e em seguida outro currículo único de dois anos, perfazendo tudo sete anos de curso.

A discriminação em setor clássico e setor científico, que a lei italiana estabelece para os cinco anos de liceu, poderia ser entre nós estabelecida, ou a partir do segundo ciclo, ou somente no terceiro ciclo. Entretanto, não me inclino a tal solução; prefiro um currículo único tanto no segundo como no terceiro ciclo.

Quanto ao estudo do latim, do mesmo modo que a língua pátria, será matéria de estudo intensivo nos três ciclos. Não será o latim considerado como língua estrangeira, mas como base e fonte, como estrutura e disciplina da língua nacional.

Creia, meu eminente embaixador, no grande desvanecimento que me trouxe a sua carta. Espero que os professores italianos, em boa hora chamados a trabalhar na difícil obra empreendida pelo Ministério da Educação, continuem animados desse tão alto espírito de cooperação e não deixem de

trazer-me suas sugestões a propósito de quantos assuntos lhes pareçam dignos de reparo no sistema de nosso ensino secundário e superior.

Sou, com o maior e mais cordial apreço, seu amigo e admirador,

Capanema

De Alceu Amoroso Lima
Petrópolis, 3.2.1941
São Brás

Meu caro Capanema,

De volta de São Paulo, onde realizei uma pequena série de conferências e em véspera de realizar a assembléia da companhia em que passarei definitivamente de presidente a consultor (cargo sem a menor garantia), segundo a exigência burocrática do DASP, penso que é o momento de nos explicarmos, em definitivo, sobre o caso da direção da Faculdade Nacional de Filosofia. E como em conversa sempre é mais difícil de fixar o que se dizer, creio que o melhor ainda é forçá-lo a perder alguns minutos (serei breve) decifrando esta minha detestável caligrafia, em que estou aliás cuidadosamente caprichando...

Só tenho um desejo em relação à faculdade: continuar sendo professor mas *não vir a ser seu diretor.*

Isso por vários motivos, que tentarei especificar, em separado, para maior clareza.

1. *Não me sinto com capacidade suficiente para ocupar esse cargo.*

Você poderá pensar que é timidez ou humildade. Não é. É apenas consciência lúcida do que me falta, e de modo todo particular, em capacidade administrativa.

Já *experimentei* a administração particular (por vinte e tantos anos) e a administração pública. Posso falar, portanto, "de cadeira". Em nenhuma dei bom resultado, por vários motivos que não vêm ao caso enumerar. Na pública, então, foi um fracasso. Não possuo nenhuma das qualidades necessárias a esse difícil e sutil manejo de textos e dificuldades burocráticas aumentadas agora quase ao infinito, com a "ditadura daspiana"...

2. *Não me sinto com entusiasmo pela obra.*

Quando temos amor por uma obra, pode-se esperar suprir as deficiências. No caso, porém, devo confessar a você que não sinto nada por essa empresa. Senti alguma coisa quando entrei para a Universidade do Distrito Federal. A dolorosa experiência de oito meses tirou-me as ilusões. Hoje tenho todo o meu fervor — que em nada diminuiu — *voltado para outras obras.* E você sabe que nada supre essa inclinação profunda para as coisas. Nem podemos despertá-la, pois ou é *espontânea* ou não existe.

E empreender um trabalho qualquer sem entusiasmo, é condenar de antemão ao malogro tudo o que se vai fazer.

3. *Teria de sacrificar, com esse cargo, o meu ensino e os meus trabalhos.*

Sei bem quanto é absorvente a administração do que quer que seja. Não tendo vocação administrativa, tudo se torna mais difícil para mim.

Daí saber, de antemão, que teria de sacrificar os poucos lazeres que me restam para aceitar esse cargo.

Só voltei à crítica literária quando deixei o cargo de reitor da Universidade Municipal.

Agora *teria de abandonar de novo a minha seção,* onde me sinto dentro do meu ambiente natural e sacrificar outros trabalhos em curso, inclusive da cátedra.

Tanto mais quanto este ano, tenho mais os encargos da Faculdade Católica, onde ensinarei também.

4. *Tenho a consciência de nada poder fazer de útil.*

Nem que tivesse capacidade e amor pela obra, não teria oportunidade de fazer algum bem positivo.

Conheço um pouco a máquina administrativa, para saber quanto ela tolhe e impede mesmo toda iniciativa. Quando aceitei o cargo de reitor, foi na esperança de fazer algo de coerente com as minhas idéias católicas. Hoje, conhecendo melhor o meio, sei perfeitamente que será impossível afastar o Almir de Andrade, o (...)*, o (...)*, o Artur Ramos (ainda é, a despeito de tudo, o menos perigoso), o Faria Góis etc., que direta ou disfarçadamente, criam na faculdade o *confusionismo filosófico e sociológico.*

O máximo que poderia fazer seria evitar algum mal maior. Mas você bem sabe o que são as *injunções* políticas num estabelecimento *que não tem autonomia nem didática nem administrativa.*

5. Teria que *lidar com funcionários,* talvez úteis ao serviço e quiçá indispensáveis à ordem interna, mas *insuportáveis* de gênio e habituados a um método de cumprimento *literal* dos regulamentos, que não é o meu.

* Cópia Completa.

D. Dulce, secretária de escola, é pessoa de absoluta e direta confiança do reitor. É pessoa de uma fidelidade administrativa admirável. Mas impossível e antipática ao extremo.

Ora, a *saída* de D. Dulce incompatibiliza logo o diretor com o reitor e pode trazer a desordem, pois ela reina há quase dois anos na secretaria da faculdade, como senhora absoluta.

Por outro lado, a sua *permanência* será um suplício para quem a conhece de perto, como já a conheço, pela sua rigidez puritana e pela sua antipatia pessoal e modos bruscos e até grosseiros, no cumprimento dos regulamentos e no trato das pessoas.

6. Enfim, como conseqüência de tudo isso, *minha permanência no cargo seria efêmera.*

Você conhece os meus defeitos. Entre eles está o da *impulsividade*, que poucos conhecem e que procuro corrigir, caindo no defeito contrário — *a apatia*.

Na primeira oportunidade, deixaria o cargo, quando entrasse em choque contra alguma decisão que me contrariasse. Sabendo de antemão que não tenho a paciência necessária para "engolir sapos" além de um limite muito pequeno.... o melhor é evitar as ocasiões ou, como dizem os confessores "fugir à tentação".

Eis aí, querido Capanema, um conjunto de motivos que creio serem decisivos para me afastarem de um cargo em que só me esperam contratempos, desilusões e amarguras, sem que nada de proveitoso para o bem público possa dele provir.

Pense, por alguns instantes, no que aí fica e veja se não tenho razão de pedir-lhe *pense em outra pessoa*, para o lugar de diretor.

Tenho alguém de ótimo em mente. Mas só poderia indicar se você expressamente consentisse.

Medite no assunto, em um dos seus longos passeios noturnos à luz do Cristo de braços abertos, que a nós ambos ilumina em nossa obscuridade, e... vamos almoçar juntos, num Lido qualquer, longe do público do gabinete, para liquidarmos em definitivo esse assunto que tanto inquieta a você como a mim e está prejudicando a faculdade.

Seu certo e fiel amigo

Alceu

Portinari, Le Corbusier, Lúcio Costa.

De Cândido Portinari
19...

Caro ministro e amigo Capanema

Não escrevi antes por andar muito cansado e meio desanimado, mas agora com a notícia de que o senhor quer novos e imensos murais estou novamente em forma e à espera de documentação para dar início aos estudos.

Gostaria que o senhor me enviasse o seu discurso. As vidas de Caxias, Tiradentes e José Bonifácio. Foram os motivos que o senhor sugeriu.

Gostaria de permanecer aqui ainda, algum tempo e creio que seria até bom fazer os primeiros estudos aqui, fora do barulho do Rio. Mesmo que eu não fizesse estudos definitivos pelo menos iria lendo o que o senhor me mandar e me impregnar do assunto até transformá-lo em cores.

Em todo caso estou à sua disposição. Se o senhor achar melhor eu estou ali, é só mandar avisar.

Todos aqui de casa e eu mandamos lembranças para D. Maria.

Do seu amigo certo

Portinari

De Cândido Portinari
Rio, 27.5.1939

Prezado ministro e amigo Dr. Gustavo Capanema,

Depois de muito meditar sobre as questões que serviram de tema à nossa última entrevista, cheguei à conclusão de que o meu lugar deve continuar a ser entre os meus alunos, ainda mesmo que, para isso, venha a ser prejudicado na minha obra e nos meus interesses pessoais.

O grupo de alunos que venho chefiando há quatro anos já constitui, para mim, uma parte bem apreciável — talvez mesmo a de maior significação — do meu esforço artístico. Por outro lado, os resultados práticos obtidos já são bastante sensíveis, sobretudo se considerados em relação ao nosso meio, tão atrasado em questões de artes plásticas.

Esses quatro anos de esforços que tenho feito — e de que resultarão necessariamente a ampliação da minha obra no espaço e a sua continuidade no tempo — não posso deixar de sentir-me intimamente identificado com o ensino.

Por tudo isso — e também pela convicção em que estou de estar realizando obra patriótica — é que tomei a iniciativa de propor, à sua inteligência, a criação, na Escola Nacional de Belas-Artes, de um *atelier* onde sejam ministrados conhecimentos de *pintura mural.*

Esse gênero de pintura — pela possibilidade que oferece de irradiação, de influência coletiva — tem sido utilizado, desde os tempos mais remotos, pelos governos de quase todos os países, como elemento precioso de educação e propaganda. Em todas as escolas de arte, ocupa essa cadeira lugar da maior importância, a sua utilidade ressaltando, inclusive, da necessidade que têm os governos de decorar os seus melhores palácios.

Desta forma, não há razões para que o Brasil — que vem acompanhando os progressos dos países civilizados nos demais setores da sua atividade, quer administrativa, quer literária, quer científica — deixe de ter o seu curso de pintura mural, inexistente até hoje na Escola Nacional de Belas Artes.

Daí a proposta — que tomo a liberdade de reiterar ao ilustre ministro — para o aproveitamento, naquela instituição, do meu curso de pintura mural.

Para seu melhor julgamento, passo a enumerar os títulos que suponho justificarem essa minha pretensão:

Premiado — com a Second Honorable Mention — na The 1935 International Exhibition of Paintings. Carnegie Institute, de Pittsburgh, nos Estados Unidos da América; com o Prêmio de Viagem à Europa em 1928; com a Grande Medalha de Prata em 1927; com a Pequena Medalha de Prata em 1925; com a Medalha de Bronze e Prêmio Galeria Jorge em 1923, estes últimos conferidos pelo antigo Conselho Nacional de Belas-Artes. Ex-professor de pintura mural e de cavalete e ex-chefe da 16ª seção didática da extinta Universidade do Distrito Federal. Autor dos grandes murais do palácio da Educação e Saúde, das decorações do Pavilhão Brasileiro na Feira Mundial de Nova York e das pinturas no monumento de Estradas de Rodagem.

As razões que venho de expor e a simpatia que o ilustre ministro sempre me dispensou, levam-me a crer no aproveitamento, segundo a fórmula proposta, dos meus conhecimentos técnicos.

Do amigo e admirador

Cândido Portinari

De Cândido Portinari
Nova York, 29.11.1940

Caro ministro e amigo Capanema,

Devo sair deste maravilhoso país amanhã, 30, pelo Uruguai. Espero que o senhor tenha gostado das críticas que lhe enviei.

Tive notícias ontem que me deixaram muito triste. Parece que publicaram artigo na *Nação Armada,* explorando o velho tema. Enquanto isto aqui tenho sido tratado como se eu fosse um grande homem. Pedidos de dezenas de museus para exibirem meus quadros. O Museu de Arte Moderna adquiriu para sua coleção o meu grande quadro *Espantalho* e mais três desenhos. O Museu de Detroit adquiriu o *Gado,* grande quadro também. Várias das melhores coleções também já adquiriram. A galeria Harriman, uma das melhores daqui, já assinou contrato para me representar aqui. O Clube de Edições Limitado assinou contrato comigo, pagando 20 contos para eu ilustrar um livro. E muitas outras coisas boas me têm acontecido. As conversas que tenho tido aqui desde o Rockefeller até as pessoas mais humildes:

É dizendo que o presidente Getúlio é querido pelo povo, que as nossas leis trabalhistas são as mais avançadas do mundo, que ele criou o Ministério da Educação e Saúde, o Ministério do Trabalho. Que o presidente é um grande patriota que tem defendido o que estão fazendo comigo. Falo assim com o senhor, porque tem sido o seu apoio que me tem levantado até conseguir o sucesso que obtive aqui.

Do seu amigo sincero

Portinari

A Cândido Portinari
Rio, 7.12.1942

Meu caro Portinari.

Guardo na retina a forte impressão de seu quadro — *O último baluarte* — que considero uma obra da maior beleza.

347

Sobre as pinturas para o edifício do Ministério da Educação, penso que não mudarei de idéia quanto aos temas.

No salão de audiências, haverá os 12 quadros dos ciclos de nossa vida econômica, ou melhor, dos aspectos fundamentais de nossa evolução econômica. Falta fazer o último — a carnaúba —, mudar de lugar o da borracha, e fazer de novo um que se destruiu.

Na sala de espera, o assunto será o que já disse — a energia nacional representada por expressões da nossa vida popular. No grande painel, deverão figurar o gaúcho, o sertanejo e o jangadeiro. Você deve ler o III capítulo da segunda parte de *Os sertões* de Euclides da Cunha. Aí estão traçados da maneira mais viva os tipos do gaúcho e do sertanejo. Não sei que autor terá descrito o tipo do jangadeiro. Pergunte ao Manuel Bandeira.

No gabinete do ministro, a idéia que me ocorreu anteontem aí na sua casa parece a melhor: pintar Salomão no julgamento da disputa entre as duas mulheres. Você leia a história no terceiro livro dos *Reis*, capítulo III, versículos 16-28.

No salão de conferências, a melhor idéia ainda é a primeira: pintar num painel a primeira aula do Brasil (o jesuíta com os índios) e noutro, uma aula de hoje (uma aula de canto).

No salão de exposições, na grande parede do fundo, deverão ser pintadas cenas da vida infantil.

Peço-lhe que faça os necessários estudos e perdoe desde já as minhas impertinências.

Creia no grande apreço e afetuosa estima do seu amigo,

Capanema

A Le Corbusier
Rio, 21.10.1936

Prezado Senhor Le Corbusier:

Tenho sobre a mesa as duas cartas que me dirigiu em 9 de outubro corrente e em que manifesta um interesse cheio de simpatia pelas iniciativas do meu ministério.

Dou-lhe as notícias pedidas. Quanto ao edifício do ministério, ficou assentado que ele se fará no terreno anteriormente escolhido, o único, aliás, que seria possível utilizar sem perda de tempo. A solução que propôs, e que me parece muito interessante, exigiria retardamento da obra. Adotado, assim, o projeto de Lúcio Costa e de seus colegas, serão entretanto feitas as modificações que ele reclamava.

Sobre a Cidade Universitária, tenho em mãos o projeto que a comissão de arquitetos acaba de apresentar e que me causou uma bela impressão. Acredito que estamos no caminho de uma sólida realização de conjunto. No momento, estou convocando a comissão de professores para submeter-lhe o trabalho dos arquitetos.

A sua pretensão quanto ao Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura mereceu toda a minha simpatia e, da minha parte, farei o que estiver ao meu alcance para ser-lhe útil. Não recebi o telegrama do nosso embaixador em Paris, a que alude.

Finalmente, a questão de seus honorários. Espero já lhe tenham sido pagos, pois dei as necessárias providências nesse sentido. O atraso verificado na remessa da importância se deve à lentidão do processo burocrático, que muito lastimei.

Grato às palavras cordiais que me envia, quero, por minha vez, reafirmar-lhe a bela impressão que me ficou do seu conhecimento pessoal. Mando-lhe as minhas melhores saudações e desejo-lhe, sinceramente, dias felizes e frutuosos na sua carreira.

Gustavo Capanema

*De Le Corbusier**
Paris, 21.11.1936

Prezado senhor e amigo,

Recebi sua carta de 21 de outubro, *que me deu muita tristeza.* Fico triste em pensar que o palácio será construído em terreno tão desfavorável e que

* Traduzido do original francês.

as circunstâncias não permitem que o senhor vincule seu nome a uma obra que será um elemento essencial da cidade do Rio e de sua paisagem.

Resta a Cidade Universitária. Posso ainda colaborar? Espero que sim, porque minha estada no Rio mostrou que eu posso ser de alguma utilidade, e eu gostaria muito de sê-lo. Peço-lhe a gentileza de ter este desejo em conta, e não hesitar em me consultar quando lhe pareça útil.[1]

Questão importante: o senhor me pediu que fizesse um livro das minhas seis conferências no Rio. Trouxe todo o material necessário e estou pronto para fazer o trabalho. *Mas gostaria de ter sua confirmação a este respeito,* porque se trata de um trabalho grande. De fato, é a redação de um livro quase tão grande quanto *Précision,* que foi publicado em Buenos Aires.

A este respeito, pergunto simplesmente se não seria possível prever um crédito de direitos autorais de cerca de dez mil francos. Se não for possível renunciarei a ele, mas sei que o senhor encara esta questão com simpatia. Me informe por favor, e começarei o trabalho imediatamente, e, conforme o combinado, lhe enviarei, de antemão, o orçamento de uma casa impressora, que com ele se comprometerá formalmente. Diga-me quantos exemplares será necessário imprimir.

Enfim, não recebi ainda meus honorários... É realmente surpreendente![2]

Caro senhor Capanema, as distâncias são terríveis, mas tenha certeza de meu interesse por sua obra e, como disse acima, não tenha dúvidas em pedir minha ajuda se considerar útil.

Le Corbusier
35, rue de Sèvres

1. Visitei outro dia a Cidade Universitária de Roma. Está bem, mas é bem pequena e, no fundo, não tem espírito moderno.

2. É muito *desagradável* para mim, muito inquietante não ter como fazer para consegui-lo. Já se vão mais de três meses. Agradeço de antemão.

*De Le Corbusier**
Paris, 18.5.1937

Caro senhor,

Permito-me enviar-lhe uma série de quadros reproduzindo, por um lado, o projeto do Palácio do Ministério e, de outro, os planos da Cidade Universitária que estabeleci no Rio no verão passado.

Já lhe escrevi várias vezes sobre o livro de conferências que o senhor me pediu que fizesse, mas não gostaria de me comprometer com este trabalho sem uma confirmação de sua parte. Peço-lhe que me oriente quanto a esta questão.

Espero que sua saúde esteja excelente e que a condução de seus assuntos ande conforme seus desejos, nestes tempos tão perturbados por toda a parte.

Espero que o senhor não me esqueça completamente, e que saiba que estou à sua disposição para a próxima ocasião, para fazer, se possível, um trabalho verdadeiro, e não somente projetos e conferências.

Não sei se o senhor se lembra do tema de minha última conferência: "O estabelecimento de uma faculdade de arquitetura no Rio de Janeiro", com o desenvolvimento que fiz do uso de folclores brasileiros no território da República, constituição dos elementos administrativos necessários e construções. Também aqui, eu teria muito prazer em ser útil em alguma coisa. Teria muito prazer em receber notícias suas, e peço aceitar, caro senhor, minhas saudações mais devotadas.

Le Corbusier
35, rue de Sèvres

*De Le Corbusier**
Paris, 30.12.1937

Caro senhor,

Recebi sua carta de 10 de setembro, informando que o crédito relativo a meus honorários para a impressão do livro será logo votado.

* Traduzido do original francês.

Em minhas cartas anteriores, disse que lhe mandaria um orçamento de impressão e encadernação do livro, tão logo o senhor me confirme sua execução.

A rim de facilitar sua decisão, solicitei a uma casa impressora séria de Paris (a que imprimiu *La Ville Radieuse)* um orçamento para a confecção desta obra.

O sumário do livro incluiria: a) seis conferências no Rio de Janeiro; b) estudos para o Palácio do Ministério da Educação Nacional; e c) estudos para a Cidade Universitária do Brasil.

O livro terá o formato de *La Ville Radieuse;* terá no início o seu retrato, que o senhor me dedicou tão amavelmente, e gravuras em cores. É claro que estas gravuras em cores tornam o livro mais caro, mas permitem ao leitor uma leitura incomparavelmente melhor.

Creio que este sumário poderá ser útil para os que sejam chamados a estudar as questões de arquitetura e de urbanismo no Brasil, e aos que sejam chamados a tomar decisões. O texto será em francês.

Ao senhor lhe parece que seria útil incluir um texto em português (o que aumentaria o preço fixado pelo orçamento?). Este texto em português poderia seguir paralelamente ao texto francês, como indico no croqui ao lado.

Apesar de todas as paixões desencadeadas a favor da arquitetura moderna ou contra ela, tenho a impressão de que minha intervenção no Rio pode ser útil, e teria sido ainda mais se fosse possível transformar em planos práticos as idéias que tenho lançado e praticado já há 20 anos em tantas obras.

Em particular, e apesar das divergências profundas que existem entre o colégio de professores e as teses que expus sobre a Cidade Universitária, continuo persuadido de que a imitação da concepção americana de universidades é um erro, e que as teses que enunciei em meus estudos são realmente as que convêm a um empreendimento de espírito moderno.

O livro permitirá que se forme uma opinião entre o público profissional de todos os países, e isto poderá permitir-lhe vencer as resistências que se devem ao espírito de rotina ou à falta de informações sobre as possibilidades atuais da arquitetura e do urbanismo.

Espero, em todo caso, que o senhor saiba, senhor ministro, que poderá encontrar sempre em mim um homem devotado a seus empreendimentos e desejoso de contribuir, em um país tão interessante como o seu, com toda sua energia e capacidade. Será para mim uma grande honra poder retomar com o senhor, mais cedo ou mais tarde, a questão da Cidade Universitária.

Acredite, caro senhor, em meus sentimentos devotados.

Le Corbusier

PS: Recebi, há algumas semanas, os planos e as fotografias do ministérioatualmente em construção. Continuo a lamentar o mau terreno em que ele se edifica, mas acredito que o espírito inovador que anima esta obra fará dela, assim mesmo, uma coisa excelente. Fico também feliz em saber que seu grande escultor Celso Antônio estuda a figura monumental da frente do edifício, e tenho certeza que sua confiança está colocada no lugar certo, e que o senhor poderá chegar a uma obra que será admirada por todos os visitantes.

*De Le Corbusier**
Paris, 16.7.1938

Caro senhor Capanema,

Vou enviar-lhe em breve um novo livro sobre o problema de Paris: urbanização e habitação em particular.

Penso sempre na Cidade Universitária do Brasil, que, reproduzida em muitas publicações depois de 1936, vai aparecer com destaque no terceiro volume da monografia de nossa obra completa. Acredito que o projeto que fiz no Rio de Janeiro merece mais consideração do que a que recebeu da comissão de professores. Estou convencido, tendo reexaminado o projeto, que ele faria da Cidade Universitária do Brasil a mais bela de todas as existentes.

Ainda não consigo compreender como seja possível defender o princípio das universidades americanas, totalmente ilógico, longe de ser belo. É de fato um desconhecimento completo da questão, e falta de discernimento em matéria de arquitetura.

Mas eu recobro, constantemente, a esperança de que uma decisão seja tomada a favor de nosso projeto. Eu sei que ele foi combatido intensamente por personalidades interessadas em introduzir no Rio de Janeiro o arquiteto que construiu a Cidade Universitária de Roma. É uma cidade universitária

* Traduzido do original francês.

muito bem feita. No entanto, o espírito que a anima não é da mesma natureza que o de meu projeto.

Desejo, assim, esperar que as circunstâncias possam eventualmente tornar-se favoráveis à minha intervenção, e é por isto que lhe escrevo estas palavras, para fazer-me presente em sua lembrança e lhe afirmar o prazer que terei de ir ao Rio, se o senhor considerar útil chamar-me novamente.

Acredite, caro senhor, em meus sentimentos de amizade.

Le Corbusier
35, rue des Sèvres

*De Le Corbusier**
Paris, 1. 10. 1938

Caro senhor,

Tenho o prazer de enviar-lhe o livro *Des Canons, des munitions?*
Merci! des logis... S. V. P.

Não abandono a esperança de que o senhor me chame para trabalhar nos planos da Cidade Universitária, ainda que o senhor me tenha dito que M. Piacentini tenha sido encarregado de fazer este trabalho. A questão se coloca, então, entre mim e M. Piacentini, e é com a mais completa simplicidade que quero dizer-lhe que minhas idéias sobre a Cidade deveriam ser seguidas. Há uma questão de qualidade neste assunto, e tenho certeza de que o Brasil não cometerá um erro pedindo minha colaboração em relação a isto.

Não veja, nesta minha carta, senão a manifestação de minha fé em idéias que são indiscutíveis, e que, na realidade, não são mais discutidas em nenhuma parte do mundo. Por que elas não poderiam encontrar, no Rio de Janeiro, a sua realização?

Acredite, caro senhor, em meus sentimentos mais devotados.

Le Corbusier
35, rue de Sèvres

*De Le Corbusier**
Paris, 1.4.1939

Caro senhor,

Parto no mês de março para o Chile, convidado pelo governo chileno para dar as orientações para o plano regulador de Santiago e a reconstrução das regiões devastadas.

Meu navio fará escala, provavelmente durante algumas horas, no Rio de Janeiro, e tenho a intenção de, na volta, permanecer alguns dias no Rio, em junho ou julho.

Gostaria muito de poder vê-lo nessa ocasião.

Não abandonei a esperança de retomar com o senhor os planos da Cidade Universitária do Brasil.

Recebi a revista *Architettura*, de Roma, com os planos de M. Piacentini. Examinei estes planos com muito escrúpulo. Apesar de sua apresentação extraordinariamente lisonjeira e abundante, devo declarar que são planos de arquitetura antiga, em oposição com o espírito que conduz seu programa da Cidade Universitária. Há muito a dizer sobre este estudo; é toda a batalha entre o velho e o novo, e não creio que os planos de que falo aqui sejam muito novos, apesar de uma certa aparência, na realidade muito acadêmica.

Pediria que o senhor tivesse a amabilidade de fazer saber, quando possa, se o senhor poderia me receber em uma das escalas indicadas acima. Eu teria um grande prazer em revê-lo.

Aceite, caro senhor, a expressão de meus sentimentos devotados.

Le Corbusier
35, rue de Sèvres

* Traduzido do original francês.

De Lúcio Costa
17.7.1939

Dr. Capanema,

Agora que tudo já parece bem "arrumado", venho lhe dizer o quanto me dói ver uma idéia alta e pura, como essa da criação da cidade universitária, tomar corpo e se desenvolver assim desse jeito.

Quando, há dias, tomei conhecimento do relatório e verifiquei que tudo não passava de pura mistificação — quis exigir um inquérito, protestar, gritar contra tamanha injustiça e tanta má fé. Logo compreendi, porém, a inutilidade de qualquer reação e que, quando muito, iria servir mais uma vez de divertimento à maldade treinada dos "medalhões".

Não veja, portanto, Dr. Capanema, neste meu alheamento, a aceitação das críticas abusadas que o relatório contém, nem a intenção, em outras circunstâncias louvável, de querer evitar maiores embaraços à sua ação, mas tão-somente a certeza — desesperado como me sentia — de que tudo seria vão.

E o mais triste é que enquanto se perseverar, durante anos e anos, na construção dessa coisa *errada,* estará dormindo em qualquer prateleira de arquivo a solução "verdadeira" — a coisa *certa.*

Lúcio Costa

De Lúcio Costa
Rio, 3.10.1945

Dr. Capanema,

Conquanto não me seja possível comparecer à cerimônia de inauguração do edifício do ministério, desejo estar de algum modo presente, a fim de participar da satisfação de todos aqueles que contribuíram, de uma forma ou de outra, para a realização dessa obra de significação internacional. Não se trata, na verdade, da simples inauguração de mais um edifício como tantos que se inauguram, a cada passo, por todo o país, mas da inauguração de uma obra de arquitetura destinada a figurar, daqui por diante, na história geral das belas-artes como o marco definitivo de um novo e fecundo ciclo da arte imemorial de construir.

Foi, efetivamente, neste edifício onde, pela primeira vez se conseguiu dar corpo, em obra de tamanho vulto, levada a cabo com esmero de acabamento e pureza integral de concepção, às idéias-mestras por que, já faz um quarto de século, o gênio criador de Le Corbusier se vem batendo com a paixão, o destemor e a fé de um verdadeiro cruzado.

De todas as sementes por ele generosamente lançadas aos quatro cantos do mundo — de Moscou a Nova York, de Estocolmo ao Prata foi esta, deixada aqui neste pequeno canteiro da esplanada do Castelo, no coração mesmo onde a cidade nasceu, a única, afinal, que de fato vingou.

Eis por que, neste *oásis* circundado de pesados casarões de aspecto uniforme e enfadonho, viceja agora, irreal na sua limpidez cristalina, tão linda e pura flor — flor do espírito, prenúncio certo de que o mundo para o qual caminhamos inelutavelmente, poderá vir a ser, apesar das previsões agourentas do saudosismo reacionário, não somente mais humano e socialmente mais justo, senão, também, mais belo.

Mas como se explica uma tal ocorrência num meio técnica e culturalmente menos evoluído em relação aos grandes centros da América e da Europa, e num ambiente reconhecidamente pouco propício a empreendimentos de semelhante natureza? Ocorrência tanto mais singular quanto, correspondendo embora, apenas, a um movimento isolado e limitado dentro do quadro geral da nossa feia arquitetura contemporânea, em conseqüência dele, a tradicional posição de dependência em que vivíamos, nesse particular, para com a Europa e a América, de um momento para outro, se inverte: são agora os mestres arquitetos dos Estados Unidos da América e do império britânico que se abalam dos respectivos países para virem até aqui, apreciar e aprender. Que estranho encadeamento de circunstância tornou possível um tal milagre?

Antes de mais nada ele se deveu à sua presença, Dr. Capanema, no ministério. Fosse outro o ministro e o edifício não seria este. Foram as suas qualidades e, possivelmente, alguns dos seus defeitos que tornaram esta obra exeqüível. Nenhum outro homem público, nem aqui nem em qualquer outra parte, teria tido a coragem de aceitar e levar a cabo, em circunstâncias tão desfavoráveis, obra tão radicalmente renovadora.

Amparado apenas, inicialmente, na intuição poética e no discernimento crítico de intelectuais como os senhores Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e Rodrigo Melo Franco de Andrade, dentro em pouco a sua consciência da legitimidade dos princípios fundamentais defendidos nesta obra, adquiria tal força de convicção, que, apesar dos interesses políticos em

jogo e do seu natural apego ao cargo que exerce com tamanha dedicação, o senhor soube arrostar bravamente a maré montante das críticas, correndo todos os riscos sem jamais transigir nem esmorecer no propósito de levá-la a bom termo.

Assim, pois, este monumento, além da sua significação como obra de arte, possui, ainda, um conteúdo moral: simboliza a vitória da inteligência e da honradez sobre o obscurantismo, a malícia e a má fé.

Mas a honestidade dos nossos propósitos teria sido vã, Dr. Capanema, não fosse podermos contar com dois cúmplices nos postos extremos de que dependiam, em última análise, todas as providências relacionadas com a obra — um no Catete, outro no seu gabinete: os senhores Getúlio Vargas e Carlos Drummond de Andrade. Cumplicidade que se manteve constante durante todo o transcurso da longa e acidentada empresa.

Quanto à minha contribuição pessoal, no caso, valeu por ter sabido estender o seu convite aos demais arquitetos que elaboraram, juntamente comigo, o projeto definitivo, baseado no risco original deixado por Le Corbusier para outro terreno, e finalmente o desenvolveram e levaram a cabo a respectiva fiscalização; mas valem principalmente por ter conseguido convencê-lo, no momento oportuno, da necessidade de obter a autorização do presidente para *mandar vir* Le Corbusier.

A presença entre nós desse homem genial foi decisiva para o atual surto da arquitetura brasileira.

Foi graças a esse convívio de apenas três meses que o excepcional talento do arquiteto Oscar Niemeyer — Oscar de Almeida Soares, conforme, no meu apego à tradição lusitana, preferia vê-lo chamar, que este é o seu legítimo nome — até então inexplicavelmente incubado, revelou-se em toda a sua plenitude: não somente na elaboração do projeto deste edifício e no do nosso pavilhão na exposição de Nova York, ainda com a minha participação; mas, sobretudo, nas suas incomparáveis construções da Pampulha e em outras obras espalhadas pelo país, nas quais se revela não só o nosso maior arquiteto, senão, também um dos maiores mestres da arquitetura contemporânea.

Esse fato mostra, bem ao vivo, como pode resultar fecunda a presença entre nós dos grandes criadores da arte moderna. E neste sentido, gostaria de fazer aqui, por seu intermédio, um apelo ao senhor presidente para que autorize a vinda ao nosso país do maior escultor da atualidade, Lipchitz, com o duplo propósito de concluir a sua obra destinada a este edifício e de propiciar

aos nossos jovens escultores o mesmo benefício que resultou para os arquitetos da vinda aqui, em 1937, de Le Corbusier.

Pois já não se compreende que o ensino oficial do país ainda persista em não tomar conhecimento das grandes realizações da arte contemporânea, nem que edifícios como este sejam apenas a expressão de um movimento processado à sua revelia, movimento que ainda representa, de certo modo, a continuação e o desenvolvimento da fracassada reforma de 1931.

É justamente agora, quando, em conseqüência da separação dos cursos, se cogita da reforma do ensino artístico, o momento oportuno de intervir com algumas medidas práticas, visando finalmente integrar as duas escolas no ritmo renovador já alcançado por aqueles artistas cuja obra verdadeiramente conta no desenvolvimento artístico do país.

Assim, por exemplo, para a escolha do diretor da Escola de Belas Artes na sua nova fase, manda o senso comum que se indague qual a figura internacionalmente reconhecida como mais representativa das nossas artes plásticas, a fim de, coerentemente, provê-la no cargo.

Sucede, porém, que esse artista não é professor da referida escola e, nestas condições, de acordo com as boas normas universitárias, não poderá ser nomeado para aquela função. Mas se o caso é este, crie-se então nova cadeira de pintura com o propósito especial de nomear o senhor Cândido Portinari — nome que está no pensamento de todos — professor catedrático *hors-concours* e simultaneamente diretor.

Semelhante providência, juntamente com o contrato do grande Lipchitz para reger um dos novos cursos de escultura e o aproveitamento do nosso Guignard numa qualquer das numerosas cadeiras de desenho, bastará para fazer o ensino acertar o passo com a vida e assim renovar-se de *fond-encomble* a atmosfera da escola.

Quanto à nova faculdade de arquitetura, cujo diretor já foi recentemente nomeado, a medida que se faz sentir com mais urgência é o desdobramento da cadeira de "grandes composições" para a qual impõe-se a imediata nomeação do senhor Oscar Niemeyer, independentemente de concurso, pois, como no caso do Sr. Portinari, a repercussão internacional da sua obra dispensa tais formalidades.

Outra nomeação, a meu ver, necessária é a do criador dos nossos novos jardins, o notável pintor Burle Marx, para a cadeira de "arquitetura paisagística", pois que é sobremodo desejável a presença de verdadeiros artistas plás-

ticos entre os engenheiros do corpo docente da nova faculdade, a fim de tornar menos sensível a ferida recente da amputação.

Como estas medidas simples e práticas e que em nada afetam os direitos adquiridos dos demais professores, estarão definitivamente assentados os fundamentos da reforma do ensino artístico para benefício da nova geração.

Mãos, pois, à obra, senhor ministro, para que se não perca, nas futuras administrações, o fruto deste esforço comum.

Lúcio Costa

Mário de Andrade

São Paulo, 30.4.1935

Meu caro Capanema,

Recebi seu telegrama agora mesmo, muito obrigado. Apesar da semana atrapalhadíssima que passei, desde que cheguei do Rio tenho pensado muito no que você me pediu. Mas sou obrigado a lhe confessar que a todo instante o fio do pensamento esbarra em ignorâncias naturais, de quem não está aparelhado pra um trabalho que abrange tão largo conhecimento. Além disso as minhas vontades de bem servir se quebram com a lembrança do que é a burocracia didática deste nosso país. Já tive experiência tão dura disso com a reforma do ensino do Instituto Nacional de Música, na qual tomei parte por convite do então ministro Francisco Campos... Trabalhamos heroicamente, Luciano Gallet, Sá Pereira e eu. Pra quê? Pra o nosso ingenuíssimo idealismo se destruir todinho ante um organismo burocrático irremovível. E aliás fatal. Pra se reformar o Instituto, da maneira que imaginamos, carecia pôr à margem uma quantidade tal de professores, que nem o próprio Governo podia arcar com mais essa despesa. Hoje, aliás, sou o primeiro a confessar que a nossa reforma era irrealizável. Nós também estávamos delirando, naquele delírio de boa vontade e esperança de perfeição, que tomou a todos os Brasileiros inocentes, com os fatos da revolução de 30.

Em todo caso, algumas idéias me têm vindo agora com o seu pedido, e essas é que vou submeter à consideração de você. Se puderem lhe ser úteis ficarei satisfeitíssimo.

Se não me engano, o seu pensamento básico é dividir o ensino das artes em três academias: a Academia de Arquitetura e Engenharia, a Academia de Artes Plásticas e a Academia de Música e Teatro. Acho essa divisão excelente. Reunir a arquitetura à engenharia diretamente, é tanto estética como tecnicamente ótimo. Tecnicamente a arquitetura decorre diretamente da engenharia. E é justamente por estar sujeita às necessidades imediatas do destino do edifício e das exigências técnicas da engenharia, que esteticamente até agora se discute, sem esperança de solução, se a arquitetura faz realmente parte das "belas-artes" ou se apenas é uma "arte aplicada", como a culinária, a *toilette*, a cerâmica etc.

Há porém certas disciplinas que abrangem imediatamente todas as artes. A Estética (na sua concepção filosófica), a História das Artes e a Etnografia. Neste ponto o que eu desejo submeter à sua apreciação é a criação, na Universidade, ou dum departamento especial de alta cultura artística, compreendendo essas três disciplinas e mais disciplinas afins (fonética experimental, laboratórios de acústica, discografia e cinegrafia etnológicas etc.), ou pelo menos a criação dessas três cadeiras. E os alunos das diversas artes seriam obrigados a freqüentar, juntos, essas três cadeiras, nos seus últimos anos de curso. A freqüência em conjunto importa muito pra que todos adquiram uma orientação única, o chamado "espírito universitário", tão importante pra fixar o caráter cultural e nacional dum país. Quanto à ordem das três cadeiras, a de História das Artes deverá logicamente preceder a de Estética. A de Etnografia talvez convenha que vá conjuntamente com a de História das Artes, que lhe poderá servir de elemento comparativo.

Essas três cadeiras me parecem imprescindíveis pra um indivíduo ser artista brasileiro. Talvez nem cinco por cento dos nossos artistas tenham uma noção filosófica do que seja arte. Ninguém sabe o que seja o Belo, o que é a Arte, quais as relações dum com outro, quais as funções da arte no indivíduo e na sociedade, quais os seus caracteres essenciais etc. Uma cadeira de Estética, tenha a orientação que der, seja materialista, seja espiritualista, siga Croce ou siga quem quiser: o essencialmente importante no momento é munir os nossos artistas duma orientação doutrinária (qualquer) — o que é o mesmo que lhes proporcionar uma finalidade social. Esta finalidade social será completada pela cadeira de Etnografia Brasileira, na qual estudando os nossos costumes, as nossas tradições, as suas origens, os seus processos, as tendências populares, as constâncias populares, o artista adquira uma base nacional, e não mais regional e meramente ocasional, de criação, por onde se tra-

dicionalizar dentro da sociedade brasileira, e se justificar dentro da nacionalidade. Quanto à cadeira de História das Artes, estou cada vez mais convencido que as cadeiras seccionadas de História da Música, História das Artes Plásticas, História da Arquitetura etc. são truncadas e falsificadoras. Não inúteis, está claro: mas ineficientes. E têm o grave defeito, que no Brasil é imenso, de insular o artista dentro da sua própria arte, com uma incompreensão, que muitas vezes atinge a estupidez boçal, das outras artes. Ora, as artes não são mais que meios de expressão duma coisa só, a Arte. Não existem artes, propriamente falando: existe a Arte. E são justamente as cadeiras de Estética e de História da Arte, se bem conjugadas e articuladas uma na outra, que darão ao nosso artista essa compreensão simples e perfeita, a meu ver, da sua finalidade de artista. Enquanto a cadeira de Etnografia Brasileira, esta lhe dará a finalidade de artista, mas brasileiro.

Uma coisa, eu reconheço, é muito difícil nestas duas cadeiras de História da Arte e de Etnografia Brasileira: encontrar professores. Devido às próprias circunstâncias da nossa orientação cultural de até agora, os estudiosos dessas matérias — tão poucos! — se têm seccionado desoladoramente. Um sabe Folclore e tudo ignora da nossa música ou da nossa arquitetura popular. Um sabe história da pintura e tudo ignora da história da arquitetura. Sobretudo a música é ignorada dos... outros, com uma abundância de coração que é de morrer de desespero. Mas talvez o filho de João Ribeiro, Joaquim Ribeiro, possa arcar com as responsabilidades da cadeira de Etnografia Brasileira. Tenho com ele mais que escassas relações pessoais, mas admiro os livros dele, o considero bem orientado, e talvez ele pudesse, possuidor da cadeira, levar os estudos também para o lado da música. Na verdade não existe nem poesia, nem mesmo música popular: o que existe é poesia cantada, com raras incursões pela música exclusivamente instrumental. Mas a música do povo depende imediatamente das suas formas de poetar e da sua dicção, da mesma forma que a poesia depende imediatamente das exigências do canto ou de exigências intrinsecamente musicais, cadências, concepção harmônica, quadratura estrófica etc.

Quanto às Academias particulares, de Artes Plásticas, e de Teatro e Música, não seria melhor aplicar uma subdivisão bem simplista de ensino? Eu imagino, por exemplo, qualquer escola de arte subdividida em duas partes, ou dois cursos: um Curso Preparatório e um Curso de Especialização, ou que outro nome tenha. O Curso Preparatório, reunindo as disciplinas elementares, levaria o estudante até o momento de criação. Uma coisa que eu tenho

observado muito nos nossos artistas, é que eles se improvisam artistas, e absolutamente ignoram as bases técnicas da arte que praticam. São numerosíssimos os pintores que não sabem preparar tintas, que não sabem discutir as qualidades técnicas da tela. Impressionado por essa ignorância técnica é que o pintor Portinari me falou desesperadamente uma vez que, se ele fosse professor de pintura, havia de ensinar ao seu aluno a preparar tintas, qual o melhor material, a preparar a tela e seus materiais preferíveis, quais as exigências das cores primárias, como combiná-las, quais as exigências do desenho, como combiná-las com as das cores. E depois, ele me dizia, mandava o aluno embora, que pintasse por si. Está claro que esta frase, cheia de desespero e dita em conversa, é um bocado simplista, mas me impressionou enormemente pelo fundo de verdade que contém. Na realidade não se pode ensinar a ninguém o segredo do gênio. O que se pode ensinar é ser bom artífice, ser bom operário da sua arte.

Bom operário tanto no sentido técnico (que será a função das Academias especializadas) como no sentido estético (que será a função das cadeiras que lembrei atrás). Me esqueci, na frase de Portinari, uma circunstância. Ele me falava também em ensinar ao aluno como manusear os pincéis e como dispor as cores na paleta... Como isso é profundamente verdade! Pincéis há milhares, todos com formas e possibilidades diferentes. Mas quantas e quantas vezes artistas nossos de real talento apresentam quadros fundamentalmente "errados" por estarem os seus criadores, no momento, usando um pincel que não correspondia com o elemento expressivo da pincelada que queriam dar!... Se me perco nestas considerações de detalhe, Capanema, é porque as nossas artes sofrem fundamentalmente da mais desoladora desorientação nesse sentido, a ausência do *métier*, do ofício, do operário. Ora tanto nos primitivos de qualquer espécie e de qualquer arte, bem como na elevação suprema de qualquer orientação estética de qualquer arte, a primeira e mais importante lição que a gente recebe é justo essa: a presença do bom operário do seu ofício. Dante, Fídias como Palestrina foram maravilhosos operários das suas artes, da mesma forma que no primitivo das cavernas, ou em qualquer outro primitivo, você encontra antes de mais nada o operário que se adestra no seu ofício e busca se acomodar às exigências das matérias de que dispõe.

De que maneira estabelecer divisão de disciplinas e de anos de curso? Aqui dou de encontro à minha inenarrável ignorância nesse sentido. Só especialistas das diferentes matérias poderiam estabelecer essas divisões. Em todo caso ainda tenho uma consideração. Esse seccionamento de dois cursos, um

Preparatório e outro de Especialização, ajuntado às considerações de ordem exclusivamente técnica, parece pressupor que sou um antiquado em didática, ainda daqueles tempos em que a gente enchia a cabeça do aluno duma imundice de definições e teorias áridas. Esse processo era horrendo e quebrou muitos ânimos. Não se trata disso. É justamente uma ausência de teorias e definições que imagino. Uma prática, uma prática quase exclusiva, um aprender brincando, um aprender praticando imediatamente. Só que aprender realmente a fundo as bases práticas e técnicas do *métier*. Em música, por exemplo, que por dever de ofício sei um bocado mais, me parece que se poderia tirar da antiga reforma, feita por Luciano Gallet, por Sá Pereira e por mim, os cursos e elementos desse aprender brincando as bases técnicas do ofício de musicista. Era pela dança do método Dalcroze e pelo canto coral principalmente que conseguíamos dar ao estudante as bases técnicas que só em seguida o disporiam para a especialização futura. Repito: a nossa reforma era uma utopia de idealistas em delírio de grandeza e perfeição. Mas de dentro dela é possível tirar as bases duma reforma mais acomodatícia e mais viável.

Os problemas de teatro e de dança me parecem dificílimos de solucionar com a prata da casa. Tudo é tradição conservadora e horrenda, no teatro. E na dança não existe coisíssima nenhuma de organizado. A base da dança erudita é a chamada "dança clássica" ítalo-francesa. Não sei de ninguém no Brasil que a saiba em condições de a ensinar. Seria preciso chamar um professor de fora, preferivelmente da ópera, de Paris, onde parece que as tradições são mais puras e mais bem conservadas. A isso, a essa base de operário, é que depois se ajuntariam as criações mais livres do bailado contemporâneo, os processos russos, o expressionismo alemão, o ginasticismo das danças modernistas. E a estilização, por gente que tenha observado *d'après nature*, das danças coletivas e individualistas nacionais.

Não sei se estas sugestões tão rápidas lhe poderão ser úteis, meu caro Capanema, porém é tudo quanto tenho em mim no momento. Momento árduo, você bem pode imaginar, de preocupações que não eram minhas e que o emprego novo me deu. Se por acaso você desejar qualquer esclarecimento a mais, bem como se quiser estar a par das tentativas municipais que fizermos aqui no Departamento de Cultura, para melhorá-las aí e lhes dar alcance mais largamente nacional, é só dizer, que estarei sempre às suas ordens com o máximo prazer.

M. Andrade

São Paulo, 1.6.1936

Meu caro Gustavo Capanema,

Agora sou eu que venho lhe fazer um pedido. Mas não se assuste: não é emprego pra ninguém não.

O número da *Revista Brasileira de Música*, aí da Universidade Federal, dedicado a Carlos Gomes, vai sair realmente conspícuo. Também eu ajudei a construí-lo, e vai com o carinho de todos. Mas todos nós sonhamos com umas palavras de abertura, questão de 15 ou 20 linhas, numa página inicial em branco, assinadas por você.

O pessoal amigo aí do Rio me contou desolado que você dissera não ter tempo pra isso. Eu compreendo muito bem que apesar do pouco a escrever, e por isso mesmo, a coisa exija esforço e cuidado, mas tomei para mim a iniciativa de insistir, desculpe. Não podemos ficar sem você que no momento é realmente a figura simbólica, pelo seu trabalho pessoal, dos esforços culturais que vamos fazendo uns e outros. Simplesmente porque você é o que mais faz. Vamos a ver se com um esforcinho você nos garante essas 20 linhas necessárias. É uma questão moral, Capanema. Uma questão de ordem e equilíbrio, uma questão, não de ministro (no sentido político) mas de ministro de educação (no sentido de organização nacional). E que você de fato encarna.

Com um abraço do

Mário de Andrade

São Paulo, 10.2.1938

Meu caro Capanema, desculpe estar lhe escrevendo neste papel, mas não acho outro melhor.

Estive ontem com o Brecheret, dei-lhe todas as indicações que achei necessárias, sem lhe mostrar a sua carta, como você me pediu. O Brecheret andou pensando, estudando o caso, e acabou pedindo dez contos pelas duas *maquettes* pedidas, a da estátua inteira, 50 cm e a da cabeça do homem com 40 cm mais ou menos, tudo em gesso. Não me senti autorizado a mais coisa nenhuma e lhe reporto o pedido dos dez contos para que você resolva e mande me dizer se aceita. O Brecheret compromete-se a dar as *maquettes*

prontas 30 dias depois da encomenda feita. Obtemperou, porém, que por mais naturalista que faça a estátua esta terá de alguma forma que obedecer à natureza do material empregado, isto é, o granito, e portanto se sujeitar a uma tal ou qual estilização. Realmente ele está certo esteticamente, mas nada posso acrescentar sem que se veja o que ele fará. Limitei-me a recomendar a ele praticasse o mínimo de estilização possível, caso lhe seja feita a encomenda das *maquettes*. Espero pois alguma notícia sua a respeito.

Falta lhe falar na encomenda que você me fez. Sou obrigado a lhe confessar que desta vez soçobrei completamente. Você me desculpará ter falhado por esta vez, mas estou que não consigo reunir duas idéias úteis. Fazem quase três anos, isto é, mais até de três anos que não tenho o menor descanso intelectual, a última vez foram 15 dias em dezembro de 1934. Estou entregando os pontos, num esgotamento intelectual e moral completo, de que não é causa menos importante a inquietação e o desgosto de que estou ultimamente possuído. Estou positivamente exausto, não posso mais. Meu trabalho não rende nem 50% do que costuma render. Estive uns dias pensamenteando sobre o Serviço cujo anteprojeto você me pediu e acabei desistindo. Nem sequer consigo ler com eficiência, pra consultar as obras que necessitaria consultar. É o fracasso. É principalmente a imagem dolorosíssima do fracasso, fantasma assustando a gente, e bem mais pior que o próprio fracasso, que é uma realidade simples. Peço-lhe por favor, Capanema, que me perdoe e só por esta vez não conte comigo. O mais trágico é que cheguei a este ponto de fadiga mental justo num princípio de ano, momento em que não me é possível, de forma alguma, abandonar o posto por causa das iniciativas. Cheguei assim mesmo a pedir umas férias ao prefeito, mas ele torceu o nariz e desconversei. Irei agüentando, me arrastando, em muita melancolia, até que se dê um jeito nesta vida.

Mais uma vez, peço-lhe que me perdoe a incorreção de falhar e me acredite o seu muito devotado admirador,

Mário de Andrade

São Paulo, 18.2.1938

Meu caro Capanema,

Já falei com o Brecheret e ele aceita fazer mais a *maquette das* Amazonas galopando pelos mesmos dez contos. Aliás já principiara os estudos para o Homem Brasileiro e me diz que provavelmente, como para ele Carnaval não existe, tudo estará pronto para a semana posterior ao Carnaval. Acho que toda a conveniência que, *maquettes* prontas, ele mesmo vá ao Rio levá-las e discuti-las. Se julgar assim também, mande-me os passes para o escultor.

Muito lhe agradeço a confiança em mim quanto ao projeto que me pediu. Aguardarei as primeiras pazes deste meu espírito fatigado para organizar o trabalho. Que será feito com o entusiasmo de sempre. Mas... pazes, meu Deus! pazes pra este meu espírito!... Agora mesmo vejo o Departamento (eu, no caso) lançado em duas empreitadas ferozes: uma viagem etnográfica franco-brasileira aos Nambicuara e Pareci, a que o Governo francês acaba de convidar o Departamento de Cultura e topamos e a organização para os festejos do cinqüentenário da Abolição, de um cortejo e coroamento de reis de Congo, tais como se realizavam na Colônia. Vamos retradicionalizar o costume aqui, coroando rei e rainha, aos dois negros mais velhos do Município, não é engraçado?

Bem, desculpe estar parolando assim. Quero ver se pela semana do Carnaval ou seguinte irei visitá-lo. Ah! ia me esquecendo a razão principal desta carta!

Quando aí estive tomei nota do Serviço do Patrimônio Documental Nacional cujo anteprojeto de organismo você me pediu. Ora, nas minhas notas encontro três títulos diferentes: Serviço do Patrimônio Documentário; Serviço do Patrimônio Bibliográfico e Serviço do Patrimônio Tecnológico.

Minha cabeça esqueceu totalmente várias coisas aí:

Você quer três organismos diferentes, ou um só? Que entende você exatamente por "Patrimônio Tecnológico"? Peço-lhe, assim que tiver um tempinho me responder estas duas perguntas ou fazê-lo pelo nosso Carlos, que suponho completamente bom.

Muito ao seu dispor e amigo

Mário de Andrade

São Paulo, 10.5.1938

Meu caro Capanema,

As coisas estão se definindo enfim e não parecem muito claras de cor para o Departamento de Cultura. O novo prefeito é um urbanista notável, parece excelente escolha para a Cidade. Sob o ponto de vista cultural, departamental, nada consegui apurar por enquanto. Hoje estive com ele para apresentação como de direito da minha demissão, e a conversa não foi nada animadora. Falo em relação ao Departamento, e não a mim. O prefeito mostrou-se duma reserva, duma ausência que me deixaram profundamente inquieto.

Por outro lado, sei de fonte limpa que dos homens do PRP que subiram agora, uma fortíssima corrente deseja a extinção, pura e simplesmente, do Departamento de Cultura. Outra, mais moderada, sustenta a necessidade de sua conservação, acabando-se apenas com certas "brincadeirinhas" inúteis. Não erro certamente em supor que tais brincadeirinhas sejam a Discoteca Pública, as pesquisas de Folclore e Etnografia, quartetos, trio e corais. Essas foram as pastas sempre caçoadas pelos homens do PRP nas câmaras estaduais e municipais. Ora, para seu governo lhe conto simplesmente que Praga acaba de nos pedir a constituição e regulamento da nossa Discoteca Pública, para organizar a Discoteca Nacional da Tchecoslováquia; o arquivo de Fonogramas, do Museu de Ciência Folclórica de Berlim, acaba de nos propor a troca dos seus fonogramas ameríndio-brasileiros pelos nossos; e mais de uma dezena de quartetos novos já foram compostos por causa exclusivamente do nosso quarteto e seus concursos, bem como perto de cinqüenta peças corais compostas exclusivamente por causa da existência dos nossos corais.

Você, com sua amizade boa, se ofereceu a pleitear o que pudesse pelo Departamento, quando parti daí. Imagino que uma palavra sua ou do Presidente por certo seriam, se não a salvação, pelo menos a garantia de um órgão que tenho a convicção de ser admirável, que é utilíssimo ao Brasil, e em três anos conseguiu larga divulgação e respeito internacional. Afirmo jurando a você que nada, absolutamente nada pleiteio pra mim. Se um dia pleitear pra mim será pra um lugar a seu lado. Mas lhe garanto que o Departamento merece o carinho de um Ministro como você.

Com a melhor dedicação

Mário de Andrade

Rio, 22.6.1938

Meu caro Gustavo Capanema

Depois da nossa conversa, me pus refletindo muito sobre o meu caso. E sou obrigado a lhe confessar mais uma vez que o posto de diretor do serviço teatral eu não posso mesmo de forma alguma aceitar. É um lugar de projeção muito brilhante e muito violenta, vou lutar certamente muito e vou certamente fracassar. A sua oferta me encontra derreado, despido de muitas das minhas ilusões e sem o menor desejo de me vingar de ninguém. Preciso de trabalho e estou sempre disposto a trabalhar. Mas não quero lutas fortes, não quero gritaria em torno de mim.

Você não me conhece intimamente, pelo menos o nosso contacto não durou ainda o tempo suficiente pra você ter certeza pelas frestas dos atos da verdadeira perfeição da minha sinceridade. Mas o Carlos me conhece muito e poderá lhe afiançar que esta recusa só poderá derivar de uma impossibilidade real.

Desejo trabalhar a seu lado mas o que você me propõe é superior às minhas forças atuais.

O que me deixa desesperado é a delicadeza da minha situação. Não queria dar nenhum desgosto a você, aceitando o lugar que me oferecem e que sei não ser da sua simpatia. Mas por outro lado, seria simplesmente pretensioso da minha parte, como que me pôr em leilão, pedindo a você descobrir de momento outro lugar pra mim no Ministério, quando você mesmo me contou a impossibilidade disso por enquanto. E ainda por outro lado, não posso mesmo ficar mais em São Paulo, porque acabarei estourando com tudo. Veja você como minha situação é delicada. Resolvi, pois, como ponto final deste desespero de que o Rodrigo foi testemunha, pedir a você que me conceda aceitar o lugar que me oferecem na Universidade. Por meu lado eu me comprometeria a quando chegar o tempo de você pôr em execução os seus projetos tão admiráveis, abandonar tudo, sem mesmo a menor preocupação de ganhar mais ou ganhar menos, e ir trabalhar a seu lado, se você então ainda precisar de mim.

Ainda não aceitei o lugar na Universidade e sem uma palavra sua, ou de Carlos por você, ficarei no meu lugar paulista.

Espero pois qualquer palavra sua, de consentimento ou não, ficando sempre certo que de forma alguma nossa amizade periclitará, nem muito menos minha devoção pela sua atuação de Ministro.

Muito sinceramente,

Mário de Andrade

Rio, 23.2.1939

Meu caro Capanema,

Estive refletindo bastante estes dias e percebi definitivamente que não poderia aceitar o cargo de dirigir a Enciclopédia, no Instituto do Livro. As razões que tenho pra isso são as mesmas que já lhe dei e a que você respondeu. Não pude verbalmente insistir nelas porque tenho uma espécie de defeito de alma que me põe sempre demasiadamente subalterno diante das pessoas altamente colocadas. Por mais amizade que lhe tenha e liberdade que tome consigo, sempre é certo que diante de você não esqueço nunca o ministro, que me assusta, me diminui e me subalterniza. Isto, aliás, me deixa danado de raiva e é a razão por que fujo sempre das altas personalidades. Por carta e de longe, posso me explicar com menos propensão ao consentimento.

É certo que o posto da Enciclopédia me interessa muito, e conseguiu acordar em mim um entusiasmo que os diferentes reveses dos últimos tempos tinham adormecido. Deixe também agora que lhe diga, com a maior lealdade, que não foi o menor destes reveses a destruição da UDF. Não pude me curvar às razões dadas por você pra isso; lastimo dolorosamente que se tenha apagado o único lugar de ensino mais livre, mais moderno, mais pesquisador que nos sobrava no Brasil, depois do que fizeram com a Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo. Esse espírito, mesmo conservados os atuais professores, não conseguirá reviver na Universidade do Brasil, que a liberdade é frágil, foge das pompas, dos pomposos e das pesadas burocracias.

A minha recusa em dirigir a seção da Enciclopédia tem por principal razão — e única insolúvel — o compromisso assumido pelo Augusto Meyer com o Américo Facó. É certo que considero também desmesurada essa Seção da Enciclopédia, com esta e mais um dicionário e uma gramática por fazer. Desmesurada em relação às outras seções e a si mesma. Na realidade são duas seções, pois se dicionário e gramática "nacionais" se relacionam intimamente e devem pertencer a uma só orientação nada têm eles que ver com uma enciclopédia, a não ser, o dicionário, a forma por verbetes. Mas isto não é razão insolúvel nem o trabalho jamais me assustou.

O Américo Facó é uma pessoa muitíssimo culta, muito inteligente e cuidadoso dos seus deveres. A ele me ligam velhas relações de boa camaradagem. Está sem emprego e convidado há vários meses para dirigir a seção, aceitou o cargo, e está esperando sem cuidar de arranjar outro. Ora, eu sinto dentro de mim que jamais ficaria satisfeito e em paz comigo tomando o lugar de ninguém. Contra isso você responde firme que, pelo conhecimento que tem da minha fé de ofício, me prefere a mim; que preliminarmente já me convidara pra esse lugar; que quem escolhe definitivamente, para proposta ao Presidente, é você.

Tudo isso está perfeitamente certo, mas nos separa uma distância irredutível de pontos de vista. As suas razões são razões de ministro, as minhas são razões de homem. Você decide com o áspero olho público, mas eu resolvo com o mais manso olhar de minha humanidade.

Meu caro Capanema, ficarei esperando. Algum dia ainda há de aparecer um posto em que eu possa ser útil, e que seja como esse da Enciclopédia, igualmente trabalhoso e, como eu gosto, sem muita projeção, em que eu não tenha a lutar contra inimigos, nem me veja todos os dias jogado na boca dos jornais.

Peço-lhe ter a generosidade de aceitar estas razões de recusa, porque de outra forma, você criaria uma situação irrespirável pra mim. E me agrada trabalhar a seu lado.

Mário de Andrade

Rio, 7.3.1939

Meu caro Capanema,

Mais uma vez sou obrigado a me dirigir por carta a você, mas a razão agora é muito outra e menos sentimental. É que, no domingo, fui obrigado inopinadamente a me operar de um quisto sebáceo que, machucado, ameaçava degenerar. O resultado é uma prisão na imobilidade, enquanto os tecidos da perna se refazem lerdamente ao calor.

O que me leva a lhe escrever é uma coisa muito desgraçada para mim. Soube hoje, por uns amigos, que se está tecendo por aí uma calúnia inconcebível a respeito do Instituto do Livro: que você e eu estávamos mancomunados para atrapalhar o andamento e a organização do Instituto do Livro, de forma a obrigar o Augusto Meyer a pedir demissão, ficando eu com o lugar!

Sei bem, meu caro Capanema, que você pode ser superior a semelhante baixeza, já insensibilizado por outras idênticas que terá sofrido e calejado pelo seu duro cargo de Ministro. Mas eu não pude mais trabalhar o resto do dia.

Venho por isso lhe suplicar que resolva o mais rapidamente, se possível no seu despacho de segunda-feira próxima com o Presidente, as nomeações do pessoal para o Instituto.

Realmente nada mais prende essas nomeações, e deixá-las pra mais tarde me parece prejudicar uma das mais belas instituições que você criou. Além do que, um ano já de inatividade do Instituto está prejudicando bastante a figura intelectual do Augusto Meyer que você, comigo, reconhece entre as mais nobres do Brasil atual.

Nada mais prende as nomeações e conseqüente ação do Instituto. Você já escolheu os nomes propostos, só faltando se decidir pelo Américo Facó, que certamente eu não posso substituir sem que o caso dele se solucione. Porém, mesmo deixando por enquanto a Seção da Enciclopédia e Dicionário sem chefe, nada impede mais que as outras nomeações se façam e tudo se solucione.

Inda mais: você pretende mesmo desdobrar futuramente a Seção Enciclopédia e Dicionário em duas, ficando numa o Dicionário e a Gramática e noutra a Enciclopédia. Pois nomeie agora o Américo Facó para a Seção tal como está, me comprometendo eu, quando for do desdobramento, a ficar com a Seção da Enciclopédia, para a qual irei desde já estudando um plano.

Mas na verdade nada disto me interessa no momento. O que me move exclusivamente é o desejo de destruir uma calúnia cruel que me fere excessivamente. Não pude mais ter pensamento neste dia que lhe escrever esta carta, e vir lhe suplicar por tudo quanto eu lhe possa valer, fazer-me o favor dessas nomeações.

Quanto aos trabalhos que você me encomendou estão em forte avanço. Já vou datilografando a reforma da ENBA no intuito de discuti-la preliminarmente com alguns artistas mais verdadeiros, para então redigir o projeto de Decreto, para sua decisão. Quanto à EN de Música, também já estudei a reforma proposta pela Congregação, ou coisa que o valha, da mesma e que achei muito boa. Com mais alguns acrescentamentos e mudanças relativos ao curso de composição que está exigindo mais unidade e liberdade, creio que a Escola ficará excelentemente constituída.

Espero ir vê-lo segunda ou terça-feira próxima. Muito seu,

Mário de Andrade

Rio, 30.6.1939

Meu caro Capanema,

Estou completamente desesperado e não suporto mais esta situação. Ontem, com muita dificuldade, o Instituto do Livro pôde me pagar os dois últimos contos de réis daqueles dois meses de fevereiro e março, que fui obrigado a ficar aqui no Rio, em trabalhos para o seu Ministério. E isso foi pago com recibos atribuídos a trabalhos nos meses de maio e de junho. Ora, hoje se acaba o mês de junho e como nem este nem o de maio me foram pagos, fico por receber cinco contos e quatrocentos (dois contos e setecentos por mês) que não tenho esperança de receber tão cedo, se esperar pelas possibilidades muito futuras do Instituto. Venho pedir a você que me faça pagar isso imediatamente, e por outra via possível aí do Ministério, pois estou numa situação insustentável, crivado de dívidas ridículas, sem cara mais pra me apresentar a certos amigos, que positivamente não têm obrigação de me sustentar. Felizmente não estou acostumado, em quarenta e cinco anos de vida, a viver de expedientes e situação penosa. O resultado é um desespero, uma inquietação, uma desmoralização interior que não mereço, e a que, espero, o Ministério não tem razão para me obrigar.

Além disso há o caso da minha nomeação. Eu tenho elementos para me colocar, mas não posso me utilizar deles devido ao compromisso assumido com você. Serão empregos menos agradáveis pra mim, como o caso, já possível agora, de voltar para o Departamento de Cultura em São Paulo. Além disso, sei pelo Antônio Sá Pereira que o Lino Sá Pereira estudaria com agrado a possibilidade de me colocar junto dele. Repito: muito mais agradável pra mim será trabalhar com você, no Instituto do Livro, mas se não é possível, suplico mais este favor a você de me dizer francamente o que há, pra que eu me arranje. O que não agüento mais é a incerteza desta espera, e a vida estúpida que estou levando, fazendo gastos com apartamento que talvez não deva, vivendo como talvez não possa, me endividando, inventando meios de viver. Não agüento mais, já estou praticando atos ridículos, que tenho vergonha de reportar aqui.

Peço a você que decida estes dois casos com a possível urgência, Capanema, e não me deixe nesta invalidez que me impede de agir. Sempre certo de que qualquer resolução não prejudica a boa amizade.

Muito seu,

Mário de Andrade

Rio, 4.10.1939

Meu caro Capanema,

Acabo de conversar com você sobre coisas da Enciclopédia e outras e como bom caipira não tive coragem pra lhe falar sobre outro assunto bastante grave: dinheiro.

Recebi anteontem a minha primeira mensalidade como Consultor Técnico, dois contos e trezentos que, com os descontos, me chegaram reduzidos a dois contos cento e vinte mil e níqueis.

O último pagamento que recebi por seu mandado, cinco contos e quatrocentos, correspondentes aos meses de maio e junho, (recebidos em princípios de julho) fugiram nas dívidas que eu fizera pra me sustentar nesses meses passados.

Assim, julho e agosto foram meses em que nada recebi e fui obrigado a viver com novas dívidas e biscates de jornal. Como você a penúltima vez que estivemos juntos falou em me mandar pagar esses meses e a minha situação é bastante desagradável outra vez, pergunto apenas se não lhe seria possível mandar me pagar alguma coisa por esses dois meses de julho e agosto. Seria um sossego meu e pagamento imediato de dívidas feitas por me conservar aqui, ao serviço do seu Ministério. Muito lhe agradeceria.

Muito seu, sinceramente

Mário de Andrade

Rio, 23.12.39

Meu caro Capanema,

Já entreguei ao Meyer, e está sendo datilografado, o anteprojeto do plano básico da Enciclopédia. Breve chegará às suas mãos. Agora, como prometo no Anteprojeto, devo fazer um estudo particular sobre os verbetes das grandes enciclopédias existentes, mostrando incongruências, leviandades, omissões (especialmente nos verbetes biográficos), propondo esquema e normas para os verbetes da *Enciclopédia Brasileira*.

Estou exausto e bastante doente. Além de um esgotamento nervoso total, cheio de fobias e o diabo, ainda agora rins e fígado deram de me maltratar. Tenho que cuidar de mim, senão estouro. Sei que o caso é bastante grave e não admite paliativos. Parto para São Paulo, onde ficarei umas duas semanas fazendo o tratamento mais urgente e também cuidando dos dentes, e depois, conforme os resultados, vou para Lindóia, às águas, ou para uma fazenda amiga. Meu cargo não exige presença diária no Instituto do Livro e lá só vou quando necessário. Aliás levarei comigo o trabalho sobre verbetes, que trarei pronto. Também meu cargo não permite licença, por ser de contrato. Se você puder fechar os olhos sobre este meu descanso e tratamento, é um grande favor. Se não puder, paciência. Apenas lhe peço me avisar por uma palavrinha sua ou do Carlos, pra meu governo.

Com um abraço grato e amigo do

Mário de Andrade
Rua Lopes Chaves, 546
São Paulo

Rio, 2.7.1940

Meu caro Capanema,

Retiro, do esquecimento um papel de carta excelente, sério e... alemão que tenho pras grandes ocasiões, só na intenção de lhe agradecer o monumental Barleus. Para retribuir a magnificência da oferta, lhe conto agora que salvei a edição de um defeito. Repare que na justificação de tiragem, no fim, tem um espaço maior depois da palavra Ingres. E que esta fora impressa "Ingress" coisa que ainda pude surpreender aquele dia em que estivemos juntos nas oficinas do Ministério. Chamei a atenção do seu Sousa e o*s* demais foi apagado em tempo.

Passei outro dia no Ministério para lhe comunicar que estou morando agora na Ladeira de Santa Teresa, 106, fone 425554. Me mudei para as alturas para me afastar mais dos homens e obter uma aparência de frio.

Não me queixo mas continuo sinecurizado, sem trabalho. É lástima este pouco aproveitamento de mim, que sei trabalhar. Insisto na minha proposta da última vez! Eu faria um ofício a você lhe propondo trabalhar de acordo com o Serviço do Patrimônio, na futura colaboração deste na Enciclopédia, pondo a meu encargo (sem mais ajuda de custos) preparar os verbetes de fol-

clore musical brasileiro, e fazer pesquisas sobre a arte colonial paulista. Pra isto me transportaria em viagens (residindo sempre aqui) pra São Paulo, por causa das pesquisas e da Discoteca Pública Paulista, única que tem documentação folclórica colhida cientificamente. Viria ao Rio pelo menos mensalmente, enviando também mensalmente relatórios a você, ou a quem você indicasse, sobre a marcha dos meus trabalhos.

Acredite que não é meu interesse em viver em São Paulo que me leva a este alvitre, embora esse interesse seja enorme. Há um interesse mais puro em trabalhar, em me sentir eficiente, em concluir os meus trabalhos, sem me sentir pago para não fazer quase nada.

Carta de gratidão que acaba em pedido, deve ser coisa que não se faz. Tome isto como parte daquela liberdade em que me sinto seu amigo e verdadeiro admirador.

Mário de Andrade

São Paulo, 30.5.1941

Capanema,

Acabo de receber sua carta. Você tem toda a razão nisso de eu não ter aparecido, quando você esteve aqui. Mas não me chame de ingrato, me chame de insuficiente. Só pensei em você naqueles dias, devorava todas as notícias como um namorado batido, mas só a simples idéia do mal-estar que iria sofrer, aparecendo no meio de indivíduos pra mim indesejáveis, me dava tais suspiros de horror que desisti de tudo. Você, se não puder se rir da minha covardia, ao menos me perdoe.

Hoje, faço agora à tarde uma conferência na Cultura Artística sobre "O Romantismo e a Música" e logo em seguida terei jantar e conseqüente farrinha com alguns amigos — descanso justo de uma noite, pra quem trabalhou tanto estes dias. Amanhã mesmo levarei seu questionário ao Simonsen e ao Taunay, e cuidarei de responder no que me cabe, como seu amigo fidelíssimo e auxiliar em tudo quanto possa.

Abraços

Mário de Andrade

São Paulo, 1.3.1942

Meu caro Capanema

O Instituto Interamericano de Musicologia, por intermédio do seu diretor, o Prof. Curt Lange, de Montevidéu, pretende dedicar o quinto volume do seu Boletim ao Brasil. Todos os números já saídos do Boletim têm sido custeados pelos governos dos países americanos, e sei que você prometeu ao Curt Lange a assistência do Ministério ao número brasileiro em projeto. Se de alguma coisa lhe vale a minha opinião, preciso lhe dizer que considero muito útil esse número especial. O Boletim é hoje considerado universalmente, tem uma distribuição larguíssima e já publicou estudos de interesse fundamental.

Estou me dedicando quanto posso por esse número especial sobre a música brasileira. Não sei por enquanto o que sairá, e é certo que a musicologia brasileira ainda é muito pobre para que possa dar um volume inteiramente valioso. Mas resolvi tomar a peito esse problema da colaboração, pra ver se conseguimos alguma coisa que não nos envergonhe, impondo colaboradores, lembrando idéias. E em tempo, se tiver certeza de que a coisa vai sair vergonhosa, lhe avisarei com lealdade e retirarei minha colaboração. Com um abraço do

Mário de Andrade

Rio, 4.5.1942

Meu caro Capanema,

Estou para lhe desejar boas-festas e mais um ano fecundo para a sua administração, o que faço agora.

Quero porém lhe participar também outra coisa. Venho lhe pedir que me desligue do emprego que me deu, pois desejo me mudar para São Paulo e voltar definitivamente para a minha e sempre sua casa da rua Lopes Chaves, 546.

As razões disso são muitas e não posso estragar seu tempo dizendo-as todas. Mas esta insolubilidade da minha vida, vivendo eu aqui e tudo quanto é meu em São Paulo, acabou me desesperando de uma vez. Não posso trazer tudo pra cá, seria loucura. Você bem pode imaginar o que isso acarretaria

de atrapalhação e despesas nesta cidade de luxo, manter uma biblioteca de perto de dez mil livros, outro tanto de músicas, dois pianos e uma coleção bastante numerosa de obras de arte.

Faz três anos que vivo assim pela metade, sem continuar meus estudos nem terminar meus livros pela falta do que ficou lá. A bem dizer não fiz nada de útil nestes três anos, ou pelo menos, nada que me iluda em minha possível utilidade, e acabei adquirindo uma consciência muito firme de que estou me desmoralizando. E não posso mais suportar esta consciência de desmoralização pessoal que está me perseguindo há vários meses.

Dia 9 deste parto para São Paulo em gozo de férias, estarei de volta dia 30. Desejava, antes de partir, conversar um bocado com você, se possível. Uns minutos apenas, para regularizar minha situação e lhe agradecer de viva voz o que você tem generosamente feito por mim. Levarei de você a mais grata das recordações por tudo, pelo entusiasmo, pelas suas intenções públicas sempre realmente úteis e criadoras e pelo seu admirável trabalho já realizado. Estes valores, para mim, são mais fáceis de dizer por carta, que tenho sempre muito pejo de elogiar as pessoas na frente delas. Por isso deixo aqui a expressão mais sincera da grande admiração que lhe tenho e pela obra de cultura que você está realizando. Faço votos, que ela continue por muitos anos.

Com a maior gratidão do

Mário de Andrade

São Paulo, 4.5.1943

Meu caro Capanema,

Recebi recado pelo Drummond de que devia procurar você no dia seguinte ao da conferência. Mas sucedeu que devido às "festas" da noite com os amigos, só me acordei às 17 horas e era primeiro de maio! era tarde. No dia seguinte, voei logo de manhã pra cá, cheio de vergonha, de remorso, de amargura por não ter obedecido a sua ordem. Agora venho lhe pedir perdão, coisa que só depende da sua amizade. Minhas razões são insuficientes e me sinto culpadíssimo.

Mas, como sempre, estou sempre ao seu dispor. Sei que você está ocupadíssimo com a reforma do ensino. Se acaso desejar alguma coisa de mim, peça ao Carlos que me explique o que você quer, pra que eu cumpra o meu dever.

Sempre, devotamente seu,

Mário de Andrade

São Paulo, 13.7.1943

Meu caro Capanema,

Cheguei das minhas férias e encontro o seu telegrama aqui. Infelizmente desta vez soçobro por completo. Conheço o pintor Gino Bruno apenas por saber de quem se trata, mas nada sei a respeito da obra dele nem do valor dela, pois esse artista raro expõe ao que me disseram. E quando expõe, o faz em exposições coletivas que não freqüento, nem me passa pela cabeça freqüentar. Seria o cúmulo do autoritarismo, pois, que eu desse opinião sobre uma arte que eu não sei ver. Será preferível que você procure alguém que esteja "do outro lado", como diria o nosso Sérgio Buarque de Holanda. Eu não posso desta vez. Por escrúpulo pessoal e dever de justiça pra com esse artista.

Seu amigo fiel, grato e às ordens

Mário de Andrade

São Paulo, 19.8.1943

Meu caro Capanema,

Lhe escrevo, nem sei bem pra que lhe escrevo. Escrevo pra pleitear o favor do grupo do Bruno Giorgi. Estive no ateliê dele e fiquei entusiasmado. Fez dois grupos, como você verá, um seguindo as linhas da sua encomenda, outro de inspiração livre. Os dois são muito bons, e o das duas figuras marchando, como você quer, além do ritmo geral muito bem achado, tem o movimento do pescoço e a cabeça do rapaz que é uma gostosura de dignidade juvenil.

Mas pleiteio pelo grupo parado, que acho inteiro de uma grande beleza. E aqui eu insisto sobre a "dignidade" juvenil. Franqueza: eu tenho horror a certas exigências que você fez e que considero muito mais do sentimento da gente que do valor da escultura. Em principal os dois problemas dos moços estarem em atitude de marcha e estarem vestidos. Às vezes até eu chego a imaginar que a escultura só tem uma finalidade, e essa sublime: o corpo nu. Não falo o baixo-relevo que esse é um desenho em pedra e pode ensinar coisas; falo da escultura em *ronde horse.* Acho infeliz a solução de *maillot* sem linhas que o Giorgi deu ao corpo feminino. Mas observe, meu Ministro, o grupo nu. É uma pureza linda, é uma dignidade nobilíssima de corpos moços e da pedra.

Falar em pedra, não será um horror você pedir bronze em vez de granito? Se é questão de preço, o Giorgi saberá lhe explicar muito melhor que eu, que se a encomenda for realizada aqui, o grupo em granito ficará talvez mais barato do que se fosse fundido em bronze aí no Rio.

O grupo do Giorgi pede, exige, tem saudade da pedra. Palavra de honra que não estou ganhando nada com este pleiteio. É questão de entusiasmo. Lhe peço com toda a fidelidade de amigo que observe bem esse grupo do Giorgi e não faça desejos simbólicos. Essa mocidade que ele imaginou é escultura da boa, é pedra e é a mocidade em tudo o que ela possa ser de dignidade e pureza. É o meu modo de pensar.

Com o abraço amigo e fiel do

Mário de Andrade

São Paulo, 16.10.1943

Meu caro Capanema,

Não posso lhe escrever muito. Estou aqui estirado, condenado à imobilidade pelos médicos. Coisa que provavelmente não terá grande gravidade, nem sei, mas que também não tem graça nenhuma. Desculpe lhe falar nisso.

Recebi as fotografias que você me mandou e, antes, o telegrama em que você me autorizava a dar minha opinião. Não sei, Capanema, deixe porém que eu aproveite a vantagem de estar bastante doente pra lhe confessar que eu ando meio... não sei como dizer, meio desamparado por você. Eu acho que não deve ser difícil de aceitar que a um indivíduo apaixonado, rápido e oito ou oitenta que nem eu, os sustos começam a perseguir quando ele vê as suas opiniões, não desrespeitadas isso não, mas desaproveitadas. O que eu estou lhe dizendo não é nem por sombra uma queixa, nem eu estou culpando você por isso, mas é natural que os sustos me desanimem. Que a minha vaidade entre neste desânimo não há dúvida, porém é certo que entra mais uma espécie de pressentimento de inutilidade, que pra meu jeito de ser maltrata mais que a vaidade. Rasgue esta carta e volte às suas preocupações mais úteis, se você descobrir impertinência nisto que é apenas nítida tristeza.

Faz três dias que venho examinando sempre que posso as fotografias que você me mandou. Eu considero este grupo de uma beleza admirável. Do ponto de vista abstrato a composição das formas é tão firme, os ritmos são tão claros, o movimento é tão franco, tão leal, as luzes são tão intensamente vibrantes, o material está tão bem compreendido e sentido... Do ponto de vista imagem o grupo é de uma felicidade excepcional. Repare o que há de juvenil nestas figuras, de sadio, de feliz, de alegria. E no entanto transpira um sentimento de dignidade humana e elas são graves e nobres. Não sei como o Giorgi conseguiu conservar essa nobreza tão grave dentro de um movimento tão decidido e quase rápido até. Mas você repare: não há um mais mínimo perigo de espevitamento. Nem de desperdício.

Esta é a minha opinião. Apaixonada sempre (não fosse minha!...) mas com três dias de pensamento refletido a pressão baixa. Com a maior lealdade sempre amiga de

Mário de Andrade

São Paulo, 8.1.1944

Meu caro Capanema,

Venho lhe agradecer seu telegrama tão amigo. Sei que você não tem se esquecido de torcer pela minha saúde nessa sua vida tão cheia de trabalho, e isso me conforta muito. Agora que me sinto entrado francamente na convalescença, venho lhe comunicar essa saúde nova e nova reentrada no trabalho. Tenho certeza que isso lhe dará prazer.

Com a maior gratidão e fidelidade amiga de

Mário de Andrade

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) Documentos de arquivo

Este trabalho baseou-se fundamentalmente em materiais oriundos do arquivo Gustavo Capanema, tendo também se utilizado dos arquivos de Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Anísio Teixeira e Manoel B. Lourenço Filho, todos do acervo do CPDOC; e de materiais do Arquivo do Exército. As referências precisas dos documentos utilizados encontram-se nas respectivas notas de pé de página.

b) Artigos e livros da época estudada

AMARAL, Azevedo. "O exército e a educação Nacional". *Nação Armada,* nº 4, março 1940.

_______ "O ensino prémilitar". *Nação Armada,* n 17, abril 1942. ANDRADE, Almir de. "Disciplina social e educação". *Nação Armada,* nº 16, março 1941.

ATAÍDE, Tristão de (Alceu Amoroso Lima). "Indicações". *A Ordem,* vol. 8, março 1929 (número especial).

_______ "Palavras aos companheiros". *A Ordem,* vol. 10, nº 9, outubro 1930.

_______ "Apologética e sociologia em H. Tourville". *A Ordem, vol.10,* nº 5, fevereiro 1930.

_______ "Primeiras vitórias". *A Ordem,* vol. 4, nº 51, maio 1934.

_______ "O sentido da nossa vitória". *A Ordem.* vol.14, nº 52, junho 1934.

AZEVEDO, Fernando de. *A educação e seus problemas.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937.
CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional. Sua estrutura, seu conteúdo ideológico.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1940.
_______ Discurso de posse na Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal. *Boletim de Educação Pública,* Rio de Janeiro, Ano V, n^os^ 3 e 4, julho/dezembro de 1935.
CANAVIEIRAS, Tenório. "A nossa responsabilidade na hora que passa". *A Ordem, vol.11,* nº 15, maio 1931.
CENTRO DOM VITAL. *Algumas sugestões do Centro D. Vital ao Plano Nacional de Educação.* São Paulo, Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1936.
CORREIA, Jonas (Ten. Cel). "Parecer sobre a reorganização do ensino primário". *Nação Armada,* nº 8, julho 1940.
DANTAS, San Tiago. "Conceito de sociologia". *A Ordem, vol. 10,* nº 7, junho 1930.
LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. "Educação e segurança nacional". *A Defesa Nacional,* nov/dez. 1939.
_______ *Tendências da educação brasileira.* São Paulo, Melhoramentos, Biblioteca de Educação, vol. 29, 1940.
_______ *Introdução ao estudo da escola nova.* São Paulo, Melhoramentos, 1942.
MANOILESCO, Mihail. *O século do corporativismo. Doutrina do corporativismo integral e puro.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.
MENDES, Oscar. "O Liberalismo brasileiro no Brasil sob o ponto de vista católico". *A Ordem,* vol. 12, nº 23, janeiro 1932.
OLIVEIRA, Plínio Correia. "O Plano Nacional de Educação e a Constituição Federal", *em Sugestões do Centro D. Vital ao Plano Nacional de Educação,* São Paulo, Revista dos Tribunais, 1936.
PAGANO, Sebastião. "A ação católica". *A Ordem,* vol. 13, nºs 37/38, março/abril 1933.
PINTO, Sobral. "Crônica Política". *A Ordem,* vol. 13, nº 36, fevereiro 1933.
RESENDE, M. Marcondes. "Da nacionalização da escola", em *Sugestões do Centro D. Vital ao Plano Nacional de Educação.* São Paulo, Revista dos Tribunais, 1936.
SÁ, Paulo. "Posições Católicas". *A Ordem,* vol. 14, nº 53, julho 1934.

SENA, Adalberto Correia. *Legislação brasileira do ensino secundário.* Rio de Janeiro, Livraria Central, 1939.
SOMBRA, Severino. "Um programa pedagógico-militar". *A Defesa Nacional,* ano XXIII, nº 260, janeiro 1936.
_______ "O exército e o Plano Nacional de Educação". *A Defesa Nacional,* ano XXIII, nº 271, dezembro de 1936.
TEIXEIRA, Anísio. *Educação para a democracia.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.
VAN ACKER, Leonardo. "Crônica pedagógica". *A Ordem,* vol. 13, nºs 37/38, março/abril 1933.
_______ "Educação nacional e ação católica". *A Ordem,* vol. 14, nº 47, janeiro 1934.
_______ "Que princípios de ordem geral devem orientar a educação no Brasil?", em *Sugestões do Centro D. Vital ao Plano Nacional de Educação,* São Paulo, Revista dos Tribunais, 1936.
WIDERSPHAN, H. O. (Ten). "Marxismo, inimigo comum". *A Defesa Nacional,* ano XXIII, n 266, junho 1936.

c) Referências gerais

ANDRADE, Carlos Drummond de. "Capanema faz falta? Enorme". *Jornal do Brasil,* 7 de dezembro de 1978.
ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo.* Rio de Janeiro, Documentário, 1976.
_______ "Forças armadas e política, 1930-1945", em *A Revolução de 30 — seminário internacional.* Editora da Universidade de Brasília, 1983, pp. 107-187.
AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira.* Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963, 4ª edição.
BILAC, Olavo. *A defesa nacional* (discursos). Rio de Janeiro, Liga de Defesa Nacional, 1917.
BOMENY, Helena Maria Bousquet. "A estratégia de conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. Em GOMES, Ângela Maria de Castro e outros, *Regionalismo e centralização política.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, pp. 135-235.

CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walder de. *Meio Século de Combate. Diálogo com Cordeiro de Farias.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.
CÂNDIDO, Antônio, apresentação ao *Simpósio sobre a Revolução de* 30. Porto Alegre, Estante Riograndense União de Seguros, 1983, pp. 108-123.
CARVALHO, Guido Ivan de. *Ensino superior — legislação ejurisprudência.* São.Paulo, Revista dos Tribunais, 1975.
________ (editor) *A lição do amigo* (cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade) Rio de Janeiro, José Olympio, 1982.
CARVALHO, José Murilo de. "As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador". Em Fausto, Boris, (editor), *História geral da civilização brasileira,* vol, 9, III (O Brasil Republicano: sociedades e instituições). São Paulo, Difel, 1977.
CHAGAS, Valnir. Parecer n 58/62 do Conselho Federal de Educação sobre "Concurso de habilitação aos cursos superiores". Em CARVALHO, Guido Ivan de, *Ensino superior: legislação e jurisprudência.* São Paulo, Revista dos Tribunais, vol. III, pp. 50-63.
COLLINS, Randall. *The Credential Society.* New York: Academic Press, 1979.
________ "Some Comparative Principies of Educational Stratification". *Harvard Educational Review,* 47, 1977, pp. 1-27.
CUNHA, Luís Antonio. *Política educacional no Brasil: A profissionalização do ensino médio.* Rio de Janeiro, Eldorado, 1977.
________ *A universidade temporã — o ensino superior da colônia à era de Vargas.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
________ "A política educacional e a formação da força de trabalho industrial na era de Vargas", em *A Revolução de 30 — seminário internacional.* Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983, pp. 437-70.
CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e educação brasileira — católicos e liberais.* São Paulo, Cortez e Moraes, 1978.
DALBEY, Richard. "The German Private Schools of Southern Brazil During the Vargas Years". Tese de doutoramento, Universidade de Indiana, 1970.
DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo.* São Paulo, Difel, 1971.
DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1985.

FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira,* vol. 9, III (O Brasil republicano: sociedades e instituições). São Paulo, Difel, 1977.
FAVERO, Maria de Lourdes. *Universidade e poder — análise crítica- fundamentos históricos* 1930/1945. Rio de Janeiro, Achiamé, 1980.
FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil.* Rio, Escola Técnica Nacional, 1961, 2 volumes.
GOMES, Ângela Maria de Castro e *outros. Regionalismo e centralização política.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. "Educação e modernidade: O projeto educacional de Anísio Teixeira". Tese de Mestrado Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, departamento de filosofia, 1982.
HILTON, Stanley. *Suástica sobre o Brasil. A história da espionagem alemã no Brasil.* Rio, Civilização Brasileira, 1977.
IGLÉSIAS, Francisco. *História e ideologia.* São Paulo, Perspectiva, 1971.
JARDIM, Eduardo. "A idéia de modernidade no modernismo". Tese de Doutoramento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1983.
LAFETÁ, João Luís. *1930: A crítica e o modernismo.* São Paulo, Duas Cidades, 1974.
LEVINE, Robert. *O regime de Vargas: os anos críticos 1934-1938. Rio* de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
LIMA, Danilo. *Educação, igreja e ideologia:* uma análise sociológica da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.
LIMA, Hermes. *Anísio Teixeira, Estadista da Educação.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
MEDEIROS, Marluce Moura de. "Estrada de ferro e ensino industrial: um estudo de caso". Tese de mestrado, Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Superiores Avançados em Educação, 1980.
MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945).* São Paulo, Difel, 1979.
________ "O Conselho Nacional de Educação: esboço de análise de um aparelho de Estado", em *A Revolução de 30 — seminário internacional.* Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983, pp. 399-436.
MOREIRA, Maria Luísa. "Educação e transformação em Fernando de Azevedo". Tese de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1981.

MOURA, Gérson. *Autonomia da dependência — a eqüidistância pragmática.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República.* São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

OLIVEIRA, João Batista Araújo; BOMENY, Helena Maria Bousquet; e GUIMARÃES, Sônia Pinto. *A política do livro didático, São* Paulo, Summus, 1984.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi e outros. *Estado Novo: ideologia e poder. Rio* de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

PAIM, Antônio, "Por uma universidade no Rio de Janeiro", em Simon Schwartzman, ed., *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro.* Brasília, CNPq, 1982, pp. 17-96.

REIS, Elisa Maria Pereira. "The Agrarian Roots of Authoritarian Modernization in Brazil, 1880-1930". Tese de doutoramento, Massachusetts Institute of Technology, Departamento de Ciência Política, 1979.

________ "Elites agrárias, *state building* e autoritarismo". *Dados — Revista de Ciências Sociais,* vol. 25, nº 3, pp. 331-348.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar.* São Paulo, Cortez e Moraes, 1978.

ROMANELLI, Otaíza. *História da educação no Brasil: 1930/1973.* Petrópolis, Ed. Vozes, 1976.

ROMERO, Sílvio. *O alemanismo no Sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar.* Rio, Tipografia Heitor Ribeiro, 1906.

SALEM, Tânia. "Do Centro D. Vital à Universidade Católica", em Simon Schwartzman, ed., *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro.* Brasília, CNPq, 1982, pp. 97-136.

SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil.* Rio de Janeiro e São Paulo, Cia Editora Nacional/FINEP, 1979.

________ *(org.) Estado Novo, um auto-retrato.* Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983.

________ *Bases do autoritarismo brasileiro.* Rio de Janeiro e Brasília, Editora Campus/Editora da Universidade de Brasília, 1982.

________ *(org.) Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro.* Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1982.

SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica. A ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí.* Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SILVA, Geraldo Bastos. *Educação secundária. Perspectiva histórica e teoria.* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969.

SILVA, Hélio. *Terrorismo em campo verde.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

SILVA, Marinete dos Santos. *A educação brasileira no Estado Novo.* São Paulo, Livramento, 1980.

TORRES, Alberto. *A organização nacional.* Rio, Imprensa Oficial, 1914.

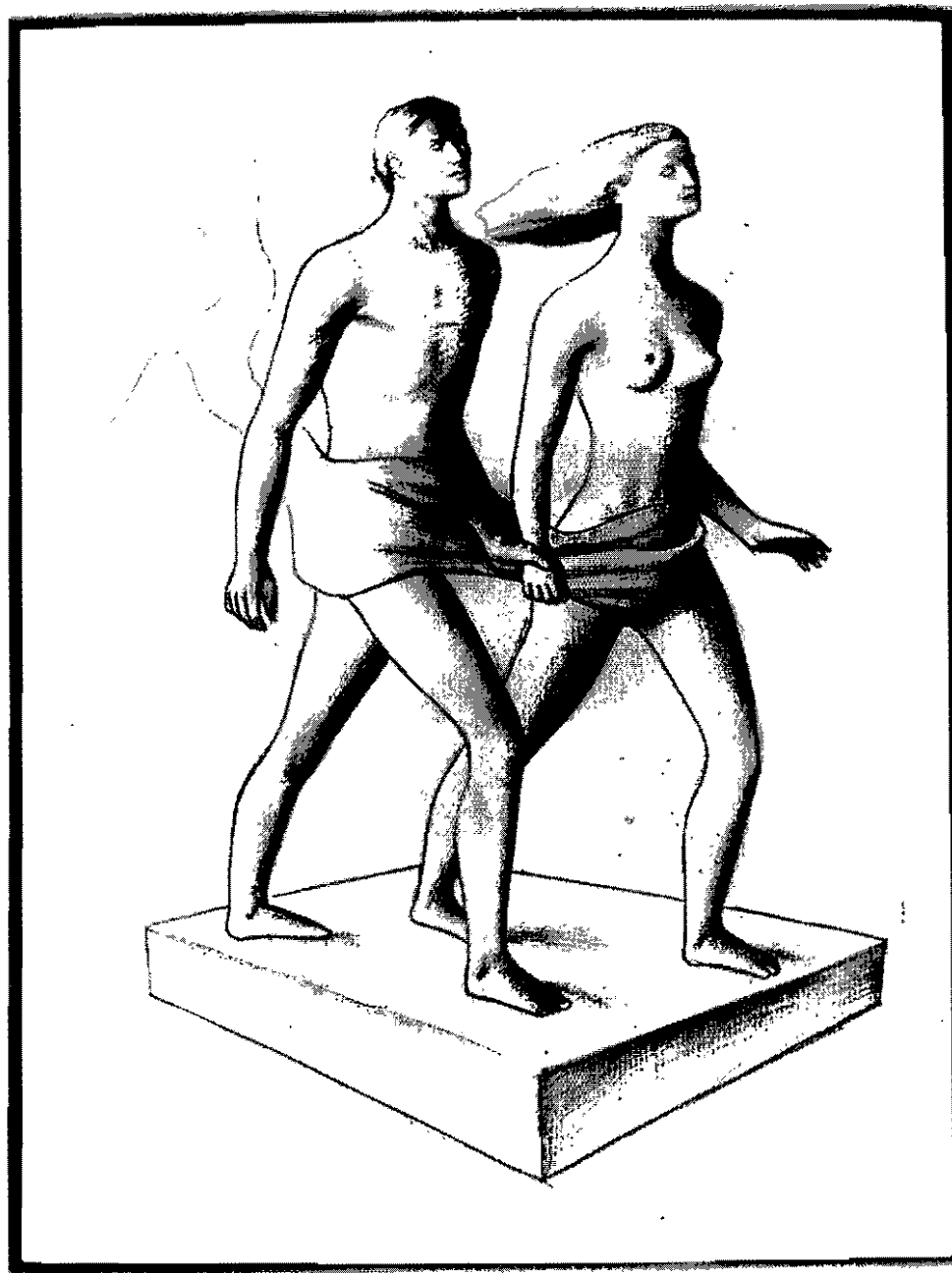
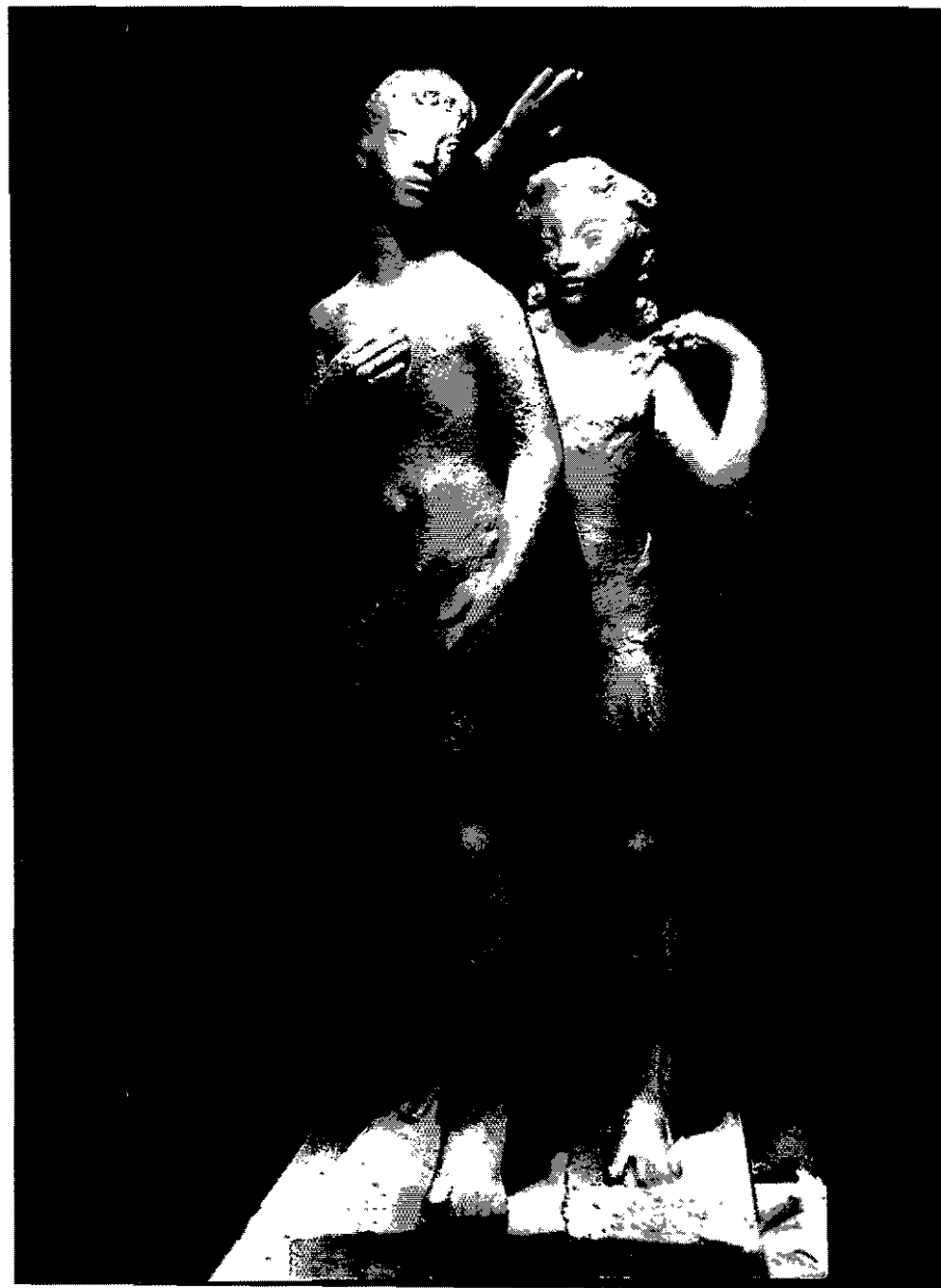
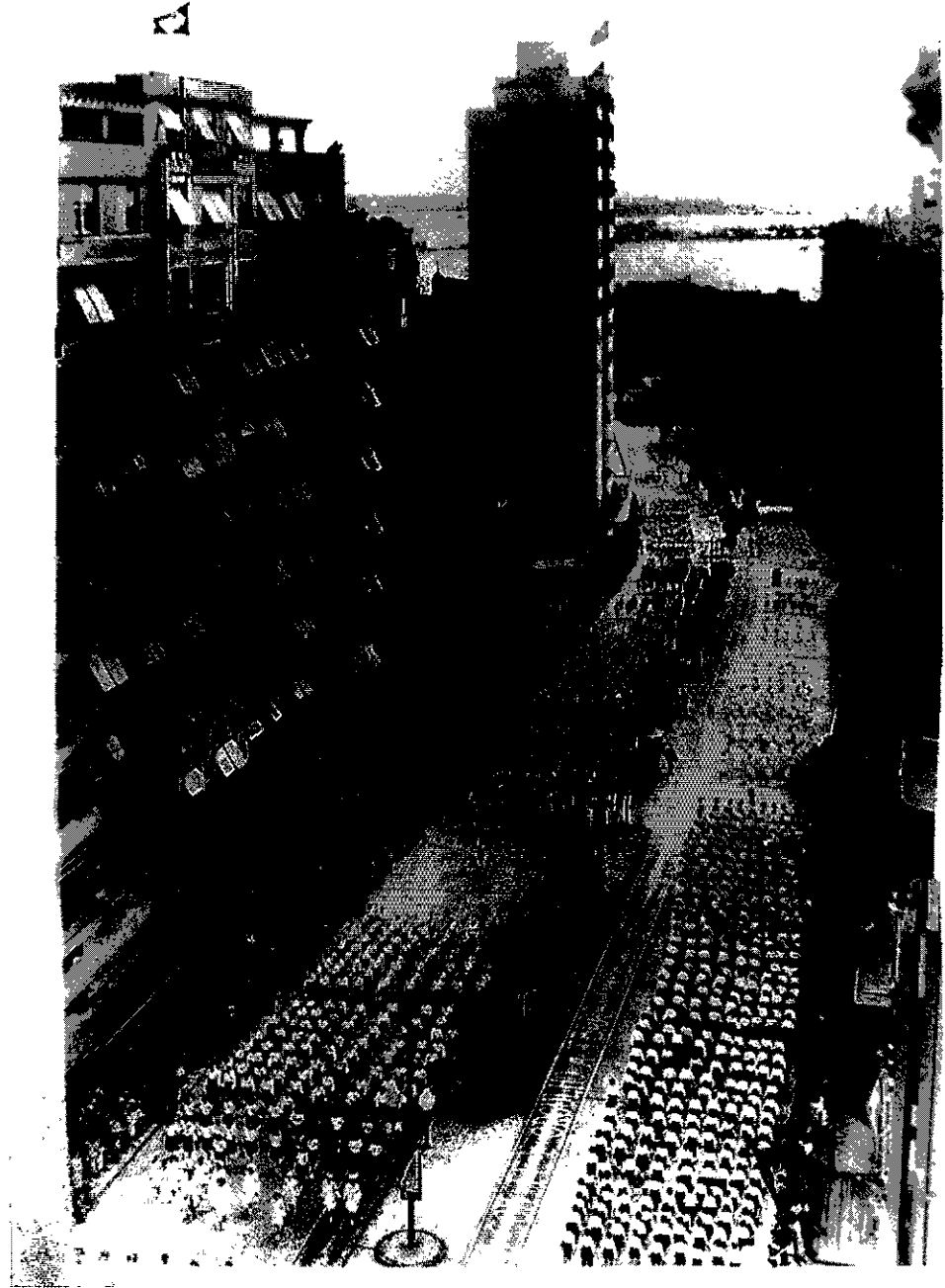
TRINDADE, Helgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974.

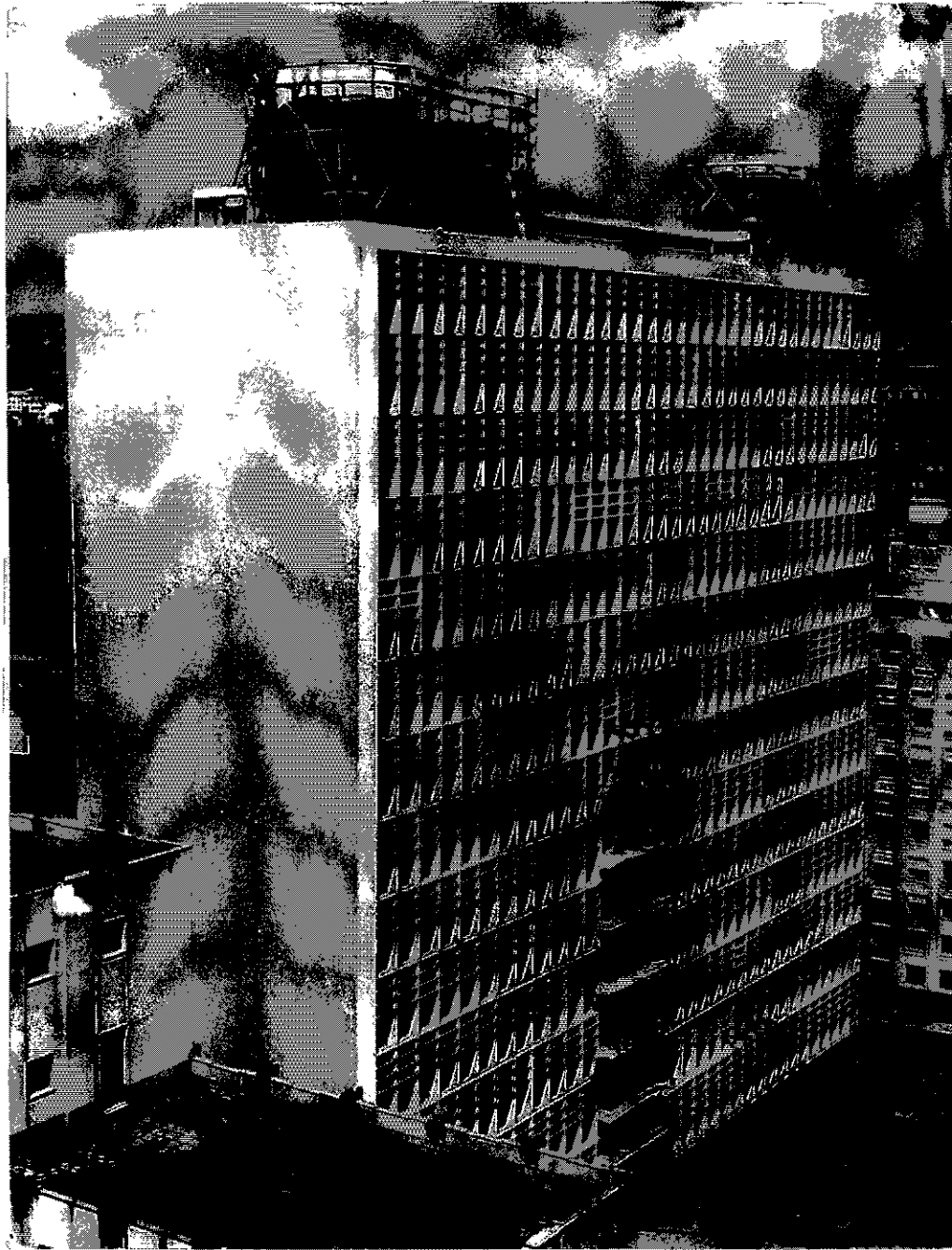
VELOSO, Mônica Pimenta, "*A Ordem.* Uma revista de doutrina política e cultura católica". *Revista de Ciência Política, vol. 11*,2, setembro 1978.

________ Análise da revista *A Ordem.* Documento de Trabalho, CPDOC/FGV, 1980.

________ "O mito da originalidade brasileira: trajetória intelectual de Cassiano Ricardo dos anos 20 ao Estado Novo". Tese de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 1983.

WIRTH, John D. *O fiel da balança. Minas Gerais e a federação brasileira, 1889-1937.* Rio, Paz e Terra, 1982.

Carlos Drummond de Andrade representando o ministro Gustavo Capanema durante a cerimônia da Semana da Criança, s.l.; 1943.

Esboço do "monumento à Juventude Brasileira" feita para o Ministério da Educação e Saúde por Bruno Giorgi. Rio de Janeiro, RJ, entre 1943 e 1945.

Modelo do "Movimento à Juventude Brasileira" feita por Bruno Giorgi. Rio de Janeiro, entre 1943 e 1945.

Aspecto de desfile. Rio Grande do Sul, entre agosto 1937 e março de 1943.

Estudantes no Dia da Bandeira. Rio de Janeiro, RJ, entre 1938 e 1945.

Aspecto do edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde (MES) em construção. Rio de Janeiro, entre julho e dezembro de 1941.

Comemoração cívica. S.l., entre 1938 e 1945.

Comemorações do Dia da Raça. S.l., entre 1938 e 1945.

Aula de educação Física. Rio de Janeiro, RJ, Maio de 1942.

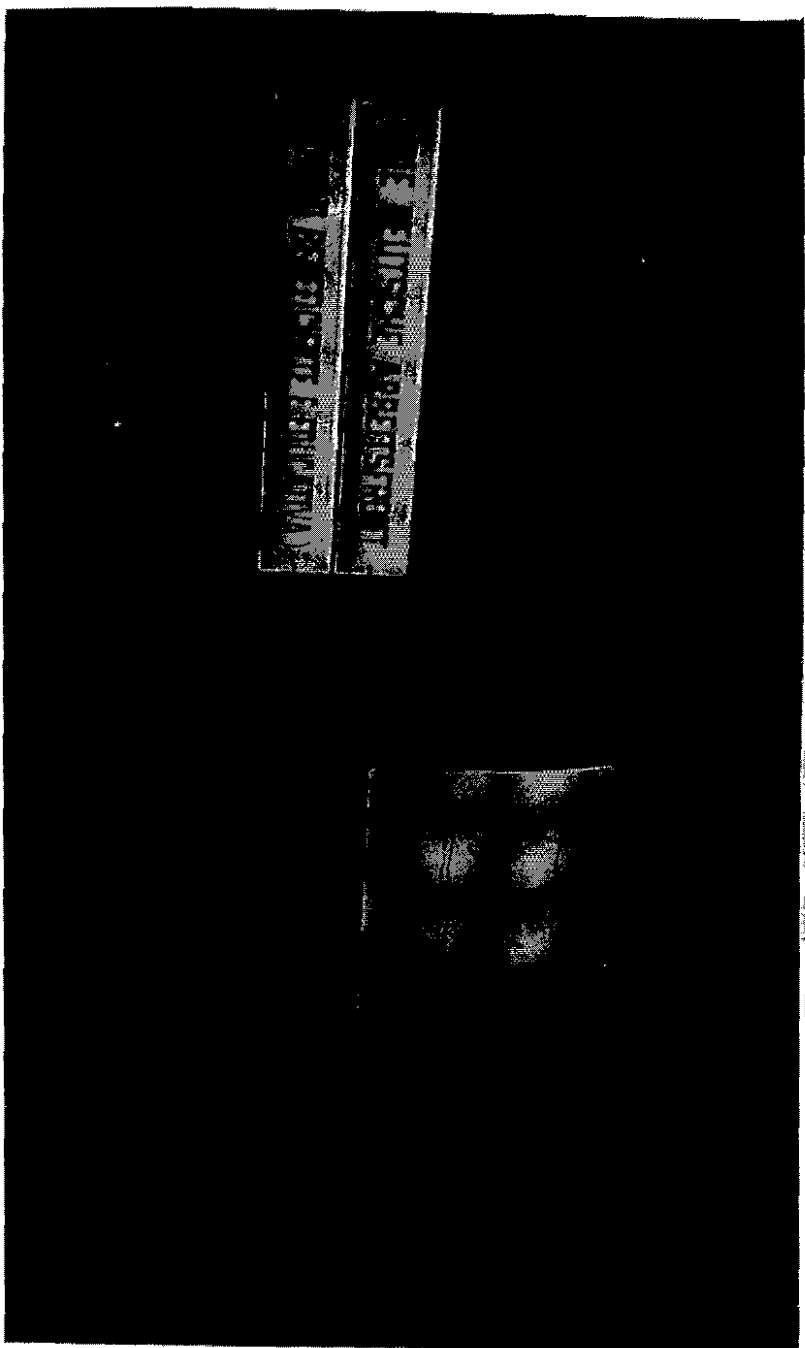



Foto do álbum "O Nazismo no Rio Grande do Sul", oferecido pela chefia de polícia do estado à interventoria federal, 1939.

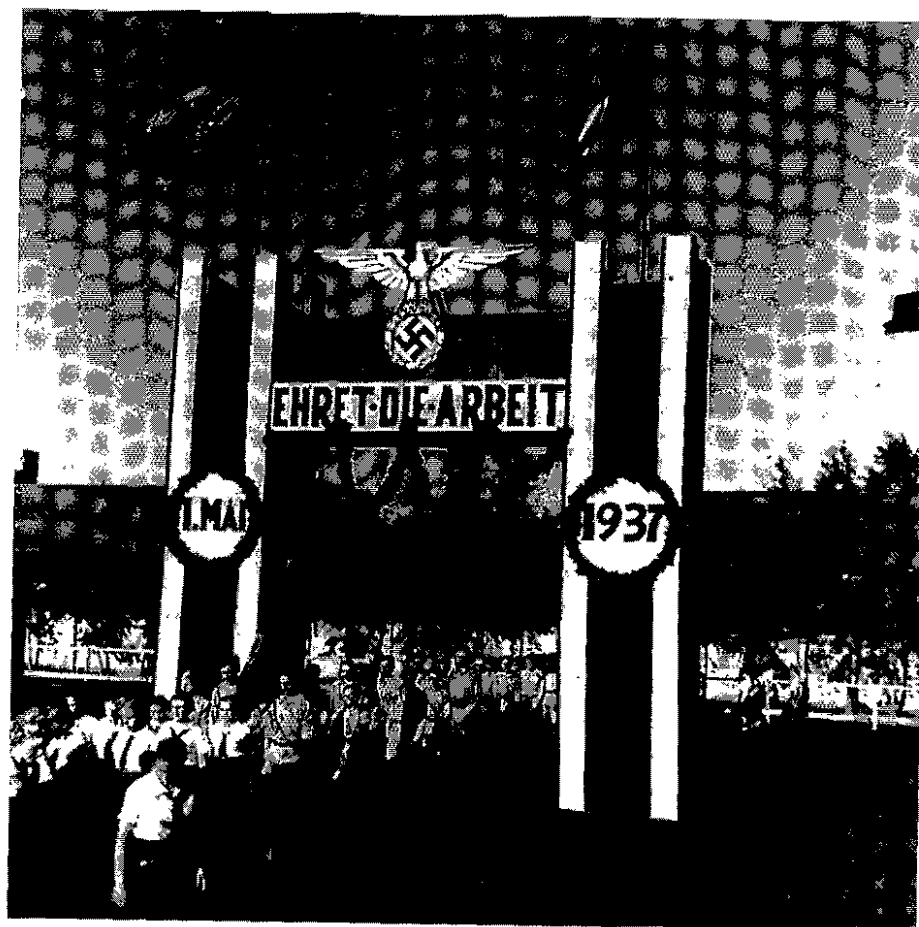



Foto do álbum "O Nazismo no Rio Grande do Sul", oferecido pela chefia de polícia do estado à interventoria federal, 1939.

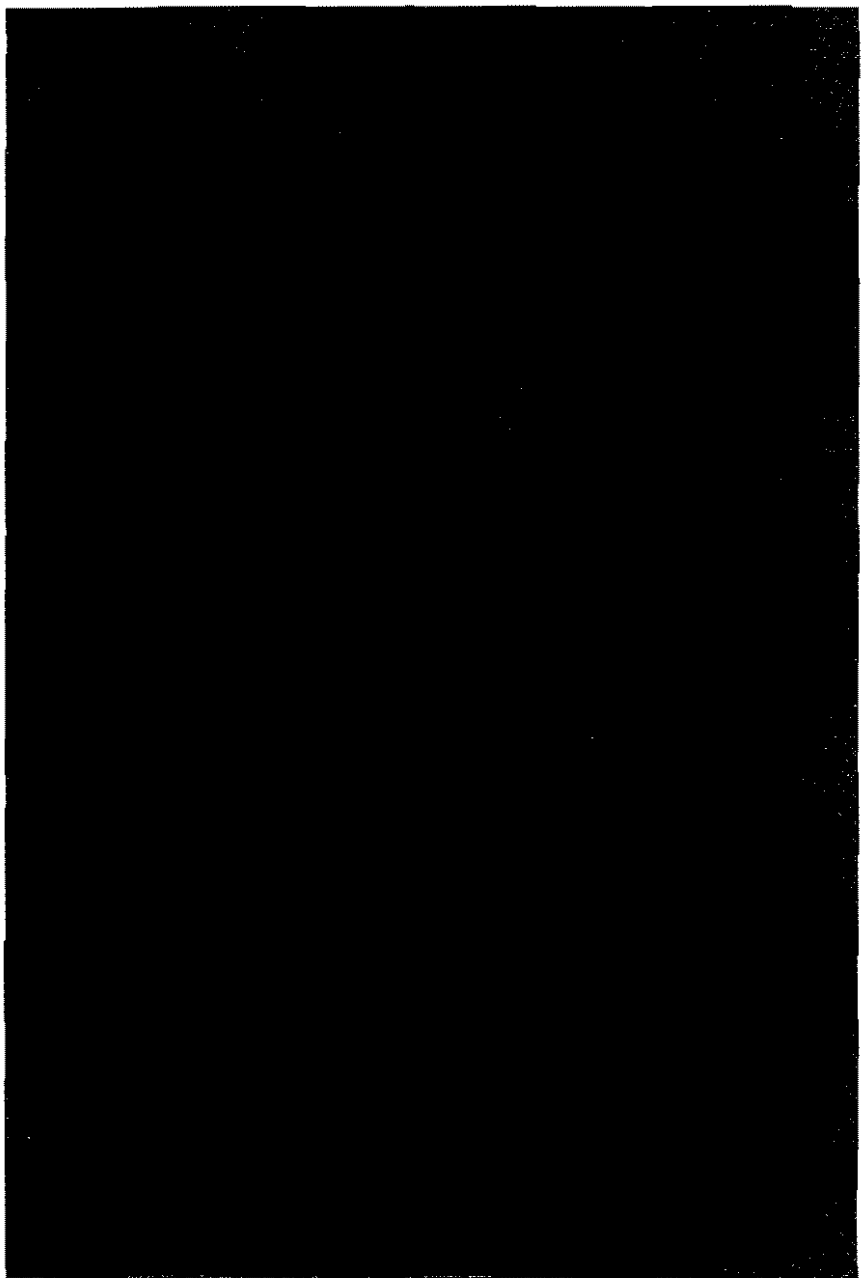



Foto do álbum "A Juventude do Estado Novo" – DIP. CPDOC/FGV.

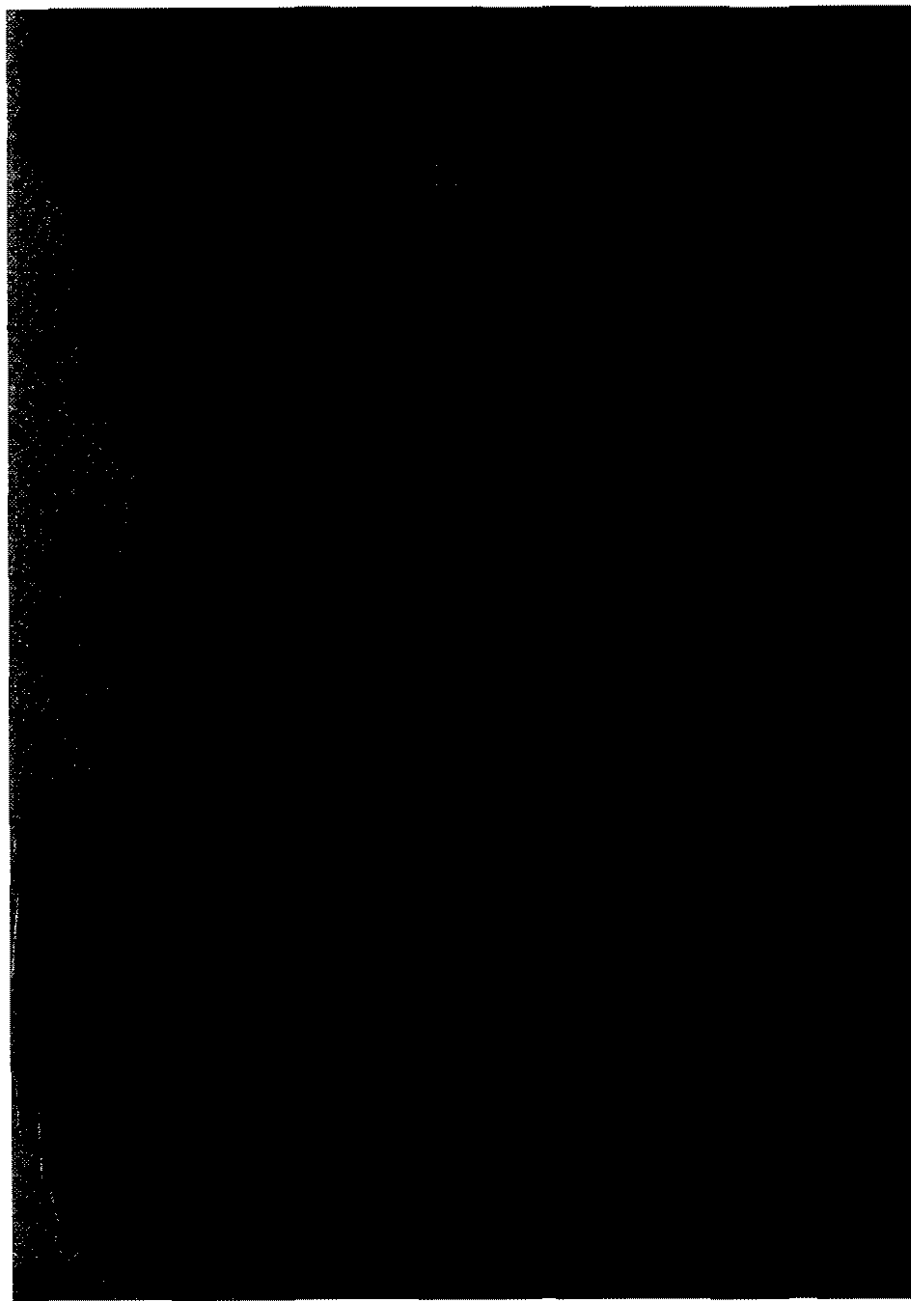



Foto do álbum "A Juventude do Estado Novo" – DIP. CPDOC/FGV.

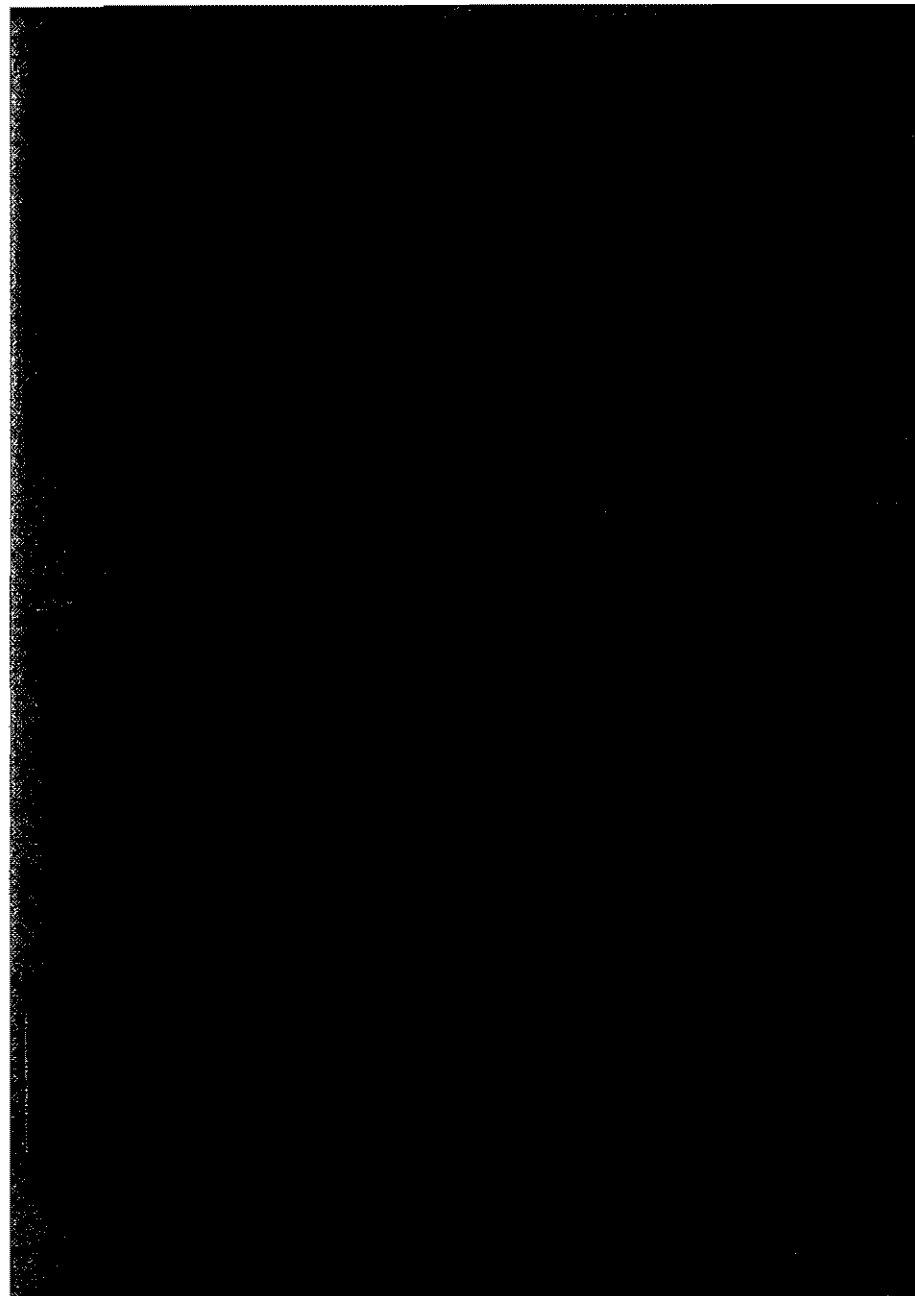
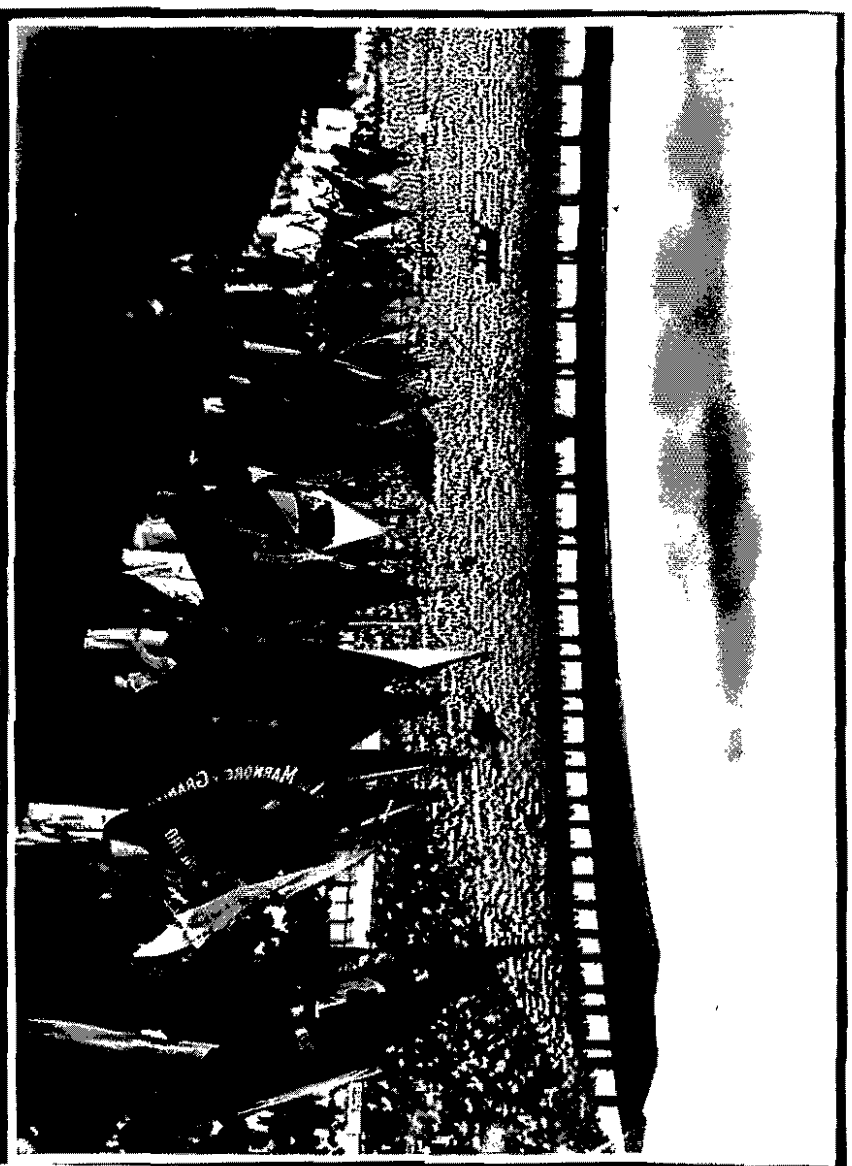



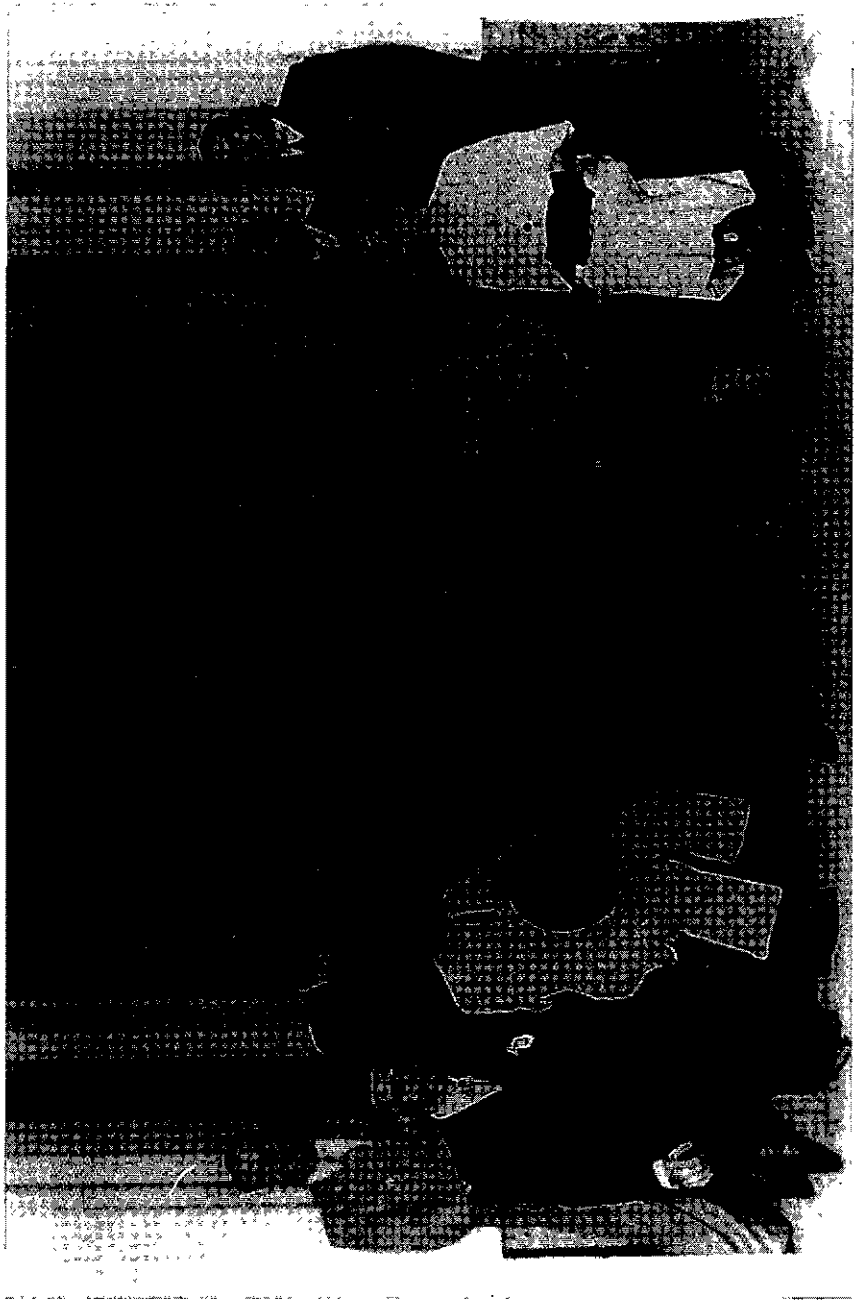
Foto do álbum "A Juventude do Estado Novo" – DIP. CPDOC/FGV

Mário de Andrade por Cândido Portinari, 1940.

Manifestações cívicas, Juventude Brasileira, 1941. (Foto Peter Lange)

Manifestações cívicas, Juventude Brasileira, 1941 (Foto Peter Lange)

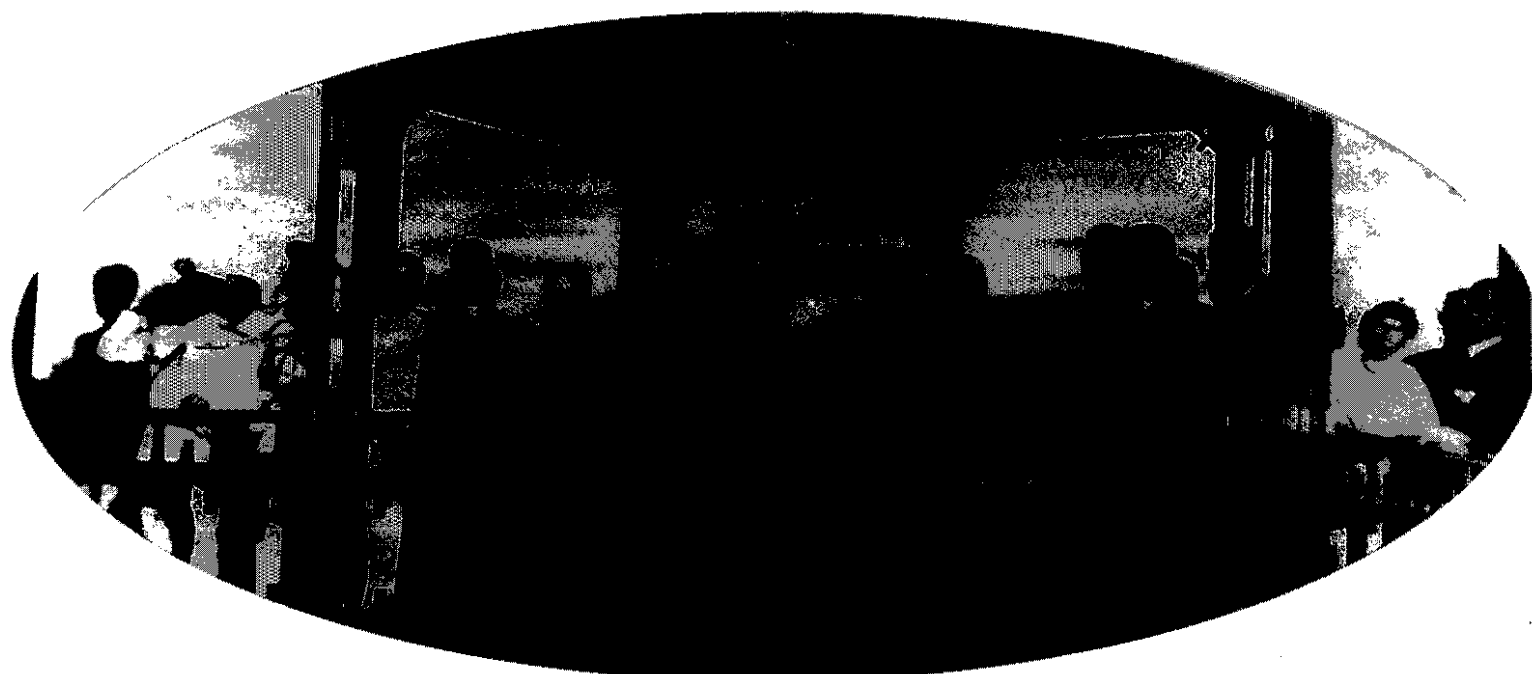
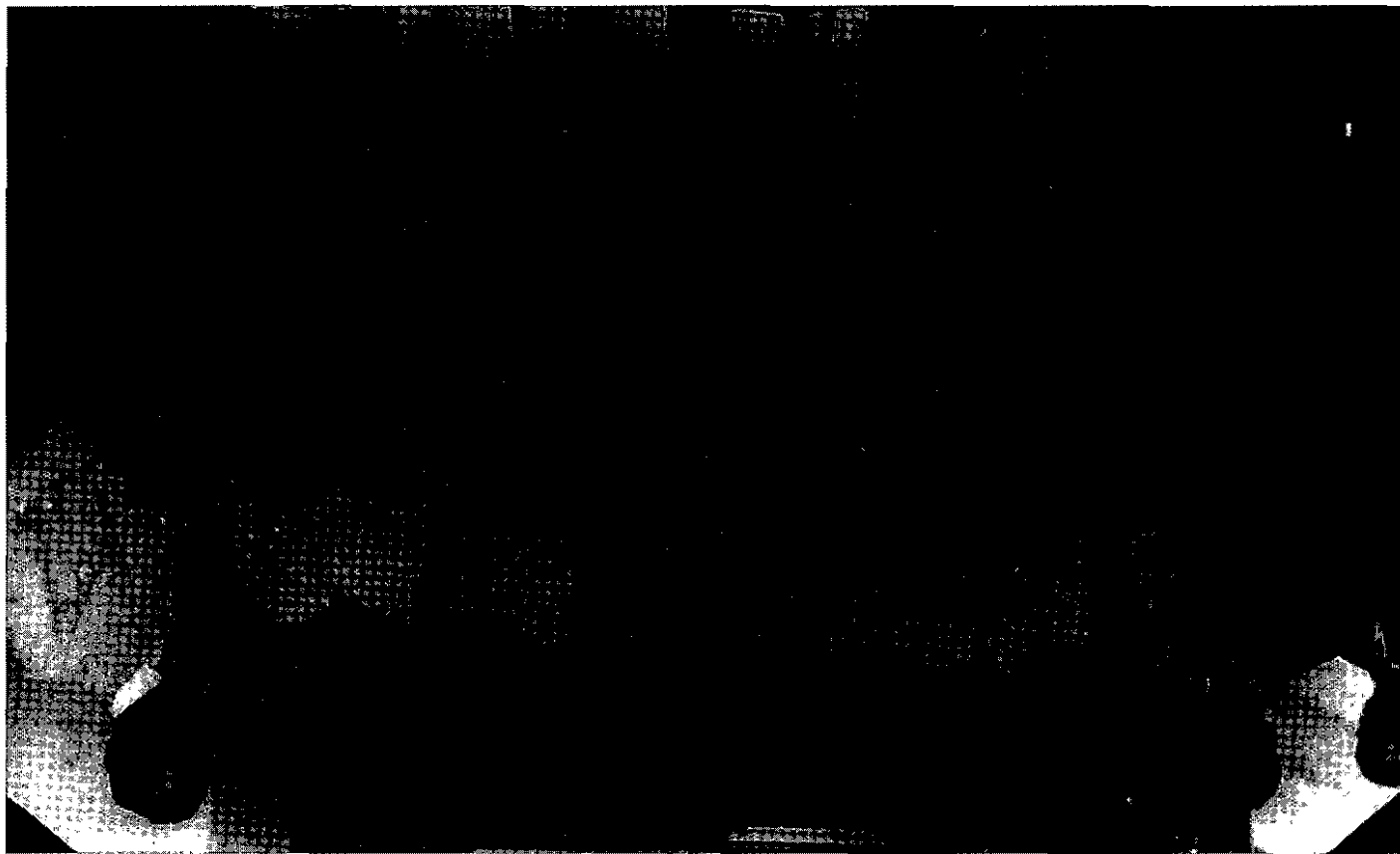
Manifestações cívicas, Juventude Brasileira, 1941. (Foto Peter Lange)

Gustavo Capanema, Rodrigo Melo Franco de Andrade e outros. Exposição centenário de morte de José Bonifácio. Museu Histórico Nacional, 1938.

Gustavo Capanema, Rodrigo Melo Franco de Andrade e outros. Exposição centenário de morte de José Bonifácio. Museu Histórico Nacional, 1938.

Da esquerda para direita, sentados: Manuel Lourenço Filho, Roquete Pinto, Gustavo Capanema, Heitor de Farias. *De pé:* Manuel Bandeira (3º); Raimundo Peregrino Júnior (4º); Alceu Amoroso Lima (5º); Cornélio Pena (6º); Helder Câmara (7º). Escola Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, 11 de março de 1936.

Capanema e outros. Biblioteca Nacional. Instalação do Conselho Nacional de Educação. Rio, 16 de fevereiro de 1937.

Anísio Teixeira, superintendente do Serviço de Inspeção dos Institutos de Ensino Secundário do Distrito Federal e do Rio de Janeiro e outros. Visita ao Instituto de Educação. À sua direita, Manuel Lourenço Filho. Rio de Janeiro, 1931.

Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE). *Da esquerda para a direita*, em primeiro plano: Manuel Lourenço Filho (1º), Pedro Ernesto (3º), Lourival Fontes (4º), Herbert Moses (5º), Anísio Teixeira (de óculos e pasta na mão).

Concerto Orfeônico realizado sob a regência de Villa-Lobos. Estádio Vasco da Gama, Rio de Janeiro, 7 de julho de 1935. Encerramento do VII Congresso Nacional de Educação. *Da esquerda para a direita*: Amérido de Araújo Pimentel (de uniforme) Paulo de Assis Ribeiro (de bigodes) Gustavo Capanema (5º) Getulio Vargas (6º), Pedro Ernesto (7º), Augusto Corsino (8º), Anísio Teixeira (de óculos).

Concerto Orfeônico sob a regência de Heitor Villa-Lobos, Rio de Janeiro, 7 de julho de 1935. Sentados, *da esquerda para a direita*: Augusto do Amaral Peixoto (2ª), Gustavo Capanema (3ª), Getulio Vargas (4ª), Pedro Ernesto (5ª), Augusto Corsino (7ª). Entre Gustavo Capanema e Getúlio Vargas, Anísio Teixeira. De pé, *da esquerda para a direita*: Carlos Drummond de Andrade (2ª), de óculos e Paulo de Assis Ribeiro (3º).

Concerto Orfeônico regido por Heitor Villa-Lobos, 7 de julho de 1935. Em primeiro plano, *da esquerda para direita*: Anísio Teixeira (1º), Getúlio Vargas (2º), Pedro Ernesto (3º), Gustavo Capanema (4º), Paulo de Assis Ribeiro (5º). Atrás deste último, encoberto, Carlos Drummond de Andrade.

Gustavo Capanema, Carlos Drummond e outros, entre 1934 e 1945, RJ.

Carlos Drummond de Andrade.
Fotografia de Madalena Schwartz/Acervo do Instituto Moreira Salles.

S. Paulo, 8-I-44

Meu caro Capanema

Venho lhe agradecer seu telegrama tão amigo. Sei que você não tem se esquecido de torcer pela minha saúde nessa sua vida tão cheia de trabalho, e isso me conforta muito. Agora que me sinto entrando francamente na convalescença, venho lhe comunicar essa saúde nova e nova reentrada no trabalho. Tenho certeza que isso lhe dará prazer.

Com a maior gratidão e fidelidade, amigo de

Mário de Andrade

Última carta de Mário de Andrade à Gustavo Capanema.
FGV-CPDOC. arquivo Gustavo Capanema.

educador baiano em 1971: "Dissemos ambos (Alceu e Anísio) os nossos adeuses aos extremos de posições irredutíveis e compreendemos que a verdade é muito mais complexa e acolhedora do que todos os sectarismos". Na verdade o percurso de Anísio foi retilíneo, sem as mudanças do escritor católico.

O capítulo "O Grande Projeto Universitário" é expressivo pelo relato de iniciativas ambiciosas que se revelaram pouco efetivas, destacando também os motivos mesquinhos de extinção da Universidade do Distrito Federal.

Tópicos interessantes que muito enriqueceriam o livro seriam, entre outros, a atuação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e a ação de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

O livro dá grande ênfase às manifestações do Ministério de apoio ao Estado Novo e à sua ideologia, mas foram também iniciativas que não deixaram rastro.

Deve-se, porém, apontar o mérito de Gustavo Capanema de cercar-se de elementos de alto valor intelectual.

A conclusão que se extrai da obra sobre onze anos de ação é que, embora relevante no plano cultural, foi modesta no plano educacional, mas o livro constitui subsídio valioso para uma apreciação completa desse período de vida brasileiro.

O livro contém em apêndice uma farta correspondência para Gustavo Capanema, que esclarece pontos da ação administrativa.

ALBERTO VENANCIO FILHO

CAPA: ISABEL CARBALLO